

PROSPECTO DEFINITIVO DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA



Desenvix Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 00.622.416/0001-41
Alameda Araguaia, 3571, conj. 2001, CEP 0645-000, Barueri – SP

R\$100.000.000,00

Código ISIN: BRDVIXDBS002
Classificação de Risco: Moody's: "Baa1.br"

Distribuição pública de 100.000 (cem mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional, em série única, todas nominativas e escriturais, da primeira emissão da Desenvix Energias Renováveis S.A. ("Desenvix", "Companhia" ou "Emissora"), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Debêntures"), perfazendo o montante total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na data de emissão, qual seja, 12 de dezembro de 2012 ("Oferta" ou "Emissão" e "Data de Emissão", respectivamente). Foi admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a manutenção da Oferta foi condicionada à quantidade mínima de 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, perfazendo o montante mínimo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços, com a intermediação do Banco Fator S.A., na qualidade de instituição intermediária líder ("Coordenador Líder") integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

A quantidade de Debêntures poderia ser aumentada pela Emissora em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400. Adicionalmente, a Emissora concedeu ao Coordenador Líder, uma opção para distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente ofertada ("Debêntures Suplementares"), que poderia ser exercida pelo Coordenador Líder, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"), exclusivamente para atender a excesso de demanda que viesse a ser constatado pelo Coordenador Líder no Procedimento de Bookbuilding para apuração do volume total, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400. [A Opção de Debêntures Adicionais e a Opção de Debêntures Suplementares não foram exercidas.]

A emissão das Debêntures e a realização da Oferta, com as condições constantes do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") foram aprovadas conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 11 de outubro de 2012, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 454.702/12-7 em 18 de outubro de 2012, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Empresas e Negócios" em 12 de outubro de 2012.

As Debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário: (i) por meio do Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) por meio do Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do Sistema BovespaFix ("BOVESPAFIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na BM&FBOVESPA.

A Oferta foi registrada na CVM em 14 de dezembro de 2012, sob o número CVM/SRE/DEB/2012/[•].

Este Prospecto Definitivo não deve, em qualquer circunstância, ser considerado como recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir por adquirir as Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de seus ativos e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures. Este Prospecto Definitivo foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo que o Coordenador Líder tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

A Emissão é regulada pela "Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A." ("Escritura de Emissão"), celebrada entre a Emissora e a Planer Trustee DTVM Ltda., na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas ("Agente Fiduciário"), em 12 de novembro de 2012, arquivada na JUCESP sob o nº ED001057-1/000 em 28 de novembro de 2012. A Escritura de Emissão foi objeto de aditamento protocolado na JUCESP em 12 de dezembro de 2012, para refletir o resultado do Procedimento de Bookbuilding.

Antes de tomar decisão de investimento nas Debêntures que venham a ser distribuídas no âmbito da Oferta, a Emissora e o Coordenador Líder recomendam aos potenciais investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência da Companhia.

Os investidores devem ler a Seção "Fatores de Risco", nas páginas 60 a 64 deste Prospecto, bem como, nas Seções 4, 5, 7 e 10 do Formulário de Referência para avaliação dos riscos associados à Oferta, a avaliação da condição financeira da Emissora, de seus ativos e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures.

Mais informações sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto ao Coordenador Líder e à CVM nos endereços indicados nas páginas 29 a 30 deste Prospecto.

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia Emissora, bem como sobre as Debêntures a serem distribuídas.



"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos."

COORDENADOR LÍDER



A data deste Prospecto Definitivo é 13 de dezembro de 2012.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	1
SUMÁRIO DA COMPANHIA	5
BREVE HISTÓRICO E VISÃO GERAL	5
GRUPO ECONÔMICO DA EMISSORA.....	9
PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS	11
PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS	15
SUMÁRIO FINANCEIRO OPERACIONAL DA EMISSORA	15
PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À EMISSORA.....	18
SUMÁRIO DA OFERTA	21
DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR	
REFERÊNCIA	25
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO.....	26
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA	28
IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES.....	29
EMISSORA.....	29
COORDENADOR LÍDER.....	29
CONSULTOR JURÍDICO	29
AGENTE FIDUCIÁRIO.....	29
BANCO MANDATÁRIO	29
INFORMAÇÕES ADICIONAIS.....	30
DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	30
IDENTIFICAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER	31
BANCO FATOR S.A.	31
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA.....	32
BANCO FATOR S.A. (COORDENADOR LÍDER)	32
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA.....	33
AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS	33
Composição do Capital Social.....	33
Características das Debêntures	33
ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....	46
<i>Convocação.....</i>	46
<i>Quórum de Instalação</i>	47
<i>Quórum de Deliberação.....</i>	47
CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO	47
<i>Regime, Preço e Prazo de Colocação das Debêntures</i>	47
<i>Plano de Distribuição.....</i>	48
PROCEDIMENTO DE COLOCAÇÃO DA OFERTA	50
<i>Oferta de Varejo.....</i>	50
<i>Oferta Institucional.....</i>	51
ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DA EMISSÃO.....	52
<i>Custos da Oferta.....</i>	53
Custo Unitário de Distribuição	53
Procedimento de Liquidação.....	53
Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder	53
CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA.....	55
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.....	56
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	56
INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS.....	57
CAPITAL DE GIRO.....	57
ESCLARECIMENTO SOBRE A ESTIMATIVA DE DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	57

CAPACIDADE DE PAGAMENTO	58
CAPITALIZAÇÃO	59
FATORES DE RISCO	60
RISCOS RELACIONADOS ÀS DEBÊNTURES E À OFERTA.....	60
ANEXOS	65
ANEXO A – ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES E ADITAMENTOS	69
ANEXO B – ATOS SOCIETÁRIOS DA EMISSORA RELATIVOS À EMISSÃO	135
ANEXO C – RELATÓRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	147
ANEXO D – DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER.....	155
ANEXO E – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA EMISSORA	163
ANEXO F – ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA.....	369
ANEXO G – CONTRATO DE GARANTIA E ADITAMENTOS.....	413
ANEXO H – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA	445

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos indicados abaixo devem ter o significado a eles atribuído nesta Seção, salvo se definido de forma diversa neste Prospecto.

Acionistas	SN Power Energia do Brasil Ltda. (“ <u>SN Power</u> ”); Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF (“ <u>FUNCEF</u> ”) e Caixa Fundo de Investimento em Participações CEVIX (“ <u>Caixa FIP Cevix</u> ”) em conjunto.
AGD	Assembleia Geral de Debenturistas.
Agente Fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda.
ANBIMA	ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A., a ser publicado no jornal “Valor Econômico”, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A. a ser publicado no jornal “Valor Econômico”, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.
Auditor Independente ou PwC	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
Aviso ao Mercado	Aviso publicado no jornal “Valor Econômico” em 14 de novembro de 2012 nos termos do art. 53 da Instrução CVM 400.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A.
Banco Fator	Banco Fator S.A.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
BOVESPAFIX	Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa da BM&FBOVESPA.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas – Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Conselho de Administração	Conselho de Administração da Emissora.

Conta Vinculada	Conta corrente 880106159-7, agência 0002-7 aberta e mantida pela Emissora junto ao Banco Fator, a qual acolherá os recursos recebidos ou a serem recebidos, em virtude do pagamento de dividendos pelas SPEs.
Contrato de Distribuição	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A., celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder.
Contrato de Garantia	Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre Fluxo de Dividendos Mantido em Conta Vinculada a ser celebrado entre o Agente Fiduciário e a Emissora, cuja cópia foi enviada às SPEs em 10 de dezembro de 2012.
Coordenador Líder ou Banco Fator	Banco Fator S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	12 de dezembro de 2012.
DDA	Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Debêntures	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional, em série única, de emissão da Emissora.
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas coligadas à Emissora ou controladas pela Emissora, de controladoras (ou grupo de controle) da Emissora ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau.
Debenturistas	Os titulares das Debêntures, em conjunto.
Dólar, Dólar norte-americano ou US\$	Moeda corrente dos Estados Unidos.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Emissora, Desenvix ou Companhia	Desenvix Energias Renováveis S.A.
Escritura de Emissão	Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A., conforme aditada.
Estatuto Social	Estatuto Social da Emissora.
EUA ou Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Eventos de Inadimplemento	Os eventos descritos na Cláusula 5.1 da Escritura de Emissão.

Formulário de Referência	Formulário de Referência previsto na Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
Instituição Escriutadora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM 358	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 361	Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
LAJIDA	Lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda, e contribuição social e depreciação e amortização.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Valores Mobiliários	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
LT	Linha de Transmissão.
Oferta ou Emissão	A presente oferta pública de Debêntures.
Opção de Debêntures Adicionais	<p>Opção da Emissora em aumentar, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, em havendo demanda na opinião da Emissora e do Coordenador Líder, a quantidade de Debêntures em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida, nos termos do artigo 14, paragrafo 2º, da Instrução CVM 400.</p> <p>A Opção de Debêntures Adicionais não foi exercida.</p>
Opção de Debêntures Suplementares	<p>Opção do Coordenador Líder em distribuir um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) em relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida, exercida após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, exclusivamente para atender eventual excesso de demanda que vier a ser constatado pelo Coordenador Líder no decorrer da Oferta, nas mesmas condições e no mesmo preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.</p> <p>A Opção de Debêntures Suplementares não foi exercida.</p>
PCH	Pequena Central Hidrelétrica.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam (a) controladores, pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora, ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores do Coordenador Líder; e (c) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como, os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c).

Preço de Subscrição	Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data de efetiva integralização.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelo Coordenador Líder, conforme os parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e o artigo 44 da Instrução CVM 400, para definição da quantidade de debêntures a ser emitida e a remuneração das Debêntures.
Prospecto Preliminar	Prospecto Preliminar da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A., datado de 13 de novembro de 2012.
Prospecto Definitivo ou Prospecto	Prospecto Definitivo da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A.
Prospectos	O presente Prospecto e o Prospecto Preliminar, conjuntamente considerados.
Real ou R\$	Moeda corrente da República Federativa do Brasil.
SDT	Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
SND	Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.
SPEs	Sociedades controladas pela emissora.
Taxa DI ou Taxa DI-Over	Taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).
UEE	Usina Eólica.
UHE	Usina Hidrelétrica.
UTE	Usina Termoeletrica.
Valor Nominal Unitário	R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Debêntures. Antes de tomar uma decisão de investimento, o investidor deve ler cuidadosamente este Prospecto e o Formulário de Referência para uma melhor compreensão das atividades da Emissora, incluindo as informações contidas na Seção “Fatores de Risco”, nas páginas 60 a 64 deste Prospecto e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto, cujo caminho para acesso está indicado na Seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência”, na página 25 deste Prospecto, assim como as demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas incorporadas por referência a este Prospecto. Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

Este sumário é apenas um resumo das informações da Emissora e todas as informações aqui contidas são consistentes com o Formulário de Referência da Emissora. As informações completas sobre a Emissora estão em seu Formulário de Referência. Leia-o antes de aceitar a Oferta.

BREVE HISTÓRICO E VISÃO GERAL

A Companhia foi constituída em 19 de maio de 1995 pelas sociedades Rossi Empreendimentos Ltda. e Engevix Engenharia S.A. (“Engevix”), inicialmente sob a forma de sociedade limitada e sob a denominação social Desenvix Empreendimentos Ltda. Após um processo de transformação para uma sociedade por ações, passando a operar sob a denominação social “Desenvix S.A.”, em 20 de novembro de 1995.

Em 05 de maio de 1998 a Jackson Empreendimentos Ltda. (“Jackson”) por meio de aumento de capital, passou a acionista e controladora da Companhia. A Jackson é uma sociedade limitada não operacional constituída em 26 de dezembro de 1997 com o objetivo de reunir as participações detidas pelos Srs. José Antunes Sobrinho, Cristiano Kok e Gerson de Mello Almada nas empresas do Grupo Econômico da Emissora. Seu objeto social prevê, dentre outros, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, acionista, quotista ou membro de consórcio.

A Companhia foi inicialmente criada com o objetivo de investir e desenvolver novos negócios em infraestrutura e, posteriormente, se concentrou apenas na área de geração e transmissão de energia elétrica, aproveitando o conjunto de conhecimentos adquiridos por seus fundadores e principais executivos, por meio das atividades desenvolvidas dentro da sua afiliada Engevix, já à época com uma importante atuação na indústria de projetos de engenharia para infra-estrutura no Brasil.

A partir de julho de 2006 a Emissora se associou ao Grupo Energia para a constituição da ENEX O&M de Sistemas Elétricos Ltda. (“ENEX”), empresa prestadora de serviços de operação e manutenção de sistemas elétricos, da qual detinha 50% do capital social. Em setembro de 2011 passou a deter 100% do capital social da ENEX. A ENEX possuía, em 30 de setembro de 2012, contratos de O&M para 34 empreendimentos de geração de energia elétrica em diversas regiões do Brasil, perfazendo um total de 1.145 MW e contava com 339 colaboradores.

Com o objetivo de custear uma nova fase de sua expansão, em setembro de 2009 a Emissora se associou à FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais (“FUNCEF”), terceiro maior fundo de pensão brasileiro conforme classificação publicada pela ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privadas (“ABRAPP”), com aproximadamente R\$44 bilhões em ativos em 31 de dezembro de 2011, para constituir a Cevix Energias Renováveis S.A. (“Cevix”), empresa que além de incorporar os ativos em operação que pertenciam à Emissora, teve como objetivo específico implantar e operar ativos de geração em energia renovável.

A Emissora realizou no ano de 2010 uma reestruturação visando à consolidação do veículo para o processo de emissão pública de ações, e por esse motivo incorporou os ativos da Cevix na Companhia. No contexto da reestruturação, a Emissora sofreu uma nova alteração em sua denominação social, passando a atuar sob a razão social “Desenvix Energias Renováveis S.A.”. Os detalhes da reestruturação podem ser obtidos no item 6.5 do Formulário de Referência da Emissora.

Em setembro de 2011, a Emissora obteve o registro de companhia aberta na CVM, seguido pelo evento de listagem de suas ações no Bovespa Mais.

As regras de governança corporativa e transparência do segmento Bovespa Mais são semelhantes às regras do Novo Mercado. A listagem das ações da Companhia no segmento Bovespa Mais marca o início do relacionamento da Companhia com o mercado de capitais. A Companhia acredita que sua estratégia de adesão ao Bovespa Mais trará a seus acionistas o benefício da melhoria nas práticas de governança corporativa, o aumento no grau de transparência e a uma exposição favorável junto ao público investidor em geral, capacitando a Companhia a, em função das condições de mercado, poder aproveitar futuras “janelas de oportunidade” que possam surgir para captações de recursos.

Em agosto de 2011, os acionistas controladores diretos e indiretos da Companhia celebraram com a Statkraft Norfund Power Invest AS (“Statkraft”) um Contrato de Compra e Venda de participação acionária na Emissora à SN. No dia 08 de março de 2012, após o cumprimento das condições precedentes previstas no referido contrato, o capital social da Emissora passou a ser distribuído da seguinte forma: Jackson Empreendimentos Ltda., empresa holding do Grupo Engevix, com 40,65% do capital social total e votante, detidos diretamente pelo Caixa FIP Cevix, SN Power com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF com 18,70% do capital social total e votante.

Juntamente com a celebração do fechamento do Contrato de Compra e Venda, o novo bloco controlador da Emissora celebrou um Acordo de Acionistas. Com o objetivo de aumentar ainda mais o nível de Governança Corporativa da Emissora, foram criados 5 comitês de assessoramentos, quais sejam: os Comitês de Operação & Manutenção, Comercial e de Implementação de Projetos, que irão reportar ao Diretor Presidente; e os Comitês de Recursos Humanos & Remuneração e de Auditoria, Tributos, Riscos e Finanças, que irão reportar ao Conselho de Administração. Os membros dos comitês serão nomeados pelo Conselho de Administração e contribuirão com um misto de independência, representação dos acionistas e conhecimento técnico.

A Emissora é uma companhia dedicada ao desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, notadamente por meio de usinas hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas termoeletricas movidas à biomassa e, em menor escala, transmissão de energia elétrica. Atua de maneira integrada, o que acredita que lhe confere vantagens competitivas e retornos atrativos em seus projetos.

Em 30 de setembro de 2012, a Emissora possuía investimentos em quinze empreendimentos em operação, com uma capacidade instalada própria de 349 Megawatt (“MW”). Adicionalmente, possuía na mesma data, participação de 25,5% em duas LTs em construção, com um total de 511km de extensão e previsão de entrada em operação até o início de 2013.

A Emissora possui negócios e experiência em todas as fontes de energia renovável comercializadas no Brasil. Além disso, nossa controlada ENEX, fundada em 2006, possuía em 30 de setembro de 2012, 34 empreendimentos de geração de energia elétrica em seu portfólio, perfazendo um total de 1.145 MW e contava com 339 colaboradores.

A tabela abaixo possui informações acerca dos empreendimentos em que a Emissora investe, os quais representam os seus empreendimentos em operação e empreendimentos em construção em 30 de setembro de 2012:

	Empreendimento	Participação	Sócios	Início das Operações	Potência	Potência	
		Desenvix			Instalada	Instalada	
							Desenvix
(MW)							
Em Operação	Controladas	PCH Esmeralda	99,99%	N/A	Dez/06	22,20	22,20
		PCH Santa Laura	99,99%	N/A	Out/07	15,00	15,00
		PCH Santa Rosa II	99,99%	N/A	Jul/08	30,00	30,00
		PCH Moinho	99,99%	N/A	Set/11	13,70	13,70
		UTE Decasa	99,99%	N/A	Out/11	33,00	33,00
		UHE Monjolinho	99,99%	N/A	Set/09	74,00	74,00
		PCH Victor Baptista Adami	50,00%	ADAMI	Fev/12	25,00	12,50
		UEE Macaúbas	99,99%	N/A	Jul/12	35,07	35,07
		UEE Seabra	99,99%	N/A	Jul/12	30,06	30,06
		UEE Novo Horizonte	99,99%	N/A	Jul/12	30,60	30,06
		UEE Barra dos Coqueiros	95,0%	Água Quente	Set/12	34,50	32,8
	Participações Minoritárias	CERAN					
		UHE Monte Claro ⁽²⁾	5,00%	CPFL, CEEE	Jan/05	130,00	6,50
		UHE Castro Alves ⁽²⁾	5,00%	CPFL, CEEE	Mar/08	130,00	6,50
		UHE 14 de Julho ⁽²⁾	5,00%	CPFL, CEEE	Dez/08	100,00	5,00
		UHE Dona Francisca	2,12%	COPEL, CEEE, CELESC, Gerdau	Fev/01	125,00	2,70
Total em Operação					827,6	349,0	
Em Construção	LT Goiás	25,50%	FURNAS, J	Mar/13 ⁽¹⁾	N/A	N/A	
	253 km		MALUCELLI				
	LT MGE	25,50%	FURNAS, J	Mar/13 ⁽¹⁾	N/A	N/A	
258 km	MALUCELLI						
Total em Construção					—	—	
Total Geral em Operação e Construção					827,6	349,0	

⁽¹⁾ Data prevista para a entrada em operação. Não podemos garantir que tais datas se concretizarão.

⁽²⁾ A Participação detida nestes empreendimentos se dá por meio da CERAN.

A Emissora acredita que seu histórico no desenvolvimento de projetos e de bons resultados em leilões de energia a coloca entre os principais atores no setor elétrico brasileiro. Em 30 de setembro de 2012, seu quadro de colaboradores contava com 52 pessoas, que acumulam vasta experiência no desenvolvimento, implantação e operação de projetos, no setor elétrico. Ainda, para permitir o seu crescimento, além da sociedade com a FUNCEF e SN Power descrita detalhadamente na Seção 6.5 do nosso Formulário de Referência, estabeleceu uma forte parceria com o BNDES, banco com o qual estrutura todos os financiamentos de seus empreendimentos em operação.

As atividades da Emissora envolvem também o constante desenvolvimento de novos projetos. Em 30 de setembro de 2012 o portfólio de projetos da Emissora era composto por 17 projetos prioritários em desenvolvimento (513,2 MW próprios) e 21 projetos em desenvolvimento (840,6 MW próprios), totalizando 2.960,8 MW, sendo 1.353,8 MW próprios. Nos projetos que desenvolve, por vezes, a Emissora investe juntamente com sócios tradicionais do setor elétrico, como CPFL Energia S.A. (“CPFL”), EDP Energias do Brasil S.A. (“EDB”), Companhia Estadual de Energia Elétrica (“CEEE”), Companhia Hidrelétrica do São Francisco (“CHESF”), Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”), Companhia Paranaense de Energia (“COPEL”), Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (“CELESC”), Companhia Elétrica de Minas Gerais (“CEMIG”), Neoenergia S.A. (“Neoenergia”), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“Eletronorte”), Centrais Elétricas S.A. (“Eletrosul”), dentre outros, o que lhe permite partilhar os riscos de determinados empreendimentos com parceiros altamente qualificados.

Mais detalhadamente, incluímos na categoria dos Projetos Prioritários em Desenvolvimento aqueles projetos de nosso portfólio que se encontram, no nosso entendimento, em estado mais avançado de desenvolvimento (incluindo compra de terras e licenças emitidas, conforme detalhado na tabela abaixo), com possibilidade de iniciarem a construção num horizonte entre 1 e 2 anos.

As tabelas abaixo apresentam com mais detalhes o estado de maturação do portfólio de projetos prioritários em desenvolvimento da Emissora em 30 de setembro de 2012:

	Projetos Prioritários em Desenvolvimento ⁽¹⁾											
	PCH			UHE ⁽¹⁾			SOLAR			EÓLICA		
	Potência Instalada (MW)	Potência Própria (MW)	Número de Projetos	Potência Instalada (MW)	Potência Própria (MW)	Número de Projetos	Potência Instalada (MW)	Potência Própria (MW)	Número de Projetos	Potência Instalada (MW)	Potência Própria (MW)	Número de Projetos
Projetos com registro na ANEEL, com licença ambiental e com terras compradas ou arrendadas (se aplicável) ⁽²⁾	39,8	24,8	2	50	10	1	0	0	0	30	30	1
Projetos com registro na ANEEL, sem licença ambiental e com terras compradas ou arrendadas (se aplicável) ⁽²⁾	125,2	118,9	6	570,1	235,98	4	0	0	0	0	0	0
Projetos a serem registrados na ANEEL, sem licença ambiental e com terras compradas ou arrendadas (se aplicável) ⁽²⁾	30	30	1	67	33,5	1	30,01	30,01	1	0	0	0
Total.....	195	173,7	9	687,1	279,48	6	30,01	30,01	1	30	30	1
Total Potência Própria do Portfólio Prioritário em Desenvolvimento	513,21 MW											

⁽¹⁾ O item 7.1.2.3 deste Formulário de Referência apresenta a relação detalhada de todos os projetos que compoem a categoria de Projetos Prioritários em Desenvolvimento.

⁽²⁾ O item “terras compradas ou arrendadas” não se aplica aos projetos de UHEs e SOLAR, uma vez que a compra de terras nestes empreendimentos é feita somente após a outorga da concessão pela ANEEL.

Os demais 21 projetos do portfólio de projetos da Emissora que não se encontram entre os projetos prioritários em desenvolvimento são agrupados na categoria “Projetos em Desenvolvimento”, completando o total de 38 projetos do portfólio de projetos da Emissora. Para efeitos deste Prospecto, um projeto em desenvolvimento é aquele que reúne ao menos uma das três características a seguir: (i) projeto básico protocolado na ANEEL ou em fase final de conclusão; (ii) ao menos uma das licenças ambientais emitidas; ou (iii) terras adquiridas.

A tabela abaixo detalha o estado de maturação dos projetos em desenvolvimento da Emissora em 30 de setembro de 2012:

	Projetos em Desenvolvimento ⁽¹⁾								
	PCH			UHE ⁽¹⁾			EÓLICA		
	Potência Instalada (MW)	Potência Própria (MW)	Número de Projetos	Potência Instalada (MW)	Potência Própria (MW)	Número de Projetos	Potência Instalada (MW)	Potência Própria (MW)	Número de Projetos
Projetos com registro na ANEEL, com/sem licença ambiental e com terras compradas ou arrendadas ⁽²⁾	44	17,6	2	0	0	0	30	30	1
Projetos com registro na ANEEL, sem licença ambiental e sem terras compradas ou arrendadas ⁽²⁾	57,4	33,96	2	1665	672	7	0	0	0
Projetos a serem registrados na ANEEL, sem licença e com/sem terras compradas ou arrendadas ⁽²⁾	222,3	87,04	9	0	0	0	0	0	0
Total.....	323,7	138,6	13	1665	672	7	30	30	1
Total Potência Própria do Portfólio em Desenvolvimento	840,6 MW								

⁽¹⁾ O item 7.1.2.4 deste Formulário de Referência apresenta a relação detalhada de todos os projetos que compoem a categoria de Projetos Prioritários em Desenvolvimento.

⁽²⁾ O item “terras compradas ou arrendadas” não se aplica aos projetos de UHEs e SOLAR, uma vez que a compra de terras nestes empreendimentos é feita somente após a outorga da concessão pela ANEEL.

EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA NO. 579 NO DESEMPENHO DA COMPANHIA

Em 11 de setembro de 2012, foi editada a Medida Provisória nº 579 (“MP 579”), que dispõe sobre concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

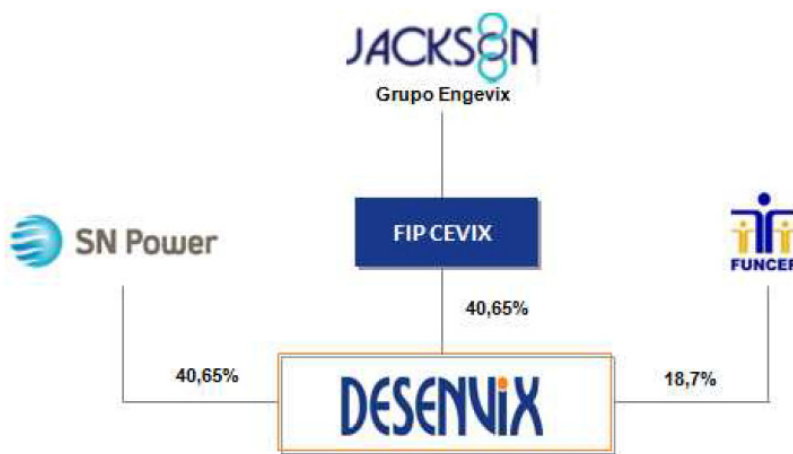
Concessões regulamentadas pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e pela Lei nº 9.074, de 07 de julho 1995, que tem seus prazos vencidos entre 2015 e 2017, são objeto da MP 579. Dentre outras previsões, tal medida busca definir as condições para prorrogação de referidas concessões, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, visando assegurar a continuidade e eficiência na prestação dos serviços, assim como a já mencionada modicidade tarifária.

Apesar da edição da MP 579, o desempenho da Emissora não será diretamente afetado, uma vez que as concessões detidas pela Emissora e abaixo mencionadas não são alcançadas pela medida:

- A UHE Monjolinho possui Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 18/02 assinado em abril de 2002 e válido até abril de 2037.
- A LT MGE possui Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 008/10 assinado em junho de 2010 e válido até julho de 2040.
- A LT Goiás possui Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 002/10 assinado em junho de 2010 e válido até julho de 2040.

GRUPO ECONÔMICO DA EMISSORA

Conforme acima mencionado, a Emissora é controlada, em conjunto, pela Jackson, empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo Caixa FIP Cevix, com 40,65% do capital social total e votante, pela SN Power com 40,65% do capital social total e votante, e pela FUNCEF com 18,70% do capital social total e votante. O quadro abaixo ilustra a estrutura de acionistas da Emissora:

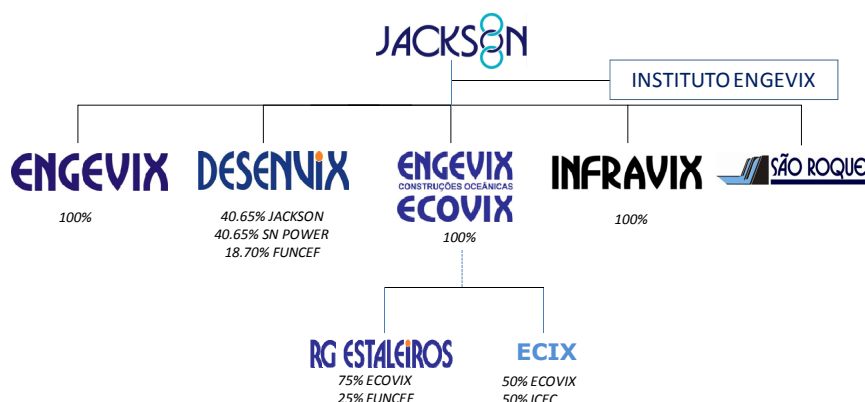


Grupo Engevix

As atividades do Grupo Engevix, que tem a Jackson Empreendimentos Ltda como empresa holding, iniciaram-se por meio da Engevix, uma das mais tradicionais empresas de engenharia do Brasil, com mais de 45 anos de experiência no setor de infraestrutura, engenharia consultiva e construção. Em 2011, o Grupo Engevix faturou R\$ 2,1 bilhões e encerrou o ano com 5.092 colaboradores, dos quais 630 engenheiros compunham seu corpo técnico, possuindo extensa experiência e histórico bem sucedido de projetos no setor elétrico, na área industrial e no setor de óleo e gás. Em dezembro de 2009 a Engevix foi vencedora do leilão para construção de cascos para produção e estocagem de petróleo que será advindo da exploração da camada do pré-sal pela Petrobras, no valor de US\$3,5 bilhões, além de dispor do maior dique seco da América Latina, localizado no complexo portuário do Rio Grande, empreendimento que também possui a FUNCEF como sócia. Para esta nova modalidade de empreendimento, foi constituída a subsidiária Ecovix Construções Oceânicas S.A. (“Ecovix”). Ainda, no ano de 2010, a Jackson reuniu seus investimentos na área de concessões rodoviárias e investimentos de infraestrutura na empresa Infravix Participações Ltda. (“Infravix”). A Infravix foi vencedora, através de leilão realizado pela Infraero, da concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante no estado do Rio Grande do Norte e do Aeroporto Juscelino Kubitschek no Distrito Federal.

A Engevix possui larga experiência em todas as etapas do ciclo de implantação de empreendimentos do setor elétrico, incluindo projetos básicos, construção de plantas de geração e linhas de transmissão. Ao longo de sua história, a Engevix participou em mais de 35.000 MW em projetos de geração de energia operando no Brasil, acumulando extenso conhecimento e experiência no setor elétrico, tendo atuado, dentre outros, nos seguintes projetos: Itaipú Binacional, Tucuruí, Itá, Salto Caxias e Campos Novos. Atualmente, a Engevix está envolvida como empresa líder na elaboração do projeto de engenharia de Belo Monte.

Apresentam-se abaixo as principais controladas da Jackson, considerando a transferência da São Roque Energética S.A. para baixo da estrutura societária da Jackson:



SN Power

Companhia de origem norueguesa, a SN Power é um investidor de longo prazo, que atua fora da Europa na geração de energia elétrica através de fontes renováveis, principalmente de origem hídrica. Fundada em 2002, em janeiro de 2008 instalou um escritório no Brasil, um de seus principais focos de negócios.

A SN Power é resultado de um *joint venture* de empresas norueguesas: a Statkraft e o Norwegian Investment Fund for Developing Countries – Norfund (“Norfund”). A primeira, controladora da SN Power com 60% do capital, é uma subsidiária integral do Governo norueguês. Sua capacidade instalada é de 16.430 MW. Possui 267 hidroelétricas, 6 eólicas, 22 “*district heating and biomass*” e 6 termoeletricas a gás natural. A SN Power está presente hoje, além da Noruega, na América do Sul (Brasil, Chile e Peru), América Central (Costa Rica e Panamá), Ásia (Nepal, Índia, Sri Lanka, Singapura e Filipinas) e África (Zâmbia). O Norfund é um fundo de capital controlado pelo Governo norueguês para investir em países em desenvolvimento.

FUNCEF

A FUNCEF é o terceiro maior fundo de pensão do Brasil conforme classificação da ABRAPP. Entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, foi criada com base na Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, com o objetivo de administrar o plano de previdência complementar dos empregados da Caixa Econômica Federal. Hoje tem patrimônio ativo total superior a R\$ 45 bilhões e aproximadamente 115 mil participantes. A Fundação é regida pela legislação específica do setor, por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Manual de Governança Corporativa. Seus recursos são investidos em áreas diversas que se dividem em: renda fixa, renda variável, imóveis e operações com participantes. Esses investimentos garantem o pagamento dos benefícios de seus participantes e, como aplica seus recursos no país, a FUNCEF, como investidor corporativo, tem papel ativo no desenvolvimento nacional.

PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

A Emissora acredita que seus principais pontos fortes são os seguintes:

Administração experiente, sólida base de acionistas e parceiros com experiência de atuação no Setor Elétrico Brasileiro.

A Emissora possui equipe altamente especializada, composta por 52 colaboradores em 30 de setembro de 2012, com formação técnica diferenciada e experiência no setor elétrico. Seus principais diretores e colaboradores seniores nas áreas operacionais acumulam aproximadamente 30 anos de experiência no setor e mais de 35.000 MW em projetos de geração e transmissão de energia elétrica desenvolvidos no Brasil e no exterior. Seus diretores atuaram, também, em alguns dos mais importantes projetos de geração e transmissão de energia elétrica no Brasil, dentre os quais se destaca Itaipú Binacional (12.600 MW), Tucuruí (8.370 MW), Itá (1.450 MW), Salto Caxias (1.240 MW), Machadinho (1.140 MW), Campos Novos (880 MW), Foz do Chapecó (840 MW), Barra Grande (690 MW), dentre outros, e atualmente UHE Belo Monte com 11.233 MW.

Ainda, as pessoas físicas controladoras da Jackson (a acionista controladora indireta da Emissora) possuem mais de 30 anos de experiência em engenharia consultiva e no setor de energia elétrica, por meio da Engevix, acumulando experiência em projetos dos mais variados tamanhos e características.

A SN Power é resultado de um *joint venture* de empresas norueguesas: a Statkraft e o Norfund. A primeira, controladora da SN Power com 60% do capital, é uma subsidiária integral do Governo norueguês. Sua capacidade instalada é de 16.430 MW. Possui 267 hidroelétricas, 6 eólicas, 22 “*district heating and biomass*” e 6 termoeletricas a gás natural. A SN Power está presente hoje, além da Noruega, na América do Sul (Brasil, Chile e Peru), América Central (Costa Rica e Panamá), Ásia (Nepal, Índia, Sri Lanka, Singapura e Filipinas) e África (Zâmbia). O Norfund é um fundo de capital controlado pelo Governo norueguês para investir em países em desenvolvimento.

Outra parcela significativa de nosso capital é detido pela FUNCEF, terceiro maior fundo de pensão do Brasil, segundo ranking publicado pela ABRAPP, contando com ativos de aproximadamente R\$44 bilhões em 31 de dezembro de 2011.

A FUNCEF é um investidor institucional com experiência em investimentos no setor de infraestrutura no Brasil, notadamente em investimentos no setor elétrico, os quais realiza de forma direta e indireta por intermédio de FIPs (e.g. InfraBrasil, Brasil Energia e Caixa Ambiental). A Emissora acredita que a participação da FUNCEF em seu capital, além de lhe conferir um alto padrão de governança corporativa, representa um diferencial relevante para nossos negócios. A parceria com a FUNCEF e o correspondente aporte de recursos garantiu à Emissora acesso ao capital necessário para a implantação de seus empreendimentos em construção.

Vale observar também o estreito relacionamento da Emissora e de seus acionistas controladores indiretos com o BNDES, maior fonte de financiamento de projetos de geração de energia elétrica no Brasil. Por fim, a *expertise* da Emissora no desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica possibilitou a ela trabalhar em parceria com renomadas empresas do setor de energia elétrica, como CPFL, EDB, CEEE, CHESF, COPEL, CELESC, Neoenergia, Eletronorte, FURNAS e Eletrosul, dentre outros.

Histórico comprovado em desenvolvimento, implantação e operação de empreendimentos no setor elétrico.

A Emissora possui mais de 15 anos de experiência comprovada em desenvolvimento, implantação e operação de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica. Durante esse período, desenvolveu e contribuiu para implantação de mais de 5.300 MW em empreendimentos de geração hidráulica, os quais se encontram em operação no Brasil.

Desde 2005, quando iniciou as obras da PCH Esmeralda (sua primeira PCH a entrar em operação, em dezembro de 2006), conseguiu antecipar o prazo de entrega das obras de dois dos seus quatro empreendimentos construídos no período. Este fato reforça a experiência de seu corpo técnico e a sua capacidade de gerenciar projetos, obras, fornecedores e contratados, além de sua capacidade de antecipar e equacionar problemas na execução destes empreendimentos.

Em 30 de setembro de 2012 possuíamos quinze Empreendimentos em Operação (349MW próprios). Adicionam-se aos nossos Empreendimentos, 258 km de linha de transmissão em construção na região Sudeste e 253 km na região Centro-Oeste com operação programada para iniciar em 2013.

Ainda, sua controlada ENEX possui 34 empreendimentos de geração de energia elétrica em seu portfólio, totalizando 1.145 MW. Acreditamos que a ENEX esteja bem posicionada para captar o forte crescimento nas atividades de operação e manutenção de pequenos e médios empreendimentos de geração, além de nos conferir um conhecimento privilegiado no setor de operação e manutenção de empreendimentos de geração de energia elétrica.

A Emissora acredita que seu conhecimento integrado de todo o ciclo de desenvolvimento de projetos (desenvolvimento, implantação, operação), além do conhecimento do negócio dos principais agentes e sua regulação, mostrado em seu histórico empresarial, confere-lhe uma posição de destaque na expansão do setor.

Ainda, acredita que seu conhecimento técnico dos projetos que desenvolvemos e dos demais projetos atualmente em desenvolvimento no Brasil confere a ela uma posição privilegiada de competitividade nos leilões de concessão de UHEs e na aquisição das autorizações para construção e operação das PCHs, uma vez que pode oferecer preços competitivos e condizentes com as necessidades técnicas apresentadas por cada empreendimento.

Vasto portfólio de projetos, diversificado no que se refere aos estágios de desenvolvimento e localização geográfica.

Para que um projeto de geração entre em operação, são necessários, no mínimo, dois anos de estudos para se determinar sua viabilidade intrínseca. Quando o projeto se mostra viável, o prazo para seu desenvolvimento e implantação, principalmente se tratando de energia hidrelétrica, varia entre cinco e seis anos. Durante esse período, alguns projetos não são concluídos, especialmente por força de restrições ambientais. Desse modo, para garantir seu crescimento, uma geradora precisa manter um portfólio vasto e ativo de projetos em estudo e desenvolvimento, e uma equipe com experiência no desenvolvimento de tais projetos.

Em 30 de setembro de 2012, o portfólio de projetos da Emissora totalizava 2.960,8 MW, divididos em 38 projetos, sendo 1.353,9 MW próprios. Do portfólio de projetos da Emissora, 17 projetos compõem o seu portfólio de projetos prioritários em desenvolvimento (513,2 MW próprios) e os outros 21 projetos compõem seu portfólio de projetos em desenvolvimento (840,6 MW próprios).

Vale destacar também o avançado estágio de desenvolvimento desse portfólio de projetos. A Emissora investe constantemente recursos, tempo e conhecimento nesses projetos há mais de quatro anos, o que lhe dá liberdade para substituir os projetos prioritários em desenvolvimento que, por algum motivo apresente algum empecilho para sua implantação, por qualquer outro de seus projetos em desenvolvimento. Além disso, a diversificação do seu portfólio de projetos em projetos de PCHs, UEEs, UTEs e UHEs confere à Emissora o poder de priorizar sempre, a cada momento, os projetos que apresentem a taxa de retorno mais atrativa.

Outra característica relevante da carteira de projetos da Emissora é a sua diversidade geográfica, agregando conhecimentos importantes sobre o potencial energético brasileiro e permitindo aproveitar boas oportunidades de negócio em todo o território brasileiro.

Exposição a setor com perspectiva de alto crescimento e habilidade para capturar tal crescimento.

Estimativas do Ministério de Minas e Energia (“MME”) no Plano Decenal de Expansão (“PDE”) (2010-2019) indicam que, para sustentar o crescimento econômico esperado do Brasil para os próximos anos, deverão ser adicionados ao sistema elétrico brasileiro aproximadamente 54,6 GW de capacidade instalada até 2019, dos quais 80% (ou 43,7 GW) provenientes de projetos de geração por meio de fontes renováveis, sendo 60% (ou 32,8 GW) de UHEs de grande porte e 20% (ou 10,9 GW) de demais projetos de fontes renováveis (PDE 2010-2019).

O Brasil é o nono maior país membro do G-20 em capacidade de energias renováveis (excluindo grandes hidrelétricas), terceiro em capacidade hidrelétrica e terceiro em produção de energia de biomassa, de acordo com ranking publicado pelo *The Pew Environment Group*, braço ambiental da organização sem fins lucrativos *The Pew Charitable Trust*, sediada nos Estados Unidos. Na capacidade de energia eólica, a meta do governo é a de alcançar aproximadamente 6 GW de capacidade até 2029, segundo o PDE (2010-2019). Para alcançar esta meta, o plano do governo é realizar Leilões específicos para as diferentes fontes de energias renováveis, como foi feito em dezembro de 2009 para a energia eólica, quando a Emissora contratou 128 MW de seus projetos de usinas eólicas na Bahia e em Sergipe. A Emissora acredita que está bem posicionada para participar do crescimento da capacidade de energias renováveis no Brasil incluindo usinas hidrelétricas de médio e grande porte.

Atuação voltada para desenvolvimento de projetos de geração de energia por meio de fontes renováveis, incluindo projetos de energia incentivada.

Observa-se no Brasil e no mundo um crescimento na importância do desenvolvimento de formas limpas de geração de energia elétrica com foco na sustentabilidade ambiental, o que leva a Emissora a crer que a geração de energia por meio de fontes renováveis irá crescer cada vez mais.

O desenvolvimento de projetos com as características mencionadas garante à Emissora um amplo acesso a fontes de financiamento, uma vez que os grandes bancos financiadores de projetos de geração de energia são, na sua maioria, signatários dos Princípios do Equador. Ainda, a grande maioria de seus empreendimentos são elegíveis para certificação como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (“MDL”), podendo ser beneficiados com a comercialização de Certificados de Emissões Reduzidas (“CER”).

Desde 2001, com a criação do primeiro programa de incentivo a energia renovável, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (“PROINFA”), e culminando em 2009 com o primeiro leilão de energia eólica, o governo brasileiro vem constantemente criando bases, inclusive regulatórias, para incentivar projetos de geração de energia renovável. Em Março de 2012, a capacidade instalada de energia de fonte hidro e renovável no Brasil era da ordem de aproximadamente 93.000 MW.

Mais especificamente, instituiu-se no Brasil uma série de incentivos para o desenvolvimento de pequenas usinas de geração a partir de fontes renováveis (energia incentivada), dentre os quais se destacam: (i) possibilidade de venda de energia em mercados reservados (Ambiente de Contratação Livre – “ACL” e Ambiente de Contratação Regulada – “ACR”) sem imposição de tarifa pela ANEEL ou determinação de equilíbrio econômico-financeiro; (ii) licenciamento, construção e operação mais simples, mais rápidos e a custos menores; (iii) incentivos legais e desconto em tarifas setoriais; (iv) amplo acesso a financiamento; (v) geração de créditos de carbono; (vi) possibilidade de tributação em regime de lucro presumido e (vii) redução em 50% da TUST/TUSD. A Emissora possui um histórico bem sucedido e um extenso portfólio de projetos com estas características, o que a coloca em posição de aproveitar tais incentivos e garante-lhe vantagens competitivas no setor de geração de energia elétrica.

Atuação num setor regulamentado, com contratos de longo prazo, risco reduzido de suprimento e baixa inadimplência.

A indústria de geração de energia elétrica brasileira é caracterizada por baixos níveis de inadimplência e contratos de longo prazo de fornecimento de energia. Como resultado, todos os empreendimentos em operação e construção da Emissora possuem 100% de sua energia contratada, com prazos que variam entre 14 anos e 30 anos. Ainda, todos os empreendimentos em estruturação da Emissora possuem ao menos 70% de sua energia contratada. Ao longo de sua história, a Emissora não verificou qualquer inadimplência em seus contratos de fornecimento de energia elétrica.

Adicionalmente, para manter baixo o nível de risco de inadimplência, o governo promove leilões anuais de energia com grande antecedência (três a cinco anos), fazendo com que as distribuidoras assumam obrigações de suprimento do mercado cativo, tornando o setor elétrico atrativo para novos projetos de geração de energia elétrica, uma vez que estes requerem investimentos significativos de longo prazo.

A manutenção do risco de déficit de suprimento de energia elétrica na faixa de 5%, acrescido à demanda crescente, leva à execução pela ANEEL de leilões anuais A -3 e A -5, além de leilões de energia de reserva, o que faz com que o mercado de geração de energia elétrica seja crescente e atrativo.

Operação integrada com foco na criação de valor

A Emissora possui um modelo de operação integrada, que contempla desde a prospecção e desenvolvimento dos projetos, passando pela sua implantação, comercialização de energia e até a operação e manutenção.

A Emissora acredita que a experiência técnica de engenharia e construção oriundas da Engevix lhe confere uma vantagem competitiva relevante, uma vez que permite que realize uma avaliação técnica completa dos projetos nos quais pretende investir. Esta avaliação é fundamental para a definição da viabilidade do projeto, incluindo a concepção da planta geradora, meio de conexão ao Sistema de Integração Nacional (“SIN”), sistema viário, etc. Toda esta análise, complementada pela experiência da Emissora nas demais etapas do desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica por meio de fontes renováveis (e.g. análise de impacto ambiental, estratégia de venda de energia elétrica, coordenação de fatores de produção, etc), coloca-a em posição privilegiada para avaliar e desenvolver boas oportunidades neste setor.

Ainda, fazer parte do grupo Engevix confere à Emissora uma vantagem competitiva sobre os seus concorrentes na implantação de projetos de geração, dada a grande experiência da Engevix na implantação de tais projetos.

Já na operação e manutenção de seus empreendimentos, a Emissora conta com sua subsidiária ENEX, que emprega profissionais com vasta experiência nesse tipo de atividade. Atualmente a ENEX possui 34 empreendimentos de geração de energia elétrica em seu portfólio, totalizando 1.145 MW. Entre 2006 a 2011, o faturamento bruto da ENEX aumentou em mais de 48 vezes, passando de R\$570 mil a R\$27.497 mil. Ainda, a Emissora acredita que o mercado de operação e manutenção de empreendimentos de geração no Brasil tende a crescer nos próximos anos, permitindo à sua subsidiária explorar novas oportunidades neste setor. Essa experiência também permite uma melhor avaliação da viabilidade de cada projeto pela Emissora, à medida que traz conhecimento sobre a atividade de O&M e suas dificuldades para diferentes projetos.

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS

A Emissora é uma companhia do setor de energia elétrica com investimentos em geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis e, em menor escala, transmissão. A Emissora buscará continuamente aumentar seus investimentos em projetos no setor elétrico, com foco em geração de energia renovável, incluindo usinas hidrelétricas, eólicas e movidas a biomassa.

Para alcançar seus objetivos, pretende implementar a seguinte estratégia:

Crescimento com foco em energia renovável, com ênfase em projetos hidrelétricos.

A Emissora pretende se valer dos mais de 30 anos de experiência de sua administração e de seus 15 anos de história desenvolvendo projetos de geração de energia renovável, para implantar e operar usinas hidrelétricas. Com relação a outras modalidades de energia renovável, está em processo de construção de quatro usinas eólicas, o que gradualmente conferirá à Emissora a experiência no desenvolvimento de projetos nestas fontes de energia renovável. A Emissora buscará também alinhar o aproveitamento de boas oportunidades de negócios que possam surgir para o desenvolvimento de empreendimentos, com o crescente conhecimento que adquirirá naqueles em que já investiu.

Contínuo crescimento da capacidade de geração por meio de projetos próprios.

Nos leilões em que participa, a Emissora pode dar lances para a obtenção de capacidade de geração de projetos próprios ou de terceiros, conforme mecânica de tais leilões conduzidos pela ANEEL. A Emissora buscará, nesse contexto, priorizar os projetos próprios para aumentar sua capacidade instalada, à medida que, em tais projetos, possui grande conhecimento sobre todas as variáveis que podem impactar seu sucesso. A Emissora acredita, ainda, que o conhecimento que possui desse portfólio próprio, juntamente com seu profundo conhecimento do setor elétrico, permite-lhe identificar a melhor forma de implantação e desenvolvimento do projeto.

Contínua busca de parceiros estratégicos para cada projeto.

A Emissora acredita que cada projeto possui desafios próprios por sua localização, características técnicas e sociais, e que a escolha dos parceiros é importante para aumentar as chances de sucesso e o retorno financeiro de cada empreendimento. Ao mesmo tempo, a formação de consórcios e parcerias reduz a potencial concorrência em determinados projetos que pretende desenvolver, o que lhe permite diversificar ainda mais o seu portfólio, além de reduzir certos custos fixos a que está sujeita.

Ao longo de sua história, a Emissora foi bem-sucedida no estabelecimento de parcerias estratégicas com importantes empresas do setor elétrico, conforme demonstram seus empreendimentos em operação. Assim, a Emissora pretende continuar formando parcerias sempre que as características de um empreendimento assim demandarem.

Ainda, como antecipado acima, a Emissora acredita que o relacionamento com a FUNCEF e SN Power também proporciona a ela acesso a altos padrões de governança corporativa.

Contínuo investimento no aperfeiçoamento do seu capital humano.

A Emissora pretende aprimorar continuamente suas políticas de estímulo à constante atualização tecnológica de seu corpo técnico, por meio de programas de educação continuada e o desenvolvimento de cursos de capacitação, formação e atualização de seu corpo de profissionais. Ao mesmo tempo, intensificará os esforços para a atração de profissionais qualificados e com o perfil exigido pelo seu modelo de negócios.

SUMÁRIO FINANCEIRO OPERACIONAL DA EMISSORA

Informações financeiras relativas aos períodos de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011 e dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

Balanço Patrimonial

As tabelas abaixo apresentam os principais dados financeiros da Emissora referentes ao seu balanço patrimonial para o período de 9 (nove) meses encerrado em 30 de setembro de 2012, bem como para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009. Tais dados financeiros da Emissora devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras auditadas e informações trimestrais não auditadas disponíveis nas páginas na rede mundial de computadores da Emissora e da CVM.

(Em milhares de R\$)	set/12	AV	dez/11	AV	dez/10	AV	dez/09	AV
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	21.922	1,20%	41.490	2,40%	57.672	5,09%	30.574	3,60%
Aplicação financeira restrita	0	0,00%	24.799	1,43%	—	0,00%	463	0,05%
Contas a receber	25.054	1,37%	34.505	1,99%	28.107	2,48%	19.111	2,25%
Dividendos a receber	—	0,00%	—	0,00%	—	0,00%	691	0,08%
Impostos a recuperar	3.292	0,18%	3.560	0,21%	2.288	0,20%	1.645	0,19%
Estoques	945	0,05%	696	0,04%	653	0,06%	716	0,08%
Despesas antecipadas	4.428	0,24%	13.645	0,79%	4.688	0,41%	1.534	0,18%
Outros Ativos	4.612	0,25%	4.982	0,29%	—	0,00%	340	0,04%
Ativos não circulantes mantidos para venda	674	0,04%	—	—	—	—	—	—
Total do ativo circulante.....	60.927	3,34%	123.677	7,14%	93.408	8,24%	55.074	6,48%
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
Aplicação financeira restrita	34.626	1,90%	32.081	1,85%	18.139	1,60%	9.130	1,07%
Partes relacionadas	59.060	3,24%	33.680	1,95%	26.379	2,33%	5.263	0,62%
Imposto de renda diferido	5.044	0,28%	2.051	0,12%	—	0,00%	—	0,00%
Outros ativos	27	0,00%	60	0,00%	7	0,00%	2	0,00%
Total do ativo não circulante	98.757	5,41%	67.872	3,92%	44.525	3,93%	14.395	1,69%
Investimentos	169.397	9,29%	136.911	7,91%	87.660	7,73%	77.867	9,16%
Imobilizado	1.363.400	74,74%	1.257.604	72,65%	807.875	71,26%	603.072	70,92%
Intangível	131.805	7,23%	144.953	8,37%	100.270	8,84%	99.941	11,75%
Total do ativo não circulante	1.763.359	96,66%	1.607.340	92,86%	1.040.330	91,76%	795.275	93,52%
Total do ativo.....	1.824.286	100,00%	1.731.017	100,00%	1.133.738	100,00%	850.349	100,00%
Passivo e patrimônio líquido								
Circulante								
Fornecedores								
Partes relacionadas	10.857	0,60%	6.505	0,38%	18.267	1,61%	11.523	1,36%
Terceiros	118.306	6,49%	134.375	7,76%	24.211	2,14%	7.482	0,88%
Financiamentos	136.268	7,47%	81.519	4,71%	47.920	4,23%	46.903	5,52%
Partes relacionadas	11.727	0,64%	123.059	7,11%	909	0,08%	3.573	0,42%
Contas a pagar por aquisição de terras	3.173	0,17%	3.601	0,21%	4.972	0,44%	7.582	0,89%
Provisão para custos socioambientais.....	3.859	0,21%	2.647	0,15%	1.801	0,16%	1.582	0,19%
Concessões a pagar	4.070	0,22%	5.371	0,31%	5.266	0,46%	4.734	0,56%
Salários e encargos sociais.....	4.264	0,23%	2.756	0,16%	1.365	0,12%	862	0,10%
Indenizações a pagar	175	0,01%	532	0,03%	356	0,03%	670	0,08%
Impostos e contribuições	15.237	0,84%	12.610	0,73%	7.534	0,66%	9.325	1,10%
Imposto de renda e contribuição social	5.147	0,28%	4.387	0,25%	2.288	0,20%	1.796	0,21%
Dividendos propostos a pagar.....	0	0,00%	529	0,03%	—	0,00%	261	0,03%
Outros passivos	10.700	0,59%	3.601	0,21%	1.792	0,16%	4.650	0,55%
Passivos não circulantes mantidos para venda	649	—	—	—	—	—	—	—
Total do passivo circulante.....	324.432	17,78%	381.492	22,04%	116.681	10,29%	100.943	11,87%
Não circulante								
Financiamentos	700.995	38,43%	674.156	38,95%	351.092	30,97%	424.205	49,89%
Indenizações a pagar	2.308	0,13%	2.012	0,12%	1.988	0,18%	1.850	0,22%
Imposto de Renda Diferido.....	7.153	0,39%	6.924	0,40%	3.505	0,31%	3.786	0,45%
Provisão para perda em contrato de fornecimento de energia.....	—	0,00%	—	0,00%	2.237	0,20%	2.019	0,24%
Provisão para custos socioambientais.....	5.466	0,30%	1.704	0,10%	2.626	0,23%	3.893	0,46%
Concessões a pagar	71.426	3,92%	66.593	3,85%	67.385	5,94%	61.933	7,28%
Outros Passivos	1.413	0,08%	—	—	—	—	—	—
Total do passivo não circulante	788.761	43,24%	751.389	43,41%	428.833	37,82%	497.686	58,53%
Total do passivo.....	1.113.193	61,02%	1.132.881	65,45%	545.514	48,12%	598.629	70,40%
Patrimônio líquido								
Capital social.....	665.312	36,47%	546.787	31,59%	546.787	48,23%	178.000	20,93%
Ajuste de avaliação patrimonial	44.648	2,45%	41.867	2,42%	35.587	3,14%	33.069	3,89%
Reservas de lucros	8.396	0,46%	7.867	0,45%	5.850	0,52%	24.323	2,86%
Lucros (prejuízo) acumulados	-7.753	-0,42%	—	0,00%	—	0,00%	-9.880	-1,16%
Adiantamento para futuro aumento de capital.....	—	0,00%	—	0,00%	—	0,00%	3.750	0,44%
Participação dos não controladores	490	0,03%	1.615	0,09%	—	0,00%	22.458	2,64%
Total do patrimônio líquido	711.093	38,98%	598.136	34,55%	588.224	51,88%	251.720	29,60%
Total do passivo e patrimônio líquido.....	1.824.286	100,00%	1.731.017	100,00%	1.133.738	100,00%	850.349	100,00%

Demonstrações do Resultado

As tabelas abaixo apresentam os principais dados financeiros da Emissora referentes às suas demonstrações de resultados para os períodos de 9 (nove) meses encerrados em 30 de setembro de 2012 e 2011, bem como para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009. Tais dados financeiros da Emissora devem ser lidos em conjunto com suas demonstrações financeiras auditadas e informações trimestrais não auditadas disponíveis nas páginas na rede mundial de computadores da Emissora e da CVM.

(Em milhares de R\$)	9M12	9M11	2011	2010	2009
Fornecimento de energia elétrica	134.706	79.948	130.061	100.232	72.838
Serviços prestados	16.845	7.982	13.342	6.114	3.805
Receita de venda ou reembolso de projetos	—	—	—	5.803	—
Receita líquida operacional	151.551	87.930	143.403	112.149	76.643
Custo das vendas e dos serviços prestados	-10.574	-5.052	-9.309	-9.800	-1.951
Custo do serviço de energia elétrica	-65.943	-31.157	-64.524	-38.163	-19.106
Lucro bruto	75.034	51.721	69.570	64.186	55.586
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	-23.071	-14.115	-23.817	-15.341	-7.436
Honorários da administração	-3.203	-3.047	-4.396	-2.392	-1.134
Com estudos em desenvolvimento	-2.676	-3.045	-4.352	1.795	3.343
Perdas com contratos de energia	0	-2.466	-2.466	—	-2.019
Outras receitas operacionais, líquidas	-854	-244	-276	1.577	-6
	-29.804	-22.917	-35.307	-14.361	-7.252
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	45.230	28.804	34.263	49.825	48.334
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	-59.599	-45.071	-54.729	-45.228	-42.075
Receitas financeiras, líquidas de tributos	6.582	4.663	7.083	7.623	2.670
	-53.017	-40.408	-47.646	-37.605	-39.405
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	2.625	1.172	1.580	-89	77
Dividendos recebidos	946	833	941	212	701
Ganho com investimento	—	—	17264	—	—
Amortização direitos – contratos firmes	—	—	-383	—	—
Baixa e provisão para perda com investimentos	441	17551	—	—	-2213
Provisão para passivo a descoberto	—	—	—	—	—
	4.012	19.556	19.402	123	-1.435
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-3.775	7.952	6.019	12.343	7.494
Imposto de renda e contribuição social	-4.003	-1.663	-3.571	-2.706	-3.176
Lucro líquido (prejuízo) do período	-7.778	6.289	2.448	9.637	4.318
Atribuível aos:					
Acionistas da companhia	-7.753	6.343	2.546	8.924	3.354
Não controladores	-25	-54	-98	713	964
	-7.778	6.289	2.448	9.637	4.318
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	-0,0734	0,0634	0,0255	0,1362	7,2047

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À EMISSORA

Os empreendimentos detidos pela Emissora podem ser afetados por diversos fatores, principalmente aqueles fora de seu controle, o que poderá gerar efeito adverso relevante para suas receitas e rentabilidade.

A Emissora desenvolve e investe em projetos no setor de energia elétrica, os quais demandam significativos investimentos de tempo e capital. Por essa razão, a capacidade de crescimento e fortalecimento de seus negócios dependem (i) de sua capacidade de selecionar projetos atrativos para investimento, e (ii) de sua capacidade em estruturar e desenvolver adequadamente tais projetos.

Durante a implantação de novos projetos de investimento, a Emissora pode enfrentar diversos obstáculos, dentre os quais (i) falhas e/ou atrasos na aquisição de equipamentos ou serviços necessários; (ii) aumento dos custos inicialmente estimados; (iii) dificuldades na obtenção de licenças ambientais e governamentais necessárias; (iv) mudanças nas condições de mercado que tornem os projetos menos rentáveis do que o previsto inicialmente; (v) impossibilidade ou demora para adquirir terras a preços atrativos, ou o aumento do preço das terras; (vi) impossibilidade e demora de encontrar e adquirir terras que apresentem situação regular e em cumprimento com as leis imobiliárias brasileiras; (vii) incapacidade de desenvolver infraestrutura e atrair mão-de-obra qualificada em tempo hábil e de modo eficaz; e (viii) o fato de estar exposta a eventuais questionamentos e litígios que podem surgir a respeito dos projetos adquiridos. Todos estes fatores podem fazer com que o eventual aumento na demanda por energia elétrica seja atendida por projetos de geração de energia elétrica diversos daqueles previstos pela Emissora, o que causará um efeito adverso relevante em seu resultado.

Ainda, caso os projetos selecionados para investimento gerem retornos abaixo do esperado, ou caso a estruturação e/ou o desenvolvimento desses projetos demande tempo ou investimentos maiores que os inicialmente projetados, os resultados da Emissora poderão ser adversamente afetados.

As parcerias formadas para a realização dos investimentos da Emissora podem não ser bem sucedidas, o que poderá afetar de maneira adversa suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Em determinadas situações, a Emissora depende da formação de parcerias estratégicas para a realização de investimentos, a exemplo da parceria que estabeleceu para a viabilização do CERAN. Tais parcerias tem por objetivo complementar conhecimentos específicos, agregar fonte de financiamento aos seus empreendimentos, assim como viabilizar operacionalmente a implantação dos mesmos. Não há como assegurar que as parcerias formadas na condução de seus negócios serão bem sucedidas e produzirão os resultados esperados. A escolha inadequada de parceiros ou a dificuldade de se formar parcerias estratégicas para a realização de investimentos poderão prejudicar suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Pela natureza de seus negócios, também costuma participar de processos licitatórios como parte em consórcios, tais como CERAN. Em determinadas modalidades de consórcios de que a Emissora participa, é solidariamente responsável pelas obrigações dos demais consorciados, independentemente do percentual de sua participação no consórcio. Caso qualquer deles deixe de cumprir com suas obrigações, a Emissora pode ser obrigada a indenizar de forma solidária o contratante por um eventual descumprimento por parte de uma consorciada, o que poderá prejudicar suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Adicionalmente, a Emissora costuma contratar junto a empresas prestadoras de serviços no mercado brasileiro, inclusive sua afiliada Engevix, serviços de engenharia consultiva e de empreitada integral, de construção civil, montagem eletromecânica, consultoria especializada, dentre outros. A incapacidade ou indisposição desses contratados em prestar os serviços contratados em prazos adequados, conforme as especificações contratuais, poderá atrasar as obras e os serviços por nós contratados e, conseqüentemente, afetar adversamente suas receitas e resultado financeiro.

Por fim, a Emissora investe comumente em sociedades de propósito específico em conjunto com outras sociedades. Os riscos inerentes às sociedades de propósito específico incluem a potencial insolvência dos parceiros das sociedades de propósito específico e a possibilidade de interesses econômicos ou comerciais divergentes ou incompatíveis entre a Emissora e seus parceiros. Caso um parceiro em sociedade de propósito específico não cumpra suas obrigações ou fique financeiramente impossibilitado de arcar com sua parcela dos aportes de capital necessários, a emissora poderá ser obrigada a efetuar investimentos adicionais ou a prestar serviços adicionais para compensar a falta de aportes por seu parceiro. Ainda, os sócios de uma sociedade de propósito específico poderão ser responsabilizados por obrigações da sociedade de propósito específico em determinadas áreas, incluindo questões fiscais, trabalhistas, proteção ao meio ambiente e consumidor. Tais eventos poderão impactar adversamente seus negócios.

A relação entre a capacidade própria instalada da Emissora e suas unidades geradoras é concentrada, de modo que é particularmente sensível a eventuais paralisações prolongadas em qualquer de seus empreendimentos.

As receitas da Emissora são originadas por suas unidades geradoras, sendo que, ao final do ano de 2011, seus três maiores empreendimentos representavam 66% de sua capacidade instalada própria de geração de energia elétrica. Ao final do mês de setembro de 2012, seus três maiores empreendimentos representavam 41% de sua capacidade instalada própria de geração de energia elétrica.

Dessa forma, seus resultados operacionais e financeiros são significativamente dependentes do funcionamento dessas unidades geradoras atualmente em operação. A ocorrência de qualquer evento que cause paralisação prolongada de suas unidades geradoras poderá resultar em impacto adverso e relevante em seus resultados financeiros e operacionais.

A estrutura de endividamento das controladas da Emissora pode afetar adversamente seus resultados.

Em função das características dos empreendimentos relacionados ao setor elétrico, parcela significativa dos recursos necessários para sua implantação provém de financiamentos que, em grande parte, são obtidos junto ao BNDES. No curso de dos negócios da Emissora, ela poderá recorrer a novos endividamentos para obter os recursos necessários aos investimentos que pretende realizar, elevando seu nível geral de endividamento.

A ocorrência de variações adversas nos indexadores dos empréstimos atuais e que vierem a ser celebrados, tais como flutuações nas taxas de juros ou de inflação, poderão impactar negativa e significativamente o fluxo de caixa e os resultados financeiros da Emissora em decorrência do aumento de despesas financeiras com encargos de dívida, reduzindo nosso lucro líquido e, assim, os valores para distribuição aos seus acionistas a título de dividendos e/ou outros proventos.

Atuamos em um ambiente altamente regulado e poderemos ser afetados adversamente por medidas governamentais.

A implantação da nossa estratégia de crescimento e a condução de nossas atividades podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais podem ser citadas:

- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de autorizações para exploração de potenciais hidrelétricos, eólicos, de biomassa e de outras fontes renováveis;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de licenças ambientais por parte do Governo Federal ou dos governos estaduais, conforme o caso;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para aquisição de energia elétrica no ACR ou no ACL, entre outras alterações de natureza regulatória;
- descontinuidade ou redução no desconto de 50% nas tarifas de transmissão e distribuição de energia gerada por fontes renováveis e comercializadas a consumidores livres e consumidores especiais;
- alteração das normas aplicáveis aos nossos negócios; e

- alterações das regras ambientais, trabalhistas e tributárias.

Adicionalmente, não podemos assegurar as ações que serão tomadas pelo Governo Federal e/ou pelos governos estaduais no futuro com relação ao desenvolvimento do sistema elétrico brasileiro, e em que medidas tais ações poderão nos afetar adversamente.

Qualquer alteração na legislação ou na regulamentação relativas ao setor elétrico brasileiro poderá impor um ônus relevante sobre nossas atividades e causar um efeito adverso sobre nós. Na medida em que não formos capazes de repassar aos clientes os custos decorrentes da edição de novas leis e regulamentos, nossos resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

SUMÁRIO DA OFERTA

Emissora	Desenvix Energias Renováveis S.A.
Debêntures	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional, em série única.
Data de Emissão	12 de dezembro de 2012.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A.
Agente Fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda.
Instituição Escriutadora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Coordenador Líder	Banco Fator S.A.
Valor Total da Emissão	R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão, observado que tal montante poderia ser aumentado com a emissão das Debêntures Adicionais e das Debêntures Suplementares.
Número de Séries	A Emissão será realizada em série única.
Quantidade de Debêntures	Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures. A quantidade de Debêntures a ser emitida foi definida em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
Valor Nominal Unitário	R\$1.000,00 (mil reais), na data da Emissão.
Espécie	As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia adicional, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“ <u>Lei das S.A.</u> ”).
Garantia Adicional	Conforme descrita na Seção “Características das Debêntures – Garantia”, na página 40 deste Prospecto.
Forma e Conversibilidade	As Debêntures serão emitidas sob a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de debêntures. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
Prazo e Data de Vencimento	O prazo de vencimento das Debêntures será de 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 12 de dezembro de 2016.
Preço de Subscrição e Forma de Integralização	As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição.
Registro para Distribuição nos Mercados Primário e Secundário	As Debêntures da presente Emissão foram registradas (i) para distribuição no mercado primário: por meio do SDT e do DDA e (ii) para negociação no mercado secundário: por meio do SND e do BOVESPAFIX.

Destinação dos Recursos	A totalidade dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures será destinada para propósitos corporativos gerais, incluindo reforço de capital de giro, pagamento de dívidas existentes, e investimentos nas sociedades de propósito específico controladas pela Emissora.
Repactuação	As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.
Atualização Monetária das Debêntures	O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.
Remuneração	As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, <i>Over Extra-Grupo</i> , expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br), acrescida de um <i>spread</i> (sobretaxa) de 2,8% (dois vírgula oito por cento) ao ano, conforme definida em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, <i>pro rata temporis</i> , incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo de Valor Nominal Unitário de cada Debênture, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observado o cronograma de pagamento previsto na Escritura de Emissão e de acordo com a fórmula prevista na Seção “Características das Debêntures – Remuneração das Debêntures” nas páginas 34 a 36 deste Prospecto.
Resgate Antecipado	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 12 de dezembro de 2014, realizar o resgate antecipado parcial ou total das Debêntures, nos termos descritos na Seção “Características das Debêntures – Resgate Antecipado”, nas páginas 37 a 39 deste Prospecto.
Aquisição Facultativa	A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, observado o disposto no §3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento da Escritura de Emissão. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus ao mesmo rendimento das demais Debêntures em Circulação.
Local de Pagamento	Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no BOVESPAFIX; e/ou (iii) por meio do Banco Mandatário e da Instituição Escrituradora para a Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente no SND e/ou BOVESPAFIX.

Público Alvo	As Debêntures serão colocadas pelo Coordenador Líder e pelas instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários devidamente autorizadas a operar no mercado de capitais contratadas para compor o grupo de vendas para realizar a distribuição das Debêntures, perante (a) investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores, exceto pelas pessoas físicas e jurídicas citadas no inciso iv do referido artigo; fundos de investimento que não se enquadrem na definição de Investidores Qualificados, cujos regulamentos permitam investimentos em títulos e valores mobiliários privados de renda fixa com prazos compatíveis com os das Debêntures; ou investidores que desejarem aplicar mais de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para aquisição das Debêntures objeto da Oferta (“ <u>Investidores Institucionais</u> ”) e (b) pessoas físicas, pessoas jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA que não estejam compreendidos na definição de Investidores Institucionais e que realizem Pedido de Reserva em valor entre R\$1.000,00 (um mil reais) e R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (“ <u>Investidores de Varejo</u> ”, e, quando em conjunto com os Investidores Institucionais, os “ <u>Investidores</u> ”).
Inadequação do Investimento	A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita; e (iii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresas do setor da Emissora.
Quórum de Instalação da AGD	A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas, exceto na hipótese de AGD para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, que se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem 75%, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.
Quórum de Deliberação da AGD	Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As alterações nas características e condições das Debêntures, bem como a deliberação sobre não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que alterações na Remuneração, nas condições de prazo, amortização e espécie das Debêntures, nas cláusulas de vencimento antecipado, bem como alterações a qualquer quórum de deliberação previsto na Escritura de Emissão, exceto o quórum previsto na Cláusula 7.4.2 da Escritura de Emissão, deverão contar com a aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
Regime de Colocação das Debêntures	O Coordenador Líder efetuará a distribuição das Debêntures no montante total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), em regime de melhores esforços de colocação.

Distribuição Parcial das Debêntures	<p>Foi admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta em nada seria afetada caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures objeto da Oferta. As Debêntures que não fossem efetivamente subscritas e integralizadas durante o Prazo de Colocação das Debêntures seriam canceladas pela Emissora. A manutenção da Oferta foi condicionada à subscrição e integralização da quantidade mínima de 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, perfazendo o montante mínimo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).</p> <p>Não houve distribuição parcial das Debêntures.</p>
Prazo de Colocação	<p>O prazo de colocação das Debêntures será de até 06 (seis) meses, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início ou até a data da publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.</p>
Classificação de risco	<p>A Emissora contratou a Moody's América Latina ("<u>Moody's</u>") para a elaboração do relatório de classificação de risco para esta Emissão.</p> <p>A Moody's atribuiu <i>rating</i> "Baa1.br" às Debêntures.</p>

Quaisquer informações complementares sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto: (i) à Desenvix, em seu endereço de atendimento aos acionistas e em seu website; (ii) ao Coordenador Líder, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017 – 11º e 12º andares, Itaim Bibi, CEP 04530-001; (iii) ao Agente Fiduciário, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar CEP 04538-132; (iv) à CVM, localizada na Rua 7 de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20050-006, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (v) à CETIP, localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 1º andar, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001; e (vi) à BM&FBOVESPA, localizada na Rua XV de Novembro, nº 275, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Prospecto Definitivo está disponível nas seguintes páginas da internet: (i) Emissora: http://www.desenvix.com.br/Relacao_Investidores/ri/debentures.aspx. Neste *website* acessar "Prospecto Definitivo"; (ii) Coordenador Líder: <http://www.bancofator.com.br/banco/>. Neste *website* acessar "Ofertas Públicas" no canto direito da página e, em seguida, "Desenvix – 1ª emissão de debêntures" e clicar em "Prospecto Definitivo"; (iii) CVM: www.cvm.gov.br. Neste *website* acessar "Registro de Ofertas Públicas" e, posteriormente, "Ofertas em Análise". No *website* acessar "Debêntures" em "Primária – Volume em Reais" e acessar "Prospecto Definitivo" em "Desenvix Energias Renováveis S.A."; (iv) CETIP: www.cetip.com.br/Comunicados-Documentos#Lista. No campo "Categoria de Documento", escolher "Prospectos de Debêntures", no campo "Título" digitar "Desenvix", no campo "Ano" escolher "2012" e clicar em "Buscar"; em seguida, clicar em "Desenvix Energias Renováveis S/A"; e (v) BM&FBOVESPA: www.bmfbovespa.com.br. Neste *website* acessar, na página inicial, "Empresas Listadas" e digitar "Desenvix" no campo disponível. Em seguida acessar "Desenvix Energias Renováveis S/A" e, posteriormente, "Informações Relevantes". Acessar "Prospecto de Distribuição Pública". No *website* acessar novamente "Prospecto de Distribuição Pública", com o assunto "Prospecto Definitivo da Primeira Emissão de Debêntures Simples da Desenvix".

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA

Os seguintes documentos e as informações neles contidas ficam expressamente incorporados a este Prospecto como se dele constassem para todos os efeitos legais e regulamentares:

Documento	Endereço Eletrônico
Formulário Cadastral	<p>www.cvm.gov.br (selecionar item “Companhias Abertas e Estrangeiras”, subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC e outras Informações”, digitar “Desenvix Energias Renováveis S/A” e clicar em “Continuar”, subitem “Desenvix Energias Renováveis S/A”, subitem “Formulário Cadastral”, acessar <i>download</i> com a data mais recente).</p> <p>www.bmfbovespa.com.br (selecionar item “Empresas Listadas”, digitar “Desenvix Energias Renováveis S/A” e clicar em “Relatórios Financeiros”, subitem “Principal”, subitem “Formulário Cadastral”, acessar <i>download</i> com a data mais recente).</p>
Formulário de Referência	<p>http://www.desenvix.com.br/relacao_investidores/ri/informacoes_financeiras.aspx. (selecionar item “Formulário de Referência”).</p> <p>www.cvm.gov.br (selecionar item “Companhias Abertas e Estrangeiras”, subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC e outras Informações”, digitar “Desenvix Energias Renováveis S/A” e clicar em “Continuar”, subitem “Desenvix Energias Renováveis S/A”, subitem “Formulário de Referência”, acessar <i>download</i> com a data mais recente).</p> <p>www.bmfbovespa.com.br (selecionar item “Empresas Listadas”, digitar “Desenvix Energias Renováveis S/A” e clicar em “Desenvix Energias Renováveis S/A”, subitem “Relatórios Financeiros”, subitem “Formulário de Referência – Em arquivo”, acessar <i>download</i> com a data mais recente).</p>

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO

As declarações contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência relativas aos planos, previsões, expectativas sobre eventos futuros, estratégias, tendências financeiras que afetam as atividades da Emissora, bem como declarações relativas a outras informações, inclusive na Seção “Fatores de Risco”, nas páginas 60 a 64 deste Prospecto e nos itens 4, 5, 7 e 10 do Formulário de Referência, constituem estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas e, portanto, não constituem garantias de resultados futuros da Emissora.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais, estimativas e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar os negócios operacionais e o setor de atuação da Emissora, bem como sua situação financeira e os seus resultados operacionais e prospectivos. Embora a Emissora acredite que essas estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações atuais à disposição.

Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos em outras seções deste Prospecto e do Formulário de Referência, podem vir a fazer com que os resultados efetivos da Emissora sejam substancialmente diferentes dos resultados previstos em suas estimativas, inclusive os seguintes:

- não obtenção de autorização para o desenvolvimento ou implantação de nossos projetos;
- alterações nos preços de energia elétrica;
- alterações na regulamentação governamental do setor elétrico ou na regulação ou execução das normas ambientais;
- falta de obtenção ou a perda de licenças ambientais e/ou outras necessárias;
- término antecipado ou intervenção das nossas autorizações pelo Poder Concedente;
- alterações na demanda por energia elétrica;
- oscilações na demanda de energia elétrica por consumidores;
- escassez de recursos naturais, interrupções do sistema de transmissão, problemas operacionais e técnicos ou danos físicos nas instalações;
- capacidade de identificar novos projetos de geração;
- nossa capacidade de obter financiamento para nossos projetos em condições satisfatórias;
- disponibilidade, termos, condições e oportunidade para se obter autorizações, licenças e concessões governamentais;
- condições comerciais e políticas no Brasil;
- mudanças na situação macroeconômica do Brasil e do mercado de energia elétrica;
- alterações nos nossos custos operacionais;
- a qualidade de crédito de nossos clientes;
- nosso nível de endividamento, entre outras obrigações;
- inflação, depreciação e desvalorização do real e as flutuações da taxa de juros;

- intervenções do governo que poderão resultar em mudanças no ambiente econômico, tributário, tarifário ou regulador no Brasil;
- riscos de não conseguirmos implementar com sucesso nossas estratégias e planos de crescimento; e
- outros fatores de risco discutidos na Seção “Fatores de Risco” nas páginas 60 a 64 deste Prospecto e nas Seções 4 e 5 do Formulário de Referência da Companhia.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas. Estimativas envolvem incertezas, riscos e premissas, pois incluem informações relativas aos nossos resultados operacionais futuros possíveis ou presumidos, estratégia de negócios, planos de financiamento, posição competitiva no mercado, ambiente setorial, oportunidades de crescimento potenciais, efeitos de regulamentação futura e efeitos da competição. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que a Emissora não pode assegurar que atualizará ou revisará quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores, exceto conforme determinado pela Instrução CVM 480. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam garantia de desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros e o desempenho da Emissora podem diferir substancialmente daqueles previstos nas estimativas em razão, inclusive, dos fatores mencionados acima, mas não se limitando a eles. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento nas Debêntures.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Identificação da Emissora	A Emissora é constituída sob a forma de sociedade por ações, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.622.416/0001-41, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.143.949.
Sede	A sede social da Emissora está localizada na Alameda Araguaia, 3571, conj. 2001, Bairro Tamboré, CEP 06455-000, na cidade de Barueri, no Estado de São Paulo.
Diretoria de Relações com Investidores	A Diretoria de Relações com Investidores da Emissora localiza-se na Rua Tenente Silvestre, 94, 9º andar, Ed. Schweidson, Florianópolis, SC, CEP 88010-300. O Sr. José Antunes Sobrinho é o responsável por esta diretoria e pode ser contatado através do telefone (55 48) 3031-2500, fax (55 48) 3031-2501 e endereço de correio eletrônico ri@desenvix.com.br .
Auditores Independentes da Emissora	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
Atendimento aos Debenturistas	O atendimento aos debenturistas é feito pelo Sr. Leoze Lobo Maia Júnior, na Rua Tenente Silvestre, 94, 9º andar, Ed. Schweidson, Florianópolis, SC, CEP 88010-300, através do telefone (55 48) 3031-2514, fax (55 48) 3031-2501 e endereço de correio eletrônico ri@desenvix.com.br .
Jornais nos quais divulga informações	As informações sociais referentes à Companhia são divulgadas no DOESP e no jornal “Empresas e Negócios”.
Website	O <i>website</i> da Emissora está disponível no endereço www.desenvix.com.br . As informações constantes no <i>website</i> da Emissora não são parte integrante deste Prospecto, nem se encontram incorporadas por referência a este.

Informações Adicionais: Quaisquer informações complementares sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto: (i) à Desenvix, em seu endereço de atendimento aos acionistas e em seu *website*; (ii) ao Coordenador Líder, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, 11º e 12º andares, Itaim Bibi, CEP 04530-001; (iii) ao Agente Fiduciário, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 10º andar, CEP, CEP 04538-132; (iv) à CVM, localizada na Rua 7 de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20050-006, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (v) à CETIP, localizada na Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (vi) à BM&FBOVESPA, localizada na Rua XV de Novembro, nº 275, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

EMISSORA

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Rua Tenente Silveira, 94, 9º andar, Ed. Schweidson
CEP 88010-300, Florianópolis, SC
At.: Sr. Leoze Lobo Maia Júnior
Telefone: (48) 3031-2514
Fac-símile: (48) 3031-2501
e-mail: ri@desenvix.com.br
Internet: www.desenvix.com.br

COORDENADOR LÍDER

Banco Fator S.A.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 12º andar, Itaim Bibi
CEP 04530-001, São Paulo, SP
At.: Sr. Mauro Monteiro de Miranda
Telefone: (11) 3049-6178
Fac-símile: (11) 3842-5280
e-mail: mauromiranda@bancofator.com.br
Internet: www.bancofator.com.br

CONSULTOR JURÍDICO

Para a Emissora e para o Coordenador Líder

Veirano Advogados

Avenida das Nações Unidas, 12.995, 18º andar
CEP 04578-000, São Paulo, SP
At.: Carlos Alexandre Lobo
Telefone: (21) 3824-4604
Fac-símile: (21) 2262-4247
e-mail: carlos.lobo@veirano.com.br

AGENTE FIDUCIÁRIO

Planner Trustee DTVM Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900 – 10º andar, Itaim Bibi
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Viviane Rodrigues
Telefone: (11) 2157-2628
Fac símile: (11) 3078-7264
e-mail: vrodrigues@plannercorretora.com.br

BANCO MANDATÁRIO

Itaú Unibanco S.A.

Praça Aldredo Egydio de Souza Aranha, 100 Torre Olavo Setubal
CEP 04344-902, São Paulo, SP
At.: Douglas Callegari
Telefone: (11) 2797-4431
Fac símile: (11) 2797-3140
e-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

INSTITUIÇÃO ESCRITURADORA

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Douglas Callegari
Telefone: (11) 2797-4431
Fac simile: (11) 2797-3140
e-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

AUDITORES

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

Avenida Avenida Rio Branco, 847, Centro
CEP 88015-205, Florianópolis, SP
At.: Sr. Mario Miguel Tomaz Tannhauser Junior
Telefone: (48) 3212-0200
e-mail: mario.tanhauser@br.pwc.com
Internet: <http://www.pwc.com/br/pt/index.jhtml>

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Informações adicionais sobre a distribuição pública das Debêntures poderão ser obtidas com o Coordenador Líder ou nos endereços abaixo:

Comissão de Valores Mobiliários

Centro de Consulta da CVM-RJ
Rua 7 de Setembro, 111, 5º andar
CEP: 20159-900, Rio de Janeiro, RJ
Rua Cincinato Braga 340, 2º, 3º e 4º andares
CEP: 01333-010, São Paulo, SP
Internet: www.cvm.gov.br

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1663, 1º andar, Jardim Paulistano
CEP: 01452-001, São Paulo, SP
Internet: www.cetip.com.br

BM&FBOVESPA S.A. – BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS

Praça Antonio Prado, nº 48, São Paulo, SP
Rua XV de Novembro, 275, São Paulo, SP
Internet: www.bmfbovespa.com.br

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder relativas ao artigo 56 da Instrução CVM 400 encontram-se no Anexo D, constante das páginas 155 a 160 deste Prospecto.

IDENTIFICAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

BANCO FATOR S.A.

A história do Coordenador Líder começou a ser escrita em 1967, com a criação da Corretora Fator, que no seu processo de desenvolvimento originou o Coordenador Líder. Hoje, são mais de 40 anos de experiência e tradição no mercado financeiro.

Desde 1989 atua como banco múltiplo, na carteira comercial e de investimentos, por meio de soluções individualizadas, estratégicas e rentáveis, desenvolvendo os principais negócios de modo integrado. O Coordenador Líder e suas empresas controladas dispõem de completa gama de produtos e serviços para clientes pessoas físicas e jurídicas, com destaque para as operações em mercados de capitais. Atua de forma coordenada em sete segmentos: comercial/tesouraria proprietária (emissão de debêntures e de ações, crédito, entre outros); banco de investimento (fusões e aquisições, privatizações, financiamento de projetos e reorganização societária); seguradora, corretagem; administração/gestão de recursos de terceiros, private equity e private banking.

A Fator S.A. Corretora de Valores, subsidiária do Coordenador Líder, tem mais de 40 anos de atuação nas atividades de intermediação para clientes individuais e corporativos junto à BM&FBovespa. Mantém uma respeitada e reconhecida equipe de análise (sell side), oferecendo a mais ampla cobertura diária de mais de 120 empresas listadas em bolsa (com ênfase em small caps). Seguindo as mais modernas tendências do mercado, atua no mercado de Exchange Traded Funds (ETFs), além de ter desenvolvido sua estrutura funcional e tecnológica, para oferecer as mais modernas plataformas de negociação eletrônica para operar mercadorias, futuros e opções sob conceito de Acesso Direto ao Mercado (DMA – Direct Market Access). A Fator Corretora possui classificação de risco AA– (estável) concedida pela Austin Rating.

A FAR – Fator Administração de Recursos Ltda., subsidiária do Coordenador Líder, foi constituída em 1997, com foco claro na gestão ativa em renda variável e de fundos multimercado, focando seu crescimento no desenvolvimento de produtos diferenciados. A FAR possui classificação de risco M2– (bra) concedida pela Fitch Ratings.

A Fator Seguradora S.A. iniciou suas atividades em julho de 2008 com estratégia voltada ao atendimento da demanda de clientes corporativos. Tem atuação voltada também às empresas que necessitam de garantias financeiras e cobertura para Responsabilidade Civil e D&O. A Fator Seguradora possui classificação de risco BBB+(bra) concedida pela Fitch Ratings, refletindo o suporte de seu acionista, o Coordenador Líder, e a satisfatória experiência demonstrada por sua administração na estruturação da seguradora.

A área de bancos de investimentos do Coordenador Líder possui ampla gama de serviços de assessoria financeira e participação em ofertas de valores mobiliários, atendendo grupo de clientes que inclui empresas, instituições financeiras, fundos de investimento, governos e indivíduos. Recentemente, assessorou o Governo do Estado de São Paulo na avaliação econômico-financeira do Banco Nossa Caixa S.A., o qual foi alienado para o Banco do Brasil S.A., além de também ter assessorado o Banco do Brasil S.A. na elaboração de um fairness opinion acerca do valor de aquisição do Banco Votorantim S.A. Adicionalmente, assessorou a Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A. no processo de reestruturação financeira e societária através de um aporte de capital superior a R\$ 315 milhões.

O Coordenador Líder possui ainda uma tesouraria cuja atuação está pautada no rígido controle da liquidez do banco, princípio este também adotado para oferecer a seus clientes soluções que vão desde a captação de recursos em Certificados de Depósitos Bancário (CDBs) até operações estruturadas de hedge para vários ativos financeiros. De maneira conservadora, a tesouraria do Coordenador Líder não realiza operações proprietárias.

Por fim, o Fator Private Banking é uma estrutura especialista na alocação de investimentos para clientes alta renda, de acordo com características e objetivos específicos de cada investidor, respeitando seu nível de tolerância ao risco. Sua oferta baseia-se em uma “arquitetura aberta”, ou seja, permite a oferta de produtos de terceiros sem incorrer em conflito de interesses com as demais áreas de negócios do banco.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

BANCO FATOR S.A. (COORDENADOR LÍDER)

Em 14 de junho de 2012, a Companhia emitiu 7 (sete) notas promissórias, cartulares, de valor nominal unitário de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), totalizando um montante de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), destinadas à oferta pública, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, consideradas valores mobiliários nos termos da Lei 6385/1976 e Res. CMN 1723/1990 – art. 1º). A totalidade de referidas notas promissórias foi adquirida pelo Coordenador Líder.

O vencimento destas notas promissórias está previsto para 14 de dezembro de 2012, e estas notas promissórias farão jus a uma remuneração, devida na data de vencimento, equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de sobretaxa de 1,50% (um vírgula cinco por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o valor nominal unitário, a partir da data de emissão (“Remuneração das Notas”). A Remuneração das Notas será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidente sobre o valor nominal unitário destas notas promissórias, desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento.

Para maiores informações sobre as notas promissórias, veja as seções 10.1.(f), 18.5 e 18.8 do Formulário de Referência da Companhia anexo a este Prospecto e o Fator de Risco “O Coordenador Líder pode ter interesse excessivamente vinculado à conclusão da Oferta, uma vez parte dos recursos da Oferta pode ser destinada pela Companhia à amortização da dívida no âmbito das notas promissórias” na página 64 deste Prospecto.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

A realização da Oferta foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de outubro de 2012, na qual foi deliberada a emissão das Debêntures, bem como as condições constantes do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, cuja ata foi arquivada na JUCESP sob o nº 454.702/12-7 em 18 de outubro de 2012, e publicada no DOESP e no jornal “Empresas e Negócios” em 12 de outubro de 2012, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

A realização da Oferta é regulada pela Escritura de Emissão, que foi aditada para refletir a quantidade de Debêntures.

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Emissora é de R\$666.787.000,00 (seiscentos e sessenta e seis milhões, setecentos e oitenta e sete mil reais), sendo representado por 107.439.555 (cento e sete milhões, quatrocentas e trinta e nove mil, quinhentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A distribuição do capital social da Emissora na data deste Prospecto é:

Acionista	Quantidade de ações		Capital Votante	Capital Total
	Ordinárias	Preferenciais		
			(%)	
SN Power	43.678.794	0	40,65	40,65
FUNCEF	20.081.967	0	18,69	18,69
Caixa FIP Cevix	43.678.794	0	40,65	40,65

Para mais informações a respeito da composição e distribuição do capital social da emissora, veja o item 15 do Formulário de Referência da Emissora.

Características das Debêntures

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

Número da Emissão e Valor Total

A Escritura de Emissão representa a 1ª emissão pública de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão é de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), colocados sob o regime de melhores esforços de colocação, observado que tal montante poderia ser aumentado com a emissão das Debêntures Adicionais e das Debêntures Suplementares.

Valor Nominal Unitário

O Valor Nominal Unitário das Debêntures é de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão.

Número de Séries e Quantidade de Debêntures

A Emissão será realizada em série única. Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures.

A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Adicionais, poderia ser acrescida das Debêntures Suplementares, destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente fosse constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora ao Coordenador Líder no Contrato de Distribuição, que somente poderia ser exercida pelo Coordenador Líder em comum acordo com a Emissora, até a data de publicação do Anúncio de Início.

A Emissora poderia ter aumentado a quantidade de Debêntures com relação à quantidade inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Suplementares, mediante a colocação das Debêntures Adicionais até a data de publicação do Anúncio de Início.

A quantidade de Debêntures a ser emitida e alocada foi definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi objeto de aditamento da Escritura de Emissão, que foi devidamente protocolado na JUCESP.

Distribuição Parcial

Foi admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta em nada seria afetada caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures a serem colocadas sob regime de melhores esforços. As Debêntures que não fossem efetivamente subscritas e integralizadas durante o Prazo de Colocação das Debêntures seriam canceladas pela Emissora. A manutenção da Oferta foi condicionada à subscrição e integralização da quantidade mínima de 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, perfazendo o montante mínimo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Não houve distribuição parcial das Debêntures.

Forma e comprovação de titularidade

As Debêntures serão emitidas sob a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND e/ou o extrato em nome do Debenturista emitido pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA.

Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia adicional, nos termos do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e da Escritura de Emissão.

Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 12 de dezembro de 2012.

Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração das Debêntures

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

Remuneração das Debêntures

As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de um *spread* (sobretaxa) de 2,8% (dois vírgula oito por cento) ao ano, conforme definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo de Valor Nominal Unitário de cada Debênture, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o cronograma de pagamento da Remuneração previsto no item 3.13 da Escritura de Emissão. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = Vne \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Vne = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório da Taxa DI-Over, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxa DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo “n” um número inteiro;

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de “1” até “n”;

TDIk = Taxa DI-Over, de ordem “k”, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DIk = Taxa DI-Over, de ordem “k”, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 2,8000%, conforme definido em Procedimento de *Bookbuilding*, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo “n” um número inteiro.

Observações:

- (a) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.
- (b) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (c) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

- (d) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante “FatorDI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (e) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI-Over quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI-Over conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI-Over por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI-Over deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI-Over, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. A referida AGD deverá ser convocada em até 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) Dias Úteis, ou (ii) do primeiro Dia Útil contado da data de extinção da Taxa DI-Over ou ainda de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso. A AGD de que trata este item deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias corridos da data de sua convocação. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando (i) da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures e/ou (ii) da divulgação posterior da Taxa DI-Over, o que ocorrer primeiro.

Caso a Taxa DI-Over venha a ser divulgada antes da realização da AGD de que trata o parágrafo acima, referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI-Over, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, conforme aplicável, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI-Over nos termos aqui previstos, quando do cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.

Caso, na AGD de que trata o parágrafo acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a taxa DI-Over deverá ser substituída pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para Títulos Federais – SELIC, divulgada diariamente pelo Banco Central do Brasil por meio do SISBACEN – Sistema de Informações do Banco Central (transação PTAX860) e de sua página na Internet (www.bcb.gov.br).

Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

Integralização

A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição.

Resgate Antecipado

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a partir de 12 de dezembro de 2014 (“Data de Início do Resgate Antecipado”), resgate antecipado da parcial ou total das Debêntures (“Resgate Antecipado”). A Emissora realizará o Resgate Antecipado das Debêntures por meio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário e de publicação de aviso aos Debenturistas a ser realizada no jornal “Valor Econômico” com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis (“Comunicação de Resgate Antecipado”), o qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo: (i) o número de Debêntures a serem resgatadas e o valor previsto do Resgate Antecipado, que corresponderá ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (a) da Remuneração devida e ainda não paga até a data do Resgate Antecipado; e (b) do valor do prêmio de resgate incidente sobre o valor de resgate, conforme definido abaixo; (ii) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (iii) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado;

O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado (“Valor de Resgate”) será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data do Resgate Antecipado, sendo devido, adicionalmente, pela Emissora aos Debenturistas, um prêmio, incidente sobre o Valor de Resgate, apurado conforme fórmula a seguir:

$$P = \alpha * VNe$$

onde:

P = prêmio de Resgate Antecipado, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

α = percentual do VNe a ser aplicado conforme a data de resgate antecipado, de acordo com a tabela a seguir:

Data de Resgate Antecipado	α
12 de dezembro de 2014	2,0%
12 de junho de 2015	1,5%
12 de dezembro de 2015	1,0%
12 de junho de 2016	0,5%

VNe = valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da Debênture na Data de Resgate Antecipado, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

O Resgate Antecipado parcial será precedido de sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário.

Uma vez exercida pela Emissora a opção de Resgate Antecipado, esta tornar-se-á obrigatória (i) a todos os Debenturistas, no caso do Resgate Antecipado total; e (ii) aos Debenturistas titulares das Debêntures a serem resgatadas conforme sorteio, no caso de Resgate Antecipado parcial.

As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

Para as debêntures custodiadas no SND, a operacionalização do Resgate Antecipado parcial dar-se-á, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. Entretanto, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o Resgate Antecipado parcial, não haverá necessidade de ajuste na Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade. Para as debêntures custodiadas na BM&FBovespa, a operacionalização do Resgate Antecipado parcial dar-se-á, conforme procedimentos adotados pela BM&FBovespa, através de operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. Entretanto, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da BM&FBovespa. Fica definido que, caso a BM&FBovespa venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o Resgate Antecipado parcial, não haverá necessidade de ajuste na Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Oferta de Resgate Antecipado

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo:

A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos do item “Publicidade” abaixo (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo, mas sem limitação, (a) se o resgate será total ou parcial, e, se for parcial, mediante sorteio, nos termos do artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, observado o disposto no inciso VI abaixo; (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (d) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado o disposto no inciso III abaixo; (e) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada a aceitação de um percentual mínimo de Debenturistas; e (f) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures.

O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente a, no mínimo, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do efetivo pagamento, acrescido, se for o caso, de prêmio de resgate que venha a ser oferecido no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado.

A Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado.

Após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado para se manifestarem formalmente perante o Agente Fiduciário, findo o qual a Emissora terá o prazo de até 10 (dez) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado.

A Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) comunicar ao Banco Mandatário, à Instituição Escrituradora e à CETIP a realização da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado.

Caso a Emissora opte pelo resgate antecipado parcial das Debêntures, e caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures do que o volume inicialmente ofertado, com base no Edital de Oferta de Resgate Antecipado parcial, então o resgate será feito mediante sorteio, nos termos do artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido em Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Os Debenturistas que aderirem à Oferta de Resgate Antecipado e forem sorteados serão informados, por escrito, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência sobre o resultado do sorteio.

O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da BM&FBovespa, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBovespa ou por meio da Instituição Escrituradora, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBovespa.

Com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado parcial deverá ocorrer por meio de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

As debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBovespa, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no BOVESPAFIX; e (iii) por meio do Banco Mandatário e da Instituição Escrituradora para a Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente no SND e/ou BOVESPAFIX.

Imunidade dos Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Instituição Escrituradora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Mandatário e pela Instituição Escrituradora, sob pena de ter descontados dos Rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

Mora do Debenturista

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento da obrigação pecuniária.

Publicidade

Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas, bem como (a) o Aviso ao Mercado; (b) o Anúncio de Início; e (c) o Anúncio de Encerramento, serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal “Valor Econômico”, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet (www.desenvix.com.br).

Repactuação

As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

Garantia

A Emissora firmou em 29 de novembro de 2012, “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada” (“Contrato de Garantia”) com o Agente Fiduciário, para garantir o pagamento integral e pontual e o cumprimento, quando devidas, de todas as obrigações assumidas na Escritura de Emissão (“Obrigações Garantidas”), por meio do qual a Emissora cedeu fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, os créditos em conta corrente aberta e mantida no Banco Fator S.A. (“Conta Vinculada”) compostos pela totalidade dos possíveis futuros dividendos recebidos ou a serem recebidos das SPEs, (conforme definido no Contrato de Garantia) os quais deverão necessariamente transitar pela Conta Vinculada. Até a ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, o Banco Depositário (conforme definido no Contrato de Garantia) deverá reter na Conta Vinculada o equivalente aos 2 (dois) próximos pagamentos de Remuneração das Debêntures (“Limite Mínimo”), devendo transferir automaticamente o saldo que exceder o Limite Mínimo à Emissora. Para fins desta cláusula, a estimativa do Limite Mínimo será calculada mediante as seguintes fórmulas:

$$EJ_1 = VNe_1 \times \left\{ FatorJuros \times \left[\left(\frac{DIFUT_{D1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right]^{DU_{D1}} - 1 \right\}$$
$$EJ_2 = VNe_2 \times \left\{ \frac{\left[\left(\frac{DIFUT_{D2}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right]^{DU_{D2}}}{\left[\left(\frac{DIFUT_{D1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right]^{DU_{D1}}} - 1 \right\}$$
$$EJT = EJ_1 + EJ_2$$

onde:

EJT = Limite Mínimo.

D1 = próxima data de pagamento de juros.

D2 = data de pagamento seguinte à próxima data de pagamento de juros.

FatorJuros = fator de juros acumulado entre a última data de pagamento e a data de cálculo da estimativa de desembolso, conforme definido em 3.8.2.

EJ_1 = estimativa de desembolso de juros em D1.

EJ_2 = estimativa de desembolso de juros em D2.

VNe_1 = valor nominal das Debêntures sobre o qual serão calculados os juros da data D1.

VNe_2 = valor nominal das Debêntures sobre o qual serão calculados os juros da data D2.

$DIFUT_{D1}$ = estimativa da Taxa DI aplicável até D1, conforme Curva DI Futuro divulgada pela BM&FBovespa.

$DIFUT_{D2}$ = estimativa da Taxa DI aplicável até D2, conforme Curva DI Futuro divulgada pela BM&FBovespa.

$Spread = 2,8000\%$.

DU_{D1} = número de dias úteis entre a data de cálculo de EJT e D1.

DU_{D2} = número de dias úteis entre a data de cálculo de EJT e D2.

Caso não haja estimativas da Taxa DI especificamente para D1 e D2 com base na Curva DI Futuro divulgada pela BM&FBovespa, as taxas $DIFUT_{D1}$ e $DIFUT_{D2}$ serão calculadas por meio de interpolação exponencial, considerando-se as Taxas DI imediatamente anterior e posterior a D1 e D2, individualmente, que sejam disponibilizadas pela BM&FBovespa.

A Emissora depositará na Conta Vinculada (i) o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Limite Mínimo na data da liquidação financeira da Emissão; e (ii) os 50% (cinquenta por cento) remanescentes do Limite Mínimo até 31 de março de 2013.

Após o penúltimo pagamento de Remuneração devido pela Emissora aos Debenturistas, o Banco Depositário deverá reter somente o valor equivalente a EJ_1 , sendo o saldo remanescente automaticamente transferido à Emissora.

Formalização da Cessão Fiduciária e Política de Destinação dos Resultados das SPEs

Para a formalização da cessão fiduciária estabelecida no Contrato de Garantia, a cada deliberação societária acerca da distribuição dos dividendos decorrente da participação da Emissora nas SPEs, a Emissora comprometeu-se a constituir a cessão fiduciária sobre os direitos creditórios referentes a cada deliberação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos da legislação em vigor.

A Companhia esclarece que as SPEs não possuem políticas específicas de distribuição dos dividendos, sendo que determinados contratos financeiros preveem restrições ao pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório de 25%, salvo se expressamente autorizado pelo agente financeiro.

Conta Vinculada

A Emissora abriu e mantém junto ao Banco Fator uma Conta Vinculada em que serão depositados os dividendos recebidos ou a serem recebidos das SPEs, no montante mínimo correspondente, a qualquer momento, à estimativa de desembolso dos dois próximos pagamentos de Remuneração das Debêntures, conforme descrito no item que trata da Garantia, acima.

Colocação das Debêntures

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação, após (a) a publicação do Aviso ao Mercado; (b) a disponibilização aos investidores da Oferta do Prospecto Preliminar; (c) a realização do Procedimento de *Bookbuilding*; (d) a obtenção do registro da Oferta na CVM; (e) o registro para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP e da BM&FBovespa; (f) a publicação do Anúncio de Início; e (g) a disponibilização aos investidores da Oferta do Prospecto Definitivo, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta, com tratamento justo e equitativo aos investidores, observado sempre o disposto na Instrução CVM 400 e os procedimentos previstos nos Prospectos.

Nos termos da RCA, foi admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta em nada seria afetada caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures objeto da Oferta. As Debêntures que não fossem efetivamente subscritas e integralizadas durante o prazo de colocação das Debêntures seriam canceladas pela Emissora. A manutenção da Oferta foi condicionada à subscrição e integralização de quantidade mínima de 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, perfazendo o montante mínimo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Não houve distribuição parcial das Debêntures.

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, como a Oferta não atingiu excesso de demanda superior em um terço à quantidade de valores mobiliários ofertados, foi permitida a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, observando o disposto no §3º do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou serem colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser aditada a Escritura de Emissão. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures será de 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 12 de dezembro de 2016 (“Data de Vencimento”), data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ainda não amortizado, acrescido da Remuneração, conforme calculado acima, em moeda corrente nacional.

Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures

O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado semestralmente, em cinco parcelas, a partir de 12 de dezembro de 2014, conforme a tabela a seguir (“Amortização”):

Datas de Amortização:	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado:
12 de dezembro de 2014	20%
12 de junho de 2015	20%
12 de dezembro de 2015	20%
12 de junho de 2016	20%
12 de dezembro de 2016	20%

Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures

O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito semestralmente, em 8 (oito) parcelas consecutivas, e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme aplicável, sendo o primeiro pagamento devido em 12 de junho de 2013 e o último na Data de Vencimento.

VENCIMENTO ANTECIPADO

As obrigações da Emissora previstas na Escritura de Emissão serão declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo (“cada um, um Evento de Vencimento Antecipado”):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis de seu vencimento (para que não haja dúvida, tal descumprimento poderá ser sanado, inclusive, mediante utilização de recursos provenientes da Conta Vinculada nos termos do Contrato de Garantia);
- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária (incluindo *covenants* financeiros e não financeiros) relacionada às Debêntures prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias úteis da comunicação do referido descumprimento pelo Agente Fiduciário, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (c) término, extinção ou transferência da concessão da Emissora para a exploração de serviços de geração de energia ou ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora;
- (d) se houver qualquer transferência do controle societário da Emissora, direta ou indireta, inclusive por meio de reorganização societária, em ambos os casos sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas. Excetua-se, contudo, qualquer transferência do controle direto ou indireto da Emissora, (i) entre os acionistas que façam parte do quadro acionário da Emissora na data de assinatura da Escritura de Emissão; (ii) em decorrência do exercício de direitos estabelecidos em acordos de acionistas, que tenham sido arquivados na sede da Emissora até a data de assinatura da Escritura de Emissão; ou (iii) na qual a sociedade(s) sucessora(s) seja(m) controlada(s) direta ou indiretamente em conjunto pela Jackson Empreendimentos Ltda. ou por empresa que venha a substituí-la como sociedade de participação (*holding*) do Grupo Engevix, pela SN Power Energia do Brasil Ltda. e pela FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais;
- (e) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra companhia ou qualquer forma de reorganização societária, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto conforme previsto no item “d” acima ou sem que tenha sido assegurado o resgate das Debêntures para Debenturistas dissidentes, nos termos do §1º do artigo 231 da Lei das S.A.;
- (f) cessação pela Emissora de suas atividades empresariais; adoção pela Emissora de medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução; ocorrência de (i) extinção, liquidação, dissolução, insolvência da Emissora; (ii) pedido de recuperação judicial feito pela Emissora, independente de deferimento do processamento da recuperação judicial ou da sua concessão pelo juiz competente; (iii) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; (iv) pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência ou, ainda, qualquer procedimento similar que venha a ser criado por lei, requerido ou decretado contra a Emissora;

- (g) protesto legítimo de títulos contra a Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora seja responsável, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de citação do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto for cancelado, ou ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- (h) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento, nas respectivas datas de vencimento, não sanada ou questionada judicialmente, com obtenção de liminar favorável à Emissora, em até 30 (trinta) dias corridos, de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional, cujo valor considerado em conjunto seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (i) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;
- (j) caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora na Escritura de Emissão provarem-se falsas, materialmente incorretas ou enganosas;
- (k) a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim;
- (l) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência expressa dos Debenturistas, exceto a alienação de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resulte em uma redução do ativo da Emissora inferior a 20% (vinte por cento), sendo este percentual apurado com base no ativo da Emissora no último exercício social, ou a alienação com o objetivo de captação de recursos para (i) a capitalização da Emissora, (ii) investimentos na atividade produtiva da Emissora, (iii) substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade, ou (iv) eliminação de ativos operacionais obsoletos ou inservíveis;
- (m) tiver sido alterado o objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, de maneira que (i) altere substancialmente as atividades atualmente praticadas e o ramo de negócios atualmente explorados pela Emissora; e (ii) afete substancialmente a capacidade de pagamento pela Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures;
- (n) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil Brasileiro”);
- (o) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexistência da Escritura de Emissão;
- (p) se qualquer documento da Emissão ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão, e tal efeito não for sanado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado do recebimento pela Emissora de notificação de inadimplemento, de forma que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão;
- (q) apresentação, pela(s) agência(s) de classificação de risco contratada(s) pela Emissora, de classificação de risco atribuída às Debêntures em nível inferior a “BBB–” pela Standard and Poor’s, ou “Baa3” pela Moody’s ou “BBB–” pela Fitch Ratings, em suas respectivas escalas locais;
- (r) descumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou arbitral não sujeita a recurso de natureza condenatória contra a Emissora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;

- (s) resgate ou amortização de ações, redução de capital, exceto para absorção de prejuízos, pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, incluindo a concessão de mútuos ou financiamentos pela Emissora, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A., inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo;
- (t) realização de operações com partes relacionadas (conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto) em montante superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), caso o grupo controlador da Emissora seja também controlador da parte relacionada;
- (u) realização de operações com derivativos (conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto) em montante superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) sem prévia anuência dos Debenturistas, exceto no caso de operações de *hedge* (cambial, de preços de energia e outros tipos relacionados ao próprio negócio ou às finanças da Emissora, sempre com objetivo de proteção patrimonial);
- (v) caso a Emissora venha a apurar, por 2 (dois) trimestres consecutivos ou 3 (três) alternados, (i) índice de Dívida Total / Receita com Dividendos maior ou igual a 3,5x em 31 de dezembro de 2013, maior ou igual a 3,0x entre 1º de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014 e maior ou igual a 2,0x a partir de 1º de janeiro de 2015, (ii) índice Dívida Total / Patrimônio Líquido maior ou igual a 1,45x, e (iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) menor ou igual a 1,0x entre 31 de dezembro de 2013 e 30 de setembro de 2014 e menor ou igual a 1,1x a partir de 1º de outubro de 2014, a ser verificado pelo Agente Fiduciário e calculado de acordo com a fórmula abaixo, sendo tais índices calculados com base nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores cobertos por informações financeiras revisadas e/ou auditadas da Emissora, a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2013, de acordo com as definições abaixo e devendo ser considerados para o cálculo do índice previsto no item (i) apenas os números da Emissora (não consolidado com suas controladas) e para o cálculo dos índices previstos nos itens (ii) e (iii) os números consolidados.

Definições:

Dívida Total: somatória dos valores correspondentes a (1) empréstimos bancários de curto prazo; (2) debêntures no curto prazo; (3) empréstimos bancários de longo prazo; (4) debêntures no longo prazo e, ainda, (5) empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores.

EBITDA: para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Emissora (1) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito de concessão – ágio; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipadas, calculado com base nos últimos 12 meses.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD): calculado pela divisão da geração de caixa operacional pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras, em determinado período:

(A) Geração de caixa

(+) EBITDA

(B) Serviço da dívida

(+) Amortização de principal

(+) Pagamento de juros

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) = (A) / (B)

Patrimônio Líquido: compreende os recursos próprios da Emissora, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do ativo e o valor do passivo.

Receita com Dividendos: dividendos declarados à Emissora pelas suas subsidiárias, calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.

- (w) não constituição ou aperfeiçoamento da garantia prevista na cláusula 3.23 da Escritura de Emissão no prazo de 30 (trinta) dias contados da presente data;
- (x) se o Contrato de Garantia (i) for objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por terceiros, que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Garantia; (ii) for anulado ou de qualquer forma deixar de existir ou for rescindido, sem que novo contrato com as mesmas condições o substitua dentro de 15 (quinze) dias úteis; e
- (y) caso a Emissora não mantenha o montante requerido na Conta Vinculada nos termos da Cláusula 3.23 da Escritura de Emissão e do Contrato de Garantia, a qualquer momento, ou não efetue o complemento da garantia a fim de manter o montante requerido na Conta Vinculada nos termos da Cláusula 3.23 da Escritura de Emissão e do Contrato de Garantia, e não sane esses descumprimentos no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados de sua ocorrência.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c), (f), (i), (n), (o) e (w) acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas.

Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de conhecimento da respectiva ocorrência, uma AGD para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das debêntures.

Na AGD mencionada acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previstos na Escritura de Emissão, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, optando por não excutir as Garantias.

Não será declarado o vencimento antecipado das Debêntures em decorrência da não instalação da AGD em primeira convocação. Somente na hipótese de: (i) instalação da AGD mencionada acima em primeira convocação e de não aprovação do exercício da faculdade prevista acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (ii) não instalação da AGD mencionada acima em segunda convocação; ou (iii) instalação da AGD mencionada acima em segunda convocação e de não aprovação do exercício da faculdade prevista acima, por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração aplicável e encargos até a data de seu efetivo pagamento.

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Convocação

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas observado sempre o disposto na Escritura de Emissão.

A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Escritura de Emissão, ou pela CVM.

A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no DOESP, no jornal “Empresas e Negócios” e no jornal “Valor Econômico”, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de Assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

Independentemente das formalidades previstas neste Prospecto e na Escritura de Emissão, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

Regras Gerais Aplicáveis às AGDs

Nas deliberações da AGD, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto quorum qualificado em lei, neste Prospecto ou na Escritura de Emissão. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos neste Prospecto e na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para assembleias gerais de acionistas.

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, que poderá participar e discutir os assuntos levados à deliberação, desde que sem prejudicar a dinâmica dos trabalhos.

O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Quórum de Instalação

A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

Exclusivamente para fins da instalação da AGD para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, o quórum de instalação em primeira convocação será de, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

Quórum de Deliberação

Nas deliberações das AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Seção, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, bem como a deliberação sobre não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que alterações na Remuneração, nas condições de prazo, amortização e espécie das Debêntures, nas cláusulas de vencimento antecipado, bem como alterações a qualquer quórum de deliberação previsto neste Prospecto e na Escritura de Emissão, exceto o quórum previsto na Cláusula 7.4.2 da Escritura de Emissão, deverão contar com a aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

As alterações das disposições expostas no parágrafo acima deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

De acordo com o Contrato de Distribuição, cuja cópia se encontra disponível para consulta ou cópia no endereço da sede do Coordenador Líder indicado na página 29 deste Prospecto, a Oferta será realizada conforme as condições descritas a seguir.

Regime, Preço e Prazo de Colocação das Debêntures

O Coordenador Líder efetuará a distribuição das Debêntures no montante total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) em regime de melhores esforços de colocação.

Após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a Escritura de Emissão foi objeto de aditamento para refletir a quantidade de Debêntures a ser emitida.

Em caso de conclusão da Oferta com a distribuição parcial de Debêntures, os interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta poderiam, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição de Debêntures, condicionar sua adesão à Oferta à distribuição (i) da totalidade das Debêntures ofertadas, sendo que, se tal condição não fosse implementada e se o investidor já tivesse efetuado o pagamento do Preço de Subscrição, este seria devolvido sem juros ou correção monetária, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição, ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures definida pelo investidor, que não poderia ser inferior à 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, perfazendo o montante mínimo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), podendo o investidor, no momento de sua aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretendia receber a quantidade de Debêntures por ele subscrita ou quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures efetivamente distribuídas e a quantidade de Debêntures originalmente objeto da Oferta, presumindo-se, na falta de manifestação, o interesse do investidor em receber a totalidade das Debêntures por ele subscrita, sendo que, se o investidor tivesse indicado tal proporção, se tal condição não se implementar e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Subscrição, este seria devolvido sem juros ou correção monetária, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição.

O Coordenador Líder, com expressa anuência da Emissora, organizará a colocação das Debêntures perante os investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica.

Plano de Distribuição

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, o Coordenador Líder iniciará a colocação das Debêntures após o registro da Oferta, a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores e a publicação do anúncio de início da Oferta. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, bem como com o plano de distribuição organizado pelo Coordenador Líder de acordo com o § 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme estabelecido no Contrato de Distribuição.

Anteriormente ao registro da Oferta, o Coordenador Líder disponibilizou ao público o Prospecto Preliminar, com publicação de Aviso ao Mercado. O Coordenador Líder realizará a Oferta (i) para Investidores Institucionais por meio do Procedimento de *Bookbuilding* e, (ii) a partir de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação do Aviso ao Mercado, para os Investidores de Varejo, por meio de recebimento de Pedidos de Reserva, irrevogáveis e irretiráveis, exceto pelo disposto no artigo 45, §4º, da Instrução CVM 400 e na Seção “Informações Relativas à Oferta – Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Emissão” na página 52 deste Prospecto.

A colocação será pública, de 100.000 (cem mil) Debêntures, distribuídas sob o regime de melhores esforços de colocação, perfazendo o montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Não houve exercício da Opção de Debêntures Adicionais ou da Opção de Debêntures Suplementares.

Foi admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta em nada seria afetada caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures objeto da Oferta. As Debêntures que não fossem efetivamente subscritas e integralizadas durante o prazo de colocação das Debêntures seriam canceladas pela Emissora. A manutenção da Oferta foi condicionada à subscrição e integralização da quantidade mínima de 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, perfazendo o montante mínimo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Foi permitida a participação de Pessoas Vinculadas na Oferta visto que não houve excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Debêntures ofertadas.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável e a prestação de informações à Emissora, quando por ela solicitado, o Coordenador Líder deverá realizar a distribuição pública das Debêntures, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos seus clientes, e (iii) que os seus representantes de venda recebam previamente o exemplar do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada para tal.

Não foi concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos investidores interessados em adquirir Debêntures.

O público alvo da Oferta é composto por (a) investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores, exceto pelas pessoas físicas e jurídicas citadas no inciso iv do referido artigo; fundos de investimento que não se enquadrem na definição de Investidores Qualificados, cujos regulamentos permitam investimentos em títulos e valores mobiliários privados de renda fixa com prazos compatíveis com os das Debêntures; ou investidores que desejarem aplicar mais de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para aquisição das Debêntures objeto da Oferta (“Investidores Institucionais”) e (b) pessoas físicas, pessoas jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA que não estejam compreendidos na definição de Investidores Institucionais e que realizem Pedido de Reserva em valor entre R\$1.000,00 (um mil reais) e R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) (“Investidores de Varejo”, e, quando em conjunto com os Investidores Institucionais, os “Investidores”), levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

O prazo de colocação das Debêntures será de até 06 (seis) meses, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início ou até a data da publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro (“Prazo de Colocação”).

Durante o Prazo de Colocação, as Debêntures serão integralizadas pelo Preço de Subscrição, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

Não será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez; (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures, e (iii) firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures.

Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

Não houve exercício da Opção de Debêntures Adicionais nem da Opção de Debêntures Suplementares.

Caso a distribuição pública das Debêntures não fosse finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores para a subscrição das Debêntures seriam devolvidos aos respectivos depositantes, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis ficando, porém, desde já estabelecido que os recursos depositados seriam devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária, sem dedução de encargos ou tributos de qualquer natureza. O aqui disposto se aplicaria, também, conforme o caso, aos investidores que condicionaram sua adesão à distribuição (i) da totalidade das Debêntures ofertadas, sendo que, se tal condição não fosse implementada e se o investidor já tivesse efetuado o pagamento do preço de integralização, este seria devolvido sem juros ou correção monetária, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição, ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures definida pelo investidor, que não poderia ser inferior à 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, perfazendo o montante mínimo de R\$50.000.0000,00 (cinquenta milhões de reais), podendo o investidor, no momento de sua aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretendia receber a quantidade de Debêntures por ele subscritas ou quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures efetivamente distribuídas e a quantidade de Debêntures originalmente objeto da Oferta, presumindo-se, na falta de manifestação, o interesse do investidor em receber a totalidade das Debêntures por ele subscrita, sendo que, se o investidor tiver indicado tal proporção, se tal condição não se implementasse e se o investidor já tivesse efetuado o pagamento do preço de integralização, este seria devolvido sem juros ou correção monetária, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tivesse sido verificado o não implemento da condição.

Inadequação da Oferta

A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita; e (iii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresas do setor da Emissora.

PROCEDIMENTO DE COLOCAÇÃO DA OFERTA

O Coordenador Líder realizará a Oferta (i) para Investidores Institucionais por meio do Procedimento de *Bookbuilding* e, (ii) a partir de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação do Aviso ao Mercado, para os Investidores de Varejo, por meio de recebimento de Pedidos de Reserva, irrevogáveis e irretratáveis, exceto pelo disposto no artigo 45, §4º, da Instrução CVM 400 e na Seção “Informações Relativas à Oferta – Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Emissão” na página 52 deste Prospecto. A Remuneração, assim como a quantidade de Debêntures, foram estabelecidas após conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Os Investidores de Varejo não participaram do Procedimento de *Bookbuilding*, foram considerados somente os Pedidos de Reserva realizados no Período de Reserva.

Oferta de Varejo

Ressalvado o disposto no item (v) abaixo, o montante equivalente a, no máximo, 5% (cinco por cento) das Debêntures foi destinado, prioritariamente, à colocação pública para Investidores de Varejo (“Oferta de Varejo”) que realizaram os respectivos Pedidos de Reserva, que foram preenchidos nas condições a seguir expostas:

- I. cada um dos Investidores de Varejo interessados efetuou Pedido de Reserva de Debêntures, perante uma única instituição intermediária, preenchendo o Pedido de Reserva, sem necessidade de depósito prévio do investimento pretendido, observados os valores mínimo e máximo de investimento de R\$1.000,00 e R\$500.000,00, respectivamente, por Investidor de Varejo, no período de 23 de novembro de 2012 a 07 de dezembro de 2012 (inclusive) (“Período de Reserva”).
- II. no Pedido de Reserva, os Investidores de Varejo tiveram a faculdade: a) como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva e aceitação da Oferta, de estipular um *spread* (sobretaxa) mínimo para Remuneração (i) caso o *spread* (sobretaxa) referente à Remuneração, fixada após o Procedimento de *Bookbuilding*, seja inferior ao *spread* (sobretaxa) estabelecida pelo Investidor de Varejo, ou (ii) caso o Investidor de Varejo tenha estipulado como *spread* (sobretaxa) mínimo para a Remuneração um *spread* (sobretaxa) superior à taxa máxima estipulada no item “Características das Debêntures – Remuneração das Debêntures” nas páginas 34 a 36 deste Prospecto, o Pedido de Reserva desse Investidor de Varejo será automaticamente cancelado; b) de condicionar a sua participação na Oferta à distribuição da totalidade das Debêntures. Caso o Investidor de Varejo tenha estipulado em seu Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva e aceitação da Oferta, a distribuição da totalidade das Debêntures, e caso fosse constatado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* que as Debêntures não foram totalmente distribuídas, o seu Pedido de Reserva seria automaticamente cancelado pela Instituição Intermediária que o tiver recebido; c) de condicionar a sua participação na Oferta, na hipótese de uma distribuição parcial das Debêntures, a aceitação da totalidade ou proporção de suas ordens de investimento. Caso o Investidor de Varejo estipule em seu Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva e aceitação da Oferta, na hipótese de uma distribuição parcial das Debêntures, a aceitação da totalidade ou proporção de suas ordens de investimento, e caso fosse constatado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* que tal condição não poderia ser atendida, o seu Pedido de Reserva seria automaticamente cancelado pela Instituição Intermediária que o tiver recebido.
- III. caso fosse verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures, não seria permitida a colocação de Debêntures perante Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, automaticamente cancelados, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400;

- IV. como o total de Debêntures objeto dos Pedidos de Reserva apresentados pelos Investidores de Varejo, não cancelados em virtude de desconformidade com os termos e condições da Oferta, bem como nos termos dos itens II e III acima (“Pedidos de Reserva Admitidos”), foi igual ou inferior a 5% (cinco por cento) das Debêntures, foram integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva Admitidos, e as Debêntures remanescentes foram destinadas aos Investidores Institucionais nos termos da Oferta Institucional, conforme abaixo definido;
- V. caso o total de Debêntures correspondente aos Pedidos de Reserva Admitidos excedesse o percentual prioritariamente destinado à Oferta de Varejo, qual seja, 5% (cinco por cento) das Debêntures, o Coordenador Líder, em comum acordo com a Emissora, poderia manter a quantidade de Debêntures inicialmente destinada à Oferta de Varejo ou elevar tal quantidade a um patamar compatível com os objetivos da Oferta, procedendo, em seguida, ao atendimento dos Investidores de Varejo, de forma a atender, total ou parcialmente, os Pedidos de Reserva Admitidos, observado, se fosse o caso, o rateio entre os Investidores de Varejo proporcionalmente ao montante de Debêntures indicado nos respectivos Pedidos de Reserva Admitidos e não alocado ao Investidor de Varejo, não sendo consideradas frações de Debêntures; a) em primeiro lugar, seria realizada a divisão igualitária e sucessiva das Debêntures destinadas à Oferta de Varejo, entre todos os Pedidos de Reserva Admitidos, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva, até o limite de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) ou 500 (quinhentas) Debêntures por Investidor de Varejo (“Montante Preferencial”); b) uma vez atendido o critério de rateio descrito na alínea “a” acima, as Debêntures destinadas à Oferta de Varejo remanescentes seriam rateadas entre os Investidores de Varejo, proporcionalmente ao montante de Debêntures indicado nos respectivos Pedidos de Reserva Admitidos e não alocado ao Investidor de Varejo, não sendo consideradas frações de Debêntures; c) caso o montante destinado para o atendimento da Oferta de Varejo fosse superado em decorrência do atendimento prioritário de até 500 (quinhentas) Debêntures por Investidor de Varejo, conforme estabelecido na alínea (a) acima, um novo Montante Preferencial, inferior ao originalmente fixado, deveria ser estipulado de modo que, aplicado a todos os Pedidos de Reserva Admitidos, não superasse o montante destinado para atendimento da Oferta de Varejo;
- VI. até o final do Dia Útil imediatamente anterior à data de publicação do Anúncio de Início, serão informados ao Investidor de Varejo, pela Instituição Intermediária que recebeu o respectivo Pedido de Reserva, por meio de seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência com “aviso de recebimento”: (a) a data de liquidação e subscrição das Debêntures; (b) a quantidade de Debêntures, alocada ao Investidor de Varejo, após o atendimento, se for o caso, dos critérios de rateio previstos no item V acima; e (c) a Remuneração das Debêntures;
- VII. até as 11:00 (onze) horas da data de liquidação das debêntures, cada Investidor de Varejo deverá pagar o Preço de Subscrição e Integralização das Debêntures alocadas nos termos do item VI acima à Instituição Intermediária que recebeu o respectivo Pedido de Reserva, com recursos imediatamente disponíveis; e
- VIII. nas hipóteses de identificação de divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Definitivo que alterem substancialmente o risco assumido pelo Investidor de Varejo, ou a sua decisão de investimento poderá o referido Investidor de Varejo desistir do Pedido de Reserva nos termos do artigo 45 da Instrução CVM 400. Nesta hipótese, o Investidor de Varejo deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Intermediária que recebeu o respectivo Pedido de Reserva, em conformidade com os termos do respectivo Pedido de Reserva.

Oferta Institucional

As Debêntures que não foram alocadas aos Investidores de Varejo foram destinadas aos Investidores Institucionais, de acordo com o seguinte procedimento:

- I. os Investidores Institucionais interessados em subscrever Debêntures apresentaram suas intenções de investimento ao Coordenador Líder, inexistindo pedidos de reserva ou limites máximos de investimento;
- II. como não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures, foi permitida a colocação de Debêntures perante Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas;

- III. caso as intenções de investimento apresentadas pelos Investidores Institucionais tivessem excedido o total de Debêntures remanescentes após o atendimento da Oferta de Varejo, o Coordenador Líder daria prioridade aos Investidores Institucionais que, no entender do Coordenador Líder, em comum acordo com a Emissora, melhor atendessem os objetivos da Oferta, quais sejam, constituir uma base diversificada de investidores, integrada por investidores com diferentes critérios de avaliação das perspectivas da Emissora e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, bem como criar condições para o desenvolvimento do mercado local de títulos corporativos de renda fixa, com ênfase em negociações secundárias;
- IV. até o final do Dia Útil imediatamente anterior à data de publicação do Anúncio de Início, o Coordenador Líder informará aos Investidores Institucionais, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou por correspondência com “aviso de recebimento”: (a) a data de liquidação das Debêntures, (b) a quantidade de Debêntures alocadas ao Investidor Institucional; e (c) a Remuneração das Debêntures; e
- V. nas hipóteses de identificação de divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Definitivo que alterem substancialmente o risco assumido pelo Investidor Institucional, ou a sua decisão de investimento poderá o referido Investidor Institucional desistir da intenção de investimento nos termos do artigo 45 da Instrução CVM 400. Nesta hipótese, o Investidor Institucional deverá informar sua decisão de desistência da intenção de investimento à Instituição Intermediária que recebeu a respectiva intenção de investimento.

ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DA EMISSÃO

A Emissora e o Coordenador Líder poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou o cancelamento da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro de distribuição, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos. Adicionalmente, a Companhia e o Coordenador Líder poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias, contados da aprovação do pedido de modificação. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação ou qualquer modificação da Oferta será imediatamente divulgada por meio do jornal “Valor Econômico”, veículos também utilizados para divulgação do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 (“Anúncio de Retificação”). Após a publicação do Anúncio de Retificação, o Coordenador Líder somente aceitará ordens de investimento daqueles investidores que se declararem cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio. Caso, após notificados, os investidores decidam revogar sua aceitação da Oferta, deverão ser estes restituídos, sem adição de juros ou correção monetária, do valor dado em contrapartida às Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de sua manifestação.

Em qualquer hipótese, a revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores os valores dados em contrapartida à aquisição das Debêntures, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400 e previsto nos Prospectos.

Custos da Oferta

As tabelas abaixo demonstram os custos, total e unitário, da Oferta, com base no valor na Data de Emissão.

Custos	Montante (em R\$)	% em relação ao valor total da Emissão
Volume da Emissão	100.000.000,00	100,00%
Comissão de Estruturação e Distribuição ⁽¹⁾	800.000,00	0,80%
Tributos ⁽²⁾	85.445,49	0,09%
Despesas com Publicidade.....	200.000,00	0,20%
Agência de Classificação de Risco.....	40.000,00	0,04%
Taxa para registro na CVM.....	82.870,00	0,08%
Taxa para registro na ANBIMA.....	10.000,00	0,01%
CETIP.....	10.530,00	0,01%
BM&FBOVESPA.....	—	0,00%
Assessor Legal.....	160.000,00	0,16%
Auditores Externos.....	140.000,00	0,14%
Outros Custos ⁽³⁾	30.000,00	0,03%
Total dos Custos	1.558.845,49	1,56%
Montante Líquido para a Companhia	98.441.155,51	98,44%

(1) Calculada sobre o preço de subscrição das Debêntures efetivamente colocadas.

(2) Tributos incidentes sobre as comissões pagas ao Coordenador Líder.

(3) Inclui despesas com taxa de registro da escritura, impressão de prospectos e *books* de apresentação de roadshow, viagens, reuniões de *roadshow*, fotocópias no âmbito da Emissão, entre outros.

Custo Unitário de Distribuição

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Debêntures objeto desta Emissão:

Nº de Debêntures	Custo do lançamento (R\$)	Custo Por Debênture (R\$)	% em relação ao Valor Nominal Unitário de distribuição
100.000	1.558.845,49	15,59	1,56

Procedimento de Liquidação

A liquidação financeira da Oferta, com a respectiva prestação de contas e pagamentos (“Liquidação Financeira”), dar-se-á em até 2 (dois) dias úteis a contar da data de publicação do Anúncio de Início (“Data de Liquidação”).

Os valores relativos a integralizações realizadas após às 16:00 horas serão transferidos pelo Coordenador Líder à Emissora no dia útil subsequente, observado ainda que, valores relativos a integralizações cujo pagamento do Preço de Subscrição das Debêntures esteja sujeito a compensação bancária serão transferidas à Emissora no 1º (primeiro) dia útil após a respectiva compensação bancária.

A Emissora efetuará, na mesma Data de Liquidação, o pagamento do referido comissionamento ao Coordenador Líder, por meio de TED e/ou crédito de recursos imediatamente disponíveis, para a conta que for designada pelo Coordenador Líder. O Coordenador Líder firmará em favor da Companhia recibo dando quitação das importâncias recebidas com a colocação das Debêntures.

Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder

Além do relacionamento referente à presente Oferta, a Emissora mantém com o Coordenador Líder, na data deste Prospecto, relacionamento comercial que inclui prestação de serviços de bancos de investimento e consultoria financeira.

Em 14 de junho de 2012, a Companhia emitiu 7 (sete) notas promissórias, cartulares, de valor nominal unitário de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), totalizando um montante de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), destinadas à oferta pública, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, consideradas valores mobiliários nos termos da Lei 6385/1976 e Res. CMN 1723/1990 – art. 1º). A totalidade de referidas notas promissórias foi adquirida pelo Coordenador Líder. O vencimento destas notas promissórias está previsto para 14 de dezembro de 2012, e estas notas promissórias farão jus a uma remuneração, devida na data de vencimento, equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de sobretaxa de 1,50% (um vírgula cinco por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o valor nominal unitário, a partir da data de emissão (“Remuneração das Notas”). A Remuneração das Notas será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidente sobre o valor nominal unitário destas notas promissórias, desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento. Pelos serviços prestados em referida oferta, o Coordenador Líder recebeu remuneração no valor de R\$280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais).

Sociedades integrantes do conglomerado econômico do Coordenador Líder eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Emissora, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária das sociedades integrantes do conglomerado econômico do Coordenador Líder não atinge, e não atingiram nos últimos 12 meses, 5% do capital social do Emissor.

Exceto pelas comissões a serem recebidas no âmbito da Oferta, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Companhia, ao Coordenador Líder ou sociedades do seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado à Oferta. A Companhia poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la na realização de investimentos em quaisquer outras operações necessárias para a condução das atividades da Companhia, incluindo, dentre outras, operações de financiamento, de crédito, de oferta de ações e de assessoria financeira.

A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Emissora declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Emissora e o Coordenador Líder ou qualquer outra sociedade de seu grupo econômico.

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

Encontra-se abaixo um cronograma das etapas da Oferta.

Nº	Evento	Data de Realização/ Data Prevista*
1.	Reunião do Conselho de Administração aprovando a emissão das Debêntures e a Oferta	11/10/2012
2.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	11/10/2012
3.	Publicação do Aviso ao Mercado da Oferta	14/11/2012
4.	Disponibilização do Prospecto Preliminar	14/11/2012
5.	Início do <i>Roadshow</i>	14/11/2012
6.	Início do Período de Reserva para os Investidores de Varejo	23/11/2012
7.	Encerramento do <i>Roadshow</i>	07/12/2012
8.	Encerramento do Período de Reserva para os Investidores de Varejo	07/12/2012
9.	Conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	11/12/2012
10.	Registro da Oferta na CVM	14/12/2012
11.	Publicação do Anúncio de Início da Oferta com a divulgação do resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Início da Oferta Disponibilização do Prospecto Definitivo	17/12/2012
12.	Liquidação da Oferta	19/12/2012
13.	Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	21/12/2012

(*) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou adiamentos a critério do Coordenador Líder e da Emissora, sem aviso prévio. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como Modificação de Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400.

Para informações sobre os procedimentos aplicáveis a eventual cancelamento, suspensão, revogação ou modificação da Oferta, ver Seção “Informações Relativas à Oferta – Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Emissão” na página 52 deste Prospecto.

Quaisquer comunicados ao mercado relativos à Oferta serão informados por meio de publicação de aviso no jornal “Valor Econômico” e na página da Emissora na rede mundial de computadores <http://www.desenvix.com.br>.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Estimamos utilizar os recursos líquidos captados na Oferta da seguinte forma:

	% de alocação dos recursos líquidos captados na Oferta	R\$ milhões
(1) Amortização da dívida.....	76,12%	75.000.000,00
(2) Investimentos em subsidiárias	20,30%	20.000.000,00
(3) Capital de giro	3,58%	3.441.154,51
Total	100%	98.441.155

Os valores estimados acima levam em consideração a captação da totalidade dos recursos da Oferta sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares.

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

Aproximadamente 76,12% dos recursos líquidos captados na Oferta serão utilizados na amortização das seguintes dívidas:

Cédula de Crédito Bancário nº 0061/12. Em 20 de março de 2012, a Emissora realizou um empréstimo, mediante emissão de cédula de crédito no valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) em favor do Banco Pine, com vencimento para 25 de julho de 2012. Tal cédula foi aditivada em 25 de julho de 2012 com próximo vencimento no dia 22 de novembro de 2012, e deverá ser paga em uma única parcela, juntamente com os juros remuneratórios correspondentes a taxa CDI (limitado a 9% ao ano) pagos mensalmente, acrescida de sobretaxa efetiva de 4,466% ao ano.

Cédula de Crédito Bancário nº 2043012. Em 27 de abril de 2012, a Emissora realizou um empréstimo, mediante emissão de cédula de crédito no valor de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) em favor do Banco ABC Brasil S.A. No dia 24 de outubro de 2012 ocorreu o aditamento da referida Cédula de Crédito, sendo o seu pagamento transferido para o dia 21 de fevereiro de 2013, ocorrendo em uma única parcela, juntamente com os juros remuneratórios correspondentes a taxa CDI (limitado a 9% ao ano), acrescida de sobretaxa efetiva de 3,60% ao ano.

Notas Promissórias. Em 14 de junho de 2012, a Companhia emitiu 7 (sete) notas promissórias, cartulares, de valor nominal unitário de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), totalizando um montante de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), destinadas à oferta pública, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, consideradas valores mobiliários nos termos da Lei 6385/1976 e Res. CMN 1723/1990 – art. 1º). A totalidade de referidas notas promissórias foi adquirida pelo Coordenador Líder.

O vencimento destas notas promissórias está previsto para 14 de dezembro de 2012, e estas notas promissórias farão jus a uma remuneração, devida na data de vencimento, equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de sobretaxa de 1,50% (um vírgula cinco por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o valor nominal unitário, a partir da data de emissão (“Remuneração das Notas”). A Remuneração das Notas será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidente sobre o valor nominal unitário destas notas promissórias, desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

Parte dos recursos levantados através da emissão das debêntures, no valor aproximado de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) servirá para a Emissora garantir investimentos que se façam necessários para o início de algum de seus projetos prioritários em desenvolvimento. Dentre os projetos prioritários destacam-se (i) a expansão do Complexo Eólico da Bahia, através da implantação da Usina Eólica Canarana, com 30MW de potência instalada, (ii) a PCH Bom Retiro com 30MW de potência instalada e (iii) a UHE Cubatão, com 50MW de potência instalada. Maiores detalhes dos projetos acima mencionados e dos demais projetos da Emissora são encontradas no item 7.1.2.3 do Formulário de Referência da Emissora.

CAPITAL DE GIRO

O saldo remanescente dos recursos levantados através da emissão das debêntures, no valor aproximado de R\$3.441.154,51 servirá para a Emissora manter suas atividades operacionais sendo utilizado como capital de giro.

Caso a nossa Administração identifique no mercado alguma oportunidade de negócio que possa nos trazer benefícios e os recursos da Oferta não sejam suficientes, avaliaremos a melhor alternativa para a complementação dos recursos necessários, seja por meio da utilização da nossa geração própria de caixa ou capital de terceiros.

ESCLARECIMENTO SOBRE A ESTIMATIVA DE DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A destinação dos recursos da Oferta será influenciada pelas condições futuras dos mercados em que atuamos, bem como pelas oportunidades de investimento que identificarmos, além de outros fatores que não podemos identificar nesta data. A destinação dos recursos líquidos que recebermos com a Oferta baseia-se em nossas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem nos levar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta quando de sua efetiva utilização.

Os percentuais dos recursos líquidos provenientes da Oferta que serão utilizados em cada uma das atividades do nosso Plano de Crescimento elencadas acima são meras estimativas, baseadas nas informações de mercado de que dispomos no momento. A alocação efetiva dos recursos dependerá de eventos futuros e ainda incertos, bem como das oportunidades de investimento que identificarmos, fatores estes que fogem do nosso controle.

DISTRIBUIÇÃO PARCIAL

Em caso de conclusão da Oferta com a distribuição parcial de Debêntures, os recursos líquidos obtidos pela Emissora seriam destinados em primeiro lugar à Amortização da Dívida descrita no item (1) da tabela acima, sendo os valores remanescentes utilizados para composição do Capital de Giro e para realização dos Investimentos em Subsidiárias, nesta ordem.

Ademais, também caso houvesse de conclusão da Oferta com a distribuição parcial de Debêntures, a Emissora teria como fontes alternativas para captação de recursos (i) aportes de capital feitos por seus acionistas e/ou (ii) renegociação das dívidas atualmente existentes.

Não houve Distribuição Parcial das Debêntures.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Considerando o perfil de endividamento da Emissora, sua posição de liquidez, bem como os empreendimentos em construção, a Administração da Emissora acredita que a Emissora tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os seus investimentos e despesas e para honrar suas obrigações de curto e longo prazo, incluindo as Debêntures.

Vale ressaltar ainda que a Emissora possui um fluxo de caixa recorrente e previsível, uma vez que grande parte da produção de energia é vendida antecipadamente por meio de contratos de longo prazo. Este fator reforça a sua solidez para honrar seus compromissos financeiros.

A Emissora pretende pagar o montante principal da sua dívida de curto e longo prazo descrito na Seção “Capitalização” na página 59 deste Prospecto, inclusive as Debêntures, e os respectivos juros, com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Segue abaixo a descrição da capacidade de pagamento da Emissora nos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2012 e de 2011:

	Em 30 de setembro de	
	2012	2011
	(Em R\$ Mil)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais.....	(15.055)	32.456
Caixa líquido consumido nas (gerado) pelas atividades de investimentos	(78.216)	(298.102)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento.....	73.703	285.272
Variação líquida de caixa e equivalentes a caixa	(19.568)	19.626

Para mais informações sobre a capacidade de pagamento da Emissora veja (i) Seção 10 do Formulário de Referência da Emissora, disponível no website da Emissora e da CVM e (ii) as demonstrações financeiras da Emissora e respectivas notas explicativas, disponíveis no website da Emissora e da CVM nos endereços indicados na Seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência” na página 25 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

O quadro abaixo apresenta o endividamento financeiro de curto e longo prazo da Emissora e sua capitalização em 30 de setembro de 2012, e conforme ajustado para refletir o recebimento dos recursos brutos (antes da dedução de comissões e outros custos da Oferta) auferidos por meio dessa Oferta e a destinação dos recursos da Oferta, conforme descrito na Seção “Destinação dos Recursos” nas páginas 56 a 57 deste Prospecto:

	Capitalização	
	Efetivo	Ajustado pela Oferta ⁽¹⁾
	(Valores em R\$ mil)	
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	136.268	61.268
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	700.995	700.995
Debêntures	–	100.000
Dívida Total	837.263	862.263
Patrimônio Líquido	711.093	711.093
Capitalização Total	1.548.356	1.573.356

⁽¹⁾ Considerando a colocação total das Debêntures (R\$100.000.000,00).

Os dados abaixo deverão ser lidos em conjunto com (i) a Seção 10 do Formulário de Referência da Emissora, disponível no *website* da Emissora e da CVM e (ii) as demonstrações financeiras da Emissora e respectivas notas explicativas, disponíveis no *website* da Emissora e da CVM nos endereços indicados na Seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência” na página 25 deste Prospecto.

FATORES DE RISCO

Esta Seção contempla, exclusivamente, os fatores de risco diretamente relacionados às Debêntures e à Oferta e não descreve todos os fatores de risco relativos à Companhia e suas atividades, os quais o investidor deve considerar antes de adquirir Debêntures no âmbito da Oferta.

O investimento nas Debêntures ofertadas envolve alto grau de risco. Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia, principalmente os fatores de risco descritos nos itens “Fatores de Risco” e “Riscos de Mercado”, constantes dos quadros 4 e 5, respectivamente, do Formulário de Referência da Companhia. A leitura deste Prospecto não substitui a leitura do Formulário de Referência da Companhia.

Os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia atualmente acredita que poderão afetar de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos pela Companhia, ou que a Companhia atualmente considera irrelevantes, também prejudicar suas atividades, situação financeira e resultados operacionais de maneira significativa.

Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

RISCOS RELACIONADOS ÀS DEBÊNTURES E À OFERTA

A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.

O investimento em títulos de mercados emergentes, entre os quais se inclui o Brasil, envolve um risco maior do que os investimentos em títulos de emissores de países desenvolvidos, podendo tais investimentos serem tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos em valores mobiliários brasileiros, tais como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos deste país que podem afetar a capacidade dos emissores destes valores mobiliários de cumprir com suas obrigações. Eventos econômicos e políticos nestes países podem, ainda, ter como consequência restrições a investimentos estrangeiros e/ou à repatriação de capital investido. Não há certeza de que não ocorrerão no Brasil eventos políticos ou econômicos que poderão interferir nas atividades da Emissora, conforme descrito acima.

A ausência de liquidez para as Debêntures pode afetar a capacidade dos Debenturistas em vender esses títulos e pode afetar o valor recebido em caso de venda.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta, historicamente, baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado ativo e líquido para negociação desses valores mobiliários que possibilite aos subscritores desses títulos sua pronta alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os Debenturistas podem ter dificuldade para realizar a venda desses títulos no mercado secundário ou até mesmo podem não conseguir realizá-la.

Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá dificultar a captação de recursos pela Companhia, bem como acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Companhia são levados em consideração, tais como sua condição econômico-financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, as características da Oferta e das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Companhia e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Companhia. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Companhia de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e dos juros no prazo estipulado. Não existe garantia de que a classificação de risco atualmente atribuída à Oferta permanecerá inalterada durante todo o prazo de vigência das Debêntures. Caso a classificação de risco originalmente atribuída seja rebaixada, a Emissora poderá encontrar dificuldades em realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, o que poderá, consequentemente, ter um impacto negativo relevante nos resultados e nas operações da Companhia. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta e/ou à Companhia durante a vigência das Debêntures poderá, ainda, afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, o que pode afetar negativamente o preço desses títulos e sua negociação no mercado secundário.

Ademais, uma eventual apresentação por agência de classificação de risco contratada pela Emissora de classificação de risco atribuída às Debêntures em nível igual ou inferior a “BBB-” pela Standard e Poor’s, ou “Baa3” pela Moody’s ou “BBB-” pela Fitch Ratings, em suas respectivas escalas locais, acarretará vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures. Não há garantias de que a Companhia disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrer o vencimento antecipado de suas obrigações, podendo os investidores sofrer um prejuízo relevante neste caso, com a perda parcial ou total dos valores investidos.

As obrigações da Companhia constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas as hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Companhia com relação às Debêntures, tais como pedido de recuperação judicial ou de autofalência pela Companhia, rebaixamento da classificação de risco das Debêntures, não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão, término, extinção ou transferência da concessão da Emissora para a exploração de serviços de geração de energia e vencimento antecipado de outras dívidas. Caso ocorra a declaração de vencimento antecipado das Debêntures, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures deverá ser imediatamente pago pela Emissora, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão. A Companhia poderá não dispor de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrer de vencimento antecipado de suas obrigações, podendo os investidores sofrer um prejuízo relevante neste caso, com a perda parcial ou total dos valores investidos. Para descrição completa dos eventos de vencimento antecipado das Debêntures, vide Seção “Informações Relativas à Oferta – Vencimento Antecipado” na página 43 a 45 deste Prospecto.

Validade da estipulação da Taxa DI, divulgada pela CETIP

A Súmula n.º 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça enuncia que é nula a cláusula que sujeita o devedor ao pagamento de juros de acordo com a Taxa DI divulgada pela ANBIMA/CETIP. A referida súmula não vincula as decisões do Poder Judiciário e decorreu do julgamento de ações judiciais em que se discutia a validade da aplicação da Taxa DI divulgada pela ANBIMA/CETIP em contratos utilizados em operações bancárias ativas. Há a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a Súmula n.º 176 vir a ser aplicada pelo Poder Judiciário para considerar que a Taxa DI não é válida como fator de remuneração das Debêntures. Em se concretizando esta hipótese, o índice que vier a ser indicado pelo Poder Judiciário para substituir a Taxa DI poderá conceder aos Debenturistas uma remuneração inferior à Taxa DI prejudicando a rentabilidade das Debêntures.

Risco relativo ao resgate antecipado das Debêntures e à extinção e não substituição da Taxa DI

As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora e, adicionalmente, deverão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora em caso de não aprovação pelos Debenturistas de taxa substitutiva à taxa que remunera as Debêntures. Em ambas as hipóteses, poderá haver um aumento da tributação incidente decorrente da redução do prazo de investimento.

Nos termos da Escritura de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração vinculada à Taxa DI. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar, conforme prazos e procedimentos previstos na Escritura de Emissão, AGD para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Caso nessa AGD não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização referida AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos encargos moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão.

Os Debenturistas poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência de tal resgate antecipado, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

Volatilidade e liquidez dos mercados de títulos brasileiros

Os investimentos em títulos brasileiros, tal como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, envolvendo, dentre outros: (i) mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de receber pagamentos, no todo ou em parte, com relação a seus investimentos; (ii) restrições a investimentos estrangeiros e a repatriação de capital investido; e (iii) a capitalização de mercado relativamente pequena e a liquidez dos mercados de títulos brasileiros, que podem limitar substancialmente a capacidade de negociar as Debêntures ao preço e no momento desejado. Os mercados de títulos brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que os principais mercados de títulos americanos e europeus, e não são tão regulamentados ou supervisionados como estes.

O regime de colocação das Debêntures – melhores esforços – não garante a colocação total das Debêntures, o que poderá afetar negativamente os resultados operacionais e a situação financeira da Emissora.

O regime de colocação das Debêntures estabelecido no Contrato de Distribuição prevê a colocação das Debêntures em regime de melhores esforços, não havendo garantia de que as Debêntures serão efetivamente colocadas na sua totalidade. Caso a totalidade das Debêntures não seja subscrita e integralizada, o volume total captado pela Emissora por meio da Oferta será inferior ao volume de Debêntures inicialmente previsto e a Emissora não conseguirá financiar seu programa de investimentos conforme previsto na seção “Destinação dos Recursos” nas páginas 56 e 57 deste Prospecto exclusivamente com os recursos obtidos por meio da Oferta. Nessa hipótese, caso a Emissora não encontre outras fontes de captação de recursos disponíveis para financiar seu programa de investimentos ou contrate financiamentos com taxas menos favoráveis do que as taxas atualmente obtidas, os resultados operacionais e a situação financeira da Emissora poderão ser afetados negativamente.

Distribuição parcial da Oferta

Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição e integralização da quantidade mínima de 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, perfazendo o montante mínimo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Diante disso, nenhuma garantia pode ser dada de que as Debêntures, objeto do regime de distribuição em melhores esforços serão colocadas no mercado, sendo que, na hipótese de distribuição parcial das Debêntures, não haverá restituição de qualquer importância aos investidores que não condicionaram sua participação na Oferta à colocação da integralidade das Debêntures.

A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso a Oferta não atinja excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Debêntures ofertada, será permitida a participação de Pessoas Vinculadas, inclusive de sociedades integrantes do grupo econômico das controladoras da Emissora.

A Remuneração das Debêntures será definida com base no Procedimento de *Bookbuilding*, no qual serão aceitas intenções de investimento de investidores que sejam Pessoas Vinculadas. Dessa forma, a participação de Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá promover má formação na taxa final de Remuneração.

Adicionalmente, a participação de investidores na Oferta que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que referidas Pessoas Vinculadas podem optar por manter as Debêntures de sua titularidade fora de circulação, influenciando a liquidez.

A Emissora não tem como garantir que a aquisição das Debêntures por Pessoas Vinculadas não ocorrerá nem que referidas Pessoas Vinculadas não optarão por manter estas Debêntures fora de circulação.

O pagamento pelas SPEs de dividendos que integrarão a garantia das Debêntures, em virtude de contratos de financiamento celebrados pelas SPEs, está restrito, em alguns casos, ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório e condicionado ao cumprimento de determinados covenants, e mesmo que haja a deliberação para distribuição de dividendos, estes poderão não chegar à Conta Vinculada

As SPEs controladas pela Companhia firmaram diversos contratos financeiros, principalmente com o BNDES, nos termos dos quais ficaram obrigadas a não realizar distribuição de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório e pagamentos de juros sobre o capital próprio, salvo se expressamente autorizado pelo agente financeiro. Para mais informações sobre os contratos de financiamento firmados pelas SPEs e as obrigações deles decorrentes, veja a Seção 10.1(f) do Formulário de Referência da Companhia e para mais informações sobre a estrutura de garantia das Debêntures, veja a Seção “Informações Relativas à Oferta – Garantia”, na página 40 deste Prospecto.

Além disso, muito embora o Contrato de Garantia estabeleça que a Emissora não poderá deliberar pela não distribuição de dividendos nas SPEs sem a prévia concordância do Agente Fiduciário, as SPEs, a título exemplificativo, (i) podem não ter dividendos a serem distribuídos; (ii) podem não conseguir distribuir dividendos, seja porque não conseguiram a aprovação dos agentes financeiros acima mencionados seja por estarem inadimplentes em suas obrigações; ou (iii) ainda que venham a distribuir dividendos não há como garantir que a distribuição será em quantia suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da Emissão.

O Coordenador Líder pode ter interesse excessivamente vinculado à conclusão da Oferta, uma vez parte dos recursos da Oferta deve ser destinada pela Companhia à amortização da dívida no âmbito das notas promissórias.

O Coordenador Líder é parte nas notas promissórias, nos termos das quais o montante correspondente a aproximadamente 35% dos recursos líquidos decorrentes da presente Oferta deverão ser utilizados pela Companhia para amortizar esta dívida. Dessa forma, o Coordenador Líder poderá ter interesse excessivamente vinculado à conclusão da presente Oferta, uma vez que uma parte dos recursos obtidos na Oferta poderá ser utilizada para a amortização de tal endividamento, conforme descrito na Seção “Destinação dos Recursos”, nas páginas 56 e 57 deste Prospecto. Para maiores informações sobre as notas promissórias, veja a Seção 10.1 do Formulário de Referência da Companhia anexo a este Prospecto.

ANEXOS

ANEXO A – ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES E ADITAMENTOS

ANEXO B – ATOS SOCIETÁRIOS DA EMISSORA RELATIVOS À EMISSÃO

ANEXO C – RELATÓRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

ANEXO D – DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER

ANEXO E – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA EMISSORA

ANEXO F – ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA

ANEXO G – CONTRATO DE GARANTIA E ADITAMENTOS

ANEXO H – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO A - ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES E ADITAMENTOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUCESP
28 11 12



JUCESP PROTOCCLO
2.243.402/12-9



**ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA
ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

**CELEBRADA ENTRE
DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**
como Emissora;

E

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas

DATA
12 DE NOVEMBRO DE 2012

DESENV

ENERGIAS RENOVÁVEIS

**ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA
ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

- (i) **DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na Categoria “A” sob o Código CVM 02259-4, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 3571, Conjunto 2001, Bairro Tamboré, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.622.416/0001-41, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”); e
- (ii) **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“Agente Fiduciário”), representando os debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Emissora (“Debenturistas”);

vêm por esta e na melhor forma de direito, firmar a presente “Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A.” (“Escritura”), contendo as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

1.1. A Escritura é firmada com base nas seguintes autorizações:

1.1.1. Reunião do Conselho de Administração da Emissora (“RCA”) realizada em 11 de outubro de 2012, na qual foi deliberada a emissão das Debêntures, bem como as condições constantes do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”).

1.2. Esta Escritura será objeto de aditamento (“Aditamento”) para refletir a quantidade de Debêntures a ser emitida e a Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definida).

JUCESP

DOESP

CLÁUSULA II

REQUISITOS

A primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional, em série única, da Emissora (“Debêntures”), sob o regime de melhores esforços de colocação (“Emissão” ou “Oferta”) será feita com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

2.1.1. A ata da RCA que deliberou sobre a presente Emissão, realizada em 11 de outubro de 2012, foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o nº 454.702/12-7, em 18 de outubro de 2012, e foi publicada no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” (“DOESP”) e no jornal “Empresas e Negócios”, em 12 de outubro de 2012, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das S.A.

2.1.2. Os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCESP e publicados pela Emissora no DOESP e no jornal “Empresas e Negócios”, conforme legislação em vigor.

2.2. Arquivamento da Escritura

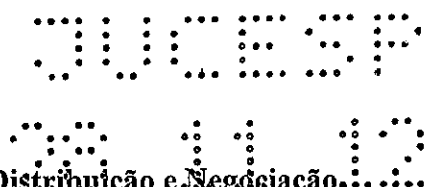
2.2.1. A Escritura e seus aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das S.A.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.3.1. A Emissão deverá ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das S.A. e nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), bem como das demais disposições legais e regulamentares e auto-regulatórias aplicáveis.

2.4. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.4.1. A Emissão das Debêntures será submetida à análise e ao registro da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) nos termos do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas – Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários (“Código ANBIMA”), no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 25 do Código ANBIMA.



2.5. Registro para Distribuição e Negociação.....

2.5.1. As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário: (i) por meio do Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) por meio do Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”) e do Sistema BovespaFix (“BOVESPAFIX”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na BM&FBOVESPA.

2.6. Registro da Garantia

2.6.1. O Contrato de Garantia (conforme definido na Cláusula 3.23) será registrado em cartórios de registro de títulos e documentos, localizados nas cidades de Barueri e de São Paulo, Estado de São Paulo. Uma via original de cada instrumento devidamente registrado será entregue ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis, contados do efetivo registro.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

As Debêntures desta Emissão e a Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Número da Emissão e Valor Total da Emissão

3.1.1. A presente Escritura representa a 1ª emissão pública de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão é de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 3.7 abaixo, observado que tal montante pode ser aumentado com a emissão das Debêntures Adicionais e das Debêntures Suplementares, conforme definidas nas Cláusulas 3.3.2 e 3.3.3 desta Escritura.

3.2. Valor Nominal Unitário

3.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única. Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures.

JUCESP

ANÚNCIO DE INÍCIO

3.3.2. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Adicionais, conforme abaixo definido, poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 15.000 (quinze mil) Debêntures suplementares (“Debêntures Suplementares”), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora ao Coordenador Líder no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, sob Regime de Melhores Esforços, da Desenvix Energias Renováveis S.A. (“Contrato de Distribuição”), que somente poderá ser exercida pelo Coordenador Líder em comum acordo com a Emissora, até a data de publicação do anúncio de início da Oferta (“Anúncio de Início”).

3.3.3. Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a Emissora poderá aumentar a quantidade de Debêntures com relação à quantidade inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Suplementares, em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 20.000 (vinte mil) Debêntures adicionais (“Debêntures Adicionais”), até a data de publicação do Anúncio de Início.

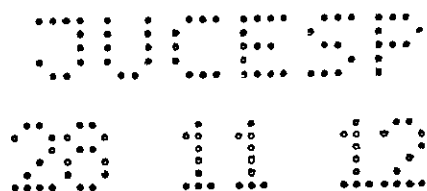
3.3.4. Caso ocorra o aumento da quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, conforme previsto nos itens 3.3.2 e 3.3.3 acima, esta Escritura deverá ser ajustada de maneira a refletir a quantidade de Debêntures efetivamente emitida, mediante a celebração de aditamento, que deverá ser arquivado na JUCESP.

3.3.5. Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta em nada será afetada caso não haja a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures a serem colocadas. As Debêntures que não forem efetivamente subscritas e integralizadas durante o prazo de colocação das Debêntures deverão ser canceladas pela Emissora. A manutenção da Oferta está condicionada à subscrição e integralização da quantidade mínima de 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, perfazendo o montante mínimo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Caso este montante não seja atingido, eventuais montantes recebidos a título de subscrição serão devolvidos, nos termos do item 3.24.3.

3.4. Forma e comprovação de titularidade

3.4.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos das Debêntures.

3.4.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Escriuradora (conforme abaixo definidos). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND e/ou extrato em nome do Debenturista emitido pela BM&FBOVESPA, quando as Debêntures estiverem depositadas na BM&FBOVESPA.



3.5. Conversibilidade

3.5.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

3.6. Espécie

3.6.1. As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia adicional, observando-se o quanto disposto na Cláusula 3.23 desta Escritura, bem como no Contrato de Garantia (conforme definido na Cláusula 3.23).

3.7. Data de Emissão

3.7.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 12 de dezembro de 2012 ("Data de Emissão").

3.8. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração

3.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

3.8.2. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de um *spread* (sobretaxa) de até 2,80% (dois vírgula oitenta por cento) ao ano, a ser definida em procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelo Banco Fator S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"), com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo de Valor Nominal Unitário de cada Debênture, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento ("Remuneração"), observando o cronograma de pagamento da Remuneração previsto no item 3.13 abaixo. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = Vne \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Vne = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

DI OVER SPREAD

FATOR DI FATOR SPREAD

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório da Taxa DI-Over, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxa DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo “n” um número inteiro;

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de “1” até “n”;

TDIk = Taxa DI-Over, de ordem “k”, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

Dik = Taxa DI-Over, de ordem “k”, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

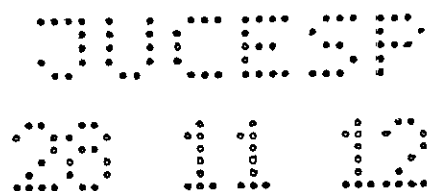
Sendo que:

spread = a ser definido em Procedimento de *Bookbuilding*, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo “n” um número inteiro.

Observações:

(a) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.



(b) O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDIk})$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

(c) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + \text{TDIk})$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(d) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

(e) O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{FatorSpread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa *DI-Over* quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa *DI-Over* conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa *DI-Over*.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa *DI-Over* por prazo superior a 10 (dez) dias úteis da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa *DI-Over* deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa *DI-Over*, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. A referida AGD deverá ser convocada em até 5 (cinco) dias úteis contados (i) do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) dias úteis, ou (ii) do primeiro dia útil contado da data de extinção da Taxa *DI-Over* ou ainda de impossibilidade de aplicação da Taxa *DI-Over* por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso. A AGD de que trata este item deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias corridos da data de sua convocação. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, conforme aplicável, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa *DI-Over* divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando (i) da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures e/ou (ii) da divulgação posterior da Taxa *DI-Over*, o que ocorrer primeiro.

Caso a Taxa *DI-Over* venha a ser divulgada antes da realização da AGD de que trata o parágrafo acima, referida AGD não será mais realizada, e a Taxa *DI-Over*, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, conforme aplicável, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa *DI-Over* nos termos aqui previstos, quando do

DUCE SP

000100

cálculo da Remuneração, e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, conforme aplicável, será utilizada a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.

Caso, na AGD de que trata o parágrafo acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a taxa DI-Over deverá ser substituída pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para Títulos Federais – SELIC, divulgada diariamente pelo Banco Central do Brasil por meio do SISBACEN – Sistema de Informações do Banco Central (transação PTAX860) e de sua página na Internet (www.bcb.gov.br).

3.9. Preço de Subscrição

3.9.1. As Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização (“Preço de Subscrição”).

3.10. Integralização

3.10.1. A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição.

3.11. Prazo e Data de Vencimento

3.11.1. O prazo de vencimento das Debêntures será de 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 12 de dezembro de 2016 (“Data de Vencimento”), data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ainda não amortizado, acrescido da Remuneração, conforme calculado acima, em moeda corrente nacional.

3.12. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário

3.12.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente, em cinco parcelas, a partir de 12 de dezembro de 2014, conforme a tabela a seguir (“Amortização”):

Datas de Amortização:	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado:
12 de dezembro de 2014	20%
12 de junho de 2015	20%
12 de dezembro de 2015	20%
12 de junho de 2016	20%
12 de dezembro de 2016	20%

BOVESPA

11 10

3.13. Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures

3.13.1. O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito semestralmente, em 8 (oito) parcelas consecutivas, e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme aplicável, sendo o primeiro pagamento devido em 12 de junho de 2013 e o último na Data de Vencimento.

3.14. Local de Pagamento

3.14.1. Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no BOVESPAFIX; e/ou (iii) por meio do Banco Mandatário e da Instituição Escriuradora para a Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente no SND e BOVESPAFIX.

3.15. Imunidade dos Debenturistas

3.15.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Instituição Escriuradora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Mandatário e pela Instituição Escriuradora, sob pena de ter descontados da Remuneração os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.16. Prorrogação dos Prazos

3.16.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

3.17. Encargos Moratórios

3.17.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou

DUCE SP

000100

extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento (“Encargos Moratórios”).

3.18. Mora do Debenturista

3.18.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento da obrigação pecuniária.

3.19. Publicidade

3.19.1. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que vierem, de qualquer forma, a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, bem como (a) o aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400; (b) o anúncio de início da Oferta; e (c) o anúncio de encerramento da Oferta, serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal “Valor Econômico” bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet* (www.desenvix.com.br). A Emissora obriga-se a enviar ao Agente Fiduciário, na data de sua publicação, cópia de qualquer dos atos e decisões acima referidos.

3.20. Destinação dos Recursos

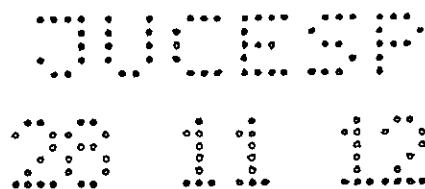
3.20.1. A totalidade dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures será destinada para propósitos corporativos gerais, incluindo reforço de capital de giro, pagamento de dívidas existentes e investimentos nas sociedades de propósito específico controladas pela Emissora (“SPEs”).

3.21. Repactuação

As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

3.22. Banco Mandatário e Instituição Escriuradora

3.22.1. O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A. (“Banco Mandatário”) e a instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A. (“Instituição Escriuradora”). A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário cópia autenticada dos instrumentos jurídicos celebrados com o Banco Mandatário e a Instituição Escriuradora, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados de sua assinatura.



3.23. Garantias

3.23.1. Garantia Adicional: A Emissora compromete-se, de forma irrevogável e irretratável, a firmar um “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada” (“Contrato de Garantia”) com o Agente Fiduciário, em conjunto com determinadas SPEs (conforme definido no Contrato de Garantia), para garantir o pagamento integral e pontual e o cumprimento, quando devidas, de todas as obrigações assumidas nesta Escritura (“Obrigações Garantidas”), por meio do qual a Emissora cederá fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, os créditos em conta corrente a ser aberta e mantida no Banco Fator S.A. (“Conta Vinculada”) que serão compostos pela totalidade dos possíveis futuros dividendos recebidos ou a serem recebidos das SPEs, os quais deverão necessariamente transitar pela Conta Vinculada. Até a ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, o Banco Depositário (conforme definido no Contrato de Garantia) deverá reter na Conta Vinculada o equivalente aos 2 (dois) próximos pagamentos de Remuneração das Debêntures (“Limite Mínimo”), devendo transferir automaticamente o saldo que exceder o Limite Mínimo à Emissora. Para fins desta cláusula, a estimativa do Limite Mínimo será calculada mediante as seguintes fórmulas:

$$EJ_1 = VNe_1 \times \left\{ FatorJuros \times \left[\left(\frac{DIFUT_{D1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right]^{DU_{D1}} - 1 \right\}$$

$$EJ_2 = VNe_2 \times \left\{ \frac{\left[\left(\frac{DIFUT_{D2}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right]^{DU_{D2}}}{\left[\left(\frac{DIFUT_{D1}}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \times \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right]^{DU_{D1}}} - 1 \right\}$$

$$EJT = EJ_1 + EJ_2$$

onde:

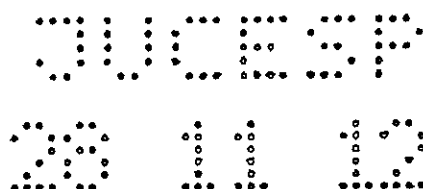
EJT = Limite Mínimo.

D1 = próxima data de pagamento de juros.

D2 = data de pagamento seguinte à próxima data de pagamento de juros.

FatorJuros = fator de juros acumulado entre a última data de pagamento e a data de cálculo da estimativa de desembolso, conforme definido em 3.8.2.

EJ₁ = estimativa de desembolso de juros em D1.



EJ_2 = estimativa de desembolso de juros em D2.

VNe_1 = valor nominal das Debêntures sobre o qual serão calculados os juros da data D1.

VNe_2 = valor nominal das Debêntures sobre o qual serão calculados os juros da data D2.

$DIFUT_{D1}$ = estimativa da Taxa DI aplicável até D1, conforme Curva DI Futuro divulgada pela BM&FBOVESPA.

$DIFUT_{D2}$ = estimativa da Taxa DI aplicável até D2, conforme Curva DI Futuro divulgada pela BM&FBOVESPA.

Spread = *spread* efetivo de emissão.

DU_{D1} = número de dias úteis entre a data de cálculo de EJT e D1.

DU_{D2} = número de dias úteis entre a data de cálculo de EJT e D2.

Caso não haja estimativas da Taxa DI especificamente para D1 e D2 com base na Curva DI Futuro divulgada pela BM&FBOVESPA, as taxas $DIFUT_{D1}$ e $DIFUT_{D2}$ serão calculadas por meio de interpolação exponencial, considerando-se as Taxas DI imediatamente anterior e posterior a D1 e D2, individualmente, que sejam disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

3.23.2. A Emissora depositará na Conta Vinculada (i) o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Limite Mínimo na data da liquidação financeira da Emissão; e (ii) os 50% (cinquenta por cento) remanescentes do Limite Mínimo até 31 de março de 2013.

3.23.3. Após o penúltimo pagamento de Remuneração devido pela Emissora aos Debenturistas, o Banco Depositário deverá reter somente o valor equivalente a EJ_1 , sendo o saldo remanescente automaticamente transferido à Emissora.

3.23.4. Para a formalização da cessão fiduciária estabelecida no Contrato de Garantia, a cada deliberação societária acerca da distribuição dos dividendos decorrente da participação da Emissora nas SPEs, a Emissora se comprometerá a constituir a cessão fiduciária sobre os direitos creditórios referentes a cada deliberação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos da legislação em vigor.

3.24. Colocação das Debêntures

3.24.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação, após (a) a publicação do aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400; (b) a disponibilização aos investidores do prospecto preliminar da Oferta (“Prospecto Preliminar”); (c) a realização do Procedimento de *Bookbuilding*; (d)

BM&FBOVESPA

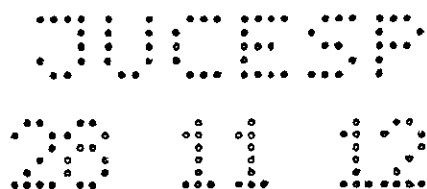
Oferta Pública

a obtenção do registro da Oferta na CVM; (e) o registro para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP e da BM&FBOVESPA; (f) a publicação do anúncio de início da Oferta; e (g) a disponibilização aos investidores do prospecto definitivo da Oferta (“Prospecto Definitivo” e, em conjunto com o Prospecto Preliminar, “Prospectos”), levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta, com tratamento justo e equitativo aos investidores, observado sempre o disposto na Instrução CVM 400 e os procedimentos previstos nos Prospectos.

3.24.2. Nos termos da RCA, será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta em nada será afetada caso não haja a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures objeto da Oferta. As Debêntures que não forem efetivamente subscritas e integralizadas durante o prazo de colocação das Debêntures serão canceladas pela Emissora. A manutenção da Oferta está condicionada à subscrição e integralização de quantidade mínima de Debêntures conforme Cláusula 3.3.5 acima.

3.24.3. Caso a distribuição pública das Debêntures não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores para a subscrição das Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis ficando, porém, desde já estabelecido que os recursos depositados serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária, sem dedução de encargos ou tributos de qualquer natureza. O aqui disposto se aplica, também, conforme o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à distribuição (i) da totalidade das Debêntures ofertadas, sendo que, se tal condição não se implementar e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização, este será devolvido sem juros ou correção monetária, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição, ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures definida pelo investidor, que não poderá ser inferior à 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, perfazendo o montante mínimo de R\$50.000.0000,00 (cinquenta milhões de reais), podendo o investidor, no momento de sua aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber a quantidade de Debêntures por ele subscritas ou quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures efetivamente distribuídas e a quantidade de Debêntures originalmente objeto da Oferta, presumindo-se, na falta de manifestação, o interesse do investidor em receber a totalidade das Debêntures por ele subscrita, sendo que, se o investidor tiver indicado tal proporção, se tal condição não se implementar e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização, este será devolvido sem juros ou correção monetária, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição.

3.24.4. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso a Oferta não atinja excesso de demanda superior em um terço à quantidade de valores mobiliários ofertada, será permitida a participação de investidores que sejam (a) controladores, pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora, ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores do Coordenador Líder; e (c) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como, os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c).



3.25. Direito de Preferência

3.25.1. Não haverá direito de preferência para os acionistas da Emissora na subscrição de Debêntures, conforme deliberado na RCA.

CLÁUSULA IV NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA

4.1. Aquisição Facultativa

4.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 8.2.4 abaixo, observado o disposto no §3º do artigo 55 da Lei das S.A., conforme alterada pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

4.1.2. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou serem colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento a esta Escritura.

4.1.3. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

4.2. Resgate Antecipado

4.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a partir de 12 de dezembro de 2014 ("Data de Início do Resgate Antecipado"), resgate antecipado parcial ou total das Debêntures ("Resgate Antecipado"). A Emissora realizará o Resgate Antecipado das Debêntures por meio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário e de publicação de aviso aos Debenturistas a ser realizada no jornal "Valor Econômico" com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis ("Comunicação de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo: (i) o número de Debêntures a serem resgatadas e o valor previsto do Resgate Antecipado, que corresponderá ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (a) da Remuneração devida e ainda não paga até a data do Resgate Antecipado; e (b) do valor do prêmio de resgate incidente sobre o valor de resgate, conforme definido abaixo; (ii) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (iii) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado;

4.2.2. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado ("Valor de Resgate") será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data do

DUCE SP

Debt SP

Resgate Antecipado, sendo devido, adicionalmente, pela Emissora aos Debenturistas, um prêmio, incidente sobre o Valor de Resgate, apurado conforme fórmula a seguir:

$$P = \alpha * VNe$$

onde:

P = prêmio de Resgate Antecipado, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

α = percentual do VNe a ser aplicado conforme a data de resgate antecipado, de acordo com a tabela a seguir:

Data de Resgate Antecipado	α
12 de dezembro de 2014	2,0%
12 de junho de 2015	1,5%
12 de dezembro de 2015	1,0%
12 de junho de 2016	0,5%

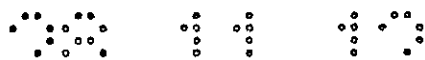
VNe = valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da Debênture na Data de Resgate Antecipado, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

4.2.3. O Resgate Antecipado parcial será precedido de sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário.

4.2.4. Uma vez exercida pela Emissora a opção de Resgate Antecipado, esta se tornará obrigatória (i) a todos os Debenturistas, no caso do Resgate Antecipado total; e (ii) aos Debenturistas titulares das Debêntures a serem resgatadas conforme sorteio, no caso de Resgate Antecipado parcial.

4.2.5. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.2.6. Para as debêntures custodiadas no SND, a operacionalização do Resgate Antecipado parcial dar-se-á, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. Entretanto, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o Resgate Antecipado parcial, não haverá necessidade de ajuste na Escritura ou qualquer outra formalidade. Para as debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, a operacionalização do Resgate Antecipado parcial dar-se-á, conforme procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, através de operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. Entretanto, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos



Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da BM&FBOVESPA. Fica definido que, caso a BM&FBOVESPA venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o Resgate Antecipado parcial, não haverá necessidade de ajuste na Escritura ou qualquer outra formalidade.

4.3. Oferta de Resgate Antecipado

4.3.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de Resgate Antecipado, total ou parcial, das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o Resgate Antecipado das Debêntures de que forem titulares (“Oferta de Resgate Antecipado”), de acordo com os termos e condições previstos abaixo:

4.3.1.1. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos do item 3.19. “Publicidade” acima (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo, mas sem limitação, (a) se o resgate será total ou parcial, e, se for parcial, mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das S.A., a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.3.1.6 abaixo; (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (d) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado o disposto no item 4.3.1.3 abaixo; (e) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada a aceitação de um percentual mínimo de Debenturistas; e (f) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures.

4.3.1.2. O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente a, no mínimo, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do efetivo pagamento, acrescido, se for o caso, de prêmio de resgate que venha a ser oferecido no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado.

4.3.1.3. A Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado.

4.3.1.4. Após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado para se manifestarem formalmente perante o Agente Fiduciário, findo o qual a Emissora terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para proceder à

DUCE SP

de Resgate

liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado.

4.3.1.5. A Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do Resgate Antecipado; e (b) comunicar ao Banco Mandatário e Escriturador, a BM&FBOVESPA e à CETIP a realização da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da respectiva data do resgate antecipado.

4.3.1.6. Caso a Emissora opte pelo Resgate Antecipado parcial das Debêntures, e caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures do que o volume inicialmente ofertado, com base no Edital de Oferta de Resgate Antecipado parcial, então o resgate será feito mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das S.A., coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido em Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Os Debenturistas que aderirem à Oferta de Resgate Antecipado e forem sorteados serão informados, por escrito, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência sobre o resultado do sorteio.

4.3.1.7. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da BM&FBOVESPA, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA ou por meio do Banco Mandatário e da Instituição Escrituradora, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

4.3.1.8. Com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA, o Resgate Antecipado parcial deverá ocorrer por meio de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP ou da BM&FBOVESPA, observado que, caso a CETIP ou a BM&FBOVESPA venham a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.3.1.9. As debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

FUNCEF
2011
CLÁUSULA V
VENCIMENTO ANTECIPADO

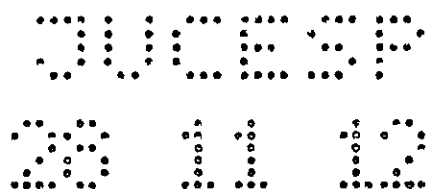
5.1. Observados os termos e condições desta Cláusula V, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração devida desde a Data da Emissão ou desde a última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acumulada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (cada um, um “Evento de Vencimento Antecipado”):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis de seu vencimento (para que não haja dúvida, tal descumprimento poderá ser sanado, inclusive, mediante utilização de recursos provenientes da Conta Vinculada nos termos do Contrato de Garantia);
- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária (incluindo *covenants* financeiros e não financeiros) relacionada às Debêntures prevista na presente Escritura, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias úteis da comunicação do referido descumprimento pelo Agente Fiduciário, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (c) término, extinção ou transferência da concessão da Emissora para a exploração de serviços de geração de energia ou ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora;
- (d) se houver qualquer transferência do controle societário da Emissora, direta ou indireta, inclusive por meio de reorganização societária, em ambos os casos sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas. Excetua-se, contudo, qualquer transferência do controle direto ou indireto da Emissora, (i) entre os acionistas que façam parte do quadro acionário da Emissora na data de assinatura desta Escritura; (ii) em decorrência do exercício de direitos estabelecidos em acordos de acionistas, que tenham sido arquivados na sede da Emissora até a data de assinatura desta Escritura; ou (iii) na qual a sociedade(s) sucessora(s) seja(m) controlada(s) direta ou indiretamente em conjunto pela Jackson Empreendimentos Ltda. ou por empresa que venha a substituí-la como sociedade de participação (*holding*) do Grupo Engevix, pela SN Power Energia do Brasil Ltda. e pela FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais;

DUCEP

Art. 10

- (e) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra companhia ou qualquer forma de reorganização societária, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto conforme previsto no item “d” acima ou sem que tenha sido assegurado o resgate das Debêntures para Debenturistas dissidentes, nos termos do §1º do artigo 231 da Lei das S.A.;
- (f) cessação pela Emissora de suas atividades empresariais; adoção pela Emissora de medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução; ocorrência de (i) extinção, liquidação, dissolução, insolvência da Emissora; (ii) pedido de recuperação judicial feito pela Emissora, independente de deferimento do processamento da recuperação judicial ou da sua concessão pelo juiz competente; (iii) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; (iv) pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência ou, ainda, qualquer procedimento similar que venha a ser criado por lei, requerido ou decretado contra a Emissora;
- (g) protesto legítimo de títulos contra a Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora seja responsável, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de citação do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto for cancelado, ou ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- (h) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento, nas respectivas datas de vencimento, não sanada ou questionada judicialmente, com obtenção de liminar favorável à Emissora, em até 30 (trinta) dias corridos, de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional, cujo valor considerado em conjunto seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (i) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;
- (j) caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura provarem-se falsas, materialmente incorretas ou enganosas;
- (k) a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim;



- (l) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência expressa dos Debenturistas, exceto a alienação de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resulte em uma redução do ativo da Emissora inferior a 20% (vinte por cento), sendo este percentual apurado com base no ativo da Emissora no último exercício social, ou a alienação com o objetivo de captação de recursos para (i) a capitalização da Emissora, (ii) investimentos na atividade produtiva da Emissora, (iii) substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade, ou (iv) eliminação de ativos operacionais obsoletos ou inservíveis;
- (m) tiver sido alterado o objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, de maneira que (i) altere substancialmente as atividades atualmente praticadas e o ramo de negócios atualmente explorados pela Emissora; e (ii) afete substancialmente a capacidade de pagamento pela Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures;
- (n) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil Brasileiro”);
- (o) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutibilidade desta Escritura;
- (p) se qualquer documento da Emissão ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a validade ou eficácia da Emissão, e tal efeito não for sanado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado do recebimento pela Emissora de notificação de inadimplemento, de forma que afetem de maneira adversa a capacidade da Emissora de cumprir com as respectivas obrigações ligadas à Emissão;
- (q) apresentação, pela(s) agência(s) de classificação de risco contratada(s) pela Emissora, de classificação de risco atribuída às Debêntures em nível inferior a “BBB-” pela Standard and Poor’s, ou “Baa3” pela Moody’s ou “BBB-” pela Fitch Ratings, em suas respectivas escalas locais;
- (r) descumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou arbitral não sujeita a recurso de natureza condenatória contra a Emissora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;

DUCE SP

Art. 11

- (s) resgate ou amortização de ações, redução de capital, exceto para absorção de prejuízos, pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, incluindo a concessão de mútuos ou financiamentos pela Emissora, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A., inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo;
- (t) realização de operações com partes relacionadas (conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto) em montante superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), caso o grupo controlador da Emissora seja também controlador da parte relacionada;
- (u) realização de operações com derivativos (conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto) em montante superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) sem prévia anuência dos Debenturistas, exceto no caso de operações de *hedge* (cambial, de preços de energia e outros tipos relacionados ao próprio negócio ou às finanças da Emissora, sempre com objetivo de proteção patrimonial);
- (v) caso a Emissora venha a apurar, por 2 (dois) trimestres consecutivos ou 3 (três) alternados, (i) índice de Dívida Total / Receita com Dividendos maior ou igual a 3,5x em 31 de dezembro de 2013, maior ou igual a 3,0x entre 1º de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014 e maior ou igual a 2,0x a partir de 1º de janeiro de 2015, (ii) índice Dívida Total / Patrimônio Líquido maior ou igual a 1,45x, e (iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) menor ou igual a 1,0x entre 31 de dezembro de 2013 e 30 de setembro de 2014 e menor ou igual a 1,1x a partir de 1º de outubro de 2014, a ser verificado pelo Agente Fiduciário e calculado de acordo com a fórmula abaixo, sendo tais índices calculados com base nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores cobertos por informações financeiras revisadas e/ou auditadas da Emissora, a partir do trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2013, de acordo com as definições abaixo e devendo ser considerados para o cálculo do índice previsto no item (i) apenas os números da Emissora (não consolidado com suas controladas) e para o cálculo dos índices previstos nos itens (ii) e (iii) os números consolidados.

Definições:

Dívida Total: somatória dos valores correspondentes a (1) empréstimos bancários de curto prazo; (2) debêntures no curto prazo; (3) empréstimos bancários de longo prazo; (4) debêntures no longo prazo e, ainda, (5)

DUCE SP

2011

empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores.

EBITDA: para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Emissora (1) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito de concessão - ágio; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipadas, calculado com base nos últimos 12 meses.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD): calculado pela divisão da geração de caixa operacional pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras, em determinado período:

(A) Geração de caixa
(+) EBITDA

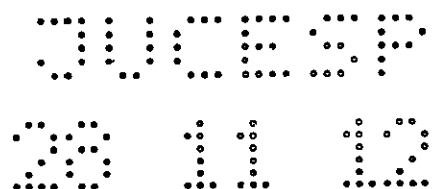
(B) Serviço da dívida
(+) Amortização de principal
(+) Pagamento de juros

$\text{Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)} = (A) / (B)$

Patrimônio Líquido: compreende os recursos próprios da Emissora, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do ativo e o valor do passivo.

Receita com Dividendos: dividendos declarados à Emissora pelas suas subsidiárias, calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.

- (w) não constituição ou aperfeiçoamento da garantia prevista na cláusula 3.23 desta Escritura no prazo de 30 (trinta) dias contados da presente data;
- (x) se o Contrato de Garantia (i) for objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por terceiros, que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura e/ou no Contrato de Garantia; (ii) for anulado ou de qualquer forma deixar de existir ou for rescindido, sem que novo contrato com as mesmas condições o substitua dentro de 15 (quinze) dias úteis; e
- (y) caso a Emissora não mantenha o montante requerido na Conta Vinculada nos termos da Cláusula 3.23 e do Contrato de Garantia, a qualquer momento, ou não efetue o complemento da garantia a fim de manter o montante requerido na Conta Vinculada nos termos da Cláusula 3.23 e do Contrato de Garantia, e não sane esses descumprimentos no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados de sua ocorrência.



5.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados nas alíneas (a), (c), (f), (i), (n), (o) e (w) acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas.

5.3. Na ocorrência de qualquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data de conhecimento da respectiva ocorrência, uma AGD para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das debêntures. Na AGD, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previstos na Cláusula 8.3.1.1 desta Escritura, o vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado por Debenturistas representantes de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido).

5.4. Não será declarado o vencimento antecipado das Debêntures em decorrência da não instalação da AGD em primeira convocação. No entanto, não havendo deliberação pelo não vencimento antecipado das Debêntures por, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, nas datas originalmente estabelecidas para realização da AGD, seja na primeira ou na segunda convocação, ou se a AGD não for instalada também em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração aplicável e encargos até a data de seu efetivo pagamento.

CLÁUSULA VI

COMPROMISSOS DA EMISSORA E

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

6.1. Até a Amortização total do saldo devedor das Debêntures, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nesta Escritura e nos Prospectos;
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança relevante na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira ou o resultado das operações da Emissora e/ou de suas controladas consideradas como um todo ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura (“Efeito Adverso Relevante”), no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;

UNESP

UNESP

- (c) notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de qualquer decisão judicial, administrativa e arbitral definitiva que implique em condenação da Emissora a obrigação cujo cumprimento implique dispêndio igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), bem como fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais dos quais a Emissora figure como parte;
- (d) notificar o Agente Fiduciário imediatamente após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos de obrigações que impliquem vencimento antecipado das obrigações desta Escritura, conforme previsto na Cláusula 5, sendo que, caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002 (“Instrução CVM 358”), a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida Instrução CVM 358, observado o prazo máximo aqui previsto;
- (e) encaminhar ao Agente Fiduciário:
 - (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 3 (três) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, quando for o caso, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes; (b) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, e (c) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura e contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento do valor dos índices aqui previstos;
 - (ii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre, ou até 3 (três) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas informações trimestrais relativas aos respectivos trimestres, quando for o caso, nos termos das normas da CVM, e (b) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora de que a Emissora está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento do valor dos índices aqui previstos;
 - (iii) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento que envolva obrigações de pagamento pela Emissora de valores iguais ou superiores à

BOVESPA

BOVESPA

R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), dentro de 5 (cinco) dias úteis após o seu recebimento;

(iv) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, e que seja necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura;

(v) cópia do formulário de referência, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 6 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”), ou normativo que venha a substituí-la, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM (“Formulário de Referência”); e

(vi) na mesma data de suas publicações, fatos relevantes, atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures;

- (f) convocar as AGDs, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem direta ou indiretamente com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (g) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia, ou pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA;
- (h) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;
- (i) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis;
- (j) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como os termos desta Escritura;
- (k) contratar anualmente durante o prazo de vigência das Debêntures uma agência classificadora de risco a ser escolhida pela Emissora dentre Standard and Poor's, Moody's ou Fitch Ratings, para obtenção de *rating*, para:
 - (i) manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado;
 - (ii) assegurar que seja entregue à CVM, ao Agente Fiduciário e à ANBIMA e, que seja divulgado na página da rede mundial de computadores pertinente, os

DUCE SP

08.11.10

relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios, ainda que a classificação de risco das Debêntures não tenha sido alterada em relação ao relatório anterior; e

(iii) comunicar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures;

- (l) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora;
- (m) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenham acesso, em data e em horário comercial previamente acordados com a Emissora: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela AGD;
- (n) manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (o) notificar o Agente Fiduciário, a CETIP e a BM&FBOVESPA, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a ocorrência do evento;
- (p) informar à CETIP e à BM&FBOVESPA sobre qualquer mudança ou imprecisão que afete de maneira adversa e relevante, as informações prestadas nos Prospectos e/ou as Debêntures, no prazo legal ou regulamentar aplicável;
- (q) obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos relevantes exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;
- (r) manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades ou comprovar que a obtenção de referidas licenças encontra-se em

DUCE SP

000100

regular tramitação perante as autoridades competentes, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja falta, perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

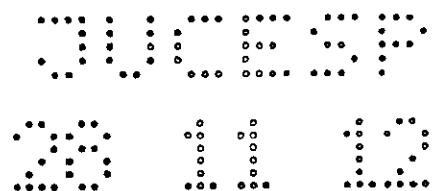
- (s) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa;
- (t) contratar e manter contratado, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, o Banco Mandatário e Instituição Escrituradora, o Agente Fiduciário e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BOVESPAFIX);
- (u) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura;
- (v) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.20 acima;
- (w) enviar à CVM, à BM&FBOVESPA e à CETIP, na data da primeira publicação de convocação de AGD, cópia do respectivo edital de convocação e, se for o caso, da proposta a ser submetida à AGD; e
- (x) adotar todas as providências necessárias e comercialmente razoáveis para a defesa dos ativos onerados no Contrato de Garantia, contra quaisquer procedimentos judiciais ou administrativos que venham a ser propostos por terceiros.

CLÁUSULA VII

AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

7.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Planner Trustee DTVM Ltda., acima qualificada, como o Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora os titulares das Debêntures.



7.2. Substituição

7.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.2.2. Se a convocação da AGD a que se refere a Cláusula 7.2.1 não ocorrer em até 8 (oito) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.2.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que o escolher, observado o disposto na Cláusula 7.2.7.

7.2.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

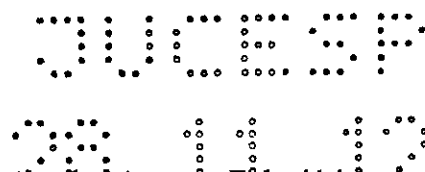
7.2.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

7.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”), e eventuais normas posteriores.

7.2.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD não delibere sobre a matéria, observado que (i) o eventual substituto não poderá, receber remuneração superior ao seu antecessor, a não ser que aprovado pela Emissora; e (ii) a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário.

7.2.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser arquivado na JUCESP.

7.2.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.



7.2.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

7.3. Deveres

7.3.1. Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

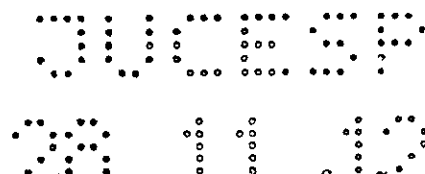
- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções durante o período determinado em lei;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o arquivamento desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, inconsistências ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- j) convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, as AGD, respeitando-se as regras relacionadas à convocação da AGD, bem como à publicação constantes da

BRASIL

REPÚBLICA

Lei das S.A. e desta Escritura, devendo ser a Emissora notificada desta convocação concomitantemente;

- k) comparecer à AGD, conforme o caso, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea “b”, da Lei das S.A., o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) amortização e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 5.1 (u);
 - (viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias;
 - (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria companhia emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (1) denominação da companhia ofertante; (2) valor da emissão; (3) quantidade de debêntures emitidas; (4) espécie; (5) prazo de vencimento das debêntures; (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e



(xi) declaração sobre sua aptidão para ~~continuar exercendo a função de~~ Agente Fiduciário;

- m) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora e na página da rede mundial de computadores pertinente;
 - (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na sede do Coordenador Líder;
 - (v) na BM&FBOVESPA; e
 - (vi) na CETIP.
- n) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.19 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea “m” acima;
- o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à CETIP e à BM&FBOVESPA;
- p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- q) verificar o cumprimento dos índices financeiros previstos na Cláusula 5.1 (u);
- r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - (i) à CVM;
 - (ii) à BM&FBOVESPA; e
 - (iii) à CETIP;
- s) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista na Cláusula 6.1 (k),

DEBENTURAS

bem como enviar à ANBIMA os relatórios de classificação de risco das Debêntures, com atualização anual, elaborados pela agência de *rating* contratada pela Emissora, em até 5 (cinco) dias úteis contados da veiculação dos referidos relatórios;

- t) verificar a regularidade da constituição da garantia, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e
- u) fornecer à Emissora, mediante solicitação desta, lista de titulares das Debêntures atualizada.

7.4. Atribuições Específicas

7.4.1. O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer processos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior se, convocada a AGD, esta assim o autorizar pelo quórum de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” da mesma Cláusula.

7.4.3. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

7.5. Remuneração

7.5.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga em parcelas anuais de R\$8.000,00 (oito mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias úteis após a assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos

DUCE SP

DEBÊNTURES

subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos debenturistas.

7.5.1.1. As parcelas de remuneração descritas acima serão faturadas pelo Agente Fiduciário acrescidas dos valores relativos aos impostos incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social), incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos, multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como majorações das alíquotas ora existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes.

7.5.1.2. As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*.

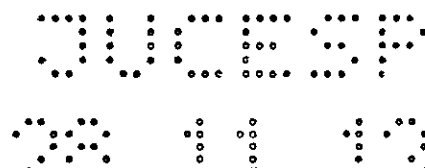
7.5.1.3. Caso a Companhia não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição e integralização, ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento às solicitações extraordinárias, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (a) a assessoria aos titulares das Debêntures; (b) comparecimento em reuniões com a Companhia e/ou com os titulares das Debêntures; (c) a implementação das consequentes decisões dos titulares das Debêntures e da Companhia; e (d) para a execução das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Companhia ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado.

7.5.1.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.

7.5.1.5. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Companhia, e não inclui o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

7.5.1.6. A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros.

7.5.1.7. Para fins da Cláusula 7.5.1.3 acima, entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) da garantia (ii) dos prazos de pagamento; e (ii) das



condições relacionadas ao vencimento antecipado das Debêntures. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

7.5.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente, ressarcidas pela Companhia. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a honorários advocatícios inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou intentadas contra o mesmo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Companhia permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.6. Despesas

7.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.6.2. O ressarcimento a que se refere o item 7.6.1 será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

7.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos contados da solicitação de pagamento, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.6.4. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta

DOESP

Art. 11

Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

- (b) extração de certidões;
- (c) viagens e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, e quaisquer outras despesas incorridas desde que previamente aprovadas pela Emissora e comprovadas por intermédio da apresentação de recibos; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma estabelecida na Cláusula 7.6.2, deverá ser arcada pelos Debenturistas, sob pena de incidência do disposto na Cláusula 3.17 e será acrescido à dívida da Emissora, gozando das mesmas garantias das Debêntures e preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA VIII

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, nos termos do artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, observado sempre o disposto nas Cláusulas 7.3.1(j) e 8.2.3 desta Escritura.

8.1.2. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, ou pela CVM.

8.1.3. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no DOESP e no jornal “Empresas e Negócios”, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.4. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

DUCE SP

2011

8.1.5. Independentemente das formalidades previstas em lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.2. Regras Gerais Aplicáveis às AGDs

8.2.1. Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das S.A. para a assembleia geral de acionistas.

8.2.2. Nas deliberações da AGD, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto quórum qualificado em lei ou na presente Escritura.

8.2.3. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

8.2.4. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas coligadas à Emissora ou controladas pela Emissora, de controladoras (ou grupo de controle) da Emissora ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau.

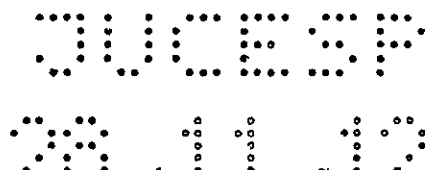
8.2.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, que poderá participar e discutir os assuntos levados à deliberação, desde que sem prejudicar a dinâmica dos trabalhos.

8.2.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.3. Quórum de Instalação

8.3.1. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.3.1.1. Exclusivamente para fins da instalação da AGD a que se refere a Cláusula 5.3, o quórum de instalação em primeira convocação será de, no mínimo, 75% (setenta e cinco



por cento) das Debêntures em Circulação; e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.4. Mesa Diretora

8.4.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito no mínimo pela maioria dos titulares das Debêntures presentes à AGD ou àquele que for designado pela CVM.

8.5. Quórum de Deliberação

8.5.1. Nas deliberações das AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, bem como a deliberação objeto da Cláusula 5.3, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que alterações na Remuneração, nas condições de prazo, amortização e espécie das Debêntures, nas cláusulas de vencimento antecipado, bem como alterações a qualquer quórum de deliberação previsto nesta Escritura, exceto o quórum previsto na Cláusula 7.4.2, deverão contar com a aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.5.2. As alterações das disposições estabelecidas nesta Cláusula 8.5 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

9.1.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

DECLARAÇÃO

DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
- (i) aceita integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura;
- (j) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes;
- (k) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os Debenturistas da presente Emissão; e
- (l) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28.

9.2. Declarações e Garantias da Emissora

9.2.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

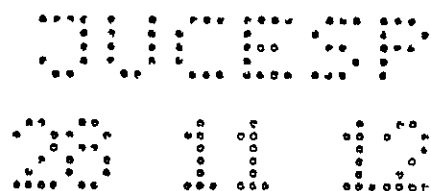
- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures (a) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, exceto por infrações que não afetem de forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura; (b) nem irá resultar em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, exceto por vencimentos antecipados que não afetem de

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações, nos termos desta Escritura; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos, exceto por rescisões que não afetem de forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura;

- (c) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (d) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Oferta e o Formulário de Referência contém todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (e) as declarações, informações e fatos contidos nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- (f) as opiniões, análises e expectativas expressas nos Prospectos da Emissão em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (g) não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas dos Prospectos da Emissão, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos da Emissão seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (h) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;
- (i) a Emissora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (j) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos da Emissão, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito, que seja de conhecimento da Emissora, cujo prognóstico de resultado possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira;



- (k) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a essa Emissão;
- (l) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (m) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras; e foi devidamente constituída, com plenos poderes para conduzir seus negócios;
- (n) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures ou para a realização da Emissão exceto pelo registro da Emissão na ANBIMA e CVM e o registro das Debêntures junto ao SDT, ao SND, ao DDA e ao BOVESPAFIX, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação;
- (o) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades ou sua obtenção encontra-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, sendo que até a presente data a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (p) os seus representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (q) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (r) a Emissora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou

DUCE SP

Desenvix

outras provisões apropriadas, exceto conforme descrito nos Prospectos, e exceto os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não causaria um impacto adverso relevante; e

- (s) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura.

CLÁUSULA X COMUNICAÇÕES

10.1. Exceto se de outra forma prevista nesta Escritura, as comunicações a serem enviadas por qualquer uma das Partes deverão ser encaminhadas para endereços constantes na Cláusula 10.2.

10.2. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por *fac-símile* ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

- (a) Para a Emissora:

Desenvix Energias Renováveis S.A.

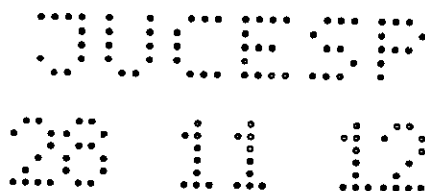
Rua Tenente Silveira, 94 - 9º andar - Ed. Schweidson
CEP 88010-300, Florianópolis, SC
At.: Sr. Paulo Marcelo Gonçalves Margarido
Tel.: (48) 3031-2500
Fax: (48) 3031-2501
E-mail: paulo.marcelo@desenvix.com.br

- (b) Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 10º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Viviane Rodrigues
Tel.: (11) 2172-2628
Fax: (11) 3078-7264
E-mail: vrodrigues@plannercorretora.com.br

- (c) Para o Banco Mandatário



Itaú Unibanco S.A.

Praça Aldredo Egydio de Souza Aranha, 100 Torre Olavo Setubal
CEP 04344-902, São Paulo, SP
At.: Douglas Callegari
Telefone: (11) 2797-4431
Fac símile: (11) 2797-3140
e-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

(d) Para a Instituição Escrituradora:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Douglas Callegari
Telefone: (11) 2797-4431
Fac símile: (11) 2797-3140
e-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

(e) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1663, 1º andar, São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários – GEVAM
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
e-mail: gr.debentures@cetip.com.br

(f) Para a BM&FBOVESPA:

BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS

Praça Antonio Prado, nº 48, São Paulo, SP
Rua XV de Novembro, 275, São Paulo, SP
At.: Gerência de Acompanhamento de Emissores
Tel.: (011) 2565-7222
Fax: (011) 2565-7061
E-mail: Gre@bvmf.com.br

(g) Para a CVM:

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Sete de Setembro, nº 111 – 33º andar
CEP 20050-901, Rio de Janeiro, RJ
At.: Superintendência de Registro e Superintendência de Relação com Empresas
Tel.: (021) 3554-8686

DUCE SP
28 11 12

Fax: (021) 3554-8686

10.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias úteis contados da sua ocorrência.

10.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 10.2. acima serão arcados pela parte inadimplente.

10.5. As notificações de inadimplemento dispostas na Cláusula 5 desta Escritura não poderão ser realizadas por meio eletrônico ou *fac-símile*, devendo ser entregues em mãos, sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio.

CLÁUSULA XIII CUSTOS DE REGISTRO

13.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

CLÁUSULA XIV DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

14.1.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

14.2. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

14.3. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

JUCESP

20 11 12

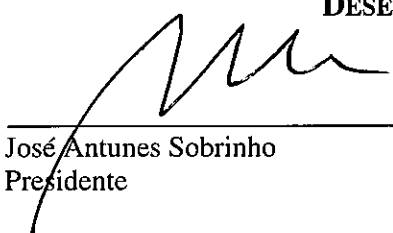
14.4. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.


São Paulo, 12 de novembro de 2012.
(assinaturas nas próximas páginas)

Página de Assinatura 1 de 3 da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A.

DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.



José Antunes Sobrinho
Presidente



Jan Erik Felle
Diretor Financeiro

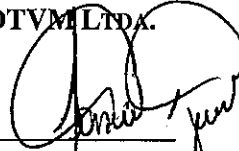
DUCE SP

Página de Assinatura 2 de 3 da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirógrafária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A.

PLANNER TRUSTEE DTVMLTD.



Nome:
Cargo:
Viviane Rodrigues
Diretora



Flávio D. Aguetoni
Procurador

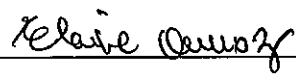
JUCESP

28 11 12

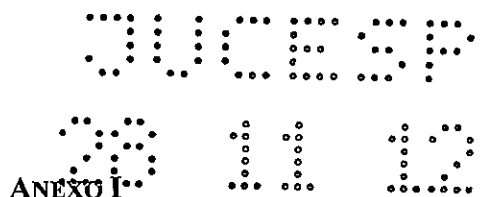
Página de Assinatura 3 de 3 da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A.

Testemunhas


Nome: Fátima Conceição Miranda de Azevedo
CPF: RG: 18.901.022-8(SSP/SP)
CPF/MF 151.870.238-45


Nome: Elaine Queiroz Santiago
CPF: RG: 18.169.832(SSP/SP)
CPF: 088.608.278-57





MODELO DE ADITAMENTO DE ESCRITURA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE [●] ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Pelo presente instrumento particular,

- (i) **DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS**, sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 3571, Conjunto 2001, Bairro Tamboré, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.622.416/0001-41, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”); e
- (ii) **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“Agente Fiduciário”), representando os debenturistas da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional, em série única, da Emissora (“Debenturistas”);

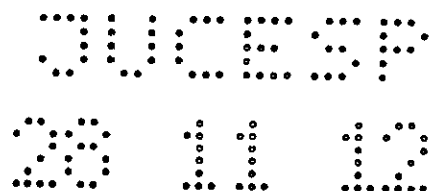
vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o [●] aditamento (o “Aditamento”) à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A. (a “Escritura”, a “Emissão” e as “Debêntures”), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

O presente Aditamento é celebrado conforme a Cláusulas 1.3 e 3.3.1 da Escritura, não sendo necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas e de Assembleia Geral Extraordinária da Emissora para sua realização.

CLÁUSULA II AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), conforme disposto no artigo 62 da Lei das S.A.



CLÁUSULA III RETIFICAÇÕES

3.1. O presente Aditamento tem como objetivo (i) ratificar a quantidade de Debêntures emitida e alocada na Emissão e (ii) refletir a taxa aplicável à Remuneração das Debêntures, após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelo Coordenador Líder, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de Bookbuilding”), ocorrida em [●] de [●] de 2012.

3.2. Para refletir a quantidade de Debêntures emitida, as partes resolvem alterar a Cláusula 3.3.1 da Escritura, que passa a ter a seguinte nova redação:

“3.3.1. A Emissão será realizada em série única. Serão emitidas [●] ([●]) Debêntures. A quantidade de Debêntures a ser emitida foi definida após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelos Coordenadores, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de Bookbuilding”)”.

3.3. Para refletir o valor da Remuneração das Debêntures, as partes resolvem alterar a Cláusula 3.8.2 da Escritura, que passa a ter a seguinte nova redação:

“3.8.2. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de um spread (sobretaxa) de [●]% ([●] por cento) ao ano, conforme definida em Procedimento de Bookbuilding, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo de Valor Nominal Unitário de cada Debênture, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (“Remuneração”), observando o cronograma de pagamento da Remuneração previsto no item 3.13 abaixo. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = Vne \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Vne = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

DUCE SP

201112

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread (sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório da Taxa DI-Over, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxa DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de "1" até "n";

TDIk = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DIk = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = [●] (informado com 4 (quatro) casas decimais); e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

(a) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

DUCE SP
28 11 12

(b) O fator resultante da expressão $(1 + TDIk)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

(c) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDIk)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(d) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

(e) O fator resultante da expressão $(Fator\ DI \times FatorSpread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

(...)"

CLÁUSULA IV RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura e não expressamente alteradas por este Aditamento.

CLÁUSULA V DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, [●] de [●] de 2012.

Denticularis de Tol. *A. denticata*

DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:
Cargos:

00000000

00000000

Página de Assinatura 2 de 3 do Instrumento Particular de [●] Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A.

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Nome:

Cargo:

DUCEP

DUCEP

Página de Assinatura 3 de 3 do Instrumento Particular de [●] Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A.

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

JUNTA COMERCIAL
★ 12 DEZ. 2012 ★
PROTOCOLO

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Barra Funda, 930 - CEP 01152-000

SR. USUÁRIO, SE O DOCUMENTO NÃO FOR RETIRADO NO
PRAZO DE 60(SESSENTA DIAS), SERÁ FRAGMENTADO.

NOME EMPRESARIAL
DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.



JUCESP PROTOCOLO
2.312.830/12-7



USO EXCLUSIVO DA JUCESP

ATOS (ESPECIFICAÇÃO DO PEDIDO)

Debenture Aditamento;

Controle Internet

011368934-9



INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Pelo presente instrumento particular,

- (i) **DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS**, sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 3571, Conjunto - 2001, Bairro Tamboré, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.622.416/0001-41, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”); e
- (ii) **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“Agente Fiduciário”), representando os debenturistas da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional, em série única, da Emissora (“Debenturistas”);

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o primeiro aditamento (o “Aditamento”) à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A. (a “Escritura”, a “Emissão” e as “Debêntures”), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

O presente Aditamento é celebrado conforme a Cláusulas 1.2 e 3.3.4 da Escritura, não sendo necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas e de Assembleia Geral Extraordinária da Emissora para sua realização.

**CLÁUSULA II
AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO**

Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), conforme disposto no artigo 62 da Lei das S.A.

**CLÁUSULA III
RETIFICAÇÕES**

3.1. O presente Aditamento tem como objetivo (i) ratificar a quantidade de Debêntures

emitida e alocada na Emissão e (ii) refletir a taxa aplicável à Remuneração das Debêntures, após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelo Coordenador Líder, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de Bookbuilding”), ocorrida em 11 de dezembro de 2012.

3.2. Para refletir a quantidade de Debêntures emitida, as partes resolvem alterar a Cláusula 3.3.1 da Escritura, que passa a ter a seguinte nova redação:

“3.3.1. A Emissão será realizada em série única. Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures. A quantidade de Debêntures a ser emitida foi definida após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelos Coordenadores, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de Bookbuilding”).”

3.3. Para refletir o valor da Remuneração das Debêntures, as partes resolvem alterar a Cláusula 3.8.2 da Escritura, que passa a ter a seguinte nova redação:

“3.8.2. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de um spread (sobretaxa) de 2,8% (dois vírgula oito por cento) ao ano, conforme definida em Procedimento de Bookbuilding, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo de Valor Nominal Unitário de cada Debênture, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (“Remuneração”), observando o cronograma de pagamento da Remuneração previsto no item 3.13 abaixo. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = Vne \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Vne = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread (sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório da Taxa DI-Over, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxa DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo “n” um número inteiro;

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de “1” até “n”;

TDIk = Taxa DI-Over, de ordem “k”, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DIk = Taxa DI-Over, de ordem “k”, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 2,800 (informado com 4 (quatro) casas decimais); e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo “n” um número inteiro.

Observações:

(a) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

(b) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

(c) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator

acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(d) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

(e) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
(...)”

CLÁUSULA IV RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura e não expressamente alteradas por este Aditamento.

CLÁUSULA V DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 11 de dezembro de 2012.

Página de Assinatura 1 de 3 do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A.

DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.



Nome: Jan Erik Felle

Cargo: Diretor Financeiro



Nome: Álvaro Eduardo Sardinha

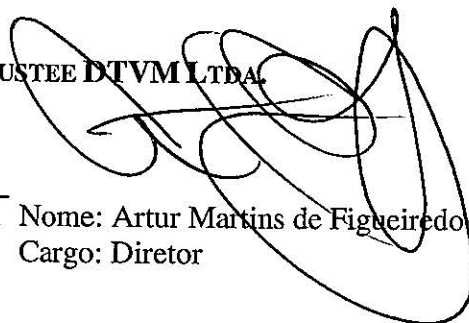
Cargo: Diretor

Página de Assinatura 2 de 3 do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A.



Nome: Flávio Daniel
Cargo: Procurador

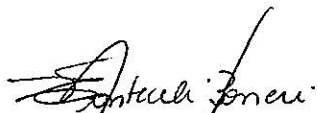
PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.



Nome: Artur Martins de Figueiredo
Cargo: Diretor

Página de Assinatura 3 de 3 do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A.

Testemunhas



Nome: Elaine Cristina Simboreu
CPF: 169.770.458.17



Nome: SILVIA BENDER
CPF: 065954188-27

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO B – ATOS SOCIETÁRIOS DA EMISSORA RELATIVOS À EMISSÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NIRE 35.300.143.949

CNPJ/MF nº 00.622.416/0001-41

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2012**

DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 11 de outubro de 2012, às 07h00min, na sede social da Desenvix Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Araguaia, 3571, Conjunto 2001, Bairro Tamboré, CEP 06455-000, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidida pelo Sr. Torger Nils Lien e secretariada pelo Sr. Cristiano Kok.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, na forma do parágrafo 1º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros integrantes do Conselho de Administração.

ORDEM DO DIA: 1- Deliberar sobre a realização da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional, em série única, sob o regime de melhores esforços de colocação, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") ("Debêntures" e "Emissão" ou "Oferta", respectivamente), com a definição das características da Emissão e das Debêntures; e 2- autorizar a prática pela Diretoria da Companhia de todo e qualquer ato necessário à formalização da Emissão.

DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade e sem reservas:

1- a realização da Oferta, com as seguintes condições:

(a) **Valor Total da Emissão:** R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na data de emissão, observado que tal montante pode ser aumentado com a emissão das Debêntures Adicionais e das Debêntures Suplementares, conforme definidas no item (c) abaixo;

(b) **Valor Nominal Unitário:** R\$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), na data de emissão;

(c) **Quantidade de Debêntures e Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única. Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures;

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Adicionais, conforme abaixo definido, poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 15.000 (quinze mil) Debêntures suplementares ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção a ser outorgada pela Companhia ao Banco Fator S.A. ("Coordenador Líder") no Instrumento Partic de Contrato de Coordenação, Colocação e



Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, sob Regime de Melhores Esforços, da Desenvix Energias Renováveis S.A., que somente poderá ser exercida pelo Coordenador Líder em comum acordo com a Companhia, até a data de publicação do anúncio de início da Oferta (“Anúncio de Início”).

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a Companhia poderá aumentar a quantidade de Debêntures com relação à quantidade inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Suplementares, em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 20.000 (vinte mil) Debêntures adicionais (“Debêntures Adicionais”), até a data de publicação do Anúncio de Início;

(d) Regime de Colocação das Debêntures: O Coordenador Líder efetuará a distribuição das Debêntures no montante total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), em regime de melhores esforços de colocação. Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta em nada será afetada caso não haja a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures a serem colocadas. As Debêntures que não forem efetivamente subscritas e integralizadas durante o prazo de colocação das Debêntures deverão ser canceladas pela Companhia. A manutenção da Oferta está condicionada à subscrição e integralização da quantidade mínima de 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, perfazendo o montante mínimo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(e) Destinação dos Recursos: A totalidade dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures será destinada para propósitos corporativos gerais, incluindo reforço de capital de giro, pagamento de dívidas existentes e investimentos nas sociedades de propósito específico controladas pela Companhia (“SPES”);

(f) Distribuição e Negociação: As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário: (i) por meio do Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (ii) por meio do Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”) e do Sistema BovespaFix (“BOVESPAFIX”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na BM&FBOVESPA;

(g) Forma e Conversibilidade: As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, e serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados representativos das Debêntures;

(h) Preferência na Subscrição: Não haverá direito de preferência para os acionistas da Companhia na subscrição das Debêntures;

(i) Preço de Subscrição e Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data da efetiva integralização (“Preço de Subscrição”). A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição;

DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

(j) **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia adicional, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações;

(k) **Garantia Adicional:** A Companhia firmará um “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada” (“Contrato de Garantia”) com a Planner Trustee DTVM Ltda. (“Agente Fiduciário”), o Coordenador Líder e determinadas SPEs, para garantir o pagamento integral e pontual e o cumprimento, quando devidas, de todas as obrigações assumidas na “Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A.” (“Escritura”), por meio do qual a Companhia cederá fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, os créditos em conta corrente a ser aberta e mantida no Coordenador Líder (“Conta Vinculada”) que serão compostos pela totalidade dos possíveis futuros dividendos recebidos ou a serem recebidos das SPEs signatárias do Contrato de Garantia, os quais deverão necessariamente transitar pela Conta Vinculada. Até a ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, o Banco Depositário (conforme definido no Contrato de Garantia) deverá reter na Conta Vinculada o equivalente aos 2 (dois) próximos pagamentos de Remuneração das Debêntures (“Limite Mínimo”), devendo transferir automaticamente o saldo que exceder o Limite Mínimo à Emissora. Com o intuito de se atingir o Limite Mínimo tão logo possível, a Emissora poderá depositar na Conta Vinculada (i) o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Limite Mínimo na data da liquidação financeira da Emissão; e (ii) os 50% (cinquenta por cento) remanescentes do Limite Mínimo até 31 de março de 2013;

(l) **Prazo e Data de Vencimento:** O prazo de vencimento das Debêntures será de 48 (quarenta e oito) meses contados da data de emissão, data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração em moeda corrente nacional;

(m) **Repactuação:** As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação;

(n) **Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente;

(o) **Remuneração:** As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de um *spread* (sobretaxa) de até 2,80% (dois vírgula oito por cento) ao ano, a ser definida em procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelo Coordenador Líder, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de *Bookbuilding*”), com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a data de emissão ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, observado o disposto no item “q” abaixo, de acordo com a fórmula prevista na Escritura (“Remuneração”);



(p) Periodicidade de Pagamento do Valor Unitário: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente, em cinco parcelas iguais de 20% (vinte por cento) cada, a partir de Dezembro de 2014;

(q) Periodicidade do Pagamento da Remuneração: O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito semestralmente, a partir de Junho de 2013, em 8 (oito) parcelas consecutivas, e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, a partir da data de emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme aplicável, sendo o primeiro pagamento devido em Junho de 2013 e o último na data de vencimento;

(r) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no §3º do artigo 55 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, adquirir Debêntures em circulação. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Companhia, ou serem colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento à Escritura. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus ao mesmo rendimento das demais Debêntures em circulação;

(s) Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de Dezembro de 2014, realizar o resgate antecipado parcial ou total das Debêntures ("Resgate Antecipado"), nos termos da Escritura;

(t) Oferta de Resgate Antecipado A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de Resgate Antecipado, total ou parcial, das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o Resgate Antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura;

(u) Vencimento Antecipado: Sujeito ao disposto na Escritura, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, devida desde a Data da Emissão ou desde a última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acumulada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos na Cláusula V da Escritura e que serão descritos no Prospecto Definitivo; e

2- a prática todo e qualquer ato, pela Diretoria, necessário à formalização da Emissão deliberada, inclusive, mas não se limitando a:

(a) realizar todos os atos necessários para a Emissão, bem como a contratação de (i) instituições financeiras para a estruturação da Oferta e colocação das Debêntures junto ao público, (ii) agente fiduciário, (iii) banco mandatário e escriturador das Debêntures, (iv) assessores legais e (v) demais prestadores de serviços necessários para a realização da Oferta;

DESENVIX

(b) aprovar a quantidade final de Debêntures a ser emitida, dentro dos limites ora aprovados e com base no resultado final do Procedimento de *Bookbuilding*; e

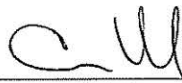
(c) celebrar todo e qualquer documento que se faça necessário, incluindo, mas não se limitando a (i) Escritura, (ii) Contrato de Colocação e (iii) Aditamento à Escritura, a fim de refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*; e (iv) o Contrato de Garantia.

QUORUM DAS DELIBERAÇÕES: Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade, sem reserva ou restrições.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e por todos assinada. Barueri/SP, 11 de outubro de 2012. **Mesa:** Torger Nils Lien, *Presidente*; Cristiano Kok, *Secretário*. **Conselheiros:** Cristiano Kok; Gerson de Mello Almada; Ruy Nagano; Torger Nils Lien; Nils Morten Huseby; Ricardo Salgado Filho; e, José Antunes Sobrinho. **Documentos Arquivados:** Os documentos mencionados nesta Ata foram arquivados na sede da Companhia.

Certifico e dou fé que essa ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

Barueri, 11 de outubro de 2012.



Cristiano Kok
Secretário



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Barra Funda, 930 - CEP 01152-000

SR. USUÁRIO, SE O DOCUMENTO NÃO FOR RETIRADO NO
PRAZO DE 60(SESSENTA DIAS), SERÁ FRAGMENTADO.

NOME EMPRESARIAL

DESENVIX ENERGÍAS RENOVÁVEIS S/A

JUCESP PROTOCOLO
2.312.036/12-5



USO EXCLUSIVO DA JUCESP

ATOS (ESPECIFICAÇÃO DO PEDIDO)

Arquivamento de Ata;

Controle Internet

011369044-4



ROS 11/12/12 - 1845

Protocolo - Ps



DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NIRE 35.300.143.949

CNPJ/MF nº 00.622.416/0001-41

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2012**

DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 11 de dezembro de 2012, às 18h00min, na sede social da Desenvix Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Araguaia, 3571, Conjunto 2001, Bairro Tamboré, CEP 06455-000, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidida pelo Sr. Torger Nils Lien e secretariada pelo Sr. Cristiano Kok.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, na forma do parágrafo 1º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros integrantes do Conselho de Administração.

ORDEM DO DIA: Aprovar (i) a quantidade de debêntures a ser emitidas após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelo Banco Fator S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400" e "Procedimento de Bookbuilding"), considerando as Debêntures Adicionais e Debêntures Suplementares (termos definidos abaixo), na qualidade de coordenador líder da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em série única, da Companhia ("Oferta"); (ii) o *spread* (sobretaxa), que compõe a remuneração incidente sobre as debêntures ofertadas, conforme definido em Procedimento de *Bookbuilding*; e (iii) ratificar e autorizar os atos praticados ou a serem praticados pela Diretoria da Companhia, no âmbito da Oferta.

DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade e sem reservas, decidiram aprovar:

- (i) a emissão de 100.000 (cem mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional, em série única, sob o regime de melhores esforços de colocação, para distribuição pública pelo Coordenador Líder com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário" e "Debêntures", respectivamente). Não foram acrescidas a este montante, as debêntures de que trata o artigo 14, §2º da Instrução CVM 400 ("Debêntures Adicionais") e as debêntures de que trata o artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Debêntures Suplementares"), perfazendo, portanto, o valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais);
- (ii) um *spread* (sobretaxa) de 2,8% (dois vírgula oito por cento) ao ano, que compõe a remuneração incidente sobre as Debêntures, ficando, portanto, definida a

remuneração na forma abaixo, respeitadas as demais cláusulas constantes da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública De Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A., conforme aditada:

“As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de um spread (sobretaxa) de 2,8% (dois vírgula oito por cento) ao ano, conforme definida em Procedimento de Bookbuilding, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo de Valor Nominal Unitário de cada Debênture, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (“Remuneração”), observando o cronograma de pagamento da Remuneração previsto no item 3.13 abaixo. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = Vne \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Vne = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread (sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório da Taxa DI-Over, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxa DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo “n” um número inteiro;

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de “1” até “n”;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 2,8000 (informado com 4 (quatro) casas decimais); e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

(a) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

(b) O fator resultante da expressão (1 + TDI_k) é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

(c) Efetua-se o produtório dos fatores (1 + TDI_k), sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(d) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

(e) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento."

(iii) ratificar todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia necessários à consecução da Oferta, bem como autorizar a assinatura de todos e quaisquer contratos e documentos necessários à sua realização, ainda não assinados.

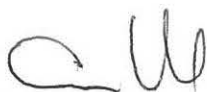


QUORUM DAS DELIBERAÇÕES: Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade, sem reserva ou restrições.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e por todos assinada. Barueri/SP, 11 de dezembro de 2012. **Mesa:** Torger Nils Lien, *Presidente*; Cristiano Kok, *Secretário*. **Conselheiros:** Cristiano Kok; Gerson de Mello Almada; Ruy Nagano; Torger Nils Lien; Joakim Broenner Johnsen; Tor Inge Stokke; Geraldo Aparecido da Silva e, José Antunes Sobrinho.

Certifico e dou fé que essa ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

Barueri, 11 de dezembro de 2012.



Cristiano Kok
Secretário

ANEXO C – RELATÓRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Rating Action: Moody's atribui ratings (P) B1 and Baa1.br às debêntures da Desenvix; perspectiva estável

Global Credit Research - 11 Oct 2012

Aproximadamente BRL 100 milhões de títulos de dívida afetados

Sao Paulo, October 11, 2012 -- Moody's América Latina Ltda (Moody's) atribuiu um rating corporativo (P) Ba3 na escala global e um rating corporativo A2.br na escala nacional à Desenvix Energias Renováveis S.A. (Desenvix). Ao mesmo tempo, Moody's atribuiu um rating (P) B1 na escala global e Baa1.br na escala nacional a BRL 100 milhões em debêntures seniores amortizáveis, sem garantia de ativos reais e com vencimento em quatro anos, a serem emitidas pela Desenvix no mercado local. Esta é a primeira vez que Moody's atribui ratings à Desenvix. A perspectiva é estável para todos os ratings.

FUNDAMENTOS DE RATING

Os ratings provisórios (P) permanecerão vigentes até o desembolso integral dos BRL 100 milhões em debêntures previstos até o final do ano e o recebimento de BRL 85 milhões do Banco de Desenvolvimento da China (CDB), que a empresa espera que ocorra entre outubro e novembro. Caso a empresa não consiga obter o montante integral, Moody's poderá revisar os ratings. Dado o relevante programa de investimentos e concentração moderada de dívida no curto prazo, a emissão das debêntures de quatro anos, bem como o recebimento do financiamento do CDB são importantes para o sucesso da implementação do atual programa de investimento, bem como para a melhora da posição de liquidez da empresa controladora num futuro próximo.

Os recursos das debêntures serão utilizados para amortizar a dívida de curto prazo existente e sustentar o programa de investimentos da empresa.

Os ratings corporativos (P) Ba3/A2.br refletem a experiência da administração da empresa na construção e execução de pequenas hidrelétricas e a esperada estabilidade e previsibilidade dos fluxos de caixa baseados em contratos de longo prazo de fornecimento de energia assinados no mercado regulado. O nível adequado de governança corporativa da empresa, que é sustentado por um acordo de acionistas assinado por seus três acionistas, e a capacidade da empresa de obter financiamento de longo prazo para a maior parte de seus projetos de energia também suportam os ratings.

O rating (P) B1 na escala global das debêntures está um nível abaixo do rating corporativo (P) Ba3 na escala global devido à subordinação estrutural da dívida no nível da controladora em relação às subsidiárias operacionais. Os credores das subsidiárias operacionais geralmente têm privilégio sobre o fluxo de caixa gerado no nível operacional comparativamente aos detentores de dívida da empresa controladora.

O histórico operacional relativamente curto da Desenvix como uma controladora de ativos de energia, a alta alavancagem da empresa e seu relativamente ambicioso programa de investimentos limitam os ratings bem como sua posição de liquidez relativamente fraca.

A perspectiva estável reflete a expectativa da Moody's de que os indicadores de crédito da Desenvix permaneçam relativamente estáveis de 2012 a 2014 e melhorem a partir do momento em que a maioria dos projetos de energia em construção entre em operação. Moody's prevê que o caixa líquido das atividades operacionais antes das variações no capital de giro sobre dívida terá média de 8%, enquanto a cobertura de juros será de média de 2,2x durante esse período.

Esse cenário base poderia mudar caso a empresa obtenha novos projetos de energia ou mantenha a construção do projeto da hidrelétrica de 135MW São Roque sem capitalização adicional dos acionistas.

Caso a empresa prossiga com a construção e operação de quaisquer outros projetos de porte significativo, Moody's avaliará o impacto deste programa relevante de investimentos na sua posição de liquidez, a fim de garantir que os indicadores de crédito continuem adequados para a categoria de rating corporativo Ba3/A2.br.

Dada a expectativa de investimentos significativos no médio prazo, uma ação de elevação de rating é improvável

no curto prazo. Quantitativamente, uma elevação de rating exigiria indicadores de crédito mais fortes de modo que o caixa líquido das atividades operacionais antes das variações no capital de giro torne-se maior do que 12% sobre a dívida e a cobertura de juros permaneça acima de 4.0x numa base sustentável.

Uma ação negativa de rating poderia ser desencadeada pela deterioração na posição de liquidez da empresa, que poderia resultar da incapacidade da empresa de obter financiamentos em tempo adequado, ou se o fluxo de caixa projetado for menor do que o esperado. Quantitativamente, poderia haver uma crescente pressão para rebaixamento de rating se os indicadores da empresa se enfraquecerem de modo que o caixa líquido das atividades operacionais antes das variações no capital de giro fique abaixo de 7% e a cobertura de juros torne-se menor do que 1,8x por um período prolongado.

Desenvix Energias Renováveis S.A é uma holding controlada através de um acordo de acionistas entre Jackson Empreendimentos Ltda (sem rating), por meio do fundo de ações FIP Cevix, com 40,65% do capital votante e total da Desenvix; SN Power, que detém 40,65% do capital votante e total da empresa e o fundo de pensão FUNCEF, que detém os 18,7% remanescentes do capital votante e total da empresa. SN Power é uma holding controlada por duas empresas norueguesas Statkraft (60%; Baa1, estável) e Norfund (40%).

A principal metodologia utilizada neste rating foi a "Unregulated Utilities and Power Companies" publicada em Agosto de 2009. Outras metodologias e fatores que podem ter sido considerados no processo de atribuição de ratings a este emissor também podem ser encontrados no site da Moody's.

Os Ratings em Escala Nacional da Moody's (NSRs) têm o intuito de serem avaliações relativas da idoneidade creditícia entre as emissões de dívida e os emissores de um dado país, a fim de permitir que os participantes do mercado diferenciem melhor os riscos relativos. Os NSRs são diferentes dos ratings globais da Moody's pois não são globalmente comparáveis ao universo global de entidades classificadas pela Moody's, mas apenas a NSRs de outras emissões e emissores classificados no mesmo país. Os NSRs são designados por um modificador ".nn" que indica o país relevante, como ".br" no caso do Brasil. Para maiores informações sobre a abordagem da Moody's para ratings na escala nacional, consulte as Diretrizes para Implementação de Ratings da Moody's publicadas em março de 2011 sob o título "Mapeamento dos Ratings na Escala Nacional da Moody's para Ratings na Escala Global" ("Mapping Moody's National Scale Ratings to Global Scale Ratings").

Desenvix tem participações em 15 usinas de energia com uma capacidade total instalada de 349 MW, composta por 10 pequenas e médias usinas hidrelétricas, uma usina de biomassa e quatro usinas de energia eólica. Além disso, Desenvix detém 25.5% de dois projetos de transmissão para construção de 511 quilômetros de linhas de transmissão. Desenvix também está envolvida no desenvolvimento de duas usinas de energia hidrelétrica de 80 MW e uma usina de energia eólica de 30 MW.

DIVULGAÇÕES REGULATÓRIAS

Para ratings atribuídos a um programa, série ou categoria/classe de dívida, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes a cada um dos ratings de títulos ou notas emitidas subsequentemente da mesma série ou categoria/classe de dívida ou de um programa no qual os ratings sejam derivados exclusivamente dos ratings existentes, de acordo com as práticas de rating da Moody's. Para os ratings atribuídos a um provedor de suporte, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes à ação de rating do provedor de suporte e referentes a cada uma das ações de rating dos títulos que derivam seus ratings do rating do provedor de suporte. Para ratings provisórios, este anúncio fornece divulgações regulatórias pertinentes ao rating provisório atribuído, e em relação ao rating definitivo que pode ser atribuído após a emissão final da dívida, em cada caso em que a estrutura e os termos da transação não tiverem sido alterados antes da atribuição do rating definitivo de maneira que pudesse ter afetado o rating. Para maiores informações, consulte a aba de ratings na página do respectivo emissor/entidade disponível no www.moody's.com.

As fontes de informação utilizadas na elaboração do rating de crédito são as seguintes: partes envolvidas nos ratings, partes não envolvidas nos ratings, informações públicas, e informações confidenciais e de propriedade da Moody's Investors Service, e confidenciais e proprietárias da Moody's Analytics.

A Moody's considera a qualidade das informações disponíveis sobre o emissor ou obrigação como sendo satisfatória ao processo de atribuição do rating de crédito.

A Moody's adota todas as medidas necessárias para que as informações utilizadas na atribuição de ratings seja de qualidade suficiente e proveniente de fontes que a Moody's considera confiáveis incluindo, quando apropriado, fontes de terceiros. No entanto, a Moody's não realiza serviços de auditoria, e não pode realizar, em todos os casos, verificação ou confirmação independente das informações recebidas nos processos de rating.

Consulte a página de divulgação de ratings em www.moody's.com para obter maiores informações a respeito de conflitos de interesse potenciais.

Consulte a página de divulgação de ratings em www.moody's.com para obter informações sobre (A) os principais acionistas da MCO (com participação acima de 5%) e (B) para ter acesso a mais informações sobre relações que possam existir entre os diretores da MCO e entidades classificadas assim como (C) os nomes das entidades que têm ratings da MIS que também reportaram publicamente à Securities and Exchange Commission dos EUA uma participação na MCO acima de 5%. Um membro do conselho de administração da entidade classificada também pode ser membro do conselho de administração de um acionista da Moody's Corporation; no entanto, a Moody's não verificou esse assunto de maneira independente.

Consulte os "Símbolos e Definições de Rating da Moody's" na página de Processo de Rating no www.moody's.com para obter mais informações sobre o significado de cada categoria de rating, além da definição de default e recuperação.

Consulte a aba de ratings na página do emissor/entidade no www.moody's.com para visualizar o histórico e a última ação de rating deste emissor.

A data em que alguns Ratings foram atribuídos pela primeira vez diz respeito a uma época em que os ratings da Moody's não eram integralmente digitalizados e pode ser que os dados precisos não estejam disponíveis. Consequentemente, a Moody's fornece uma data que acredita ser a mais confiável e precisa com base nas informações que são disponibilizadas. Consulte a página de divulgação de ratings em nosso website www.moody's.com para obter maiores informações.

Consulte o www.moody's.com para atualizações ou alterações sobre o analista líder e a entidade legal da Moody's que emitiu o rating.

Jose Soares
Vice President - Senior Analyst
Infrastructure Finance Group
Moody's America Latina Ltda.
Avenida Nacoes Unidas, 12.551
16th Floor, Room 1601
Sao Paulo, SP 04578-903
Brazil
JOURNALISTS: 800-891-2518
SUBSCRIBERS: 55-11-3043-7300

William L. Hess
MD - Utilities
Infrastructure Finance Group
JOURNALISTS: 212-553-0376
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

Releasing Office:
Moody's America Latina Ltda.
Avenida Nacoes Unidas, 12.551
16th Floor, Room 1601
Sao Paulo, SP 04578-903
Brazil
JOURNALISTS: 800-891-2518
SUBSCRIBERS: 55-11-3043-7300



CREDIT RATINGS ISSUED BY MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC. ("MIS") AND ITS AFFILIATES ARE MOODY'S CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES, AND CREDIT RATINGS AND RESEARCH PUBLICATIONS PUBLISHED BY MOODY'S ("MOODY'S PUBLICATIONS") MAY INCLUDE MOODY'S CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES. MOODY'S DEFINES CREDIT RISK AS THE RISK THAT AN ENTITY MAY NOT MEET ITS CONTRACTUAL, FINANCIAL OBLIGATIONS AS THEY COME DUE AND ANY ESTIMATED FINANCIAL LOSS IN THE EVENT OF DEFAULT. CREDIT RATINGS DO NOT ADDRESS ANY OTHER RISK, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO: LIQUIDITY RISK, MARKET VALUE RISK, OR PRICE VOLATILITY. CREDIT RATINGS AND MOODY'S OPINIONS INCLUDED IN MOODY'S PUBLICATIONS ARE NOT STATEMENTS OF CURRENT OR HISTORICAL FACT. CREDIT RATINGS AND MOODY'S PUBLICATIONS DO NOT CONSTITUTE OR PROVIDE INVESTMENT OR FINANCIAL ADVICE, AND CREDIT RATINGS AND MOODY'S PUBLICATIONS ARE NOT AND DO NOT PROVIDE RECOMMENDATIONS TO PURCHASE, SELL, OR HOLD PARTICULAR SECURITIES. NEITHER CREDIT RATINGS NOR MOODY'S PUBLICATIONS COMMENT ON THE SUITABILITY OF AN INVESTMENT FOR ANY PARTICULAR INVESTOR. MOODY'S ISSUES ITS CREDIT RATINGS AND PUBLISHES MOODY'S PUBLICATIONS WITH THE EXPECTATION AND UNDERSTANDING THAT EACH INVESTOR WILL MAKE ITS OWN STUDY AND EVALUATION OF EACH SECURITY THAT IS UNDER CONSIDERATION FOR PURCHASE, HOLDING, OR SALE.

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS PROTECTED BY LAW, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO, COPYRIGHT LAW, AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR RESOLD, OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT. All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, all information contained herein is provided "AS IS" without warranty of any kind. MOODY'S adopts all necessary measures so that the information it uses in assigning a credit rating is of sufficient quality and from sources Moody's considers to be reliable, including, when appropriate, independent third-party sources. However, MOODY'S is not an auditor and cannot in every instance independently verify or validate information received in the rating process. Under no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, resulting from, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the procurement, collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect, special, consequential, compensatory or incidental damages whatsoever (including without limitation, lost profits), even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages, resulting from the use of or inability to use, any such information. The ratings, financial reporting analysis, projections, and other observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or recommendations to purchase, sell or hold any securities. Each user of the information contained herein must make its own study and evaluation of each security it may consider purchasing, holding or selling. NO WARRANTY, EXPRESS OR IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH RATING OR OTHER OPINION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER.

MIS, a wholly-owned credit rating agency subsidiary of Moody's Corporation ("MCO"), hereby discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and commercial paper) and preferred stock rated by MIS have, prior to assignment of any rating, agreed to pay to MIS for appraisal and rating services rendered by it fees ranging from \$1,500 to approximately \$2,500,000. MCO and MIS also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between directors of MCO and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to the SEC an ownership interest in MCO of more than 5%, is posted annually at www.moody's.com under the heading "Shareholder Relations — Corporate Governance — Director and Shareholder Affiliation Policy."

Any publication into Australia of this document is by MOODY'S affiliate, Moody's Investors Service Pty Limited ABN 61 003 399 657, which holds Australian Financial Services License no. 336969. This document is intended to be provided only to "wholesale clients" within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001. By continuing to access this document from within Australia, you represent to MOODY'S that you are, or are accessing the document as a representative of, a "wholesale client" and that neither you nor the entity you represent will directly or indirectly disseminate this document or its contents to "retail clients" within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001.

Notwithstanding the foregoing, credit ratings assigned on and after October 1, 2010 by Moody's Japan K.K. ("MJKK") are MJKK's current opinions of the relative future credit risk of entities, credit commitments, or debt or debt-like securities. In such a case, "MIS" in the foregoing statements shall be deemed to be replaced with "MJKK". MJKK is a wholly-owned credit rating agency subsidiary of Moody's Group Japan G.K., which is wholly owned by Moody's Overseas Holdings Inc., a wholly-owned subsidiary of MCO.

This credit rating is an opinion as to the creditworthiness of a debt obligation of the issuer, not on the equity securities of the issuer or any form of security that is available to retail investors. It would be dangerous for retail investors to make any investment decision based on this credit rating. If in doubt you should contact your financial or other professional adviser.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO D – DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

O **BANCO FATOR S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, 11º e 12º andares, Itaim Bibi, CEP 04530-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 33.644.196/0001-06, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Coordenador Líder"), na qualidade de instituição responsável por coordenar e proceder à distribuição pública de 100.000 (cem mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional, em série única, da 1ª Emissão da **DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.** ("Companhia" ou "Emissora"), todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário" e "Debêntures", respectivamente), perfazendo, na Data de Emissão, o valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Emissão" ou "Oferta"), vem, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue.

Considerando que:

- (i) a Companhia e o Coordenador Líder constituíram assessor legal para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) tendo em vista a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em 22 de agosto de 2012, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA Nº 12, com relação ao prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar" e, em conjunto com o Prospecto Definitivo, "Prospectos") e ao Prospecto Definitivo;
- (iv) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que a Companhia considerou relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (vi) a Companhia confirma ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seu assessor legal, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

o Coordenador Líder declara que:

- (a) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (i) as informações prestadas pela Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora que integram o prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e que venham a integrar o prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo" em conjunto com o Prospecto Preliminar, os "Prospectos"), em conjunto com as informações constantes do formulário de referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480,

Handwritten signature/initials

de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, e enviado à CVM pela Emissora ("Formulário de Referência"), são ou serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

- (b) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, juntamente com o Formulário de Referência, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (c) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400.

São Paulo, 12 de novembro de 2012.

BANCO FATOR S.A.


Nome:
Cargo:

Julian M. Hester
CPF: 014.018.327-25
RG: 08865302-7


Nome:
Cargo:

Carlos Hitoshi Fuda Castro
CPF: 009.035.837-83



DESENVIX

DECLARAÇÃO DA EMISSORA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

A **DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 3571, Conjunto 2001, Bairro Tamboré, CEP 06455-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 00.622.416/0001-41, neste ato representada em conformidade com seu estatuto social ("Emissora"), no âmbito da oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia adicional, de emissão da Emissora ("Emissão" ou "Oferta"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue.

Considerando que:

- a Emissora constituiu juntamente com o Banco Fator S.A. ("Coordenador Líder"), assessor legal para lhes auxiliar na implementação da Oferta;
- para a realização da Oferta está sendo efetuada auditoria jurídica (*due diligence*) na Emissora, que teve início em 22 de agosto de 2012 e prosseguirá até a data da divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- a Emissora disponibilizou, para análise do Coordenador Líder e de seu assessor legal, todos os documentos que considera materialmente relevantes para a preparação dos documentos relacionados à Oferta e prestou todas as informações consideradas relevantes sobre os seus negócios, para permitir aos investidores uma tomada de decisão de investimento fundamentada a respeito da Oferta;
- além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder, documentos e informações adicionais relativos à Emissora, os quais a Emissora confirma ter disponibilizado; e
- a Emissora, em conjunto com o Coordenador Líder, participou da elaboração do prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seu assessor jurídico;

A Emissora declara que:

- (i) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures a serem ofertadas, da Emissora, de suas atividades, sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400;
- (iii) as informações prestadas pela Emissora durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro de companhia aberta da Emissora,

DESENVIX

que integram o Prospecto Preliminar e integrarão o Prospecto Definitivo, são e serão, respectivamente, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

- (iv) está ciente de que é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

Barueri, 12 de novembro de 2012.

DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.



José Antunes Sobrinho
Presidente



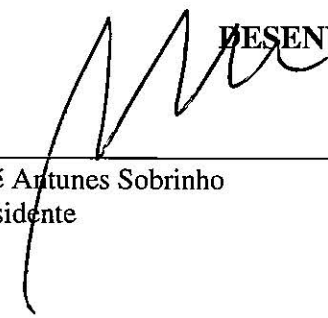
Jan Erik Felle
Diretor Financeiro

DECLARAÇÃO

A **DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 00.622.416/0001-41, com sede na Alameda Araguaia, 3571, Conjunto 2001, Bairro Tamboré, CEP 06455-000, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo (“Companhia”), neste ato devidamente representada por seus Diretores e de acordo com seu Estatuto Social, DECLARA, em cumprimento ao item 11 do Anexo II da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, que o seu registro como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), na Categoria A, sob o Código CVM nº 2259-4, se encontra devidamente atualizado.

Barueri, 12 de novembro de 2012.

DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.



José Antunes Sobrinho
Presidente



Jan Erik Felle
Diretor Financeiro

DECLARAÇÃO

O **BANCO FATOR S.A.**, instituição financeira, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 33.644.196/0001-06, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, 11º e 12º andares, neste ato devidamente representada de acordo com seu Estatuto Social, na qualidade de instituição intermediária líder da primeira oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional da Desenvix Energias Renováveis S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.622.416/0001-41, com sede na Alameda Araguaia, 3571, Conjunto 2001, Bairro Tamboré, CEP 06455-000, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo ("Emissora"), **DECLARA**, em cumprimento ao item 11 do Anexo II da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, que o registro da Emissora, como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na Categoria A, sob o Código CVM nº 2259-4, se encontra devidamente atualizado.

São Paulo, 29 de novembro de 2012.

BANCO FATOR S.A.


Por: Julian Martin Hester

RG: 08865302-7

CPF/MF: 014018327-25

Cargo: Diretor de Produtos


Por: Carlos Hitoshi Fuda Castro

RG: 08545134-2

CPF/MF: 009.035.837-63

Cargo: Diretor Vice-Presidente
Comercial

ANEXO E – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA EMISSORA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	164
-----------------------	-----

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	165
---------------------------	-----

Balanço Patrimonial Passivo	166
-----------------------------	-----

Demonstração do Resultado	167
---------------------------	-----

Demonstração do Resultado Abrangente	168
--------------------------------------	-----

Demonstração do Fluxo de Caixa	169
--------------------------------	-----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	170
--------------------------------	-----

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	171
--------------------------------	-----

Demonstração do Valor Adicionado	172
----------------------------------	-----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	173
---------------------------	-----

Balanço Patrimonial Passivo	174
-----------------------------	-----

Demonstração do Resultado	176
---------------------------	-----

Demonstração do Resultado Abrangente	177
--------------------------------------	-----

Demonstração do Fluxo de Caixa	178
--------------------------------	-----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	179
--------------------------------	-----

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	180
--------------------------------	-----

Demonstração do Valor Adicionado	181
----------------------------------	-----

Comentário do Desempenho	182
--------------------------	-----

Notas Explicativas	211
--------------------	-----

Outras informações que a Companhia Entenda Relevantes	250
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	253
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	255
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	256
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	107.439.555
Preferenciais	0
Total	107.439.555
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	865.771	817.402
1.01	Ativo Circulante	15.231	42.537
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.766	406
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	24.799
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	24.799
1.01.02.01.03	Aplicação Financeira Restrita	0	24.799
1.01.03	Contas a Receber	2.976	2.550
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.736	2.109
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.736	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	242	9.739
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.511	2.934
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	674	0
1.01.08.01.01	Ativos não circulantes mantidos para venda	674	0
1.01.08.03	Outros	6.837	2.934
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	6.772	2.877
1.01.08.03.02	Outros Ativos	65	57
1.02	Ativo Não Circulante	850.540	774.865
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	167.092	91.066
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	167.092	91.066
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	167.092	91.066
1.02.02	Investimentos	665.778	650.821
1.02.03	Imobilizado	488	462
1.02.04	Intangível	17.182	32.516

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	865.771	817.402
2.01	Passivo Circulante	145.645	205.066
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.301	1.213
2.01.02	Fornecedores	832	5.167
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	832	5.167
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.569	8.055
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.569	8.055
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	95.667	49.665
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	95.667	49.665
2.01.05	Outras Obrigações	36.627	140.966
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	34.580	138.394
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	34.580	138.394
2.01.05.02	Outros	2.047	2.572
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	529
2.01.05.02.04	Contas a pagar por aquisição de terras	2.037	2.037
2.01.05.02.05	Outros passivos	10	6
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	649	0
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	649	0
2.01.07.01.01	Passivos não circulantes mantidos para venda	649	0
2.02	Passivo Não Circulante	9.523	15.763
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.370	8.839
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.370	8.839
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.370	8.839
2.02.03	Tributos Diferidos	7.153	6.924
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.153	6.924
2.03	Patrimônio Líquido	710.603	596.573
2.03.01	Capital Social Realizado	665.312	546.787
2.03.04	Reservas de Lucros	8.448	7.919
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-7.805	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	44.648	41.867

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 30/09/2012	Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.100	4.560
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.074	-5.036
3.03	Resultado Bruto	26	-476
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.314	19.212
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.605	-5.193
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-865	-219
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.879	-6.092
3.04.05.01	Honorários da Administração	-3.203	-3.047
3.04.05.02	Estudos em Desenvolvimento	-2.676	-3.045
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	14.663	30.716
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	13.276	14.798
3.04.06.02	Dividendos recebidos	946	833
3.04.06.03	Ganho/perda com investimentos	441	17.551
3.04.06.04	Provisão para passivo a descoberto	0	-2.466
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.340	18.736
3.06	Resultado Financeiro	-12.348	-14.410
3.06.01	Receitas Financeiras	4.416	2.298
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.764	-16.708
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-9.008	4.326
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.203	1.778
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.805	6.104
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-7.805	6.104
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 30/09/2012	Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	-7.805	6.104
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.781	3.452
4.02.01	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	2.781	3.452
4.03	Resultado Abrangente do Período	-5.024	9.556

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 30/09/2012	Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-21.596	-19.616
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-13.379	-10.929
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes do IR e CS	-9.008	4.326
6.01.01.02	Receita financeira do realizavel a longo prazo	-408	0
6.01.01.03	Equivalencia patrimonial	-13.276	-14.798
6.01.01.04	Provisão para passivo a descoberto	0	2.466
6.01.01.05	Ajuste ao valor recuperavel do ativo intangivel	0	3.045
6.01.01.06	Gastos com estudos e desenvolvimento	2.676	0
6.01.01.07	Ganho na remensuração de participação anterior	-441	-17.551
6.01.01.08	Valor residual do ativo imobilizado baixado	4	0
6.01.01.09	Depreciação e amortização	902	31
6.01.01.11	Encargos financeiros de financiamentos	6.172	11.552
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.187	2.865
6.01.02.01	Contas a receber	-426	4.376
6.01.02.02	Impostos a recuperar	373	-331
6.01.02.03	Outros ativos e despesas antecipadas	594	-4.769
6.01.02.04	Fornecedores	-4.335	2.364
6.01.02.05	Salários e encargos sociais	88	453
6.01.02.06	Contas a pagar investimentos em terras	0	-117
6.01.02.07	Impostos e contribuições	2.514	887
6.01.02.08	Outros passivos	5	2
6.01.03	Outros	-7.030	-11.552
6.01.03.01	Juros pagos sobre financiamentos	-7.030	-11.552
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-14.566	8.977
6.02.01	Resgate de aplicação financeira restrita	25.207	0
6.02.02	Aquisição de investimentos e aportes de capital	-28.149	-56.897
6.02.03	Aquisição de terras	0	-499
6.02.04	Dividendos recebidos (pagos)	6.077	8.321
6.02.05	Aquisição de bens do imobilizado	-25	-216
6.02.06	Concessão e pagamentos de recursos	-48.115	-83.171
6.02.07	Obtenção e recebimento de recursos	33.115	146.661
6.02.08	Gastos apropriados ao ativo intangivel	-2.676	-5.222
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	38.522	21.339
6.03.01	Obtenção de financiamentos	105.017	176.472
6.03.02	Pagamentos de financiamentos - principal	-66.495	-154.238
6.03.04	Aumento ou integralização de capital e adiantamentos	0	-895
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.360	10.700
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	406	39.135
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.766	49.835

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	546.787	0	7.919	0	41.867	596.573
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	546.787	0	7.919	0	41.867	596.573
5.04	Transações de Capital com os Sócios	118.525	0	0	0	0	118.525
5.04.01	Aumentos de Capital	120.000	0	0	0	0	120.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-1.475	0	0	0	0	-1.475
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.805	2.781	-5.024
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.805	0	-7.805
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.781	2.781
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.781	2.781
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	529	0	0	529
5.06.04	Retenção de lucros	0	0	529	0	0	529
5.07	Saldos Finais	665.312	0	8.448	-7.805	44.648	710.603

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	546.787	0	6.220	0	35.587	588.594
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	546.787	0	6.220	0	35.587	588.594
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.104	3.452	9.556
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.104	0	6.104
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.452	3.452
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	3.452	3.452
5.07	Saldos Finais	546.787	0	6.220	6.104	39.039	598.150

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	7.027	4.621
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.354	4.840
7.01.02	Outras Receitas	-3	-219
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.676	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.415	-9.606
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.174	-1.673
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.241	-5.467
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-2.466
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.388	-4.985
7.04	Retenções	-902	-31
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-902	-31
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.290	-5.016
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	18.197	17.929
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.276	14.798
7.06.02	Receitas Financeiras	4.416	2.298
7.06.03	Outros	505	833
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	14.907	12.913
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	14.907	12.913
7.08.01	Pessoal	5.020	6.863
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	254	280
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.438	17.217
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-7.805	-11.447
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-7.805	-11.447

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	1.824.286	1.731.017
1.01	Ativo Circulante	60.927	123.677
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.922	41.490
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	24.799
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	24.799
1.01.02.01.03	Aplicação Financeira Restrita	0	24.799
1.01.03	Contas a Receber	25.054	34.505
1.01.04	Estoques	945	696
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.292	3.560
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.292	3.560
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.428	13.645
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.286	4.982
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	674	0
1.01.08.03	Outros	4.612	4.982
1.02	Ativo Não Circulante	1.763.359	1.607.340
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	98.757	67.872
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	34.626	32.081
1.02.01.01.03	Aplicação financeira restrita	34.626	32.081
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.044	2.051
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.044	2.051
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	59.060	33.680
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	59.060	33.680
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	27	60
1.02.02	Investimentos	169.397	136.911
1.02.03	Imobilizado	1.363.400	1.257.604
1.02.04	Intangível	131.805	144.953

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	1.824.286	1.731.017
2.01	Passivo Circulante	324.432	381.492
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.264	2.756
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.264	2.756
2.01.01.01.01	Salários e encargos	4.264	2.756
2.01.02	Fornecedores	129.163	140.880
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	129.163	140.880
2.01.02.01.01	Partes Relacionadas	10.857	6.505
2.01.02.01.02	Terceiros	118.306	134.375
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.384	16.997
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.384	16.997
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.147	4.387
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições	15.237	12.610
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	136.268	81.519
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	136.268	81.519
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	136.268	81.519
2.01.05	Outras Obrigações	25.775	131.322
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.727	123.059
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	11.727	123.059
2.01.05.02	Outros	14.048	8.263
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	529
2.01.05.02.04	Indenizações a pagar	175	532
2.01.05.02.05	Contas a pagar por aquisição de terras	3.173	3.601
2.01.05.02.06	Outros passivos	10.700	3.601
2.01.06	Provisões	7.929	8.018
2.01.06.02	Outras Provisões	7.929	8.018
2.01.06.02.04	Provisão para custos socioambientais	3.859	2.647
2.01.06.02.05	Concessões a pagar	4.070	5.371
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	649	0
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	649	0
2.01.07.01.01	Passivos nao circulantes mantidos para venda	649	0
2.02	Passivo Não Circulante	788.761	751.389
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	700.995	674.156
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	700.995	674.156
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	700.995	674.156
2.02.02	Outras Obrigações	3.721	2.012
2.02.02.02	Outros	3.721	2.012
2.02.02.02.03	Indenizações a pagar	2.308	2.012
2.02.02.02.04	Outros passivos	1.413	0
2.02.03	Tributos Diferidos	7.153	6.924
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.153	6.924
2.02.04	Provisões	76.892	68.297
2.02.04.02	Outras Provisões	76.892	68.297
2.02.04.02.04	Provisão para custos socioambientais	5.466	1.704
2.02.04.02.05	Concessões a pagar	71.426	66.593

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	711.093	598.136
2.03.01	Capital Social Realizado	665.312	546.787
2.03.04	Reservas de Lucros	8.396	7.867
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-7.753	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	44.648	41.867
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	490	1.615

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 30/09/2012	Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	151.551	87.930
3.01.01	Fornecimento de Energia Elétrica	134.706	79.948
3.01.02	Serviços prestados	16.845	7.982
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-76.517	-36.209
3.02.01	Custo das vendas e dos serviços prestados	-10.574	-5.052
3.02.02	Custo do Serviço de energia elétrica	-65.943	-31.157
3.03	Resultado Bruto	75.034	51.721
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-25.792	-3.361
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.071	-14.115
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-854	-244
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.879	-8.558
3.04.05.01	Honorários da Administração	-3.203	-3.047
3.04.05.02	Estudos em desenvolvimento	-2.676	-3.045
3.04.05.03	Perdas com contrato de energia	0	-2.466
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.012	19.556
3.04.06.01	Equivalencia patrimonial	2.625	1.172
3.04.06.02	Dividendos Recebidos	946	833
3.04.06.03	Ganho/Perda com Investimento	441	17.551
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	49.242	48.360
3.06	Resultado Financeiro	-53.017	-40.408
3.06.01	Receitas Financeiras	6.582	4.663
3.06.02	Despesas Financeiras	-59.599	-45.071
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.775	7.952
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.003	-1.663
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.778	6.289
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-7.778	6.289
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-7.753	6.343
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-25	-54
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,07340	0,06340

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 30/09/2012	Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-7.778	6.289
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.781	3.452
4.02.01	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	2.781	3.452
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-4.997	9.741
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-4.972	9.795
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-25	-54

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2012 à 30/09/2012	01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-15.055	32.456
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	76.742	53.110
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes do IR E CS	-3.775	7.952
6.01.01.02	Receita financeira do realizável a longo prazo	-1.879	-1.471
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-2.625	-1.172
6.01.01.05	Ajuste ao valor recuperável do ativo intangível	0	3.045
6.01.01.06	Gastos com estudos e desenvolvimento	2.676	0
6.01.01.07	Ganho na remensuração de participação anterior	-441	-17.551
6.01.01.08	Valor residual do ativo imobilizado baixado	118	1.054
6.01.01.09	Depreciação e amortização	35.539	21.668
6.01.01.10	Provisão para perda com contrato de energia	0	2.466
6.01.01.11	Encargos financeiros de financiamentos	39.296	34.050
6.01.01.12	Encargos financeiros de concessões a pagar e provisão para custos socioambientais	7.833	3.069
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-42.154	17.851
6.01.02.01	Contas a receber	9.451	10.377
6.01.02.02	Impostos a recuperar	268	-682
6.01.02.03	Outros ativos e despesas antecipadas	598	-11.459
6.01.02.04	Fornecedores	-50.497	16.547
6.01.02.05	Salários e encargos sociais	1.508	2.018
6.01.02.06	Contas a pagar investimentos em terras	-428	1.162
6.01.02.07	Impostos e contribuições	5.455	431
6.01.02.08	Outros passivos	-8.509	-543
6.01.03	Outros	-49.643	-38.505
6.01.03.01	Juros pagos sobre financiamentos	-42.203	-34.211
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-7.440	-4.294
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-78.216	-298.102
6.02.01	Resgate de aplicação financeira restrita	24.132	-10.199
6.02.02	Aquisição de investimentos e aportes de capital	-24.536	-9.837
6.02.03	Aquisição de terras	0	-499
6.02.05	Aquisição de bens do ativo imobilizado	-69.527	-367.389
6.02.06	Concessão e pagamentos de recursos	-3.894	-6.311
6.02.07	Obtenção e recebimento de recursos	0	105.296
6.02.08	Gastos apropriados ao ativo intangível	-4.391	-9.163
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	73.703	285.272
6.03.01	Obtenção de financiamentos	164.335	458.504
6.03.02	Pagamentos de financiamentos - principal	-90.632	-175.876
6.03.03	Resgate de aplicação restrita	0	1.863
6.03.04	Aumento ou integralização de capital e adiantamentos	0	-837
6.03.05	Participação de minoritários	0	1.618
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-19.568	19.626
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.490	57.672
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.922	77.298

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Iniciais	546.787	0	7.919	-52	41.867	596.521	1.615	598.136
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	546.787	0	7.919	-52	41.867	596.521	1.615	598.136
5.04	Transações de Capital com os Sócios	118.525	0	529	0	0	119.054	0	119.054
5.04.01	Aumentos de Capital	120.000	0	0	0	0	120.000	0	120.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-1.475	0	0	0	0	-1.475	0	-1.475
5.04.06	Dividendos	0	0	529	0	0	529	0	529
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.753	2.781	-4.972	-1.125	-6.097
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.753	0	-7.753	-25	-7.778
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.781	2.781	-1.100	1.681
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	0	2.781	2.781	0	2.781
5.05.02.07	Aquisição de participação adicional e ganho com investimento na Energen junto a não controladores	0	0	0	0	0	0	-1.100	-1.100
5.07	Saldo Finais	665.312	0	8.448	-7.805	44.648	710.603	490	711.093

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Iniciais	546.787	0	6.220	-370	35.587	588.224	0	588.224
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	546.787	0	6.220	-370	35.587	588.224	0	588.224
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.343	3.452	9.795	1.618	11.413
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.343	0	6.343	54	6.397
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.452	3.452	1.564	5.016
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	3.452	3.452	0	3.452
5.05.02.07	Aquisição de Participação Societária	0	0	0	0	0	0	1.564	1.564
5.07	Saldo Finais	546.787	0	6.220	5.973	39.039	598.019	1.618	599.637

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 30/09/2012	Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	245.356	164.937
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	162.055	95.007
7.01.02	Outras Receitas	8	-244
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	83.293	70.174
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-136.072	-93.166
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-37.659	-10.184
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-98.413	-80.516
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-2.466
7.03	Valor Adicionado Bruto	109.284	71.771
7.04	Retenções	-35.539	-21.668
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.539	-21.668
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	73.745	50.103
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.712	6.668
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.625	1.172
7.06.02	Receitas Financeiras	6.582	4.663
7.06.03	Outros	505	833
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	83.457	56.771
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	83.457	56.771
7.08.01	Pessoal	15.221	9.397
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.741	10.836
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	60.273	47.800
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-7.778	-11.262
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-7.753	-11.208
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-25	-54

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

Barueri, 31 outubro de 2012 – A Desenvix Energias Renováveis S.A., empresa geradora de energia elétrica através de fontes renováveis, anuncia hoje seus resultados do 3T12 e do 9M12. As informações financeiras e operacionais a seguir se referem aos resultados consolidados da Desenvix Energias Renováveis S.A.. Tais informações estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS). As informações estão apresentadas em Reais (R\$) e as comparações, exceto onde indicado, referem-se aos resultados do 3T11 e 9M11.

1) EVENTOS SOCIETÁRIOS E PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS

Os eventos societários e principais fatos administrativos ocorridos durante o 3T12 e período subsequente foram:

- Autorização de operação comercial recebida pelo Complexo Eólico Desenvix Bahia, em julho de 2012, por meio dos despachos nº 2.220, 2.221 e 2.222 da ANEEL;
- Autorização de operação comercial recebida pela Usina Eólica Barra dos Coqueiros, em setembro de 2012, por meio dos despachos nº 2.742, 2.831, 2.940 e 3.004 da ANEEL;
- Autorização do BNDES para a retirada das garantias e fianças bancárias da UHE Monjolinho e PCH Santa Laura;
- Autorização do BNDES para distribuição de dividendos complementares da UHE Monjolinho e da PCH Santa Laura;
- Aumento de participação societária na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A, passando de 88,33% para 95%;
- Protocolado, no dia 18 de outubro, pedido de anuência da ANEEL para a transferência da participação societária, detida pela Desenvix na subsidiária São Roque Energética S.A., ao controlador Jackson;
- Redução da TJLP de 6% para 5,5% para os financiamentos de longo prazo tomados junto ao BNDES, em vigor a partir do dia 1º de julho;
- Aprovação pelo Conselho de Administração da Primeira Emissão de Debêntures Simples da Desenvix.

Principais Indicadores	3T11	3T12	Var.	9M11	9M12	Var.
Receita líquida (R\$ mil)	32.752	56.634	72,9%	87.930	151.551	72,4%
Lucro líquido (R\$ mil)	16.625	(9.723)	-158%	6.289	(7.778)	-223%
EBITDA (R\$ mil)	19.481	30.120	54,6%	50.472	79.907	58,3%
Margem EBITDA (%)	59,5%	53,2%	-6,3 p.p.	57,4%	52,7%	-4,7 p.p.
Preço líquido (R\$/MWh)	167,92	163,93	-2,4%	154,88	164,38	6,1%
Energia gerada (MWh)	248,7	225,8	-9,2%	551,6	522,4	-5,3%
Disponibilidade (%)	93,0%	96,2%	3,2 p.p.	84,1%	92,2%	8,2 p.p.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Relações com Investidores

Email: ri@desenvix.com.br

Telefone: +55 (48) 3031-2500

www.desenvix.com.br

Rua Tenente Silveira, 94 – 9º andar
88010-300 – Centro – Florianópolis – SC



Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

2) SOBRE A DESENVIX

A Desenvix Energias Renováveis S.A., constituída em 19 de maio de 1995, tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nas áreas de geração de energia elétrica originada de fontes renováveis, e na área de transmissão de energia elétrica, bem como a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão, nas suas áreas de atuação.

A Desenvix foi constituída originalmente sob a forma de sociedade limitada, com a denominação social de Desenvix Empreendimentos Ltda. e, em 20 de novembro daquele mesmo ano a Companhia foi transformada em uma sociedade por ações, passando a operar sob a denominação social “Desenvix S.A.”.

Inicialmente, a proposta da Desenvix era investir e desenvolver novos negócios em infraestrutura em geral, porém, aproveitando a experiência de seus principais executivos, a empresa passou a atuar focada nos setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia atua de maneira integrada, dominando todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico-financeira, financiamento, construção, até a operação de empreendimentos de transmissão e geração de energia, em todas as fontes de energia renovável.

A Desenvix possui mais de 15 anos de atuação no setor elétrico, tendo desenvolvido ou contribuído para implementação de mais de 5.300 MW em empreendimentos de geração em operação no Brasil. Os principais executivos das áreas operacionais da Companhia acumulam, em média, mais de 30 anos de experiência comprovada no setor elétrico, com atuação nas várias fases do ciclo de projetos do setor e mais de 35.000 MW em projetos de geração e transmissão desenvolvidos no Brasil e exterior. Essa experiência se soma a uma nova geração de profissionais capazes e motivados, formada nos últimos 10 anos dentro da própria Desenvix ou do Grupo Econômico ao qual pertence.

Em 22 de setembro de 2010, após uma reestruturação societária executada para a entrada indireta da Fundação dos Economistas Federais (“FUNCEF”) em seu capital social, a Companhia passou a operar sob a denominação social “Desenvix Energias Renováveis S.A.” (“Desenvix”).

Em setembro de 2011, a Desenvix conquistou a concessão de registro de Companhia aberta dada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), seguido pelo evento de listagem das ações da Companhia no Bovespa Mais.

A Companhia passou de 9 MW instalados em 2005 para 349 MW em setembro de 2012, compreendendo 15 empreendimentos em operação de geração de energia elétrica 100% renováveis. Adicionalmente a companhia participa com 25,5% em duas linhas de transição em implantação com 511 km de extensão.

Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Desenvix buscam o constante desenvolvimento de novos projetos, que garantirão o crescimento futuro da empresa. A companhia possui atualmente um extenso portfólio de projetos que soma 2.960,8 MW de potência instalada, dos quais 1.353,8 MW constituirão a sua participação no negócio.

Em setembro de 2011 a Desenvix adquiriu o controle integral da Enex, por meio da qual atua como prestadora de serviços de operação e manutenção de usinas de geração e de sistemas elétricos. Ao final de setembro de 2012 a ENEX contava com uma extensa e diversificada carteira de clientes totalizando 1.145 MW, e com 339 funcionários, tendo experimentado um crescimento expressivo nos últimos 5 anos.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

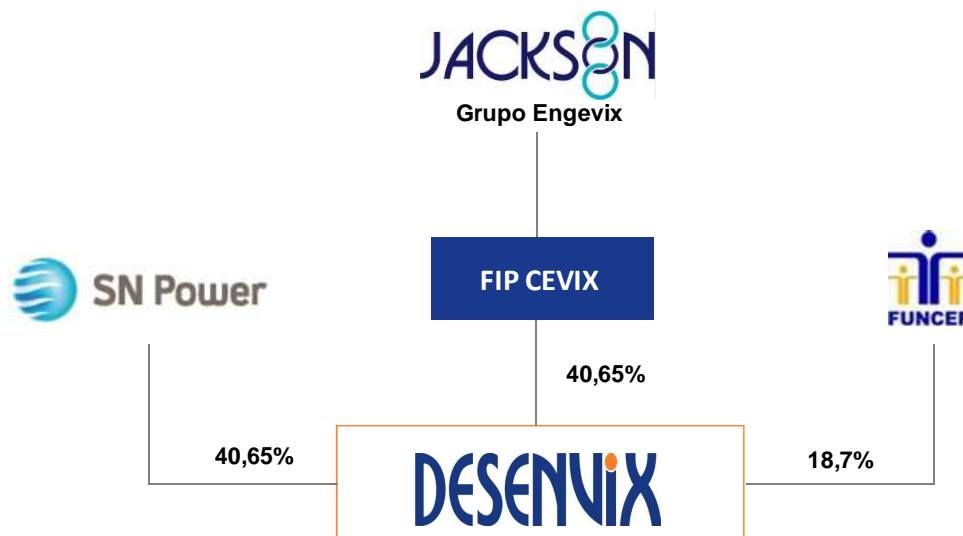
3) SOBRE NOSSO BLOCO DE CONTROLE

No dia 12 de agosto de 2011, nossos Acionistas Controladores diretos e indiretos, celebraram com a Statekraft Norfund Power Invest AS, um Contrato de Compra e Venda para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power e aporte de capital novo pela última, após o cumprimento de algumas condições precedentes.

No dia 08 de março de 2012, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a SN Power passou a integrar definitivamente o corpo de acionistas da Desenvix.

Com a finalização da operação de Compra e Venda a Companhia passou a ser controlada pela: Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo FIP Cevix, com 40,65% do capital social total e votante, SN Power com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais com 18,70% do capital social total e votante.

Bloco de Controle da Desenvix após operação de Compra e Venda



Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

Grupo Engevix

As atividades do Grupo Engevix, que tem a Jackson Empreendimentos Ltda como empresa holding, iniciaram-se por meio da Engevix, uma das mais tradicionais empresas de engenharia do Brasil, com mais de 45 anos de experiência no setor de infraestrutura, engenharia consultiva e construção. Em 2011 o Grupo Engevix faturou R\$ 2,2 bilhões e encerrou o ano com 5.092 colaboradores, dos quais 630 engenheiros compunham seu corpo técnico, possuindo extensa experiência e histórico bem sucedido de projetos no setor elétrico, na área industrial, e em óleo e gás. Em dezembro de 2009 a Engevix foi vencedora do leilão para construção de cascos para produção e estocagem de petróleo que será advindo da exploração da camada do pré-sal pela Petrobras, no valor de US\$3,5 bilhões, além de dispor do maior dique seco da América Latina, localizado no complexo portuário do Rio Grande, empreendimento que também possui a FUNCEF como sócia. Para esta nova modalidade de empreendimento, foi constituída a subsidiária Ecovix. Ainda, no ano de 2010, a Jackson reuniu seus investimentos na área de concessões rodoviárias e investimentos de infraestrutura na empresa Infravix. A Infravix foi vencedora, através de leilão realizado pela Infraero, da concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante no estado do Rio Grande do Norte e do Aeroporto Juscelino Kubitschek no Distrito Federal.

A Engevix possui larga experiência em todas as etapas do ciclo de implantação de empreendimentos do setor elétrico, incluindo projetos básicos, construção de plantas de geração e linhas de transmissão. Ao longo de sua história, a Engevix participou em mais de 35.000 MW em projetos de geração de energia operando no Brasil, acumulando extenso conhecimento e experiência no setor elétrico, tendo atuado, dentre outros, nos seguintes projetos: Itaipú Binacional, Tucuruí, Itá, Salto Caxias e Campos Novos. Atualmente a Engevix está envolvida como empresa líder na elaboração do projeto de engenharia de Belo Monte.

SN Power

Companhia de origem norueguesa, a SN Power é um investidor de longo prazo que atua fora da Europa na geração de energia elétrica, através de fontes renováveis, principalmente de origem hídrica. Fundada em 2002, desde janeiro de 2008 instalou um escritório no Brasil, país que é um de seus principais focos de negócios.

A SN Power é resultado de um joint venture de empresas norueguesas: a Statkraft e o Norfund. A primeira, controladora da SN Power com 60% do capital, é a maior geradora de energia elétrica da Noruega e a maior da Europa em fontes renováveis. Sua capacidade instalada é de 16.430 MW, com usinas na Suécia, Inglaterra e Alemanha, além da própria Noruega. Possui 267 hidroelétricas, 6 eólicas, 22 "*district heating and biomass*" e 6 termoelétricas a gás natural. O Norfund é um fundo de capital controlado pelo Governo norueguês para investir em países em desenvolvimento. A SN Power está presente hoje, além da Noruega, na América do Sul (Brasil, Chile e Peru) e Ásia (Nepal, Índia, Sri Lanka, Singapura e Filipinas).

FUNCEF

A FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais - é o terceiro maior fundo de pensão do Brasil e um dos maiores da América Latina. Entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, foi criada com base na Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, com o objetivo de administrar o plano de previdência complementar dos empregados da Caixa Econômica Federal. Hoje tem patrimônio ativo total superior a R\$ 45 bilhões e aproximadamente 115 mil participantes. A Fundação é regida pela legislação específica do setor, por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Manual de Governança Corporativa. Seus recursos são investidos em áreas diversas que se dividem em: renda fixa, renda variável, imóveis e operações com participantes. Esses investimentos garantem o pagamento dos benefícios de seus participantes e, como aplica seus recursos no país, a FUNCEF, como investidor corporativo, tem papel ativo no desenvolvimento nacional.

Comentário do Desempenho

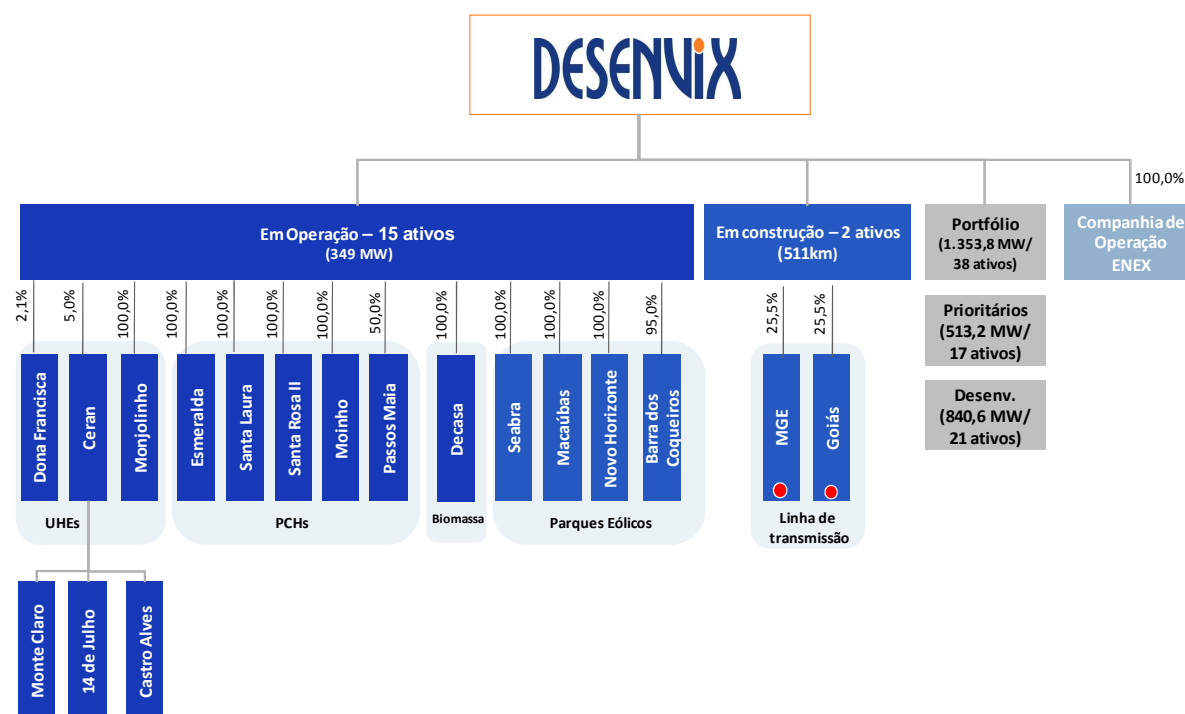


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

4) ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Desenvix é uma *holding* de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que são responsáveis por empreendimentos em diferentes estágios de implantação, possuindo empreendimentos em operação e em construção, além de uma extensa carteira de projetos em desenvolvimento. Além disso, a Desenvix detém 100% de participação societária na ENEX – O&M de Sistemas Elétricos.

O organograma a seguir mostra esta estrutura:



● Previsão para início da operação comercial – Mar/13.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

5) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia adota elevados padrões de governança corporativa, em consonância com os principais padrões de governança exigidos das Companhias abertas, entre eles, adoção de Conselho de Administração e Conselho Fiscal, contratação de auditoria externa e manutenção de Área de Relações com Investidores.

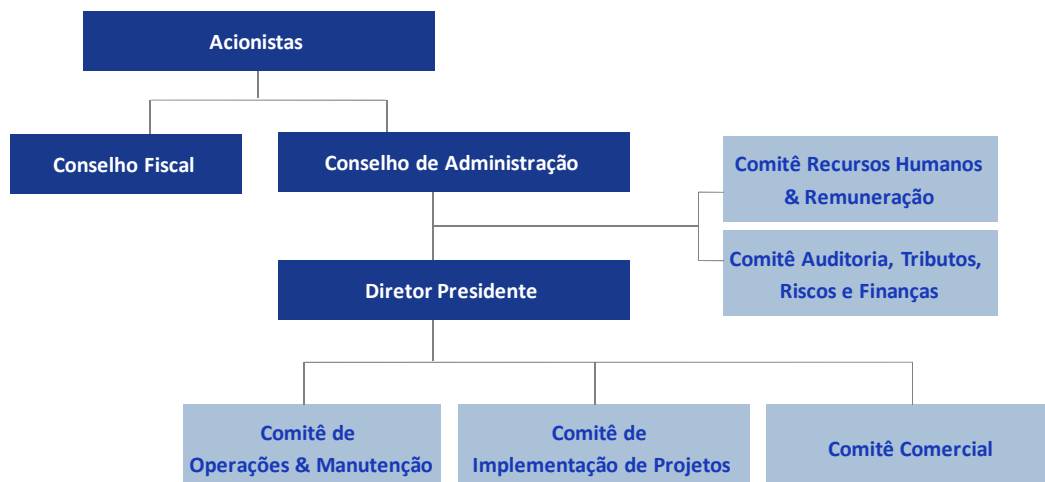
A governança corporativa da Desenvix está refletida nas práticas de gestão do dia a dia e em seu Estatuto Social, tendo como principais destaques a vedação ao registro de voto de representantes de partes relacionadas em reuniões de Conselho ou em Assembleias, sempre que a deliberação envolver potencial conflito de interesses, a adoção de Conselho Fiscal permanente, o capital Social composto exclusivamente por Ações Ordinárias e a contratação de empresa independente exclusivamente para auditoria dos balanços e das demonstrações financeiras. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

Adicionalmente, através da celebração de Acordo de Acionistas, foram constituídos 5 comitês de assessoramento à Administração.

O objetivo dos comitês é auxiliar o Diretor Presidente e o Conselho de Administração de forma a conferir rapidez, transparência e exatidão às decisões do Conselho de Administração. Os comitês também fornecerão uma análise prévia dos assuntos relevantes para o Conselho de Administração.

Os comitês deverão se reunir periodicamente para discutir assuntos estratégicos e operacionais levantados pelo Conselho de Administração, pela Administração Executiva ou por seus membros. Tais discussões deverão resultar em recomendações formais com relação a decisões, políticas e estratégias.

O organograma a seguir mostra esta estrutura:



Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

6) REGULATÓRIO: EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA 579

Após um período de bastante expectativa dos agentes do setor elétrico quanto ao tratamento que o Governo Federal daria em relação às concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que teriam vencimento a partir de 2015, sem que existisse previsão legal para uma nova prorrogação, foi editada a Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012.

Esta medida, que em sua essência busca reduzir os gastos com energia elétrica no país e assim deixar a indústria mais competitiva, é sustentada por três grandes ações.

- I. Redução do Custo de Geração
- II. Redução nos Custos de Transmissão
- III. Extinção de Encargos Setoriais.

Concessões regulamentadas pelas leis nº 8.987 e nº 9.074 de 1995, que consequentemente tem seus prazos vencendo entre 2015 e 2017, e somam cerca de 22 GW de potência instalada, são objetos desta Medida Provisória que busca definir as condições para prorrogação destas outorgas. Para empreendimentos alcançados por esta medida, foi oferecida a opção de extensão da concessão por mais 30 anos, no entanto, sujeito a uma remuneração bastante inferior, baseada nos custos operacionais e setoriais de determinado empreendimento. Esta receita, a princípio permitirá um retorno ao concessionário, de forma a remunerá-lo pela prestação no serviço, no entanto o discurso dos agentes envolvidos ainda é obscuro, deixando margem para incertezas quanto ao cálculo desta tarifa. Ainda neste contexto, o governo se compromete em ressarcir a parcela não depreciada dos ativos, com fundos da RGR e se necessário da União.

Apesar das incertezas, grande parte dos geradores alcançados pela MP 579 aderiu ao programa, no entanto condicionado ao pleno conhecimento das condições da extensão, que deverão ser apresentados até novembro de 2012.

A geração associada a estes geradores será então distribuída na forma de cotas para o portfólio de todas as distribuidoras de forma isonômica, permitindo assim que o desconto seja equivalente para todas as regiões. Esta redução no valor de mercado desta energia corresponde a uma econômica aproximada de 7 bi R\$ ao ano.

Além das concessões de geração, foram adotadas medidas também para a Transmissão, sendo o Grupo Eletrobrás o principal afetado pela Medida uma vez que 62% das linhas alcançadas pela MP 579 pertencem a este grupo. O princípio aplicado para a geração se estende para estes ativos, ou seja, haverá uma redução na RAP (Receita Anual Permitida) suficiente apenas para que se cubram os custos e encargos setoriais. Esta medida terá efeito não somente no mercado cativo (ACR) como também no livre (ACL), uma vez que ambos usufruem das estruturas de transmissão e são sujeitos às tarifas de uso por tal.

A terceira ação prevista pela Medida Provisória 579 foi a redução de encargos no setor elétrico, por meio da extinção da CCC (Cota de Consumo de Combustível) e da RGR (Reserva Global de Reversão), além de uma redução na arrecadação da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético).

Somadas, estas medidas correspondem a uma economia anual em torno de 20 bi R\$, que permitirá descontos na tarifa do ambiente regulado (ACR) entre 16% e 28%, variando em função do nível de tensão em que o consumidor estará conectado.

A Desenvix não será diretamente afetada por esta nova regulamentação uma vez que suas concessões (UHE Monjolinho e LTs) não são alcançadas pela Medida Provisória 579. No entanto deverá ser observada uma desaceleração no crescimento do mercado livre, pelo menos no curto prazo, que também não deverá ter efeito

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

significativo uma vez que o portfólio da Desenvix está praticamente 100% contratado no Longo Prazo, assim imune a estas variações.

Outro aspecto importante, visando os novos empreendimentos, é que extensões das concessões comercializadas a valor de mercado são consideradas apenas como “*upsides*” nas avaliações econômico-financeiras e não como condições necessárias para a viabilidade dos negócios.

Ainda há muitas incertezas acerca destas novas medidas, e sabe-se muito pouco sobre os possíveis efeitos colaterais que irão surgir no longo prazo, sendo necessário fazer uma segunda avaliação quando a Medida Provisória passar pela apreciação do Senado, e o como esta será afetada pelas 431 emendas propostas pelos agentes.

7) EMPREENDIMENTOS EM OPERAÇÃO

Conforme quadro abaixo, a Companhia possui atualmente 15 empreendimentos em operação, com uma capacidade instalada própria de 349 MW.



Planta	Participação Desenvix	Início Operação Comercial	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada Desenvix (MW)
1. PCH Esmeralda	100%	Dez/06	22,2	22,2
2. PCH Santa Laura	100%	Out/07	15,0	15,0
3. PCH Santa Rosa II	100%	Jul/08	30,0	30,0
4. PCH Moinho	100%	Set/11	13,7	13,7
5. PCH Passos Maia	50%	Fev/12	25,0	12,5
6. UHE Monjolinho	100%	Set/09	74,0	74,0
7. UTE Decasa	100%	Out/11	33,0	33,0
8. UEE Macaúbas	100%	Jul/12	35,07	35,07
9. UEE Seabra	100%	Jul/12	30,06	30,06
10. UEE Novo Horizonte	100%	Jul/12	30,06	30,06
11. CERAN				
- UHE Monte Claro	5%	Jan/05	130,0	6,5
- UHE Castro Alves	5%	Mar/08	130,0	6,5
- UHE 14 de Julho	5%	Dez/08	100,0	5,0
14. UHE Dona Francisca	2,12%	Fev/01	125,0	2,7
15. UEE Barra dos Coqueiros	95%	Set/12	34,5	32,8
-X-	-X-		827,6	349,0

Em setembro de 2012, a UEE Barra dos Coqueiros iniciou sua operação comercial.

Parque Eólico Barra dos Coqueiros

Localizado no município de Barra dos Coqueiros, próximo à capital Aracaju, Estado de Sergipe, o empreendimento Parque Eólico Barra dos Coqueiros possui 34,5 MW de capacidade instalada e 10,5 MW de garantia física de energia. A Desenvix detém 95% de participação no empreendimento.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

Assim como as UEEs do Complexo Eólico Desenvix Bahia, a UEE Barra dos Coqueiros comercializou sua energia no primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER). No total foram vendidos 10,0 MW médios de energia. Esta energia está contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos.

O CAPEX estimado do projeto é de R\$ 119 milhões, parte financiada através de captação de longo prazo junto ao Banco de Desenvolvimento da China (CDB), cuja liberação está prevista para o mês de novembro de 2012.

Disponibilidade Média Geral no Sistema Integrado Nacional

As usinas controladas e operadas integralmente pela Desenvix alcançaram o patamar de 96,2% de disponibilidade média geral no 3T12, sendo 95,1% nas pequenas centrais hidrelétricas, 98,5% na usina termelétrica movida a biomassa e 99,8% na usina hidrelétrica. No mesmo período de 2011, a disponibilidade média geral alcançada foi de 93,0%, representando um aumento de 3,2 p.p.. Já para o período acumulado, compreendendo os nove primeiros meses de 2012, a disponibilidade média geral foi de 92,2%, representando aumento de 8,2 p.p. na comparação com o mesmo período de 2011, quando o valor alcançou 84,1%.

O aumento é resultado principalmente da interrupção da produção de energia da PCH Santa Rosa, durante 2011, em decorrência do evento relevante explicado a seguir:

Disponibilidade (%)	3T11	3T12	Var p.p.	9M11	9M12	Var p.p.
PCHs	91,4%	95,1%	3,7	80,3%	89,4%	9,1
- Esmeralda	98,9%	95,7%	-3,2	98,9%	97,7%	-1,2
- Santa Laura	99,0%	99,5%	0,6	98,2%	99,5%	1,3
- Santa Rosa	74,1%	92,5%	18,3	30,5%	82,7%	52,2
- Moinho	93,5%	96,0%	2,5	93,5%	75,6%	-18,0
- Passos Maia	-	91,7%	-	-	91,5%	-
UTE	-	98,5%	-	-	99,4%	-
- Decasa	-	98,5%	-	-	99,4%	-
UHEs	99,6%	99,8%	0,1	99,3%	99,3%	-
- Monel	99,6%	99,8%	0,1	99,3%	99,3%	-
Disponibilidade média	93,0%	96,2%	3,2	84,1%	92,2%	8,2

Em janeiro de 2011, em decorrência do elevado volume de chuvas que precipitaram na região serrana do Rio de Janeiro, que resultou na alta afluência do Rio Grande, região onde está instalada a PCH Santa Rosa, ocorreu a inundação da casa de força da usina, atingindo grande parte dos equipamentos eletromecânicos; em decorrência, foram desligadas as 3 unidades geradoras em caráter de emergência. O referido sinistro não resultou em qualquer dano estrutural, inclusive a barragem e a tomada d'água, ficando o mesmo restrito aos acessos, cercas, pequenos taludes, entre outros.

Os gastos para recomposição total da Usina somaram até 30 de setembro de 2012 o montante de R\$ 6,4 milhões, apresentados no ativo circulante, mantendo a empresa seguro de risco operacional, sendo o valor da indenização ainda a ser apurado, considerando, inclusive a aplicação da franquia. Até 30 de setembro de 2012, a Santa Rosa já havia recebido da seguradora, o valor de R\$2,8 milhões a cargo de reembolso pelos custos de recuperação incorridos.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

A recuperação da usina foi concluída no dia 16 de setembro de 2011, data em que sua terceira unidade geradora retomou a operação comercial, conforme o Despacho nº 3.763 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A PCH Passos Maia e a UTE Enercasa entraram em operação comercial durante o mês de fevereiro de 2012 e outubro de 2011, respectivamente, por esse motivo, não está computada a sua disponibilidade no 3T11 e no 9M11.

Apesar do crescimento da disponibilidade média geral, alguns empreendimentos apresentaram nível de disponibilidade abaixo da média. O desempenho da PCH Santa Rosa foi afetado em função da (a) paralisação da Unidade Geradora de número 2, ocorrida no mês de janeiro, para concerto do atrito do rotor com a tampa da turbina e (b) da paralisação da Unidade Geradora de número 3, ocorrida no mês de maio, para manutenção corretiva do labirinto da tampa e no rotor da turbina. O desempenho da PCH Moinho foi afetado pela paralisação, ocorrida entre os dias 12 e 30 de março e dias 01 e 24 de junho, em função da drenagem do túnel de adução, para manutenção. Por fim, o desempenho da PCH Esmeralda foi afetado no mês de julho principalmente por problemas enfrentados com desarmes da Linha de Transmissão em função de ajustes dos Relés de Proteção solicitadas pela RGE.

Produção de Energia Elétrica

No 3T12, a produção de energia elétrica das usinas controladas e operadas integralmente pela Desenvix foi de 225,8 GWh, representando redução de -9,2% na comparação com o 3T11, quando a produção foi de 248,7 GWh. Já para o período acumulado, compreendendo os nove primeiros meses de 2012, a produção de energia elétrica foi de 522,4 GWh, representando redução de -5,3% na comparação com o mesmo período de 2011, quando a produção foi de 551,6 GWh.

Geração (MWh)	3T11	3T12	V%	9M11	9M12	V%
PCHs	101.649	89.740	-11,7	214.982	253.316	17,8
- Esmeralda	47.142	23.811	-49,5	106.355	41.105	-61,4
- Santa Laura	30.825	11.312	-63,3	73.181	29.505	-59,7
- Santa Rosa	20.852	24.355	16,8	32.616	118.831	264,3
- Moinho	2.830	12.043	325,6	2.830	16.132	470,1
- Passos Maia	-	18.218	100	-	47.743	100
UTES	-	8.737	100	-	15.349	100
- Decasa	-	8.737	100	-	15.349	100
EOLs	-	75.488	100	-	75.488	100
- Complexo Eólico Bahia	-	73.531	100	-	73.531	100
- Barra dos Coqueiros	-	1.956	100	-	1.956	100
UHEs	147.037	51.840	-64,7	336.596	178.214	-47,1
- Monel	147.037	51.840	-64,7	336.596	178.214	-47,1
TOTAL	248.686	225.804	-9,2	551.578	522.367	-5,3

A redução registrada na produção de energia elétrica se deve principalmente à menor produção da PCH Esmeralda, da PCH Santa Laura e da UHE Monjolinho, tendo como causa a baixa fluência ocorrida na região sul do país. Segundo a ONS, a forte estiagem que afeta os reservatórios da região sul do país, desde o início de 2012, derrubaram a energia armazenada nos reservatórios para 35% da sua capacidade total, ao final do mês de março. No mesmo período de 2011, a energia armazenada nos reservatórios representou 92% da sua capacidade total. A redução observada também foi parcialmente afetada pelas paralisações para manutenção, conforme descrito no item "Disponibilidade Média Geral no Sistema Integrado Nacional".

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

Por outro lado, contribuíram para o aumento da produção de energia (i) a produção de energia da PCH Santa Rosa, uma vez que durante parte do ano de 2011 o empreendimento ficou paralisado em função do sinistro ocorrido, conforme comentado no item “Disponibilidade Média” e (ii) a entrada em operação dos empreendimentos PCH Moinho, PCH Passos Maia, UTE Eneercasa, Usinas do Complexo Eólico da Bahia e Barra dos Coqueiros, em setembro de 2011, fevereiro de 2012, outubro de 2011, julho de 2012 e setembro de 2012, respectivamente, os quais passaram a contribuir para a geração de energia elétrica consolidada da Companhia.

A UTE Decasa, apesar da entrada em operação ocorrida em outubro de 2011 e de apresentar 100% de disponibilidade média, registrou baixa geração de energia, face à entressafra de cana de açúcar. A companhia utiliza o vapor como combustível para geração de energia, sendo esse gerado pelo aquecimento de água através da queima do bagaço de cana de açúcar, proveniente da moagem da cana para geração de álcool ou açúcar.

8) EMPREENDIMENTOS EM IMPLANTAÇÃO

Atualmente a Companhia possui 2 empreendimentos em fase de implantação, sendo 2 linhas de transmissão (LTs) com 511km de extensão.



Planta	Participação Desenvix	Previsão Início Operação Comercial	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada Desenvix (MW)
1. LT Goiás 253 km	25,5%	Mar/13	-x-	-x-
2. LT MGE 258 km	25,5%	Mar/13	-x-	-x-
-x-	-x-	-x-	0,0	0,0

Linhas de Transmissão - LTs

A Desenvix detém participação de 25,5% na Goiás Transmissora e de 25,5% na MGE Transmissora, ambas em fase de implantação.

No total, as duas linhas têm 511 km de extensão, sendo 253 km da Goiás Transmissora e 258 km da MGE Transmissora. Os investimentos totais serão da ordem de R\$ 690 milhões e o início da operação comercial está previsto para março de 2013.

As LTs representam ativos complementares ao negócio da Desenvix, permitindo o benefício (i) da diversificação de riscos de negócio e (ii) dos fluxos de caixa altamente estáveis em função de ser este um setor altamente regulado.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

UHE São Roque

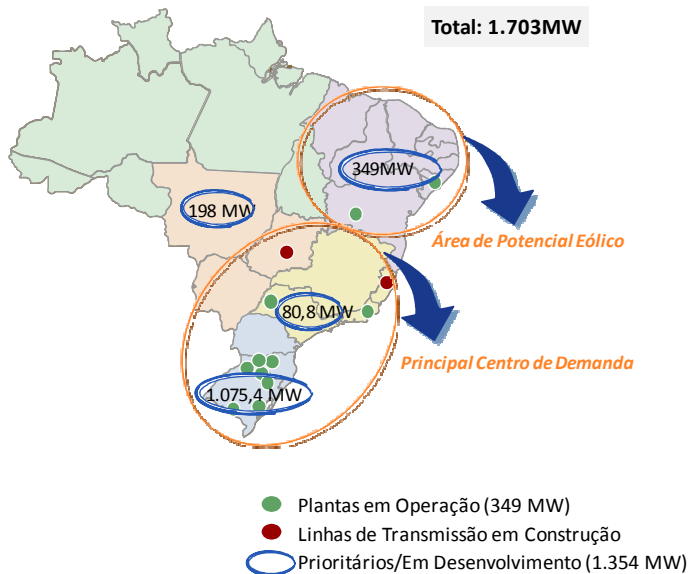
No dia 18 de outubro de 2012 a Administração da Companhia protocolou junto a ANEEL pedido de anuência para a transferência societária da sua subsidiária integral, a São Roque Energética S.A., para o FIP Desenvix, controlado pelo FIP FIC Jackson, controlado pela Jackson Empreendimentos Ltda, que por sua vez é controladora da Desenvix com 40,65%. A concretização da transferência societária está condicionada a aprovação da ANEEL e até lá a Desenvix é a responsável pela manutenção dos investimentos necessários para a sua implantação e atendimento às condicionantes do seu contrato de concessão.

9) PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Desenvix envolvem o constante desenvolvimento de novos projetos. A Companhia possui atualmente um extenso portfólio de projetos em desenvolvimento, que soma 2.960,8 MW de potência instalada, sendo 1.353,8 MW próprios, nos quais tem investido constantemente nos últimos 5 anos.

Dentre os projetos em desenvolvimento da Companhia, um grupo de projetos é classificado como Projetos Prioritários em Desenvolvimento. Os projetos prioritários são aqueles que se encontram em estado mais avançado de desenvolvimento, com possibilidade de iniciarem a implantação em um horizonte de 6 meses a 3 anos. Os Projetos Prioritários em Desenvolvimento da Companhia somam 513,2 MW de potência instalada própria.

Outra característica interessante da carteira de projetos da Desenvix é a sua diversidade geográfica, agregando conhecimentos importantes sobre o potencial energético brasileiro e permitindo o aproveitamento de oportunidades de negócios em todo o território nacional.



Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

10) DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**PREÇO LÍQUIDO MÉDIO DA ENERGIA COMERCIALIZADA**

No 3T12, o preço líquido (após deduções de impostos do preço bruto) médio da energia comercializada foi de R\$ 16,93/MWh, redução de -2,4% na comparação com o 3T11, quando o preço líquido médio foi de R\$ 167,92/MWh. A redução observada é fruto da entrada em operação, no mês de junho de 2012, das Usinas do Complexo Eólico Desenvix Bahia, uma vez que contribuíram com preço inferior na comparação com os demais empreendimentos em operação, trazendo o preço médio ponderado pela energia comercializada para baixo.

Por outro lado, o aumento no preço líquido médio da energia comercializada reflete os reajustes contratuais vinculados aos índices de inflação, conforme Contratos de Compra e Venda de Energia dos empreendimentos Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa e Monel. Também contribuiu favoravelmente para o aumento do preço líquido médio da energia comercializada a entrada em operação dos empreendimentos Moinho, Passos Maia e Decasa, em setembro de 2011, fevereiro de 2012 e outubro de 2011, respectivamente, cujo valor do preço líquido médio da energia comercializada supera alguns dos preços anteriormente existentes. As variações observadas no período acumulado do 9M12 seguem os mesmos fatores observados no 3T12, apenas com menor participação nas Usinas do Complexo Eólico na ponderação do preço médio.

Preço Médio Energia Comercializada (R\$/MWh)	3T11	3T12	Variação %	9M11	9M12	Variação %
PCHs*	171,56	178,02	3,8	162,81	174,96	7,5
- Esmeralda	171,41	178,72	4,3	162,93	174,66	7,2
- Santa Laura	171,08	179,87	5,1	162,00	174,01	7,4
- Santa Rosa	171,41	178,72	4,3	162,93	174,66	7,2
- Moinho	173,42	173,75	0,2	173,42	173,75	0,2
- Passos Maia	-	176,05	-	-	175,89	-
UTES	-	174,29	-	-	174,29	-
- Decasa	-	174,29	-	-	174,29	-
EOLs	-	152,12	-	-	152,12	-
- Complexo Eólico Bahia	-	152,12	-	-	152,12	-
UHE	-	152,72	-	-	149,86	-
- Monel	144,57	152,72	5,6	141,08	149,86	6,2
TOTAL*	167,92	163,93	-2,4	154,88	164,38	6,1

*ponderado pela energia comercializada do período.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No 3T12, a receita operacional líquida total somou R\$ 56,6 milhões, representando aumento de 72,9% na comparação com o mesmo período de 2011, quando o valor foi de R\$ 32,8 milhões. O aumento foi ocasionado pelo crescimento de 75,8% da receita líquida de fornecimento de energia elétrica do período e pelo aumento de 53,6% da receita líquida de serviços de O&M. Já no 9M12, a receita operacional líquida total somou R\$ 151,6 milhões, representando aumento de 72,4% na comparação com o mesmo período de 2011, quando o valor foi de R\$ 87,9 milhões.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	3T11	3T12	Var % 3T11 x 3T12	9M11	9M12	Var % 9M11 x 9M12
Receita Líquida Total	32.752	56.634	72,9	87.930	151.551	72,4
- Fornecimento de energia	28.977	50.935	75,8	79.948	134.706	68,5
- Serviços O&M	3.724	5.720	53,6	7.822	16.655	115,4
- Outros serviços	51	(21)	-141,2	161	190	18,0

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica

No 3T12, o fornecimento de energia elétrica gerou receita líquida de R\$ 50,9 milhões, apresentando um aumento de 75,8% em comparação com o mesmo período de 2011, quando a receita líquida de fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 29,0 milhões. O aumento na receita líquida de fornecimento de energia elétrica no 3T12 decorreu (i) do preço médio da energia comercializada das PCHs, o qual apresentou crescimento motivado pelos reajustes contratuais, conforme descrito no item Preço Líquido Média da Energia Comercializada, contribuindo com R\$ 1,3 milhão adicional à receita líquida (ii) da receita de venda de energia da PCH Moinho, a qual entrou em operação durante o mês de setembro de 2011, (iii) da receita de venda de energia da UTE Enercasa, a qual entrou em operação durante o mês de outubro de 2011, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 6,9 milhões, (iv) da receita de venda de energia da PCH Passos Maia, a qual entrou em operação durante o mês de fevereiro de 2012, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 2,2 milhões, já considerando a participação de 50% da Desenvix no empreendimento e (v) da receita de venda de energia das Usinas do Complexo Eólico Desenvix Bahia, as quais entraram em operação durante o mês de julho de 2012, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 11,6 milhões.

Para o período acumulado do 1S12, a receita líquida com o fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 134,7 milhões, apresentando um aumento de 68,5% em comparação com o mesmo período de 2011, quando a receita líquida de fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 79,9 milhões. O aumento foi motivado pelo reajuste dos preços, previstos em contratos, além da entrada em operação das PCHs Moinho e Passos Maia, da UTE Enercasa e das Usinas do Complexo Eólico Desenvix Bahia.

Receita líquida de serviços de O&M

No 3T12, a receita líquida de serviços de O&M somou R\$ 5,7 milhões, representando um aumento de 53,6% em relação ao mesmo período de 2011, quando atingiu R\$ 3,7 milhões. Esta variação decorreu (i) do aumento no faturamento de serviços de O&M da controlada ENEX, decorrente da expansão de suas atividades operacionais,

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

conforme demonstrado na tabela a seguir e (ii) pela aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, a receita líquida gerada pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir do dia 1ª de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% da receita líquida gerada pela ENEX.

Para o período acumulado do 9M12, a receita líquida de serviços de O&M foi de R\$ 16,7 milhões, apresentando um aumento de 115,4% em comparação com o mesmo período de 2011, quando a receita líquida de serviços de O&M foi de R\$ 7,8 milhões. O aumento foi motivado pelo crescimento operacional da ENEX, com o incremento da quantidade de contratos em operação, além da aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, conforme mencionado anteriormente.

Em 30 de setembro de 2012, a ENEX possuía 34 contratos de prestação de serviços de O&M, os quais somavam uma capacidade instalada de 1.145 MW, representando um aumento de 13,3% na comparação com 30 de setembro de 2011, quando possuía 30 contratos, que somavam uma capacidade instalada de 1.070 MW. Sua carteira de contratos está dividida em empreendimentos em operação e empreendimentos em construção, sendo os primeiros os responsáveis pelo incremento em seu faturamento, uma vez que o faturamento por serviços de O&M tem início no instante da entrada em operação dos empreendimentos.

A quantidade de contratos com empreendimentos em operação, responsáveis pelo faturamento, passaram de 21 para 29, representando aumento de 38,1%. Já o crescimento da capacidade instalada dos contratos em operação foi de 9,7%. A redução percentual da quantidade de contratos em construção, bem como a redução de sua capacidade instalada é justificada pela entrega em operação dos empreendimentos.

Contratos em carteira	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2012	Var %
Quantidade Total	30	34	13,3
- Em operação	21	29	38,1
- Em construção	9	5	-44,4
Potência Total (MW)	1.070	1.145	7,0
- Em operação	925	1.015	9,7
- Em construção	145	130	-10,3

Receita líquida de outros serviços

No 3T12, a receita líquida de outros serviços prestados somou R\$ (21) mil, influenciado pelo estorno de receita, enquanto que no mesmo período de 2011 atingiu R\$ 51 mil. Esta receita é composta, principalmente, pelo faturamento da Desenvix Controladora com serviços de gerenciamento dos empreendimentos em operação e implantação, além de serviços de consultoria prestados às outras empresas.

Para o período acumulado do 9M12, o crescimento foi de 18%, atingindo R\$ 190 mil, contra R\$ 161 mil observados no 9M11.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados totalizou R\$ 29,6 milhões no 3T12, apresentando um aumento de 115,7% na comparação com o mesmo período de 2011, quando atingiu R\$ 13,7 milhões, equivalente à 52,3% e 41,9% da receita operacional líquida do período, respectivamente. O crescimento do período foi influenciado, principalmente, pelo aumento do custo com compra de energia, pelo aumento do custo com fornecimento de energia e pelo aumento do custo dos serviços prestados de O&M.

Já no 9M12, o custo dos serviços prestados somou R\$ 76,5 milhões, representando aumento de 111,3% na comparação com o mesmo período de 2011, quando o valor foi de R\$ 36,2 milhões, equivalente à 50,5% e 41,2% da receita operacional líquida do período, respectivamente.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custo dos Serviços Prestados (R\$ mil)	3T11	3T12	Var % 3T11 x 3T12	9M11	9M12	Var % 9M11 x 9M12
Custo Total	13.723	29.599	115,7	36.209	76.516	111,3
- Fornecimento de energia	10.428	20.582	97,4	30.213	46.692	54,5
- Custo com compra de energia	944	5.348	466,5	944	19.251	1.939,3
- Serviços O&M	2.174	3.434	58,0	4.666	10.397	122,8
- Outros serviços	177	234	32,2	386	177	-54,1

Fornecimento de energia elétrica

O custo do serviço de fornecimento de energia elétrica no 3T12 foi de R\$ 20,6 milhões, apresentando aumento de 97,4%, em comparação com o mesmo período de 2011, quando atingiu R\$ 10,4 milhões. O crescimento tem como principal causa o aumento na quantidade de usinas em operação. Durante o 3T12 tínhamos a PCH Moinho, a PCH Passos Maia, a UTE Enercasa e as Usinas do Complexo Eólico da Bahia operando, e juntas foram responsáveis por R\$ 13 milhões adicionais ao custo de fornecimento de energia elétrica, enquanto que no mesmo período de 2011 as mesmas encontravam-se em construção.

Já no 9M12, o custo do serviço de fornecimento de energia elétrica totalizou R\$ 46,7 milhões apresentando aumento de 54,5% na comparação com o mesmo período de 2011, quando atingiu R\$ 30,2 milhões. O aumento de 54,5% no custo do serviço de fornecimento de energia elétrica foi inferior ao aumento de 68,5% da receita com o serviço de fornecimento de energia elétrica. O crescimento tem como principal causa o aumento na quantidade de usinas em operação. Durante o 9M12 tínhamos a PCH Moinho, a PCH Passos Maia, a UTE Enercasa e as Usinas do Complexo Eólico da Bahia operando, e juntas foram responsáveis por R\$ 15 milhões adicionais ao custo de fornecimento de energia elétrica, enquanto que no mesmo período de 2011 as mesmas encontravam-se em construção.

Custo com compra de energia elétrica

O custo com compra de energia elétrica no 3T11 foi de R\$ 944 mil, enquanto que no 3T12, o montante foi de R\$ 5,3 milhões. Esse aumento decorreu da provisão contábil para compra de energia, além dos gastos com a aquisição de bagaço de cana, totalizando R\$ 4,7 milhões, a qual foi efetuada devido à paralisação da Usina Pau D'alho,

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

fornecedora de vapor d'água à UTE Decasa, durante os primeiros meses de 2012, em função da manutenção preventiva da sua área fabril, realizada anualmente no período da entressafra da cana de açúcar. Também contribuiu para o provisionamento a baixa produção de cana de açúcar, que reduziu a oferta de bagaço, resíduo proveniente da moagem da cana de açúcar, necessário para a geração de energia elétrica através da geração do vapor de água. Os valores provisionados serão ajustados à medida que se confirmarem a geração total de energia.

Adicionalmente às provisões realizadas para compra de energia, também contribuiu para o aumento do custo com compra de energia o fato da Enercasa ter realizando vendas de energia no curto prazo, referente ao seu excedente de energia contrata e sua garantia física. Como a usina não está gerando a energia excedente, compra-se energia ao valor de liquidação do mercado livre, obtendo ágio em relação ao preço de venda. O total adquirido foi de R\$ 583 mil para o qual possui receita correspondente de R\$ 758 mil.

Já no 9M12, o custo com compra de energia elétrica foi de R\$ 19,2 milhões, composta por (i) provisão contábil para compra de energia da Enercasa, no valor de R\$ 11,4 milhões, (ii) compra de energia no mercado livre, no valor de R\$ 2,8 milhões relativo à comercialização da energia excedente da Enercasa, a qual possui receita equivalente de R\$ 3,5 milhões, (iii) compra de bagaço de cana para a geração de energia da Enercasa, no valor de R\$ 3,6 milhões, (iv) compra de energia para a PCH Passos Maia, no valor de R\$ 1,4 milhão, para complementar os compromissos comerciais assumidos em seu CCVE que previa a comercialização da energia a partir do mês de janeiro de 2012. Como a autorização para operação comercial somente ocorreu no mês de fevereiro de 2012, a Companhia adquiriu a energia referente ao mês de janeiro de 2012. Adicionalmente obteve o benefício de adquirir a energia a um preço médio de R\$ 117,11, menor do que o preço líquido, descontado os impostos, do seu CCVE, que em janeiro de 2012 era R\$ 186,99.

Serviços de O&M

O custo dos serviços de O&M prestados no 3T12 foi de R\$ 3,4 milhões, apresentando um aumento de 58%, em comparação com o mesmo período de 2011, quando atingiu R\$ 2,2 milhão. Esta variação decorreu do aumento das atividades operacionais da controlada ENEX. Para fazer frente ao aumento na quantidade de novos contratos de O&M, a Companhia aumentou em 40,7% o quadro de funcionários, passando de 241 em 31 de dezembro de 2010 para 339 em 30 de setembro de 2012, aumentando assim seus custos com folha de pagamento. Outro fator de aumento do custo dos serviços de O&M prestados no 3T12 foi a aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no mês de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, o custo dos serviços de O&M prestados gerado pela subsidiária era consolidado representando seu percentual de participação. A partir do dia 1ª de setembro de 2011, data da sua aquisição, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% dos custos dos serviços de O&M prestados pela ENEX. O aumento também foi influenciado pelos gastos operacionais incorridos com a transferência da estrutura administrativa da ENEX para Florianópolis, o qual foi de cerca de R\$ 600 mil.

Para o período acumulado do 9M12, o crescimento foi de 122,8%, atingindo R\$ 10,4 milhões, contra R\$ 4,7 milhões observados no 9M11. A variação está em linha com os fatores descritos no 3T12.

Outros serviços

O custo dos outros serviços no 3T12 foi de R\$ 234 mil, apresentando um aumento de 32,2%, em comparação com o mesmo período de 2011, quando atingiu R\$ 177 mil. O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Desenvix Controladora, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação e construção, além do desenvolvimento de projetos. Essa conta é factível de reversão de custos, quando do reconhecimento dos direitos de ressarcimento relacionados ao desenvolvimento de projetos, anteriormente reconhecidos no ativo intangível.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS

No 3T12, as despesas operacionais atingiram R\$ 12,4 milhões, apresentando aumento de 72,8% em comparação com o mesmo período de 2011, quando atingiram R\$ 7,1 milhões. As despesas operacionais representaram 21,8% e 21,8% da receita operacional líquida do 3T12 e 3T11, respectivamente.

Para o período acumulado do 9M12, as despesas operacionais atingiram R\$ 29,8 milhões, apresentando aumento de 30,1% em comparação com o mesmo período de 2011, quando atingiram R\$ 22,9 milhões. As despesas operacionais representaram 19,7% e 26,1% da receita operacional líquida do 9M12 e 9M11, respectivamente.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas Gerais (R\$ mil)	3T11	3T12	Var % 3T11 x 3T12	9M11	9M12	Var % 9M11 x 9M12
Despesas (Receitas) Totais	7.147	12.349	72,8	22.917	29.805	30,1
- Gerais e administrativas	5.386	10.136	88,2	14.115	23.071	63,5
- Honorários da administração	1.070	1.068	-0,2	3.047	3.203	5,1
- Com estudos e desenvolvimento	654	860	31,5	3.045	2.676	-12,1
- Perdas com contratos de energia	-	-	-	2.466	-	-100,0
- Outras receitas operacionais	37	285	670,3	244	854	250,0

Despesas gerais e administrativas

No 3T12, as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 10,1 milhões, apresentando um aumento de 88,2% em comparação com o mesmo período de 2011, quando atingiram R\$ 5,4 milhões. Tal variação decorreu principalmente (i) do aumento nas despesas gerais e administrativas da ENEX, no valor de R\$ 1,6 milhão, em decorrência do aumento da sua atividade operacional, conforme já mencionado anteriormente, além da aquisição do seu controle integral pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011, a qual passou a consolidar em seu resultado 100% das despesas e (ii) do aumento nas despesas gerais e administrativas dos empreendimentos em operação, no valor de R\$ 3,1 milhões, especialmente em função (a) da entrada em operação da PCH Moinho, PCH Passos Maia, UTE Enercasa e das Usinas do Complexo Eólico da Bahia que acrescentaram R\$ 2,1 milhões às despesas administrativas e (b) dos gastos com a implantação do sistema de gestão ERP e com serviços de terceiros das demais usinas em operação, no valor de R\$ 1 milhão. As despesas gerais e administrativas da Desenvix Controladora permaneceram estáveis no período.

Já no 9M12, as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 23,1 milhões, apresentando um aumento de 63,5% em comparação com o mesmo período de 2011, quando atingiram R\$ 14,1 milhões. Tal variação decorreu principalmente (i) do aumento nas despesas gerais e administrativas da ENEX, no valor de R\$ 4,5 milhões, conforme já mencionado acima e (ii) do aumento nas despesas gerais e administrativas dos empreendimentos em operação, no valor de R\$ 5,1 milhões, especialmente em função (a) da entrada em operação da PCH Moinho, PCH Passos Maia, UTE Enercasa e das Usinas do Complexo Eólico da Bahia que acrescentaram R\$ 3,1 milhões às despesas administrativas e (b) dos gastos com a implantação do sistema de gestão ERP e serviços de terceiros das demais usinas em operação, no valor de R\$ 2 milhões mil. Por outro lado, contribuiu para a redução das despesas gerais e administrativas a redução de R\$ 588 mil da despesa da Desenvix Controladora especialmente em função do menor gasto com serviços de terceiros e com pessoal.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

Honorários da administração

No 3T12, as despesas com honorários da administração atingiram R\$ 1,1 milhão, permanecendo estável na comparação com o mesmo período de 2011, quando atingiram R\$ 1,1 milhão.

Já no período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, as despesas com honorários da administração atingiram R\$ 3,2 milhões, representando aumento de 5,1% na comparação com o mesmo período de 2011, quando atingiram R\$ 3 milhões. A variação é resultado (i) da correção salarial ocorrido durante 2012, (ii) a partir de 2012 o INSS patronal incidente sobre honorários passou a ser considerado como Honorários da administração. Por outro lado, favoreceu para a redução das despesas com honorários da administração a vacância da posição de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, o qual foi representado, durante o primeiro semestre de 2012, de forma cumulativa, pelo Diretor Presidente da Companhia, enquanto o indicado ao cargo providenciava os documentos necessários para sua residência permanente no Brasil, uma vez que sua origem é norueguesa, conforme AGE de 08 de março de 2012.

Com estudos em desenvolvimento

No 3T12, as despesas com estudos e desenvolvimento atingiram R\$ 860 mil, enquanto que no mesmo período de 2011 atingiram R\$ 654 mil. As despesas com custos refletem os valores investidos na manutenção e desenvolvimento da nossa carteira de projetos. Para o período acumulado do 9M12, as despesas com estudos e desenvolvimento atingiram R\$ 2,7 milhões e foram em sua grande maioria destinadas ao desenvolvimento dos projetos da UHE Foz do Piquiri e UHE Comissionário, que juntas, foram responsáveis por R\$1,9 milhão do total gasto.

A Companhia atua em todo o ciclo de geração de energia, desde o desenvolvimento de projetos, passando pela implantação de empreendimentos e finalizando com a operação e manutenção das usinas. Na área de estudos e desenvolvimento de projetos, investe em estudos de viabilidade ambiental, de inventário e projetos básicos e outros. Quando o projeto possui cláusula resolutiva que garanta o ressarcimento dos gastos incorridos no seu desenvolvimento, ou alguma habilitação que garanta a sua implantação, os valores investidos são contabilizados na conta do balanço patrimonial ativo intangível, do contrário são contabilizados na conta de resultado gastos com estudos em desenvolvimento. Nesse sentido, no 9M12, a Companhia investiu R\$ 2,7 milhões com estudo e desenvolvimento de projetos, dos quais R\$ 2,7 milhões foram apropriados ao resultado. O saldo, em 3a de setembro de 2012, da conta ativo intangível era de R\$ 17,2 milhões, tendo sofrido redução, na comparação com 31 de dezembro de 2011, pela transferência dos custos a serem reembolsados pelo desenvolvimento da UHE São Roque para contas a receber com partes relacionadas com a própria São Roque Energética S.A., além da baixa pelo recebimento do reembolso referente ao desenvolvimento do projeto Baixo Iguaçu ocorrido no mês de setembro.

Gastos com estudo e desenvolvimento de projetos (R\$ mil)	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012
Incorridos no período	7.228	2.676
Apropriados ao Resultado	4.352	2.676
Saldo Ativo Intangível	32.516	17.182

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

Perdas com contratos de energia

As perdas com contratos de energia apresentaram saldo nulo no 3T12. O saldo de R\$ 2,5 milhões observado no 9M11 é fruto do reconhecimento das perdas pela energia não entregue pela UTE Enercasa em 2010, sendo reconhecida pela Companhia e baixada a provisão para passivo a descoberto em dezembro de 2011.

Outras receitas operacionais, líquidas

No 3T12 as outras receitas operacionais líquidas atingiram uma despesa de R\$ 285 mil, em comparação com uma despesa de R\$ 37 mil no 3T11. Para o período acumulado do 9M12 a despesa foi de R\$ 854 mil, sendo composta pela despesa de R\$ 863 mil com amortização de direitos, do ágio de nossa controlada ENEX. No período também apuramos receita de R\$ 7 mil, referente à alienação de bens da subsidiária ENEX.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA alcançou R\$ 30,1 milhões no 3T12, apresentando aumento de 54,6% em relação ao mesmo período de 2011, quando alcançou R\$ 19,5 milhões, em linha com os efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA, como consequência do EBITDA, apresentou redução de 6,3 p.p. na comparação entre os períodos, passando de 59,5% para 53,2% da receita operacional líquida do 3T11 para o 3T12.

Para o período acumulado no 9M12, o EBITDA alcançou R\$ 79,9 milhões, apresentando aumento de 58,3% em relação ao mesmo período de 2011, quando alcançou R\$ 50,5 milhões, em linha com os efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA, como consequência do EBITDA, apresentou redução de 4,7 p.p. na comparação entre os períodos, passando de 57,4% para 52,7% da receita operacional líquida do 9M11 para o 9M12.

EBITDA (R\$ mil)	3T11	3T12	Var % 3T11 x 3T12	9M11	9M12	Var % 9M11 x 9M12
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	11.882	14.687	23,6	28.804	45.230	57,0
(+) Depreciação	7.599	15.433	103,1	21.668	34.677	60,0
EBITDA	19.481	30.120	54,6	50.472	79.907	58,3
Receita Líquida	32.752	56.634	72,9	87.930	151.551	72,4
Margem EBITDA	59,5%	53,2%	-6,3 p.p.	57,4%	52,7%	-4,7 p.p.

Por estar em fase de crescimento acelerado, com elevados montantes de investimento anuais financiados por empréstimos de longo prazo estruturados na modalidade *project-finance*, a Companhia possui atualmente alto grau de alavancagem e elevada despesa financeira anual. Também, por ser uma empresa jovem, com elevados investimentos em ativo imobilizado, a depreciação é parcela importante das despesas da Companhia.

A Administração da Companhia entende que o EBITDA e a margem EBITDA sejam os métodos mais adequados para acompanhamento do desempenho da Companhia, pois, ao excluírem despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação, mas, em diferentes estágios de maturidade, bem como a comparação com empresas de outros setores, mas, com diferentes estruturas de alavancagem e diferentes taxas de amortização e de depreciação.

O EBITDA e a margem EBITDA não são uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

substitutos para o lucro líquido, como indicadores de nosso desempenho operacional ou como substitutos do nosso fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez.

RESULTADO FINANCEIRO

No 3T12, o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 23,1 milhões, aumento de 77% na comparação com o mesmo período de 2011, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 13 milhões.

Para o período acumulado no 9M12, o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 53 milhões, aumento de 31,2% na comparação com o mesmo período de 2011, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 40,4 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	3T11	3T12	VAR% 3T11 X 3T12	9M11	9M12	VAR% 9M11 X 9M12
Despesas financeiras	(15.238)	(27.209)	78,6	(45.071)	(59.599)	32,2
- Com financiamentos	(11.178)	(16.227)	45,2	(34.050)	(39.296)	15,4
- Cartas de fiança bancária	(614)	(6.128)	898,0	(1.402)	(7.918)	464,8
- IOF e multa e juros sobre tributos	(272)	(1.217)	347,4	(2.490)	(2.822)	13,3
- Variações monetárias passivas	(155)	(5)	-96,8	(192)	(101)	-47,4
- Concessões a pagar e outras despesas	(1.265)	(2.975)	135,2	(3.951)	(7.833)	98,3
- Outras despesas	(1.754)	(657)	-62,5	(2.986)	(1.629)	45,4
Receitas financeiras	2.193	4.118	87,8	4.663	6.582	41,2
- Com aplicações financeiras	1.035	954	-7,8	3.221	3.028	-6,0
- Variações monetárias ativas	-	3.128	100	2	3.492	100
- Juros e outras	1.158	36	96,9	1.440	62	-95,7
Resultado Financeiro	(13.045)	(23.091)	77,0	(40.408)	(53.017)	31,2

Despesas financeiras

No 3T12, as despesas financeiras atingiram R\$ 27,2 milhões, apresentando um aumento de 78,6% em comparação com o mesmo período de 2011, quando atingiram R\$ 15,2 milhões. Tal variação é decorrente da combinação dos seguintes fatores: (i) do aumento com despesas de fiança bancária, em função do reconhecimento a pagar, no valor de R\$5 milhões, das despesas com Garantias Corporativas dadas pelo nosso Controlador Jackson em nossos empréstimos bancários exigidas na contratação de financiamentos, (ii) do aumento com despesas de concessões a pagar referente à contribuição pela Utilização do Bem Público ("UBP") da UHE Monjolinho, em função do reconhecimento no resultado de 2012 da correção monetária ocorrida no ano anterior, (iii) do aumento das despesas financeiras com IOF, em função dos empréstimos ponte no período, (iv) do aumento de 45,2% das despesas financeiras com financiamentos, que passaram de R\$ 11,2 milhões no 3T11 para R\$ 16,2 milhões no 3T12, principalmente em função da entrada em operação da PCH Moinho, PCH Passos Maia, UTE Enercasa e Usinas do Complexo Eólico da Bahia, que passaram a contabilizar suas despesas com o financiamento tomado junto ao BNDES na conta de resultado, contribuindo com R\$ 8,2 milhões para o aumento. O aumento das despesas financeiras com financiamentos foi parcialmente compensada (i) pela redução de R\$ 2 milhões das despesas com financiamentos da Desenvix Controladora, proveniente dos empréstimos de curto prazo, na categoria de empréstimo ponte, contraídos com a finalidade de permitir o andamento das obras dos empreendimentos em

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

implantação até que as liberações dos financiamentos de longo prazo ocorressem (ii) pela redução de R\$ 1,1 milhão no valor dos juros amortizados dos atuais empréstimos do BNDES, das controladas em operação, PCH Esmeralda, PCH Santa Laura, PCH Santa Rosa e UHE Monjolinho, uma vez que os juros pagos são decrescentes e em função da redução da taxa TJLP, a partir de julho de 2012, de 6% para 5,5%, e (iii) pela redução dos juros pagos pela Desenvix Controladora no financiamento tomado junto ao FINEP, no valor de R\$ 231 mil uma vez que os juros pagos são decrescentes e em função da redução da taxa TJLP, a partir de julho de 2012, de 6% para 5,5%

Durante o 2T12 a Companhia emitiu R\$ 35 milhões em Notas Promissórias, medida favorável à redução das despesas financeiras com financiamentos uma vez que sofrerão correção pela variação de 100% do CDI mais *spread* de 1,5% a.a., sendo inferior aos *spreads* dos empréstimos ponte tomados anteriormente, cujo *spread* médio era de 4% a.a..

Outro fator favorável à redução das despesas financeiras com financiamentos é a redução, a partir de julho de 2012, da TJLP de 6% para 5,5%. Nosso endividamento bancário em 30 de setembro de 2012 era composto 57% por empréstimos atrelados à TJLP.

Em agosto de 2012 e em outubro de 2012 o BNDES autorizou a retirada da Fiança Bancária da UHE Monjolinho e da PCH Santa Laura, respectivamente, por terem atingindo o Índice de Cobertura da Dívida, além de preencherem todas as demais condicionantes estabelecidas em contrato. Essa medida propiciará redução da despesa financeira com cartas de fiança bancária.

No 9M12, as despesas financeiras atingiram R\$ 59,6 milhões, apresentando um aumento de 32,2% em comparação com o mesmo período de 2011, quando atingiram R\$ 45,1 milhões. Tal variação é decorrente da combinação dos fatores comentados anteriormente no 3T12.

Receitas financeiras

No 3T12, as receitas financeiras atingiram R\$ 4,1 milhões, apresentando de aumento de 87,8% em comparação com o mesmo período de 2011, quando atingiram R\$ 2,2 milhões. Tal variação é decorrente principalmente do aumento com variações monetárias ativas atreladas à correção monetária (a) dos direitos a receber da UHE São Roque, referente ao seu reembolso, (b) da correção do mútuo com a Usina Pau D'alto e (c) do correção monetária incidente sobre o recebimento do reembolso do custo de desenvolvimento do projeto Baixo Iguaçu. Por outro lado, contribuiu para a redução das receitas financeiras a (i) redução da receita com aplicações financeiras, relacionadas à queda do CDI, indicador utilizado para a correção de nossas aplicações financeiras e (ii) redução de juros e outras receitas financeiras.

No 9M12, as receitas financeiras atingiram R\$ 6,6 milhões, apresentando de aumento de 41,2% em comparação com o mesmo período de 2011, quando atingiram R\$ 4,7 milhões. O aumento está em linha com as variações observadas no trimestre.

RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

No 3T12, o resultado de participações societárias foi positivo em R\$ 10 mil, em comparação com um resultado também positivo de R\$ 18 milhões apurado no 3T11. Já no 9M12, o resultado de participações societárias foi positivo em R\$ 4,0 milhões, em comparação com um resultado também positivo de R\$ 19,6 milhões apurado no 9M11.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

Resultado de participações societárias (R\$ mil)	3T11	3T12	Var % 3T11 x 3T12	9M11	9M12	Var % 9M11 x 9M12
- Equivalência patrimonial	423	(431)	-201,9	1.172	2.625	124,0
- Dividendos recebidos	-	-	-	833	946	13,6
- Ganho/perda com investimento	17.551	441	-97,5	17.551	441	-97,5
Total	17.974	10	-99,9	19.556	4.012	-79,5

Equivalência patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial do 3T12 é composto principalmente pelo resultado negativo da subsidiária Goiás Transmissão S.A., no valor de R\$ 447 mil, bem como pelo resultado positivo da subsidiária MGE Transmissão S.A., no valor de R\$ 12 mil. Já no 9M12, o resultado da equivalência patrimonial é composto principalmente pelo resultado positivo da subsidiária Goiás Transmissão S.A., no valor de R\$ 1,5 milhão, bem como pelo resultado positivo da subsidiária MGE Transmissão S.A., no valor de R\$ 878 mil.

Dividendos recebidos

Os Dividendos recebidos pela Companhia são referentes às participações societárias minoritárias mantidas nas empresas Dona Francisca e Complexo Energético Rio das Antas.

Ganho/perda com investimento

O valor de ganho com investimento no ano de 2012 representa o ágio no aumento de participação na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A, na qual a Desenvix passou de 88,33% para 95,0% de participação em setembro de 2012. Já o resultado de 2011 representa o ágio no aumento de participação da subsidiária ENEX, na qual a Desenvix passou de 50% para 100% de participação em setembro de 2011.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Desenvix, assim como as suas controladas Enex e UHE Monjolinho, optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

No 3T12, as despesas com IRPJ e CSLL somaram R\$ 1,3 milhão, contra R\$ 186 mil do mesmo período de 2011. Já no 9M12 as despesas com IRPJ e CSLL somaram R\$ 4 milhões, contra R\$ 1,7 milhão do mesmo período de 2011. O aumento é fruto principalmente da (i) contabilização do IRPJ diferido da subsidiária UHE Monjolinho, em função da variação de resultado apurado entre a base de cálculo do resultado societário e regulatório, além da (ii) contabilização do IRPJ diferido da Desenvix Controladora, calculado sobre a variação dos investimentos disponíveis para venda. A diferença entre as apurações decorre da conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs (a) Uso do Bem Público, (b) Depreciação pelo prazo de concessão e (c) Provisão para custos socioambientais.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

No 3T12, a participação de não controladores foi de R\$ 6 mil, enquanto que no 9M12 foi de R\$ 25 mil, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO

No 2T12, foi registrado um resultado líquido negativo de R\$ 9,7 milhões, enquanto no mesmo período de 2011 apuramos um resultado líquido positivo de R\$ 16,7 milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente.

No 9M12, foi registrado um resultado líquido negativo de R\$ 7,8 milhões, enquanto no mesmo período de 2011 apuramos um resultado líquido positivo de R\$ 6,3 milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente.

11) ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO E DÍVIDA LÍQUIDA

Em 30 de setembro de 2012, a dívida líquida somava R\$ 780,7 milhões, representando aumento de 18,8% na comparação com 31 de dezembro 2011, quando a dívida líquida somava R\$ 657,3 milhões. O aumento ocorreu em função do comportamento dos componentes a seguir:

Endividamento bancário: entre os períodos em análise o endividamento bancário apresentou aumento de 10,8% ou R\$ 81,6 milhões em função (i) da liberação do financiamento do BNDES da UTE Decasa, no valor de R\$ 55,5 milhões, ocorrido em janeiro de 2012, (ii) da liberação do financiamento do BNDES da PCH Passos Maia, no valor de R\$ 7,6 milhões, ocorrido em janeiro de 2012, tendo afetado nosso balanço em 50% do valor haja visto nossa participação no empreendimento, (iii) da captação de empréstimo tipo ponte no valor de R\$ 105 milhões, através de Cédula de Crédito Bancário, ocorrido em março e abril, no montante total de R\$ 40 milhões, através da emissão de Nota Promissória, ocorrida no mês de junho, no montante total de R\$ 35 milhões e através da renovação de Cédula de Crédito Bancário ocorrida no mês de janeiro, no montante total de R\$ 30 milhões, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos empreendimentos em implantação, até que a liberação das parcelas de longo prazo ocorressem, (iv) da capitalização de encargos no imobilizado, no valor de R\$ 10,8 milhões, em decorrência dos juros incorridos durante a implantação de empreendimentos e (v) da apropriação de encargos financeiros das parcelas a vencer no curto prazo, no valor de R\$ 39,3 milhões. Por outro lado, contribuiu para mitigar o aumento do endividamento (i) a redução de R\$ 6,5 milhões no saldo do FINEP, em função das amortizações ocorridas no período, (ii) pagamento de juros, no valor de R\$ 24,1 milhões, referente aos empréstimos de longo prazo tomados junto ao BNDES, (iii) pagamento de juros, no valor de R\$ 13,2 milhões, referente aos empréstimos de longo prazo tomados junto ao BNB, (iv) amortização de principal, no valor de R\$ 24,1 milhões, dos empréstimos tomados junto ao BNDES, (v) pagamento de juros e despesas financeiras da Desenvix Controladora no valor de R\$ 4,9 milhões e (v) a amortização de principal de empréstimo tipo ponte, no valor de R\$ 60,0 milhões, ocorrida no mês de março e janeiro, da qual a última foi através de renovação de Cédula de Crédito Bancário.

Caixa e aplicações financeiras: entre os períodos em análise houve uma redução no saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 41,8 milhões, efeito principalmente (i) pela redução do saldo da conta caixa e equivalente dos empreendimentos do Complexo Eólico Desenvix Bahia, no valor de R\$ 20,5 milhões, utilizado durante o período para o pagamento dos fornecedores responsáveis pela sua construção e (ii) pela redução de R\$ 22 milhões nas disponibilidades da Desenvix Holding, sendo o valor utilizado como investimento nos atuais empreendimentos em implantação.

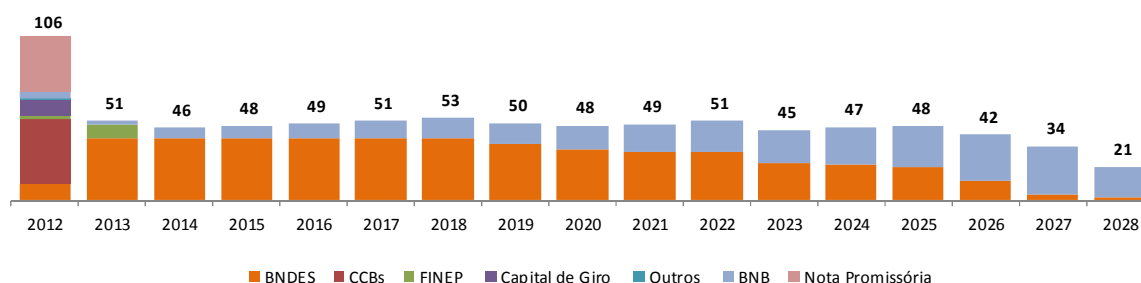
Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	Var % Set/12 x Dez/11
Endividamento bancário	755.675	837.263	10,8
- Financiamento de obras - BNDES	424.466	465.987	9,8
- Financiamento de obras - BNB	271.422	272.480	0,4
- Cédula de crédito bancário	31.033	41.167	32,7
- FINEP	17.443	10.952	-37,2
- Financiamento de capital de giro	10.000	10.000	0,0
- Nota promissória	-	35.954	100,0
- Outros	1.311	723	-44,9
Caixa e aplicações financeiras	-98.370	-56.548	-42,5
Dívida líquida	657.305	780.715	18,8

O cronograma de amortização do endividamento, conforme saldo de R\$ 837,3 milhões de 30 de setembro de 2012, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):



Em 30 de setembro de 2012, a parcela da dívida indexada à TJLP e ao juro pré fixado representava 57% e 33% do endividamento bancário, apresentando redução de 2 p.p. e 3 p.p. respectivamente, na comparação com 31 de dezembro de 2011, quando representava 59% e 36% respectivamente. Em contra partida a menor participação da dívida indexada à TJLP e ao juro pré fixado, houve aumento de 5 p.p. na participação da dívida indexada ao CDI.

Na evolução trimestral da Composição da Dívida Bancária por Indexador, observa-se uma participação da dívida indexada ao CDI. A maior participação da dívida indexada ao CDI reflete o maior grau de alavancagem de curto prazo na qual a Companhia estava exposta no período, fruto da necessidade de captação de empréstimos tipo ponte, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos empreendimentos em implantação, até que a liberação da totalidade das parcelas de longo prazo ocorresse.

Comentário do Desempenho



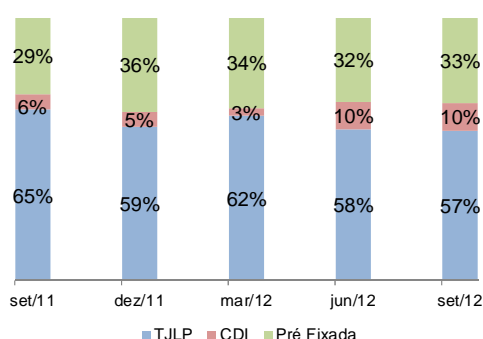
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

O contrato de financiamento de longo prazo do Complexo Eólico Desenvix Bahia tomado junto ao BNB, cuja taxa é pré fixada, prevê bônus de adimplência sobre encargos de 25%. A incidência do referido bônus está condicionada ao pagamento, das prestações de juros ou de principal e juros, até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros pré fixados passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a..

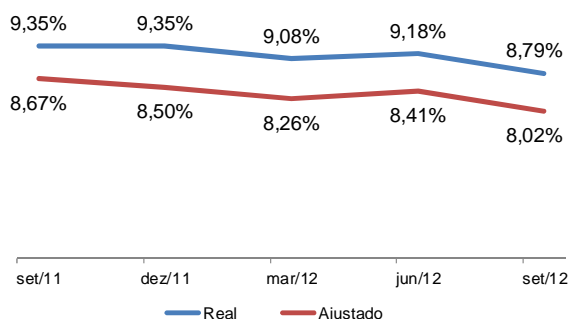
O custo médio ponderado da dívida bancária apresenta redução ao longo dos últimos períodos, fruto principalmente das recentes captações de longo prazo, tomadas com taxas menores do que as anteriores, com é o caso do financiamento do Complexo Eólico da Bahia (7,125% a.a), além das PCHs Passos Maia (TJLP + 1,9% a.a.) e Moinho (TJLP + 2,0% a.a.). Outro fator favorável à redução do custo médio ponderado da Companhia é a redução da TJLP, a partir de julho de 2012, que passou de 6% a.a. para 5,5% a.a..

No gráfico a seguir também demonstramos o custo médio ponderado da dívida bancária ajustado, que representa de fato o custo da Companhia, considerando bônus de adimplência do contrato com o BNB, uma vez que no período demonstrado a Companhia respeitou as condicionantes de pagamento do contrato.

Evolução da Composição da Dívida Bancária por Indexador



Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária



Em 11 de outubro de 2011 o Conselho de Administração aprovou a Primeira Emissão de Debêntures Simples da Desenvix. O pedido de registro foi também protocolado na CVM no dia 11 de outubro de 2012. Maiores informações são encontradas no *web site* da CVM (www.cvm.gov.br), onde encontra-se arquivado o Prospecto Preliminar da emissão, campo: Prospecto Preliminar – Debêntures.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

12) INVESTIMENTOS

No período acumulado dos nove primeiros meses de 2012, a Companhia investiu R\$ 192,7 milhões nos seus empreendimentos em implantação. O atual plano de expansão da Companhia, que duplicará a sua capacidade instalada de geração de energia elétrica, prevê investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão, onde grande parte será financiada com recursos de capital de terceiros e cujos desembolsos ocorreram durante os anos de 2010 e 2011.

A tabela a seguir relaciona o *Capex* total estimado por empreendimento em implantação com o valor investido desde o início da construção até a data de 30 de setembro de 2012.

Com exceção das Linhas de Transmissão, os demais empreendimentos já estão operando comercialmente. O saldo remanescente de investimentos refere-se às atividades de acabamento das obras.

Empreendimento (R\$ milhões)	Capex Total Estimado*	Investimento Realizado até 30/09/2012*	% Realizado	status
Moinho	93,1	93,4	100	Em operação
Passos Maia	65,8	63,8	97	Em operação
Enercasa	88,5	88,5	100	Em operação
Complexo Eólico Desenvix Bahia	423,0	371,5	88	Em operação
Parque Eólico Barra dos Coqueiros	105,1	105,7	100	Em operação
LTs MGE e Goiás	178,3	139,4	78	Em implantação
Investimento Total	953,8	862,3	90	

*considera participação societária da Desenvix

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Desenvix Energias Renováveis S/A segue a regulamentação da ANEEL e a Lei 9.991 de 24 de julho de 2000. O tema central do Programa de P&D é a Geração de Energia Elétrica por Fontes Renováveis. O saldo disponível na conta P&D em 30 de setembro de 2012 era de R\$ 916,8 mil.

13) GESTÃO DE PESSOAS

Em 30 de setembro de 2012 a Desenvix Controladora contava com 52 colaboradores diretos, além dos 339 empregados da ENEX. Do efetivo da Desenvix, 19 são engenheiros com experiência relevante no setor energético, e em constante aprimoramento técnico através programas de educação continuada e do desenvolvimento de cursos de formação e capacitação profissional, que são estendidos a todo o efetivo da empresa.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

14) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ mil)					
	30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011		30 de setembro 2012	31 de dezembro 2011
Ativo	1.824.286	1.731.017	Passivo e Patrimônio Líquido	1.824.286	1.731.017
Circulante	60.927	123.677	Circulante	324.432	381.492
Caixa e equivalentes de caixa	21.922	41.490	Fornecedores		
Aplicação financeira restrita	-	24.799	Partes relacionadas	10.857	6.505
Contas a receber	25.054	34.505	Terceiros	118.306	134.375
Dividendos a receber	-	-	Financiamentos	136.268	81.519
Impostos a recuperar	3.292	3.560	Partes relacionadas	11.727	123.059
Estoque	945	696	Contas a pagar por aquisição de terras	3.173	3.601
Despesas antecipadas	4.428	13.645	Provisão para custos socioambientais	3.859	2.647
Outros ativos	4.612	4.982	Concessões a pagar	4.070	5.371
Ativos não circulantes mantidos para venda	674	-	Salários e encargos sociais	4.264	2.756
			Indenizações a pagar	175	532
			Impostos e contribuições	15.237	12.610
			Imposto de renda e contribuição social	5.147	4.387
			Dividendos propostos	-	529
			Outros passivos	10.700	3.601
			Passivos não circulantes mantidos para venda	649	-
Não Circulante	1.763.359	1.607.340	Não Circulante	788.761	751.389
Realizável a longo prazo			Financiamentos	700.995	674.156
Aplicação financeira restrita	34.626	32.081	Indenizações a pagar	2.308	2.012
Partes relacionadas	59.060	33.680	Imposto de renda diferido	7.153	6.924
Imposto de renda diferido	5.044	2.051	Provisão para custos socioambientais	5.466	1.704
Outros ativos	27	60	Concessões a pagar	71.426	66.593
Investimentos	169.397	136.911	Outros Passivos	1.413	-
Imobilizado	1.363.400	1.257.604			
Intangível	131.805	144.953			
			Patrimônio Líquido - capital e reservas	711.093	598.136
			atribuídos aos acionistas da		
			Capital Social	665.312	546.787
			Ajuste de avaliação patrimonial	44.648	41.867
			Reserva de Lucros	8.396	7.867
			Lucros Acumulados	(7.753)	-
			Participação dos não controladores	490	1.615

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - SETEMBRO 2012

Demonstração do Resultado do Exercício (R\$ mil)						
	3T12	3T11	Var.%	9M12	9M11	Var.%
Receita líquida operacional	56.634	32.752	72,9%	151.551	87.930	72,4%
Fornecimento de energia elétrica	50.935	28.977	75,8%	134.706	79.948	68,5%
Serviços prestados	5.699	3.775	51,0%	16.845	7.982	111,0%
Custo serviços prestados	(33.391)	(13.723)	143,3%	(80.310)	(36.209)	121,8%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(7.461)	(2.351)	217,4%	(14.367)	(5.052)	184,4%
Custo do serviço de energia elétrica	(25.930)	(11.372)	128,0%	(65.943)	(31.157)	111,6%
Lucro bruto	23.243	19.029	22,1%	71.241	51.721	37,7%
(Despesas) receitas operacionais	(8.556)	(7.147)	19,7%	(26.011)	(22.917)	13,5%
Gerais e administrativas	(6.343)	(5.386)	17,8%	(19.278)	(14.115)	36,6%
Honorários da administração	(1.068)	(1.070)	-0,2%	(3.203)	(3.047)	5,1%
Com estudos em desenvolvimento	(860)	(654)	31,5%	(2.676)	(3.045)	-12,1%
Perdas com contratos de energia	-	-	-	-	(2.466)	-100,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	(285)	(37)	670,3%	(854)	(244)	250,0%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	14.687	11.882	23,6%	45.230	28.804	57,0%
Resultado financeiro	(23.091)	(13.045)	77,0%	(53.017)	(40.408)	31,2%
Despesas financeiras	(27.209)	(15.238)	78,6%	(59.599)	(45.071)	32,2%
Receitas financeiras, líquidas de tributos	4.118	2.193	87,8%	6.582	4.663	41,2%
Resultado de participações societárias	10	17.974	-99,9%	4.012	19.556	-79,5%
Equivalência patrimonial	(431)	423	-201,9%	2.625	1.172	124,0%
Dividendos recebidos	-	-	-	946	833	13,6%
Ganho/perda com investimentos	441	17.551	-97,5%	441	17.551	-97,5%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.394)	16.811	149,9%	(3.775)	7.952	147,5%
Imposto de renda e contribuição social	(1.329)	(186)	614,5%	(4.003)	(1.663)	140,7%
Lucro líquido (prejuízo) antes da participação de minoritários	(9.723)	16.625	158,5%	(7.778)	6.289	223,7%
Atribuível a						
Acionista da companhia	(9.717)	16.679	158,26%	(7.753)	6.343	222,2%
Participação de não controladores	(6)	(54)	-88,89%	(25)	(54)	-53,7%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(9.723)	16.625	158,48%	(7.778)	6.289	223,7%

Este material inclui informações que se baseiam nas hipóteses e perspectivas atuais da administração da Companhia, que poderiam ocasionar variações materiais entre os resultados, performance e eventos futuros. Inúmeros fatores podem afetar as estimativas e suposições nas quais estas opiniões se baseiam, tais como condições gerais e econômicas no Brasil e outros países, condições do mercado financeiro, condições do mercado regulador e outros fatores.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

(a) Operações

A Desenvix Energias Renováveis S.A. ("Desenvix" ou a "Companhia") e suas controladas (conjuntamente "o Grupo"), com sede social em Barueri - São Paulo tem por atividade a participação no capital social de outras empresas nas áreas de Transmissão e distribuição de energia elétrica, saneamento básico, controle de poluição, tratamento de efluentes industriais, gás, biocombustível, transportes, bem como a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão, nas suas áreas de atuação.

O Grupo atua de maneira integrada com as empresas na prospecção, desenvolvimento, implantação e operação de empreendimentos de geração de energia renovável. As atividades envolvem o constante desenvolvimento de novos projetos.

As operações da Desenvix são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integradamente e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de partes relacionadas. O benefício dessas operações e os custos da estrutura operacional e administrativa, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos em conjunto ou individualmente.

A sociedade ligada Engevix Engenharia S.A. ("Engevix"), controlada pela Jackson Empreendimentos Ltda. ("Jackson"), foi contratada para implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas e Usina Hidrelétrica, Parque Eólico e Usinas em construção, em regime de contrato de empreitada integral, incluindo o projeto básico, projeto executivo, obras civis, aquisição, montagem e comissionamento dos equipamentos eletromecânicos.

Em 2 de setembro de 2011, a BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, por meio do GAE 1.984-11, deferiu o pedido de registro para negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia no mercado de balcão organizado. As ações da Companhia estão registradas com o código DVIX3M. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, conforme cláusula compromissária constante no seu estatuto social.

Em 19 de setembro de 2011, a Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Ofício CVM/SEP/RIC/ no 028/2011, concedeu à Companhia o registro de Companhia aberta, categoria "A".

Em 5 de julho de 2012, por meio dos despachos de nº 2.220, nº 2.221 e nº 2.222 de 2012, a ANEEL autorizou o início da operação comercial do Complexo Eólico Desenvix Bahia, o qual compreende as Usinas de Energia Eólica ("UEE") Macaúbas (Macaúbas Energética S.A.), Novo Horizonte (Novo Horizonte Energética S.A.) e Seabra (Seabra Energética S.A.). O complexo possui capacidade instalada total de 95,19 MW, sendo UEE Macaúbas 35,07 MW, UEE Novo Horizonte 30,06 MW e UEE Seabra 30,06 MW. Em 14 de dezembro de 2009, através do primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER), foram comercializados 34,0 MW médios de energia, sendo 13,0 MW médios da UEE Macaúbas, 11,0 MW médios da UEE Seabra e 10,0 MW médios da UEE Novo Horizonte. Esta energia foi contratada pela CCEE como energia de reserva a partir de julho de 2012, por um prazo de 20 anos.

De 31 de agosto de 2012 a 28 de setembro de 2012, por meio dos despachos nº 2.742, nº 2.831, nº 2.940 e nº 3.004 a ANEEL autorizou o início da operação comercial da EOL Barra dos Coqueiros (Energén Energias Renováveis S.A.), o empreendimento Parque Eólico Barra dos Coqueiros tem 34,5 MW de capacidade instalada e 10,5 MW de garantia física de energia. A UEE Barra dos Coqueiros comercializou sua energia no primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER). No total foram vendidos 10,0 MW médios de energia. A Desenvix detém 95% de participação no empreendimento.

A energia foi contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos.

No dia 18 de outubro de 2012 a Administração da Companhia protocolou junto a ANEEL pedido de anuência para a transferência societária da sua subsidiária integral, a São Roque Energética S.A.,

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações

trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para o FIP Desenvix, controlado pelo FIP FIC Jackson, controlado pela Jackson Empreendimentos Ltda, que por sua vez é controladora da Desenvix com 40,65%. A concretização da transferência societária está condicionada a aprovação prévia da ANEEL e até lá a Desenvix é a responsável pela manutenção dos investimentos necessários para a sua implantação e atendimento às condicionantes do seu contrato de concessão.

Exceto pelo mencionado no parágrafo acima, não houve alterações significativas nas operações, projetos em construção, projetos em estruturação e participações societárias da Companhia em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2011.

A emissão dessas informações trimestrais (ITR) foi autorizada pela Diretoria, em 31 de outubro de 2012.

(b) Posição financeira

Em 30 de setembro de 2012, o Grupo apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes (consolidado) de R\$ 263.506 (R\$ 257.815 em 31 de dezembro de 2011).

O aumento deve-se principalmente ao (i) o aumento do saldo de financiamentos do passivo circulante referente aos empréstimos de curto prazo tomados para continuidade dos empreendimentos em implantação, enquanto a parcela do financiamento de longo prazo não é liberada; (ii) a redução do saldo de aplicações financeiras restritas do ativo circulante, utilizados nas atividades de implantação dos atuais empreendimentos em construção da Companhia; (iii) a redução do saldo de caixa e equivalente de caixa, utilizados nas atividades de implantação dos atuais empreendimentos em construção da Companhia além das suas atividades operacionais de giro. Por outro lado, o aumento do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes foi parcialmente compensado pela (i) conversão do empréstimo com partes relacionadas, no valor de R\$ 120.000, em aumento de capital, conforme mencionado na Nota 18(a); além da (ii) redução do saldo a pagar a fornecedores terceiros, devido ao pagamento de fornecedores de materiais e serviços dos nossos empreendimentos em implantação.

O saldo remanescente do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes (consolidado) é fator da utilização de parcela substancial dos recursos financeiros na construção das usinas eólicas e linhas de transmissão em andamento. O equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia será restabelecido à medida que o Grupo receber os recursos financeiros dos financiamentos de longo prazo que serão ou já estão contratados, no montante de R\$ 102.750, composto como segue: (i) Eólica Barra dos Coqueiros - contrato de financiamento em fase de assinatura com o Banco de Desenvolvimento da China, no montante de R\$ 98.750, sendo a liberação prevista para o mês de outubro de 2012 e (ii) Enercasa - contrato de financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 59.504, tendo a primeira liberação, no valor de R\$ 55.504, ocorrida no mês de janeiro e a segunda e última liberação no valor de R\$ 4.000 prevista ainda para o mês de novembro de 2012. Essa modificação no perfil do endividamento bancário consolidado da Companhia, transferindo empréstimos de curto prazo para o longo prazo, auxiliará a Companhia na inversão da atual condição do seu capital circulante líquido.

A Companhia está em franca expansão, investindo em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros, sendo as fontes de recursos obtidas através de: (i) aportes de capital de nossos controladores e (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias que estão atreladas ao Governo Federal com vistas ao atendimento do Plano Decenal de Expansão de Energia 2020, divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética, que prevê a continuidade dos investimentos no setor. Nosso bloco de controle é formado pela Jackson Empreendimentos Ltda. (controladora da Engevix Engenharia S.A.), SN Power e FUNCEF, empresas ou entidade de grande porte e importância nos segmentos de atuação.

Adicionalmente, poderemos recorrer a empréstimos de curto e médio prazos com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia ou decidir pela venda de ativos em operação, implantação ou de projetos em desenvolvimento como outra forma de financiarmos nossos investimentos. A substituição de fluxo de caixa por outro de maior atratividade

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pode ser considerada como uma justificativa pela venda de um ativo seja em qual estágio de vida estiver. Destaca-se, finalmente, que parcela substancial das usinas em implantação, tal qual mencionado na Nota 1(a), deverá entrar em operação em 2012 (Eólica Barra dos Coqueiros) e janeiro de 2013 (Linhas de Transmissão), sendo fonte geradora de novos recursos financeiros para o Grupo.

2 Resumo das principais políticas contábeis e apresentação das Informações Trimestrais (ITR)

As informações contábeis intermediárias da controladora contidas nas presentes informações financeiras estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

As informações contábeis intermediárias consolidadas contidas nas presentes informações financeiras estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pela *International Accounting Standards Board* (IASB), e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos em que não haja mudanças em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na Nota 2 àquelas demonstrações financeiras.

Em conjunto com essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, as quais foram preparadas respectivamente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Não houve alteração nas normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor no período findo em 30 de setembro de 2012 com relação ao descrito nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme divulgado na Nota 2.23 àquelas demonstrações financeiras.

3 Correção de erro

Em 2012, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros no cálculo do ganho mensurado pela aquisição da participação remanescente no investimento Enx O&M de Sistemas Elétricos Ltda, no montante de R\$ 17.264. A referida correção afetou na controladora o saldo de investimentos no ativo não circulante e o resultado de 30 de setembro de 2011 e no consolidado o saldo de intangível no ativo não circulante e o resultado de 30 de setembro de 2011.

Os saldos de 30 de setembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram ajustados para a correção do erro mencionado anteriormente, e estão sendo reapresentados nessas informações trimestrais de 30 de setembro de 2012. Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

Controladora

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 30 de setembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

		30 de setembro de 2011		
		Original	Ajuste	Ajustado
Ativo				
	Circulante	62.899		62.899
	Não circulante	745.489	17.551	763.040
Total do ativo		808.388	17.551	825.939
Passivo e patrimônio líquido				
	Circulante	213.289		213.289
	Não circulante	14.500		14.500
	Patrimônio líquido	580.599	17.551	598.150
Total do passivo e patrimônio líquido		808.388	17.551	825.939
Resultado				
	Receita	4.560		4.560
	Custo das vendas	(5.036)		(5.036)
	Despesas operacionais	(11.504)		(11.504)
	Resultado Financeiro	(14.410)		(14.410)
	Resultado de participações societárias	13.165	17.551	30.716
	Imposto de renda e contribuição social	1.778		1.778
	Prejuízo (lucro) líquido do exercício	(11.447)		6.104
		Consolidado		
		30 de setembro de 2011		
		Original	Ajuste	Ajustado
Ativo				
	Circulante	119.071		119.071
	Não circulante	1.495.537	17.551	1.513.088
Total do ativo		1.614.608	17.551	1.632.159
Passivo e patrimônio líquido				
	Circulante	362.921		362.921
	Não circulante	669.601		669.601
	Patrimônio líquido	582.086	17.551	599.637
Total do passivo e patrimônio líquido		1.614.608	17.551	1.632.159
Resultado				
	Receita	87.930		87.930
	Custo das vendas	(36.209)		(36.209)
	Despesas operacionais	(22.917)		(22.917)
	Resultado Financeiro	(40.408)		(40.408)
	Resultado de participações societárias	2.005	17.551	19.556
	Imposto de renda e contribuição social	(1.663)		(1.663)
	Lucro líquido do exercício	(11.262)		6.289
Lucro básico e diluído por ação		(0,1121)		0,06

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações sobre estimativas e julgamentos contábeis críticos descritas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações apresentadas na Nota 3 àquelas demonstrações financeiras.

5 Gestão de capital

Não houve alteração na política de gestão de capital da Companhia no terceiro trimestre de 2012 em relação à política divulgada na Nota 4 das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Total dos financiamentos (Nota 13)	837.263	755.675
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	21.922	41.490
Menos - aplicação financeira restrita (Nota 8)	34.626	56.880
Dívida líquida	780.715	657.305
Total do patrimônio líquido	711.093	598.136
Total do capital	1.491.808	1.255.441
Índice de alavancagem financeira - %	52,33	52,36

A manutenção do índice de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2012 decorre principalmente do aumento do capital social no valor de R\$ 120.000, por meio de emissão de novas ações da Companhia para a SN Power (Nota 18(a)) e o aumento dos financiamentos (Nota 13).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Caixa e bancos	2.634	401	14.642	37.617
Aplicações financeiras (i)	132	5	7.280	3.873
	2.766	406	21.922	41.490

- (i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Renda Fixa, com rendimentos médios equivalentes a 100% da variação do CDI, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Fornecimento de energia elétrica (i)				
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica			6.472	17.867
Eletrobras - PROINFA			7.672	5.988
Terceiros			8.512	8.109
Cientes - terceiros (ii)			2.381	2.511
Cientes - partes relacionadas (Nota 12)	3.196	2.770	237	250
Provisão para devedores duvidosos (iii)	(220)	(220)	(220)	(220)
	<u>2.976</u>	<u>2.550</u>	<u>25.054</u>	<u>34.505</u>

(i) Fornecimento de energia elétrica está representado por contratos firmados no âmbito do PROINFA, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias.

(ii) Clientes - terceiros - o saldo em 30 de setembro de 2012 (consolidado) corresponde a recebíveis da subsidiária Enx O&M de Sistemas Elétricos Ltda.

(iii) Em 30 de setembro de 2012, o saldo provisionado refere-se a títulos em aberto da Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.

8 Aplicações financeiras restritas

Não houve alterações significativas na natureza e nas informações das aplicações financeiras restritas da Companhia em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2011. Portanto, as informações sobre a referida conta devem ser lidas na Nota 7 àquelas demonstrações financeiras.

A movimentação das referidas aplicações pode ser assim demonstrada:

	Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
No início do período	56.880	18.139
Aplicações realizadas	5.749	38.515
Resgates (i)	(29.882)	(1.863)
Rendimentos, líquidos de tributos	1.879	2.089
No final do período	<u>34.626</u>	<u>56.880</u>
Ativo circulante (i)		(24.799)
Ativo não circulante	<u>34.626</u>	<u>32.081</u>

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(i) O saldo refere-se a uma aplicação realizada no Banco Itaú S.A. no valor de R\$ 24.799 dada em garantia de carta de fiança bancária emitida pela referida instituição financeira em decorrência do empréstimo concedido pela SN Power, cuja operação foi finalizada em março de 2012 e, por consequência, a referida aplicação financeira foi resgatada nessa mesma data.

O valor justo das aplicações financeiras em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 aproxima-se de seus valores contábeis.

9 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Em empresas controladas	496.381	513.910		
Em empresas coligadas	66.418	41.214	66.418	41.214
Investimentos disponíveis para a venda	81.540	74.258	81.540	74.258
	<u>644.339</u>	<u>629.382</u>	<u>147.958</u>	<u>115.472</u>
Aquisição de terras	21.439	21.439	21.439	21.439
	<u>665.778</u>	<u>650.821</u>	<u>169.397</u>	<u>136.911</u>

Desenvix Energias Renováveis S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****Notas Explicativas**

(a) A composição dos saldos de investimentos em empresas controladas, coligadas e outras, está demonstrada a seguir:

	30 de setembro de 2012						31 de dezembro de 2011						
	Custo	Ágio	Ganho (perda)	AFAC	Valor justo	Provisão para perda	Investimento	Custo	Ágio	AFAC	Valor justo	Provisão para perda	Investimento
Empresas controladas													
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	20.246						20.246	26.715					26.715
Energren Energias Renováveis S.A.	14.993	6.970					21.969	12.225	6.970				19.195
Enx O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	2.433	35.238	6				37.671	1.860	36.100				37.960
Esmeralda S.A.	27.189						27.189	33.951					33.951
Macatubas Energética S.A.	45.585						45.585	46.344					46.344
Moínho S.A.	29.824						29.824	29.396					29.396
Monel Monjolinho Energética S.A.	111.554						111.554	125.406					125.406
Novo Horizonte Energética S.A.	39.442						39.442	40.311					40.311
Passos Maia Energética S.A.	23.520	3.541					27.061	22.265	3.541				25.806
São Roque Energética S.A.	1						1						
Santa Laura S.A.	35.023						35.023	32.499					32.499
Santa Rosa S.A.	61.341						61.341	56.567					56.567
Seabra Energética S.A.	39.475						39.475	39.760					39.760
	450.626	45.749	6				496.381	467.299	46.611				513.910
Empresas coligadas													
BBE Bioenergia S.A. (*)	2.213					(2.213)		2.213				(2.213)	25
Caldas Novas Transmissão S.A.								2.171					2.171
Enerpar Energia do Paraná e Participações S.A.								20.857					20.857
Goias Transmissão S.A.	22.397			19.890			42.287	17.497					17.497
MGE Transmissão S.A.	18.375			5.100			23.475	338					664
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	656						656			326			
	43.641			24.990		(2.213)	66.418	43.101		326		(2.213)	41.214
Investimentos disponíveis para venda													
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas					70.327		70.327				66.264		66.264
Dona Francisca Energética S.A.					8.146		8.146				7.994		7.994
FIP Energias Renováveis	2.213		435	419			3.067						
	2.213		435	419	78.473		81.540				74.258		74.258
	496.480	45.749	441	25.409	78.473	(2.213)	644.339	510.400	46.611	326	74.258	(2.213)	629.382

(*) Em decorrência do contrato assinado com a SN Power, a Companhia deverá transferir a participação mantida junto à BBE para a Jackson Empreendimentos Ltda.

Desenvix Energias Renováveis S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Notas Explicativas

(b) As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

	Participação no capital social - %		Patrimônio líquido - ajustado		Lucro líquido (prejuízo) do período - ajustado		Valor do investimento		Equivalência patrimonial		Lucros distribuídos ou a distribuir	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Empresas controladas												
Enercasa - Energia Caiatã S.A.	100	100	20.246	26.692	(6.400)	(1.463)	20.246	26.715	(6.400)	(1.463)		
Energen - Energias Renováveis S.A.	95	88,33	15.489	13.840	(220)	(231)	21.969	19.195	(195)	(134)		
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	100	100	2.432	1.861	572	551	37.671	37.960	573	551		(200)
Esmeralda S.A. (i)	99,99	99,99	27.372	33.951	6.728	5.824	27.189	33.951	6.738	5.786	(13.500)	(1.952)
Macatuba Energética S.A. (iii)	99,99	99,99	45.587	46.345	(732)	(113)	45.585	46.344	(733)	(113)		(147)
Moinho S.A. (i)	99,99	99,99	31.563	29.388	405	441	29.824	29.396	456	441		(1.110)
Monel Monjolinho Energética S.A. (i)	99,99	99,99	113.939	125.572	2.698	2.424	111.554	125.406	2.936	2.892	(16.786)	
Novo Horizonte Energética S.A. (iii)	99,99	99,99	39.442	40.312	(841)	(80)	39.442	40.311	(842)	(80)		
Passos Maia Energética S.A.	50	50	47.022	44.339	2.502	98	27.061	25.806	1.252	98		
São Roque Energética S.A.	100	100	1	1	(408)	1						
Santa Laura S.A. (i)	99,99	99,99	35.294	32.499	2.512	2.076	35.023	32.499	2.524	2.089	(1.925)	(475)
Santa Rosa S.A. (i)	99,99	99,99	63.016	56.567	4.713	3.568	61.341	56.567	4.774	3.628		
Seabra Energética S.A. (iii)	99,99	99,99	39.475	39.760	(265)	(69)	39.475	39.760	(265)	(69)		
Empresas coligadas												
BBE Bioenergia S.A.	12,5	12,5										
Caldas Novas Transmissão S.A. (iv)	25,05	25,05						25				
Goias Transmissão S.A.	25,5	25,5	127.913	81.792	1.540	1.649	42.287	20.857	1.540	1.851		
MGE Transmissão S.A.	25,5	25,5	71.880	68.617	878	1.312	23.475	17.497	878	(679)		
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	20	20	1.652	1.656	(8)	(7)	656	664	(8)			
Investimentos disponíveis para venda												
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas (ii)	5	5	642.942	604.889	38.053	(27)	70.327	66.264				
Dona Francisca Energética S.A. (ii)	2,12	2,12	128.422	112.215	16.207	23.420	8.146	7.994				
Enerpar Energia do Paraná e Participações S.A.		25		8.684		(5)		2.171				
FIP Energias Renováveis.	6,25		42.042		2		3.067		48			
							644.339	629.382	13.276	14.798	(30.286)	(5.809)

(i) O patrimônio líquido contábil da Monel Monjolinho Energética S.A., Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. e Moinho Energética S.A. em 30 de setembro de 2012 foi ajustado, para fins de cálculo da equivalência patrimonial, pelo montante dos lucros não realizados decorrentes de operações realizadas entre a Companhia e as referidas controladas, pelos montantes de R\$ 2.362, R\$ 180, R\$ 267, R\$ 1.655 e R\$ 1.714 (R\$ 2.431, R\$ 189, R\$ 279, R\$ 1.715 e R\$ 1.765 em 31 de dezembro de 2011), respectivamente.

(ii) Investimentos classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, como descrito na Nota 2.6.1(c) das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011. O ajuste de avaliação patrimonial acumulado em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$ 54.014 e R\$ 49.800 (líquido dos efeitos tributários - R\$ 44.648 e R\$ 41.867), respectivamente.

(iii) As UEE do Complexo Eólico Desenvix Bahia receberam em 5 de julho de 2012 autorização da ANEEL para início das suas operações (Nota 1).

(iv) Em 26 de janeiro de 2012 a Companhia firmou contrato para venda da sua participação na subestação Caldas Novas (Nota 31).

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
No início do período	650.821	381.919
Aquisição de terras		499
Aporte de capital ou adiantamentos para futuro aumento de capital	25.409	172.028
Aquisição de participação societária	1.094	50.385
Ajuste de avaliação patrimonial ao valor justo	4.215	9.515
Equivalência patrimonial	13.276	15.726
Encargos financeiros capitalizados em controladas	1.863	9.677
Ganho com investimento	441	17.264
Reclassificação para ativos classificados como mantidos para venda	(25)	
Amortização de ágio sobre contratos firmes da Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	(862)	(383)
Dividendos recebidos ou a receber	(30.286)	(5.809)
Baixas	(168)	
No fim do período	<u>665.778</u>	<u>650.821</u>

Os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto, consideradas nas demonstrações financeiras consolidadas, proporcionalmente à participação societária mantida, estão resumidos a seguir:

	Passos Maia Energética S.A.	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ativo		
Circulante	11.726	5.820
Não circulante		
Aplicação financeira restrita	3.753	
Imobilizado	136.800	124.923
Intangível	2.125	
	<u>154.404</u>	<u>130.743</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Passivo circulante	18.330	5.756
Passivo não circulante	89.422	80.648
Patrimônio líquido	46.652	44.339
	<u>154.404</u>	<u>130.743</u>

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Passos Maia Energética S.A. (i)	
	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011
Resultado do período		
Receita líquida	16.454	
Custo dos serviços prestados	(8.020)	
Despesas operacionais	(5.254)	(16)
Resultado financeiro		114
Imposto de renda e contribuição social	(678)	
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>2.502</u>	<u>98</u>

- (i) A ANEEL, por meio do Despacho nº 378, de 10 de fevereiro de 2012, liberou as unidades geradoras UG1 e UG2 da PCH Victor Baptista Adami para início da operação em teste, e por meio dos Despachos nº 583 e 606, de 17 de fevereiro e 23 de fevereiro de 2012, respectivamente, liberou as unidades geradoras para início da operação comercial.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****10 Imobilizado**

	Consolidado			
			30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Usinas e outros				
Terrenos	20.375	(2.063)	18.312	18.818
Terrenos - processos judiciais (i)	2.293		2.293	2.279
Reservatório, barragens e adutoras	474.419	(54.673)	419.746	408.535
Edificações, obras civis e benfeitorias	41.855	(4.663)	37.192	35.612
Máquinas e equipamentos	729.898	(31.949)	697.949	487.189
Material em depósito e outros	1.291		1.291	823
Móveis e utensílios	642	(160)	482	470
Equipamentos de informática e				
Outros	824	(302)	522	359
Outros	366	(48)	318	413
Sistemas de conexão				
Terrenos	137		137	137
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.182	(45)	3.137	271
Máquinas e equipamentos	82.457	(4.930)	77.527	47.082
Imobilizados em curso, servidões e				
Outros	55		55	68
Adiantamentos a fornecedores	43.399		43.399	90.115
Obras em andamento (ii)	61.040		61.040	165.433
	<u>1.462.233</u>	<u>(98.833)</u>	<u>1.363.400</u>	<u>1.257.604</u>

(i) Terrenos - processos judiciais - está representado pelo montante depositado em juízo decorrente de ações em curso motivadas por problemas de ordem documental e discordância dos valores provenientes da desapropriação das áreas necessárias à implantação das usinas, como aprovadas pela ANEEL (declaração de utilidade pública para fins de desapropriação). Os consultores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam como prováveis as chances de êxito nessas questões.

(ii) Composição do saldo de "Obras em andamento":

	Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Coordenação e contratação de fornecimento		64.703
Engenharia e gerenciamento da obra	52.988	8.322
Encargos financeiros	1.824	16.920
Obras civis e do reservatório	969	4.208
Canteiro e acampamento		29.440
Estudos e projetos		14.483
Gastos com meio ambiente	259	5.400
Engenharia e gerenciamento EPC	5.000	13.607
Outras		8.350
	<u>61.040</u>	<u>165.433</u>

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A movimentação do ativo imobilizado consolidado pode ser assim demonstrada:

	Usinas e outros	Sistema de conexão	Adiantamentos a fornecedores	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2010	568.829	21.584	124.782	92.680	807.875
Adição por aquisição de investimentos	477			319	796
Adições	193.813	19.149	125.442	117.869	456.273
Depreciação	(25.009)	(1.222)			(26.231)
Encargos financeiros capitalizados				19.976	19.976
Transferência entre contas	216.756	8.764	(160.109)	(65.411)	
Baixa	(368)	(717)			(1.085)
Em 31 de dezembro de 2011	954.498	47.558	90.115	165.433	1.257.604
Adições	30.595	7.897	36.089	80.617	155.198
Depreciação	(29.157)	(1.853)			(31.010)
Encargos financeiros capitalizados				10.792	10.792
Transferência de materiais em andamento para estoque	(104)			(117)	(221)
Transferência entre contas	222.359	27.254	(53.960)	(195.653)	
Baixa	(86)		(28.845)	(32)	(28.963)
Em 30 de setembro de 2012	<u>1.178.105</u>	<u>80.856</u>	<u>43.399</u>	<u>61.040</u>	<u>1.363.400</u>

As taxas anuais de depreciação de bens do imobilizado são:

	Taxa média - %	Faixa de depreciação - %
Usinas e outros		
Reservatório, barragens e adutoras	4,08	3,7 a 4,8
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24	3,7 a 4,8
Máquinas e equipamentos	4,29	3,7 a 6,7
Móveis e utensílios	10,00	10,0
Equipamentos de informática e outros	20,00	20,0
Sistemas de conexão		
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24	3,7 a 4,8
Máquinas e equipamentos	4,03	3,7 a 4,8

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****11 Intangível**

	Consolidado		
	30 de setembro de 2012		31 de dezembro de 2011
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Estudos de viabilidade e ambiental, de inventário e projetos (i)	17.182		17.182
Uso do Bem Público (UBP)	66.499	(7.411)	59.088
Licenças de operação	13.195	(6.034)	7.161
Direito de autorização	10.511		10.511
Ágio na aquisição de investimento	30.445		30.445
Contratos firmes	5.751	(958)	4.793
Outros	3.162	(537)	2.625
	<u>146.745</u>	<u>(14.940)</u>	<u>131.805</u>
			<u>144.953</u>

- (i) A composição dos estudos de viabilidade ambiental, de inventário e projetos básicos e outros, pode ser assim demonstrada:

	Controladora		
	30 de setembro de 2012		31 de dezembro de 2011
	Contratos com condição resolutiva	Outros contratos e demais custos	Total
Estudos de viabilidade e ambiental			
UHE Baixo Iguaçu			5.000
UHE Itapiranga	1.100		1.100
UHE Riacho Seco	3.350	6.907	10.257
UHE Torixoréu	2.500		2.500
AHE São Roque (i)			10.334
Estudos de inventário			
Rio Itacaiunas	1.820		1.820
Projetos básicos e outros			
PCH Bonança	1.493	9	1.502
Outros		3	1
	<u>10.263</u>	<u>6.919</u>	<u>17.182</u>
			<u>32.516</u>

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em 28 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração ratificou a decisão da Diretoria da Companhia em ofertar lance no leilão de energia elétrica A-5 para aquisição dos direitos de exploração da UHE São Roque. Em 24 de janeiro de 2012, por meio de Assembleia de Acionistas, a São Roque Energética S.A. obteve autorização para ser constituída legalmente. Em 26 de janeiro de 2012, a Companhia realizou a transferência do saldo do ativo intangível para contas a receber de partes relacionadas.

A movimentação do ativo intangível pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2010	29.640	100.270
Gastos incorridos no período	7.228	7.228
Gastos apropriados ao resultado (Nota 22)	(4.352)	(4.352)
Outras adições		2.651
Contratos firmes		5.751
Direito de autorização		6.970
Ágio na aquisição de participação de investimento (Enex)		30.732
Ativo intangível proveniente de aquisição de controlada		190
Amortização da UBP, licenças e outros		(4.487)
Em 31 de dezembro de 2011	32.516	144.953
Gastos incorridos no período	2.676	2.676
Gastos apropriados ao resultado (Nota 22)	(2.676)	(2.676)
Transferência para partes relacionadas ativo (Nota 12)	(15.334)	(15.334)
Gastos com licenças ambientais		6.393
Outras adições		322
Amortização ágio sobre contratos firmes da Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.		(862)
Amortização da UBP, licenças e outros		(3.667)
Em 30 de setembro de 2012	17.182	131.805

Não houve alterações significativas na natureza e nas informações dos ativos intangíveis da Companhia em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2011. Portanto, as informações sobre as empresas controladas e coligadas devem ser lidas na Nota 10 àquelas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****12 Partes relacionadas**

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ativo circulante				
Contas a receber				
Enercasa Energia Caiuá S.A.	146	80		
Energen Energias Renováveis S.A.	270			
Esmeralda S.A.	482	460		
Macaúbas Energética S.A.	23	60		
Moinho S.A.	247	160		
Monel Monjolinho Energética S.A.	985	920		
Novo Horizonte Energética S.A.	28	60		
Passos Maia Energética S.A.	34	60	17	30
Santa Laura S.A.	251	230		
Santa Rosa S.A.	487	460		
Seabra Energética S.A.	23	60		
UHE Cubatão S.A.	220	220	220	220
	3.196	2.770	237	250
Dividendos a receber				
Esmeralda S.A.	6.772	772		
Moinho S.A.		147		
Monel Monjolinho Energética S.A.		943		
Santa Laura S.A.		1.015		
	6.772	2.877		
Ativo não circulante - realizável a longo prazo (i)				
Água Quente Ltda.	392		392	915
Bom Retiro S.A.	257	133	257	134
Engevix Engenharia S.A.	3.087		3.087	
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	26	45.504		
Energen - Energias Renováveis S.A.	91.669			
FUNCEF (ii)	5.367	4.275	5.367	4.275
Jackson Empreendimentos Ltda. (ii)	18.697	14.529	18.697	14.529
JP Participações Ltda.	25	525	25	525
Macaúbas Energética S.A.	3.637	13		
Moinho S.A.	12.407	12.785		
Seabra Energética S.A.	293			
São Roque Energética S.A.	14.241		14.241	
SN Power	2.252		2.252	
UHE Cubatão S.A.	90	7	90	7
Usina Pau D'Alho S.A.	14.652	13.295	14.652	13.295
	167.092	91.066	59.060	33.680
Total do ativo	177.060	96.713	59.297	33.930

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Passivo circulante				
Fornecedores				
Engevix Engenharia S.A.			10.857	6.505
			10.857	6.505
Partes relacionadas (i)				
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	12.256			
Energen Energias Renováveis S.A.		1.131		
Engevix Engenharia S.A.	4.867	1.002	8.493	4.713
Goiás Transmissão S.A.	2.040		2.040	
Jackson Empreendimentos Ltda.	1.194		1.194	
Macaúbas Energética S.A.				
Monel Monjolinho Energética S.A.	5.000	16.833		
Novo Horizonte Energética S.A.	2.887			
Santa Laura S.A.	3.266	162		
Santa Rosa S.A.	3.070	920		
SN Power (iii)		118.346		118.346
	34.580	138.394	11.727	123.059
Total do passivo	34.580	138.394	20.584	129.564

- (i) Referem-se basicamente a contratos de mútuo, sem vencimento e sem incidência de encargos financeiros.
- (ii) Os custos na emissão de ações de R\$ 7.421, relativos a honorários advocatícios, gastos com auditoria externa, reestruturação organizacional, publicidade legal, dentre outros, foram repassados para a Jackson e FUNCEF.
- (iii) Empréstimo em moeda nacional que se transformou em capital integralizado em março de 2012 através de emissão de novas ações da Companhia para a nova acionista SN Power (Nota 18(a)).

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2011
Resultado do período				
Receitas de prestação de serviços				
Energen Energias Renováveis S.A.	720			
Enercasa Energia Caiuá S.A.	274	540		
Esmeralda S.A.	175	360		
Macaúbas Energética S.A.	448	540		
Moinho S.A.	262	520		
Monel Monjolinho Energética S.A.	507	720		
Novo Horizonte Energética S.A.	440	540		
Santa Laura S.A.	178	180		
Santa Rosa S.A.	244	360		
Seabra Energética S.A.	452	540		
Passos Maia Energética S.A.	654	540	327	270
	4.354	4.840	327	270

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita faturada (montante integral) pela empresa controlada Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., considerada como custo dos serviços de energia elétrica, para as PCHs e UHEs, totalizou R\$ 7.356 no período findo em 30 de setembro de 2012 (R\$ 2.149 no período findo em 30 de setembro 2011, quando a empresa era controlada em conjunto (50%)). O montante faturado pela Engevix Engenharia S.A. contra a Companhia e suas controladas totalizou R\$ 22.062 no período findo em 30 de setembro de 2012 (R\$ 106.876 no período findo em 30 de setembro de 2011), representado, substancialmente, por custo de construção da usina.

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui os acionistas e diretores totalizou R\$ 3.203 no período findo em 30 de setembro de 2012 (R\$ 3.047 no semestre findo em 30 de setembro de 2011).

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços de gerenciamento das atividades operacionais com a Santa Laura, Santa Rosa, Esmeralda, Monel, Moinho, Passos Maia, Macaúbas, Seabra, Novo Horizonte e Enercasa, sendo os preços determinados considerando os custos internos.

Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Monel, Moinho, Passos Maia e Enercasa possuem contratos firmados com a Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. referentes aos serviços de operação e manutenção para operação das usinas.

13 Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Financiamento de obras - BNDES (i)			465.987	424.466
Financiamento de obras - BNB (ii)			272.480	271.422
Cédula de Crédito Bancário (iii)	41.167	31.033	41.167	31.033
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (iv)	10.916	17.406	10.952	17.443
Financiamento de capital de giro (v)	10.000	10.000	10.000	10.000
Nota promissória (vi)	35.954		35.954	
Outros		65	723	1.311
	<u>98.037</u>	<u>58.504</u>	<u>837.263</u>	<u>755.675</u>
Passivo circulante	<u>(95.667)</u>	<u>(49.665)</u>	<u>(136.268)</u>	<u>(81.519)</u>
Passivo não circulante	<u>2.370</u>	<u>8.839</u>	<u>700.995</u>	<u>674.156</u>

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A movimentação dos financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2010	36.076	399.012
Captações	211.052	561.916
Pagamentos	(208.539)	(270.793)
Encargos financeiros		
Apropriados ao resultado	10.238	44.899
Capitalizados no imobilizado de controladas	9.677	19.976
Saldo proveniente de aquisição societária (Enex)		665
Em 31 de dezembro de 2011	58.504	755.675
Captações	105.017	164.335
Pagamentos	(73.525)	(132.835)
Encargos financeiros		
Apropriados ao resultado	6.172	39.296
Capitalizados no imobilizado de controladas	1.869	10.792
Em 30 de setembro de 2012	98.037	837.263

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, são os seguintes:

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Financiamento de obras - BNDES (i)	465.987	424.466	422.394	375.672
Financiamento de obras - BNB (ii)	272.480	271.422	267.347	244.370
Cédula de Crédito Bancário (iii)	41.167	31.033	42.834	31.048
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (iv)	10.952	17.443	11.172	17.185
Financiamento de capital de giro (v)	10.000	10.000	9.322	10.939
Nota promissória (vi)	35.954		36.087	
Outros	723	1.311	723	1.311
	<u>837.263</u>	<u>755.675</u>	<u>789.879</u>	<u>680.525</u>

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

(i) Financiamentos para construção das usinas - BNDES

Empresas	Encargos financeiros - % a.a.	Consolidado	
		30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Enercasa Energia Caiuá S.A.	TJLP + 2,5	54.922	
Esmeralda S.A.	TJLP + 3,5	33.278	37.152
Moinho S.A.	TJLP + 2,0	51.877	49.552
Monel Monjolinho Energética S.A.	TJLP + 2,1	172.513	182.097
Passos Maia Energética S.A.	TJLP + 1,9	47.500	41.094
Santa Laura S.A.	TJLP + 3,5	29.687	32.590
Santa Rosa S.A.	TJLP + 3,8	76.210	81.981
		<u>465.987</u>	<u>424.466</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última parcela
Enercasa Energia Caiuá S.A.	158	Junho	2012	2025
Esmeralda S.A.	144	Abril	2007	2019
Moinho S.A.	192	Agosto	2012	2028
Monel Monjolinho Energética S.A.	192	Outubro	2010	2026
Passos Maia Energética S.A.	160	Outubro	2012	2026
Santa Laura S.A.	144	Julho	2008	2020
Santa Rosa S.A.	168	Fevereiro	2009	2023

Os comentários em relação aos financiamentos do BNDES podem ser lidos na Nota 12 às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

(ii) Financiamentos para construção das usinas - BNB

Empresas	Encargos financeiros - % a.a.	Consolidado	
		30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Macaúbas Energética S.A.	9,5	100.391	100.000
Novo Horizonte Energética S.A.	9,5	86.050	85.716
Seabra Energética S.A.	9,5	86.039	85.706
		<u>272.480</u>	<u>271.422</u>

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última Parcela
Macaúbas Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Novo Horizonte Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Seabra Energética S.A.	180	Julho	2013	2028

Os comentários em relação aos financiamentos do BNB podem ser lidos na Nota 12 às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

(iii) Cédula de Crédito Bancário

O saldo de 31 de dezembro de 2011 foi contratado junto ao Banco Santander S.A., na modalidade de mútuo, sujeita a encargos financeiros correspondentes a 100% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescida de juros de 4,5% ao ano, para pagamento em parcela única ocorrida em março de 2012. Já o saldo de 30 de junho de 2012 foi contratado junto ao Banco Pine S.A., na modalidade de mútuo, no valor de R\$ 15.000 sujeita a encargos financeiros correspondentes a 100% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescida de juros de 4,4% ao ano, para pagamento em parcela única com vencimento em julho de 2012, tendo sido renovado, nas mesmas condições acima mencionadas e com novo vencimento para o dia 22 de novembro de 2012. Adicionalmente, o saldo em 30 de junho de 2012 foi contratado junto ao Banco ABC Brasil S.A., na modalidade de mútuo, no valor de R\$ 25.000 sujeita a encargos financeiros correspondentes a 100% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescida de juros de 4,4066% ao ano, para pagamento em parcela única com vencimento em 24 de outubro de 2012.

(iv) Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP)

Os comentários em relação aos financiamentos do FINEP podem ser lidos na Nota 12 às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

(v) Financiamentos de capital de giro

Os comentários em relação aos financiamentos de capital de giro podem ser lidos na Nota 12 às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

(vi) Nota Promissória

Em 14 de junho de 2012 a Companhia emitiu 7 Notas Promissórias no valor unitário de R\$ 5.000, totalizando R\$35.000. As Notas Promissórias estão sujeitas a encargos financeiros correspondentes a 100% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescida de juros de 1,5% ao ano, para pagamento em parcela única com vencimento em 14 de dezembro de 2012. As Notas Promissórias foram emitidas no âmbito da sua 1ª emissão para distribuição pública com esforços restritos, de acordo com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009. As Notas Promissórias tiveram o Banco Fator S.A. como Banco Mandatário, o qual permanecerá com a custódia das Notas Promissórias.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Contas a pagar por aquisição de terras

Não houve alterações significativas na natureza e nas informações de contas a pagar por aquisição de terras da Companhia em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2011. Portanto, as informações sobre as contas a pagar por aquisição de terras devem ser lidas na Nota 13 àquelas demonstrações financeiras.

15 Concessões a pagar e provisão para custos socioambientais

Não houve alterações significativas na natureza e nas informações das concessões a pagar e provisão para custos socioambientais da Companhia em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2011. Portanto, as informações sobre a referida conta devem ser lidas na Nota 14 àquelas demonstrações financeiras.

16 Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
COFINS a pagar	339	292	1.718	1.776
ICMS			179	350
IOF a recolher	7.779	5.143	7.779	5.143
ISSQN a pagar	3	40	321	235
PIS a pagar	74	63	373	386
Taxas e contribuições ANEEL			874	663
Tributos retidos na fonte (ISSQN, IRRF, INSS, CSLL e outros) e outros	2.374	2.517	3.993	4.057
	<u>10.569</u>	<u>8.055</u>	<u>15.237</u>	<u>12.610</u>

17 Outros passivos (consolidado)

Não houve alterações significativas na natureza e nas informações de outros passivos da Companhia em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2011. Portanto, as informações sobre os outros passivos devem ser lidas na Nota 16 àquelas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 30 de setembro de 2012, está representado por 107.439.555 (100.000.000 em 31 de dezembro de 2011) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de março de 2012, foram aprovados os seguintes assuntos: (i) aumento de capital social da Companhia, através da emissão de 7.439.555 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas e integralizadas pela SN Power com o adiantamento concedido anteriormente, no montante de R\$ 120.000; (ii) alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia; (iii) alteração da composição do Conselho Fiscal da Companhia; (iv) aprovação da estrutura, composição e atribuições dos Comitês de Assessoramento da Companhia; e (v) aprovação do novo Estatuto Social da Companhia. Nos termos desta aprovação ficou alterada a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia que passou a ter a seguinte redação: "O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 666.787, dividido em 107.439.555 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal". No período findo em 30 de setembro de 2012, os custos na emissão de ações de R\$ 1.475, relativos a honorários advocatícios, gastos com auditoria externa, reestruturação organizacional, publicidade legal, dentre outros, foram registrados em conta redutora do capital social.

Em 30 de setembro de 2012 o capital social, totalmente subscrito, integralizado e líquido das despesas mencionadas é de R\$ 665.312.

Os integrantes do novo bloco de controle da Companhia (Jackson e SN Power) celebraram um acordo de acionistas, regulando o seu relacionamento na qualidade de acionistas e controladores da Companhia, onde a Jackson passa a deter o controle indireto da Companhia através do Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, enquanto que a SN Power e a FUNCEF detêm o controle direto da Companhia. A participação no capital social da Companhia passou a ser a seguinte: Jackson - 40,65%; SN Power - 40,65% e FUNCEF - 18,70%.

(b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- . 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- . 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

19 Receita líquida operacional

	Controladora			
	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012	Trimestre findo em 30 de setembro de 2012	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011	Trimestre findo em 30 de setembro de 2011
Fornecimento de energia elétrica				
Serviços prestados	4.354	1.220	4.840	1.600
Impostos sobre serviços prestados	(254)	(94)	(280)	(99)
Receita operacional líquida	<u>4.100</u>	<u>1.126</u>	<u>4.560</u>	<u>1.501</u>

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Consolidado			
	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012	Trimestre findo em 30 de setembro de 2012	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011	Trimestre findo em 30 de setembro de 2011
Fornecimento de energia elétrica	142.856	53.874	85.809	31.026
Serviços prestados	19.200	6.495	9.198	4.336
Impostos sobre serviços prestados	(2.355)	(796)	(7.077)	(2.610)
Impostos sobre vendas de energia elétrica	(8.150)	(2.939)		
Receita operacional líquida	<u>151.551</u>	<u>56.634</u>	<u>87.930</u>	<u>32.752</u>

20 Custos e despesas por natureza

	Controladora			
	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012	Trimestre findo em 30 de setembro de 2012	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011	Trimestre findo em 30 de setembro de 2011
Despesas com pessoal	3.096	1.054	3.849	1.523
Remuneração dos administradores	3.203	1.068	3.047	1.070
Serviços de terceiros	2.605	1.224	3.788	1.246
Viagens e estadias	860	306	923	450
Aluguel	612	207	476	169
Impostos e taxas	5	5	136	49
Depreciação e amortização	40	15	31	12
Propaganda e publicidade	1.051	253	794	9
Outros	410	139	232	76
Custos, despesas gerais e administrativas e honorários da administração	<u>11.882</u>	<u>4.271</u>	<u>13.276</u>	<u>4.604</u>

	Consolidado			
	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012	Trimestre findo em 30 de setembro de 2012	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011	Trimestre findo em 30 de setembro de 2011
Despesas com pessoal	18.879	6.857	10.422	4.353
Remuneração dos administradores	3.203	1.068	3.047	1.070
Serviços de terceiros	8.927	3.704	5.472	1.920
Viagens e estadias	1.990	763	1.628	703
Aluguel	2.317	704	1.137	457
Impostos e taxas	355	88	535	102
Encargos setoriais	6.827	3.529	5.179	1.955
Depreciação e amortização	34.677	15.433	21.668	7.599
Propaganda e publicidade	1.237	439	807	14
Seguros fianças e comissões	3.488	2.189	1.514	477
Compras de energia (i)	19.251	5.348	944	944
Outros	1.640	680	1.018	585

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012	Trimestre findo em 30 de setembro de 2012	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011	Trimestre findo em 30 de setembro de 2011
Custos, despesas gerais e administrativas e honorários da administração	102.791	40.802	53.371	20.179

- (i) Foi constituída provisão, no valor de R\$ 17,8 milhões, na UTE Decasa para custos de compra de energia elétrica. A provisão se deve à paralisação da Usina Pau D'alto, fornecedora de vapor d'água à UTE Decasa, durante o primeiro trimestre de 2012, em função da manutenção preventiva da sua área fabril, realizada anualmente no período da entressafra da cana de açúcar, além da baixa produção de cana de açúcar durante o segundo e terceiro trimestre de 2012. O custo foi estimado baseado em valores históricos e incluem também, eventuais necessidades de compra de energia. Os valores provisionados serão ajustados à medida que se confirmarem a geração total de energia.

21 Resultado financeiro

	Controladora			
	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012	Trimestre findo em 30 de setembro de 2012	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011	Trimestre findo em 30 de setembro de 2011
Despesas financeiras				
Com financiamentos	(6.172)	(1.940)	(11.552)	(4.272)
Cartas de fiança bancária	(7.413)	(5.822)	(1.402)	(614)
IOF e multa e juros sobre tributos	(2.788)	(1.219)	(3.448)	(1.365)
Variações monetárias passivas	(96)		(192)	(155)
Outras despesas financeiras	(295)	(218)	(114)	(88)
	(16.764)	(9.199)	(16.708)	(6.494)
Receitas financeiras				
Com aplicações financeiras	904	95	1.004	218
Variações monetárias ativas	3.492	3.128		
Juros e outras	20	20	1.294	1.151
	4.416	3.243	2.298	1.369
	(12.348)	(5.956)	(14.410)	(5.125)

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012	Trimestre findo em 30 de setembro de 2012	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011	Trimestre findo em 30 de setembro de 2011
Despesas financeiras				
Com financiamentos	(39.296)	(16.227)	(34.050)	(11.178)
Cartas de fiança bancária	(7.918)	(6.128)	(1.402)	(614)
IOF e multa e juros sobre tributos	(2.822)	(1.217)	(2.490)	(272)
Variações monetárias passivas	(101)	(5)	(192)	(155)
Concessões a pagar e outras despesas	(7.833)	(2.975)	(3.951)	(1.265)
Outras despesas financeiras	(1.629)	(657)	(2.986)	(1.754)
	<u>(59.599)</u>	<u>(27.209)</u>	<u>(45.071)</u>	<u>(15.238)</u>
Receitas financeiras				
Com aplicações financeiras	3.028	954	3.221	1.035
Variações monetárias ativas	3.492	3.128	2	
Juros e outras	62	36	1.440	1.158
	<u>6.582</u>	<u>4.118</u>	<u>4.663</u>	<u>2.193</u>
	<u>(53.017)</u>	<u>(23.091)</u>	<u>(40.408)</u>	<u>(13.045)</u>

22 Despesas com estudos em desenvolvimento

Os gastos incorridos na elaboração dos estudos de inventário de bacias, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólicos e outros, podem ser assim demonstrados:

	Controladora e Consolidado			
	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012	Trimestre findo em 30 de setembro de 2012	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011	Trimestre findo em 30 de setembro de 2011
PCH Bonito A	(7)		(170)	(31)
PCH Bonito B	(23)	(9)	(199)	(12)
PCH Areado				
PCH Salto Grande	(4)		(184)	(11)
PCH Pinhalito	(21)	(8)	(237)	(11)
EÓLICA Barra dos Coqueiros			(149)	
Rio Piquiri	(11)		(102)	(3)
PCH Bom Retiro/Barracão	(9)	(5)		
PCH Bonança/Quebrada	(9)		(154)	(99)
PCH Cascudo	(5)	(1)	(166)	(12)
PCH Ervalzinho Baixo	(4)		(155)	(12)
PCH Bandeira	(26)	(9)	(97)	(12)
PCH Cobre	(24)	(8)	(178)	(86)
PCH São Manoel	(27)	(9)	(163)	(13)
PCH Rio do Forno	(6)		(222)	(92)
PCH Sakura	(134)	(17)	(120)	(46)
PCH Sossego/Chimarrão			(86)	(62)
UHE Riacho Seco	(91)	(18)	(1)	
BBE - Bioenergia	(256)	(80)	(344)	(174)
Usinas Eólicas	(28)	(9)	(197)	(129)

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

UHE Apertados	(45)	(9)		
UHE Comissário	(959)	(328)		
UHE Ercilândia	(44)	(8)		
UHE Foz do Piquiri	(923)	(329)		
UHE Garibaldi			95	
UHE São Roque			99	308
UHE Porto Galeano/Torixoréu	(3)	(2)		
UHE Santo Antônio	(1)	(1)	(36)	(36)
UHE Saudade	(1)	(1)	(36)	(36)
UHE Itapiranga	(3)	(3)	(29)	(11)
Saltinho/ Bandeirantes			(11)	(4)
Rio da Prata/ Canoas/ Marombas			(88)	(27)
Ceran 2			(21)	(1)
Outros	(12)	(6)	(94)	(42)
	<u>(2.676)</u>	<u>(860)</u>	<u>(3.045)</u>	<u>(654)</u>

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Imposto de renda e contribuição social

(a) De nove meses

A Companhia, assim como as empresas controladas Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. e Monel Monjolinho Energética S.A. optaram pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas, optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

Os encargos de IRPJ e CSLL nos períodos findos em 30 de setembro podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	1.203	1.778
	<u>1.203</u>	<u>1.778</u>
	Consolidado	
	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(8.200)	(5.131)
Diferido	4.197	3.468
	<u>(4.003)</u>	<u>(1.663)</u>

Os encargos de IRPJ e da CSLL, por regime de apuração, nos períodos findos em 30 de setembro, podem ser assim demonstrados:

	Consolidado	
	2012	2011
Regime de apuração		
Lucro real		
Imposto de renda	(3.607)	(2.559)
Contribuição social	<u>(1.311)</u>	<u>(931)</u>
	<u>(4.918)</u>	<u>(3.490)</u>
Lucro presumido		
Imposto de renda	(2.130)	(1.071)
Contribuição social	<u>(1.152)</u>	<u>(570)</u>
	<u>(3.282)</u>	<u>(1.641)</u>

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Consolidado	
	2012	2011
Total do encargo no período	(8.200)	(5.131)

O cálculo dos tributos devidos segundo o regime de lucro presumido pode ser assim demonstrado:

	Consolidado			
	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012		Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Base de cálculo do lucro presumido				
Receita de venda de energia elétrica	97.142	97.142	43.810	43.810
Receitas financeiras e outras receitas	1.425	1.425	1.249	1.249
Lucro tributável				
Receita de venda de energia - 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social	7.771	11.657	3.505	5.257
Receitas financeiras e outras - 100%	1.425	1.425	1.249	1.249
Lucro presumido tributável	9.196	13.082	4.754	6.506
Tributos apropriados ao resultado	(2.130)	(1.152)	1.071	570

Como mencionado anteriormente a Companhia optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática de lucro real, tendo apurado nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011 prejuízos fiscais no montante de R\$ 20.168 e R\$ 22.931, respectivamente.

As empresas controladas Enx e Monel apuraram IRPJ e CSLL a pagar no período findo em 30 de setembro de 2012, nos montantes de R\$ 555 e R\$ 4.363, respectivamente.

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente

	Consolidado	
	Período findo em 30 de setembro de 2012	Período findo em 30 de setembro de 2011
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(3.775)	7.952
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social e das participações societárias nas controladoras e controladas, as quais apresentaram prejuízo fiscal no período	16.237	27.010
Lucro não realizado em operações realizadas entre a controladora e as controladas, sem constituição dos tributos diferidos	(201)	151
Resultado de participações societárias	(4.012)	(19.556)
	8.249	15.557
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Consolidado	
	Período findo em 30 de setembro de 2012	Período findo em 30 de setembro de 2011
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(2.805)	(5.289)
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva		
Diferença de encargo do imposto de renda e da contribuição social de empresas controladas calculados observando a sistemática de lucro presumido às alíquotas e bases diferenciadas	(2.723)	3.387
Outros	1.525	239
Encargo (benefício) no resultado do período	(4.003)	(1.663)

(c) Diferido

A Companhia possui prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável, como apresentados a seguir:

	Controladora e consolidado	
	Período findo em 30 de setembro de 2012	Período findo em 30 de setembro de 2011
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social	50.119	4.274
Despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro Tributável	31.054	27.249
Regime Tributário de Transição (RTT)		
Combinação de negócios - ganho com investimento	863	
Ajuste de avaliação patrimonial de investimentos classificados como instrumentos financeiros - disponível para venda	54.014	43.723

A composição do imposto de renda e contribuição social diferido ativo e passivo é a seguinte:

	30 de setembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo				
Prejuízos fiscais e bases de cálculo negativa da contribuição social			2.315	2.315
Despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável	12.873	17.917	9.648	11.699
	12.873	17.917	11.963	14.014
Passivo				
Imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial de investimentos classificados como instrumentos financeiros - disponível para venda	(18.363)	(18.363)	(16.932)	(16.932)
Imposto de renda diferido sobre combinação de negócios - ganho com investimento	(1.663)	(1.663)	(1.955)	(1.955)

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30 de setembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	(20.026)	(20.026)	(18.887)	(18.887)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.153)	(2.109)	(6.924)	(4.873)

A movimentação do imposto de renda diferido é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Em 31 de dezembro de 2011	11.966	(18.889)	14.016	(18.889)
Com contrapartida no resultado				
Constituição do imposto de renda diferido ativo	907		3.901	
Reversão do imposto de renda diferido passivo		296		296
Com contrapartida no patrimônio líquido				
Constituição de imposto de renda diferido passivo decorrente do ajuste de avaliação patrimonial		(1.433)		(1.433)
Em 30 de setembro de 2012	12.873	(20.026)	17.917	(20.026)

Os prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas da contribuição social não possuem prazo de prescrição, estando, todavia, sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis futuros apurados anualmente.

24 Seguros e garantias

(a) Cartas de fiança bancária e garantias

A Companhia contratou cartas de fiança bancária em garantia de financiamentos, ação judicial em curso (Nota 8(c) das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011) e outras, no montante total de R\$ 33.551. Adicionalmente, a Companhia mantém seguros garantia com prazos de cobertura diversos, os quais são normalmente requeridos para participação em leilões ou para garantia na construção de usinas de leilões vencidos pelo Grupo, no montante total de R\$ 34.356.

A Santa Laura S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A. haviam contratado seguro garantia no valor de R\$ 33.851, R\$ 138.514, respectivamente, como requeridas pelas condições previstas nos contratos de financiamentos firmados com o BNDES (Nota 13), as quais foram canceladas em 24 de outubro de 2012 e 8 de agosto de 2012 após o cumprimento de tais condições contratuais com o BNDES. A Passos Maia Energética S.A., como requerido pela BNDES, contratou carta de fiança bancária, no montante de R\$ 78.967.

A Macaúbas Energética S.A., Novo Horizonte Energética S.A. e Seabra Energética S.A., em garantia dos financiamentos contratados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), para implantação do Complexo Eólico Desenvix Bahia, contrataram cartas de fiança bancária, no valor de R\$ 49.367, R\$ 42.315 e R\$ 42.310, respectivamente, com vigência entre os meses de julho e agosto de 2013. Adicionalmente, as referidas empresas contrataram seguro garantia com cobertura para

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o período de julho de 2011 a agosto de 2012, nos montantes de R\$ 49.367, R\$ 42.315 e R\$ 42.310, respectivamente.

A São Roque Energética S.A. contratou seguro garantia, no valor de R\$ 32.600, como requeridas pelas condições do edital do leilão, garantindo a conclusão de obra, vigorando a partir de abril de 2012 até agosto de 2016.

(b) Seguros - risco operacional e outros

Não houve alterações significativas na natureza e nas informações de seguros da Companhia em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2011. Portanto, as informações sobre seguros das empresas controladas e coligadas devem ser lidas na Nota 23 àquelas demonstrações financeiras.

25 Instrumentos financeiros

Não houve alteração na política de gestão de riscos financeiros da Companhia no terceiro trimestre de 2012 em relação ao descrito nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2011. Portanto, as informações sobre gestão de riscos financeiros da Companhia devem ser lidas na Nota 24 àquelas demonstrações financeiras.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Em 30 de setembro de 2012, o Grupo não possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, não existindo, assim, exposição a esse risco.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia tem pactuado contratos de financiamentos com taxas de juros indexadas pela TJLP e CDI, monitorando continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de *hedge* para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de liquidez

	Controladora	
	Menos de um ano	Entre um e três anos
Em 30 de setembro de 2012		
Fornecedores	832	
Financiamentos	99.480	2.193
Partes relacionadas	34.580	
Contas a pagar por aquisição de terras	2.037	
Concessões a pagar		

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e três anos		
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores	5.167			
Financiamentos	52.702		9.921	
Partes relacionadas	138.394			
Contas a pagar por aquisição de terras	2.037			
Concessões a pagar				
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 30 de setembro de 2012				
Fornecedores	129.163			
Financiamentos	175.619	158.149	154.278	996.262
Partes relacionadas	11.727			
Contas a pagar por aquisição de terras	3.173			
Concessões a pagar	5.918	11.836	11.836	115.894
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores	140.880			
Financiamentos	107.380	144.920	140.970	1.018.870
Partes relacionadas	123.059			
Contas a pagar por aquisição de terras	3.601			
Concessões a pagar	5.627	11.253	11.253	114.406

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez, uma vez que estão em curso ações para captar recursos adicionais via dívidas de longo prazo ou captação de instrumentos de patrimônio.

(c) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de financiamento firmados com o BNDES (Nota 13), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado. Em 30 de setembro de 2012 a Companhia cumpria com todas as cláusulas restritivas presentes nos seus contratos de financiamento.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Análise de sensibilidade - Fator de risco juros (consolidado)

		Variações adicionais no saldo contábil (*)					
	Fator de risco	Valores expostos em 30 de setembro de 2012	(50)%	(25)%	Cenário provável	25%	50%
Empréstimos e financiamentos	CDI	(87.532)	(787)	(1.181)	(1.574)	(1.968)	(2.361)
Aplicações financeiras restritas	CDI	34.626	311	467	623	778	934
Impacto líquido	CDI	(52.906)	(476)	(714)	(951)	(1.190)	(1.427)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(477.252)	(3.216)	(4.823)	(6.431)	(8.039)	(9.647)
Aplicações financeiras	TJLP						
Impacto líquido	TJLP	(477.252)	(3.216)	(4.823)	(6.431)	(8.039)	(9.647)
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	8,50%	0,90%	1,35%	1,80%	2,25%	2,70%
Taxas consideradas - % ao ano	TJLP	5,50%	0,67%	1,01%	1,35%	1,68%	2,02%

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 30 de setembro de 2012.

(e) Estimativa do valor justo

A tabela seguinte apresenta os ativos financeiros mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

		Consolidado - Nível 2	
		30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ativos			
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Participações societárias minoritárias		81.540	74.258

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, instrumentos financeiros disponíveis para venda) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(f) Instrumentos financeiros por categoria**

Consolidado			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda
			Total
Em 30 de setembro de 2012			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa		21.922	21.922
Contas a receber de clientes		25.054	25.054
Partes relacionadas		59.060	59.060
Outros ativos		4.639	4.639
Aplicação financeira restrita	34.626		34.626
Investimentos			81.540
	<u>34.626</u>	<u>110.675</u>	<u>226.841</u>
Consolidado			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda
			Total
Em 31 de dezembro de 2011			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa		41.490	41.490
Contas a receber de clientes		34.505	34.505
Partes relacionadas		33.680	33.680
Outros ativos		5.042	5.042
Aplicação financeira restrita	56.880		56.880
Investimentos			76.429
	<u>56.880</u>	<u>114.717</u>	<u>248.026</u>
Consolidado			
Outros passivos financeiros			
Em 30 de setembro de 2012			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores			129.163
Financiamentos			837.263
Partes relacionadas			11.727

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Consolidado
	Outros passivos financeiros
Contas a pagar por aquisição de terras	3.173
Concessão a pagar	75.496
	<u>1.056.822</u>
Em 31 de dezembro de 2011	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Fornecedores	140.880
Financiamentos	755.675
Partes relacionadas	123.059
Contas a pagar por aquisição de terras	3.601
Concessão a pagar	71.964
	<u>1.095.179</u>

(g) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Contas a receber				
Contrapartes com classificação externa de crédito (*)				
AA			1.709	
A			7.672	
BBB				5.988
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 2	2.976	2.550	15.673	28.487
Partes relacionadas				
Grupo 2	167.092	91.066	59.060	33.680
Total de contas a receber e partes relacionadas	<u>170.068</u>	<u>93.616</u>	<u>84.114</u>	<u>68.155</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira restrita (*)				
AAA	72	24	30.187	32.181
AA		12		11
BBB	2.694	25.169	23.361	66.178
	<u>2.766</u>	<u>25.205</u>	<u>56.548</u>	<u>98.370</u>

- . Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses) - não aplicável.
- . Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado. Todas as inadimplências foram totalmente recuperadas - não aplicável.

(*) Conforme *rating* da agência de classificação Standard & Poor's.

26 Outros riscos operacionais

Não houve alteração na política de gestão dos outros riscos operacionais da Companhia no terceiro trimestre de 2012 com relação ao descrito nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme divulgado na Nota 27 àquelas demonstrações financeiras.

27 Contingências

Não houve alteração nas informações de contingência da Companhia no terceiro trimestre de 2012 com relação ao descrito nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme divulgado na Nota 26 àquelas demonstrações financeiras.

A Companhia e suas empresas controladas não têm contingências consideradas como de perda provável em 30 de setembro de 2012.

28 Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, ou prejuízo, disponível aos acionistas pela quantidade média de ações em circulação durante o exercício; já o resultado por ação diluído não ocorreu no período.

	Controladora		Consolidado	
	Trimestre findo em 30 de setembro de 2012	Trimestre findo em 30 de setembro de 2011	Trimestre findo em 30 de setembro de 2012	Trimestre findo em 30 de setembro de 2011
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	(9.717)	16.599	(9.717)	16.679
Quantidade média ponderada de ações em circulação no período (milhares) (i)	107.440	100.000	107.440	100.000
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(0,0904)	0,1660	(0,0904)	0,1668

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	Período findo em 30 de setembro de 2012	Período findo em 30 de setembro de 2011	Período findo em 30 de setembro de 2012	Período findo em 30 de setembro de 2011
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	(7.805)	6.104	(7.753)	6.343
Quantidade média ponderada de ações em circulação no período (milhares) (i)	105.614	100.000	105.614	100.000
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(0,0739)	0,0610	(0,0734)	0,0634

- (i) Em março de 2012 foi aprovado o aumento de capital da Companhia através da emissão de 7.439.555 ações ordinárias conforme mencionado na Nota 18(a).

Ações em circulação, conforme norma aplicável, referem-se ao total de ações emitidas pela Companhia excluídas aquelas mantidas em tesouraria, quando aplicável.

30 Compromissos - aquisição de ativos

Os compromissos assumidos pela Companhia com a compra de bens do imobilizado das usinas em construção totalizam R\$ 44.366 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 102.213 em 31 de dezembro de 2011).

31 Ativos e passivos classificados como mantidos para venda

Em 26 de janeiro de 2012 a Companhia e as empresas Cel Engenharia Ltda. e Santa Rita Comércio e Instalações Ltda. firmaram contrato de compra e venda da participação de 25,05% detida pela Companhia na subestação Caldas Novas (Caldas Novas Transmissão S.A.) no valor de R\$ 25. A concretização da venda está condicionada a aprovação da ANEEL. Os ativos e passivos relacionados ao investimento na subestação Caldas Novas estão demonstrados abaixo:

Controladora e consolidado	30 de setembro de 2012
Ativo	
Investimentos	674
	<u>674</u>
Passivo	
Partes relacionadas	649
	<u>649</u>

O valor justo ativos e passivos classificados como mantidos para venda se aproximam do valor contábil em 30 de setembro de 2012.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No período encerrado em 30 de setembro de 2012, a subestação Caldas Novas encontra-se em fase pré-operacional.

Os fluxos de caixa líquidos das operações classificadas como mantidas para venda nos períodos findos em 30 de setembro podem ser assim demonstrados:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fluxos de caixa operacionais		
Fluxos de caixa de investimentos	(649)	(25)
Fluxos de caixa de financiamentos	<u>649</u>	<u>(25)</u>

32 Informações complementares dos fluxos de caixa

As transações que não afetaram caixa nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 estão demonstradas abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contas a pagar a fornecedores, indenizações a pagar e outros passivos decorrentes de aquisição de bens do imobilizado			85.672	101.543
Variação do valor justo dos investimentos registrados pelo custo (Nota 9)	4.125		4.125	
Encargos financeiros capitalizados (Nota 10)	1.869		10.792	
Aquisição de investimentos		26.871		14.149
Compensação de dividendos propostos com partes relacionadas passivo	14.688			
Aporte de capital por meio de empréstimos com partes relacionadas				
Aporte de capital por meio de conversão de dívida em capital	120.000	124.827	120.000	
Contas a pagar por aquisição de terras – imobilizado	7.421		7.421	
Despesas com emissões de ações transferidas para partes relacionadas				
Transferência entre ativo intangível e contas a receber de partes relacionadas	15.334		15.334	
IOF sobre empréstimos com partes relacionadas	2.253			
Provisão para custos socioambientais			9.640	
Aplicação de adiantamentos			28.993	

* * *

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia: Desenvix Energias Renováveis S.A.			Posição em 30/09/2012 (Em Unidades Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Caixa Fundo de Invest. em Participações Cevix.	43.678.794	40,65%	43.678.794	40,65%
SN Power Energia do Brasil Ltda.	43.678.794	40,65%	43.678.794	40,65%
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	20.081.967	18,70%	20.081.967	18,70%
Total	107.439.555	100,00%	107.439.555	100,00%

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia: Caxia Fundo de Invest. em Participações Cevix.			Posição em 30/09/2012 (Em Unidades Quotas)	
Acionista	Quotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Jackson Empreendimentos Ltda.	172.829.162	100,00%	172.829.162	100,00%
Total	172.829.162	100,00%	172.829.162	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Denominação: Jackson Empreendimentos Ltda.			Posição em 30/09/2012 (Em Unidades Ações)	
Quotista	Quotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Cristiano Kok	155.200.000	33,33	155.200.000	33,33
Gerson de Mello Almada	155.200.000	33,33	155.200.000	33,33
Jose Antunes Sobrinho	155.200.000	33,34	155.200.000	33,34
Total	465.600.000	100,00	465.600.000	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia: SN Power Energia do Brasil Ltda			Posição em 30/09/2012 (Em Unidades Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
SN Power Brazil AS	882.140.358	99,99%	882.140.358	99,99
Statkraft Norfund Power Invest AS	1	0,01%	1	0,01
Total	882.140.359	100,00%	882.140.359	100,00%

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia: SN Power Brazil AS			Posição em 30/09/2012 (Em Unidades Ações)	
Acionista	Quotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
SN Power Invest AS	18.381.180	100,00%	18.381.180	100,00%
Total	18.381.180	100,00%	18.381.180	100,00%

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia: SN Power Invest AS			Posição em 30/09/2012 (Em Unidades Ações)	
Acionista	Quotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Statkraft AS	19.107.866	60,00%	19.107.866	60,00%
Norwegian Investment Fund for Developing – Norfund	12.738.577	40,00%	12.738.577	40,00%
Total	31.846.443	100,00%	31.846.443	100,00%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 30/09/2012				
<i>Acionista</i>	Quantidade de Ações Ordinárias (Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Unidades)	%
Controlador	43.678.794	40,65%	43.678.794	40,65%
Controlador	43.678.794	40,65%	43.678.794	40,65%
Controlador	20.081.967	18,70%	20.081.967	18,70%
Administradores				
Conselho de Administração	0	0,00%	0	0,00%
Diretoria		0,00%		0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%
Ações em Tesouraria	0	0,00%	0	0,00%
Outros Acionistas	0	0,00%	0	0,00%
Total	107.439.555	100,00%	107.439.555	100,00%
Ações em Circulação	0	0,00%	0	0,00%

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme artigo 43 capítulo VII constante no Estatuto Social.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Desenvix Energias Renováveis S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Desenvix Energias Renováveis S.A. e Desenvix Energias Renováveis S.A. e sociedades controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e período de nove meses findos nesta data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos

relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Barueri, 31 de outubro de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"

Mario Miguel Tomaz Tannhauser Junior
Contador CRC 1SP217245/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

José Antunes Sobrinho, com endereço na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Jornalista Rubens de Arruda Ramos, 1478, AP 501, CEP 88.015-701, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) sob o nº 157.512.289-87, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com os Investidores da Desenvix Energias Renováveis S.A., instituição com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 3571 Conjunto 2001, Centro Empresarial Tamboré, CEP 06455-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º 00.622.416/0001-41 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao semestre encerrado em 30 de setembro de 2012; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Barueri, 31 de outubro de 2012.

José Antunes Sobrinho
Diretor Presidente e Diretor de Relações com os Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

José Antunes Sobrinho, com endereço na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Jornalista Rubens de Arruda Ramos, 1478, AP 501, CEP 88.015-701, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) sob o nº 157.512.289-87, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com os Investidores da Desenvix Energias Renováveis S.A., instituição com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 3571 Conjunto 2001, Centro Empresarial Tamboré, CEP 06455-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º 00.622.416/0001-41 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao semestre encerrado em 30 de setembro de 2012; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Barueri, 31 de outubro de 2012.

José Antunes Sobrinho
Diretor Presidente e Diretor de Relações com os Investidores

**Desenvix Energias
Renováveis S.A.**
**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2011
e relatório dos auditores independentes**

Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Desenvix Energias Renováveis S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Desenvix Energias Renováveis S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Desenvix Energias Renováveis S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenvix Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenvix Energias Renováveis S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, item (b), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Desenvix Energias Renováveis S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo, e pela manutenção do saldo de ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

**Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de março 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Celso Luiz Malimpensa
Contador CRC 1SP159531/O-0

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita				
Fornecimento de energia elétrica			130.061	100.232
Serviços prestados	5.987	3.034	13.342	6.114
Receita de venda ou reembolso de projetos		5.803		5.803
Receita líquida operacional (Nota 18)	5.987	8.837	143.403	112.149
Custo das vendas e dos serviços prestados (Nota 19)	(7.775)	(10.471)	(9.309)	(9.800)
Custo do serviço de energia elétrica (Nota 19)			(64.524)	(38.163)
	(7.775)	(10.471)	(73.833)	(47.963)
Lucro (prejuízo) bruto	(1.788)	(1.634)	69.570	64.186
(Despesas) receitas operacionais				
Gerais e administrativas (Nota 19)	(6.853)	(4.642)	(23.817)	(15.341)
Honorários da administração (Nota 19)	(4.396)	(1.986)	(4.396)	(2.392)
Com estudos em desenvolvimento (Nota 21)	(4.352)	1.795	(4.352)	1.795
Perdas com contratos de energia (Nota 1(a)(i))			(2.466)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(219)	1.421	(276)	1.577
	(15.820)	(3.412)	(35.307)	(14.361)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	(17.608)	(5.046)	34.263	49.825
Resultado financeiro (Nota 20)				
Despesas financeiras	(16.914)	(12.024)	(54.729)	(45.228)
Receitas financeiras, líquidas de tributos	3.896	4.184	7.083	7.623
	(13.018)	(7.840)	(47.646)	(37.605)
Resultado de participações societárias (Nota 8)				
Equivalência patrimonial	15.726	19.157	1.580	(89)
Dividendos recebidos	941	212	941	212
Ganho com investimento (Nota 27(e))	17.264		17.264	
Amortização direitos - contratos firmes	(383)		(383)	
Provisão para passivo a descoberto	(2.466)	(313)		
	31.082	19.056	19.402	123
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	456	6.170	6.019	12.343
Imposto de renda e contribuição social (Nota 22)	1.772	1.439	(3.571)	(2.706)
Lucro líquido do exercício	2.228	7.609	2.448	9.637
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			2.546	8.924
Participação de não controladores			(98)	713
			2.448	9.637
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (Nota 28)			0,0255	0,1362

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício	<u>2.228</u>	<u>9.637</u>	<u>2.448</u>	<u>9.637</u>
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos				
Instrumentos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	<u>6.280</u>	<u>2.518</u>	<u>6.280</u>	<u>2.518</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>8.508</u>	<u>12.155</u>	<u>8.728</u>	<u>12.155</u>
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			8.826	11.442
Participação dos não controladores			<u>(98)</u>	<u>713</u>
			<u>8.728</u>	<u>12.155</u>

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais do resultado abrangente estão apresentados na Nota 8.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Conforme CPCs										Em IFRS
	Atribuível aos acionistas da controladora										
	Reservas de lucros			Adiantamento							
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Retenção de lucros	Total	Lucros (prejuízos) acumulados	para futuro aumento de capital	Total	Participação de não controladores	Baixa do ativo diferido	Total do patrimônio líquido em IFRS
Em 31 de dezembro de 2009											
Resultado abrangente	178.000	33.069	1.216	23.107	24.323	(8.195)	3.750	230.947	22.458	(1.685)	251.720
Lucro líquido do exercício											
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 8(a))		2.518				7.609		7.609	713	1.315	9.637
Contribuições dos (distribuições aos) acionistas								2.518			2.518
Aumento de capital (Nota 1(c))											
Em dinheiro	231							231			231
Com reservas	24.300		(1.193)	(23.107)	(24.300)						
Com adiantamentos para futuro aumento de capital	15.150						(3.750)				
Com conta corrente de acionistas	2.620							11.400			11.400
Ganho na variação de percentual de participação (Nota 8(b))						28.831		2.620			2.620
Cisão parcial do patrimônio líquido (Nota 1(c))	(220.101)							28.831	(41.326)		28.831
Aumento de capital (Nota 1(c))								(220.101)			(261.427)
Com reserva	23		(23)		(23)						
Com lucros acumulados	33.161					(33.161)					
Em dinheiro	79.756							79.756	19.175		98.931
Incorporação do acervo líquido de empresa controlada (Nota 1(c))	433.647		628	27.713	28.341	(4.705)		457.283			457.283
Distribuição de lucros (Nota 1(c))				(12.500)	(12.500)			(12.500)	(1.020)		(13.520)
Transferência de reserva - compensação de prejuízos				(9.621)	(9.621)	9.621					
Em 31 de dezembro de 2010	546.787	35.587	628	5.592	6.220			588.594		(370)	588.224
Resultado abrangente											
Lucro líquido do exercício											
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 8(a))		6.280				2.228		2.228	(98)	318	2.448
Participação de não controladores decorrente da aquisição de participação societária								6.280			6.280
Destinação do lucro									1.713		1.713
Reserva legal			111		111	(111)					
Retenção de lucros				1.588	1.588	(1.588)					
Dividendos propostos (Nota 17)						(529)		(529)			(529)
Em 31 de dezembro de 2011	546.787	41.867	739	7.180	7.919			596.573	1.615	(52)	598.136

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos tributos	456	6.170	6.019	12.343
Ajustes				
Receita financeira do realizável a longo prazo			(2.089)	(851)
Equivalência patrimonial	(15.726)	(19.157)	(1.580)	89
Provisão para passivo a descoberto	2.466	313		
Ajuste ao valor recuperável do ativo intangível	4.352	(1.795)	4.352	(1.795)
Ganho na remensuração de participação anterior	(17.264)		(17.264)	
Valor residual do ativo imobilizado baixado				252
Depreciação e amortização	427	30	30.718	26.635
Provisão para perda com contrato de energia			2.466	218
Provisão para créditos de realização duvidosa	220		220	
Encargos financeiros de financiamentos	10.238	7.676	44.899	34.124
Encargos financeiros de concessões a pagar e provisão para custos socioambientais			3.599	5.761
	(14.831)	(6.763)	71.340	76.776
Variações nos ativos e passivos				
Investimentos temporários				113
Contas a receber	4.136	(666)	(4.836)	(3.629)
Impostos a recuperar	(663)	(941)	(1.041)	(711)
Outros ativos e despesas antecipadas	(6.545)	(1.943)	(13.816)	(2.558)
Fornecedores	4.406	504	20.160	(4.910)
Salários e encargos sociais	300	355	459	503
Contas a pagar investimentos em terras	(609)		(1.371)	4.368
Provisão para perda com contrato de energia			(4.703)	
Impostos e contribuições	4.085	827	4.972	1.937
Outros passivos	6	(76)	2.242	418
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(9.715)	(8.703)	73.406	72.307
Juros pagos sobre financiamentos	(11.130)	(4.960)	(46.606)	(24.156)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(428)	(5.565)	(4.933)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(20.845)	(14.091)	21.235	43.218
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
(Aplicação) resgate de aplicação financeira restrita	(24.799)	463	(36.652)	(5.386)
Aquisição de investimentos e aportes de capital	(78.351)	(27.540)	(37.657)	(803)
Aquisição de terras	(499)	(9.249)	(499)	(9.043)
Dividendos recebidos (pagos)	8.843	15.483		691
Aquisição de bens do imobilizado	(215)	(215)	(379.593)	(190.580)
Saída de caixa e equivalentes de caixa por cisão				(22.611)
Caixa e equivalentes de caixa recebido por incorporação		116.601		131.962
Aquisição de participação, líquido do caixa recebido			(17.982)	
Partes relacionadas				
Concessão e pagamentos de recursos	(62.588)	(97.347)	(23.316)	
Obtenção e recebimento de recursos	133.310	5.082	138.165	6.641
Gastos apropriados ao ativo intangível	(7.228)	(18.162)	(17.612)	(22.556)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(31.527)	(14.884)	(375.146)	(111.685)

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Obtenção de financiamentos	211.052	10.063	561.916	10.349
Pagamentos de financiamentos - principal	(197.409)	(22.615)	(224.187)	(40.414)
Resgate de aplicação restrita				
Aumento ou integralização de capital e adiantamentos		91.387		91.387
Integralização de capital por terceiros				48.006
Dividendos pagos		(12.500)		(13.520)
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos	13.643	66.335	337.729	95.808
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(38.729)	37.360	(16.182)	27.341
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	39.135	1.775	57.672	30.331
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	406	39.135	41.490	57.672
Transações que não afetaram caixa				
Contas a pagar a fornecedores, indenizações a pagar e outros passivos decorrentes de aquisição de bens do imobilizado			121.065	42.825
Variação do valor justo dos investimentos registrados pelo custo (Nota 8)	9.515		9.515	
Encargos financeiros capitalizados (Nota 9)			19.976	
Compensação de dividendos propostos com partes relacionadas passivo	1.750			
Contas a pagar por aquisição de terras - investimentos		2.646		2.646
Contas a pagar por aquisição de terras - imobilizado			3.601	2.326
Concessões a pagar			71.964	72.651
Provisão para custos socioambientais			4.351	4.427

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas	13.369	25.364	234.173	223.500
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	6.360	9.083	154.469	117.347
Provisão para devedores duvidosos - reversão e constituição	(219)		(219)	
Outras receitas		1.421	(57)	1.577
Receitas relativas à construção de ativos próprios	7.228	14.860	79.980	104.576
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS e IPI)	22.667	24.590	120.453	129.980
Custo das mercadorias e serviços vendidos	3.002	10.154	37.735	22.484
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	19.665	14.123	82.749	107.496
Perda/recuperação de valores ativos		313	(31)	
Valor adicionado bruto (1-2)	(9.298)	774	113.720	93.520
Retenções	427	30	30.718	26.635
Depreciação, amortização e exaustão	427	30	30.718	26.635
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	(9.725)	744	83.002	66.885
Valor adicionado recebido em transferência	37.827	23.553	26.868	7.746
Resultado de equivalência patrimonial	15.726	19.157	1.580	(89)
Receitas financeiras	3.896	4.184	7.083	7.623
Outras receitas	941	212	941	212
Ganho com investimento	17.264		17.264	
Valor adicionado total a distribuir (5+6)	28.102	24.297	109.870	74.631
Distribuição do valor adicionado	28.102	24.297	109.870	74.631
Pessoal e encargos	9.684	4.885	21.160	10.208
Impostos, taxas e contribuições	(1.399)	(1.106)	15.024	8.647
Juros e aluguéis	17.589	12.909	71.238	46.139
Juros sobre capital próprio e dividendos				
Lucros retidos/prejuízo do período	2.228	7.609	2.546	8.924
Participação dos não controladores nos lucros retidos			(98)	713

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Desenvix Energias Renováveis S.A. (a "Companhia") e suas controladas (conjuntamente "o Grupo"), com sede social em Barueri - São Paulo, tem por atividade a participação no capital social de outras empresas nas áreas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, Saneamento Básico, Controle de Poluição, Tratamento de Efluentes Industriais, Gás, Biocombustível, Transportes, bem como a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão, nas suas áreas de atuação.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2010 foi aprovado, entre outros, a alteração da denominação social da Companhia de Desenvix S.A. para Desenvix Energias Renováveis S.A.

Em 2 de setembro de 2011, a BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, por meio do GAE 1.984-11, deferiu o pedido de registro para negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia no mercado de balcão organizado. As ações da Companhia estão registradas com o código DVIX3M. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, conforme cláusula compromissária constante no seu estatuto social.

Em 19 de setembro de 2011, a Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Ofício CVM/SEP/RIC/nº 028/2011, concedeu à Companhia o registro de Companhia aberta, categoria "A".

O Grupo atua de maneira integrada com as empresas na prospecção, desenvolvimento, implantação e operação de empreendimentos de geração de energia renovável. As atividades envolvem o constante desenvolvimento de novos projetos.

As operações da Desenvix são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integradamente e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de partes relacionadas. O benefício dessas operações e os custos da estrutura operacional e administrativa, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos em conjunto ou individualmente.

A sociedade ligada Engevix Engenharia S.A. ("Engevix"), controlada pela Jackson Empreendimentos Ltda., foi contratada para implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usina Hidrelétrica, Parque Eólico e Usinas em construção descritas na Nota 1(a), em regime de contrato de empreitada integral, incluindo o projeto básico, projeto executivo, obras civis, aquisição, montagem e comissionamento dos equipamentos eletromecânicos.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de março de 2012.

(a) Operações

O Grupo Desenvix investe em empreendimentos de geração de energia elétrica por meio de (i) Usinas Hidrelétricas (UHEs); (ii) Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs); (iii) Usinas Eólicas (UEEs); (iv) Usinas Térmicas de Biomassa (UTES); e (v) Linhas de Transmissão.

A energia produzida é negociada por meio de contratos de compra e venda, celebrados tanto no Ambiente de Contratação Livre (ACL), no qual o preço é negociado diretamente entre o consumidor e produtor, quanto no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), no qual o preço da energia é

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

determinado por meio de lance ofertado em leilões realizados pelo governo para suprir as demandas das distribuidoras.

A produção de energia das PCHs Esmeralda, Santa Rosa e Santa Laura foi totalmente vendida no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA), através de Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVE), usualmente por um período de 20 anos, firmados com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras).

A produção de energia da UHE Monel Monjolinho Energética S.A., consoante contrato firmado de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrente do resultado do 3º Leilão de Energia Nova, realizado em outubro de 2006, foi vendida para distribuidoras por um prazo de 30 anos, a partir de janeiro de 2011. Adicionalmente, em setembro de 2008 foi firmado o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com o cliente privado, pelo qual foi contratada a venda de energia para o período de 1º de setembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010 (42 MW médios).

A produção de energia da PCH Moinho foi vendida através de CCVE no ACL a partir de agosto de 2011 até o mês de dezembro de 2030.

A energia produzida pela PCH Victor Baptista Adami (Passos Maia Energética S.A.) foi vendida através de CCVE no ACL a partir de janeiro de 2012 até dezembro de 2030.

A UTE Decasa obteve por meio do 1º LER realizado pela ANEEL e pela CCEE em 14 de agosto de 2008 um Contrato de Energia de Reserva (CER) para comercialização de 16 MW médios, por um período de suprimento de 15 anos, cujo início se deu em 1º de janeiro de 2010.

Por meio do primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER), foram comercializados 44,0 MW médios de energia, sendo 13,0 MW médios da UEE Macaúbas, 11,0 MW médios da UEE Seabra, 10,0 MW médios da UEE Novo Horizonte e 10,0 MW médios da UEE Barra dos Coqueiros. Esta energia será contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos, a partir de julho de 2012.

(i) Empreendimentos em operação

O Grupo Desenvix, por intermédio de empresas controladas, detém diversas autorizações para operação de PCHs e participação integral em empreendimentos em operação que incluem:

Empresas	Data de início das operações	Rio	Capacidade contratada em MW	Vencimento do contrato (autorizações)
Esmeralda S.A.	23 de dezembro de 2006	Bernardo José	22,2	21 de dezembro de 2031
Santa Laura S.A.	1º de outubro de 2007	Chapecozinho	15	27 de setembro de 2030
Santa Rosa S.A.	1º de julho de 2008	Grande	30	31 de maio de 2031
Moinho S.A.	19 de setembro de 2011	Bernardo José	13,7	14 de agosto de 2038
Enercasa Energética S.A.	26 de outubro de 2011	Ibirama - SP	33	25 de fevereiro de 2044
Passos Maia Energética S.A.	17 de fevereiro de 2012	Chapecó	25	2 de março de 2034

O Grupo Desenvix, por intermédio de empresas controladas e por meio de investimentos avaliados a valor justo, detém concessões para operação de serviço público de geração de energia elétrica através de UHEs:

Desenvix Energias Renováveis S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresas	Rio	Capacidade contratada em MW	Vencimento do contrato
Monel Monjolinho Energética S.A. (i)	Passo Fundo	74	22 de abril de 2037
Dona Francisca Energética S.A. (ii)	Jacuí	125	28 de agosto de 2033
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas (iii)	Das Antas	360	31 de dezembro de 2029

- (i) A UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.) foi arrematada no leilão promovido pela ANEEL em novembro de 2001, sendo o correspondente contrato de concessão firmado em abril de 2002 e tendo a empresa entrado em operação em setembro de 2009. O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: (a) pelo uso do bem público a empresa pagará à União, da data de início da operação comercial da primeira unidade hidrogeradora até o final da concessão, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 2.400 (R\$ 72.000 pelo prazo da concessão após o início das operações), atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas, tendo como base o índice relativo ao mês anterior à data do leilão. Ao final do prazo de concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.
- (ii) A UHE Dona Francisca está em operação comercial desde fevereiro de 2001, sendo que a energia elétrica do empreendimento foi integralmente vendida à COPEL por meio da celebração de CCVE, por um período de suprimento de 15 anos. A Companhia detém 2,12% do empreendimento.
- (iii) A CERAN - Cia. Energética Rio das Antas é a empresa responsável pela construção e operação do Complexo Energético Rio das Antas. A Companhia detém 5% deste empreendimento. O complexo é formado pelas UHEs Monte Claro, Castro Alves e 14 de julho. O projeto é operado pela CPFL Geração de Energia S.A.

Os serviços de operação e manutenção das PCHs e da UHE Monjolinho estão contratados com a Enx O&M de Sistemas Elétricos Ltda.

As principais informações sobre as sociedades investidas são:

• **Santa Rosa S.A.**

Em janeiro de 2011, em decorrência do elevado volume de chuvas que caíram na região serrana do Rio de Janeiro, que resultou na alta afluência do Rio Grande, região onde está instalada a PCH Santa Rosa ocorreu a inundação da casa de força da usina, atingindo grande parte dos equipamentos eletromecânicos; em decorrência, foram desligadas as três unidades geradoras em caráter de emergência. O referido sinistro não resultou em qualquer dano estrutural, inclusive a barragem e a tomada d'água, ficando o mesmo restrito aos acessos, cercas, pequenos taludes, entre outros.

Em 30 de setembro de 2011 a usina encontrava-se totalmente recuperada. Das três unidades geradoras, duas entraram em operação em junho de 2011, tendo a terceira unidade geradora, retornado em operação no mês de setembro de 2011.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os gastos para recomposição total da usina somaram até 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 6,3 milhões, apresentados no ativo circulante, mantendo a empresa seguro risco operacional, sendo o valor da indenização ainda a ser apurado, considerando, inclusive a aplicação da franquia.

Até 29 de fevereiro de 2012, a Santa Rosa já havia recebido da seguradora, a título de adiantamento, o valor de R\$ 2,7 milhões como parte do reembolso pelos custos de recuperação incorridos.

. Moinho S.A.

Durante a fase de implantação da PCH Moinho, a construção da usina esteve paralisada em decorrência de diversos atos praticados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), inclusive depredação de determinados bens, tendo a empresa enviado correspondências ao Ministério Público Federal (Procuradoria da República), Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, assim como sendo lavrado diversos boletins de ocorrência comunicando tais fatos, tendo inclusive uma ordem de reintegração de posse a favor da empresa, não cumprida.

Em 16 de abril de 2010, foi firmada a ata de reunião da Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Vacaria, onde os representantes da Promotoria, da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania e os advogados da empresa e dos interessados, ajustaram as seguintes condições na solução das questões emergentes da construção da PCH: (i) as obras da PCH serão retomadas na primeira semana do mês de maio de 2010; (ii) as partes deverão assinar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) onde serão detalhadas as condições de satisfação das demandas formuladas pelos interessados ao Ministério Público Estadual, bem como as responsabilidades pessoais dos ajustantes e as garantias para o fiel cumprimento do ajustado, especialmente no pertinente à finalização das obras da PCH; (iii) os interessados serão convocados pelo Ministério Público Estadual, no prazo de 60 dias contados da assinatura do TAC, de modo que, por intermédio de Termos de Ajustes Complementares, sejam estabelecidas as regras e procedimentos para concretização de eventual transmissão de propriedade e/ou aquisição, sempre assegurando-se cinco ha de área agriculturável por interessado, comprometendo-se a empresa a disponibilizar um estudo técnico agrícola para acompanhamento das condições ambientais na implantação para exploração dos lotes; (iv) as ações judiciais em andamento deverão ser compostas amigavelmente podendo a empresa assumir, mediante negociação específica, eventuais honorários de advogados e custas processuais; e (v) o representante dos interessados assume, perante o Ministério Público e diante da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, a responsabilidade de assegurar, junto aos seus representados, que os termos ora ajustados serão por eles cumpridos, especialmente garantindo as condições para retomada imediata do empreendimento e sua não interrupção.

Em 20 de agosto de 2010, foi firmado o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), estabelecendo, dentre outras, as seguintes condições: (i) que serão firmados Termos de Ajustamento de Conduta Complementares, com cada interessado, de modo a viabilizar a consecução ao presente TAC; (ii) que a Moinho S.A. garantirá o mínimo de cinco ha de terras agriculturáveis na região para cada interessado indicado pelo Ministério Público Estadual, nos termos do respectivo TAC Complementar, com garantias de acesso e devidamente mapeados, de modo a permitir que os beneficiários trabalhem na terra produzindo o seu sustento econômico; e (iii) que no prazo máximo 60 dias contados da conclusão das obras, a Moinho S.A. transmitirá as respectivas propriedades de acordo com os TACs Complementares a serem firmados, mediante cláusula modal, declarando, desde já, possuir 79,06 ha disponíveis entre áreas a serem destinadas à agricultura familiar e à composição das respectivas reservas legais.

Através dos despachos de nº 3.766 e nº 3.803, a ANEEL autorizou, a partir do mês de setembro de 2011, o início da operação comercial da PCH Moinho.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

. Passos Maia Energética S.A.

Em 17 de setembro de 2009, a Companhia firmou com a Adami S.A. o "Contrato de Cessão de Direitos de Subscrição de Ações e Outras Avenças Sujeito a Condição", estabelecendo, dentre outros, o seguinte: (i) que a Companhia subscreveria ações em quantidade equivalente a 50% da participação societária mantida na Passos Maia S.A.; (ii) que a referida subscrição corresponderia a 338.100 novas ações ordinárias a serem integralizadas pelo montante de R\$ 10.000, sendo R\$ 6.619 a título de ágio na subscrição de ações; e (iii) que a efetividade da referida operação estava condicionada, independentemente de qualquer outra formalidade, a publicação no Diário Oficial da anuência prévia da ANEEL em relação aos termos propostos, em especial a cessão de direitos de subscrição de ações da Passos Maia S.A. pela Companhia. A referida autorização da ANEEL ocorreu em 11 de maio de 2010, mediante publicação da Resolução Autorizativa nº 3.385/10.

Em 8 de novembro de 2011 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração do nome do empreendimento que passou a se chamar PCH Victor Baptista Adami, em substituição à PCH Passos Maia. A alteração foi autorizada pela ANEEL em despacho nº 2.363 de 3 de junho de 2011.

A ANEEL, por meio do Despacho nº 378, de 1º de fevereiro de 2012, liberou as unidades geradoras UG1 e UG2 da PCH Victor Baptista Adami para início da operação em teste, e por meio dos Despachos nºs 583 e 606, de 17 de fevereiro e 23 de fevereiro de 2012, respectivamente, liberou as unidades geradoras para início da operação comercial.

. Enercasa - Energia Caiuá S.A. ("Enercasa" atual UTE Decasa)

Em 13 de abril de 2009, a Companhia adquiriu participação societária na Enercasa - Energia Caiuá S.A. ("Enercasa"), passando a deter 50% do capital social da referida sociedade, a qual foi constituída para projetar, construir, operar e comercializar a energia de um sistema integrado de cogeração a partir da biomassa (bagaço de cana e outras) nos termos da Portaria ANEEL nº 89 de 20 de fevereiro de 2009, tendo inclusive firmado Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 23/08 com a CCEE.

Em 25 de fevereiro de 2010, considerando que a Enercasa não deu início ao projeto de construção da usina, resultando, dessa forma, em atraso no fornecimento de energia nos termos dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE, foi firmado o Contrato de Cessão de Participação Societária, estabelecendo, entre outros, os seguintes aspectos: (i) os demais acionistas da Enercasa transferem para a Companhia a totalidade de suas ações, representando 50% do capital social da referida empresa, pelo montante de R\$ 1,00; (ii) a consumação da referida cessão está condicionada à obtenção da aprovação prévia e escrita da ANEEL em relação à cessão e transferência das ações e a obtenção da autorização pela ANEEL e/ou CCEE para a Enercasa construir a usina de produção de energia a partir de biomassa em local diferente daquele estabelecido nos termos da proposta firmada pela Enercasa em razão do Leilão nº 01/2008 promovido pela ANEEL em 14 de agosto de 2008 e do CER nº 23/08; ou seja, tudo isso para que a Enercasa possa implementar e desenvolver, em outra localidade que não aquela originalmente definida, todo o projeto decorrente ou que consta da outorga nº 89 de 20 de fevereiro de 2009, emitida pelo Ministério de Minas e Energia; (iii) caso a ANEEL não aprove a cessão ou mesmo imponha qualquer restrição à mesma, as partes desde já estão cientes que retornarão ao *status quo ante*; e (iv) desde que as condições precedentes estejam presentes e seja concretizada integralmente a transferência para a Companhia das ações que os demais acionistas tem

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

na Enercasa, nenhuma multa ou penalidade eventualmente imposta pela ANEEL ou pela CCEE à Enercasa poderá ser cobrada dos demais acionistas, tampouco eventuais indenizações por perdas e danos por parte da Companhia.

Em junho de 2010 foi assinado o Memorando de Entendimentos entre a Companhia e a Usina Pau D'Alho S.A. ("Usina"), localizada no município de Ibirarema, Estado de São Paulo, como novo parceiro e eventual sócio da UTE Decasa em substituição aos demais acionistas. A materialização dessa eventual associação estará vinculada à aprovação da transferência de ações dos demais acionistas da Enercasa para a Companhia pela ANEEL, como mencionado anteriormente, assim como da aprovação da ANEEL quanto a admissão da Usina como acionista da Enercasa. A admissão na Usina como sócia da UTE Decasa ainda não ocorreu, motivo pelo qual não foi submetida às aprovações anteriormente citadas.

Em 22 de fevereiro de 2011, a ANEEL, através das Resoluções Autorizativas nºs 2.789 e 2.791, aprovou: (i) a transferência da participação societária mantida pelos demais acionistas para a Companhia, passando essa última a ser a controladora integral da Enercasa; e (ii) a alteração do local de implantação da UTE, da capacidade a ser instalada para 33.000 kW e do sistema de transmissão de interesse restrito. Em decorrência será firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Energia de Reserva contemplando as referidas mudanças, assim como o novo valor da receita fixa a ser calculado pela ANEEL com base em recálculo da Receita Anual Variável (RAV) pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no caso de alteração de valores, ficando mantido o prazo de outorga estabelecido pela portaria MME nº 89, de 20 de fevereiro de 2009.

Na essência, tal situação representa a descontinuidade do projeto inicial e o início de um novo projeto de construção de usina, uma vez que a Companhia terá um novo parceiro no empreendimento, a construção da usina será em outro local e com características e capacidade diferentes do projeto inicial, entre outras circunstâncias. As perdas estimadas pela não construção da usina foram consideradas nas demonstrações financeiras da Enercasa, sendo reconhecida pela Companhia provisão para passivo a descoberto, no montante de R\$ 4.932, correspondente a 100% da participação societária mantida, assim como nos termos do Contrato de Cessão de Participação Societária firmado em 25 de fevereiro de 2010 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.466 representando 50% de participação da Companhia naquela data), que incorpora a perda estimada pelo não atendimento dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE, considerando a corresponsabilidade da Companhia, de R\$ 5.032 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.237), sendo o referido montante pago em junho de 2011.

Em 26 de outubro de 2011, a ANEEL, através do Despacho nº 4.205, aprovou o início da operação comercial da UTE Decasa.

Valendo-se do Mecanismo de Cessão aprovado em final de 2010, da Resolução Normativa nº 452, de 11 de outubro de 2011, da ANEEL e do estabelecido no Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 23/08, no qual a entrega de 90% da energia contratada evita a penalidade por inadimplência, a empresa adquiriu, em 2011, 95.000 MWh da São Fernando Açúcar e Alcool Ltda. e mais 22.830 MWh da Clealco Açúcar e Alcool S.A. em janeiro de 2012. A energia adquirida quando somada à previsão de geração de 8.400 MWh, para o período de 2011, totaliza 126.230 MWh, representando assim, aproximadamente 90% dos 140.160 MWh contratados através de Contrato de Energia de Reserva firmado entre a Companhia e a CCEE.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Projetos em construção

. Complexo Eólico Desenvix Bahia

Em 2010, as empresas controladas Barracão S.A., Topázio S.A. e Safira S.A., tiveram sua razão social alterada para Macaúbas Energética S.A., Seabra Energética S.A. e Novo Horizonte Energética S.A., respectivamente.

As referidas empresas controladas estão em fase pré-operacional e irão explorar as três usinas eólicas que serão construídas, como resultado do Leilão de Venda de Energia nº 03/2009 realizado pela ANEEL em 14 de dezembro de 2009. As autorizações para as referidas empresas estabelecerem-se como Produtores Independentes de Energia Elétrica foram emitidas pelo Ministério de Minas e Energia em 17 de junho de 2010 (Macaúbas - Portaria nº 580) e 29 de julho de 2010 (Seabra - Portaria nº 671 e Novo Horizonte - Portaria nº 673), estabelecendo, dentre outras, as seguintes condições: (i) data de início das obras - 1º de outubro de 2010; (ii) data de início da operação comercial - 1º de julho de 2012; (iii) as usinas terão 30.000 kW de capacidade instalada cada uma, assim como garantia física de energia de 13.400 kW médios para Macaúbas, 11.330 kW médios para Seabra e 10.970 kW médios para Novo Horizonte. A energia a ser produzida foi contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos, a partir da data de início da operação comercial.

O cronograma de implantação do Complexo Eólico Desenvix Bahia prevê o início da operação comercial em abril de 2012. Atualmente o Complexo encontra-se totalmente montado e pré-comissionado, restando apenas comissionamento final dos aerogeradores e resolução de pendências na conexão da subestação ao sistema CHESF.

. Linhas de transmissão

Em 22 de outubro de 2010, foram firmados os Contratos de Compra e de Venda sob Condição Suspensiva e Outras Avenças com a Engevix Engenharia S.A. (parte relacionada - Nota 1), onde a Companhia adquiriu 25,5% de participação no capital social das seguintes empresas:

- .. MGE Transmissão S.A., pelo montante de R\$ 2.840, a qual é titular do contrato de concessão para exploração do serviço público nº 008/2010-ANEEL, assinado em 12 de julho de 2010, tendo vigência de 30 anos a partir da data de sua celebração para construção, operação e manutenção das referidas instalações de transmissão, devendo entrar em operação em 24 meses a partir da data da assinatura do contrato. O referido empreendimento está representado pelas Linhas de Transmissão Mesquita - Viana 2, Circuito Simples, em 500 kV, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e Viana 2 - Viana, Circuito Duplo, em 335 kV, bem como pela Subestação Viana 2, 500/345 kV, no Estado do Espírito Santo.
- .. Goiás Transmissão S.A., pelo montante de R\$ 2.929, a qual é titular do contrato de concessão para exploração do serviço público nº 002/2010-ANEEL, assinado em 12 de julho de 2010, tendo vigência de 30 anos a partir da data de sua celebração para construção, operação e manutenção das referidas instalações de transmissão, devendo entrar em operação em 24 meses a partir da data da assinatura do contrato. O referido empreendimento está representado pelas Linhas de Transmissão Rio Verde Norte - Trindade, Circuito Duplo, em 500 kV, Trindade - Carajás, Circuito Simples, em 230 kV, bem como pela Subestação Trindade, 500/230 kV, no Estado do Goiás.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos acima mencionados contêm cláusula onde as partes reconhecem que a alienação das ações é celebrada sob condição suspensiva, nos termos e para os fins do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), de a Companhia obter a aprovação da ANEEL. Na hipótese da ANEEL negar a aprovação das transferências das ações, nenhuma das partes terá adquirido qualquer direito por força da celebração dos referidos contratos. Em 10 e 15 de março de 2011, a ANEEL emitiu as Resoluções Autorizativas nºs 2.792 e 2.816, aprovando as transferências das ações para a Companhia.

O início da construção das linhas de transmissão ocorreu em julho de 2011. O cronograma de implantação prevê o início da operação comercial em janeiro de 2013.

. Energen Energias Renováveis S.A.

- .. Em 21 de janeiro de 2011, a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da Energen Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério das Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL - Barra dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, estado de Sergipe. Como parte do contrato, a Companhia adquiriu a participação de 88,33% das ações ordinárias e das ações preferenciais, por R\$ 19.433, composto por R\$ 6.183 em dinheiro e R\$ 13.250 por assunção de passivos, além de um bônus de *performance* de até R\$ 4.000 que está vinculado a liberação de certos empréstimos e ao atingimento de montantes de geração de energia elétrica após o fechamento do primeiro quadriênio pós-implantação. A efetivação da transação estava condicionada a que a JP Participações Ltda. realizasse uma reestruturação societária na estrutura de participação na Energen, sendo cláusula suspensiva para a efetivação do contrato a aprovação da transferência de controle da Energen para a Companhia pela ANEEL. Em 10 de maio de 2011 a ANEEL anuiu, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.880/2011, a troca de controle da Energen Energias Renováveis S.A., assim como em 25 de abril de 2011 as ações preferenciais foram convertidas em ordinárias.

A construção da usina teve início em setembro de 2011. A implantação do empreendimento já conta com 13 fundações de concreto de um total de 23. Os equipamentos principais foram contratados em setembro de 2011 junto a SINOVEL, dos quais oito aerogeradores foram embarcados no dia 10 de fevereiro de 2012, com previsão de chegar ao canteiro de obra a partir do dia 28 de março de 2012. O cronograma de implantação prevê o início da operação comercial em julho de 2012.

(iii) Projetos em estruturação

O Grupo Desenvix tem participação em projetos em estruturação que incluem, entre outros:

. Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. ("UHE Cubatão")

Empreendimento planejado para ser instalado no rio Cubatão, em Santa Catarina. A Companhia possui 20% de participação no projeto, estando o início de construção condicionado à renovação da licença ambiental de instalação, cujo processo se encontra em andamento junto ao órgão ambiental estadual.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

. São Roque Energética S.A. ("UHE São Roque")

No dia 20 de dezembro de 2011 durante leilão de energia promovido pela ANEEL e ocorrido na sede da CCEE, em São Paulo, a Companhia arrematou a concessão para construção e operação da Usina Hidrelétrica de São Roque, localizada no rio Canoas, Estado de Santa Catarina. O empreendimento terá potência instalada de 135 MW e garantia física de 90,90 MW médios.

O prazo de concessão do empreendimento é de 35 anos, a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão, previsto para o mês de agosto de 2012.

Foram contratados 81,8 MW médios no ACR, a um preço de venda de R\$ 91,20 por megawatt-hora. O fornecimento da energia contratada começará em janeiro de 2016 e se estenderá por 30 anos. A Companhia comercializará um excedente de garantia física, descontadas as perdas, equivalente a 6,37 MW médios, no ACL.

A homologação do leilão pela ANEEL ocorreu em 9 de março de 2012.

Atualmente a Companhia busca a obtenção da licença de instalação junto aos órgãos ambientais.

. Outras informações

- .. Em 22 de outubro de 2010, foi firmado o Contrato de Compra e de Venda sob Condição Suspensiva e Outras Avenças com o Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix para aquisição de 9.000.500 ações ordinárias de emissão da Norte Energia S.A., equivalentes a 5% de seu capital votante e total. O referido contrato contém cláusula onde as partes reconhecem que a alienação das ações é celebrada sob condição suspensiva, nos termos e para os fins do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), de a Companhia obter a aprovação da ANEEL, assim como no caso da Norte Energia S.A., da aprovação, se necessária, do BNDES e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Na hipótese da ANEEL, ou quando aplicável e requerido, o BNDES e/ou CADE, negar a aprovação das transferências das ações, nenhuma das partes terá adquirido qualquer direito por força da celebração dos referidos contratos. As solicitações de transferência das participações societárias já foram encaminhadas para a ANEEL, ainda pendentes de sua aprovação final. A Companhia, por força do Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças firmado com a SN Power, não irá mais participar no referido empreendimento.
- .. Termo de Compromisso firmado com a Neoenergia S.A., em 23 de setembro de 2008, que garante a participação de 10% no capital social da futura Sociedade de Propósito Específico (SPE) a ser constituída e que terá por atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, mediante condição suspensiva da Neoenergia S.A. sagrar-se vencedora do leilão de energia. O referido empreendimento ainda não obteve a licença ambiental de instalação, assim como ainda não foi constituída a referida SPE e, conseqüentemente, não teve início a construção da referida Usina, mesmo tendo a Neoenergia S.A. logrado êxito no referido leilão. A Companhia, por força do contrato assinado junto a SN Power, não irá mais participar deste empreendimento.
- .. Subestação Caldas Novas - o Consórcio Caldas Novas foi vencedor do Lote C no leilão de transmissão 008/2010, realizado em dezembro de 2010. Uma Sociedade de Propósito Específico está em fase de constituição para implantar, operar e explorar comercialmente a subestação

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Corumbá, de 150MVA, localizada no estado de Goiás, onde a Companhia terá participação de 25,05% na referida sociedade. Em 12 de agosto de 2011, a Companhia transferiu seu direito de exploração, referente a sua participação de 25,05% no Consórcio Caldas Novas, à FR Incorporadora Ltda. O pagamento e a transferência ocorrerão após a anuência da ANEEL. O valor do negócio foi de R\$ 325, sendo R\$ 25 para a Companhia, em restituição aos gastos incorridos com o projeto, e R\$ 300 para a Engevix, em função da renúncia ao contrato EPC.

(b) Alterações societárias

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia constituiu a Cevix Energias Renováveis S.A. ("Cevix") mediante aporte de capital com as participações societárias mantidas nas seguintes empresas controladas: Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A., avaliadas a valor contábil. Posteriormente, a Companhia celebrou associação com a Fundação dos Economistas Federais ("FUNCEF") visando alavancar recursos para suas atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Tal associação resultou na constituição da Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix ("Fundo Caixa FIP Cevix"), onde a Companhia e a FUNCEF integralizaram suas quotas com a participação societária mantida na Cevix e em dinheiro, respectivamente.

Consoante o Instrumento Particular de Acordo de Quotistas e o Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Integralização do Fundo Caixa FIP Cevix, a FUNCEF subscreveu quotas correspondentes a 25% do patrimônio líquido do Fundo, pelo montante de R\$ 260.670, tendo assumido em caráter irrevogável e irretratável o compromisso de integralizar as referidas quotas em datas estabelecidas pelo administrador, tendo integralizado o montante de R\$ 75.000, correspondente à 8,75% das quotas subscritas, até 31 de dezembro de 2009. Em 26 de março de 2010, foi realizada chamada para integralização de quotas, no montante de R\$ 48.006, integralizadas da seguinte forma: (i) R\$ 24.003 em 9 de abril de 2010; (ii) R\$ 9.502 em 10 de maio de 2010; e (iii) R\$ 14.501 em 9 de junho de 2010; em decorrência, a FUNCEF passou a deter 13,57% das quotas do Fundo. Como mencionado no item (c)(iv) adiante em 31 de julho de 2010, o investimento mantido no referido Fundo foi transferido para Jackson Empreendimentos Ltda., através de cisão do patrimônio líquido do Companhia.

Em 23 de julho de 2010, a FUNCEF foi chamada para integralizar a parcela remanescente das quotas subscritas do patrimônio líquido do Fundo Caixa FIP Cevix, no montante de R\$ 137.664, integralizadas em 2 de agosto de 2010, acrescida da taxa de ingresso, no montante de R\$ 9.236 (corresponde à atualização monetária da parcela a ser integralizada entre a data da subscrição e a data da integralização), perfazendo o montante total de R\$ 146.900, montante esse utilizado pelo Fundo para aumento do capital social na Cevix Energias Renováveis S.A.

Em 12 de agosto de 2011, os principais acionistas da Companhia, Jackson Empreendimentos Ltda. e FUNCEF, celebraram um Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda") com a SN Power, para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power. A Companhia foi avaliada pela SN Power e negociada pelo valor de R\$ 1.613 milhões (*pré-money*) (data-base agosto de 2011). O valor a ser desembolsado pela SN Power será de R\$ 725 milhões (data-base março de 2012), sendo R\$ 120 milhões a serem aportados no capital, por meio da aquisição de novas ações a serem emitidas pela Companhia (operação primária) e R\$ 605 milhões a serem adquiridos junto à Jackson e FUNCEF (operação secundária). A parcela de R\$ 120 milhões, relativa à operação primária, foi adiantada à Companhia em 12 de setembro de 2011, por meio de um contrato de empréstimo em moeda nacional, sobre o qual incidirão juros equivalentes à

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

taxa SELIC mais margem somente em caso de não fechamento do negócio. Assim que as condições precedentes ao fechamento de negócio forem realizadas, este empréstimo será convertido em aporte primário de capital. Em 31 de dezembro de 2011, o referido empréstimo foi classificado contabilmente como instrumento de dívida em virtude das condicionantes para conversão deste empréstimo em capital social estarem vinculadas à obtenção de aprovação da operação perante terceiros. A parcela de R\$ 605 milhões relativa à operação secundária também está condicionada à realização de diversas condições precedentes ao fechamento do negócio, dentre as quais se destacam as seguintes: (i) aprovação da operação por parte da ANEEL, BNDES, BNB e outros credores - a referida operação deverá ser submetida e aprovada por estes órgãos; (ii) as participações na BBE e Baixo Iguaçu deverão ser transferidas para outras pessoas nos termos definidos pela SN Power; (iii) o contrato de empréstimo citado anteriormente, no valor de R\$ 120 milhões, não poderá ter sido declarado vencido antecipadamente pela SN Power, de acordo com seus termos; (iv) a Companhia deverá apresentar documento de renúncia do direito de preferência pelos sócios da MGE, Goiás e Cubatão em relação ao investimento ou o exercício do direito de preferência pelos sócios da MGE, Goiás e Cubatão, salvo se as partes decidirem, em comum acordo, pela alienação na participação da Companhia em tais empresas até a data do fechamento; e (v) aquisição da participação societária da Enex, de forma que esta empresa passasse a ser controlada integralmente pela Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de março de 2012, foram aprovados os seguintes assuntos: (i) o aumento de capital social da Companhia, através da emissão de 7.439.555 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas e integralizadas pela SN Power com o adiantamento concedido anteriormente, no montante de R\$ 120 milhões; (ii) alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia; (iii) alteração da composição do Conselho Fiscal da Companhia; (iv) aprovação da estrutura, composição e atribuições dos Comitês de Assessoramento da Companhia; e (v) aprovação do novo Estatuto Social da Companhia. Nos termos desta aprovação ficou alterada a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia que passou a ter a seguinte redação: "O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 666.787, dividido em 107.439.555 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal".

Na mesma data, os integrantes do novo bloco de controle da Companhia (Jackson e SN Power) celebraram um acordo de acionistas, regulando o seu relacionamento na qualidade de acionistas e controladores da Companhia. A Jackson passa a deter o controle indireto da Companhia através do Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, enquanto que SN Power e FUNCEF detêm o controle direto da Companhia. A participação no capital social da Companhia passou a ser a seguinte: Jackson - 40,65%; SN Power - 40,65% e FUNCEF - 18,70%.

(c) Reestruturação societária

- (i) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2010, foram aprovados os seguintes assuntos: (i) abertura de capital da Companhia a ser feita por meio de pedido de registro à CVM nos termos da Instrução Normativa CVM nº 480 e (ii) grupamento de ações da Companhia, que foi realizado na proporção de 6,709999989 ações ordinárias para cada uma ação ordinária ("Grupamento"), de acordo com o disposto no artigo 12 da Lei nº 6.404/76. Face ao Grupamento ora aprovado, o número total de ações da Companhia será de 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias. Nos termos desta aprovação ficou alterada a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia que passou a ter a seguinte redação: "O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 546.787, dividido em 100.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal".

Em decorrência do referido processo de reestruturação societária, a Jackson Empreendimentos Ltda. participará com 75% das quotas do Fundo Caixa FIP Cevix e do Fundo de Investimento em Participações Desenvix, os quais terão 100% de participação na Desenvix Energias Renováveis S.A.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2010 foram aprovados os termos e condições do Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação celebrado entre a Companhia e a Cevix Energias Renováveis S.A. ("Cevix") e a correspondente incorporação do acervo líquido da Cevix pela Companhia. O referido acervo líquido avaliado a valor contábil em 31 de agosto de 2010 por três peritos totalizou R\$ 461.988, representado por:

Caixa e equivalentes de caixa	116.601
Despesas antecipadas e outros créditos	744
Partes relacionadas	76.248
Investimentos em controladas	
Esmeralda S.A.	27.857
Santa Laura S.A.	32.409
Santa Rosa S.A.	57.854
Monel Monjolinho Energética S.A.	131.018
Moinho S.A.	24.742
Fornecedores	(55)
Partes relacionadas	(5.359)
Demais contas a pagar	(71)
	<hr/>
Acervo líquido incorporado	<u>461.988</u>

Como deliberado na referida Assembleia, o acervo líquido incorporado teve a seguinte destinação: aumento do capital social e manutenção das reservas legal e de retenção de lucros, nos montantes de R\$ 433.647 e R\$ 28.341, respectivamente.

O capital social subscrito da Companhia passou a ser de R\$ 546.787, representado por 671.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

- (iii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2010 foram aprovadas as seguintes deliberações: aumento do capital social da Companhia em R\$ 112.940 mediante: (i) capitalização da reserva legal e de parcela do lucro líquido do exercício em curso, nos montantes de R\$ 23 e R\$ 33.161, respectivamente; e (ii) admissão do acionista Fundo de Investimento em Participações Desenvix, o qual subscreveu e integralizou capital social, no montante de R\$ 79.756. Em decorrência do referido aumento o capital social subscrito passou a ser de R\$ 113.140, representado por 132.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O lucro líquido do exercício em curso utilizado para aumento de capital, no montante de R\$ 33.161, correspondia ao resultado apurado no período de oito meses findo em 31 de agosto de 2010.

- (iv) Em reunião do Conselho de Administração da Cevix Energias Renováveis S.A., realizada em 16 de setembro de 2010, foi aprovada a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 12.500, decorrentes de parcela do saldo da reserva de retenção de lucros.
- (v) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de julho de 2010, foi aprovado o Protocolo de Cisão Parcial e Instrumento de Justificação, celebrado entre a Companhia e a Jackson Empreendimentos Ltda., aprovando a cisão parcial do patrimônio líquido contábil da Companhia e correspondente incorporação da parcela cindida pela sociedade controladora. O referido acervo líquido cindido avaliado a valor contábil em 30 de junho de 2010 por três peritos totalizou R\$ 220.101, representado por: (i) investimento mantido no Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, no montante de R\$ 272.234; e (ii) contas a pagar representado por financiamento contratado junto ao

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Banco Votorantim S.A. e contas a pagar (mútuo) a Cevix Energia Renováveis S.A., nos montantes de R\$ 51.922 e R\$ 211, respectivamente. Em decorrência, o capital social da Companhia foi reduzido por R\$ 220.101, passando a ser naquela data de R\$ 200, representado por 3.760 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 53,20 cada uma.

- (vi) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2010, rerratificada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de julho de 2010, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$ 42.301, mediante a capitalização de: (i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 15.150; (ii) contas a pagar à sociedade controladora, no montante de R\$ 2.620; (iii) reserva de lucros - legal e retenção de lucros, no montante de R\$ 24.300; e (iv) R\$ 231 em dinheiro, sendo R\$ 1 integralizado em 26 de julho de 2010. Em decorrência do aumento, o capital social passou a ser de R\$ 220.301, representado por 4.141.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 53,20 cada uma.

(d) Posição financeira

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes (consolidado) de R\$ 257.286, dos quais R\$ 120.000 representam empréstimo com Partes Relacionadas, sendo o mesmo, como mencionado na Nota 1(b), utilizado em março de 2012 para aumento de capital.

O saldo remanescente do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes (consolidado) é fator da utilização de parcela substancial dos recursos financeiros na construção das usinas eólicas e PCHs e linhas de transmissão em andamento. O equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia será restabelecido à medida que o Grupo receber os recursos financeiros dos financiamentos de longo prazo que serão, ou já estão, contratados, no montante de R\$ 155.104, composto como segue: (i) Eólica Barra dos Coqueiros - contrato de financiamento em fase de assinatura com o Banco de Desenvolvimento da China, no montante de R\$ 88.000, sendo a primeira liberação prevista para o mês de abril de 2012; (ii) Enercasa - contrato de financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 59.504, tendo a primeira liberação, no valor de R\$ 55.504, ocorrida no mês de janeiro e a segunda e última liberação no valor de R\$ 4.000 prevista para o mês de abril de 2012 e (iii) Passos Maia - última parcela do financiamento junto ao BNDES, no valor de R\$ 7.600, foi liberada em janeiro de 2012. Essa modificação no perfil do endividamento bancário consolidado da Companhia, transferindo empréstimos de curto prazo para o longo prazo, auxiliará a Companhia na inversão da atual condição do seu capital circulante líquido.

A Companhia está em franca expansão, investindo em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros, sendo as fontes de recursos obtidas através de: (i) aportes de capital de nossos controladores e (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias que estão atreladas ao Governo Federal com vistas ao atendimento do Plano Decenal de Expansão de Energia 2020, divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética, que prevê a continuidade dos investimentos no setor. Nosso bloco de controle é formado pela Jackson Empreendimentos Ltda. (controladora da Engevix Engenharia S.A.), SN Power e FUNCEF, empresas ou entidade de grande porte e importância nos segmentos de atuação.

Adicionalmente, poderemos recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia ou decidir pela venda de ativos em operação, implantação ou de projetos em desenvolvimento como outra forma de financiarmos nossos investimentos. A substituição de fluxo de caixa por outro de maior atratividade pode ser considerada como uma justificativa pela venda de um ativo seja em qual estágio de vida estiver. Destaca-se, finalmente, que parcela substancial das usinas em implantação (PCHs, Eólicas e Linhas de Transmissão) deverá entrar em operação em 2012, sendo fonte geradora de novos recursos financeiros para o Grupo.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos das contas da Companhia e de suas empresas controladas, inclusive em conjunto, sendo esta última na proporção da participação mantida.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes empresas: (i) controladas - Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A., Monel Monjolinho Energética S.A., Moinho S.A., Macaúbas Energética S.A., Enercasa - Energia Caiuá S.A., Novo Horizonte Energética S.A., Seabra Energética S.A., Energen Energias Renováveis S.A., Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.; e (ii) controladas em conjunto - Passos Maia Energética S.A.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas (i) pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo; e (ii) pela manutenção dos saldos do ativo diferido nas demonstrações financeiras individuais de determinada

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

controlada, enquanto que conforme IFRS o ativo diferido foi baixado contra o patrimônio líquido na data de transição.

2.2 Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora da adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores.

Transações entre companhias e saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(ii) Transações e participações não controladoras

O Grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer

Desenvix Energias Renováveis S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando o Grupo para de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

(iii) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação na movimentação das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia.

Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

O Grupo não elabora informações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração e comercialização de energia elétrica gerada por meio de contratos de longo prazo, que representam substancialmente a receita do Grupo nos anos de 2011 e de 2010.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais com prazo máximo de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Instrumentos financeiros

2.6.1 Classificação

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado como "Receitas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são investimentos sobre os quais a Companhia não possui influência significativa ou controle, não derivativos, que foram designados nessa categoria por não

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

atenderem às características das outras categorias. Estes investimentos estão apresentados na conta de investimentos, no ativo não circulante, tendo em vista que a administração não pretende alienar estes investimentos em até 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. Os dividendos decorrentes destes investimentos são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber pagamentos.

A administração estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, contando com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria entidade.

A administração avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

2.7 Contas a receber

As contas a receber correspondem a: (i) suprimento de energia elétrica contratado até a data das demonstrações financeiras; e (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento, contabilizados observando o regime de competência.

As contas a receber de clientes são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment* (provisão para créditos de realização duvidosa), se necessária.

2.8 Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), imposto de renda e contribuição social, decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas. Os estoques, representados por peças de manutenção das usinas hidrelétricas, estão demonstrados ao custo, que não excede seu valor de realização.

As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de carta de fiança bancária e seguros, apropriados *pro rata temporis*, e as despesas incorridas com processo de abertura de capital estão demonstradas ao custo.

2.9 Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

A Companhia não possui investimentos no exterior. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos não realizados entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados, quando aplicável, na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada na conta "Provisão para passivo a descoberto" (Nota 8).

Controladas em conjunto são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estratégias relacionadas às atividades da entidade requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o controle conjunto é adquirido ou constituído. O Grupo apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional.

2.10 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 9, estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo de concessão ou da autorização das usinas, quando aplicável.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

A Companhia optou por não valorizar o seu ativo imobilizado ao custo atribuído, uma vez que seus empreendimentos são relativamente novos e não possuem defasagem material de avaliação com relação aos seus valores de mercado.

2.11 Intangível

(a) Estudos de projeto

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros são reconhecidos inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a aprovação dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela ANEEL, assim como, quando requerida, a obtenção pelas empresas vencedoras do leilão da licença ambiental prévia, em prazos e condições indeterminados.

Por ocasião da aprovação pela ANEEL dos estudos para UHEs, formalizada através de Despachos ou Ofícios, quando a Companhia tem assegurado o ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor do leilão de novos empreendimentos de geração de energia, que poderá ser um terceiro ou parte relacionada, assim como, quando requerida, da obtenção da licença ambiental prévia, um ativo é reconhecido, em contrapartida ao resultado do exercício, uma vez que há indicações claras e objetivas, com base em fontes internas e externas, do direito de exploração ou do seu reembolso, conforme o caso.

No caso específico de PCHs e usinas eólicas, o ativo é reconhecido por ocasião da obtenção, ou quando houver evidências claras e objetivas da obtenção, da outorga, como por exemplo estarem classificadas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

como prioritárias, ter a licença ambiental prévia, terras nas proximidades do reservatório, projeto básico aceito pela ANEEL estando em fase final de complementação, entre outros. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Caso o ganhador seja um terceiro, os referidos gastos serão faturados consoante previsão contratual e normas da ANEEL, atualizados monetariamente desde a data de sua aprovação até a data de seu pagamento, tendo por base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), limitada a 10% ao ano; portanto, corresponde a um ativo financeiro pelo direito contratual de receber deste terceiro. Caso o ganhador seja uma parte relacionada (empresa controlada constituída para explorar o novo empreendimento de geração de energia), o referido gasto poderá ser faturado para a, ou considerado como aporte de capital na, referida sociedade.

Os gastos com pesquisa, quando incorridos, são reconhecidos como despesas no resultado.

(b) Direito de concessão - uso do bem público

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão firmado pela Monel Monjolinho Energética S.A. com a ANEEL. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

(c) Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível (Nota 10).

2.12 Diferido

Corresponde aos gastos incorridos na fase pré-operacional pela sociedade controlada Santa Rosa S.A., que tiveram por origem período anterior ao do início da fase de construção da usina, não tendo, dessa forma, nenhuma vinculação com o projeto, sendo amortizados pelo prazo máximo de cinco anos, a partir da data de início das operações da usina. Conforme facultado no Pronunciamento Técnico CPC 13, a administração optou por manter, nas demonstrações financeiras individuais, o saldo existente no ativo diferido até a sua amortização final.

2.13 Redução ao valor recuperável

Os ativos não circulantes, não financeiros, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Em 31 de dezembro de 2011, não há indicação de desvalorização que requeira a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

2.14 Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

As participações dos acionistas não controladores que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia no caso de liquidação, são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09 - "Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas", a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição de participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. As contraprestações transferidas (valor pago), bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.15 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.16 Passivos financeiros

2.16.1 Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ajuste a valor presente não é aplicável, uma vez que parcela substancial dos financiamentos reúne características próprias, sendo as condições definidas nos correspondentes contratos aplicáveis a qualquer empresa, assim como estando sua concessão limitada ao BNDES.

2.16.2 Concessões a pagar

É um instrumento financeiro mantido até o vencimento, demonstrado ao custo amortizado e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,56%.

2.17 Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.18 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.19 Reconhecimento da receita

As receitas de venda de serviços e do fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios inerentes são transferidos para o comprador.

No caso de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros, a receita, ou a recuperação de custos, é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos venham a ser percebidos pela Companhia, fato esse que ocorrerá por ocasião do leilão de energia, quando a empresa vencedora, mediante previsão contratual, se obriga a pagar a Companhia pelos referidos estudos, dependendo ainda, em determinadas circunstâncias, da obtenção da licença ambiental prévia. O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é utilizado para operacionalizar o compartilhamento dos riscos hidrológicos associados ao despacho centralizado, assegurando que todas as usinas recebam seus níveis de Garantia Física independente de seus níveis reais de produção de energia. O MRE realoca a energia produzida, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua Garantia Física para aquelas que geraram abaixo. O ajuste do MRE é apurado e informado ao final de cada ano pela Eletrobras, sendo seu montante (receita ou custo) reconhecido contabilmente somente no encerramento do exercício social.

As demais receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência.

2.20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Determinadas sociedades adotam o regime de apuração do lucro real e outras do lucro presumido, como a seguir indicado:

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Lucro real

São calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

(b) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, certas sociedades, cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R\$ 48.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) estão comentados na Nota 22.

2.21 Benefícios a empregados e dirigentes

O Grupo não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes pós sua saída.

Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participação nos lucros.

2.22 Contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- (a) Ganhos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- (b) Contingências passivas - são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas em notas explicativas às demonstrações financeiras, e as classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

2.23 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Grupo. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- . O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- . O IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades" trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão das usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

(b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo, com base em suas análises, não identificou necessidade de constituir nenhuma provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível".

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou como referência operação recente contratada com terceiro, cuja precificação se deu com base no fluxo de caixa descontado.

O valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda seria R\$ 13.433 menor ou R\$ 10.420 maior, caso a taxa de desconto utilizada na análise do fluxo de caixa descontado apresentasse uma diferença de aproximadamente 10% em relação às estimativas da administração.

4 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2011	2010
Total dos financiamentos (Nota 12)	755.675	399.012
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	41.490	57.672
Menos - aplicação financeira restrita (Nota 7)	56.880	18.139
Dívida líquida	657.305	323.201
Total do patrimônio líquido	598.665	588.224
Total do capital	1.255.970	911.425
Índice de alavancagem financeira - %	52,33	35,46

O aumento no índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 decorre da contratação de novos financiamentos para custeio dos projetos em construção (Nota 1(a)(ii)).

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos	401	192	37.617	9.163
Aplicações financeiras	5	38.943	3.873	48.509
	406	39.135	41.490	57.672

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Renda Fixa, com rendimentos médios equivalentes a 100% da variação do CDI, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fornecimento de energia elétrica (i)				
Eletrobras - PROINFA			5.988	6.241
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica			17.867	
Terceiros			8.109	6.532
Depósitos judiciais (ii)				7.773
Clientes - terceiros (iii)		6.416	2.511	7.311
Clientes - partes relacionadas (Nota 11)	2.770	490	250	250
Provisão para devedores duvidosos (iv)	(220)		(220)	
	2.550	6.906	34.505	28.107

(i) Fornecimento de energia elétrica está representado pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do PROINFA, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias.

(ii) Depósitos judiciais - corresponde à parcela do montante decorrente do fornecimento de energia elétrica dos meses de setembro e outubro de 2009, depositado em juízo em decorrência da ação judicial em curso. Em janeiro de 2011, a ação foi julgada (sentença arbitral) favorável à Companhia, sendo os correspondentes depósitos recebidos em fevereiro de 2011.

(iii) Clientes - terceiros - o saldo em 31 de dezembro de 2010 (controladora e consolidado) corresponde substancialmente a recebível por venda de projeto básico e estudo de inventário da UHE Garibaldi, recebido em janeiro de 2011.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Em 31 de dezembro de 2011, o saldo provisionado refere-se a 100% dos títulos em aberto da usina Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.

7 Aplicações financeiras restritas

(a) Ativo circulante

Está representada por recursos financeiros aplicados no Banco Itaú S.A. em garantia de carta de fiança bancária emitida pela referida instituição financeira em decorrência do empréstimo concedido pela SN Power, cuja operação foi finalizada em março de 2012 e, por consequência, sendo a referida aplicação financeira liberada nessa mesma data.

(b) Ativo não circulante

Por força dos contratos de financiamento firmados com o BNDES para custeio das obras das PCHs Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Moinho e da UHE Alzir dos Santos Antunes, e com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") para o custeio das obras das Usinas Eólicas Novo Horizonte, Seabra, Macaúbas as empresas devem manter saldos em conta-corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada "conta reserva", com recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, do equivalente à soma das últimas três parcelas mensais, no mínimo, de principal, juros e demais acessórios, valor esse que permanecerá bloqueado durante todo o prazo de amortização do referido contrato de financiamento (Nota 12).

As referidas aplicações foram realizadas no Itaú S.A., Bradesco S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco do Brasil S.A., com remuneração equivalente a 100% da variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A movimentação da referida aplicação pode ser assim demonstrada:

	Consolidado	
	2011	2010
No início do exercício	18.139	9.593
Aplicação realizadas	13.716	7.500
Resgates	(1.863)	(2.132)
Parcela cindida em 30 de junho		(11.559)
Parcela incorporada em 31 de agosto		13.886
Rendimentos, líquidos de tributos	2.089	851
No final do exercício	<u>32.081</u>	<u>18.139</u>

O valor justo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 aproximam-se de seus valores contábeis.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Em empresas controladas	513.910	294.259		
Em empresas coligadas e outras	<u>115.472</u>	<u>66.720</u>	<u>115.472</u>	<u>66.720</u>
	629.382	360.979	115.472	66.720
Aquisição de terras	<u>21.439</u>	<u>20.940</u>	<u>21.439</u>	<u>20.940</u>
	<u><u>650.821</u></u>	<u><u>381.919</u></u>	<u><u>136.911</u></u>	<u><u>87.660</u></u>

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) A composição do saldos dos investimentos em empresas controladas, coligadas e outras, pode ser assim demonstrada:

	2011					2010				
	Custo	Ágio	AFAC	Provisão para perda	Investimento	Custo	Ágio	AFAC	Provisão para perda	Investimento
Empresas controladas										
Monel Monjolinho Energética S.A.	125.406				125.406	121.302				121.302
Santa Laura S.A.	32.499				32.499	31.340				31.340
Santa Rosa S.A.	56.567				56.567	54.960				54.960
Esmeralda S.A.	33.951				33.951	27.672				27.672
Moinho S.A.	29.396				29.396	19.373		6.850		26.223
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	26.715				26.715					
Energen Energias Renováveis S.A.	12.225	6.970			19.195					
Enxex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	1.860	36.100			37.960	534				534
Macaúbas Energética S.A.	46.344				46.344	2.927				2.927
Novo Horizonte Energética S.A.	40.311				40.311	2.911		32		2.943
Passos Maia Energética S.A.	22.265	3.541			25.806	19.867	3.541			23.408
Seabra Energética S.A.	39.760				39.760	2.918		32		2.950
	467.299	46.611			513.910	283.804	3.541	6.914		294.259
Empresas coligadas e outros										
Caldas Novas Transmissão S.A.	25				25					
Goiás Transmissão S.A.	20.857				20.857					
MGE Transmissão S.A.	17.497				17.497					
BBE Bioenergia S.A. (*)	2.213			(2.213)		2.213			(2.213)	
Enerpar Energia do Paraná e Participações S.A.	2.171				2.171	316		997		1.313
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	338		326		664	338		325		663
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas	66.264				66.264	57.424				57.424
Dona Francisca Energética S.A.	7.994				7.994	7.320				7.320
	117.359		326	(2.213)	115.472	67.611		1.322	(2.213)	66.720
	584.658	46.611	326	(2.213)	629.382	351.415	3.541	8.236	(2.213)	360.979

(*) Em decorrência do contrato assinado com a SN Power, a Companhia deverá transferir a participação mantida junto à BBE para a Jackson.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

	Participação no capital social - %		Patrimônio líquido (passivo a descoberto) - ajustado		Lucro líquido (prejuízo) do exercício - ajustado		Valor do investimento		Equivalência patrimonial		Provisão para passivo a descoberto		Lucros distribuídos ou a distribuir	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2010	2010	2011	2010
Empresas controladas														
Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix														
Monel Monjolinho Energética S.A.	99,99	99,99	125.572	121.301	5.214	13.305	125.406	121.302	5.215	16.543			(1.110)	(8.142)
Santa Laura S.A.	99,99	99,99	32.499	31.356	3.083	1.767	32.499	31.340	3.083	926			(1.925)	(3.372)
Santa Rosa S.A.	99,99	99,99	56.547	54.960	2.083	2.971	56.567	54.960	2.082	179			(475)	(499)
Esmeralda S.A.	99,99	99,99	33.951	27.684	8.230	1.375	33.951	27.672	8.230	79			(1.952)	(704)
Moinho S.A.	99,99	99,99	29.396	26.223	642	(112)	29.396	26.223	642	1.858			(147)	(1.604)
Enercase - Energia Caiuá S.A.	100	50	26.715	(4.932)	(5.865)	(626)	26.715		(5.865)	(31)	(2.466)			
Enx O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	100	50	1.861	1.068	790	760	37.960	534	790	380			(200)	(150)
Macubas Energética S.A.	99,99	99,99	46.345	2.927	(55)	(233)	46.344	2.927	(55)	(233)				
Novo Horizonte Energética S.A.	99,99	99,99	40.312	2.943	(27)	(217)	40.311	2.943	(27)	(217)				
Passos Maia Energética S.A.	50	50	44.339	39.734	428	(52)	25.806	23.408	214	(26)				
Seabra Energética S.A.	99,99	99,99	39.760	2.950	(16)	(210)	39.760	2.950	(16)	(211)				
Energen - Energias Renováveis S.A.	88,33		13.840		(247)		19.195		(149)					
Empresas coligadas e outros														
Caldas Novas Transmissão S.A.							25							
Goiás Transmissão S.A.	25,5	25,5	81.792		4.916		20.857		1.254					
MGE Transmissão S.A.	25,5	25,5	68.617		2.933		17.497		455					
BBE Bioenergia S.A.	12,5	25												
Enerpar Energia do Paraná e Participações S.A.	25	25	8.684	457	(5.642)	(45)	2.171	1.313	(127)	(90)				
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	20	20	1.656	1.691	(27)	8	664	663						
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas (*)	5	5	60.489	557.742	62	25.545	66.264	57.424						
Dona Francisca Energética S.A. (*)	2,12	2,12	112.215	99.616	34.532	24.679	7.994	7.320						
							<u>629.382</u>	<u>360.979</u>	<u>15.726</u>	<u>19.157</u>	<u>(2.466)</u>	<u>(5.809)</u>	<u>(14.471)</u>	

(*) Investimentos classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, como descrito na Nota 2.6.1(c). O ajuste de avaliação patrimonial acumulado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 totalizou R\$ 49.800 e R\$ 40.285 (líquido dos efeitos tributários - R\$ 41.867 e R\$ 35.587), respectivamente.

O patrimônio líquido contábil da Monel Monjolinho Energética S.A., Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. e Moinho Energética S.A. em 31 de dezembro de 2011 foi ajustado, para fins de cálculo da equivalência patrimonial, pelo montante dos lucros não realizados decorrentes de operações realizadas entre a Companhia e as referidas controladas, pelos montantes de R\$ 2.431, R\$ 189, R\$ 279, R\$ 1.715 e R\$ 1.765 (2010 - R\$ 2.523, R\$ 201, R\$ 295, R\$ 1.795 e R\$ 1.788), respectivamente.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos investimentos e da provisão para passivo a descoberto, pode ser assim demonstrada:

	Controladora	
	2011	2010
No início do exercício	381.919	303.180
Aquisição de terras	499	7.476
Aporte de capital ou adiantamentos para futuro aumento de capital	172.028	4.106
Aquisição de participação societária	50.385	23.434
Ganho de capital (*)		28.831
Ajuste de avaliação patrimonial	9.515	3.815
Equivalência patrimonial	15.726	19.157
Transferência do ativo intangível (Nota 10)		9.450
Encargos financeiros capitalizados em controladas	9.677	
Parcela incorporada em 31 de agosto de 2010 (Nota 1(c))		273.880
Ganho com investimento (Nota 27(e))	17.264	
Parcela cindida em 30 de junho de 2010 (Nota 1(c))		(272.234)
Ajuste CPCs não controladores apropriado ao patrimônio líquido		(4.705)
Amortização de ágio	(383)	
Dividendos recebidos ou a receber	(5.809)	(14.471)
	<u>650.821</u>	<u>381.919</u>

(*) O ganho de capital apresentado corresponde à participação da Companhia no ágio pago pela FUNCEF na aquisição de quotas do Caixa FIP Cevix.

A provisão constituída para passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 2.466 (Nota 1(a)(i)).

Os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto, consideradas nas demonstrações financeiras consolidadas, proporcionalmente à participação societária mantida, estão resumidos a seguir:

	Passos Maia Energética S.A.		Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	Enercasa - Energia Caiuá S.A.
	2011	2010	2010	2010
Ativo				
Circulante	5.820	1.950	2.668	290
Não circulante				
Realizável a longo prazo			14	
Imobilizado	124.923	47.992	636	11.066
Intangível			362	
	<u>130.743</u>	<u>49.942</u>	<u>3.680</u>	<u>11.356</u>
Passivo e patrimônio líquido				
Passivo circulante	5.756	10.208	2.001	11.814
Passivo não circulante	80.648		611	4.474
Patrimônio líquido	<u>44.339</u>	<u>39.734</u>	<u>1.068</u>	<u>(4.932)</u>
	<u>130.743</u>	<u>49.942</u>	<u>3.680</u>	<u>11.356</u>

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Passos Maia Energética S.A.		Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.		Enercasa - Energia Caiuá S.A.
	2011	2010	31 de agosto de 2011	2010	2010
Resultado do período					
Receita líquida			14.819	14.714	
Custo dos serviços prestados			(8.832)	(8.114)	
Despesas operacionais	(32)	(22)	(4.439)	(5.402)	(116)
Resultado financeiro	460	(30)	(200)	(76)	(510)
Imposto de renda e contribuição social			(541)	(362)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício/período	428	(52)	807	760	(626)

(c) Informações sobre as empresas controladas e coligadas

Até 31 de agosto de 2011, a Enex era consolidada proporcionalmente considerando-se sua participação anterior de 50%. A partir de 1º de setembro de 2011 a Companhia adquiriu os demais 50% de participação (Nota 27(e)), passando a consolidá-la integralmente na suas demonstrações financeiras.

A coligada Enerpar Energia do Paraná e Participações S.A. tem por atividade a participação em outras sociedades, tendo como investida (participação de 25%) a Empresa Paranaense de Participações S.A. (EPP) que tem por atividade preponderante a produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, estando atualmente em fase pré-operacional (desenvolvendo estudos e projetos para identificação de potenciais energéticos para possível implantação de futuras pequenas centrais hidrelétricas).

Em 23 de janeiro de 2008, foi firmada a Carta de Intenções pela qual a Companhia e outra empresa parceira manifestaram a intenção de participar como acionistas da BBE Brasil Bioenergia S.A., que tem por atividade a implantação de uma unidade de extração de óleo vegetal e uma unidade de processamento de biodiesel, com o objetivo de produzir e comercializar o biodiesel, suas matérias-primas e seus subprodutos. Adicionalmente, a referida Carta de Intenções estabelece, entre outros, o seguinte: (i) a Companhia e sua parceira deverão integralizar o capital social, pelo montante de R\$ 2.950, por ocasião da aprovação formal do financiamento pelo BNDES; (ii) o saldo remanescente do capital social, no montante de R\$ 13.050, deverá ser integralizado pela Companhia no momento em que o BNDES liberar os recursos, ou na forma que for exigida na aprovação do projeto pelo BNDES; (iii) que a Companhia, em virtude da aprovação formal do financiamento, constituirá em favor do BNDES garantia corporativa na ordem de 25% do valor financiado para o projeto; (iv) caso a Companhia não apresente a garantia requerida pelo BNDES os demais acionistas poderão cancelar a transação ora contemplada, mediante a adoção de medidas corporativas necessárias para o cancelamento das ações subscritas pela Companhia, ressalvando-se, contudo, que nesse caso todo e qualquer valor pago pela Companhia, como parte do pagamento total pelas ações, será prescrito à BBE Bioenergia S.A.; e (v) no caso de inadimplência dos demais acionistas, representando os 75% do capital social, no fornecimento

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

das garantias requeridas pelo BNDES, a Companhia poderá optar pelo cancelamento da transação ora contemplada, mediante a adoção das medidas corporativas necessárias ao cancelamento das ações subscritas, ressalvando-se que nesse caso a Companhia terá direito de receber todo e qualquer valor pago pela aquisição das ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2008, a Companhia subscreveu 500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 32,00 cada ação, perfazendo o total de R\$ 16.000, sendo R\$ 500,00 de capital social e R\$ 15.500 de ágio na subscrição de ações, a serem integralizadas na seguinte forma: (i) R\$ 1.475 em cinco dias úteis a contar da data da AGE; (ii) R\$ 1.475 no prazo de trinta dias a contar da data do pagamento da primeira parcela; e (iii) R\$ 13.050 de forma parcelada, no prazo de cinco dias a contar das chamadas do Conselho de Administração, que serão feitas na forma aprovada pelo BNDES. A Companhia, considerando a participação da empresa parceira, integralizou a primeira parcela do capital social, pelo montante de R\$ 738, sendo a segunda parcela integralizada totalmente pela Companhia.

No final de 2009, a BBE Bioenergia S.A. ingressou em juízo com uma ação de execução para cobrança das duas primeiras parcelas relativas à integralização da parcela remanescente do capital social conforme Boletim de Subscrição, no montante original de R\$ 9.163, tendo a Companhia apresentado recursos de embargos a execução, assim como apresentou carta de fiança bancária em garantia. A administração da Companhia entende que a referida integralização deveria ser realizada observando o avanço físico da obra e a liberação das parcelas do financiamento do BNDES, fatos esses não ocorridos, assim como entende que as condições requeridas pelo BNDES na concessão do financiamento, principalmente a apresentação de garantias dos demais acionistas, ainda não foram atendidas. Os advogados da Companhia indicam que por força da condição suspensiva existente no Boletim de Subscrição firmado, a exigibilidade da dívida executada está condicionada à ocorrência de evento futuro, qual seja, a realização de chamadas do Conselho de Administração na forma aprovada pelo BNDES, sendo esse seu melhor entendimento e argumento de defesa na referida ação, indicando que a Companhia não se encontra em mora no que se refere ao cumprimento da obrigação assumida no Boletim de Subscrição como entendido pela BBE Bioenergia S.A. Finalmente, os consultores jurídicos da Companhia, diante da recente decisão do Juízo da execução, a qual determinou a remessa dos autos a outra comarca em acolhimento da exceção de incompetência relativa oposta pela Companhia, tendo a BBE Bioenergia S.A. interposto recurso de agravo de instrumento, ora pendente de apreciação, classificam o risco de perda como possível.

A Companhia, considerando todo esse contexto, principalmente aquele decorrente do relacionamento entre acionistas, constituiu provisão para perda do montante total do capital social integralizado; todavia, caso ela venha a ser requerida a integralizar a parcela remanescente do capital social, a mesma irá continuar participando na sociedade e, por consequência, revertendo a provisão constituída.

(d) **Aquisição de terras**

A Companhia, com o objetivo de viabilizar a obtenção junto a ANEEL das autorizações ou outorgas para implantação futura de PCHs, para as quais vem desenvolvendo estudos de inventário e projetos básicos, está adquirindo antecipadamente terras nas proximidades de onde serão construídas as futuras PCHs (área a ser atingida pelo reservatório), sendo esta uma das condições para seleção e hierarquização dos interessados.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Imobilizado

	Consolidado			
	2011		2010	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Usinas e outros				
Terrenos	20.317	(1.499)	18.818	20.502
Terrenos - processos judiciais (i)	2.279		2.279	853
Reservatório, barragens e adutoras	449.051	(40.516)	408.535	381.856
Edificações, obras civis e benfeitorias	38.939	(3.327)	35.612	29.850
Máquinas e equipamentos	506.213	(19.024)	487.189	133.090
Material em depósito e outros	823		823	837
Móveis e utensílios	590	(120)	470	341
Equipamentos de informática e outros	560	(201)	359	201
Outros	448	(35)	413	1.299
Sistemas de conexão				
Terrenos	137		137	137
Edificações, obras civis e benfeitorias	299	(28)	271	280
Máquinas e equipamentos	50.172	(3.090)	47.082	20.535
Imobilizados em curso, servidões e outros	68		68	632
Adiantamentos a fornecedores	90.115		90.115	124.782
Obras em andamento (ii)	165.433		165.433	92.680
	<u>1.325.444</u>	<u>(67.840)</u>	<u>1.257.604</u>	<u>807.875</u>

(i) Terrenos - processos judiciais - está representado pelo montante depositado em juízo decorrente de ações em curso motivadas por problemas de ordem documental e discordância dos valores provenientes da desapropriação das áreas necessárias à implantação das usinas, como aprovadas pela ANEEL (declaração de utilidade pública para fins de desapropriação). Os consultores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam como prováveis as chances de êxito nessas questões.

(ii) Composição do saldo de "Obras em andamento":

	Consolidado	
	2011	2010
Obras civis e do reservatório	4.208	
Coordenação e contratação de fornecimento	64.703	33.372
Gastos com meio ambiente	5.400	377
Engenharia e gerenciamento da obra	8.322	2.772
Encargos financeiros	16.920	1.351
Estudos e projetos	14.483	16.078
Engenharia e gerenciamento EPC	13.607	6.844
Canteiro e acampamento	29.440	27.135
Outras	8.350	4.751
	<u>165.433</u>	<u>92.680</u>

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do ativo imobilizado pode ser assim demonstrada:

	Usinas e outros	Sistema de conexão	Adiantamentos a fornecedores	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2009	576.581	22.332	1.196	2.963	603.072
Adições	14.368	155	124.306	77.376	216.205
Depreciação	(21.787)	(850)			(22.637)
Baixa	(36)	(1)		(215)	(252)
Transferência entre contas	1.113	39	(1.113)	(39)	
Transferência do ativo intangível				9.450	9.450
Parcela cindida em 30 de junho de 2010	(577.076)	(22.019)	(4.691)	(10.083)	(613.869)
Parcela incorporada em 31 de agosto de 2010	575.666	21.928	5.084	13.228	615.906
Em 31 de dezembro de 2010	568.829	21.584	124.782	92.680	807.875
Adição por aquisição de investimentos	477			319	796
Adições	193.813	19.149	125.442	117.869	456.273
Depreciação	(25.009)	(1.222)			(26.231)
Encargos financeiros capitalizados				19.976	19.976
Transferência entre contas	216.756	8.764	(160.109)	(65.411)	
Baixa	(368)	(717)			(1.085)
Em 31 de dezembro de 2011	954.498	47.558	90.115	165.433	1.257.604

As taxas anuais de depreciação de bens do imobilizado são:

	Taxa média	Percentual
Usinas e outros		
Reservatório, barragens e adutoras	4,08	3,7 a 4,8
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24	3,7 a 4,8
Máquinas e equipamentos	4,29	3,7 a 6,7
Móveis e utensílios	10,00	10,0
Equipamentos de informática e outros	20,00	20,0
Sistemas de conexão		
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24	3,7 a 4,8
Máquinas e equipamentos	4,03	3,7 a 4,8

10 Intangível

	Consolidado			
	2011		2010	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Estudos de viabilidade e ambiental, de inventário e projetos	32.516		32.516	29.640
Uso do Bem Público (UBP)	66.499	(5.608)	60.891	63.295
Licenças de operação	7.950	(4.538)	3.412	3.734
Direito de autorização (Nota 27)	10.511		10.511	3.541
Ágio na aquisição de investimento	30.732		30.732	
Contratos firmes	5.751	(383)	5.368	
Outros	1.535	(12)	1.523	60
	155.494	(10.541)	144.953	100.270

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição dos estudos de viabilidade ambiental, de inventário e projetos básicos e outros, pode ser assim demonstrada:

	Controladora			
			2011	2010
	Contratos com condição resolutiva	Outros contratos e demais custos	Total	Total
Estudos de viabilidade e ambiental				
UHE Baixo Iguaçu	5.000		5.000	5.000
UHE Itaipiranga	1.100	29	1.129	1.100
UHE Riacho Seco (ii)	3.350	6.907	10.257	10.257
UHE Torixoréu	2.500		2.500	2.500
AHE São Roque (i)		6.853	6.853	6.853
Outros		531	531	
Estudos de inventário				
Rio Itacaiunas	1.820	19	1.839	1.820
Rio Piquiri		105	105	
UHE São Roque (i)				611
Outros		85	85	
Projetos básicos e outros				
PCH Bonança (iii)	1.493	161	1.654	1.499
PCH Sossego		87	87	
Outros		2.476	2.476	
	<u>15.263</u>	<u>17.253</u>	<u>32.516</u>	<u>29.640</u>

A movimentação do ativo intangível pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2009	28.900	99.941
Gastos incorridos no período	13.794	13.794
Gastos apropriados ao resultado (Nota 21)	(4.292)	(4.292)
Transferência para investimento	(9.450)	(9.450)
Transferência para contas a receber	(5.399)	(5.399)
Ativo reconhecido - AHE São Roque (Nota 21)	6.087	6.087
Amortização da UBP, licenças e outros		(3.998)
Direito de autorização (Nota 27)		3.541
Outras adições		46
Em 31 de dezembro de 2010	29.640	100.270
Gastos incorridos no período	7.228	7.228
Gastos apropriados ao resultado (Nota 21)	(4.352)	(4.352)
Outras adições		2.651
Contratos firmes		5.751
Direito de autorização (Nota 27)		6.970
Ágio na aquisição de participação de investimento (Enex)		30.732
Ativo intangível proveniente de aquisição de controlada		190
Amortização da UBP, licenças e outros		(4.487)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>32.516</u>	<u>144.953</u>

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Contratos com condição resolutiva

Os serviços de elaboração de estudos de inventário, de viabilidade e ambiental, assim como a elaboração dos projetos básicos são, substancialmente, contratados com a parte relacionada Engevix Engenharia S.A. ("Contratada").

Determinados contratos estabelecem que certos serviços, caso não sejam aprovados pela ANEEL, serão reembolsados pela contratada, assim como determinados custos só serão devidos após a realização do leilão de novos empreendimentos de energia elétrica, quando o ganhador (no caso um terceiro) deverá reembolsar a Companhia e, por consequência, a mesma pagar a contratada. Dessa forma, os pagamentos realizados à contratada por conta dos serviços prestados caracterizam-se como adiantamentos concedidos.

(b) Informações sobre os estudos constantes do ativo intangível

- (i) Gastos revisados e aprovados pela ANEEL em 2010, conforme Ofício nº 1.049/2010.
- (ii) Gastos revisados e aprovados pela ANEEL em 2010, conforme Ofícios nºs 243 e 453 de 2010.
- (iii) Projeto básico em fase final de aprovação, suportado por licença ambiental prévia e terras adquiridas na região do reservatório.

(c) Outras informações

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui os seguintes créditos já homologados pela ANEEL (não considerados nos estudos anteriormente mencionados) e que ainda não foram faturados contra as entidades vencedoras do leilão de novos empreendimentos de geração de energia elétrica:

- (i) Consórcio Empresarial Pai Querê - Despacho nº 489 de 24 de julho de 2001 - receita a ser faturada por reembolso de custos, no montante de R\$ 4.380 (data-base julho de 2001).
- (ii) Consórcio GESAI - Grupo Empresarial Santa Isabel - Despachos nº 374 de 5 de setembro de 2000 e nº 523 de 31 de julho de 2001 - receita a ser faturada por reembolso de custos decorrentes de: (i) estudo de inventário do Rio Araguaia, no montante de R\$ 673 (data-base setembro de 2000); e (ii) estudo de viabilidade, no montante de R\$ 3.261 (data-base agosto de 2001).

Consoante os referidos despachos a sua eficácia está condicionada à apresentação da licença ambiental prévia e às eventuais alterações provocadas pelas exigências ambientais, na concepção inicial desses estudos. Em decorrência, a recuperação dos referidos gastos somente será registrada contabilmente quando for provável que os benefícios econômicos futuros venham a ser percebidos pela Companhia, fato esse que ocorrerá no momento da obtenção das referidas licenças.

(d) Direito de autorização

O valor alocado como direito de autorização refere-se à diferença entre o valor justo dos ativos e passivos da controlada em conjunto Passos Maia e o custo de aquisição. O valor será amortizado pelo período remanescente da respectiva autorização por ter vida finita, a partir da data do início da operação comercial. O teste de recuperação efetuado no exercício de 2011, pelo valor em uso, foi efetuado de acordo com o CPC 01, não indicando perda de valor a ser reconhecida.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Uso do Bem Público (UBP)

Como mencionado na Nota 14, o saldo está representado pela obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.), ajustado a valor presente. A atualização monetária do referido montante foi contabilizada no ativo intangível até a data de início da operação comercial da usina, sendo posteriormente apropriada ao resultado na rubrica "Despesas financeiras". A amortização é calculada pelo método linear, a partir do início da operação comercial da usina (setembro de 2009), pelo prazo remanescente do contrato de concessão, cujo vencimento é 22 de abril de 2037.

11 Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativo circulante				
Contas a receber				
Esmeralda S.A.	460	20		
Santa Laura S.A.	230	10		
Enercasa Energia Caiuá S.A.	80			
Santa Rosa S.A.	460	20		
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.		220		220
Moinho S.A.	160	60		
Monel Monjolinho Energética S.A.	920	40		
Passos Maia Energética S.A.	60	60	30	30
Novo Horizonte Energética S.A.	60	20		
Macaúbas Energética S.A.	60	20		
Seabra Energética S.A.	60	20		
	<u>2.550</u>	<u>490</u>	<u>30</u>	<u>250</u>
Dividendos a receber				
Monel Monjolinho Energética S.A.	943	3.372		
Santa Laura S.A.	1.015	499		
Moinho S.A.	147			
Santa Rosa S.A.		704		
Esmeralda S.A.	<u>772</u>	<u>3.086</u>		
	<u>2.877</u>	<u>7.661</u>		
Ativo não circulante - realizável a longo prazo (i)				
Engevix Engenharia S.A.		10.655		10.655
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	45.504	6.416		3.211
Macaúbas Energética S.A.	13	47.570		
Moinho S.A.	12.785	11.920		
Seabra Energética S.A.		44.489		
Novo Horizonte Energética S.A.		38.156		
Passos Maia Energética S.A.		4.220		2.110
Usina Pau D'Alho S.A.	13.295	10.302	13.295	10.302
UHE Cubatão S.A.	7		7	
FUNCEF	4.275		4.275	
Bom Retiro S.A.	133	100	134	101
Água Quente Ltda.			915	
JP Participações Ltda.	525		525	
Jackson Empreendimentos Ltda.	<u>14.529</u>		<u>14.529</u>	
	<u>91.066</u>	<u>173.828</u>	<u>33.680</u>	<u>26.379</u>
Total do ativo	<u>96.493</u>	<u>181.979</u>	<u>33.710</u>	<u>26.629</u>

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Passivo circulante				
Fornecedores				
Engevix Engenharia S.A.			6.505	18.267
Partes relacionadas				
Engevix Engenharia S.A.	1.002		4.713	870
Monel Monjolinho Energética S.A.	16.833	5.084		
Santa Rosa S.A.	920			
SN Power (ii)	118.346		118.346	
Energen Energias Renováveis S.A.	1.131			
Santa Laura S.A.	162			
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.		62		
Adami S.A. Madeiras				39
	138.394	5.146	123.059	909
Total do passivo	138.394	5.146	129.564	19.176

- (i) Referem-se basicamente a contratos de mútuo, sem vencimento e sem incidência de encargos financeiros.
- (ii) Empréstimo em moeda nacional sujeito a encargos equivalentes a variação do CDI + margem, os quais incidirão somente em caso de não fechamento de negócio (Nota 1).

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado do exercício				
Receitas de prestação de serviços				
Cevix Energias Renováveis S.A.		240		40
Esmeralda S.A.	480	240		40
Enercasa Energia Caiuá S.A.	680	480	600	80
Monel Monjolinho Energética S.A.	960	720		120
Moinho S.A.	640	120	480	20
Santa Laura S.A.	240	240		40
Santa Rosa S.A.	480	600		300
Passos Maia Energética S.A.	720	140	360	
Macaúbas Energética S.A.	720	140	720	
Seabra Energética S.A.	720	140	720	220
Novo Horizonte Energética S.A.	720	220	720	
	6.360	3.280	3.600	860

A receita faturada (montante integral) pela empresa controlada Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., considerada como custo dos serviços de energia elétrica, para as PCHs e UHEs, totalizou R\$ 5.683 em 2011 (R\$ 4.478 em 2010). O montante faturado pela Engevix Engenharia S.A. contra a Companhia e suas controladas totalizou R\$ 1.641 em 2011 (R\$ 1.415 em 2010), representado, substancialmente, por custo de construção da usina.

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui os acionistas, diretores e gerentes totalizou R\$ 4.396 em 2011 (R\$ 2.392 em 2010).

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços de gerenciamento das atividades operacionais com a Santa Laura, Santa Rosa, Esmeralda, Monel, Moinho, Passos Maia, Macaúbas, Seabra, Novo Horizonte e Enercasa, sendo os preços determinados considerando os custos internos.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Monel, Moinho, Passos Maia e Enercasa possuem contratos firmados com a Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. referente aos serviços de operação e manutenção para operação das usinas.

12 Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Financiamento de obras - BNDES (i)			424.466	362.589
Financiamento de obras - BNB (ii)			271.422	
Cédula de Crédito Bancário (iii)	31.033		31.033	
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (iv)	17.406	26.008	17.443	26.008
Financiamento de capital de giro (v)	10.000	10.005	10.000	10.005
Outros	65	63	1.311	410
	<u>58.504</u>	<u>36.076</u>	<u>755.675</u>	<u>399.012</u>
Passivo circulante	<u>(49.665)</u>	<u>(18.612)</u>	<u>(81.519)</u>	<u>(47.920)</u>
Passivo não circulante	<u>8.839</u>	<u>17.464</u>	<u>674.156</u>	<u>351.092</u>

A movimentação dos financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2009	97.834	471.108
Captações	10.063	10.349
Parcela cindida em 30 de junho de 2010	(51.922)	(424.466)
Parcela incorporada em 31 de agosto de 2010		372.467
Pagamentos	(27.575)	(64.570)
Encargos financeiros - apropriados ao resultado	<u>7.676</u>	<u>34.124</u>
Em 31 de dezembro de 2010	36.076	399.012
Captações	211.052	561.916
Pagamentos	(208.539)	(270.793)
Encargos financeiros		
Apropriados ao resultado	10.238	44.899
Capitalizados no imobilizado de controladas	9.677	19.976
Saldo proveniente de aquisição societária (Enex)	<u></u>	<u>665</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>58.504</u>	<u>755.675</u>

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, são os seguintes:

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	2011	2010	2011	2010
Financiamento de obras - BNDES (i)	424.466	362.589	375.672	320.080
Financiamento de obras - BNB (ii)	271.422		244.370	
Cédula de Crédito Bancário (iii)	31.033		31.048	
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (iv)	17.443	26.008	17.185	27.472
Financiamento de capital de giro (v)	10.000	10.005	7.379	10.053
Outros	1.311	410	1.311	410
	<u>755.675</u>	<u>399.012</u>	<u>676.965</u>	<u>358.015</u>

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

(i) Financiamentos para construção das usinas - BNDES

Empresas	Encargos financeiros - % a.a.	Consolidado	
		2011	2010
Esmeralda S.A.	TJLP + 3,5	37.152	42.274
Santa Laura S.A.	TJLP + 3,5	32.590	36.425
Santa Rosa S.A.	TJLP + 3,8	81.981	89.202
Monel Monjolinho Energética S.A.	TJLP + 2,1	182.097	194.688
Passos Maia Energética S.A.	TJLP + 1,9	41.094	
Moinho S.A.	TJLP + 2,0	49.552	
		<u>424.466</u>	<u>362.589</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última parcela
Esmeralda S.A.	144	Abril	2007	2019
Santa Laura S.A.	144	Julho	2008	2020
Santa Rosa S.A.	168	Fevereiro	2009	2023
Monel Monjolinho Energética S.A.	192	Outubro	2010	2026
Passos Maia Energética S.A.	160	Outubro	2012	2026
Moinho S.A.	192	Agosto	2012	2028

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de financiamentos estabelecem que as empresas deverão manter e atender os seguintes índices financeiros: (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), sendo o mesmo calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros preestabelecidos; e (ii) Índice da Relação Mínima do Patrimônio Líquido e Ativo Total (PLxAT), como a seguir indicados:

	ICSD	PLxAT
Esmeralda S.A.	1,3	NR
Santa Laura S.A.	1,3	0,3
Santa Rosa S.A.	1,2	0,3
Monel Monjolinho Energética S.A.	1,3	25%
Passos Maia Energética S.A.	1,2	25%
Moinho S.A.	1,2	25%

O ICSD deverá ser apurado a partir do primeiro ano, ou semestre, no qual tenha havido, em todos os meses, pagamento de parcelas de amortização do financiamento. Com relação ao índice de capitalização (patrimônio líquido em relação ao ativo total), o mesmo deverá ser mantido durante todo o período do financiamento, apurado anualmente.

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva (Nota 7)" e "Movimento (centralizadora)".

Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro.

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Engevix Engenharia S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A. e Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 7)); (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$ 126.000, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.) a qual será retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; (vii) contratação de carta de fiança bancária, ficando dispensada desde que a Santa Laura S.A. apresente ICSD de 1,3, como mencionado anteriormente, a qual será retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; e (viii) penhor dos contratos do projeto,

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.

Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A.), com o Bradesco S.A. (aplicável a Santa Rosa S.A.), com o Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A.) e com o Banco Santander S.A. (aplicável a Moinho S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) vêm sendo atendidas.

(ii) Financiamentos para construção das usinas - BNB

<u>Empresas</u>	<u>Encargos financeiros - % a.a.</u>	<u>Consolidado</u>
		<u>2011</u>
Seabra Energética S.A.	9,5	85.706
Novo Horizonte Energética S.A.	9,5	85.716
Macaúbas Energética S.A.	9,5	100.000
		<u>271.422</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	<u>Quantidade de parcelas</u>	<u>Mês de vencimento</u>	<u>Ano</u>	
			<u>Primeira parcela</u>	<u>Última parcela</u>
Seabra Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Novo Horizonte Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Macaúbas Energética S.A.	180	Julho	2013	2028

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 7); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade *Completion Bond*, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia.

Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

(iii) Cédula de Crédito Bancário

Contratada juntos aos Bancos Santander S.A., na modalidade de mútuo, sujeita a encargos financeiros correspondentes a 100% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescida de juros de 4,5% ao ano, para pagamento em parcela única com vencimento em março de 2012.

(iv) Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP)

Obtido para custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto denominado "Projetos Básicos, Estudos de Inventário e de Viabilidade Ambiental para Pequenas Centrais Hidrelétricas", sujeito a encargos financeiros correspondentes a juros compostos de 5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para pagamento em 49 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em dezembro de 2009 e a última em 2013. Os encargos financeiros serão pagos mensalmente no período de carência (data entre a contratação do financiamento e a data de início de amortização da dívida); posteriormente, serão pagos em conjunto com as parcelas de amortização do financiamento. Em garantia foram oferecidas cartas de fiança bancária.

(v) Financiamentos de capital de giro

Financiamento contratado junto ao Banco do Brasil S.A., sujeito a encargos financeiros mensais correspondentes a 100% da variação do CDI, acrescida de 2,80% de juros ao ano. Os encargos financeiros serão pagos em 12 parcelas mensais, vencendo a primeira em 17 de setembro de 2011 e a última em 17 de agosto de 2012 e o principal em parcela única com vencimento em conjunto com a última parcela dos encargos financeiros. Em garantia foi oferecido aval da Engevix Engenharia S.A. no montante total da dívida.

13 Contas a pagar por aquisição de terras

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Aquisição de terras				
Proprietários de terras	2.037	2.646	3.601	2.646
Passivo circulante	2.037	2.646	3.601	4.972

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Concessões a pagar e provisão para custos socioambientais

(a) Concessões a pagar

O saldo está representado pela obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.), ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,56%. A correspondente obrigação será paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

(b) Provisão para custos socioambientais

Está representada pelo provisionamento dos custos socioambientais a serem incorridos no atendimento das exigências contidas nas licenças de operação obtidas (Nota 2.11(c)).

15 Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
COFINS a pagar	292	1	1.776	895
PIS a pagar	63		386	195
Tributos retidos na fonte (ISSQN, IRRF, INSS, CSLL e outros) e outros	2.517	2.473	4.057	3.294
Taxas e contribuições ANEEL			663	693
IOF a recolher	5.143	1.440	5.143	1.440
ISSQN a pagar	40	56	235	1.017
ICMS			350	
	8.055	3.970	12.610	7.534

16 Outros passivos (consolidado)

Estão representados por provisões constituídas para atender projetos sociais, meio ambiente, compensação ambiental e acabamento das usinas, assim como custos incorridos na contratação de cartas de fiança bancária.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2011, está representado por 100.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

O dividendo mínimo obrigatório, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, totaliza R\$ 529 (lucro do exercício de R\$ 2.228 deduzido da reserva legal de R\$ 111 - base de cálculo R\$ 2.117 (x) 25%). O Conselho de Administração entende que o pagamento do dividendo mínimo obrigatório é incompatível com a situação financeira atual da Companhia, considerando os investimentos em curso, além do fato do resultado do exercício decorrer de lucros não realizados (ganho na combinação de negócios); em decorrência, será proposto na Assembleia o seu não pagamento, assim como a retenção total do saldo remanescente do lucro para fazer face a investimentos em curso.

18 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fornecimento de energia elétrica			139.053	104.574
Serviços prestados	6.360	3.280	15.415	6.970
Receita de reembolso de projetos		5.803		5.803
Impostos sobre serviços prestados	(373)		(2.073)	
Impostos sobre vendas de energia elétrica		(246)	(8.992)	(5.198)
Receita operacional líquida	<u>5.987</u>	<u>8.837</u>	<u>143.403</u>	<u>112.149</u>

19 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Despesas com pessoal	(5.288)	(2.899)	(16.764)	(7.816)
Remuneração dos administradores	(4.396)	(1.986)	(4.396)	(2.392)
Serviços de terceiros	(5.921)	(3.174)	(9.320)	(8.407)
Viagens e estadias	(1.297)	(654)	(2.317)	(1.133)
Aluguel	(630)	(251)	(1.725)	(876)
Impostos e taxas	(248)	(99)	(693)	(474)
Encargos setoriais			(7.298)	(7.267)
Depreciação e amortização	(44)	(30)	(30.335)	(26.635)
Propaganda e publicidade	(893)	(1.590)	(1.035)	(1.761)
Seguros fianças e comissões			(2.169)	(1.893)
Compras de energia			(24.595)	
Custo projetos - reembolso		(5.803)		(5.803)
Outros	(307)	(613)	(1.399)	(1.239)
Custos, despesas gerais e administrativas e honorários da administração	<u>(19.024)</u>	<u>(17.099)</u>	<u>(102.046)</u>	<u>(65.696)</u>

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Despesas financeiras				
Com financiamentos	(10.238)	(7.676)	(44.899)	(34.124)
Cartas de fiança bancária	(2.794)	(1.963)	(2.794)	(2.235)
IOF e multa e juros sobre tributos	(3.483)	(2.317)	(3.564)	(3.108)
Variações monetárias passivas	(192)		(192)	
Concessões a pagar e outras despesas	(207)	(68)	(3.280)	(5.761)
	(16.914)	(12.024)	(54.729)	(45.228)
Receitas financeiras				
Com aplicações financeiras	1.868	3.517	5.053	4.918
Variações monetárias ativas		667	2	1.326
Juros e outras	2.028		2.028	1.379
	3.896	4.184	7.083	7.623
	(13.018)	(7.840)	(47.646)	(37.605)

21 Despesas com estudos em desenvolvimento

Os gastos incorridos na elaboração dos estudos de inventário de bacias, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólicos e outros, podem ser assim demonstrados:

	2011	2010
PCH Bonito A	(178)	
PCH Bonito B	(219)	
PCH Salto Grande	(196)	
PCH Pinhalito	(257)	
EÓLICA Barra dos Coqueiros	(149)	
Rio Piquiri	(105)	(2.237)
PCH Cascudo	(176)	
PCH Ervalzinho Baixo	(166)	
PCH Bandeira	(114)	
PCH Cobre	(194)	
PCH São Manoel	(181)	
UHE São Roque	(174)	6.087
PCH Sakura	(227)	
PCH Aerado, Bom Retiro, Barracão e Sossego	(103)	(108)
PCH Bonança/Quebrada	(161)	
BBE - Bioenergia	(447)	
UHE Apertados	(198)	
Eólica Diamantina	(171)	
PCH Rio do Forno	(233)	
Eólica Canarana	(110)	
Eólica Cassino	(112)	
UHE Ercilândia	(171)	
Outros	(310)	(1.947)
	(4.352)	1.795

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Imposto de renda e contribuição social

(a) Do exercício

A Companhia, assim como as empresas controladas Enx O&M de Sistemas Elétricos Ltda. e Monel Monjolinho Energética S.A. optaram pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas, optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

O encargo de IRPJ e CSLL nos períodos findos em 31 de dezembro podem ser assim demonstrados:

	Consolidado	
	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(7.394)	(4.284)
Diferido	3.823	1.578
	<u>(3.571)</u>	<u>(2.706)</u>

O encargo de IRPJ e da CSLL, por regime de apuração, nos períodos findos em 31 de dezembro, pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	2011	2010
Regime de apuração		
Lucro real		
Imposto de renda	(3.284)	(227)
Contribuição social	<u>(1.222)</u>	<u>(93)</u>
	<u>(4.506)</u>	<u>(320)</u>
Lucro presumido		
Imposto de renda	(1.875)	(2.628)
Contribuição social	<u>(1.013)</u>	<u>(1.336)</u>
	<u>(2.888)</u>	<u>(3.964)</u>
Total do encargo no exercício	<u>(7.394)</u>	<u>(4.284)</u>

O cálculo dos tributos devidos segundo o regime de lucro presumido pode ser assim demonstrado:

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	2011		2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Base de cálculo do lucro presumido				
Receita de venda de energia elétrica	81.155	81.155	104.574	104.574
Receitas financeiras e outras receitas	1.185	1.185	3.045	3.045
Lucro tributável				
Receita de venda de energia - 8%				
para imposto de renda e 12% para a contribuição social	6.492	9.739	8.366	12.549
Receitas financeiras e outras - 100%	1.185	1.185	3.045	3.045
Lucro presumido tributável	7.677	10.924	11.411	15.594
Tributos apropriados ao resultado	(1.875)	(1.013)	(2.628)	(1.336)

Como mencionado anteriormente a Companhia optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática de lucro real, tendo apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 prejuízos fiscais nos montantes de R\$ 31.315 e R\$ 6.106, respectivamente.

As empresas controladas Enex e Monel apuraram IRPJ e CSLL a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, observando o cálculo do lucro real, nos montantes de R\$ 408 e R\$ 4.098, respectivamente (2010 - somente Enex, no montante de R\$ 182 - correspondente a participação de 50%).

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados pelas alíquotas regulares de 15% para o imposto de renda, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela que exceder a R\$ 240 no ano (no lucro presumido R\$ 60 por trimestre, uma vez que sua apuração é trimestral) e de 9% para a contribuição social.

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente

	Consolidado	
	2011	2010
Lucro antes dos tributos	6.019	12.343
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social e das participações societárias na controladora e controladas, as quais apresentaram prejuízo fiscal no exercício	32.310	8.688
Lucro não realizado em operações realizadas entre a controladora e as controladas, sem constituição dos tributos diferidos	223	176
Resultado de participações societárias	(19.402)	(123)
	19.150	21.084
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	6.511	7.169
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva		
Diferença de encargo do imposto de renda e da contribuição social de empresas controladas calculados observando a sistemática de lucro presumido à alíquotas e bases diferenciadas	(2.593)	(4.662)
Juros sobre o capital próprio pagos por controlada	(377)	
Outros	30	199
Encargo no resultado do exercício	3.571	2.706

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Diferido

A Companhia possui prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável, como apresentados a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2011	2010
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social	31.315	6.106
Despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável	28.378	23.869
Combinação de negócios - ganho com investimento	(17.264)	
Ajuste de avaliação patrimonial de investimentos classificados como instrumentos financeiros - disponível para venda	(49.800)	(40.285)

A composição do imposto de renda e contribuição social diferido ativo e passivo é a seguinte:

		2011	2010
	Controladora	Consolidado	Controladora e consolidado
Ativo			
Imposto de renda diferido sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável		2.051	
Passivo			
Prejuízos fiscais e bases de cálculo negativa da contribuição social	2.315	2.315	2.076
Imposto de renda diferido sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável	9.648	9.648	8.115
Imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial de investimentos classificados como instrumentos financeiros - disponível para venda	(16.932)	(16.932)	(13.696)
Imposto de renda diferido sobre combinação de negócios - ganho com investimento	(1.955)	(1.955)	
	(6.924)	(6.924)	(3.505)

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do imposto de renda diferido é a seguinte:

	Controladora	Consolidado	
	Passivo	Ativo	Passivo
Em 31 de dezembro de 2010	3.505		3.505
Proveniente de combinação de negócios, com contrapartida no intangível - ágio	1.955		1.955
Com contrapartida no resultado			
Constituição do imposto de renda diferido ativo	(1.772)	2.051	(1.772)
Com contrapartida no patrimônio líquido			
Constituição de imposto de renda diferido passivo decorrente do ajuste de avaliação patrimonial	3.236		3.236
Em 31 de dezembro de 2011	<u>6.924</u>	<u>2.051</u>	<u>6.924</u>

Os prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas da contribuição social não possuem prazo de prescrição, estando, todavia, sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis futuros apurados anualmente.

23 Seguros e garantias

(a) Cartas de fiança bancária e garantias

A Companhia contratou cartas de fiança bancária em garantia de financiamentos, ação judicial em curso (Nota 8(c)) e outras, no montante total de R\$ 153.551. Adicionalmente, a Companhia mantém seguros garantia com prazos de cobertura diversos, os quais são normalmente requeridos para participação em leilões ou para garantia na construção de usinas de leilões vencidos pelo Grupo, no montante total de R\$ 34.356.

A Santa Laura S.A., Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A. contrataram cartas de fiança bancária, no valor de R\$ 33.851, R\$ 138.514 e R\$ 86.564, respectivamente, como requeridas pelas condições previstas nos contratos de financiamentos firmados com o BNDES (Nota 12). A Enercasa Energia Cauiá S.A., como requerido pela ANEEL, contratou carta de fiança bancária em garantia da entrada em operação, no montante de R\$ 19.900, com vigência até janeiro de 2012.

A Macaúbas Energética S.A., Novo Horizonte Energética S.A. e Seabra Energética S.A., em garantia dos financiamentos contratados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), para implantação do Complexo Eólico Desenvix Bahia, contrataram cartas de fiança bancária, no valor de R\$ 98.735, R\$ 84.630 e R\$ 84.620, respectivamente, com vigência entre os meses de julho e agosto de 2013. Adicionalmente, as referidas empresas contrataram seguro garantia com cobertura para o período de julho de 2011 a fevereiro de 2012, nos montantes de R\$ 49.367, R\$ 42.315 e R\$ 42.310, respectivamente.

(b) Seguros - risco operacional e outros

A Companhia, considerando a natureza de suas operações, não contrata outras modalidades de seguros. A Companhia possui seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e/ou

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Administradores, sendo cotomadora da apólice que possui a Controladora Jackson Empreendimentos Ltda. como tomadora, com vigência até 28 de janeiro de 2013, não sendo contratada outras modalidades de seguros em decorrência da natureza de suas operações.

A Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. Moinho S.A., Monel Monjolinho Energética S.A., Passos Maia Energética S.A. e Enercasa Energia Caiuá S.A. contrataram seguro de risco operacional, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência até 12 de setembro de 2012 (demais empresas), 21 de outubro de 2012 (Passos Maia) e 3 de novembro de 2012 (Enercasa), tendo como limite máximo de indenização por danos materiais, os montantes de R\$ 35.000 (Moinho e Passos Maia), R\$ 135.000 (Monel), R\$ 70.107 (Enercasa) e R\$ 100.000 (demais empresas). A cobertura de seguro contratada estabelece sublimites para quebra de máquinas, obras civis, barragem, linhas de transmissão, desmoronamento, alagamento e inundação, lucros cessantes, entre outros riscos, em níveis considerados adequados.

A Companhia contratou apólice de seguro de riscos de engenharia coletivo para as empresas Macaúbas Energética S.A., Novo Horizonte Energética S.A. e Seabra Energética S.A., para as obras civis em construção e instalação e montagem relativas à implantação das usinas, com vigência até 18 de maio de 2012, 4 de maio de 2012 e 4 de maio de 2012, respectivamente por empresa. O seguro possui o valor dos seguintes riscos declarados: R\$ 344.354 para cobertura básica de obras civis; R\$ 15.000 para construção e instalação e montagem armazenagem fora do canteiro de obras ou local do risco; R\$ 66.104 para danos físicos em consequência de erro de projeto para obras civis; R\$ 278.250 para danos físicos em consequência riscos do fabricante para máquinas e equipamentos novos; R\$ 17.218 para despesas de desentulho; R\$ 10.000 para despesas de salvamento e contenção de sinistros; R\$ 17.218 para despesas extraordinárias; R\$ 2.500 para honorários de peritos; R\$ 344.354 para manutenção ampla; R\$ 10.000 para obras civis, instalações e montagens concluídas; R\$ 30.000 para obras/instalações contratadas - aceitas ou colocadas em operação e R\$ 25.000 para tumultos. Adicionalmente, mantém apólice de seguro coletiva de responsabilidade civil geral, com vigência até 5 de maio de 2012, com importância segurada de R\$ 10.000 e danos morais de R\$ 5.000.

A Energen Energética S.A. contratou apólice de seguro de riscos de engenharia para as obras civis em construção e instalação e montagem relativas à implantação da usina, com vigência até 10 de julho de 2012, com o valor dos seguintes riscos declarados: R\$ 93.682 para obras civis em construção e instalação e montagem; R\$ 2.000 para despesas extraordinárias; R\$ 5.000 para tumultos; R\$ 5.000 para despesas de desentulho; R\$ 22.000 para erro de projeto para obras civis; R\$ 71.682 para riscos do fabricante para máquinas e equipamentos novos; R\$ 1.000 honorário de perito, entre outras. O limite máximo de cobertura da apólice totaliza R\$ 102.182. Adicionalmente, mantém apólice de seguro de responsabilidade civil geral, com vigência até 1º de julho de 2012, com importância segurada de R\$ 10.000.

A empresas mantém apólice de seguro de responsabilidade civil geral, com vigência até 12 de setembro de 2012 (Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Monel e Enex), 21 de outubro de 2012 (Moinho), 18 de fevereiro de 2013 (Passos Maia) e 3 de novembro de 2012 (Enercasa), com importância segurada de R\$ 2.000, além de danos morais até o limite de R\$ 400, para cada uma das empresas.

24 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas empresas controladas não possuem operações com instrumentos financeiros não refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011, assim como não realizaram operações com instrumentos financeiros derivativos (*swap*, troca de moedas ou indexadores, *hedge*, entre outras).

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas empresas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

24.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo Desenvix não possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, não existindo, assim, exposição a esse risco.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Desenvix tem pactuado contratos de financiamentos com taxas de juros indexadas pela TJLP e CDI, monitorando continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de *hedge* para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez e o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011						
Fornecedores	5.167		140.880			
Financiamentos	52.702	9.921	107.380	144.920	140.970	1.018.870
Partes relacionadas	138.394		123.059			
Contas a pagar por aquisição de terras	2.037		3.601			
Concessões a pagar			5.627	11.253	11.253	114.406
Em 31 de dezembro de 2010						
Fornecedores	761		42.478			
Financiamentos	21.701	17.523	80.609	127.682	99.979	189.325
Partes relacionadas	5.146		909			
Contas a pagar por aquisição de terras	2.646		4.972			
Concessões a pagar			5.943	10.986	10.986	162.775

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez, uma vez que estão em curso ações para captar recursos adicionais via dívidas de longo prazo ou captação de instrumentos de patrimônio.

(c) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de financiamento firmados com o BNDES (Nota 12), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

(d) Análise de sensibilidade

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, demonstramos, a seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2011, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

(i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas abaixo e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apuramos o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as demonstrações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às demonstrações financeiras por conta de variações nos cenários econômicos.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN), na data de 31 de dezembro de 2011, para cada uma das variáveis indicadas. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2012.

A Desenvix e suas controladas não possuem posições compradas ou vendidas no mercado de derivativos.

(ii) Fator de risco juros (consolidado)

		Variações adicionais no saldo contábil (*)					
	Fator de risco	Valores expostos em 31 de dezembro de 2011	(50)%	(25)%	Cenário provável	25%	50%
Empréstimos e financiamentos	CDI	(41.680)	(2.007)	(3.010)	(4.014)	(5.017)	(6.021)
Aplicações financeiras	CDI	56.880	2.739	4.108	5.478	6.847	8.216
Impacto líquido	CDI	15.200	732	1.098	1.464	1.830	2.195
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(442.573)	(13.277)	(19.916)	(26.554)	(33.193)	(39.832)
Aplicações financeiras	TJLP						
Impacto líquido	TJLP	(442.573)	(13.277)	(19.916)	(26.554)	(33.193)	(39.832)
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	12,50	4,82	7,22	9,63	12,04	14,45
Taxas consideradas - % ao ano	TJLP	6,00	3,00	4,50	6,00	7,50	9,00

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2012.

(e) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, contas a pagar - projetos, contas a pagar por aquisição de terras, concessões a pagar e partes relacionadas pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, esteja próxima de seus valores justos.

O valor justo das aplicações financeiras restritas (Nota 7) e dos financiamentos (Nota 12) aproxima-se do seu valor contábil.

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela seguinte apresenta os ativos financeiros mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

		Consolidado - nível 2	
		2011	2010
Ativos			
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Participações societárias minoritárias		74.258	64.744

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, instrumentos financeiros disponíveis para venda) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

(f) Instrumentos financeiros por categoria

				Consolidado
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2011				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	3.873	37.617		41.490
Contas a receber de clientes		34.505		34.505
Partes relacionadas		33.680		33.680
Outros ativos		5.042		5.042
Aplicação financeira restrita	56.880			56.880
Investimentos			74.258	74.258
	<u>60.753</u>	<u>110.844</u>	<u>74.258</u>	<u>245.855</u>
				Consolidado
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2010				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	48.509	9.163		57.672
Contas a receber de clientes		28.107		28.107
Partes relacionadas		26.379		26.379
Aplicação financeira restrita	18.139			18.139
Investimentos			64.744	64.744
	<u>66.648</u>	<u>63.649</u>	<u>64.744</u>	<u>195.041</u>

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado
	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2011	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Fornecedores	134.375
Financiamentos	755.675
Partes relacionadas	129.564
Contas a pagar por aquisição de terras	3.601
Concessão a pagar	71.964
	<u>1.095.179</u>
31 de dezembro de 2010	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Fornecedores	24.211
Financiamentos	399.012
Partes relacionadas	19.176
Contas a pagar por aquisição de terras	4.972
Concessão a pagar	72.651
	<u>520.022</u>

(g) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Contas a receber				
Contrapartes com classificação externa de crédito (*)				
AAA				19.630
BBB			5.988	
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 2		6.416	28.487	8.227
Partes relacionadas				
Grupo 2	93.616	174.318	33.710	26.629
Total de contas a receber e partes relacionadas	<u>93.616</u>	<u>180.734</u>	<u>68.185</u>	<u>54.486</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira restrita (*)				
AAA		38.703	32.181	75.379
AA	24		11	
BBB	25.169	432	66.178	432
	<u>25.205</u>	<u>39.135</u>	<u>98.370</u>	<u>75.811</u>

. Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses) - não aplicável.

. Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.

. Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado. Todas as inadimplências foram totalmente recuperadas - não aplicável.

(*) Conforme *rating* da agência de classificação Standard & Poor's.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Outros riscos operacionais

(a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo poder concedente. As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

(b) Risco de não prorrogação da autorização ou concessão

As empresas controladas possuem, no caso da PCHs, autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, sem nenhum pagamento pelo uso do bem público, assim como possui contrato de concessão para a UHE Monel, com pagamento pelo uso do bem público (Nota 1). Caso a prorrogação da autorização, ou do contrato de concessão, não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para as empresas, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização ou concessão hoje outorgada as empresas controladas será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

26 Contingências

As contribuições previdenciárias e demais encargos sociais e os tributos incidentes sobre as receitas e outros, bem como as declarações de rendimentos da Companhia e de suas empresas controladas, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

A Companhia e suas empresas controladas estão sujeitas a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais, relativas ao meio ambiente, adotando como política o adequado cumprimento das mesmas. Dessa forma, a administração não prevê custos de reparação ou de multas de qualquer natureza.

As licenças de operação indicam determinadas condições e restrições quanto a questões relacionadas ao meio ambiente que estão sendo observadas e atendidas pela Companhia e suas empresas controladas.

A Companhia e suas empresas controladas não têm contingências consideradas como de perda provável.

Uma síntese dos principais processos com perda estimada como possível está mencionada a seguir:

(a) Desenvix S.A.

- (i)** A Companhia é parte integrante da ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Federal, relacionada com a obtenção das licenças

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no montante de R\$ 1,3 bilhão. Os consultores jurídicos indicam como possível a chance de êxito nessa questão, uma vez que: (i) existe a possibilidade de o processo ser extinto sem julgamento do mérito; (ii) em caso de insucesso, o prejuízo consistirá na anulação das licenças ambientais, bem como o ressarcimento, em caráter solidário, de todos os danos causados ao Poder Público, em especial das quantias pagas pela Eletrobras pela compra antecipada da energia a ser gerada pelas usinas e de financiamento contratado com o BNDES; ocorre, todavia, que as empresas não receberam nenhuma quantia da Eletrobras, assim como não obtiveram o financiamento do BNDES; (iii) a Companhia não participou da emissão de nenhuma das licenças ambientais sob suspeita de fraude; (iv) quando do ingresso da Companhia no negócio, as licenças já haviam sido expedidas, sendo o processo de licenciamento conduzido por outras empresas citadas no processo, como admite o próprio autor da ação; (v) a participação da Companhia limitou-se à análise técnica dos projetos, não tendo ela como saber das supostas irregularidades, porque as licenças têm fé pública e a Eletrobras e a Fundação do Meio Ambiente ("FATMA"), depois de investigarem a existência de eventuais irregularidades na expedição das mesmas, nada encontraram; e (vi) finalmente destacam que para condenação da Companhia como beneficiária da suposta fraude, teria o Ministério Público que provar má-fé e dolo, além do prejuízo causado ao erário e o enriquecimento ilícito, coisa que não o fez.

- (ii) Ação de execução de título extrajudicial para cobrança de parcelas relativas a integralização de capital em empresa coligada está comentada na Nota 8(c).

(b) Moinho S.A.

Duas ações reivindicatórias de propriedade de terras estão sendo movidas pela, ou contra a empresa. Os assessores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam como provável as expectativas de ganho nessas questões. Os montantes correspondentes as ações movidas pela Moinho S.A. estão depositados em juízo, os quais estão contabilizados como custo de aquisição das terras, estando em discussão a adequação dos montantes indenizados. Adicionalmente, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras, uma vez que pagamentos realizados decorrentes de acordos ou de eventual condenação serão considerados como custo de aquisição do imobilizado (terras).

(c) Monel Monjolinho Energética S.A.

(i) Ação civil pública

Em 8 de maio de 2009, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública, tendo a Fundação Nacional do Índio ("Funai") posteriormente aderido ao pólo ativo da ação, requerendo em sede de liminar a declaração de nulidade da licença de operação expedida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental ("FEPAM") e a paralisação do enchimento do reservatório, por haver risco de conflito entre índios e não índios; entretanto, antes mesmo da publicação da decisão liminar, a Monel Monjolinho Energética S.A. firmou o Termo de Acordo com a Funai, no qual esta se comprometeu a desistir do agravo de instrumento, não colocando empecilho à entrada em operação do empreendimento e, dessa forma, o enchimento do reservatório, que já era irreversível, foi concluído com a ciência e anuência da Funai.

Em 12 de dezembro de 2009, foi firmado "Termo de Compromisso" entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e a Funai, no qual a Monel Monjolinho Energética S.A. comprometeu-se a adquirir equipamentos para a Comunidade Indígena Votouro (dois tratores agrícolas, uma carreta agrícola, uma

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

plantadeira com quatro linhas de milho e seis linhas de soja e uma grade aradora com comando hidráulico) e Comunidade Indígena Guarani Votouro (um trator agrícola e uma plantadeira com quatro linhas de milho e seis linhas de soja), com custo estimado em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 450.

Adicionalmente, para a Comunidade Indígena Votouro e para a Comunidade Indígena Guarani Votouro, são devidos os montantes de R\$ 1.700 e R\$ 450, a serem pagos mediante antecipação de R\$ 215 e R\$ 15, e o saldo remanescente em 27 e 29 parcelas anuais a partir de junho de 2010, respectivamente, corrigidas pela variação do IGP-M. Em 31 de dezembro de 2011 a provisão constituída totaliza R\$ 2.544 (2010 - R\$ 2.344), apresentada nos passivos circulante e não circulante na rubrica "Indenizações a pagar".

(ii) Ações de instituição de servidões administrativas, desapropriação, usucapião e outras

Ações de usucapião, reinvidicatória de propriedade de terras, reassentamento com indenização, inventário e outras estão sendo movidas pela ou contra a empresa. Os assessores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam as seguintes expectativas de êxito nessas questões em 31 de dezembro de 2011: (i) ações movidas pela empresa, no montante de R\$ 375; e (ii) ações movidas contra a empresa - R\$ 1.716 como perda possível e R\$ 2.252 como perda provável. Os montantes correspondentes as ações movidas pela empresa estão depositados em juízo, os quais estão contabilizados como custo de aquisição das terras, estando em discussão a adequação dos montantes indenizados. Adicionalmente, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras, uma vez que pagamentos realizados decorrentes de acordos ou de eventual condenação serão considerados como custo de aquisição do imobilizado (terras).

(d) Santa Laura S.A.

Ação de indenização por danos materiais com pedido de lucros cessantes está sendo movida contra a empresa, pela qual o autor (posseiro) pleiteia o montante de R\$ 34 de indenização decorrente de desapropriação (área de 32.000 metros quadrados, parte de um todo maior de 5 ha), assim como lucros cessantes no valor a ser definido no futuro com base na cotação de determinado produto agrícola (144 sacas de milho ao ano), ambos acrescidos de juros compensatórios de 12% ao ano e juros de mora de 6% ao ano. Os consultores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento da referida ação indicam como possíveis as chances de êxito nessa questão e, por esse motivo, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras. Outras ações movidas contra a empresa, decorrentes de desapropriação de terras, estão mencionadas na Nota 9.

(e) Santa Rosa S.A.

A empresa é parte envolvida em ação cível de indenização por danos morais e materiais e pensão vitalícia por morte em acidente do trabalho. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, assim como nos contratos firmados de empreitada, entende que a responsabilidade pelo pagamento decorrente de eventual condenação é de responsabilidade das empresas contratadas e, por consequência, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras para fazer face a eventual pagamento futuro decorrente de desfecho desfavorável nessa questão.

Outra ação em curso, decorrente de desapropriação de terras, está mencionada na Nota 9.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Combinação de negócios e aquisição de controle conjunto

(a) Passos Maia Energética S.A.

Em 17 de setembro de 2009 a Companhia e a Adami S.A. Madeiras celebraram o "Contrato de cessão de direitos de subscrição de ações e outras avenças sujeito a condição", pelo qual a Adami cedeu à Companhia o direito de subscrever ações representativas de 50% do capital social da Passos Maia Energética S.A. O preço pago pela aquisição de 50% do capital social pela Companhia foi de R\$ 13.634, resultando desta forma em um controle em conjunto com a Adami S.A. sob a Passos Maia Energética S.A.

Como previsto no referido contrato, a aquisição da participação societária da Adami S.A. pela Companhia estava condicionada, independentemente de qualquer outra formalidade, a publicação no diário oficial da anuência prévia da ANEEL em relação aos termos propostos, em especial no tocante à cessão dos direitos de subscrição de ações da Passos Maia para a Companhia. A referida autorização por parte da ANEEL ocorreu mediante Resolução Autorizativa nº 3.385/2010, de 11 de maio de 2010.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a Passos Maia Energética S.A. e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

	Valor de livros	Valor justo na data da aquisição
Ativo circulante	1	1
Ativo imobilizado	8.606	8.606
Intangível - direito de outorga		3.541
Passivo circulante	(2.148)	(2.148)
Ativo líquido	6.459	10.000
Preço de compra	10.000	10.000

A diferença entre o valor pago pela aquisição e o valor justo de 50% dos ativos e passivos da Passos Maia Energética S.A. de R\$ 3.541 está apresentado em conta específica do balanço patrimonial da Companhia, sendo atribuída a mais-valia da autorização concedida pela ANEEL para instalação de pequena central hidrelétrica para geração de energia elétrica.

No consolidado, conforme mencionado na Nota 10, o ajuste ao valor justo da concessão está registrado no ativo intangível.

(b) Enercasa - Energia Caiuá S.A.

Em 13 de abril de 2009, a Companhia adquiriu participação societária na Enercasa - Energia Caiuá S.A. ("Enercasa"), passando a deter 50% do capital social da Enercasa, a qual foi constituída para projetar, construir, operar e comercializar a energia de um sistema integrado de cogeração a partir da biomassa (bagaço de cana e outras) nos termos da Portaria ANEEL nº 89, de 20 de fevereiro de 2009.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 25 de fevereiro de 2010, considerando que a Enercasa não deu início ao projeto de construção da usina, resultando, dessa forma, em atraso no fornecimento de energia nos termos dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE, a Companhia e a Decasa - Destilaria de Álcool Caiuá S.A. ("Decasa") firmaram Contrato de Cessão de Participação Societária pelo qual a Decasa transferiu para a Companhia sua participação societária na Enercasa, correspondente a 50% do capital social, mediante assunção por parte da Companhia dos passivos existentes na adquirida na data da transação.

Conforme previsto no referido contrato, a aquisição da participação societária na Enercasa pela Companhia estava condicionada, independentemente de qualquer outra formalidade, à publicação no diário oficial da anuência prévia da ANEEL em relação aos termos propostos. A referida autorização por parte da ANEEL ocorreu mediante Resolução Autorizativa nº 2.791, de 22 de fevereiro de 2011.

Não foi aplicado o Pronunciamento de Combinação de Negócios (CPC 15), uma vez que na essência, tal situação representou a descontinuidade do projeto inicial e o início de um novo projeto de construção da UTE (usina de biomassa), onde a Companhia terá um novo parceiro no empreendimento, assim como a construção da usina será em outro local e com características e capacidade diferentes do projeto inicial, entre outras circunstâncias. Em decorrência, as perdas complementares decorrentes da descontinuidade do projeto anterior foram provisionadas em 31 de março de 2011.

(c) Linhas de transmissão - MGE Transmissão S.A. e Goiás Transmissão S.A.

Como mencionado na Nota 1(a)(ii), a ANEEL, em 10 e 15 de março de 2011, emitiu as Resoluções Autorizativas nºs 2.792 e 2.816, aprovando as transferências das ações detidas pela Engevix Engenharia S.A. da MGE Transmissão S.A. e da Goiás Transmissão S.A. (empresas em início de operação) para a Companhia. Considerando que a Engevix Engenharia S.A. é parte relacionada da Companhia, estando as duas entidades sob controle comum, não foi aplicado o método de aquisição para contabilização da transação (CPC 15 - "Combinação de Negócios").

Considerando a participação de 25,5% mantida pela Companhia e a estrutura de governança das entidades onde a Companhia tem poder para indicação de membros do Conselho de Administração, os investimentos foram classificados como investimentos em coligadas e contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, a partir da data da anuência da ANEEL.

(d) Energen Energias Renováveis S.A.

Em 21 de janeiro de 2011 a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da Energen Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério de Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL - Barras dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe. Após a celebração do contrato, a Companhia passou a deter 88,33% das ações da Energen, sendo o restante pertencente à acionista Água Quente S.A. Em 10 de maio de 2011, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.880/2011, anuiu a transferência do controle da Energen Energias Renováveis S.A. Considerando o estágio atual do projeto e que, sob a ótica contábil, o projeto não constituiu um negócio, a transação foi tratada como aquisição de ativos e passivos.

A tabela a seguir resume os ativos adquiridos e passivos relacionados na data da transação:

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	7
Partes relacionadas	14.099
Intangível - direito de autorização	6.970
Imobilizado	319
Fornecedores	(205)
Impostos e contribuições	(211)
Ativos líquidos	20.979

De acordo com o contrato de compra e venda de ações firmado entre a Companhia e a JP Participações Ltda., a Companhia está sujeita ao pagamento de um bônus de *performance* de até R\$ 4.000, que está vinculado à liberação de certos empréstimos e ao atingimento de montantes de geração de energia elétrica após o fechamento do primeiro quadriênio pós-implantação.

(e) Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.

Em 1º de setembro de 2011 a Companhia celebrou um Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual adquiriu junto ao Grupo Energia, pelo preço de R\$ 18 milhões, a participação remanescente de 50% na controlada em conjunto Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. pertencentes àquele grupo, passando a Enex a ser uma subsidiária integral da Desenvix.

A tabela a seguir resume os ativos adquiridos e passivos relacionados na data da transação:

	Valores contábeis	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	36		36
Contas a receber	3.564		3.564
Impostos a recuperar	462		462
Despesas antecipadas e outros ativos	436		436
Intangível			
<i>Softwares</i>	382		382
Ágio por rentabilidade futura		30.732	30.732
Contratos firmes		5.751	5.751
Imobilizado	954		954
Fornecedores	(406)		(406)
Empréstimos e financiamentos	(1.330)		(1.330)
Salários e encargos sociais	(1.864)		(1.864)
Impostos e contribuições	(762)		(762)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.955)	(1.955)
Ativos líquidos	1.472	34.528	36.000

Como consequência da remensuração da participação anteriormente detida pela Desenvix na Enex, a Companhia apurou ganho na participação desta investida, no montante de R\$ 17.264.

Para fins de apresentação na demonstração do fluxo de caixa, o montante pago na aquisição totalizou R\$ 17.982 (R\$ 18.000 líquido do caixa adquirido de R\$ 18).

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consta do Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças cláusula de não concorrência do Grupo Energia com a Enx pelos próximos cinco anos.

O ágio fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura do investimento foi apurado com base nos fluxos de caixa descontados a valor presente de futuros contratos de prestação de serviços a serem firmados pela Enx. Os efeitos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base no valor justo dos ativos intangíveis identificados.

28 Resultado por ação - prejuízo básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, ou prejuízo, disponível aos acionistas pela quantidade média de ações em circulação durante o exercício; já o resultado por ação diluído é calculado de maneira similar ao resultado básico por ação, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir as ações adicionais que estariam em circulação caso as transações com potencial efeito de diluição tivessem sido emitidas durante o exercício.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	2.228	7.609	2.546	8.924
Quantidade de ações em circulação ao final do exercício (milhares)	<u>100.000</u>	<u>65.507</u>	<u>100.000</u>	<u>65.507</u>
Lucro por ação	<u>0,0223</u>	<u>0,1162</u>	<u>0,0255</u>	<u>0,1362</u>

Ações em circulação, conforme norma aplicável, referem-se ao total de ações emitidas pela Companhia excluídas aquelas mantidas em tesouraria, quando aplicável.

Conforme mencionado na Nota 1(c), em outubro de 2010 foi aprovado o grupamento de ações da Companhia.

29 Compromissos

(a) Compromissos para aquisição de ativos

Compromissos assumidos com a compra de bens do imobilizado das usinas em construção totalizam R\$ 102.213 (2010 - R\$ 571.330).

(b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional - Companhia como arrendatário

A Companhia arrenda 3 terrenos para a construção de usinas eólicas segundo contratos de arrendamento operacional não canceláveis. Os termos do arrendamento são de 27 anos e todos os contratos de arrendamento são renováveis no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os pagamentos totais mínimos de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis, são:

	Consolidado	
	2011	2010
Menos de um ano	208	6
Mais de um ano e menos de cinco anos	832	832
Mais de cinco anos	3.922	4.130
	<u>4.962</u>	<u>4.968</u>

30 Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2011 até a data de emissão dessas demonstrações financeiras ocorreram os seguintes eventos:

(a) Financiamento BNDES - Enercasa

Em janeiro de 2012, a Companhia recebeu a primeira parcela do financiamento de longo prazo tomado junto ao BNDES decorrente da construção da UTE Enercasa, no montante de R\$ 55.504, e sendo prevista a liberação da segunda e última parcela, no montante de R\$ 4.000, para até o final do mês de abril de 2012.

(b) Fechamento da operação de compra e venda de participação

Como mencionado na Nota 1(b), a partir de 8 de março de 2012, a SN Power passou a ser acionista da Companhia; em decorrência o capital social votante da Companhia passa a ser distribuído da seguinte forma: (a) Jackson Empreendimentos Ltda. - 40,65%, (b) SN Power - 40,65% e (c) FUNCEF - 18,70%. O ingresso da SN Power se deu por meio de aquisição de ações dos demais acionistas (Jackson e FUNCEF) e da subscrição e integralização de nova ações, pelo montante total de R\$ 725.096, sendo R\$ 605.096 por aquisição de ações e R\$ 120.000 por aumento de capital.

(c) Passos Maia

Através dos despachos de nº 583 e nº 606, a ANEEL autorizou, a partir do mês de fevereiro de 2012, o início da operação comercial da PCH Victor Baptista Adami.

* * *



Relatório da Administração 2011

DESENVIX

Desenvix Energias Renováveis S/A



Barueri, 30 março de 2012 – A *Desenvix Energias Renováveis S.A.* (*Desenvix*), empresa de capital aberto, listada na BM&FBovespa (*DVIX3M*), no segmento *Bovespa Mais*, geradora de energia elétrica através de fontes renováveis, anuncia hoje seu resultado anual de 2011. As informações financeiras e operacionais a seguir se referem aos resultados consolidados da *Desenvix Energias Renováveis S.A.*. Tais informações estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS). As informações estão apresentadas em Reais (R\$) e as comparações, exceto onde indicado, referem-se ao resultado anual de 2010.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Relações com Investidores

ri@desenvix.com.br

Tel: +55 (48) 3031-2500

***Rua Tenente Silveira, 94 – 9º andar
88010-300 – Centro – Florianópolis – SC***

www.desenvix.com.br

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2011 foi um ano de conquistas para Desenvix. Conquistas essas que contribuirão para o atingimento da nossa meta de 1 GW de capacidade instalada de geração de energia elétrica própria, por meio de fontes renováveis, até o ano de 2018.

Durante 2011 tivemos 180 MW em construção, divididos entre 7 usinas, das quais 3 já estão em operação comercial e as demais com previsão de operar comercialmente ainda no primeiro semestre de 2012. A entrada em operação dessas usinas trará nossa capacidade instalada para 342 MW, representando um aumento de quase 100% na comparação com o final do ano de 2010. Além dos ativos de geração de energia, a Companhia possui dois empreendimentos de transmissão de energia em construção totalizando 517 Km de extensão e que entrarão em operação comercial no início de 2013.

Adicionalmente, em dezembro de 2011, através do leilão de energia promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Desenvix arrematou a concessão para construção e operação da Usina Hidrelétrica de São Roque, localizada no rio Canoas, Estado de Santa Catarina. O empreendimento terá potência instalada de 135 MW e garantia física de 90,90 MW médios. O projeto da UHE São Roque foi desenvolvido ao longo dos cinco últimos anos pela Desenvix, com o apoio da Engevix Engenharia S.A., permitindo à companhia a aquisição de profundo conhecimento dos riscos envolvidos, das condicionantes ambientais e da engenharia, o que favorecerá a implantação do empreendimento. O fornecimento da energia contratada começará em janeiro de 2016 e se estenderá por 30 anos.

Nossos investimentos somaram R\$ 735 milhões ao longo de 2011, através de aportes de capital nas nossas empresas controladas, bem como com financiamentos de longo prazo captados junto às instituições de fomento à infraestrutura, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Outro grande teste à nossa administração foi a inundação da casa de força da nossa PCH Santa Rosa. Em decorrência do elevado volume de chuvas que precipitaram na região serrana do Rio de Janeiro, que resultou na alta afluência do Rio Grande, região onde está instalado o empreendimento. Graças ao esforço conjunto de nossos colaboradores e fornecedores a recuperação da usina foi concluída em setembro de 2011.

Em setembro de 2011, a Desenvix conquistou a concessão de registro de Companhia aberta dada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), seguido pelo evento de listagem das ações da Companhia no Bovespa Mais. Esse fato foi motivo de muita comemoração na Companhia, pois celebrou o esforço dos nossos colaboradores em aperfeiçoar os processos e controles internos tornando a Desenvix mais transparente e eficiente à seus acionistas.

As regras de governança corporativa e transparência do segmento Bovespa Mais são semelhantes às regras do Novo Mercado. A listagem das ações da Companhia no segmento Bovespa Mais marca o início do relacionamento da Companhia com o mercado de capitais. A Companhia acredita que sua estratégia de adesão ao Bovespa Mais trará a seus acionistas o benefício da melhoria nas práticas de governança corporativa, o aumento no grau de transparência e a uma exposição favorável junto ao público investidor em geral, capacitando a Companhia a, em função das condições de mercado, poder aproveitar futuras “janelas de oportunidade” que possam surgir para captações de recursos.

Em setembro de 2011 a Companhia celebrou a aquisição da participação remanescente dos 50% na ENEX pertencentes ao Grupo Energia, passando a ser uma subsidiária integral da Desenvix. Atualmente a ENEX possui 34 contratos de O&M, totalizando 1.145 MW. Entre 2006 a 2011, o faturamento bruto da ENEX aumentou cerca de 33 vezes, passando de R\$ 570 mil para R\$ 19 milhões. Acreditamos que o mercado de operação e manutenção de



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 2011

empreendimentos de geração no Brasil tende a crescer nos próximos anos, permitindo à ENEX explorar novas oportunidades neste setor.

Em agosto de 2011 nossos Acionistas Controladores diretos e indiretos, celebraram com a Statekraft Norfund Power Invest AS, um Contrato de Compra e Venda de participação acionária na Desenvix à SN. No dia 08 de março de 2012, após o cumprimento das condições precedentes previstas no Contrato, o capital social da Desenvix passou a ser distribuído da seguinte forma: Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, com 40,65% do capital social total e votante, SN Power com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais com 18,70% do capital social total e votante.

A Desenvix foi avaliada pela SN Power pelo valor de R\$ 1.613 milhões (*pré-money - data base agosto de 2011*). O valor desembolsado pela SN Power na execução do negócio foi de R\$ 725 milhões, sendo que R\$ 120 milhões foram aportados diretamente no capital da Companhia, por meio da aquisição de ações emitidas (operação primária), e R\$ 605 milhões foram adquiridos junto à Jackson e FUNCEF (operação secundária).

Juntamente com a celebração do fechamento do Contrato de Compra e Venda, o novo bloco controlador da Companhia celebrou um Acordo de Acionistas. Visando aumentar ainda mais o nível de Governança Corporativa da Desenvix, foram criados 5 comitês de assessoramentos, sendo Comitês de Operação & Manutenção, Comercial e de Implementação de Projetos, que irão reportar ao Diretor Presidente, além dos Comitês de Recursos Humanos & Remuneração e de Auditoria, Tributos, Riscos e Finanças, que irão reportar ao Conselho de Administração. Os membros dos comitês serão nomeados pelo Conselho de Administração e representará um misto de independência, representação dos acionistas e conhecimento técnico.

Para 2012, a Companhia prevê o contínuo investimento, buscando a sua meta de 1 GW de capacidade instalada de geração de energia elétrica própria, por meio de fontes renováveis, até o ano de 2018. Para isso continuará a desenvolver seu portfólio de projetos além de buscar novas oportunidades de investimentos através de aquisições ou de parcerias estratégicas.

José Antunes Sobrinho

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores



2) SOBRE A DESENVIX

A Desenvix Energias Renováveis S.A., constituída em 19 de maio de 1995, tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nas áreas de geração de energia elétrica originada de fontes renováveis, e na área de transmissão de energia elétrica, bem como a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão, nas suas áreas de atuação.

A Desenvix foi constituída originalmente sob a forma de sociedade limitada, com a denominação social de Desenvix Empreendimentos Ltda. e, em 20 de novembro daquele mesmo ano a Companhia foi transformada em uma sociedade por ações, passando a operar sob a denominação social “Desenvix S.A.”.

Inicialmente, a proposta da Desenvix era investir e desenvolver novos negócios em infra-estrutura em geral, porém, aproveitando a experiência de seus principais executivos, a empresa passou a atuar focada nos setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia atua de maneira integrada, dominando todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico-financeira, financiamento, construção, até a operação de empreendimentos de transmissão e geração de energia, em todas as fontes de energia renovável.

A Desenvix possui mais de 15 anos de atuação no setor elétrico, tendo desenvolvido ou contribuído para implementação de mais de 5.000 MW em empreendimentos de geração em operação no Brasil. Os principais executivos das áreas operacionais da Companhia acumulam, em média, mais de 30 anos de experiência comprovada no setor elétrico, com atuação nas várias fases do ciclo de projetos do setor e mais de 35.000 MW em projetos de geração e transmissão desenvolvidos no Brasil e exterior. Essa experiência se soma a uma nova geração de profissionais capazes e motivados, formada nos últimos 10 anos dentro da própria Desenvix ou do Grupo Econômico ao qual pertence.

Em 22 de setembro de 2010, após uma reestruturação societária executada para a entrada indireta da Fundação dos Economistas Federais (“FUNCEF”) em seu capital social, a Companhia passou a operar sob a denominação social “Desenvix Energias Renováveis S.A.” (“Desenvix”).

A Companhia passou de 9 MW instalados em 2005 para 176 MW em fevereiro de 2012. Considerando o atual programa de expansão em que está envolvida, a Companhia deverá ter, até o início de 2013, receitas equivalentes a 380 MW de potência instalada própria, considerando-se as receitas anuais permitidas (RAP) de suas linhas de transmissão.

A Desenvix possui investimentos em onze empreendimentos em operação, com capacidade instalada própria de 221 MW e até final de 2012 terá 342 MW em operação com a entrada de 4 parques eólicos. Adicionalmente prepara-se para iniciar a implantação da UHE São Roque, com capacidade de 135 MW.

Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Desenvix buscam o constante desenvolvimento de novos projetos, que garantirão o crescimento futuro da empresa. A companhia possui atualmente um extenso portfólio de projetos que soma 3.295 MW de potência instalada, dos quais 1.489 MW constituirão a sua participação no negócio.

Em setembro de 2011 a Desenvix adquiriu o controle integral da Enex, por meio da qual atua como prestadora de serviços de operação e manutenção de usinas de geração e de sistemas elétricos. A ENEX conta hoje com uma extensa e diversificada carteira de clientes com 1.145 MW, e com 334 funcionários, tendo experimentado um crescimento expressivo nos últimos 5 anos.



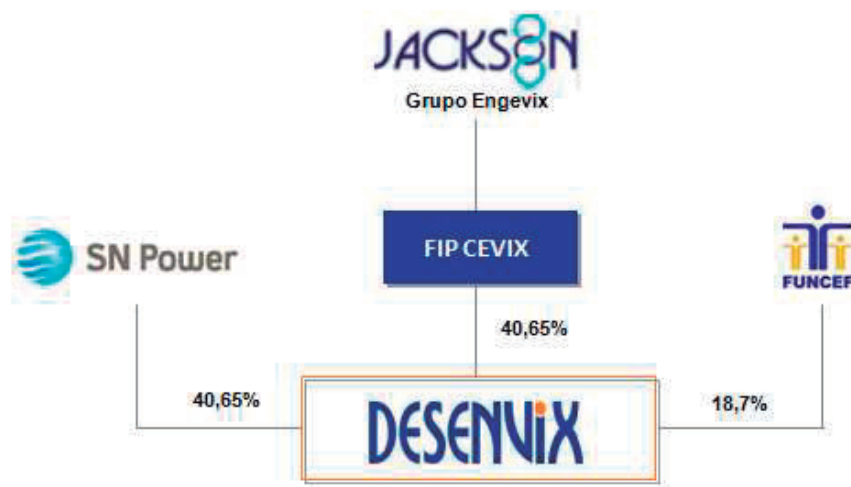
3) SOBRE NOSSO BLOCO DE CONTROLE

No dia 12 de agosto de 2011, nossos Acionistas Controladores diretos e indiretos, celebraram com a Statekraft Norfund Power Invest AS, um Contrato de Compra e Venda, para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power e aporte de capital novo pela última, após o cumprimento de algumas condições precedentes.

No dia 08 de março de 2012, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a SN Power passou a integrar definitivamente o corpo de acionistas da Desenvix.

Com a finalização da operação de Compra e Venda a Companhia passou a ser controlada pela: Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo FIP Cevix, com 40,65% do capital social total e votante, SN Power com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais com 18,70% do capital social total e votante.

Bloco de Controle da Desenvix após operação de Compra e Venda



Grupo Engevix

As atividades do Grupo Engevix, que tem a Jackson Empreendimentos Ltda como empresa holding, iniciaram-se por meio da Engevix, uma das mais tradicionais empresas de engenharia do Brasil, com mais de 45 anos de experiência no setor de infraestrutura, engenharia consultiva e construção. Em 2011 o Grupo Engevix faturou R\$ 2,1 bilhões e encerrou o ano com 5.092 colaboradores, dos quais 630 engenheiros compunham seu corpo técnico, possuindo extensa experiência e histórico bem sucedido de projetos no setor elétrico, na área industrial, e em óleo e gás. Em dezembro de 2009 a Engevix foi vencedora do leilão para construção de cascos para produção e estocagem de petróleo que será advindo da exploração da camada do pré-sal pela Petrobras, no valor de US\$3,5



bilhões, além de dispor do maior dique seco da América Latina, localizado no complexo portuário do Rio Grande, empreendimento que também possui a FUNCEF como sócia. Para esta nova modalidade de empreendimento, foi constituída a subsidiária Ecovix. Ainda, no ano de 2010, a Jackson reuniu seus investimentos na área de concessões rodoviárias e investimentos de infraestrutura na empresa Infravix. A Infravix foi vencedora, através de leilão realizado pela Infraero, da concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante no estado do Rio Grande do Norte e do Aeroporto Juscelino Kubitschek no Distrito Federal.

A Engevix possui larga experiência em todas as etapas do ciclo de implantação de empreendimentos do setor elétrico, incluindo projetos básicos, construção de plantas de geração e linhas de transmissão. Ao longo de sua história, a Engevix participou em mais de 35.000 MW em projetos de geração de energia operando no Brasil, acumulando extenso conhecimento e experiência no setor elétrico, tendo atuado, dentre outros, nos seguintes projetos: Itaipú Binacional, Tucuruí, Itá, Salto Caxias e Campos Novos. Atualmente a Engevix está envolvida como empresa líder na elaboração do projeto de engenharia de Belo Monte.

SN Power

Companhia de origem norueguesa, a SN Power é um investidor de longo prazo que atua fora da Europa na geração de energia elétrica, através de fontes renováveis, principalmente de origem hídrica. Fundada em 2002, desde janeiro de 2008 instalou um escritório no Brasil, país que é um de seus principais focos de negócios.

A SN Power é resultado de um joint venture de empresas norueguesas: a Statkraft e o Norfund. A primeira, controladora da SN Power com 60% do capital, é a maior geradora de energia elétrica da Noruega e a maior da Europa em fontes renováveis. Sua capacidade instalada é de 15.478 MW, com usinas na Suécia, Inglaterra e Alemanha, além da própria Noruega. Possui 225 hidroelétricas e 5 termoeletricas a gás natural. O Norfund é um fundo de capital controlado pelo Governo norueguês para investir em países em desenvolvimento. A SN Power está presente hoje, além da Noruega, na América do Sul (Brasil, Chile e Peru) e Ásia (Nepal, Índia, Sri Lanka, Singapura e Filipinas).

FUNCEF

A FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais - é o terceiro maior fundo de pensão do Brasil e um dos maiores da América Latina. Entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, foi criada com base na Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, com o objetivo de administrar o plano de previdência complementar dos empregados da Caixa Econômica Federal. Hoje tem patrimônio ativo total superior a R\$ 45 bilhões e aproximadamente 115 mil participantes.

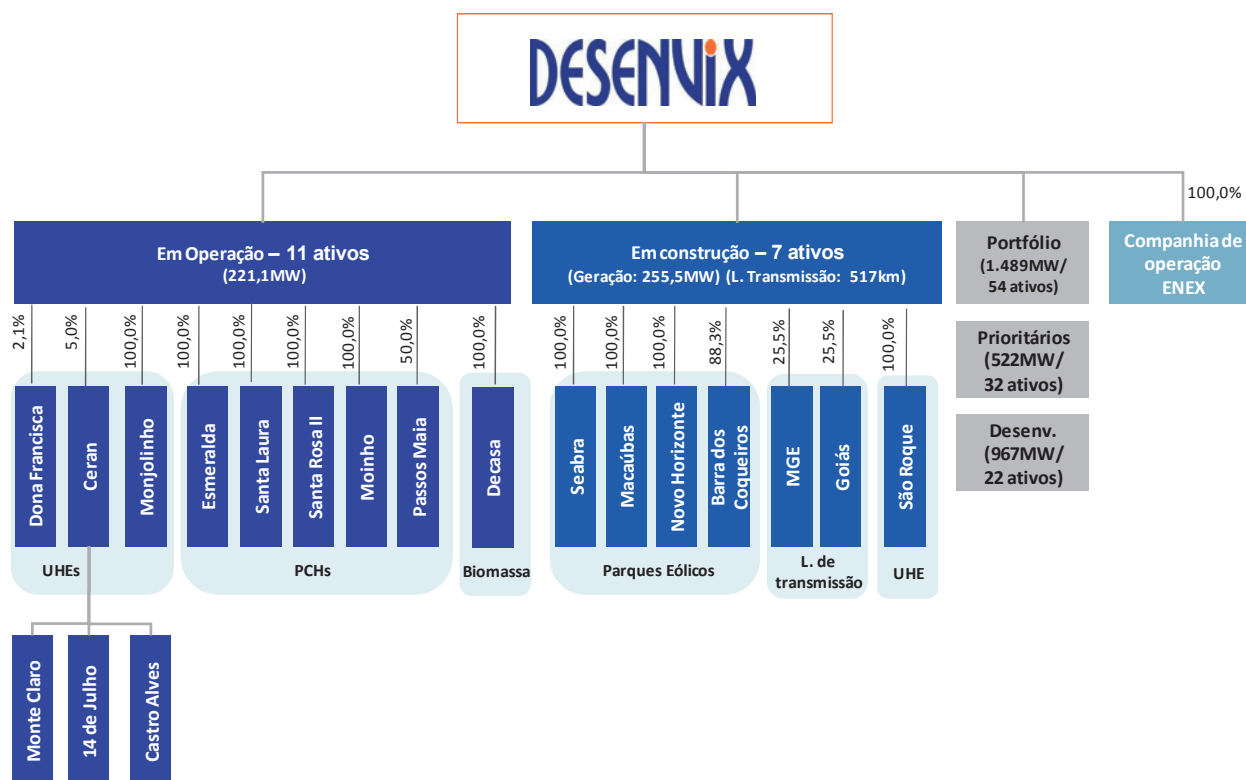
A Fundação é regida pela legislação específica do setor, por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Manual de Governança Corporativa. Seus recursos são investidos em áreas diversas que se dividem em: renda fixa, renda variável, imóveis e operações com participantes. Esses investimentos garantem o pagamento dos benefícios de seus participantes e, como aplica seus recursos no país, a FUNCEF, como investidor corporativo, tem papel ativo no desenvolvimento nacional.



4) ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Desenvix é uma *holding* de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que são responsáveis por empreendimentos em diferentes estágios de implantação, possuindo empreendimentos em operação, empreendimentos em construção, empreendimentos em início de construção e uma extensa carteira de projetos em desenvolvimento. Além disso, a Desenvix detém 100% de participação societária na ENEX – O&M de Sistemas Elétricos.

O organograma a seguir mostra esta estrutura:



5) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia adota elevados padrões de governança corporativa, em consonância com os principais padrões de governança exigidos das Companhias abertas, entre eles, adoção de Conselho de Administração e Conselho Fiscal, contratação de auditoria externa e manutenção de Área de Relações com Investidores.

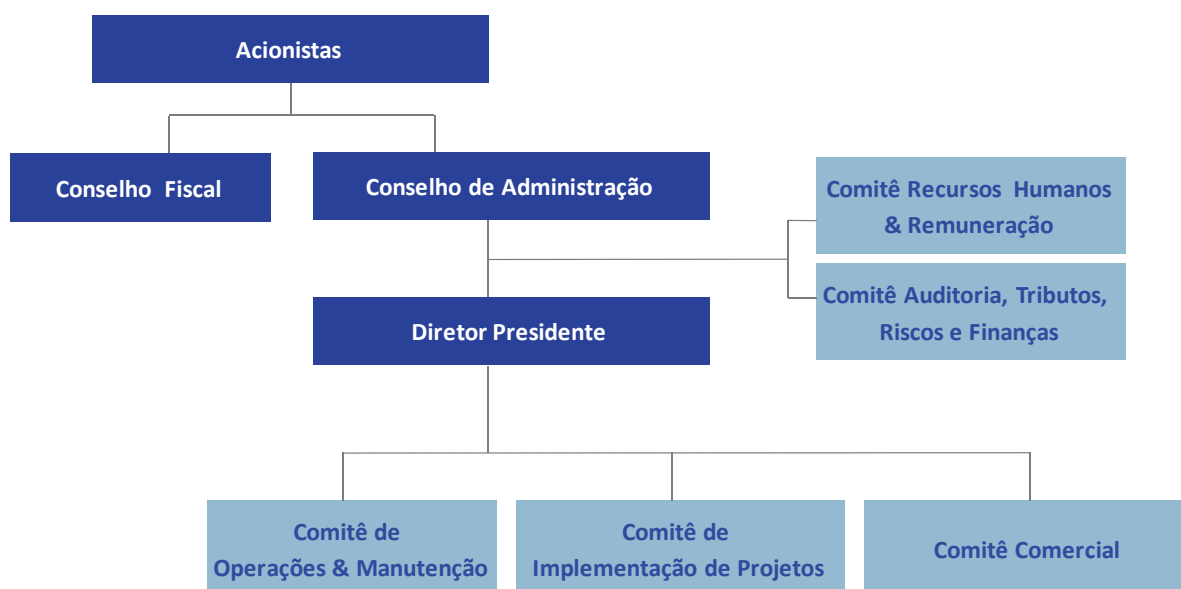
A governança corporativa da Desenvix está refletida nas práticas de gestão do dia a dia e em seu Estatuto Social, tendo como principais destaques a vedação ao registro de voto de representantes de partes relacionadas em reuniões de Conselho ou em Assembléias, sempre que a deliberação envolver potencial conflito de interesses, a adoção de Conselho Fiscal permanente, o capital Social composto exclusivamente por Ações Ordinárias e a contratação de empresa independente exclusivamente para auditoria dos balanços e das demonstrações financeiras. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

Adicionalmente, através da celebração de Acordo de Acionistas, foram constituídos 5 comitês de assessoramento à Administração.

O objetivo dos comitês é auxiliar o Diretor Presidente e o Conselho de Administração de forma a conferir rapidez, transparência e exatidão às decisões do Conselho de Administração. Os comitês também fornecerão uma análise prévia dos assuntos relevantes para o Conselho de Administração.

Os comitês deverão se reunir periodicamente para discutir assuntos estratégicos e operacionais levantados pelo Conselho de Administração, pela Administração Executiva ou por seus membros. Tais discussões deverão resultar em recomendações formais com relação a decisões, políticas e estratégias.

O organograma a seguir mostra esta estrutura:



6) EMPREENDIMENTOS EM OPERAÇÃO

Conforme quadro abaixo, a Companhia possui atualmente 11 (onze) empreendimentos em operação, com uma capacidade instalada própria de 221,1 MW.



Planta	Participação Desenvix	Início Operação Comercial	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada Desenvix (MW)
1. PCH Esmeralda	100%	Dez/06	22,2	22,2
2. PCH Santa Laura	100%	Out/07	15,0	15,0
3. PCH Santa Rosa II	100%	Jul/08	30,0	30,0
4. PCH Moinho	100%	Set/11	13,7	13,7
5. PCH Passos Maia	50%	Fev/12	25,0	12,5
6. UHE Monjolinho	100%	Set/09	74,0	74,0
7. UTE Decasa	100%	Out/11	33,0	33,0
8. CERAN				
- UHE Monte Claro	5%	Jan/05	130,0	6,5
- UHE Castro Alves	5%	Mar/08	130,0	6,5
- UHE 14 de Julho	5%	Dez/08	100,0	5,0
9. UHE Dona Francisca	2,12%	Fev/01	125,0	2,7
-X-	-X-		727,9	221,1

No período compreendido entre os meses de 2011 até fevereiro de 2012, alguns de nossos empreendimentos em construção iniciaram sua operação comercial, sendo eles:

PCH Moinho

Em setembro de 2011, por meio dos despachos nº 3.766 e 3.803 da ANEEL, a PCH Moinho recebeu autorização para início de sua operação comercial.

A PCH Moinho está situada no rio Bernardo José, afluente do rio Pelotas, entre os municípios de Barracão e Pinhal da Serra, na região Norte do estado do Rio Grande do Sul. O empreendimento possui capacidade instalada total de 13,7 MW (6,98 MW de Garantia Física).

Os investimentos para sua implantação foram da ordem de R\$93.000 mil, dos quais R\$47.850 mil foram captados por meio de financiamento direto junto ao BNDES, na modalidade *project finance*, com prazo de amortização de 16 anos, em 192 prestações mensais, a partir de setembro de 2012.

A energia que será produzida pela PCH foi vendida através de CCVE no ACL por 19,4 anos, a partir de agosto de 2011. O CCVE celebrado prevê a entrega de 61.320 MW/h ano.

UTE Decasa

Em 26 de outubro de 2011, por meio do despacho nº 4.205 da ANEEL, a UTE Decasa recebeu autorização para início de sua operação comercial.



A UTE Decasa é um empreendimento de co-geração de energia com a Usina Pau D'Alho e está localizada no município de Ibirarema, Estado de São Paulo. A UTE utilizará o bagaço de cana de açúcar como combustível para produzir energia elétrica. O Empreendimento possui capacidade instalada de 33,0 MW.

Por meio do 1º LER realizado pela ANEEL e pela CCEE em 14 de agosto de 2008 a UTE Decasa obteve um CCVE de reserva para 16 MW médios, por um período de suprimento de 15 anos, até dezembro de 2024.

Os investimentos para sua implantação foram da ordem de R\$90.000 mil, dos quais R\$59.504 mil foram captados junto ao BNDES.

PCH Victor Baptista Adami

Através dos despachos de nº 583 e nº 606, a ANEEL autorizou, a partir do mês de fevereiro de 2012, o início da operação comercial da PCH Victor Baptista Adami.

A PCH está situada no rio Chapecó, Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina. O empreendimento possui potência instalada de 25,0 MW e garantia física de 13,57 MW médios. Através da Sociedade de Propósito Específico Passos Maia Energética S.A., a Desenvix detém 50% de participação no empreendimento.

A energia produzida pela PCH foi vendida através de Contrato de Compra e Venda de Energia no Ambiente de Comercialização Livre e prevê a comercialização da energia até dezembro de 2030.

Os investimentos para sua implantação foram da ordem de R\$126.000 mil, dos quais R\$86.500 mil foram captados junto ao BNDES.

Disponibilidade média geral no Sistema Integrado Nacional

As usinas controladas e operadas integralmente pela Desenvix alcançaram o patamar de 87,5% de disponibilidade média geral no Sistema Integrado Nacional em 2011, apresentando redução de 8,6 p.p. na comparação com 2010, quando o índice foi de 96,2%. A abertura e evolução por tipo de fonte e por usina estão demonstradas na tabela abaixo:

Disponibilidade (%)	2010	2011	Var p.p.
PCHs	97,2%	82,3%	-14,9
- Esmeralda	99,2%	98,9%	-0,3
- Santa Laura	97,3%	93,8%	-3,5
- Santa Rosa	95,2%	42,8%	-52,3
- Moinho	-	93,8%	-
UTES	-	99,9%	-
- Decasa	-	99,9%	-
UHEs	94,6%	98,0%	3,4
- Monjolinho	94,6%	98,0%	3,4
Disponibilidade média geral	96,2%	87,5%	-8,6

A variação negativa registrada na disponibilidade média geral se deve principalmente à variação negativa de 52,3 p.p. na disponibilidade da PCH Santa Rosa, conforme comentado a seguir:



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 2011

Em janeiro de 2011, em decorrência do elevado volume de chuvas que precipitaram na região serrana do Rio de Janeiro, que resultou na alta afluência do Rio Grande, região onde está instalada a PCH Santa Rosa, ocorreu a inundação da casa de força da usina, atingindo grande parte dos equipamentos eletromecânicos; em decorrência, foram desligadas as 3 unidades geradoras em caráter de emergência. O referido sinistro não resultou em qualquer dano estrutural, inclusive a barragem e a tomada d'água, ficando o mesmo restrito aos acessos, cercas, pequenos taludes, entre outros.

Os gastos para recomposição total da Usina somaram até 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 6,3 milhões, apresentados no ativo circulante, mantendo a empresa seguro risco operacional, sendo o valor da indenização ainda a ser apurado, considerando, inclusive a aplicação da franquia. Até 29 de fevereiro de 2012, a Santa Rosa já havia recebido, da seguradora, o valor de R\$2,7 milhões a cargo de reembolso pelos custos de recuperação incorridos.

A recuperação da usina foi concluída no dia 16 de setembro de 2011, data em que sua terceira unidade geradora retomou a operação comercial, conforme o Despacho nº 3.763 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Também contribuiu negativamente a variação negativa de 3,5 p.p. da PCH Santa Laura, a qual se deve à parada para manutenção das válvulas borboleta, inspeção do túnel de adução e manutenção geral das unidades geradoras, realizada no período compreendido entre os dias 02 e 20 de dezembro.

Por outro lado, contribuiu positivamente para a disponibilidade média geral da Companhia o desempenho da subsidiária UHE Monjolinho, destacando-se a realização da inspeção geral de 16.000 horas das unidades geradoras sem ocasionar o seu desligamento simultâneo.

Produção de Energia Elétrica

Em 2011, a produção de energia elétrica das usinas controladas e operadas integralmente pela Desenvix foi de 763,4 GWh, representando redução de 2,5% na comparação com 2010, quando a produção foi de 783,1 GWh.

Geração (MWh)	2010	2011	V%
PCHs	353.825	294.037	-16,9%
- Esmeralda	121.178	128.635	6,2%
- Santa Laura	78.923	88.743	12,4%
- Santa Rosa	153.725	63.664	-58,6%
- Moinho	-	12.995	-
UTES	-	8.647	-
- Decasa	-	8.647	-
UHEs	429.288	460.753	7,3%
- Monjolinho	429.288	460.753	7,3%
TOTAL	783.114	763.437	-2,5%

A variação negativa registrada na produção de energia se deve principalmente à variação negativa de 58,6% na produção de energia da PCH Santa Rosa, em função do sinistro ocorrido na casa de força da usina, conforme comentado no item anterior, onde foi tratada a disponibilidade média geral da Companhia.

Por outro lado, contribuíram favoravelmente para o aumento da produção de energia durante o ano de 2011 (i) o aumento da geração da UHE Monjolinho, sustentada pelo bom índice de disponibilidade do sistema e vazão de água suficiente para sustentar a geração, (ii) o aumento da geração das PCHs Esmeralda e Santa Laura face às



condições hidrológicas favoráveis, (iii) o início da operação comercial da usina PCH Moinho e (iv) o início da operação comercial da UTE Decasa.

7) EMPREENDIMENTOS EM IMPLANTAÇÃO

Atualmente a Companhia possui 7 (sete) empreendimentos em fase de implantação, sendo quatro usinas de energia eólica (UEEs), e uma usina hidrelétrica, somando uma capacidade instalada própria de 255,5 MW, e 2 linhas de transmissão (LTs) com 517km de extensão. Nesse cálculo computamos a UHE São Roque como em implantação, entretanto atualmente a Companhia trabalha em busca da sua licença de instalação junto aos órgãos ambientais do estado de Santa Catarina. O início da implantação da UHE São Roque está previsto para o mês de outubro de 2012.



Planta	Participação Desenvix	Previsão Início Operação Comercial	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada Desenvix (MW)
1. UEE Macaúbas	100%	Abr/12	30,0	30,0
2. UEE Seabra	100%	Abr/12	30,0	30,0
3. UEE Novo Horizonte	100%	Abr/12	30,0	30,0
4. UEE Barra dos Coqueiros	88,33%	Jul/12	34,5	30,5
5. LT Goiás 259 km	25,5%	Jan/13	-x-	-x-
6. LT MGE 258 km	25,5%	Jan/13	-x-	-x-
7. UHE São Roque	100%	Mar/15	135,0	135,0
		-x-	259,5	255,5

Complexo Eólico Desenvix Bahia

O Complexo Eólico Desenvix Bahia está localizado no município de Brotas de Macaúbas, na Chapada Diamantina, região central da Bahia. O Complexo Eólico é formado atualmente por 3 (três) SPEs, cada uma constituindo o empreendimento de uma usina eólica de 30,0 MW de potência instalada – UEE Macaúbas, UEE Novo Horizonte e UEE Seabra – totalizando assim, 90,0 MW de potência instalada no Complexo Eólico. Foram investidos R\$ 420 milhões no Complexo Eólico Bahia, dos quais R\$ 268 milhões foram financiados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), por meio de operações de financiamento direto na modalidade *project finance* com cada SPE.

Em dezembro de 2009, através do primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER), foram comercializados 34,0 MW médios de energia, sendo 13,0 MW médios da UEE Macaúbas, 11,0 MW médios da UEE Seabra e 10,0 MW médios da UEE Novo Horizonte. Esta energia será contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos.

O cronograma de implantação do Complexo Eólico Desenvix Bahia prevê o início da operação comercial abril de 2012. Atualmente o Complexo encontra-se totalmente montado e pré-comissionado, restando apenas comissionamento final dos aerogeradores e resolução de pendências na conexão da subestação ao sistema CHESF.



Parque Eólico Barra dos Coqueiros

Localizado no município de Barra dos Coqueiros, próximo à capital Aracajú, Estado de Sergipe, o empreendimento Parque Eólico Barra dos Coqueiros terá 34,5 MW de capacidade instalada e 10,5 MW de garantia física de energia. A Desenvix detém 88,33% de participação no empreendimento.

Assim como as UEEs do Complexo Eólico Desenvix Bahia, a UEE Barra dos Coqueiros comercializou sua energia no primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER). No total foram vendidos 10,0 MW médios de energia. Esta energia será contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos.

Atualmente a implantação do empreendimento já conta com 13 fundações de concreto de um total de 23. Os equipamentos principais foram contratados em setembro de 2011 junto a SINOVEL, dos quais 8 aerogeradores foram embarcados no dia 10 de fevereiro de 2012, com previsão de chegar ao canteiro de obra a partir do dia 28 de março de 2012. O cronograma de implantação prevê o início da operação comercial em julho de 2012.

O CAPEX estimado do projeto é de R\$ 119 milhões, parte financiada através de captação de longo prazo junto ao Banco de Desenvolvimento da China (CDB).

Linhas de Transmissão - LTs

A Desenvix detém participação de 25,5% na Goiás Transmissora e de 25,5% na MGE Transmissora, ambas em fase de implantação.

No total, as duas linhas têm 517 km de extensão, sendo 259 km da Goiás Transmissora e 258 km da MGE Transmissora. Os investimentos totais serão da ordem de R\$ 690 milhões e o início da operação comercial está previsto para janeiro de 2013.

As LTs representam ativos complementares ao negócio da Desenvix, permitindo o benefício (i) da diversificação de riscos de negócio e (ii) dos fluxos de caixa altamente estáveis em função de ser este um setor altamente regulado.

UHE São Roque

No dia 20 de dezembro de 2011, durante leilão de energia promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e ocorrido na sede da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em São Paulo, a Desenvix arrematou a concessão para construção e operação da Usina Hidrelétrica de São Roque, localizada no rio Canoas, Estado de Santa Catarina. O empreendimento terá potência instalada de 135,00 MW e garantia física de 90,90 MW médios.

O projeto da UHE São Roque foi desenvolvido ao longo dos cinco últimos anos pela Desenvix, com o apoio da Engevix Engenharia S.A., permitindo à companhia a aquisição de profundo conhecimento dos riscos envolvidos, das condicionantes ambientais e da engenharia, o que favorecerá a implantação do empreendimento.

O prazo de concessão do empreendimento é de 35 anos, a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão, previsto para o mês de agosto de 2012.

Foram contratados 81,8 MW médios no Ambiente de Comercialização Regulado ("ACR"), a um preço de venda de R\$ 91,20 por megawatt-hora. O fornecimento da energia contratada começará em janeiro de 2016 e se estenderá por 30 anos. A Companhia comercializará um excedente de garantia física, descontadas as perdas, equivalente a 6,37 MW médios, no Ambiente de Comercialização Livre ("ACL").

A homologação do leilão pela Aneel está prevista para o mês de março de 2012.



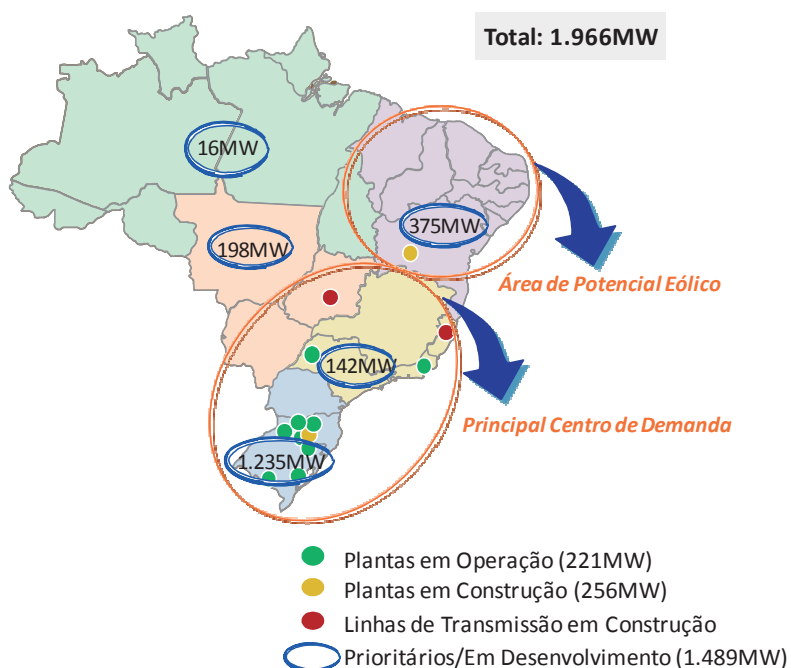
8) PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Desenvix envolvem o constante desenvolvimento de novos projetos. A Companhia possui atualmente um extenso portfólio de projetos em desenvolvimento, que soma 3.295 MW de potência instalada, sendo 1.489 MW próprios, nos quais tem investido constantemente nos últimos 5 anos.

Dentre os projetos em desenvolvimento da Companhia, um grupo de projetos é classificado como Projetos Prioritários em Desenvolvimento. Os projetos prioritários são aqueles que se encontram em estado mais avançado de desenvolvimento, com possibilidade de iniciarem a implantação em um horizonte de 6 meses a 3 anos. Os Projetos Prioritários em Desenvolvimento da Companhia somam 522 MW de potência instalada própria.

Outra característica interessante da carteira de projetos da Desenvix é a sua diversidade geográfica, agregando conhecimentos importantes sobre o potencial energético brasileiro e permitindo o aproveitamento de oportunidades de negócios em todo o território nacional.

Distribuição Geográfica do Portfólio da Desenvix



9) DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

PREÇO LÍQUIDO MÉDIO DA ENERGIA COMERCIALIZADA

Em 2011, o preço líquido (após deduções de impostos do preço bruto) médio da energia comercializada foi de R\$ 153,47/MWh, redução de 9,4% na comparação com 2010, quando o preço líquido médio foi de R\$ 169,47/MWh. A redução observada reflete a queda de 22,3% no preço líquido da energia comercializada pela controlada UHE Monjolinho, uma vez que a partir do dia 1º de janeiro de 2011 deu início ao seu Contrato de Compra e Venda de Energia (“CCVE”) no Ambiente de Comercialização Regulado (“ACR”), cujo preço líquido médio realizado em 2011 foi de R\$ 151,46/MWh, contra o preço líquido de R\$ 194,87/MWh praticado anteriormente através do seu CCVE no Ambiente de Comercialização Livre (“ACL”), celebrado pelo período de sua antecipação comercial.

Por outro lado, o preço líquido médio da energia comercializada das PCHs contribuiu favoravelmente, apresentando crescimento de 7,4% na comparação entre 2011 e 2010, motivado pelos reajustes contratuais vinculados a índices de inflação, bem como pela celebração do CCVE de Moinho, ao preço líquido de R\$ 173,44/MWh. Também contribuiu a entrada em operação da UTE Decasa, com preço líquido de R\$ 176,94/MWh.

Preço Líquido Médio Energia Comercializada (R\$/MWh)	2010	2011	Var%
PCHs	153,55	164,94	7,4%
- Esmeralda	153,54	165,05	7,5%
- Santa Laura	153,60	164,27	7,0%
- Santa Rosa	153,54	165,05	7,5%
- Moinho	-	173,44	-
UTES	-	176,94	-
- Decasa	-	176,94	-
UHEs	194,87	151,46	-22,3%
- Monel	194,87	151,46	-22,3%
Preço Médio*	169,47	153,47	-9,4%

* ponderado pela energia comercializada do período, líquido de impostos

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 2011, a receita operacional líquida total somou R\$ 143,4 milhões, representando aumento de 27,9% na comparação com 2010, quando o valor foi de R\$ 112,1 milhões. O aumento foi ocasionado pelo crescimento de 29,8% da receita líquida de fornecimento de energia elétrica do período, além do aumento de 144,2% da receita líquida de serviços de O&M. O aumento na receita operacional líquida total foi parcialmente compensado pela redução de 72,9% da receita líquida de outros serviços, além da receita com reembolso de projetos em 2011 ter sido nula.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:



Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2010	2011	Var % 2011 x 2010
Receita Líquida Total	112.149	143.403	27,9
- Fornecimento de energia	100.232	130.061	29,8
- Serviços O&M	5.384	13.144	144,2
- Outros serviços	730	198	-72,9
- Reembolso de projetos	5.803	-	-100,0

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica

Em 2011, o fornecimento de energia elétrica gerou receita líquida de R\$ 130,1 milhões, apresentando um aumento de 29,8% em comparação com 2010, quando a receita líquida de fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 100,2 milhões. O aumento na receita líquida de fornecimento de energia elétrica em 2011 decorreu (i) do preço médio da energia comercializada das PCHs, o qual apresentou crescimento motivado pelos reajustes contratuais, (ii) da receita de venda de energia da PCH Moinho, a qual entrou em operação durante o mês de setembro de 2011, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 4,6 milhões, (iii) da receita de venda de energia da UTE Enercasa, a qual entrou em operação durante o mês de outubro de 2011, entretanto por força contratual contribuiu com a receita líquida de R\$ 21,2 milhões referente ao fornecimento dos 12 meses do ano (maiores detalhes são encontrados no item Custo dos Serviços Prestados) e (iv) da redução da receita aferida no ano de 2010 devido à implementação da reestruturação societária ocorrida nos meses de julho e agosto de 2010, visando a preparação de um veículo para o IPO, quando as empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A. foram temporariamente subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de ser consideradas no resultado consolidado da Companhia. Mais especificamente, a redução da receita líquida de 2010, em função da reestruturação societária, foi de R\$ 2,8 milhões na Esmeralda S.A., R\$ 1,9 milhão na Santa Laura S.A., R\$ 3,9 milhões na Santa Rosa S.A. e R\$ 11,8 milhões na Monel Monjolinho Energética S.A..

Em contrapartida ao aumento na receita líquida de fornecimento de energia elétrica em 2011, foram observados fatores que contribuíram para sua redução, entre eles: (i) o menor preço líquido médio da energia comercializada no período, praticado pela controlada UHE Monjolinho motivado pelo fim de seu CCVE celebrado no ACL e início do seu CCVE no ACR, conforme comentado no item Preço Líquido Médio da Energia Comercializada e (ii) ajuste negativo do MRE da PCH Santa Rosa, no valor de R\$ 2,8 milhões, pela não disponibilidade no sistema em parte do ano, em função do sinistro ocorrido na casa de força da usina, conforme comentado no item Disponibilidade Média Geral da Companhia.

Receita líquida de serviços de O&M

Em 2011, a receita líquida de serviços de O&M somou R\$ 13,1 milhões, representando um aumento de 144,2% em relação à 2010, quando atingiu R\$ 5,4 milhões. Esta variação decorreu (i) do aumento no faturamento de serviços de O&M da controlada ENEX, decorrente da expansão de suas atividades operacionais, conforme demonstrado na tabela a seguir e (ii) pela aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, a receita líquida gerada pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir do dia 1ª de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% da receita líquida gerada pela ENEX.

Em 31 de dezembro de 2011, a ENEX possuía 31 contratos de prestação de serviços de O&M, os quais somavam uma capacidade instalada de 1.082 MW, representando um aumento de 30,2% na comparação com 31 de dezembro de 2010, quando possuía 20 contratos, que somavam uma capacidade instalada de 831 MW. Sua carteira de contratos está dividida em empreendimentos em operação e empreendimentos em construção, sendo os



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 2011

primeiros os responsáveis pelo incremento em seu faturamento, uma vez que o faturamento por serviços de O&M tem início no instante da entrada em operação dos empreendimentos.

Contratos em carteira	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	Var %
Quantidade Total	20	31	55,0
- Em operação	15	26	73,3
- Em construção	5	5	-
Potência Total (MW)	831	1.082	30,2
- Em operação	470	955	103,2
- Em construção	361	127	-64,8

Receita líquida de outros serviços

Em 2011, a receita líquida de outros serviços prestados somou R\$ 198 mil, uma redução de 72,9% em relação à 2010, quando atingiu R\$ 730 mil. Esta variação decorreu, principalmente, da redução do faturamento da Desenvix Controladora, composto por serviços de gerenciamento dos empreendimentos em operação e implantação, além de serviços de consultoria prestados às outras empresas do Grupo Engevix.

Receita líquida de reembolso de projetos

A receita líquida com reembolso de projetos ocorre quando somos indenizados por gastos com o desenvolvimento de projetos que não obtivemos autorização ou concessão para sua exploração. Em 2010, o projeto da UHE Garibaldi, projeto desenvolvido internamente na Desenvix, foi a leilão público. Em função das tarifas de energia praticadas no leilão a Administração interrompeu seu lance e a concessão para exploração da UHE foi para um concorrente. Assim, a receita apresentada em 2010 é referente ao reembolso dos gastos de desenvolvimento do projeto da UHE Garibaldi.

Em 2011, tivemos o leilão da UHE São Roque, no qual foram gastos cerca de R\$ 9,5 milhões no seu desenvolvimento. Como fomos os vencedores do leilão, não seremos reembolsados, porém somos autorizados a aportar o valor gasto na SPE criada para a implantação e exploração da concessão.

CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados totalizou R\$ 73,8 milhões 2011, apresentando um aumento de 53,9% na comparação com 2010, quando atingiu R\$ 48 milhões, equivalente à 51,5% e 42,8% da receita operacional líquida do período, respectivamente. O crescimento do período foi influenciado, principalmente, pelo custo com compra de energia, o qual foi nulo em 2010, pelo aumento de 171,3% no custo dos serviços prestados de O&M, bem como, pelo aumento de 4,6% no custo de fornecimento de energia elétrica, entretanto, o aumento do custo foi mitigado pelo valor nulo do custo com reembolso de projetos.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:



Custo dos Serviços Prestados (R\$ mil)	2010	2011	Var % 2011 x 2010
Custo Total	47.963	73.833	53,9
- Fornecimento de energia	38.163	39.929	4,6
- Custo com compra de energia	-	24.595	100,0
- Serviços O&M	2.969	8.053	171,3
- Reembolso de projetos	5.803	-	-100,0
- Outros serviços	1.028	1.256	22,2

Diferentemente das Demonstrações Financeiras Padronizadas de 2011, onde o custo com compra de energia é somado ao custo de fornecimento de energia, nesse relatório de administração destacamos o custo com compras de energia para tratarmos do tema separadamente em função da influência sobre o resultado econômico de 2011 da Companhia.

Fornecimento de energia elétrica

O custo do serviço de fornecimento de energia elétrica em 2011 foi de R\$ 39,9 milhões, apresentando aumento de 4,6%, em comparação com 2010, quando atingiu R\$ 38,2 milhões. O aumento observado foi inferior à inflação registrada no período. Apesar do crescimento, o aumento demonstra o resultado favorável do plano de contingenciamento de custos das nossas usinas em operação. Em 2011 tínhamos a PCH Moinho e UTE Enercasa operando, e juntas foram responsáveis por R\$ 2,3 milhões adicionais ao custo de fornecimento de energia elétrica, enquanto que em 2010 ambas estavam em construção. Outro ponto a ser observado que reforça o plano de contingenciamento é o fato das empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A., na base de 2010, terem sido subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson durante os meses de julho e agosto, devido à implementação da reestruturação societária. Mais especificamente, a redução do custo dos serviços prestados por fornecimento de energia, em função da reestruturação societária, foi de R\$ 0,7 milhão na Esmeralda S.A., R\$ 0,8 milhão na Santa Laura S.A., R\$ 1,7 milhão na Santa Rosa S.A. e R\$ 3,4 milhões na Monel Monjolinho Energética S.A.. Caso retornássemos esses valores à base de 2010, a variação do custo com fornecimento de energia elétrica seria negativa, apresentando redução real, na comparação entre os períodos.

Custo com compra de energia elétrica

O custo com compra de energia elétrica em 2010 foi nulo, enquanto que em 2011, o montante foi de R\$ 24,6 milhões. Esse aumento decorreu (i) da compra de energia para a PCH Moinho, no valor de R\$ 993 mil, para complementar os compromissos comerciais assumidos em seu CCVE que previa a possibilidade de antecipação na comercialização da energia do mês de janeiro de 2012 para o mês de agosto de 2011. Como a autorização para operação comercial somente ocorreu no mês de setembro de 2011, a Companhia adquiriu a energia referente ao mês de agosto de 2011, em contra partida, faturou as receitas dos meses de agosto até dezembro de 2011. Adicionalmente obteve o benefício de adquirir a energia a um preço médio de R\$ 120,79, menor do que o preço líquido, descontado os impostos, do seu CCVE, que em agosto de 2011 era R\$ 173,44.

Também contribuiu para o aumento do custo com compra de energia (ii) a compra de energia para a subsidiária UTE Decasa, no valor de R\$ 23,6 milhões, para fazer frente aos compromissos comerciais assumidos em seu CCVE que previa a comercialização de energia nos meses de janeiro até dezembro de 2011, mas, tendo recebido a autorização para operação comercial apenas no mês de outubro de 2011. No caso da UTE Decasa, a compra da energia trouxe o benefício da adimplência da entrega da energia, evitando assim a incidência da penalidade da CCEE, no valor de R\$ 11,5 milhões. Adicionalmente, a adimplência da entrega permitiu o faturamento do seu CCVE, durante o ano de 2011, garantindo receita de R\$ 20,4 milhões à subsidiária. No balanço de compra e venda



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 2011

de energia, auferimos prejuízo de R\$ 3,2 milhões, entretanto o plano de negócio da Companhia considerava perda de R\$ 6 milhões.

Serviços de O&M

O custo dos serviços de O&M prestados em 2011 foi de R\$ 8 milhões, apresentando um aumento de 171,3%, em comparação com 2010, quando atingiu R\$ 3 milhões. Esta variação decorreu do aumento das atividades operacionais da controlada ENEX. Para fazer frente ao aumento na quantidade de novos contratos de O&M, a Companhia aumentou em 42% o quadro de funcionários, passando de 241 em 31 de dezembro de 2010 para 343 em 31 de dezembro de 2011, aumentando assim seus custos com folha de pagamento. Outro fator de aumento do custo dos serviços de O&M prestados em 2011 foi a aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no mês de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, o custo dos serviços de O&M prestados gerado pela subsidiária era consolidado representando seu percentual de participação. A partir do dia 1ª de setembro de 2011, data da sua aquisição, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% dos custos dos serviços de O&M prestados pela ENEX.

Reembolso de projetos

O custo com reembolso de projeto em 2011 foi nulo, enquanto que em 2010 atingiu R\$ 5,8 milhões. O custo com reembolso de projetos ocorre no momento em que há o recebimento do ressarcimento dos custos com o desenvolvimento de projetos, conforme comentado no item Receita líquida de reembolso de projetos.

Outros serviços

O custo dos outros serviços em 2011 foi de R\$ 1,3 milhão, apresentando um aumento de 22,2%, em comparação com 2010, quando atingiu R\$ 1 milhão. O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Desenvix Controladora, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação e construção, além do desenvolvimento de projetos. Essa conta é factível de reversão de custos, quando do reconhecimento dos direitos de ressarcimento relacionados ao desenvolvimento de projetos, anteriormente reconhecidos no ativo intangível.

DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS

Em 2011, as despesas operacionais atingiram R\$ 35,3 milhões, apresentando um aumento de 141,3% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 14,4 milhões. As despesas operacionais representaram 24,6% e 12,8% da receita operacional líquida de 2011 e 2010, respectivamente.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas Gerais (R\$ mil)	2010	2011	Var % 2011 x 2010
Despesas (Receitas) Totais	14.361	35.307	141,3
- Gerais e administrativas	15.341	23.817	55,2
- Honorários da administração	2.392	4.396	83,8
- Com estudos e desenvolvimento	(1.795)	4.352	-342,5
- Perdas com contratos de energia	-	2.466	100,0
- Outras receitas operacionais, líquidas	(1.577)	276	-117,6



Despesas gerais e administrativas

Em 2011, as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 23,8 milhões, apresentando um aumento de 55,2% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 15,3 milhões. Tal variação decorreu (i) do aumento nas despesas gerais e administrativas da Desenvix Controladora, no valor de R\$ 2,6 milhões, especialmente em função (a) dos gastos com a implantação do sistema de gestão ERP, no valor de R\$ 1 milhão, (b) dos gastos com pessoal contratados para a engenharia do proprietário das usinas em implantação, no valor de R\$ 300 mil, (c) dos gastos com a auditoria externa, no valor de R\$ 1,2 milhão, enquanto que em 2010 tais despesas estão alocadas como despesas antecipadas com IPO e não no resultado e (d) pela reversão de despesas do resultado de 2010, no valor de R\$ 280 mil, reconhecidas como reembolsáveis pela auditoria da ANEEL para o projeto da UHE Garibaldi, (ii) em função do aumento nas despesas gerais e administrativas da ENEX, no valor de R\$ 2,2 milhões, em decorrência do aumento da sua atividade operacional, conforme já mencionado anteriormente, além da aquisição do seu controle integral pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011, a qual passou a consolidar em seu resultado 100% das despesas, (iii) em função do aumento nas despesas gerais e administrativas dos empreendimentos em implantação, no valor de R\$ 200 mil, principalmente pelo início da implantação da Eólica Barra dos Coqueiros, (iv) em função do aumento nas despesas gerais e administrativas dos empreendimentos em operação, no valor de R\$ 3,9 milhões, especialmente em função (a) da entrada em operação da PCH Moinho e da UTE Enercasa que acrescentaram R\$ 1,5 milhão às despesas administrativas, (b) dos gastos com a implantação do sistema de gestão ERP, no valor de R\$ 300 mil, (c) e pela implementação da reestruturação societária ocorrida nos meses de julho e agosto de 2010, quando as empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A. passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de ser consideradas no resultado consolidado da Companhia, conforme mencionado no início desse capítulo. Mais especificamente, a redução das despesas gerais e administrativas, em função da reestruturação societária, foi de R\$ 94 mil na Esmeralda S.A., R\$ 58 mil na Santa Laura S.A., R\$ 161 mil na Santa Rosa S.A. e R\$ 640 mil na Monel Monjolinho Energética S.A..

Honorários da administração

Em 2011, as despesas com honorários da administração atingiram R\$ 4,4 milhões, apresentando um aumento de 83,8% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 2,4 mil. Tal variação decorreu, principalmente, da reestruturação organizacional da companhia, com a criação das Vice-Presidências e a introdução de Conselho de Administração e Fiscal remunerados, de forma a prepará-la para seu crescimento futuro.

Com estudos em desenvolvimento

Em 2011, as despesas com estudos em desenvolvimento atingiram R\$ 4,4 milhões, enquanto que em 2010 houve uma despesa negativa de R\$ 1,8 milhão. As despesas com custos refletem os valores investidos na manutenção e desenvolvimento da nossa carteira de projetos. Já em 2010 a despesa negativa sofreu influência do valor de R\$ 6,1 milhões transferido do resultado para o ativo intangível, após a auditoria da ANEEL validar os custos reembolsável da UHE São Roque.

A Companhia atua em todo o ciclo de geração de energia, desde o desenvolvimento de projetos, passando pela implantação de empreendimentos e finalizando com a operação e manutenção das usinas. Na área de estudos e desenvolvimento de projetos, investe em estudos de viabilidade ambiental, de inventário e projetos básicos e outros. Quando o projeto possui cláusula resolutiva que garanta o ressarcimento dos gastos incorridos no seu desenvolvimento, ou alguma habilitação que garanta a sua implantação, os valores investidos são contabilizados na conta do balanço patrimonial ativo intangível, do contrário são contabilizados na conta de resultado gastos com estudos em desenvolvimento. Nesse sentido, no ano de 2011, a Companhia investiu R\$ 7,2 milhões com estudo e desenvolvimento de projetos, dos quais R\$ 4,3 milhões foram apropriados ao resultado. O saldo, em 31 de dezembro de 2011, da conta ativo intangível era de R\$ 32,5 milhões.



Gastos com estudo e desenvolvimento de projetos (R\$ mil)	2010	2011
Incorridos no período	13.794	7.228
Apropriados ao Resultado	4.292	4.352
Saldo Ativo Intangível	29.640	32.516

Perdas com contratos de energia

As perdas com contratos de energia apresentaram saldo nulo em 2010. O saldo observado em 2011 é fruto do reconhecimento das perdas pela energia não entregue pela UTE Enercasa em 2010, sendo reconhecida pela Companhia e baixada a provisão para passivo a descoberto.

Outras receitas operacionais, líquidas

Em 2011 as outras receitas operacionais líquidas atingiram uma despesa de R\$ 276 mil, em comparação com uma receita de R\$ 1.577 mil em 2010. A despesa de 2011 é referente principalmente à provisão para perda de devedores duvidosos, enquanto que a receita de 2010 é referente ao recebimento da parcela final da venda de nossa participação no consórcio chamado de “Consórcio de Empresas” (detentor de projetos eólicos localizados no estado de Santa Catarina).

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA alcançou R\$ 64,6 milhões em 2011, apresentando redução de 13,2% em relação à 2010, quando alcançou R\$ 76,5 milhões, em linha com os efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA, como consequência do EBITDA, apresentou redução de 23,2 p.p. na comparação entre os anos, passando de 68,2% para 45,0% da receita operacional líquida de 2010 para 2011.

EBITDA (R\$ mil)	2010	2011	Var % 2011 x 2010
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	49.825	34.263	-31,2
(+) Depreciação	26.635	30.335	13,9
EBITDA	76.460	64.598	-13,2
Receita Líquida	112.149	143.403	27,9
Margem EBITDA	68,2%	45,0%	-23,2 p.p.

Por estar em fase de crescimento acelerado, com elevados montantes de investimento anuais financiados por empréstimos de longo prazo estruturados na modalidade *project-finance*, a Companhia possui atualmente auto grau de alavancagem e elevada despesa financeira anual. Também, por ser uma empresa jovem, com elevados investimentos em ativo imobilizado, a depreciação é parcela importante das despesas da Companhia.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 2011

A Administração da Companhia entende que o EBITDA e a margem EBITDA sejam os métodos mais adequados para acompanhamento do desempenho da Companhia, pois, ao excluirmos despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação, mas, em diferentes estágios de maturidade, bem como a comparação com empresas de outros setores, mas, com diferentes estruturas de alavancagem e diferentes taxas de amortização e de depreciação.

O EBITDA e a margem EBITDA não são uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores de nosso desempenho operacional ou como substitutos do nosso fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez.

RESULTADO FINANCEIRO

Em 2011, o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 47,6 milhões, aumento de 26,7% na comparação com 2010, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 37,6 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2010	2011	Var % 2011 x 2010
Despesas financeiras	(45.228)	(54.729)	21,0
- Com financiamentos	(34.124)	(44.899)	31,6
- Cartas de fiança bancária	(2.235)	(2.794)	25,0
- IOF e multa e juros sobre tributos	(3.108)	(3.564)	14,7
- Variações monetárias passivas	-	(192)	100
- Concessões a pagar e outros despesas	(5.761)	(3.280)	-43,1
Receitas financeiras	7.623	7.083	-7,1
- Com aplicações financeiras	4.918	5.053	2,7
- Variações monetárias ativas	1.326	2	-99,8
- Juros e outras	1.379	2.028	47,1
Resultado Financeiro	(37.605)	(47.646)	26,7

Despesas financeiras

Em 2011, as despesas financeiras atingiram R\$ 54,7 milhões, apresentando um aumento 21% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 45,2 milhões. Tal variação é decorrente (i) do aumento de 31,6% das despesas financeiras com financiamentos, que passaram de R\$ 34,1 milhões em 2010 para R\$ 44,9 milhões em 2011, principalmente em função (a) do aumento de R\$ 6,6 milhões das despesas com financiamentos da Desenvix Controladora, proveniente dos empréstimos de curto prazo, na categoria de empréstimo ponte, contraídos ao longo de 2011, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos empreendimentos em implantação até que as liberações dos financiamentos de longo prazo ocorressem, (b) da entrada em operação da PCH Moinho e da UTE Enercasa, que passaram a contabilizar suas despesas com o financiamento tomado junto ao BNDES na conta de resultado, contribuindo com R\$ 2 milhões para o aumento, além (c) da implementação da reestruturação societária ocorrida nos meses de julho e agosto de 2010, quando as empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A. passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de ser consideradas no resultado consolidado da Companhia, conforme mencionado anteriormente. Mais especificamente, a redução das despesas financeiras com financiamentos, em função da reestruturação societária, foi de R\$ 694 mil na Esmeralda S.A., R\$ 594 mil na Santa Laura S.A., R\$ 1.486 mil na Santa Rosa S.A. e R\$ 2.646 mil na Monel Monjolinho Energética S.A.. O aumento das despesas financeiras com financiamentos foi parcialmente compensado (a) pela redução de R\$ 2 milhões no valor



dos juros amortizados dos atuais empréstimos do BNDES, das controladas em operação, uma vez que os juros pagos são decrescentes e (b) pela redução de nos juros pagos pela Desenvix Controladora no financiamento tomado junto ao FINEP, no valor de R\$ 1 milhão uma vez que os juros pagos são decrescentes. O aumento das despesas financeiras também é decorrente (i) do aumento de 25% com despesas de fiança bancária exigidas na contratação de financiamentos como forma de garantia, além (ii) do aumento de 14,7% com despesas com IOF, principalmente pelos financiamentos tipo ponte contratados ao longo de 2011. Em contra partida ao aumento das despesas financeiras, houve redução das despesas com concessões a pagar e outras despesas de 43,1%. A conta é composta principalmente por despesas relacionadas às concessões a pagar, referente à contribuição pela Utilização do Bem Público ("UBP") da UHE Monjolinho, entretanto a redução se deve principalmente pelo ajuste de juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 1,1 milhão pago pela subsidiária UHE Monjolinho, no momento de sua consolidação com as demais empresas do Grupo.

Nossa despesa financeira com financiamentos também sofreu redução pela capitalização dos juros e despesas com IOF incorridos devido aos empréstimos pontes tomados ao longo de 2011, uma vez que seu propósito era o de obter um ativo qualificável. Respeitando o Item 12 do CPC-20, a Companhia elegeu R\$ 9,7 milhões de um total de R\$ 17,1 milhões com despesas decorrentes dos empréstimos pontes ao seu ativo imobilizado, no momento da sua consolidação.

Capitalização empréstimos ponte (R\$ mil)	Juros	IOF	Total
- Valor capitalizado	6.268	3.409	9.677
- Valor alocado ao resultado	6.589	784	7.373
- Total	12.857	4.193	17.050

Receitas financeiras

Em 2011, as receitas financeiras atingiram R\$ 7,1 milhões, apresentando redução de aumento 7,1% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 7,6 milhões. Tal variação é decorrente principalmente da redução com variações monetárias ativas. Contribuíram de forma contrária à redução da receita financeira, o aumento com receitas financeiras com aplicações financeiras e o aumento de juros e outras receitas.

RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Em 2011, o resultado de participações societárias foi positivo em R\$ 19,4 milhões, em comparação com um resultado também positivo de R\$ 123 mil em 2010.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Resultado de participações societárias (R\$ mil)	2010	2011
- Equivalência patrimonial	(89)	1.580
- Dividendos recebidos	212	941
- Ganho com investimentos	-	17.264
- Amortização de ágio	-	(383)
Resultado Financeiro	123	19.402



Equivalência patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial de 2011 é composto pelo resultado positivo da subsidiária Goiás Transmissão S.A., no valor de R\$ 2,3 milhões, bem como pelo resultado negativo da subsidiária MGE Transmissão S.A., no valor de R\$ 581 mil e pelo também resultado negativo da subsidiária Enerpar, no valor de R\$ 127 mil.

Dividendos recebidos

Em 2011, recebemos dividendos da nossa participação societária minoritária mantida nas empresas Dona Francisca e Complexo Energético Rio das Antas, totalizando R\$ 941 mil, sendo R\$ 322 mil e R\$ 619 mil, respectivamente.

Ganho com investimentos

Em 2011, nosso resultado apresenta ganho com investimentos no valor de R\$ 17,3 milhões, fruto da operação de compra da nossa subsidiária ENEX. Conforme CPC 15, a Companhia reconheceu e mensurou, em suas demonstrações contábeis, os ativos identificáveis adquiridos.

Amortização de ágio

Em 2011, apuramos despesa de R\$ 383 mil com amortização de ágio, referente ao ágio de nossa controlada ENEX.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Desenvix, assim como as suas controladas Enex e UHE Monjolinho, optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2011, as despesas com IRPJ e CSLL somaram R\$ 3,6 milhões, contra R\$ 2,7 milhões de 2010. O aumento é fruto principalmente da (i) contabilização do IRPJ diferido da subsidiária UHE Monjolinho, em função da variação de resultado apurado entre a base de cálculo do resultado societário e regulatório, além da (ii) contabilização do IRPJ diferido da Desenvix Controladora, calculado sobre a variação dos investimentos disponíveis para venda. A diferença entre as apurações decorre da conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs (a) Uso do Bem Público, (b) Depreciação pelo prazo de concessão e (c) Provisão para custos socioambientais.

PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

Em 2011, a participação de não controladores foi de R\$ 98 mil, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A.. Já em 2010, o saldo da participação de não controladores era de R\$ (713) e representava a participação do Caixa FIP Cevix nos nossos resultados.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO

Em 2011, foi registrado um resultado líquido positivo em R\$ 2,5 milhões, enquanto que em 2010 apuramos um resultado líquido positivo de R\$ 8,9 milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente.



Ressaltamos que conforme comentários do item Ganho com investimentos, nosso resultado foi afetado positivamente, de forma econômica, pela operação de compra de participação da nossa subsidiária ENEX.

Apresentamos a seguir o efeito que o Ganho com investimentos trouxe ao nosso resultado:

Resultado líquido 2011 – demonstração do efeito do ganho com investimentos (R\$ mil)	Resultado contábil apurado	Resultado sem efeito ganho com investimentos
- Resultado antes de participações societárias	(13.383)	(13.383)
- Participações societárias	19.402	2.138
- IRR / CSLL	(3.571)	(3.441)
- Participação de não controladores	98	98
Lucro (Prejuízo) líquido do período	2.546	(14.589)

10) ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO E DÍVIDA LÍQUIDA

Em 31 de dezembro de 2011, a dívida líquida somava R\$ 657,3 milhões, representando aumento de 103,4% na comparação com 31 de dezembro 2010, quando a dívida líquida somava R\$ 323,2 milhões. O aumento ocorreu em função do comportamento dos componentes a seguir:

Endividamento bancário: entre os períodos em análise o endividamento bancário apresentou aumento de 89,4% ou R\$ 356,6 milhões em função (i) da liberação do financiamento do BNDES da PCH Passos Maia, no valor de R\$ 79 milhões, tendo influenciado nosso endividamento consolidado em R\$ 39,5 milhões, haja visto a nossa participação de 50% no empreendimento, (ii) da liberação do financiamento do BNDES da PCH Moinho, no valor de R\$ 47,8 milhões, (iii) da liberação do financiamento do BNB do Parque Eólico Desenvix Bahia, no valor de R\$ 268 milhões, (iv) da captação de empréstimo tipo ponte no valor de R\$ 211 milhões, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos empreendimentos em implantação, até que a liberação das parcelas de longo prazo ocorresse e (v) da capitalização de juros das parcelas a vencer no curto prazo, no valor aproximado de R\$ 8 milhões. Por outro lado, contribuiu para mitigar o aumento do endividamento (i) a redução de R\$ 8,6 milhões no saldo do FINEP, em função das amortizações ocorridas no período, (ii) a amortização de principal, no valor de R\$ 28,8 milhões, dos empréstimos tomados junto ao BNDES dos empreendimentos Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa e Monjolinho e (iii) a amortização de principal de empréstimo tipo ponte, no valor de R\$ 181 milhões.

Caixa e aplicações financeiras: entre os períodos em análise houve um aumento no saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 22,6 milhões, efeito principalmente (i) pelo aumento do saldo de nossas aplicações restritas (conta reserva), contabilizadas na conta patrimonial ativo não circulante, em função (a) da aplicação financeira da Desenvix Controladora no valor de R\$ 24 milhões proveniente da constituição de conta reserva utilizado como garantia ao empréstimo tomado junto à SN Power. A parcela de R\$ 120 milhões, relativa à operação primária com a SN Power, foi adiantada à Companhia em 12 de setembro de 2011, por meio de um contrato de empréstimo, o qual foi convertido em aporte primário de capital no momento do fechamento do negócio, no dia 08 de março de 2012, ocasião na qual o valor de R\$ 24 milhões ficou disponível para movimentação da Companhia; (b) Pela constituição de conta reserva das usinas eólicas do Complexo Eólico Desenvix Bahia, no valor de R\$ 14,2 milhões, por força dos contratos de financiamento firmados com o BNB. Também contribuiu para o aumento o saldo de caixa e aplicações financeiras o (ii) aumento nos saldos de aplicações financeiras das usinas em implantação, PCH Passos Maia, no valor total de R\$ 2,5 milhões e das usinas do Complexo Eólico Desenvix Bahia, no valor de R\$ 24,7 milhões, em ambos os casos provenientes do montante não gasto, até aquele momento, das parcelas dos financiamentos de

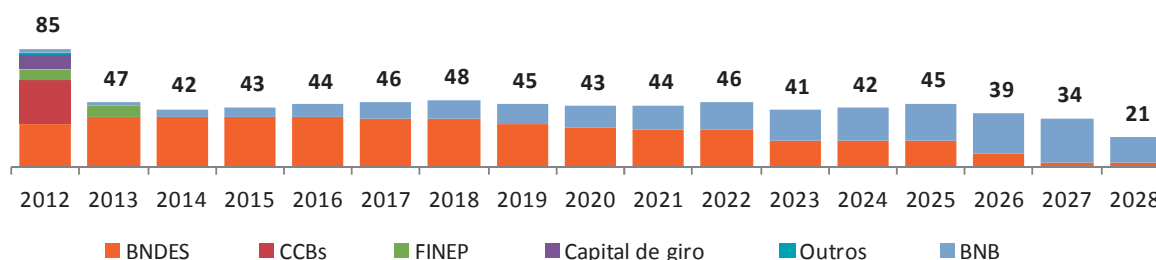


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 2011

longo prazo liberadas. Por outro lado, contribuiu para a redução do saldo de caixa e aplicações financeiras, os investimentos de capital próprio realizados nos nossos empreendimentos em implantação, nos nossos projetos em desenvolvimento, bem como nos nossos gastos gerais e administrativos.

Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	Var % Dez/11 x Dez/10
Endividamento bancário	399.012	755.675	89,4
- Financiamento de obras - BNDES	362.589	424.466	17,1
- Financiamento de obras - BNB	-	271.422	100,0
- Cédula de crédito bancário	-	31.033	100,0
- FINEP	26.008	17.443	-32,9
- Financiamento de capital de giro	10.005	10.000	0,0
- Outros	410	1.311	219,8
Caixa e aplicações financeiras	(75.811)	(98.370)	29,8
Dívida líquida	323.201	657.305	103,4

O cronograma de amortização do endividamento, conforme saldo de R\$ 755,7 milhões de 31 de dezembro de 2011, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):



Em 31 de dezembro de 2011, a parcela da dívida indexada à TJLP representava 59% do endividamento bancário, apresentando redução de 38 p.p., na comparação com 31 de dezembro de 2010, quando representava 97%. Em contra partida à menor participação da dívida indexada à TJLP, houve um acréscimo de 2 p.p. na participação da dívida indexada ao CDI e acréscimo de 36 p.p. na participação da dívida pré fixada, essa última cujo saldo era nulo em 31 de dezembro de 2010.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 2011

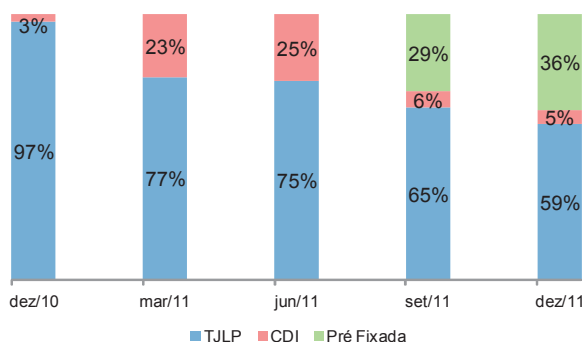
Na evolução trimestral de 2011, observa-se uma maior participação da dívida indexada ao CDI, entre os meses de março e junho de 2011. A maior participação da dívida indexada ao CDI reflete o maior grau de alavancagem de curto prazo na qual a Companhia estava exposta no período, fruto da necessidade de captação de empréstimos tipo ponte, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos empreendimentos em implantação, até que a liberação da totalidade das parcelas de longo prazo ocorresse.

A partir do mês de setembro há maior participação da dívida pré fixada, fruto da primeira liberação do endividamento de longo prazo tomado junto ao BNB, para o financiamento do Complexo Eólico Desenvix Bahia.

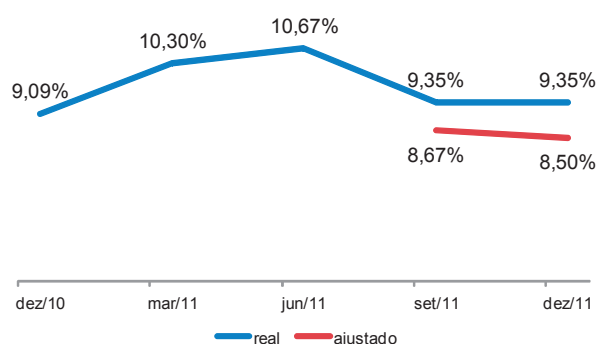
O contrato de financiamento de longo prazo do Complexo Eólico Desenvix Bahia tomado junto ao BNB prevê bônus de adimplência sobre encargos de 25%. A incidência do referido bônus está condicionada ao pagamento, das prestações de juros ou de principal e juros, até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros pré fixados passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

O custo médio ponderado da dívida bancária teve uma elevação ao longo do ano de 2011, respeitando a maior participação da dívida bancária atrelada ao CDI, tendo retornado ao seu patamar no final do ano. No gráfico a seguir também demonstramos o custo médio ponderado da dívida bancária ajustado, que representa de fato o custo da Companhia, considerando bônus de adimplência do contrato com o BNB, uma vez que no período demonstrado a Companhia respeitou as condicionantes de pagamento do contrato.

Evolução da Composição da Dívida Bancária por Indexador



Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária



11) INVESTIMENTOS

Em 2011, a Companhia investiu R\$ 627,4 milhões nos seus empreendimentos em implantação. O atual plano de expansão da Companhia, que duplicará a sua capacidade instalada de geração de energia elétrica, prevê



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 2011

investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão, onde grande parte será financiada com recursos de capital de terceiros e cujos desembolsos ocorreram durante os anos de 2010 e 2011.

A tabela a seguir relaciona o *Capex* total estimado por empreendimento em implantação com o valor investido desde o início da construção até a data de 31 de dezembro de 2011.

Empreendimento (R\$ milhões)	Capex Total Estimado*	Investimento Realizado até 31/12/2011*	% Realizado
Moinho	93,1	89,6	96,2
Passos Maia	65,8	59,5	90,4
Enercasa	88,5	85,1	96,2
Complexo Eólico Desenvix Bahia	423,0	344,1	81,3
Parque Eólico Barra dos Coqueiros	105,1	12,5	11,9
LTs MGE e Goiás	178,3	36,6	20,5
Investimento Total	953,8	627,4	65,8

**considera participação societária da Desenvix*

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Desenvix Energias Renováveis S/A segue a regulamentação da ANEEL e a Lei 9.991 de 24 de julho de 2000. O tema central do Programa de P&D é a Geração de Energia Elétrica por Fontes Renováveis. O saldo disponível na conta P&D em dezembro de 2011 é de R\$ 578 mil.

12) GESTÃO DE PESSOAS

Em 31 de dezembro de 2011 a Desenvix Controladora contava com 51 colaboradores diretos, além dos 343 empregados da ENEX. Do efetivo da Desenvix, 16 são engenheiros com experiência relevante no setor energético, e em constante aprimoramento técnico através programas de educação continuada e do desenvolvimento de cursos de formação e capacitação profissional, que são estendidos a todo o efetivo da empresa.



13) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração do Resultado do Exercício (R\$ mil)	2010	2011	Var. 2011 X 2010
Receita Líquida Operacional	112.149	143.403	31.254
Custo	-47.963	-73.833	-25.870
Lucro Bruto	64.186	69.570	5.384
Despesas Operacionais	-14.361	-35.307	-20.946
Resultado Operacional	49.825	34.263	-15.562
Resultado Financeiro	-37.605	-47.646	-10.041
Resultado de Participações Societárias	123	19.402	19.279
IRPJ/CSLL	-2.706	-3.571	-865
Lucro antes da participação de não controladores	9.637	2.448	-7.189
Atribuível participação de não controladores	-713	98	811
Lucro Líquido	8.924	2.546	-6.378



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 2011

Balanco patrimonial em 31 de Dezembro de 2011 (R\$ Mil)					
	2010	2011		2010	2011
Ativo	1.133.738	1.731.017	Passivo e Patrimônio Líquido	1.133.738	1.731.017
Circulante	93.408	123.677	Circulante	116.681	381.492
Caixa e equivalentes de caixa	57.672	41.490	Fornecedores		
Aplicação financeira restrita	-	24.799	Partes relacionadas	18.267	6.505
Contas a receber	28.107	34.505	Terceiros	24.211	134.375
Dividendos a receber	-	-	Financiamentos	47.920	81.519
Impostos a recuperar	2.288	3.560	Partes relacionadas	909	123.059
Estoque	653	696	Contas a pagar por aquisição de terras	4.972	3.601
Outros ativos	-	4.982	Provisão para custos socioambientais	1.801	2.647
Despesas antecipadas	4.688	13.645	Concessões a pagar	5.266	5.371
			Salários e encargos sociais	1.365	2.756
			Indenizações a pagar	356	532
			Impostos e contribuições	7.534	12.610
			Imposto de renda e contribuição social	2.288	4.387
			Dividendos propostos	-	529
			Outros passivos	1.792	3.601
Não Circulante	1.040.330	1.607.340	Não Circulante	428.833	751.389
Realizável a longo prazo			Financiamentos	351.092	674.156
Aplicação financeira restrita	18.139	32.081	Indenizações a pagar	1.988	2.012
Partes relacionadas	26.379	33.680	Imposto de renda diferido	3.505	6.924
Imposto de renda diferido	-	2.051	Provisão para perda em contrato de fornecimento de energia	2.237	-
Outros ativos	7	60	Provisão para passivo a descoberto	-	-
Investimentos	87.660	136.911	Provisão para custos socioambientais	2.626	1.704
Imobilizado	807.875	1.257.604	Concessões a pagar	67385	66.593
Intangível	100.270	144.953			
			Patrimônio Líquido - capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora	588.224	598.136
			Capital Social	546.787	546.787
			Ajuste de avaliação patrimonial	35.587	41.867
			Reserva de Lucros	5.850	7.867
			Participação dos não controladores		1.615

Este material inclui informações que se baseiam nas hipóteses e perspectivas atuais da administração da Companhia, que poderiam ocasionar variações materiais entre os resultados, performance e eventos futuros. Inúmeros fatores podem afetar as estimativas e suposições nas quais estas opiniões se baseiam, tais como condições gerais e econômicas no Brasil e outros países, condições do mercado financeiro, condições do mercado regulador e outros fatores.





DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 00.622.416/0001-41

NIRE nº 35.300.143.949

PARECER CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Desenvix Energias Renováveis S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 22 de março de 2012, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo, o Balanço Patrimonial, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa, Demonstrações do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, bem como o correspondente parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pela Administração da Companhia. Desta forma, com base no parecer dos Auditores Independentes, emito sem ressalvas e , ainda nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, conclui que os documentos acima estão adequadamente apresentados e opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas que os examinará.

Barueri, 22 de março de 2012

Fernando de Lapuerta Montoya

João Clarindo Pereira Filho

Paulo Germano da Costa Alves

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

José Antunes Sobrinho, com endereço na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Jornalista Rubens de Arruda Ramos, 1478, AP 501, CEP 88.015-701, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) sob o nº 157.512.289-87, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com os Investidores da Desenvix Energias Renováveis S.A., instituição com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 3571 Conjunto 2001, Centro Empresarial Tamboré, CEP 06455-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º 00.622.416/0001-41 (“Companhia”), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Barueri, 28 de março de 2012.

José Antunes Sobrinho
Diretor Presidente e Diretor de Relações
com os Investidores

ANEXO F – ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 00.622.416/0001-41

NIRE nº 35.300.143.949

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 8 DE MARÇO DE 2012**


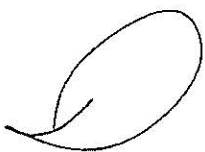
1. **Data, Hora e Local:** Realizada aos 8 (oito) dias do mês de março de 2012, às 9:00 horas, na sede social, na Alameda Araguaia, nº 3.571, Conjunto 2001, 2º andar, Tamboré, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo.
2. **Convocação e Presenças:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme o disposto no Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença de Acionistas".
3. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. José Antunes Sobrinho e secretariados pelo Sr. Rafael de Almeida Rosa Andrade.
4. **Ordem do Dia:** (i) Aprovação do aumento do Capital Social da Companhia; (ii) alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia; (iii) alteração da composição do Conselho Fiscal da Companhia; (iv) aprovação da estrutura, composição e atribuições dos Comitês de Assessoramento da Companhia; e (v) aprovação do novo Estatuto Social da Companhia.
5. **Deliberações:** Dando início aos trabalhos, o Presidente da mesa esclareceu que a ata da assembleia seria lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, conforme faculta o artigo 130, §§ 1º e 2º da Lei das S.A. Isto posto, os acionistas, por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições, tomaram as seguintes deliberações:

5.1 Aprovar o aumento de capital social da Companhia dos atuais R\$ 546.787.000,00 (quinhentos e quarenta e seis milhões, setecentos e oitenta e sete mil reais) para R\$ 666.787.000,00 (seiscentos e sessenta e seis milhões, setecentos e oitenta e sete mil reais), mediante a emissão de 7.439.555 (sete milhões, quatrocentas e trinta e nove mil, quinhentas e cinqüenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ R\$ 16,1299970226714 (dezesesseis reais e um trilhão, duzentos e noventa e nove bilhões, novecentos e setenta milhões, duzentos e vinte e seis mil, setecentos e quatorze décimos de trilionésimos centavos) por ação, fixado nos termos do artigo 170 da Lei das S.A., sendo o referido aumento no valor de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais). Conforme consta do Boletim de Subscrição, que passa a fazer parte integrante da presente Ata como seu Anexo I, as ações ora emitidas neste ato são totalmente subscritas e integralizadas pela **SN Power Energia Do Brasil Ltda.**, sociedade limitada, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Avenida das Américas, nº 3.500, bloco 1, sala 211/212, Edifício Le Monde, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.573.833/0001-53. O aumento de capital ora aprovado foi realizado com o consentimento dos demais acionistas da Companhia, que o aprovaram em todos os seus termos e expressa, irrevogável e incondicionalmente renunciaram a seu direito de preferência.

5.1.1 Em vista do aumento de capital realizado, o Capítulo II – ‘Do Capital e Ações’ do Estatuto Social da Companhia passa a ter a seguinte redação:

“CAPÍTULO II – Do Capital e Ações. Artigo 5º. O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 666.787.000,00 (seiscentos e sessenta e seis milhões, setecentos e oitenta e sete mil reais), dividido em 107.439.555 (cento e sete milhões, quatrocentas e trinta e nove mil, quinhentas e cinqüenta e cinco) ações ordinárias nominativas, escriturais sem valor nominal.”

5.2 (i) Consignar a renúncia dos Srs. **Laércio Dias**, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da Cédula de Identidade RG nº 96.024 SSI/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.907.819-15, residente e domiciliado na Cidade de Florianópolis, Estado de

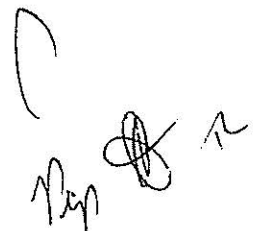
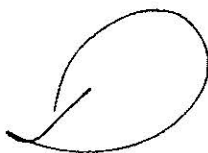


Santa Catarina, com endereço na Avenida Rubens de Arruda Ramos, nº 1.744, apto. nº 1001, Centro, CEP 88015-700; e **Silas Rondeau Cavalcante Silva**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.040.478 SSP-PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 044.004.963-68, residente e domiciliado na Cidade de Brasília, Distrito Federal, com endereço na SQSW 304, Bloco B, aptº 506, Sudoeste, CEP 70673-402, aos cargos de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia, assim como do Sr. **Adhemar Toshimassa Kajita**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 10.265.083, inscrito no CPF/MF sob o nº 788.655.818-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Professora Carolina Ribeiro, nº 363, Chácara Klabin;; e da Sra. **Mônica Ferreira Dias**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2.281.165-7, inscrita no CPF/MF sob o nº 447.854.619-34, residente e domiciliada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, com endereço na SHIN QL 16, conjunto 01, casa 09, Lago Norte, aos cargos de Suplentes do referido órgão, conforme instrumentos de renúncia assinados e efetivos em 16 de fevereiro de 2012. As cartas de renúncia apresentadas pelos Srs. Laércio Dias, Silas Rondeau Cavalcante Silva, Adhemar Toshimassa Kajita e pela Sra. Mônica Ferreira Dias ficarão arquivadas na sede da Companhia; (ii) Eleger para compor o Conselho de Administração da Companhia os Srs. **Nils Morten Huseby**, norueguês, casado, engenheiro, portador do passaporte nº 27017775, residente e domiciliado em Anthon Walles vei 9, 1337 Sandvika, Noruega; **Torger Nils Lien**, norueguês, casado, engenheiro, portador do passaporte nº 28187773, residente e domiciliado em Bleikerhaugen 31, 1387 Asker, Noruega; e **Ricardo Salgado Martins**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº 1990104280 CREA-RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 957.139.727-04, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Av. das Acácias da Península, nº 540/B1, apartamento 202, Barra da Tijuca, CEP 22776-000, assim como seus respectivos suplentes, Srs. **Tor Inge Stokke**, norueguês, casado, contador, portador do passaporte nº 25967127, residente e domiciliado em Skogfaret 25 E, 0382 Oslo , Noruega; **Austin Laine Powell**, americano, casado, engenheiro, portador do passaporte nº 440949160, residente e domiciliado em El Golf 280, dpto. 2402, Las Condes, Santiago, Chile; **Per**



Johan Willner Nilsson, sueco, casado, engenheiro, portador do passaporte nº 81923472, residente e domiciliado em Camino El Treile 4987, Lo Barnechea, Santiago, Chile, e, ainda, **José Fausto Moreira Filho**, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade nº 2413797 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.767.811-18, com escritório na cidade de Brasília, Distrito Federal, no SCN Quadra 2 Bloco A, Edifício Corporate Financial Center, 11º andar, CEP 70712-900, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2013. O Sr. **Torger Nils Lien** assume nesta data o cargo de presidente do Conselho de Administração da Companhia. Os acionistas declararam que obtiveram dos Conselheiros ora eleitos a confirmação de que os mesmos possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei das S.A. para o exercício dos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia, tendo referidos Conselheiros firmado a declaração de que trata a Instrução CVM 367/2002; (iii) Fazer constar que o Sr. **Luiz Cruz Schneider**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.510.758 - SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 220.827.510-15, residente e domiciliado na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Rafael Bandeira, nº 74, Aptº 1202, antigo membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia passa, a partir desta data, a ocupar a função de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia.

5.2.1 Tendo em vista as deliberações acima, consolidar o Conselho de Administração da Companhia, o qual passa a ser composto conforme segue: (i) Sr. **Nils Morten Huseby**, acima qualificado, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, tendo como suplente o Sr. **Tor Inge Stokke**, acima qualificado, (ii) Sr. **Torger Nils Lien**, acima qualificado, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, tendo como suplente o Sr. **Austin Laine Powell**, acima qualificado, (iii) Sr. **Ricardo Salgado Martins**, acima qualificado, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, tendo como suplente o Sr. **Per Johan Willner Nilsson**, acima qualificado, (iv) o Sr. **José Antunes Sobrinho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula



de Identidade RG nº 5.275.592-4 – SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 157.512.289-87, residente e domiciliado na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Rua Tenente Silveira, nº 94, 7º andar, Centro, CEP 88.010-300, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, tendo como suplente o Sr. **Luiz Cruz Schneider**, acima qualificado, (v) Sr. **Cristiano Kok**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.229.000-7 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 197.438.828-04, residente e domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Alameda Araguaia, nº 3.571, Centro Empresarial Tamboré, CEP 06455-000, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, tendo como suplente o Sr. **Luiz Cruz Schneider**, acima qualificado; (vi) Sr. **Gerson de Mello Almada**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.408.755–SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 673.907.068-72, residente e domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Alameda Araguaia, nº 3.571, Centro Empresarial Tamboré, CEP 06455-000, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, tendo como suplente o Sr. **Luiz Cruz Schneider**, acima qualificado, (vii) **Ruy Nagano**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.745.333, inscrito no CPF/MF sob o nº 839.635.701-30, com escritório na cidade de Brasília, Distrito Federal, no SCN Quadra 2 Bloco A, Edifício Corporate Financial Center, 11º andar, CEP 70712-900, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, tendo como seu suplente o Sr. **José Fausto Moreira Filho** (acima qualificado); e (viii) Sr. **Bruno Moreira Barbosa de Brito**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.398.340 – SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 647.606.261-15, residente e domiciliado na Cidade de Brasília, Distrito Federal, com endereço na SQN 110, Bloco J, Aptº 304, Asa Norte, CEP 70.753-100, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, tendo como suplente o Sr. **Angelo Afonso Lourenço Fraga**, acima qualificado, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2013.

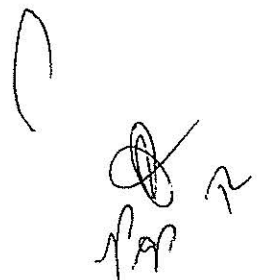


5.3 (i) Consignar a renúncia dos Srs. **Fabio Nemoto Matsui**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 16891119, inscrito no CPF/MF sob o nº 132.870.118-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Moaci, nº 2042, Moema; e **João Clarindo Pereira Júnior**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 667.153 – SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 086.735.378-35, residente e domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, com endereço na Alameda Cauaxi, nº 399, Alphaville Industrial, CEP: 06.454-020, como suplentes do Conselho Fiscal Estatutário da Companhia, nos termos dos instrumentos de renúncia assinados e efetivos em 16 de fevereiro de 2012. As cartas de renúncia apresentadas pelos Srs. **Fabio Nemoto Matsui** e **João Clarindo Pereira Júnior** ficarão arquivadas na sede da Companhia; (ii) Eleger para compor o Conselho Fiscal da Companhia, como membro efetivo, o Sr. **Fernando de Lapuerta Montoya**, espanhol, casado, administrador, portador do passaporte nº AAC604574, inscrito no CPF/MF sob o nº 061.330.627-97, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida das Américas, 3500, Bloco 1, Salas 211 e 212, Edifício Le Monde, Barra da Tijuca, CEP 22290-160, e sua respectiva suplente, Sra. **Patricia Cândido Pinto Silva**, brasileira, solteira, advogada, registrada perante a OAB/RJ sob o nº 130.680, inscrita no CPF/MF sob o nº 082.308.237-74, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida das Américas, 3500, Bloco 1, Salas 211 e 212, Edifício Le Monde, Barra da Tijuca, CEP 22290-160, (iii) fazer constar que o Sr. **Luiz Felipe de Souza Alvez**, brasileiro, casado, gerente, portador da Cédula de Identidade RG nº 03794097-0, inscrito no CPF/MF sob o nº 408.392.307-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço na Rua Engenheiro Ataulfo Coutinho, nº 101, Apt. 701, Bloco 1, antigo membro efetivo do Conselho Fiscal Estatutário da Companhia, passa, a partir desta data, a ocupar o cargo de suplente do Sr. **João Clarindo Pereira Filho**, qualificado abaixo, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária referente ao exercício que se encerrará em 31 de



dezembro de 2012. Os acionistas que indicaram os Conselheiros Fiscais ora eleitos declararam que obtiveram dos mesmos a confirmação de que possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei das S.A. para o exercício do cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia.

5.3.1 Tendo em vista as deliberações acima, consolidar o Conselho Fiscal da Companhia, o qual passa a ser composto conforme segue: Srs. **Paulo Germano da Costa Alves**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 284.647 – SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 133.239.544-91, residente e domiciliado na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, com endereço na Rua Huerta Ferreira de Mello, nº 231, Apt. 701, Jardim Oceania, CEP: 58.037-245; **João Clarindo Pereira Filho**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.473.823, inscrito no CPF/MF sob o nº 045.249.428-15, residente e domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, com endereço na Alameda Brasil, nº 254, Alphaville Residencial II; e **Fernando de Lapuerta Montoya**, espanhol, casado, administrador, portador do passaporte nº AAC604574, inscrito no CPF/MF sob o nº 061.330.627-97, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida das Américas, 3500, Bloco 1, Salas 211 e 212, Edifício Le Monde, Barra da Tijuca, CEP 22290-160, como membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia, e os Srs. **Paulo da Silveira Dias Junior**, brasileiro, divorciado, aposentado, portador da Cédula de Identidade RG nº M-240.477 – SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 131.630.196-68, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com endereço na Rua Francisco Alves Guimarães, nº 322, Apt. 2302, Cristo Rei, CEP: 80.050-210; **Luiz Felipe de Souza Alvez**, brasileiro, casado, gerente, portador da Cédula de Identidade RG nº 03794097-0, inscrito no CPF/MF sob o nº 408.392.307-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço na Rua Engenheiro Ataulfo Coutinho, nº 101, Apt. 701, Bloco 1; e Sra. **Patricia Cândido Pinto Silva**, brasileira, solteira, advogada, registrada perante a OAB/RJ sob o nº 130.680, inscrita no CPF/MF sob o nº 082.308.237-74, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida das Américas, 3500, Bloco 1,



Salas 211 e 212, Edifício Le Monde, Barra da Tijuca, CEP 22290-160, como respectivos suplentes, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária referente ao exercício que se encerrará em 31 de dezembro de 2012.


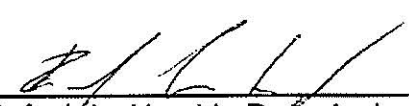
5.4 Aprovar a estrutura, composição e atribuições dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, nos moldes da proposta apresentada à Assembleia Geral (Anexo II).

5.5 Aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a fazer parte integrante desta Ata como Anexo III.

6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que após lida e aprovada pela totalidade dos acionistas presentes, foi por todos assinada.


A presente é cópia fiel extraída da ata original lavrada em livro próprio da Companhia.

Barueri, 8 de março de 2012.

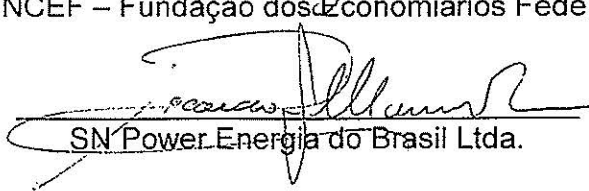
 _____ Jose Antunes Sobrinho Presidente	 _____ Rafael de Almeida Rosa Andrade Secretário
---	---



Acionistas Presentes
Dimas LOPES OJEVAN
Gerente Executivo
Matr. 052.018-8
SN Desenv. Fundos Estruturados
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix



FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais



SN Power Energia do Brasil Ltda.



DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CNPJ/MF nº 00.622.416/0001-41
NIRE nº 35.300.143.949

ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 8 DE MARÇO DE 2012.

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES ORDINÁRIAS

EMISSOR: DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. ("Companhia Emissora"), uma sociedade anônima de capital aberto organizada de acordo com as leis do Brasil, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, n.º 3571, conjunto 2001, 2º andar, Tamboré, CEP 06.455-000, registrada no CNPJ/MF sob o n.º 00.622.416/0001-41, representada aqui de acordo com seu estatuto social.

Subscriber: SN POWER ENERGIA DO BRASIL LTDA. ("SN Power"), sociedade limitada, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Avenida das Américas, nº 3.500, bloco 1, sala 211/212, Edifício Le Monde, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.573.833/0001-53, aqui representada, de acordo com seu contrato social.

Deliberação: Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 8 de março de 2012.

Subscrição: Subscrição de 7.439.555 (sete milhões, quatrocentas e trinta e nove mil, quinhentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com direito a voto, representando 6,92% do número total de ações ordinárias emitidas pela Companhia Emissora ("Subscrição").

Preço de Emissão: O preço de emissão de cada ação ordinária é R\$ 16,1299970226714 (dezesseis reais e um trilhão, duzentos e noventa e nove bilhões, novecentos e setenta milhões, duzentos e vinte e seis mil, setecentos e quatorze décimos de trilionésimos centavos).

Preço Total de Subscrição: O preço total da Subscrição é R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) ("Preço Total de Subscrição").

Integralização: Em moeda brasileira, mediante integralização de 100% (cem por cento) do Preço Total de Subscrição, por meio da capitalização do Adiantamento, realizada nesta data, conforme definido no Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda e de Subscrição de Ações firmado entre a SN Power, a Companhia Emissora, seus atuais acionistas, em 8 de março de 2012 ("Integralização").

Quitação: A Companhia Emissora declara e reconhece a integralização de 100% (cem por cento) das ações subscritas nesta data pela SN Power, não lhe restando nada mais a reclamar neste sentido, sob qualquer título.

São Paulo, 8 de março de 2012




José Antunes Sobrinho
Presidente



Rafael de Almeida Rosa Andrade
Secretário



SN-Power Energia do Brasil Ltda.



Desenvix Energias Renováveis S.A.
José Antunes Sobrinho SANTA BERTIN NETO







DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 00.622.416/0001-41

NIRE nº 35.300.143.949

ANEXO II À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 8 DE MARÇO DE 2012.

Estrutura
dos Comitês
da Desenvix

8 de março

2012

Descrição dos Comitês previstos no Acordo de Acionistas assinado
em 8 de março de 2012.



1. OBJETIVO E CONTEXTO

Os princípios de governança da Desenvix estão descritos no Acordo de Acionistas assinado pela Jackson e pela SN Power no dia 8 de março de 2011 (*"Acordo de Acionistas"*).

A Cláusula 8.13 do Acordo de Acionistas - *Comitês de Assessoramento* estabelece o seguinte:

"O Conselho de Administração terá (i) um comitê de implementação de Projetos; (ii) um comitê operacional; (iii) um comitê comercial; (iv) um comitê de auditoria, riscos e finanças; e (v) um comitê de recursos humanos e remuneração ("Comitês de Assessoramento").

O Conselho de Administração poderá designar outros comitês conforme julgue necessário.

A descrição de cada Comitê de Assessoramento, suas atribuições, composição, bem como as suas regras internas de funcionamento estão previstas no Anexo 8.13 deste Acordo."

Nas discussões posteriores à assinatura do Contrato de Compra e Venda, as partes decidiram separar o comitê operacional e comercial, que antes estava concentrado em único órgão.

2. VISÃO GERAL DO COMITÊ

2.1. Cenário

O objetivo dos comitês é auxiliar o Diretor Presidente (CEO) e o Conselho de Administração de forma a conferir rapidez, transparência e exatidão às decisões do Conselho de Administração. Os comitês também fornecerão uma análise prévia dos assuntos relevantes para o Conselho de Administração.

2.2. Objetivos

Os comitês auxiliam o Diretor-Presidente e o Conselho de Administração em áreas específicas que exigem uma perspectiva independente e multidisciplinar.



Os comitês devem fornecer recomendações ao Conselho de Administração e à Administração Executiva da Companhia em áreas críticas que exijam alinhamento, supervisão, assim como observância das políticas da Companhia.

Os comitês do Conselho não têm autoridade para tomar decisões – formais ou de fato – exceto se expressamente estabelecido no quadro de competências dos comitês aprovado pelo Conselho.

2.3. Membros dos Comitês

Os membros dos comitês serão nomeados pelo Conselho de Administração e devem representar um misto de independência, representação dos acionistas e conhecimento técnico.

Os comitês devem ter, pelo menos, 3 membros, sendo 1 indicado pela SN Power, 1 pela Jackson, assim como 1 Chefe da área relevante. Caso haja necessidade de conhecimentos mais específicos, membros de fora da Companhia poderão ser indicados.

Os membros do comitê serão nomeados para um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por outro ano. Os membros não serão remunerados, exceto no caso de membros externos.

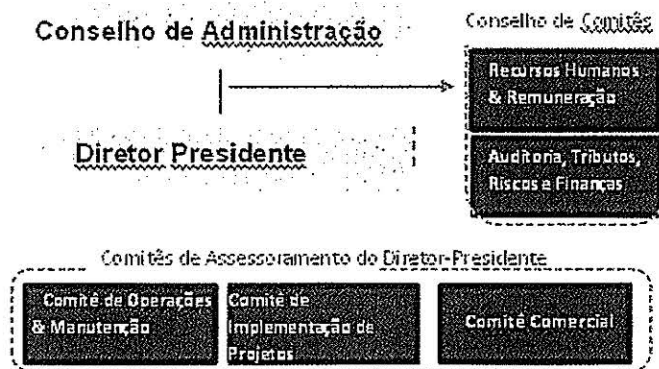
2.4. Procedimento

Os comitês deverão se reunir periodicamente para discutir assuntos estratégicos e operacionais levantados pelo Conselho de Administração, pela Administração Executiva ou por seus membros. Tais discussões deverão resultar em recomendações formais com relação a decisões, políticas e estratégias.

Os comitês devem elaborar suas recomendações pelo menos 10 dias antes da reunião do Conselho, para que o Conselho tenha tempo suficiente de analisar a documentação.



2.5. Visão Geral do Comitê



Os Comitês de Operação & Manutenção, Comercial e de Implementação de Projetos irão reportar ao Diretor Presidente, enquanto que os Comitês de Recursos Humanos & Remuneração e de Auditoria, Tributos, Riscos e Finanças irão reportar ao Conselho de Administração.

3. Comitê de Implementação de Projetos

Objetivos




O Comitê de Implementação de Projetos é responsável pela avaliação e acompanhamento de projetos durante as fases de Desenvolvimento e Implementação.

Membros

- Diretor Presidente: Jose Antunes Sobrinho
- SN Power: Johan Nilsson; Ricardo Martins
- Chefe de Desenvolvimento: Alvaro Sardinha
- Chefe de Implementação: Paulo Zuch
- Membro externo: A ser indicado pelo Conselho de Administração

Atividades:

- Avaliar novas oportunidades, considerando tamanho, participação acionária, complementaridade do portfolio e o perfil de parceiros.
- Revisar e recomendar a priorização e o desenvolvimento de planos para o portfolio de projetos.
- Fiscalizar a administração e a organização de projetos, incluindo sua estrutura, interfaces, suporte e revisão do projeto, competências e capacidade.
- Determinar se os relatórios de avaliação do projeto são de qualidade adequada para a tomada de decisões, inclusive no que se refere a decisões de investimento, coordenando tais decisões junto aos acionistas no sentido de determinar ou não a sua recomendação.
- Verificar o cumprimento da regulamentação pertinente, incluindo:
 - Revisão do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA).
 - Avaliação das questões levantadas durante audiências públicas.
 - Adaptação dos projetos de acordo com os requerimentos das agências ambientais.
 - Assegurar controle adequado do projeto.
- Verificar controle adequado do projeto, incluindo a conformidade com o PROMAS, controle de custos, programação, gerenciamento de risco e avaliação quantitativa do risco.
- Revisar e aprovar o *Project Charter*, incluindo orçamento e cronograma para montar os projetos e revisar e aprovar mudanças significativas durante a execução do projeto.



- Estar familiarizado com soluções técnicas e de gestão, como geológicas, de construção civil, eletromecânicas, condições de linhas de transmissão e interconexão, assim como gestão de engenharia e controle de qualidade .
- Verificar a gestão apropriada da CSR/relações com a comunidade, incluindo o planejamento, monitoramento de desempenho e ações corretivas, durante as fases de desenvolvimento e implementação.
- Verificar a gestão apropriada dos princípios de HSE, incluindo planejamento, monitoramento de desempenho e ações corretivas.
- Revisar e aprovar a estrutura do contrato, processo licitatório e aprovação dos principais contratos.
- Coordenar auditorias próprias e revisá-las.
- Verificar o cumprimento do CDM na fase de desenvolvimento.
- Acompanhamento do progresso do projeto em relação ao planejado e implementação de medidas de mitigação.

Frequência de Reuniões

O comitê se reunirá mensalmente e mais freqüentemente quando necessário. As reuniões serão convocadas pelo Diretor Presidente. Na primeira reunião do comitê, os membros irão definir os procedimentos a serem utilizados nessas reuniões.

4. Comitê de Operações e Manutenção

Objetivos

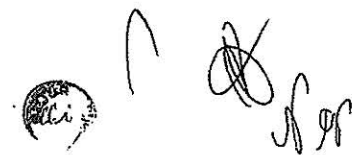
Prestar assessoramento nas principais questões operacionais de forma a assegurar a utilização e o desenvolvimento dos recursos de produção que dêem o maior valor agregado possível de vida útil às instalações , com foco primário na saúde ocupacional, segurança e meio ambiente e bens materiais.

Membros

- Diretor-Presidente: Jose Antunes Sobrinho
- Chefe de Operações: Antenor Zimmermann
- SN Power: Viggo Mossing

Atividades

- Revisar os Planos de Negócio, de Gestão de Ativos e de Manutenção.
- Verificação de operações rentáveis e desempenho de manutenção, incluindo otimização de geração vs. receita.
- Revisar as propostas principais para melhorar e modificar as instalações, a fim de otimizar o uso do CAPEX – “administração de portfólio”.



- Fazer o benchmark do custo de desempenho das Usinas de Referência vs. disponibilidade e risco contra os ativos comparáveis
- Monitorar o cumprimento das políticas, manuais e procedimentos, a fim de cumprir todas as leis vigentes, regulamentos, princípios técnicos e normas.
- Revisar anualmente os princípios de HSE, a Análise de Risco e Vulnerabilidade ("RAV") e os Resultados de auditoria de Operação e Manutenção ("O&M") para garantir o cumprimento das políticas, regulamentos, normas e diretrizes e recomendar ações mitigantes anuais sujeitas a aprovação do Conselho.
- Revisar a estrutura do sistema de documentação de administração empresarial a fim de fornecer documentação adicional para gestão profissional do negócio.
- Fornecer apoio/orientações para o handover de ativos relacionados com novos contratos de Operação e Manutenção para ENEX.

Frequência de Reuniões

O comitê se reunirá trimestralmente e mais frequentemente quando necessário. As reuniões serão convocadas pelo Diretor Presidente. Na primeira reunião do comitê, os membros irão definir os procedimentos a serem utilizados nessas reuniões.

5. Comitê Comercial

Objetivos

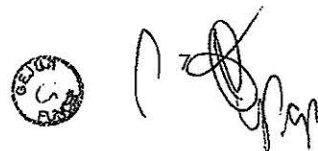
- Prestar assessoria e fornecer diretrizes para decisões comerciais
- Ser um fórum de discussão para as principais questões comerciais

Membros

- | | |
|-----------------------|---|
| • Diretor Presidente: | Jose Antunes Sobrinho |
| • Diretor Comercial: | A ser definido |
| • SN Power: | Lukas Gresnigt |
| • Chefe de Operações: | Antenor Zimmermann |
| • Membro externo: | A ser indicado pelo Conselho de Administração |

Atividades

- Desenvolver uma visão sobre a estratégia comercial para projetos em operação, construção e desenvolvimento.
- Avaliar a estratégia de vendas ideal por projeto através de combinações de vendas para o mercado regulado e não-regulado.
- Revisar e garantir a conformidade com o perfil de risco comercial aprovado.
- Definir estratégias de vendas para certificados CDM.
- Monitorar a observância de políticas, manuais e procedimentos de forma a cumprir com todas as leis aplicáveis vigentes, princípios técnicos e normas.



Frequência de reuniões

O comitê se reunirá mensalmente e com mais frequência quando necessário. As reuniões serão convocadas pelo Diretor Presidente. Na primeira reunião do comitê, os membros definirão os procedimentos a serem usados nas reuniões.

6. Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças

Objetivos

Supervisionar a administração executiva da Companhia nas áreas de comunicação, controle interno, fiscal, financiamento, fundos e gestão de riscos.

Membros

- Jackson: A ser indicado
- Funcef: A ser indicado
- SN Power: Inge Løvåsen; Tor Stokke

Atividades

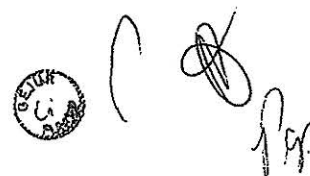
- Monitorar e avaliar a qualidade dos relatórios financeiros, interna e externamente, incluindo:
 - O processo de elaboração de relatórios financeiros e relatórios implementados pela Administração
 - Demonstrações financeiras anuais preparadas pela Administração em conjunto com auditores externos (IFRS)
 - Processo de Auditoria realizado por auditores externos e questões decorrentes do processo
 - Orçamento anual
 - Principais propostas de alterações ou adições às políticas de contabilidade e financeiras da Desenvix
- Auxiliar o Conselho a cumprir com suas responsabilidades legais, estatutárias e responsabilidades de reportar-se aos acionistas.
- Fiscalizar a gestão de risco e controles internos, incluindo:
 - Compreender as atuais áreas de melhor empreendimento bem como riscos financeiros, comerciais, de desenvolvimento e operacionais e como tais estes estão sendo gerenciados.
 - Garantir que a Administração possua procedimento adequado para identificar, avaliar e responder aos riscos de uma forma que esteja de acordo com o perfil de risco da Desenvix.
 - Monitorar, testar e desafiar, anualmente, a avaliação da Administração de volatilidade econômica e *value at risk*



- Conformidade com os compromissos financeiros dívidas e índices relacionados.
- Conformidade com as leis contábeis, financeiras e tributárias; regulamentos; princípios; e normas.
- Exposição a movimentos de câmbio em termos de possíveis efeitos sobre o fluxo de caixa, lucratividade e posição financeira.
- Propostas de financiamento ou refinanciamento e sua coordenação com estratégias comerciais e contratos.
- Competência e capacidade das organizações financeira e administrativa.
- Uso de instrumentos financeiros.
- Analisar o fornecimento de financiamento baseado no orçamento da Companhia e no plano de negócios, e avaliar a efetividade das estruturas de financiamento.
- Preparar, pelo menos de seis em seis meses (30 de junho e 31 de dezembro), um relatório do comitê relatando as suas atividades. Qualquer anomalia identificada deverá ser descrita.

Frequência de reuniões

O comitê se reunirá mensalmente e com mais frequência quando necessário. As reuniões serão convocadas pelo Diretor Financeiro. Na primeira reunião do comitê, os membros definirão os procedimentos a ser usados nas reuniões.



7. Comitê de Recursos Humanos e Remuneração

Objetivos:

Propor e rever as políticas de RH da Companhia, de modo a assegurar:

- Alta performance de equipes e indivíduos
- Treinamento e desenvolvimento da organização
- Estabelecimento de um ambiente de trabalho seguro e saudável
- Cumprimento da legislação trabalhista e acordos sindicais vigentes.

Membros


- Jackson: A ser indicado
- Funcef: A ser indicado
- SN Power: Nils Huseby
- Membro externo: A ser indicado pelo Conselho de Administração.

Atividades

- Supervisionar a remuneração do Presidente e a gestão de desempenho
- Estruturar as políticas de pagamento e desempenho e fiscalizar sua implementação, incluindo:
 - Definição da estrutura salarial, faixas salariais e outros benefícios.
 - Definição de posições e capacidades
- Rever, anualmente, a estrutura organizacional e desempenho, de acordo com os objetivos da Companhia
- Desenvolver, manter e colaborar com a execução da estratégia e as diretrizes para *secondes*
- Ajudar a Companhia a acessar recursos dentro da organização dos acionistas
- Desenvolver a estratégia e processo de atração de talentos, sua seleção, desenvolvimento e manutenção.
- Aprovar programas de desenvolvimento e treinamento compatíveis com os objetivos da Companhia.

Frequência de Reuniões

O comitê se reunirá trimestralmente ou, se necessário, com maior frequência. As reuniões serão convocadas pelo Diretor Presidente. Na primeira reunião do comitê, os membros deliberarão sobre o procedimentos a serem adotados nas reuniões





DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 00.622.416/0001-41

NIRE nº 35.300.143.949

ANEXO III À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 8 DE MARÇO DE 2012.

**ESTATUTO SOCIAL DA
DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

Capítulo I

Da Denominação, Sede, Objeto e Duração.

Artigo 1º. A DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. é uma sociedade anônima de capital autorizado, regida por este estatuto social, pela Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Único. Com a admissão da Companhia ao segmento de listagem denominado Bovespa Mais da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Bovespa Mais" e "BM&FBovespa", respectivamente), a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se também às disposições do Regulamento de Listagem do Bovespa Mais ("Regulamento do Bovespa Mais").

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 3571, Conjunto 2001, CEP: 06455-000, bem como as seguintes filiais: a) Rua Tenente Silveira nº 94, 9º andar, CEP.: 88.010-300, na cidade de Florianópolis-SC; e, b) Travessa Sargento Carmelito Barbosa nº 84A, Centro, CEP.: 47.560-000, na cidade de Brotas de Macaúbas-BA.

Parágrafo Único. A sociedade poderá abrir e encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios e estabelecimento de representação em qualquer parte do território nacional e/ou no exterior, de acordo com a decisão do Conselho de Administração.

Artigo 3º. Constitui objeto da Companhia (i) a participação em outras sociedades nas áreas de geração de energia elétrica originada de fontes renováveis e transmissão de energia elétrica, (ii) a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão, nas suas áreas de atuação; (iii) implementação, propriedade, financiamento e operação de projetos de energia renovável, com foco em projetos de geração hidrelétrica, e incluindo também determinados projetos de biomassa, solares e eólicos.

Artigo 4º. A duração da Companhia será por tempo indeterminado.

Capítulo II

Do Capital e das Ações

Artigo 5º. O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$666.787.000,00 (seiscentos e sessenta e seis milhões, setecentos e oitenta e sete mil reais), dividido em 107.439.555 (cento e sete milhões, quatrocentas e trinta e nove mil, quinhentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º. O capital social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias e escriturais, sendo vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias. Cada ação ordinária dará a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo 2º. As ações da Companhia serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação de propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Parágrafo 3º. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 4º. As ações serão indivisíveis perante a Companhia, que não lhes reconhecerá mais que um proprietário para cada unidade. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Artigo 6º. Exceto nas hipóteses previstas nos Parágrafos Segundo e Terceiro do Artigo 7º, os acionistas terão direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, debêntures



convertíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, direito esse que poderá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de deliberação pertinente.

Artigo 7º. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de subscrição, integralização e colocação das ações a serem emitidas, por meio da emissão de um número de ações equivalente a até 10% (dez por cento) do número total de ações da Companhia imediatamente antes do respectivo aumento de capital.

Parágrafo 1º. O limite do capital autorizado da Companhia somente poderá ser modificado por deliberação da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º. A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores, empregados ou prestadores de serviço da Companhia ou de suas sociedades controladas.

Parágrafo 3º. A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações, debêntures convertíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante: (i) venda em bolsa ou subscrição pública; ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 8º. Os acionistas e, no que aplicável, a Companhia respeitarão os termos e condições dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. É expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

Parágrafo Único. A Companhia disponibilizará aos acionistas os acordos de acionistas referidos no caput deste Artigo, quando solicitado.



Capítulo III
Dos Órgãos da Companhia.

Seção I
Disposições Gerais.

Artigo 9º. São órgãos da Companhia, todos de caráter permanente:

- I) a Assembleia Geral;
- II) o Conselho de Administração;
- III) a Diretoria; e
- IV) o Conselho Fiscal.

Parágrafo 1º. A administração da Companhia caberá ao Conselho de Administração e à Diretoria, cujos membros serão eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, podendo haver recondução.

Parágrafo 2º. Os membros eleitos da administração da Companhia tomarão posse mediante a lavratura de termo próprio no livro de atas de reuniões de cada órgão, dispensada a garantia de gestão. A posse dos administradores é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que se refere o Regulamento do Bovespa Mais. Os administradores deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

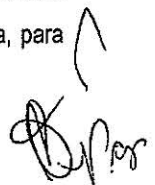
Parágrafo 3º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam empossados seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4º. A Assembleia Geral fixará a verba global para os administradores e membros do Conselho Fiscal, e caberá ao Conselho de Administração deliberar a respeito de sua distribuição entre seus membros, a Diretoria e os membros do Conselho Fiscal.

Seção II
Assembleia Geral de Acionistas

Artigo 10. A Assembleia Geral dos acionistas é o órgão supremo de deliberação da Companhia e suas decisões obrigam a todos os acionistas, ainda que ausentes.

Artigo 11. A Assembleia Geral poderá ser ordinária ou extraordinária. A Assembleia Geral Ordinária será realizada dentro dos (4) quatro primeiros meses subsequentes ao fim do exercício social da Companhia, para



deliberar sobre as matérias constantes do Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, incluindo a eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que houver interesse social, permitida a realização conjunta de ambas.

Parágrafo Único. Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:

- I) alterar este Estatuto Social;
- II) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do conselho de administração e os membros do Conselho Fiscal;
- III) tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- IV) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos;
- V) autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações e/ou com garantia real;
- VI) suspender o exercício dos direitos do acionista, na forma da lei;
- VII) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- VIII) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes, bem como o conselho fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e julgar-lhes as contas;
- IX) autorizar os administradores a confessar falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial;
- X) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal nos termos da Lei 6.404/76;
- XI) deliberar sobre a saída da Companhia do Bovespa Mais e sobre o cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia;



- XII) escolher a instituição responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração, nos casos e na forma prevista neste Estatuto Social;
- XIII) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados, prestadores de serviço da Companhia ou de suas sociedades controladas;
- XIV) deliberar acerca da eventual abertura de capital e oferta pública de valores mobiliários de qualquer das sociedades controladas, bem como deliberar sobre suas respectivas condições e aprovar a prática de todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à realização de tais operações; e
- XV) emissão de novas ações em montante superior ao capital autorizado, exceto pela emissão de novas ações no contexto de uma oferta pública.

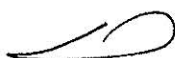
Artigo 12. A Assembleia Geral, salvo as exceções previstas na legislação em vigor e neste Estatuto Social, será convocada pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, ou acionistas, na forma da lei.

Artigo 13. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração (ou na sua ausência, por seu designado), o qual designará um terceiro presente à reunião (independentemente de ser acionista ou não) para ocupar o cargo de secretário.

Artigo 14. A Assembleia Geral se instalará e será realizada conforme previsto em lei.

Parágrafo 1º. Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista deverá comprovar sua condição de acionista ou, se for o caso, depositar na Companhia até o início da assembleia, instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

Parágrafo 2º. O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Após a abertura de capital da Companhia, referido procurador poderá ser, também, uma instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.



Parágrafo 3º. A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação, que deverão indicar adequadamente as matérias a serem deliberadas.

Parágrafo 4º. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto neste Estatuto Social, não se computando os votos em branco.

Seção III

Conselho de Administração

Artigo 15. O Conselho de Administração será composto de 8 (oito) membros efetivos e seus respectivos suplentes, eleitos na Assembleia Geral Ordinária, com mandato unificado de 2 (dois) anos, admitida a recondução por igual período. Os membros do Conselho de Administração e seus suplentes serão pessoas naturais, residentes ou não no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. Terminado o prazo do mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores.

Parágrafo 1º. O conselheiro deve ter reputação ilibada. Não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia, aquele que (i) for empregado ou ocupar cargo em Companhia que possa ser considerada concorrente da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo conselheiro caso se configurem, supervenientemente, esses fatores de impedimento.

Parágrafo 2º. O Conselho de Administração terá 1 (um) presidente ("Presidente do Conselho de Administração") escolhido pela maioria de seus membros, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naquele cargo. O Presidente do Conselho de Administração não deverá ser o Diretor - Presidente.

Artigo 16. O Presidente do Conselho de Administração será substituído em suas ausências ou impedimentos por outro membro do Conselho de Administração escolhido pela maioria dos seus membros.

Artigo 17. Ocorrendo vacância, por qualquer motivo, no Conselho de Administração, o membro do Conselho de Administração ausente deverá ser substituído pelo seu suplente.

Parágrafo Único. Para os fins deste Artigo, ocorrerá vacância de um cargo de membro do Conselho de Administração quando ocorrer a destituição, renúncia, morte, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de duas reuniões consecutivas do Conselho de Administração.



Artigo 18. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação do Presidente do Conselho de Administração ou ainda de quaisquer 2 (dois) de seus membros, observado o prazo de antecedência de 15 (quinze) dias. Em caso de urgência justificada, mediante concordância de todos os conselheiros, a reunião poderá ser convocada e realizada sem observância do prazo mínimo antes referido.

Parágrafo 1º. As convocações para as reuniões do Conselho de Administração podem ser feitas por qualquer meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento, e especificarão a data, hora, local e a ordem do dia. As reuniões realizar-se-ão independentemente de convocação caso se verifique a presença e a concordância da totalidade dos Conselheiros em exercício.

Parágrafo 2º. As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar.

Parágrafo 3º. As reuniões serão instaladas com a presença de pelo menos 4 (quatro) de seus membros e reputar-se-ão válidas as deliberações tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes. Se não houver quorum suficiente dentro de 1 (uma) hora do horário previsto para realização de tal reunião (ou se durante a reunião tal quorum deixar de estar presente), tal reunião deverá ser automaticamente remarcada sem aviso prévio e retomada em 2 (dois) dias úteis subsequentes, no mesmo local e horário. Se na reunião do Conselho de Administração retomada conforme o disposto acima, os conselheiros presentes não constituírem quorum válido segundo os parâmetros supracitados em função da ausência de determinados conselheiros, então o quorum será considerado como obtido para os fins de realização da referida reunião, independentemente do número de conselheiros presentes, e os conselheiros presentes estarão autorizados a deliberar validamente durante referida reunião.

Parágrafo 4º. Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por conferência telefônica ou por vídeo conferência, devendo, neste caso, encaminhar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração, por intermédio de carta, fac-símile ou correio eletrônico logo após o término da reunião. Os conselheiros poderão ser representados nas reuniões do Conselho de Administração por outros conselheiros desde que o conselheiro ausente outorgue procuração específica para outro conselheiro e que referida procuração seja apresentada ao Presidente do Conselho de Administração antes do início da respectiva reunião. O Presidente do Conselho de Administração não terá em qualquer hipótese voto de qualidade ou de desempate em reuniões do Conselho de Administração.



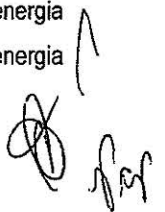
Parágrafo 5º. As deliberações do Conselho de Administração serão objeto de assentamento em atas. Se produzirem efeito perante terceiros, serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas na forma e nos prazos previstos em lei e na regulamentação aplicável.

Parágrafo 6º. Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 7º. O Conselho de Administração poderá convidar, em suas reuniões, outros participantes, com a finalidade de prestarem esclarecimentos de qualquer natureza, sendo vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Artigo 19. Compete ao Conselho de Administração:

- I) fixar a orientação geral dos negócios, planos, projetos e diretrizes econômicas e financeiras, industriais e comerciais da Companhia e de suas sociedades controladas;
- II) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observando o que a respeito dispuser este Estatuto Social;
- III) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- IV) convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, a Extraordinária;
- V) deliberar sobre as contas da Diretoria, consubstanciadas nos balanços semestrais ou nos relatórios da administração, bem como sobre as demonstrações financeiras, para posterior encaminhamento à apreciação e aprovação da Assembleia Geral Ordinária;
- VI) manifestar-se previamente sobre atos e contratos, quando este Estatuto Social assim o exigir;
- VII) escolher e destituir os auditores independentes da companhia;
- VIII) deliberar sobre a participação da Companhia (i) na implementação de qualquer projeto de energia renovável ("Projeto") ou (ii) na aquisição de um ativo operacional de geração ou transmissão de energia



("Oportunidade de Implementação"), avaliando o plano de investimento elaborado pela Diretoria, o qual deverá incluir (a) descrição completa do Projeto (incluindo aspectos técnicos, de saúde, segurança e meio ambiente, responsabilidade social corporativa e engenharia); (b) projeções do contrato de compra e venda de energia; (c) projeções de CAPEX e OPEX (incluindo contingências estimadas); (d) modelo econômico/financeiro completo (incluindo o compromisso de capital esperado e os impactos fiscais); (e) principais características da construção (incluindo o tempo estimado para a implementação completa do Projeto); (f) análise de riscos; (g) condições esperadas de financiamento, incluindo a proporção entre dívida/capital próprio esperada para tal Projeto; e (h) taxa interna de retorno esperada. Para efeitos deste Estatuto, "Implementar" ou "Implementação" deverá significar o processo conduzido pela Companhia para fazer com que determinado novo ativo de geração ou transmissão de energia seja construído ou esteja pronto para iniciar operação.

- IX) deliberar a inclusão dos novos Projetos na carteira de investimentos da Companhia (bem como no plano de negócios, sempre que apropriado);
- X) autorizar a Companhia a participar de sociedades de propósito específico para a implantação de Projetos autorizados nos termos da alínea VIII acima;
- XI) deliberar sobre desvios de orçamento de investimentos superiores a 5% em relação aos aprovados nos Planos de Negócios;
- XII) autorizar a Companhia a contratar empréstimos, financiamentos e dar garantias para a implantação dos Projetos cujos planos de investimento tenham sido aprovados nos termos da alínea VIII acima;
- XIII) deliberar sobre a celebração, aditamento ou rescisão pela Companhia de qualquer Operação com Partes Relacionadas, conforme definido abaixo;
- XIV) deliberar sobre aquisição ou alienação de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
- XV) autorizar a abertura e/ou extinção de filiais, agências, depósitos, escritórios e sucursais, no exterior;
- XVI) fixar a política de atribuição e a distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores;



- XVII) aprovar o plano de negócios atualizado da Companhia e o orçamento anual, bem como qualquer aditamento ou revisão dos mesmos;
- XVIII) autorizar a Companhia a incorrer em despesas não aprovadas previamente no orçamento anual da Companhia e/ou no plano anual de negócios (conforme o caso) em valores superiores a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- XIX) autorizar a concessão de garantia real ou fidejussória em favor de terceiros que não a própria Companhia ou suas Controladas, em valores superiores a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- XX) deliberar previamente sobre a apresentação, pela Companhia, de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial;
- XXI) distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.
- XXII) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares ou o pagamento de juros sobre capital próprio, bem como submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, nos termos da Lei 6.404/76 e demais leis aplicáveis;
- XXIII) deliberar sobre as políticas, planos, orçamentos e demais assuntos propostos pela Diretoria que estejam fora do Plano de Negócios;
- XXIV) constituir Comitês Especiais, determinando suas finalidades, indicando seus membros e fixando seus honorários;
- XXV) aprovar aumentos do capital social dentro do capital autorizado da Companhia, ou deliberar sobre propostas de alteração do capital social, quando superiores ao capital autorizado, e submetê-las à Assembleia Geral;
- XXVI) manifestar-se sobre operações de fusão, cisão ou incorporação previamente à Assembleia Geral que sobre elas deliberar;



- XXVII) manifestar-se sobre planos de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados, prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades controladas, para submissão à Assembleia Geral;
- XXVIII) aprovar a outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados, prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades controladas, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral;
- XXIX) deliberar sobre quaisquer matérias que não sejam de competência da Diretoria ou que ultrapassem o limite de sua competência;
- XXX) manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;
- XXXI) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- XXXII) definir a lista triplíce de empresas especializadas a ser apresentada à Assembleia Geral para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia para fins de oferta pública de aquisição de ações, da saída do Bovespa Mais e/ou cancelamento de registro de companhia aberta de que trata o Capítulo V deste Estatuto Social;
- XXXIII) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- XXXIV) aprovar a emissão de debêntures, exceto pelo disposto no item V do parágrafo único do artigo 11 deste Estatuto;
- XXXV) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal das Controladas e nas Coligadas quando for o caso. Para fins deste Estatuto, Coligadas são sociedades onde a Companhia tenha influência significativa, sem caracterizar Controle;
- XXXVI) deliberar sobre financiamentos fora do Plano de Negócios; e
- XXXVII) aprovar o quadro de competências da administração da Companhia.



Parágrafo 1º. O Conselho de Administração deliberará sobre todas as matérias relacionadas à Companhia que não aquelas expressamente reservadas aos acionistas da Companhia ou à Diretoria, conforme a legislação aplicável ou este Estatuto Social.

Parágrafo 2º. As matérias que não forem, por lei ou pelo presente Estatuto Social, de competência privativa do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, poderão ser, pelo Conselho de Administração, delegadas à Diretoria Executiva.

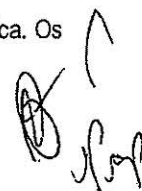
Parágrafo 3º. Sem prejuízo da observância das demais normas legais aplicáveis, nas deliberações do Conselho de Administração que tenham como objeto aprovar a celebração pela Companhia de uma ou mais Operação Com Partes Relacionadas, os conselheiros indicados de forma direta ou indireta por tal acionista deverão se declarar impedidos de votar. Para os fins deste Estatuto, "Operação com Partes Relacionadas" deverá significar, com relação a qualquer acionista, qualquer ação por meio da qual a Companhia: (a) celebre, adite, declare uma inadimplência, renuncie a uma condição ou rescinda, (b) dê seu consentimento, aprovação ou autorização em relação a, ou (c) efetue um pagamento, proposta de negociação ou promova acordos materiais decorrentes de (em cada um dos casos anteriores) qualquer contrato ou acordo de qualquer tipo ou natureza: (i) entre a Companhia ou uma de suas subsidiárias e tal acionista, qualquer de suas afiliadas ou qualquer Pessoa Restrita, (ii) entre a Companhia ou uma de suas subsidiárias e os membros do Conselho de Administração, Diretores, qualquer cônjuge das pessoas acima e qualquer outra pessoa relacionada com qualquer dessas pessoas por consanguinidade direta ou colateral de primeiro, segundo ou terceiro grau, ou (iii) entre a Companhia ou uma de suas subsidiárias e qualquer outra pessoa, que, direta ou indiretamente, beneficie tal acionista, qualquer de suas afiliadas ou qualquer Pessoa Restrita. "Pessoa Restrita" deverá significar, com relação a qualquer acionista, (a) qualquer conselheiro, diretor, sócio, representante ou funcionário de tal acionista, (b) o cônjuge das pessoas acima descritas, e (c) qualquer outra pessoa relacionada com qualquer das pessoas acima por consanguinidade direta ou colateral de primeiro, segundo ou terceiro grau.

Parágrafo 4º. Todos os valores estabelecidos neste Artigo deverão ser corrigidos anualmente, contado da data de aprovação deste Estatuto Social, a uma taxa de 200% (duzentos por cento) da variação positiva do IPCA/IBGE, conforme verificado no período ou, na ausência deste índice, por qualquer outro índice oficial que o substitua.

Seção IV

Diretoria

Artigo 20. A Companhia será administrada por, no mínimo, 5 (cinco) Diretores, e no máximo 9 (nove) Diretores, sendo: 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Financeiro, que também deverá atuar como Diretor de Relações com Investidores, enquanto que os demais Diretores deverão atuar sem denominação específica. Os



Diretores serão eleitos e/ou reeleitos a cada 2 (dois) anos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, todos residentes no país. Em caso de renúncia, vacância ou impedimento, o respectivo substituto será escolhido pelo Conselho de Administração, em até no máximo 30 (trinta) dias. O Diretor eleito nessas condições exercerá as funções pelo prazo restante do mandato do diretor que estiver substituindo.

Artigo 21. Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos demais Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades da Companhia.

Parágrafo único. Compete ainda ao Diretor Presidente, isoladamente: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; (iii) exercer a supervisão geral das competências e atribuições dos demais Diretores; (iv) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 22. Compete ao Diretor Financeiro, além das obrigações impostas pela regulamentação vigente: (i) responsabilizar-se pela gestão administrativa, financeira e contábil da Companhia, (ii) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (iii) prestar informações ao público investidor, à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; e (iv) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

Artigo 23. Competirá aos demais Diretores (i) o apoio ao Diretor Presidente e ao Diretor Financeiro no exercício de suas funções, na gestão da Companhia; e (ii) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 24. Compete ainda ao Diretor Presidente e ao Diretor Financeiro, mediante assinatura conjunta deles, mediante assinatura conjunta de um deles e de outro Diretor ou, se for o caso, através de procuradores por eles constituídos nos termos do Artigo 26:

- I) realizar operações bancárias em geral, abrir e movimentar contas bancárias, emitir e endossar cheques, autorizar transferências, débitos e pagamentos, sacar, aceitar, emitir e endossar títulos de crédito de qualquer natureza, dar recibos e quitações e efetuar levantamento de cauções em entidades públicas ou privadas;
- II) aprovar a celebração de acordo visando a solução de qualquer litígio, demanda ou arbitragem em que a Companhia seja parte;



- III) aprovar a celebração de acordos ou contratos de cooperação técnica, transferência de tecnologia e exploração de patentes, ou de prestação de serviços em que a Companhia seja parte;
- IV) representar a Companhia junto a clientes, fornecedores, entidades de classe repartições e órgãos públicos dos governos federal, estaduais e municipais, inclusive suas autarquias; e
- V) constituir consórcios;

Artigo 25. Só constituirão a Companhia em obrigações para com terceiros e exonerarão estes de responsabilidade para com a Companhia, os atos, contratos, títulos cambiais, cheques, documentos e papéis que forem assinados; a) pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro, em conjunto; b) por um Diretor ou procurador em conjunto com o Diretor Presidente ou o Diretor Financeiro; ou, c) por um ou mais procuradores especialmente nomeados.

Artigo 26. As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia, por instrumento público ou particular, pelo Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Financeiro, e, salvo as procurações "ad judicia" que poderão ser por prazo indeterminado, os mandatos deverão especificar obrigatoriamente a sua duração e os fins a que se vinculam os poderes outorgados. Ainda, em casos especiais, a Companhia poderá ser representada por um único mandatário com poderes específicos.

Artigo 27. Na realização de seus deveres, os diretores deverão observar estritamente e agir em conformidade com o quadro de competências da administração da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração.

Seção V

Do Conselho Fiscal

Artigo 28. O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo haver recondução.

Parágrafo 1º. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e estada necessários ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios de qualquer natureza, verbas de representação e participação nos lucros.



Parágrafo 2º. O Conselho Fiscal reunir-se-á: (i) ordinariamente, uma vez a cada trimestre, e (ii) extraordinariamente, mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração, ou de 2 (dois) membros do Conselho Fiscal, lavrando-se ata de suas deliberações.

Parágrafo 3º. As reuniões do Conselho Fiscal serão convocadas por escrito com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, devendo a convocação conter a ordem do dia, com a relação das matérias a serem apreciadas na respectiva reunião.

Artigo 29. A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio, condicionada à subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Bovespa Mais.

Parágrafo 1º Os membros do Conselho Fiscal deverão, ainda, imediatamente após a posse no cargo, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive derivativos.

Parágrafo 2º. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos temporários, bem como em caso de vacância de qualquer dos cargos, pelos respectivos suplentes. Havendo vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral deverá ser convocada para proceder à eleição de seus substitutos.

Seção VI

Dos Comitês

Artigo 30. O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá constituir Comitês Especiais técnicos e consultivos, indicando seus membros, que poderão ou não ser membros dos órgãos de administração da Companhia ou não, bem como determinar suas respectivas competências, fixar os seus honorários e, sempre que necessário, instituir o seu regulamento, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão e funcionamento, dentre outras.

Capítulo IV

Do Exercício Social

Artigo 31. O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando então serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas pela Lei das Sociedades por Ações e legislação complementar. As demonstrações financeiras serão apresentadas à Assembleia Geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, observando o disposto em lei e no presente Estatuto.



Parágrafo 1º. Do resultado apurado no exercício serão feitas as deduções e provisões legais, além da participação dos empregados e administradores, se houver. Sobre o lucro líquido verificado, serão destacadas as quantias equivalentes às seguintes porcentagens:

- I) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que se alcance o limite previsto em Lei;
- II) 25% (vinte e cinco por cento) a ser distribuído como dividendo obrigatório, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, pagável no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua declaração, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, devendo o pagamento ser efetuado no mesmo exercício em que for declarado; e
- III) o saldo do lucro, se houver, terá a destinação que lhe for dado pela Assembleia Geral, consoante proposta referida no *caput* deste Artigo, atendidas as prescrições legais aplicáveis.

Parágrafo 2º. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre o capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo 3º. Os dividendos não reclamados no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em benefício da Companhia.

Artigo 31. Nos termos do Artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral poderá deliberar a criação de reservas específicas, indicando a sua finalidade, fixando critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição e estabelecendo o seu limite máximo.

Capítulo V

Da Alienação do Controle Acionário, Cancelamento do Registro e Saída do Bovespa Mais

Artigo 33. Conforme definições abaixo, a Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Bovespa Mais, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.



Parágrafo Único. Para os fins deste Estatuto Social, os termos iniciados em letras maiúsculas no caput deste artigo e nos artigos seguintes que não estejam expressamente definidos neste Estatuto Social, terão os significados de acordo com o Regulamento do Bovespa Mais.

Artigo 34. A oferta pública referida no Artigo 33 também deverá ser efetivada:

- I) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venham a resultar na Alienação de Controle da Companhia; e
- II) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Artigo 35. Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o Poder de Controle da mesma, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- I) efetivar a oferta pública referida no Artigo 33 deste Estatuto Social; e
- II) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em mercado de balcão organizado nos 6 (seis) meses anteriores à data de Alienação de Controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador Alienante e o valor pago em negociação em mercado de balcão organizado, por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado.

Artigo 36. O Acionista Controlador Alienante não transferirá a propriedade de suas ações enquanto o Comprador do Poder de Controle não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores referido no Regulamento do Bovespa Mais, que deverá ser imediatamente enviado à BM&FBOVESPA. A Companhia também não registrará qualquer transferência de ações para o Comprador do Poder de Controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores referido no Regulamento do Bovespa Mais, devendo o mesmo ser encaminhado à BM&FBOVESPA imediatamente.



Artigo 37. Nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício de Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia, sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores referido no Regulamento do Bovespa Mais, que deverá ser imediatamente enviado à BM&FBOVESPA.

Artigo 38. Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pela Companhia ou pelo Acionista Controlador visando ao cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação, conforme previsto no Artigo 40 a seguir.

Artigo 39. Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem: (a) a saída da Companhia do Bovespa Mais para que suas ações tenham registro para negociação fora do Bovespa Mais ou (b) a reorganização societária da qual a companhia resultante não seja admitida no Bovespa Mais, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia, cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico, apurado em laudo de avaliação, conforme previsto no Artigo 40, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Único. O Acionista Controlador estará dispensado de realizar a oferta pública de aquisição referida no caput deste Artigo se (i) a Companhia tiver saído do Bovespa Mais em razão da assinatura de Contrato de Participação no segmento especial da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"); e (ii) a companhia resultante da operação de reorganização societária tiver assinado o Contrato de Participação no segmento especial do Novo Mercado.

Artigo 40. O laudo de avaliação previsto nos Artigos 11, Parágrafo Único, XII, 19, XXXI, 38 e 39 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e Acionista Controlador, além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1.º do Artigo 8.º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo Artigo.

Parágrafo 1º. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista triplíce, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em



segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo 2º. Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Capítulo VI

Da Dissolução, Liquidação e Extinção.

Artigo 41. A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, bem como naqueles estabelecidos neste estatuto.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral, quando for o caso, determinará o modo de liquidação e nomeará o liquidante.

Capítulo VII


Juízo Arbitral

Artigo 42. Os acionistas envidarão todos os esforços para compor amigavelmente qualquer divergência que entre eles possa surgir com relação às disposições do presente Estatuto.

Artigo 43. Caso as divergências relacionadas a este Estatuto não sejam resolvidas amigavelmente, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Bovespa Mais, do Contrato de Participação do Bovespa Mais e do Regulamento de Arbitragem.

Parágrafo 1º. A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da cláusula compromissória acima.

Parágrafo 2º. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo



qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.

Capítulo VIII

Das Disposições Gerais e Transitórias.

Artigo 44. O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral.

Artigo 45. Aos casos omissos neste Estatuto serão aplicadas as disposições da Lei nº 6.404/76, de outras leis em vigor, pertinentes à matéria, e pelo Regulamento do Bovespa Mais.

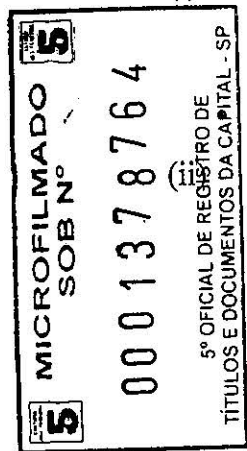


ANEXO G – CONTRATO DE GARANTIA E ADITAMENTOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS
SOBRE FLUXO DE DIVIDENDOS MANTIDOS EM CONTA VINCULADA**

Pelo presente instrumento particular:



(i) **DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 3571, Conjunto 2001, Bairro Tamboré, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.622.416/0001-41, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Cedente");

(ii) **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, representando os debenturistas ("Debenturistas") da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Cedente ("Agente Fiduciário" ou "Cessionário"); e

(iii) **BANCO FATOR S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.644.196/0001-06, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Banco Depositário");

doravante designados, em conjunto, simplesmente "Partes",

CONSIDERANDO QUE a Cedente é atualmente titular de ações ou quotas representativas do capital social das seguintes sociedades: **ENEX O&M DE SISTEMAS ELETRICOS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 3571, conj. 2027, Centro, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.101.807/0001-05; **ENERCASA - ENERGIA CAIUA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 3571, conj. 2013, Centro, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.217.210/0001-00; **MACAUBAS ENERGETICA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 3571, conj. 2009, Centro, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.194.393/0001-96; **SEABRA ENERGETICA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 3571, conj. 2014, Centro, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.196.341/0001-59; **NOVO HORIZONTE ENERGETICA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 3571, conj. 2012, Centro, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.214.349/0001-09; **MOINHO S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 3571, conj. 2002, Centro, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.195.223/0001-40; **MONEL MONJOLINHO ENERGETICA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 3571, conj. 2004, 2º andar, Centro, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.834.395/0001-89; **SANTA LAURA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 3571, conj. 2006, Centro, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.328.431/0001-20; **SANTA ROSA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de

Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 3571, conj. 2008, Centro, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.468.980/0001-02; **ESMERALDA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 3571, conj. 2005, Centro, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.264.588/0001-30; **PASSOS MAIA ENERGETICA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Rua Nereu Ramos, nº 184, Centro, CEP 89500-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.542.325/0001-08; **GOIAS TRANSMISSÃO S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Floriano, 19, Sala 301 parte, Centro, CEP 20031-924, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.708.279/0001-89; e **MGE TRANSMISSÃO S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Floriano, 19, Sala 301 parte, Centro, CEP 20031-924, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.638.929/0001-67, neste ato representadas na forma de seus atos constitutivos, todas controladas pela Cedente ("**SPEs**"), conforme detalhadas no **Anexo I** ao presente Contrato ("**Ações**");

CONSIDERANDO QUE a Cedente efetuou a Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional em Série Única, de sua emissão, estruturada de acordo com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, no valor total de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("**Emissão**"), de acordo com os termos e condições descritos na "Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A." ("**Escritura**"), registrada na Junta Comercial de São Paulo ("**JUCESP**") sob o nº ED001057-1/000, em sessão de 28 de novembro de 2012, cujas condições detalhadas se encontram descritas no **Anexo II** a este Contrato, e

CONSIDERANDO QUE, para assegurar o integral pagamento de todas as quantias devidas pela Cedente decorrentes da Escritura, a Cedente concorda em ceder fiduciariamente ao Cessionário os Direitos Cedidos, conforme abaixo definidos, nos termos e condições deste Contrato e da Escritura;

Resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada ("**Contrato**"), mediante as seguintes cláusulas:

1. **Cessão Fiduciária em Garantia.** Na forma do disposto neste Contrato e nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada ("**Lei 4.728/65**"), dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil e demais legislação aplicável, a fim de garantir o pagamento integral e pontual e o cumprimento, quando devidas, de todas as obrigações assumidas na Escritura ("**Obrigações Garantidas**"), que, para os fins do artigo 66-B da Lei 4.728/65, têm suas características devidamente descritas no **Anexo II** a este Contrato, a Cedente, nesta data, cede fiduciariamente, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, os créditos em conta corrente indicada na Cláusula 2 abaixo, que serão compostos pela totalidade dos possíveis futuros dividendos recebidos ou a serem recebidos pela Cedente em razão da sua participação nas SPEs ("**Direitos Cedidos**").

1.1. Para a formalização da cessão fiduciária dos Direitos Cedidos, a cada deliberação societária acerca da distribuição dos dividendos decorrente da participação da Cedente nas



30 NOV 2012 7 38 710

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

SPEs, a Cedente compromete-se a constituir a cessão fiduciária sobre os direitos creditórios referentes a cada deliberação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos da legislação em vigor. O instrumento de formalização, que deverá ser elaborado substancialmente na forma do **Anexo III** a este Contrato, será considerado parte integrante e complemento do presente Contrato.

2. **Conta Vinculada.** A Cedente obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os Direitos Cedidos sejam integralmente pagos em moeda corrente exclusivamente na conta-corrente nº 880106159-7, de titularidade da Cedente, aberta no Banco Depositário, agência 0002-7 ("**Conta Vinculada**"), não movimentável pela Cedente, exceto mediante autorização por escrito do Cessionário.

2.1. Adicionalmente, a Cedente obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a (i) não alterar a Conta Vinculada sem o prévio consentimento por escrito do Cessionário; (ii) não encerrar a Conta Vinculada até a final liquidação das Obrigações Garantidas; e (iii) instruir o Banco Depositário, através do contrato de abertura da Conta Vinculada ou de notificação, a não compensar ou deduzir qualquer valor dos valores recebidos na Conta Vinculada, exceto os custos decorrentes da manutenção da Conta Vinculada e/ou decorrentes de obrigações legais.

2.1.1. Os recursos depositados na Conta Vinculada serão aplicados pelo Banco Depositário de acordo com as indicações apresentadas pela Cedente por escrito e com antecedência de 2 (dois) dias úteis. O Banco Depositário obriga-se a fornecer à Cedente, se solicitado, relatórios mensais de acompanhamento da Conta Vinculada, contendo os valores das operações de débito e crédito efetuadas na referida Conta Vinculada dentro de aludido período (extratos bancários).

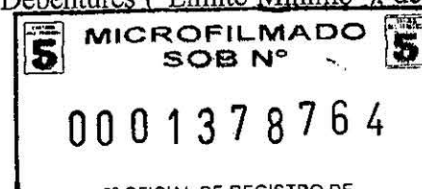
2.1.1.1. O Limite Mínimo (conforme definido abaixo) depositado na Conta Vinculada poderá ser aplicado total ou parcialmente em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e/ou fundos de investimento de renda fixa distribuídos ou administrados pelo Banco Depositário e/ou títulos públicos emitidos pela República Federativa do Brasil ("**Investimentos Permitidos**"). Os Investimentos Permitidos feitos de acordo com este Contrato estarão sujeitos às regras e normas legais aplicáveis aos referidos investimentos.

2.1.1.2. Quaisquer juros ou outras rendas recebidas sobre os Investimentos Permitidos ("**Acréscimos**") tornar-se-ão parte do Limite Mínimo ou, se excederem o Limite Mínimo, parte do Saldo Liberado (conforme definido abaixo).

2.1.1.3. O Banco Depositário não agirá na qualidade de assessor e/ou consultor financeiro de investimentos da Cedente, nos termos deste Contrato, sendo de responsabilidade exclusiva da Cedente a decisão a respeito da escolha dos Investimentos Permitidos para aplicação do Limite Mínimo.

2.1.1.4. Em consonância com o disposto na Cláusula 2.4.(b) abaixo, o Banco Depositário terá o direito de desinvestir quaisquer dos Investimentos Permitidos com a finalidade de obter recursos necessários para pagamento das Obrigações Garantidas conforme exigido nos termos deste Contrato e desde que o Banco Depositário informe a Cedente por escrito previamente ao referido desinvestimento.

2.1.2. Até a ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura), o Banco Depositário deverá reter na Conta Vinculada o equivalente aos 2 (dois) próximos pagamentos de Remuneração das Debêntures ("**Limite Mínimo**"), devendo transferir



REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
30 NOV 2002 738710

automaticamente o saldo que exceder o Limite Mínimo à Emissora de acordo com a Cláusula 2.3 abaixo. A estimativa do Limite Mínimo deverá ser calculada de acordo com as fórmulas descritas na Cláusula 3.23.1 da Escritura.

2.1.3. A Emissora depositará na Conta Vinculada (i) o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Limite Mínimo na data da liquidação financeira da Emissão; e (ii) os 50% (cinquenta por cento) remanescentes do Limite Mínimo até 31 de março de 2013.

2.1.4. Após o penúltimo pagamento de Remuneração devido pela Emissora aos Debenturistas, o Banco Depositário deverá reter somente o valor equivalente a EJ₁, sendo o saldo remanescente automaticamente transferido à Emissora, também de acordo com a Cláusula 2.3 abaixo.

2.2. O Agente Fiduciário verificará semestralmente a observância do Limite Mínimo e, caso este não tenha sido atingido ou cumprido, solicitará ao Banco Depositário que retenha os valores estritamente necessários a perfazer o Limite Mínimo.

2.3. Uma vez atingido o Limite Mínimo, conforme indicado ao Agente Fiduciário pela Cedente, e desde que não tenha havido ou esteja em curso um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura), o Banco Depositário automaticamente transferirá o saldo na Conta Vinculada que exceder o Limite Mínimo ("Saldo Liberado"), para a conta corrente de titularidade da Cedente nº 15001-8, agência nº 4807, mantida junto ao Banco Itaú S.A., de livre movimentação da Cedente ("Conta de Livre Movimentação").

2.4. Os Direitos Cedidos depositados na Conta Vinculada serão movimentados conforme os seguintes eventos:

(a) a menos que o Banco Depositário tenha recebido do Agente Fiduciário notificação escrita de que a Cedente não está observando o Limite Mínimo ou de que ocorreu ou está em curso um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura), ou evento que, mediante notificação ou decurso de tempo, possa se tornar um Evento de Vencimento Antecipado, o Banco Depositário automaticamente transferirá o Saldo Liberado para a Conta de Livre Movimentação;

(b) em caso de ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado nos termos da Escritura (conforme informado por escrito pelo Agente Fiduciário ao Banco Depositário, com cópia para a Cedente), o Banco Depositário, independentemente de qualquer outra formalidade, reterá todos os recursos existentes e/ou que venham a ser depositados na Conta Vinculada (inclusive os correspondentes ao Saldo Liberado) para pagamento integral das Obrigações Garantidas pela Cedente; e

(c) o Banco Depositário fará tantas retenções quantas forem necessárias para o pagamento integral das Obrigações Garantidas então devidas, interrompendo as retenções somente quando for atingido tal valor (conforme informado por escrito pelo Agente Fiduciário ao Banco Depositário, com cópia para a Cedente). Uma vez liquidado o montante total das Obrigações Garantidas então devido, o saldo restante na Conta Vinculada estará livre para transferência para a Conta de Livre Movimentação, nos termos do item (a) desta Cláusula 2.4.

3. Restrição à Transferência e Constituição de Ônus. Os Direitos Cedidos não poderão ser alienados, cedidos ou de qualquer outra forma transferidos pela Cedente, nem poderão tornar-se



sujeitos a qualquer ônus ou gravame, exceto se autorizado expressamente pelo Cessionário, até a extinção deste Contrato, nos termos aqui previstos.

4. Registro da Cessão Fiduciária. A Cedente deverá registrar, às suas expensas, o presente Contrato nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, bem como nas juntas comerciais das sedes das SPEs, e fornecer ao Cessionário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do efetivo registro, comprovação dos aludidos registros. A Cedente deverá, ainda, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do presente Contrato, notificar as SPEs sobre os termos e condições do Contrato, cuja notificação deverá ser elaborada substancialmente na forma do **Anexo IV** a este Contrato.

5. Declarações e Garantias. A Cedente declara e garante que a garantia constituída por meio deste Contrato constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Cedente, exigível de acordo com seus respectivos termos.

6. Obrigações. A Cedente obriga-se perante o Cessionário, na presente data e até o término do presente Contrato, nos termos aqui previstos, a:

(a) sem a prévia e expressa anuência do Cessionário ou de outra forma estabelecido pelas Partes, não (i) criar, incorrer ou permitir a existência de qualquer ônus ou opção em favor de qualquer terceiro com respeito aos Direitos Cedidos ou a qualquer direito deles decorrentes, exceto pela garantia constituída por meio deste Contrato; (ii) vender, ceder, transferir, permutar ou de outra forma dispor dos Direitos Cedidos; e (iii) deliberar pela não distribuição de dividendos nas SPEs, sem a prévia concordância do Cessionário. A Cedente deverá tomar todas as medidas para proteger o direito, a propriedade e os interesses do Cessionário sobre os Direitos Cedidos contra quaisquer medidas e ações intentadas por qualquer terceiro;

(b) celebrar, a qualquer tempo, mediante solicitação escrita do Cessionário, instrumentos, documentos e tomar todas as demais providências a fim de obter ou preservar todos os benefícios deste Contrato, bem como dos direitos e poderes aqui outorgados;

(c) depositar todo e qualquer valor que receber referente à realização dos Direitos Cedidos na Conta Vinculada;

(d) no prazo de 5 (cinco) dias úteis informar ao Cessionário constrição que recair sobre os Direitos Cedidos;

(e) a defender, de forma tempestiva e eficaz, os direitos do Cessionário sobre os Direitos Cedidos contra quaisquer procedimentos ou processos que venham a ser propostos por terceiros ou que a Cedente venha a ter ciência e que possam, de qualquer forma, afetar adversamente a presente garantia; e

(f) não celebrar qualquer contrato ou praticar qualquer ato que restrinja os direitos ou a capacidade do Cessionário dispor dos Direitos Cedidos, no todo ou em parte, a cada amortização, conforme previsto na Cláusula 2, após a ocorrência e continuidade de um Evento de Vencimento Antecipado, conforme definido na Escritura, e desde que não sanado no respectivo prazo de cura.

7. Declarações e Garantias da Cedente. A Cedente declara e garante ao Cessionário que:



TÍTULOS E DOCUMENTOS
30 NOV 2012 738710

(a) os Direitos Cedidos estão livres e desembaraçados de qualquer ônus ou gravame e não pende sobre os mesmos qualquer litígio, ação, processo judicial ou não, relevante que possa afetar de forma adversa a capacidade da Cedente de honrar suas obrigações nos termos deste Contrato;

(b) não é necessária a obtenção de qualquer aprovação governamental ou quaisquer consentimentos, aprovações ou notificações a terceiros com relação à criação e manutenção da cessão fiduciária sobre os Direitos Cedidos de acordo com este Contrato, com exceção da prévia e expressa autorização da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, em decorrência de certos Contratos de Financiamento, com Intervenção de Terceiros, celebrados com a Cedente e a Engevix Engenharia S.A., celebrados em 11 de dezembro de 2007; e da comunicação a ser enviada ao *China Development Bank Corporation*, em função da *Guarantee* celebrado pela Cedente em 25 de outubro de 2012;

(c) está devidamente autorizada a celebrar este Contrato, a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(d) a celebração deste Contrato (i) não infringe qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Cedente seja parte, exceto por infrações que não afetem de forma adversa a capacidade da Cedente de honrar suas obrigações nos termos deste Contrato, (ii) nem irá resultar em: (x) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, exceto por vencimentos antecipados que não afetem de forma adversa a capacidade da Cedente de honrar suas obrigações nos termos deste Contrato; ou (y) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos, exceto por rescisões que não afetem de forma adversa a capacidade da Cedente de honrar suas obrigações nos termos deste Contrato;

(e) este Contrato e as obrigações aqui previstas constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Cedente, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;

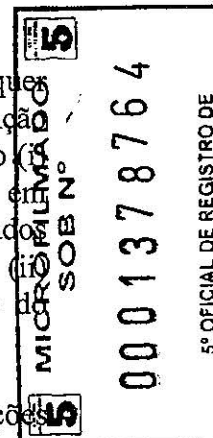
(f) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras; e foi devidamente constituída, com plenos poderes para conduzir seus negócios;

(g) os seus representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor; e que

(h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos deste Contrato.

8. Excussão da Cessão Fiduciária. Ocorrendo um Evento de Vencimento Antecipado, conforme definido na Escritura, e a declaração de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, o Cessionário poderá promover a excussão dos Direitos Cedidos.

8.1. A excussão dos Direitos Cedidos se dará conforme os seguintes procedimentos:





(a) o Cessionário estará autorizado, de forma irrevogável e irretratável, a instruir o Banco Depositário a exigir que seja mantido o depósito dos recursos relativos aos Direitos Cedidos diretamente na Conta Vinculada em favor do Cessionário, nos termos do inciso IV do artigo 19 da Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, para que sejam utilizados no pagamento das Obrigações Garantidas, devendo ser deduzidos todos os tributos e despesas razoáveis e eventualmente incidentes que o Cessionário venha comprovadamente a incorrer, devendo ser entregue à Cedente o que eventualmente restar;

(b) o Cessionário enviará uma notificação ao Banco Depositário requerendo o bloqueio imediato da totalidade dos recursos depositados na Conta Vinculada, que deverão ser utilizados no pagamento das Obrigações Garantidas, sendo entregue à Cedente o que eventualmente restar;

(c) havendo, após a execução da presente garantia conforme previsto no item "a" acima, saldo em aberto das Obrigações Garantidas, a Cedente permanecerá responsável por tal saldo até efetiva e total liquidação do mesmo;

(d) o exercício da prerrogativa prevista no item "a" acima não impedirá o Cessionário de executar qualquer outra garantia a ele outorgada;

(e) Os recursos apurados de acordo com o disposto nesta Cláusula 8.1, na medida em que forem sendo recebidos pelo Cessionário, deverão ser aplicados na liquidação integral das Obrigações Garantidas, sendo que eventual excesso será transferido para a Conta de Livre Movimentação.

8.2. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas anteriores, ao Cessionário compete o direito de:

(a) promover a notificação das SPEs para que não paguem à Cedente e paguem exclusivamente na Conta Vinculada, conforme definida na Cláusula Segunda acima, os dividendos que consistem nos Direitos Cedidos; e

(b) usar das ações, recursos e execuções, judiciais e extrajudiciais, para receber os Direitos Cedidos.

8.2.1. A Cedente concorda e reconhece expressamente que o Cessionário poderá praticar todos os atos necessários para a disposição e transferência dos Direitos Cedidos, inclusive, conforme aplicável, receber valores, dar quitação e transigir, podendo solicitar todas as averbações, registros e autorizações, observadas as condições de excussão da cessão fiduciária previstas nesta Cláusula Oitava e na legislação aplicável.

8.2.2 A Cedente desde já se obriga a praticar todos os atos e cooperar com o Cessionário em tudo que se fizer necessário ao cumprimento dos procedimentos aqui previstos, inclusive no que se refere ao atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias ao recebimento dos Direitos Cedidos.

9. Mandato. Fica o Cessionário, para os fins e efeitos deste Contrato e desta Cláusula Nona, irrevogável e expressamente autorizado a, no caso de um Evento de Vencimento Antecipado das Obrigações Garantidas, receber, resgatar, alienar, ceder ou transferir parte ou

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
30 NOV 2002 738710

a totalidade dos Direitos Cedidos, nomeando a Cedente, nos termos dos artigos 683 e seguintes do Código Civil Brasileiro, em caráter irrevogável e irretratável, seu procurador para que o Cessionário pratique todos os atos e assine todos os documentos que necessários forem para tanto, sendo que os emolumentos e despesas razoavelmente despendidos e que o Cessionário venha comprovadamente a incorrer serão suportados exclusivamente pela Cedente e, em especial, para a execução plena da presente garantia. Para tanto, a Cedente, nesta data, entrega ao Cessionário uma procuração na forma do Anexo V ao presente Contrato.

10. Disposições Gerais.

10.1. Término e Quitação. Quando as obrigações sob a Escritura tiverem sido satisfeitas em sua integralidade, imediatamente este Contrato será extinto e as garantias aqui constituídas deverão ser liberadas. As garantias constituídas por meio do presente Contrato sobre os Direitos Cedidos somente deverão ser liberadas de acordo com esta Cláusula, ou conforme previsto na Escritura. Cumprirá ao Cessionário, por solicitação da Cedente, firmar e entregar à Cedente, todos os documentos eventualmente necessários para comprovar a quitação e a liberação de tais garantias.

10.2. Independência entre as Disposições. Se qualquer disposição do presente Contrato for considerada nula, ilegal ou inexecutível nos termos da lei aplicável, a disposição em questão será ineficaz tão-somente na medida da sua nulidade, ilegalidade ou inexecutibilidade, e não afetará quaisquer outras disposições aqui contidas, nem a validade, legalidade ou executibilidade daquela disposição em qualquer outra jurisdição.

10.3. Sucessores e Cessionários. O presente Contrato obrigará as Partes e reverterá para o benefício das partes aqui presentes e de seus respectivos sucessores e cessionários.

10.4. Execução Específica. As obrigações assumidas neste Contrato poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.

10.5. Ausência de Renúncia ou Novação. Nenhuma ação ou omissão de qualquer das Partes importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente Contrato. Os direitos e recursos previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos na Escritura.

10.6. Cessão. A Cedente não poderá ceder ou de outra forma transferir seus direitos e obrigações, ou qualquer parte dos mesmos, para qualquer outra parte, exceto se o fizer com a prévia e expressa anuência do Cessionário e se a nova contraparte concordar integralmente com os termos e condições deste Contrato.

10.7. Despesas. Fica expressamente acordado entre as Partes que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos relacionados à celebração e registro do presente Contrato, das garantias nele previstas ou de qualquer alteração a ele serão de responsabilidade e correrão por conta da Cedente.



REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
30 NOV 2011 738710
BANCA

10.8. Notificações e Comunicações. Exceto se de outra forma prevista neste Contrato, as notificações e quaisquer comunicações a serem enviadas por qualquer uma das Partes, nos termos deste Contrato, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Se para a Emissora:

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Rua Tenente Silveira, 94 - 9º andar - Ed. Schweidson

CEP 88010-300, Florianópolis, SC

At.: Sr. Paulo Marcelo Gonçalves Margarido

Tel.: (48) 3031-2500

Fax: (48) 3031-2501

E-mail: paulo.marcelo@desenvix.com.br

Se para o Agente Fiduciário/Cessionário:

Planner Trustee DTVM Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 10º andar

CEP 04538-132, São Paulo, SP

At.: Sra. Viviane Rodrigues

Tel.: 55 11 2172-2628

Fax: 55 11 3078-7264

E-mail: vrodrigues@planner.com.br // f@planner.com.br

Se para o Banco Depositário:

Banco Fator S.A.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, 11º e 12º andares

CEP 04530-001, São Paulo, SP

At.: Sr. Mauro Monteiro de Miranda

Tel.: (11) 3049-6178

Fax: (11) 3842-5280

E-mail: mauromiranda@bancofator.com.br

10.8.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por *fac-símile* ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). As notificações estipuladas por meio deste Contrato, incluindo a notificação sobre ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado, não poderão ser realizadas por meio eletrônico ou *fac-símile*, devendo ser entregues em mãos, sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio.

10.8.2. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as Partes, tão logo tomem conhecimento.

10.9. Alterações. O presente Contrato somente poderá ser alterado por acordo escrito, devidamente assinado pelas Partes.



REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
30 NOV 2012 738710
BARUERI - SP

10.10. Lei Aplicável e Foro. O presente Contrato será regido e interpretado em conformidade com as leis do Brasil. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato e executar as obrigações nele estabelecidas, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, assinam as Partes o presente Contrato, em caráter irrevogável e irretratável, em 6 (seis) vias de igual teor e conteúdo perante as duas testemunhas adiante assinadas.

São Paulo, 29 de novembro de 2012.


[Restante da página intencionalmente deixado em branco]

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
30 NOV 2012 738710
BARUERI - SP



[Página de Assinaturas do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada celebrado entre a Desenvix Energias Renováveis S.A., Planner Trustee DTVM Ltda., Banco Fator S.A. e outros.]

DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.



José Antunes Sobrinho
Presidente



Jan Erik Felle
Diretor Financeiro

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
30 NOV 2012 738710
GARUERI - SP

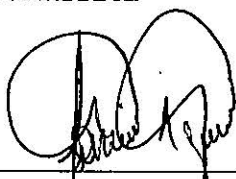


[Página de Assinaturas do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada celebrado entre a Desenvix Energias Renováveis S.A., PlannerTrustee DTVM Ltda., Banco Fator S.A. e outros.]

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.



Nome:
Cargo: **Viviane Rodrigues**
Diretora



Nome:
Cargo: **Flávio D. Aguetoni**
Procurador

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
30 NOV 2012 738710
BARUERI - SP

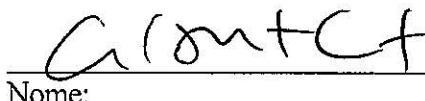


[Página de Assinaturas do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada celebrado entre a Desenvix Energias Renováveis S.A., Planner Trustee DTVM Ltda., Banco Fator S.A. e outros.]

BANCO FATOR S.A.

Nome: 
Cargo:

Julian M. Hester
CPF: 014.018.327-25
RG: 08865302-7

Nome: 
Cargo:

Carlos Hitoshi Fuda Castro
CPF: 009.035.837-83

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
COMARCA DE BARUERI - SP
Al. Araguaia, 190 Alphaville Barueri CEP: 06455-000/Pais: (0XX11) 95-8214
Protocolado sob nº 693.435 em 30/11/2012 e registrado em
microfilme sob o nº 738.710 em 30/11/2012

OFICIAL

Carlos Frederico Coelho Nogueira
SUBSTITUTO DO OFICIAL
José Ricardo M. Braz

ESCRITORES AUTORIZADOS

Sérgio Ricardo Betti
Robson de Castro


OFICIAL(R\$)	ESTADO(R\$)	IPESP(R\$)	SINOREG(R\$)	JUSTIÇA(R\$)	DILIG.(R\$)	TOTAL(R\$)
7.453,13	2.118,26	1.569,08	392,27	392,27	0,00	11.925,01


REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
30 NOV 2012 738710
BARUERI - SP



[Página de Assinaturas do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada celebrado entre a Desenvix Energias Renováveis S.A., Planner Trustee DTVM Ltda., Banco Fator S.A. e outros.]

Testemunhas:


Nome: **Fátima Conceição Miranda de Toledo**
RG: 18.901.022-8(SSP/SP)
CPF: **CPF/MF 151.870.238-45**

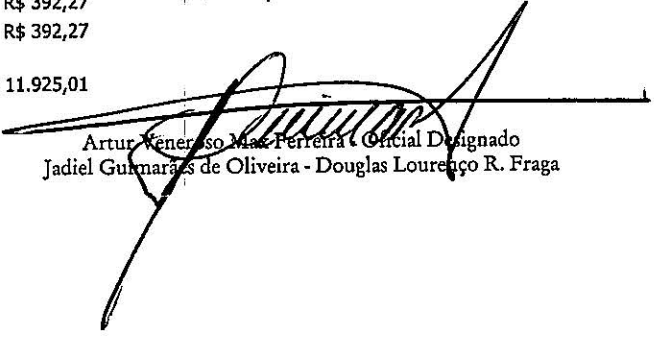

Nome: **Elaine Queiroz Sant**
CPF: **RG: 18.188.832(SSP-)**
CPF: 088.606.278-57



5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.566.528/0001-60
Rua XV de Novembro, 244 - 8º andar - Centro - CEP. 01013-000 - São Paulo/SP
Emol. R\$ 7.453,13 Protocolado e prenotado sob o n. **1.378.764** em
Estado R\$ 2.118,26 **30/11/2012** e registrado, hoje, em microfilme
Ipesp R\$ 1.569,08 sob o n. **1.378.764**, em títulos e documentos.
R. Civil R\$ 392,27 São Paulo, 30 de novembro de 2012
T. Justiça R\$ 392,27

Total R\$ 11.925,01

Selos e taxas
Recolhidos
p/verba


Artur Veneroso Mac Ferreira - Oficial Designado
Jadriel Guimarães de Oliveira - Douglas Lourenço R. Fraga

BARUERI - SP

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
30 NOV 2012 738710

ANEXO I

**QUADRO CONTENDO AS PARTICIPAÇÕES DETIDAS PELA CEDENTE
NAS SPEs**

		Quantidade de ações/quotas detidas pela Cedente	Percentual em relação ao total
1	ENEX O&M DE SISTEMAS ELETRICOS LTDA.	210.000	100%
2	ENERCASA - ENERGIA CAIUA S.A.	34.000.0000	100%
3	MACAUBAS ENERGETICA S.A.	44.699.999	100%
4	SEABRA ENERGETICA S.A.	38.349.999	100%
5	NOVO HORIZONTE ENERGETICA S.A.	38.349.999	100%
6	MOINHO S.A.	30.254.999	100%
7	MONEL MONJOLINHO ENERGETICA S.A.	109.999.999	100%
8	SANTA LAURA S.A.	24.999.999	100%
9	SANTA ROSA S.A.	49.999.999	100%
10	ESMERALDA S.A.	17.199.999	100%
11	PASSOS MAIA ENERGETICA S.A.	37.616.999	50%
12	GOIAS TRANSMISSÃO S.A.	40.059.276	25,5%
13	MGE TRANSMISSÃO S.A.	22.142.109	25,5%

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
30 NOV 2002 738710
BARUERI - SP





ANEXO II

DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

Escritura de Emissão – DEBÊNTURES

Os termos e expressões iniciados em letras maiúsculas e utilizados neste Anexo (estejam no singular ou no plural) terão os significados que lhe são atribuídos na Escritura.

1. Valor Principal Total Representado pelas Debêntures: O valor total da Emissão é de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), colocados sob o regime de melhores esforços de colocação na Data de Emissão, observado que tal montante pode ser aumentado com a emissão das Debêntures Adicionais e das Debêntures Suplementares, conforme abaixo definidas.

2. Número de Séries e Quantidade de Debêntures: A Emissão será realizada em Série Única. Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Adicionais, conforme abaixo definido, poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 15.000 (quinze mil) Debêntures suplementares (“Debêntures Suplementares”), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora ao Coordenador Líder no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, sob Regime de Melhores Esforços, da Desenvix Energias Renováveis S.A. (“Contrato de Distribuição”), que somente poderá ser exercida pelo Coordenador Líder em comum acordo com a Emissora, até a data de publicação do anúncio de início da Oferta (“Anúncio de Início”).

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a Emissora poderá aumentar a quantidade de Debêntures com relação à quantidade inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Suplementares, em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 20.000 (vinte mil) Debêntures adicionais (“Debêntures Adicionais”), até a data de publicação do Anúncio de Início.

Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta em nada será afetada caso não haja a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures a serem colocadas. As Debêntures que não forem efetivamente subscritas e integralizadas durante o prazo de colocação das Debêntures deverão ser canceladas pela Emissora. A manutenção da Oferta está condicionada à subscrição e integralização da quantidade mínima de 50.000 (cinquenta mil) Debêntures, perfazendo o montante mínimo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Caso este montante não seja atingido, eventuais montantes recebidos a título de subscrição serão devolvidos, nos termos da Escritura.

3. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

5. Remuneração: Remuneração das Debêntures: A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de um *spread* (sobretaxa) de até 2,80% (dois vírgula oitenta por cento) ao ano, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento de acordo com a fórmula prevista na Escritura (“Remuneração”).

6. Prazo e Data de Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures será de 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 12 de dezembro de 2016 (“Data de Vencimento”), data em que será devida a totalidade do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ainda não amortizado, acrescido da Remuneração, conforme calculado acima, em moeda corrente nacional.

7. Amortização: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente, em cinco parcelas, a partir de 12 de dezembro de 2014, conforme a tabela a seguir (“Amortização”):

Datas de Amortização:	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado:
12 de dezembro de 2014	20%
12 de junho de 2015	20%
12 de dezembro de 2015	20%
12 de junho de 2016	20%
12 de dezembro de 2016	20%

8. Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures: O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito semestralmente, em 8 (oito) parcelas consecutivas, e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme aplicável, sendo o primeiro pagamento devido em 12 de junho de 2013 e o último na Data de Vencimento.



REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
30 NOV 2012 738710
BARUERI - SP

9. Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

As demais características das Debêntures e, conseqüentemente, das Obrigações Garantidas, estão descritas na Escritura, cujas cláusulas, termos e condições as partes declaram expressamente conhecer e concordar.

Adicionalmente aos termos acima, aplicam-se aqueles mencionados na Escritura, os quais são incorporados ao presente Anexo II por referência.

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
30 NOV 2012 738710
BARUERI - SP





ANEXO III

MODELO DE INSTRUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE GARANTIA VINCULADO AO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS SOBRE FLUXO DE DIVIDENDOS MANTIDOS EM CONTA VINCULADA

INSTRUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE GARANTIA VINCULADO AO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS SOBRE FLUXO DE DIVIDENDOS MANTIDOS EM CONTA VINCULADA

O presente Instrumento de Formalização de Garantia Vinculado ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada ("Instrumento de Formalização de Garantia"), celebrado por e entre:

DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 3571, Conjunto 2001, Bairro Tamboré, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.622.416/0001-41, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Cedente");

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, representando os debenturistas ("Debenturistas") da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Cedente ("Agente Fiduciário" ou "Cessionário"); e

BANCO FATOR S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.644.196/0001-06, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Banco Depositário"),

(A Cedente, o Agente Fiduciário e o Banco Depositário são doravante denominados, em conjunto, as "Partes" e, individualmente, a "Parte").

CONSIDERANDO QUE a Cedente efetuou a Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional em Série Única, de sua emissão, estruturada de acordo com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, no valor total de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Emissão"), de acordo com os termos e condições descritos na "Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A." ("Escritura");

CONSIDERANDO QUE para assegurar o integral pagamento de todas as quantias devidas pela Cedente decorrentes da Escritura, a Cedente, o Cessionário e o Banco Depositário celebraram um Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada ("Contrato"), por meio do qual a Cedente cedeu fiduciariamente, em favor dos Debenturistas (conforme definidos no Contrato), representados

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS

30 NOV 2012 738710

pelo Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, os créditos em conta corrente indicada na Cláusula 2 do Contrato, que serão compostos pela totalidade dos possíveis futuros dividendos recebidos ou a serem recebidos pela Cedente em razão da sua participação nas SPEs (conforme definidas no Contrato); e

CONSIDERANDO QUE nos termos da Cláusula 1.1 do Contrato a cada deliberação societária acerca da distribuição dos dividendos decorrente da participação da Cedente nas SPEs, a Cedente comprometeu-se a constituir a cessão fiduciária sobre os direitos creditórios referentes a cada deliberação.

Resolvem as Partes celebrar o presente Instrumento de Formalização de Garantia de acordo com os seguintes termos e condições:

1. A Cedente declara e garante que, em virtude das deliberações societárias realizadas em [●] de [●] de [●], receberá das suas SPEs o valor total de R\$[●] ([●]), decorrentes de dividendos declarados e correspondentes ao exercício social de [●] de [●] de [●], os quais são cedidos fiduciariamente em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a fim de garantir o pagamento integral e pontual e o cumprimento, quando devidas, de todas as Obrigações Garantidas.

2. Todas as disposições do Contrato que são ora ratificadas e permanecem em pleno vigor e eficácia, aplicando-se de igual forma ao presente Instrumento de Formalização de Garantia, inclusive as relacionadas à transferência automática do Saldo Liberado para a Conta de Livre Movimentação e ao registro do presente Instrumento de Formalização de Garantia nos termos da Cláusula 4 do Contrato.

3. O presente Instrumento de Formalização de Garantia, que deverá ser considerado parte integrante e complemento do Contrato, será regido e interpretado em conformidade com as leis do Brasil. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Instrumento de Formalização de Garantia e executar as obrigações nele estabelecidas, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

4. Todos os termos iniciados em maiúscula, não expressamente definidos neste Instrumento de Formalização de Garantia, terão os significados atribuídos a esses termos no Contrato.

E por assim estarem justas e contratadas, as Partes firmam este aditamento em 3 (três) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, [●] de [●] de [●].

DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
como Cedente

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

30 NOV 2012 738710

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
como Cessionário e Agente Fiduciário

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

BANCO FATOR S.A.
como Banco Depositário

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
30 NOV 2012 738710
BARUERI - SP



ANEXO IV

MODELO DE NOTIFICAÇÃO

Barueri, [●] de [●] de 2012.

À
[SPE]
Endereço: [●]

Ref.: Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Sobre Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada

Prezados Senhores:

Nos termos da Cláusula 4 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Sobre Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada ("Contrato de Garantia"), celebrado por e entre Desenvix Energias Renováveis S.A., Planner Trustee DTVM Ltda. e Banco Fator S.A., em 29 de novembro de 2012, e em consonância com o artigo 290 do Código Civil, fica V.Sa. notificada dos termos e condições do Contrato de Garantia, cuja cópia segue anexa à presente.

Sem mais para o momento, permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:

Cargo:



ANEXO V

MINUTA DE PROCURAÇÃO

5	MICROFILMADO SOB Nº	5
0001378764		
5º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CAPITAL - SP		

DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 3571, Conjunto 2001, Bairro Tamboré, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.622.416/0001-41, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais, doravante denominada "Outorgante", em caráter irrevogável, nomeia e constitui a **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, na qualidade de agente fiduciário, representando os debenturistas da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional, em série única, da Emissora ("Debenturistas"), doravante denominada "Outorgada", sua procuradora para atuar em seu nome e por sua conta, praticar e celebrar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes ao exercício dos direitos previstos no presente Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sobre Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada, de 29 de novembro de 2012, celebrado entre a Outorgante, a Outorgada e o Banco Fator S.A., na qualidade de Banco Depositário ("Contrato"), com poderes para (i) praticar qualquer ato (inclusive atos perante órgãos públicos ou quaisquer terceiros) necessário à preservação da garantia de cessão fiduciária constituída em favor da Outorgada nos termos do Contrato, e (ii) após a ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, conforme definido na Escritura, dos valores devidos nos termos e respeitado o disposto na Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A." ("Escritura"): (a) praticar todos os atos necessários (inclusive perante órgãos públicos, autoridades governamentais ou quaisquer terceiros) para exercer seus direitos decorrentes da cessão fiduciária prevista no Contrato; (b) alienar, cobrar, receber, transferir e/ou liquidar os créditos, segundo os termos e condições estipulados no Contrato; (c) praticar todos os atos necessários (inclusive perante órgãos públicos, autoridades governamentais ou quaisquer terceiros) para possibilitar o recebimento dos valores dos Direitos Cedidos, ou a transferência ou alienação dos Direitos Cedidos a terceiros, conforme aplicável e conforme estipulado no Contrato; (d) praticar todos os atos necessários (inclusive perante órgãos públicos, autoridades governamentais ou quaisquer terceiros) para possibilitar o recebimento de quaisquer outros devidos sob a Escritura e o Contrato; e (e) receber os valores dos Direitos Cedidos para pagamento das Obrigações Garantidas.

A Outorgada poderá substabelecer, com reserva de iguais, os poderes ora conferidos a ele, sendo certo que referido substabelecimento estará limitado aos seus advogados.

A presente procuração é outorgada como condição ao Contrato e para atendimento das obrigações nele previstas, em conformidade com o artigo 684 do Código Civil Brasileiro e será irrevogável, válida e eficaz até que o Contrato tenha se extinguido em conformidade com seus termos.

Esta procuração será válida e eficaz pelo prazo de vigência do Contrato.

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
30 NOV 2012 738710

Os termos em letra maiúscula empregados, mas não definidos no presente instrumento, terão o significado a eles atribuído no Contrato e na Escritura.

[LOCAL E DATA]

DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Por: _____

Nome: _____

Cargo: _____

Por: _____

Nome: _____

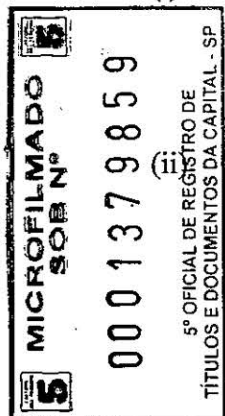
Cargo: _____



REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
30 NOV 2004 738710
BARUERI-SP

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS SOBRE FLUXO DE DIVIDENDOS MANTIDOS EM CONTA VINCULADA

Pelo presente instrumento particular:



(i) **DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 3571, Conjunto 2001, Bairro Tamboré, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.622.416/0001-41, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Cedente");

(ii) **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, representando os debenturistas ("Debenturistas") da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Cedente ("Agente Fiduciário" ou "Cessionário"); e

(iii) **BANCO FATOR S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.644.196/0001-06, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Banco Depositário");

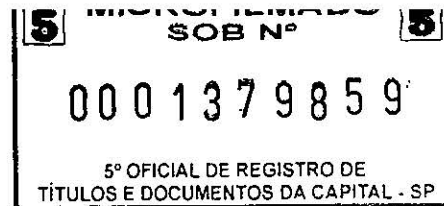
doravante designados, em conjunto, simplesmente "Partes", vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o primeiro aditamento ("Aditamento") ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Sobre Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada ("Contrato de Garantia"), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
RETIFICAÇÕES**

1.1. O presente Aditamento tem como objetivo (i) reduzir a gama de possíveis investimentos a serem realizados com os recursos depositados na Conta Vinculada; e (ii) adicionar ao Contrato de Garantia cláusula que permita a substituição do Banco Depositário, caso haja uma redução de sua avaliação de risco.

1.2. Para refletir a redução da gama de possíveis investimentos a serem realizados com os recursos depositados na Conta Vinculada, pelo Banco Depositário de acordo com as indicações apresentadas pela Cedente, as Partes resolvem alterar a cláusula 2.1.1.1 do Contrato de Garantia que passará a ter a seguinte nova redação:

"2.1.1.1. O Limite Mínimo (conforme definido abaixo) depositado na Conta Vinculada deverá ser integralmente aplicado em títulos públicos emitidos pela República Federativa do Brasil e/ou em fundos de investimento que invistam exclusivamente nesses títulos ("Investimentos Permitidos"). Os Investimentos Permitidos feitos de acordo com este Contrato estarão sujeitos às regras e normas legais aplicáveis aos referidos investimentos."



1.3. Para refletir adicionar ao Contrato de Garantia cláusula que permita a substituição do Banco Depositário, caso haja uma redução de sua avaliação de risco, as Partes resolvem incluir no contrato a Cláusula 2.5, que terá a seguinte redação:

“2.5 Em caso de redução da avaliação de risco do Banco Depositário para nível abaixo de BBB+, conforme classificado pela agência de classificação de risco Fitch Ratings, poderá o Cessionário solicitar a transferência dos recursos mantidos em Conta Vinculada para outra instituição financeira, desde que esta tenha uma avaliação de risco em nível igual ou superior a BBB+.

2.5.1 Para que a solicitação do Cessionário tenha validade, esta precisará estar lastreada em decisão tomada em assembleia geral de debenturistas, observados os quóruns e demais regras estabelecidos na Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, em Série Única, da Desenvix Energias Renováveis S.A.”

CLÁUSULA II RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura e não expressamente alteradas por este Aditamento.

CLÁUSULA III DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 11 de dezembro de 2012.

(restante da página deixado intencionalmente em branco)

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
12 DEZ 2012 741857
BARUEI-SP

Página de Assinatura 1 de 4 do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Sobre Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada.

DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

como Cedente



Nome: Jan Erik Felle
Cargo: Diretor Financeiro



Nome: Paulo Roberto Fraga Zuch
Cargo: Diretor

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
12 DEZ 2011 741857
BARUERI - SP





Página de Assinatura 2 de 4 do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Sobre Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada.

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
como Cessionário e Agente Fiduciário

Nome: Antônio M. de Figueiredo
Cargo: Diretor

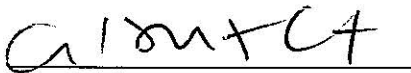
Nome: Flávio D. Aguetoni
Cargo: Procurador

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
12 DEZ 2012 74.1857
BARUERI - SP



Página de Assinatura 3 de 4 do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Sobre Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada.

BANCO FATOR S.A.
como Banco Depositário


Nome:
Cargo:

Carlos Hitoshi F. Castro
CPF: 009.035.837-63
Diretor


Nome:
Cargo: Diretor de Produtos

Julian M. Hester
CPF: 014.018.327-25

BARUERI-SP

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
12 DEZ 2012 741857

**OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
COMARCA DE BARUERI - SP**

Al. Araguaia, 190 Alphaville Barueri CEP: 06455-000/PAZ: (041) 4.395-827

Protocolado sob nº 696.591 em 12/12/2012 e registrado em
microfilme sob o nº 741.857 em 12/12/2012
Anotado à margem do registro nº 738710

OFICIAL

Carlos Frederico Coelho Nogueira
SUBSTITUTO DO OFICIAL
José Ricardo M. Braz

ESCRIVENTES AUTORIZADOS

Sérgio Ricardo Betti
Robson de Castro

OFICIAL(R\$)	ESTADO(R\$)	IPESP(R\$)	SINOREG(R\$)	JUSTIÇA(R\$)	DILIG.(R\$)	TOTAL(R\$)
44,37	12,62	9,36	2,35	12,35	0,00	71,05



Página de Assinatura 4 de 4 do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Sobre Fluxo de Dividendos Mantidos em Conta Vinculada.

Testemunhas:

Silvia Bender:
Nome: SILVIA BENDER
CPF: 065.954.188-27

Mauri A. Melha Dal Belo:
Nome: MAURI AURELIA DAL BELO
CPF: 521.146.868-68



5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.566.528/0001-60
Rua XV de Novembro, 244 - 8º andar - Centro - CEP. 01013-000 - São Paulo/SP
Emol. R\$ 44,37 Protocolado e prenotado sob o n. **1.379.859** em
Estado R\$ 12,62 **12/12/2012** e registrado, hoje, em microfilme
Ipesp R\$ 9,36 sob o n. **1.379.859**, em títulos e documentos.
R. Civil R\$ 2,35 Averbado à margem do registro n.
T. Justiça R\$ 2,35 **1378764/30/11/2012**
São Paulo, 12 de dezembro de 2012

Total R\$ 71,05

Selos e taxas
Recolhidas
p/verba

Artur Veneroso Mac. Barueri - Oficial Designado
Jadriel Guimarães de Oliveira - Douglas Lourenço R. Fraga

BARUERI-SP

REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
12 DEZ 2012 741857

ANEXO H – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA EMISSORA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	451
---	-----

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	452
2.3 - Outras informações relevantes	453

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	454
3.2 - Medições não contábeis.....	455
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	456
3.4 - Política de destinação dos resultados	457
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	462
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	463
3.7 - Nível de endividamento	464
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	465
3.9 - Outras informações relevantes	466

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	467
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	480
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	481
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.....	488
4.5 - Processos sigilosos relevantes	489
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto.....	490
4.7 - Outras contingências relevantes	491
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	492

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	493
5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	495
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	496
5.4 - Outras informações relevantes	497

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM.....	498
6.3 - Breve histórico	499
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	500
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial.....	502
6.7 - Outras informações relevantes	503

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas.....	504
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais.....	528
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais.....	529
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	535
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades.....	536
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	541
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades.....	542
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	543
7.9 - Outras informações relevantes	544

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico.....	580
8.2 - Organograma do Grupo Econômico.....	584
8.3 - Operações de reestruturação.....	585
8.4 - Outras informações relevantes	586

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros.....	587
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	588
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	610
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	615
9.2 - Outras informações relevantes	621

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	622
10.2 - Resultado operacional e financeiro	695
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	696
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	698
10.5 - Políticas contábeis críticas	699
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	701
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	702
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	703
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	704
10.10 - Plano de negócios	705
10.11 - Outros fatores com influência relevante	707

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	708
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	709

12. Assembléia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	710
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	713
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	715
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	716
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	717
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	718
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	727
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	731
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	732
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	733
12.12 - Outras informações relevantes	734

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	735
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	737
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	740
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	744
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	745
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	746

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	748
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	749
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	751
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	752
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	753
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	754
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	755
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	756
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	757
13.16 - Outras informações relevantes	758

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	759
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	762
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	763
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	764

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária	765
15.3 - Distribuição de capital	775
15.4 - Organograma dos acionistas	776
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	777
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	779
15.7 - Outras informações relevantes	780

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	781
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	782
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	796

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social	797
17.2 - Aumentos do capital social	798
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	801
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	802
17.5 - Outras informações relevantes	803

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	804
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	805
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	806
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	807
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	808
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	809
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	810
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor ..	811
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	812
18.10 - Outras informações relevantes	813

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	814
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	815
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	816
19.4 - Outras informações relevantes	817

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	818
20.2 - Outras informações relevantes	819

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	820
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	821
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	822
21.4 - Outras informações relevantes	823

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	824
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	825
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	826
22.4 - Outras informações relevantes	827

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

José Antunes Sobrinho

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	287-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Pricewaterhousecoopers Aud Ind		
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20		
Período de prestação de serviço	21/05/2010		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis anuais consolidadas e da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e padrões internacionais de demonstrações financeiras (IFRS), em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Honorários de Auditoria: R\$ 941,8 (mil).		
Justificativa da substituição	Não houve		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Celso Luiz Malimpensa	21/05/2010 a 19/04/2012	009.637.118-81	Av. Francisco Matarazzo, 1400, Barra Funda, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05001-903, Telefone (11) 36743552, Fax (11) 36742045, e-mail: celso.malimpensa@br.pwc.com
Mario Miguel Tomaz Tamnhauser Junior	20/04/2012	149.917.078-54	Avenida Rio Branco, 847, Centro, Florianópolis, SC, Brasil, CEP 88015-205, Telefone (48) 32120200, Fax (48) 32120200, e-mail: mario.tamnhauser@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

2.3. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/09/2012)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)
Patrimônio Líquido	711.092.263,28	598.134.696,15	588.223.645,55	251.720.060,06
Ativo Total	1.824.285.635,47	1.731.016.781,07	1.133.738.000,00	850.349.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	151.551.199,31	143.403.222,87	112.149.000,00	76.643.000,00
Resultado Bruto	75.034.768,93	69.569.785,66	64.186.000,00	55.586.000,00
Resultado Líquido	-7.778.233,04	2.447.690,81	9.637.000,00	4.318.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	107.439.555	100.000.000	100.000.000	3.345.865
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	6,618533	5,981347	5,882236	75,233381
Resultado Líquido por Ação	-0,072396	0,024477	0,096370	1,290548

3.2 - Medições não contábeis

3.2. a) Medições não contábeis e b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Cálculo do LAJIDA	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2012	2011	2010	2009
Lucro operacional antes do resultado financeiro (Em R\$mil)	45.230	34.263	49.825	48.334
(+) Depreciações e Amortizações (Em R\$mil)	34.677	30.718	26.635	11.193
LAJIDA (Em R\$mil)	79.907	64.981	76.460	59.528
Receita Operacional Líquida (Em R\$mil)	151.551	143.403	112.149	76.643
Margem de LAJIDA %	52,7%	45,3%	68,2%	77,74%

O valor de “Depreciações e Amortizações” é parte integrante da Demonstração do Fluxo de Caixa das demonstrações financeiras para os períodos indicados.

Utilizamos como medida não contábil o LAJIDA, o qual, de acordo com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP n.º 01/2007, compreende os lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização. A margem de LAJIDA é obtida por meio da divisão do LAJIDA do período pela receita operacional líquida.

Por estar em fase de crescimento acelerado, com elevados montantes de investimento anuais financiados por empréstimos de longo prazo estruturados na modalidade *project-finance*, possuímos atualmente alto grau de alavancagem e elevada despesa financeira anual. Também, por sermos uma empresa jovem, com elevados investimentos em ativo imobilizado, a depreciação é parcela importante das nossas despesas.

Nossa administração entende que o LAJIDA e a margem LAJIDA são os métodos mais adequados para acompanhamento do nosso desempenho, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação dos nossos resultados com o de outras empresas do mesmo setor de atuação, ainda que em diferentes estágios de maturidade, bem como a comparação com empresas de outros setores, com diferentes estruturas de alavancagem e diferentes taxas de amortização e de depreciação.

O LAJIDA e a margem LAJIDA não são uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores de nosso desempenho operacional ou como substitutos do nosso fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras contábeis divulgadas pela Companhia que as altere substancialmente:

Até a data da apresentação desse Formulário de Referência, os eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras contábeis divulgadas pela Companhia foram:

- (a) No dia 18 de outubro de 2012 a Administração da Companhia protocolou junto a ANEEL pedido de anuência para a transferência societária da sua subsidiária integral, a São Roque Energética S.A., para o FIP Desenvix, controlado pelo FIP FIC Jackson, controlado pela Jackson Empreendimentos Ltda, que por sua vez é controladora da Desenvix com 40,65%. A concretização da transferência societária está condicionada a aprovação da ANEEL e até lá a Desenvix é a responsável pela manutenção dos investimentos necessários para a sua implantação e atendimento às condicionantes do seu contrato de concessão. Até a data de apresentação desse Formulário de Referência a ANEEL ainda não havia se pronunciado.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4. Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais:

Aspectos Gerais

Nos termos da Lei das S.A. e de nosso Estatuto Social, a AGO é competente para, dentre outros, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, conforme exigido pela Lei das S.A.

Cumpra observar que nossa administração apresenta anualmente proposta sobre a destinação do lucro líquido remanescente após as seguintes deduções e provisões legais: (i) 5% para constituição de reserva legal, até; (ii) 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., a título de dividendo obrigatório, (a constituição da reserva indicada no item (i) acima não prejudicará o direito dos acionistas de receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no item (ii) acima); e (iii) o saldo remanescente do lucro, se houver, terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, atendidas as prescrições legais aplicáveis.

a) Regras sobre retenção de lucros

Exercício Social a Findar em 31.12.2012 até a data de 30.09.2012

Nos termos dos artigos 31 e 32 do nosso Estatuto Social vigente no período encerrado em 30 de setembro de 2012 e da Lei das Sociedades por Ações, do resultado apurado no exercício, aplicar-se-ia as seguintes deduções e provisões legais: (i) 5% para constituição de reserva legal; (ii) 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., a título de dividendo obrigatório, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação do Conselho de Administração (a constituição da reserva indicada no item (i) acima não prejudicará o direito dos acionistas de receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no item (ii) acima); (iii) eventuais dividendos intermediários deverão ser pagos sob as condições e prazos estabelecidos por deliberações da Diretoria, mas sempre dentro do exercício social; e (iv) o saldo remanescente do lucro, se houver, terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, atendidas as prescrições legais aplicáveis.

Exercício Social Findo em 31.12.2011

Nos termos dos artigos 33 e 34 do nosso Estatuto Social vigente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 e da Lei das Sociedades por Ações, do resultado apurado no exercício, aplicar-se-ia as seguintes deduções e provisões legais: (i) 5% para constituição de reserva legal; (ii) 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., a título de dividendo obrigatório, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação do Conselho de Administração (a constituição da reserva indicada no item (i) acima não prejudicará o direito dos acionistas de receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no item (ii) acima); (iii) eventuais dividendos intermediários deverão ser pagos sob as condições e prazos estabelecidos por deliberações da Diretoria, mas sempre dentro do exercício social; e (iv) o saldo remanescente do lucro, se houver, terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, atendidas as prescrições legais aplicáveis.

Exercício Social Findo em 31.12.2010

Nos termos dos artigos 33 e 34 do nosso Estatuto Social vigente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 e da Lei das Sociedades por Ações, do resultado apurado no exercício, aplicar-se-ia as seguintes deduções e provisões legais: (i) 5% para constituição de reserva legal; (ii) 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., a título de dividendo obrigatório, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação do Conselho de Administração (a constituição da reserva indicada no item (i) acima não prejudicará o direito dos acionistas de receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no item (ii) acima); (iii) eventuais dividendos intermediários deverão ser pagos sob as condições e prazos estabelecidos por deliberações da Diretoria, mas sempre dentro do exercício social; e (iv) o saldo remanescente do lucro, se houver, terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, atendidas as prescrições legais aplicáveis.

Exercício Social Findo em 31.12.2009

Nos termos dos artigos 33 e 34 do nosso Estatuto Social vigente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 e da Lei das Sociedades por Ações, do resultado apurado no exercício, aplicar-se-ia as seguintes deduções e provisões legais: (i) 5% para constituição de reserva legal; (ii) 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., a título de dividendo obrigatório, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação do Conselho de Administração (a constituição da reserva indicada no item (i) acima não prejudicará o direito dos acionistas de receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no item (ii) acima); (iii) eventuais dividendos intermediários deverão ser pagos sob as condições e prazos estabelecidos por deliberações da Diretoria, mas

3.4 - Política de destinação dos resultados

sempre dentro do exercício social; e (iv) o saldo remanescente do lucro, se houver, terá a destinação que lhe for dado pela Assembleia Geral, atendidas as prescrições legais aplicáveis.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

Exercício Social a Findar em 31.12.2012 até a data de 30.09.2012

Nos termos da Lei das S.A. e de nosso Estatuto Social, a AGO é competente para, dentre outros, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, conforme exigido pela Lei das S.A. Cumpre observar que nossa administração apresenta anualmente proposta sobre a destinação do lucro líquido remanescente após as seguintes deduções e provisões legais: (i) 5% para constituição de reserva legal, até; (ii) 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., a título de dividendo obrigatório, (a constituição da reserva indicada no item (i) acima não prejudicará o direito dos acionistas de receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no item (ii) acima); e (iii) o saldo remanescente do lucro, se houver, terá a destinação que lhe for dado pela Assembleia Geral, atendidas as prescrições legais aplicáveis.

Exercício Social findo em 31.12.2011

Nos termos da Lei das S.A. e de nosso Estatuto Social, a AGO é competente para, dentre outros, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, conforme exigido pela Lei das S.A. Cumpre observar que nossa administração apresenta anualmente proposta sobre a destinação do lucro líquido remanescente após as seguintes deduções e provisões legais: (i) 5% para constituição de reserva legal, até; (ii) 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., a título de dividendo obrigatório, (a constituição da reserva indicada no item (i) acima não prejudicará o direito dos acionistas de receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no item (ii) acima); e (iii) o saldo remanescente do lucro, se houver, terá a destinação que lhe for dado pela Assembleia Geral, atendidas as prescrições legais aplicáveis.

Exercício Social findo em 31.12.2010

Nos termos da Lei das S.A. e de nosso Estatuto Social, a AGO é competente para, dentre outros, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, conforme exigido pela Lei das S.A. Cumpre observar que nossa administração apresenta anualmente proposta sobre a destinação do lucro líquido remanescente após as seguintes deduções e provisões legais: (i) 5% para constituição de reserva legal, até; (ii) 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., a título de dividendo obrigatório, (a constituição da reserva indicada no item (i) acima não prejudicará o direito dos acionistas de receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no item (ii) acima); e (iii) o saldo remanescente do lucro, se houver, terá a destinação que lhe for dado pela Assembleia Geral, atendidas as prescrições legais aplicáveis.

Exercício Social findo em 31.12.2009

Nos termos da Lei das S.A. e de nosso Estatuto Social, a AGO é competente para, dentre outros, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, conforme exigido pela Lei das S.A. Cumpre observar que nossa administração apresenta anualmente proposta sobre a destinação do lucro líquido remanescente após as seguintes deduções e provisões legais: (i) 5% para constituição de reserva legal, até; (ii) 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., a título de dividendo obrigatório, (a constituição da reserva indicada no item (i) acima não prejudicará o direito dos acionistas de receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no item (ii) acima); e (iii) o saldo remanescente do lucro, se houver, terá a destinação que lhe for dado pela Assembleia Geral, atendidas as prescrições legais aplicáveis.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Exercício Social a Findar em 31.12.2012 até a data de 30.09.2012

Nosso Estatuto Social vigente no exercício social a findar em 31 de dezembro de 2012 prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido.

Exercício Social Findo em 31.12.2011

Nosso Estatuto Social vigente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 previa um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Exercício Social Findo em 31.12.2010

Nosso Estatuto Social vigente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 previa um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido.

Exercício Social Findo em 31.12.2009

Nosso Estatuto Social vigente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 previa um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido.

d) Restrições à distribuição de dividendos

Exercício Social a Findar em 31.12.2012 até a data de 30.09.2012

Os seguintes contratos financeiros preveem restrições ao pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório de 25% para cada uma de nossas controladas ou coligadas listadas abaixo, salvo se expressamente autorizado pelo agente financeiro:

- **CERAN:** contrato de financiamento mediante repasse de recursos celebrado com o BNDES n.º 21/00883-3; contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 03.2.794.3.1 celebrado com o BNDES; contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 07.2.0045.1 celebrado com o BNDES; contrato de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES n.º 21/00418-8 celebrado com o BNDES;
- **Esmeralda:** contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 05.2.0588.1 celebrado com o BNDES;
- **Santa Rosa:** contrato de financiamento mediante repasse de recursos n.º 4.001.444/6 celebrado com o BNDES; contrato de financiamento mediante repasse de recursos n.º 4.001.496/7 celebrado com o BNDES;
- **Santa Laura:** contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 06.2.0702.1 celebrado com o BNDES;
- **Monel:** Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 07.2.0902.1 celebrado com o BNDES.
- **Moinho:** Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 11.2.0321.1 celebrado com o BNDES.
- **Passos Maia:** Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 11.2.0103.1 celebrado com o BNDES.
- **Enercasa:** Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 11.2.1187.1 celebrado com o BNDES.
- **Novo Horizonte:** Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 187.2011.563.2308 celebrado com o BNB.
- **Seabra:** Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 187.2011.564.2309 celebrado com o BNB.
- **Macaúbas:** Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 187.2011.562.2310 celebrado com o BNB.
- **Goiás Transmissão:** Contrato de financiamento mediante repasse de recurso do BNDES n.º 21/00786-1 celebrado com o Banco do Brasil e outro contrato de financiamento mediante abertura de crédito com recurso de FCO n.º 21/00785-3, também com o Banco do Brasil.
- **MGE Transmissora:** Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 11.2.1013.1 celebrado com o BNDES.
- **Energen:** Contrato de financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o CDB.

Para maiores informações, favor verificar o item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Exercício Social Findo em 31.12.2011

Os seguintes contratos financeiros prevêem restrições ao pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório de 25% para cada uma de nossas controladas ou coligadas listadas abaixo, salvo se expressamente autorizado pelo agente financeiro:

- **CERAN:** contrato de financiamento mediante repasse de recursos celebrado com o BNDES n.º 21/00883-3; contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 03.2.794.3.1 celebrado com o BNDES; contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 07.2.0045.1 celebrado com o BNDES; contrato de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES n.º 21/00418-8 celebrado com o BNDES;
- **Esmeralda:** contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 05.2.0588.1 celebrado com o BNDES;
- **Santa Rosa:** contrato de financiamento mediante repasse de recursos n.º 4.001.444/6 celebrado com o BNDES; contrato de financiamento mediante repasse de recursos n.º 4.001.496/7 celebrado com o BNDES;
- **Santa Laura:** contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 06.2.0702.1 celebrado com o BNDES;
- **Monel:** Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 07.2.0902.1 celebrado com o BNDES.
- **Moinho:** Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 11.2.0321.1 celebrado com o BNDES.
- **Passos Maia:** Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 11.2.0103.1 celebrado com o BNDES.
- **Enercasa:** Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 11.2.1187.1 celebrado com o BNDES.
- **Novo Horizonte:** Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 187.2011.563.2308 celebrado com o BNB.
- **Seabra:** Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 187.2011.564.2309 celebrado com o BNB.
- **Macaúbas:** Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 187.2011.562.2310 celebrado com o BNB.
- **Goiás Transmissão:** Contrato de financiamento mediante repasse de recurso do BNDES n.º 21/00786-1 celebrado com o Banco do Brasil e outro contrato de financiamento mediante abertura de crédito com recurso de FCO n.º 21/00785-3, também com o Banco do Brasil.
- **MGE Transmissora:** Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 11.2.1013.1 celebrado com o BNDES.

Para maiores informações, favor verificar o item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

Exercício Social Findo em 31.12.2010

Os seguintes contratos financeiros prevêem restrições ao pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório de 25% para cada uma de nossas controladas ou coligadas listadas abaixo, salvo se expressamente autorizado pelo agente financeiro:

- **CERAN:** contrato de financiamento mediante repasse de recursos celebrado com o BNDES n.º 21/00883-3; contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 03.2.794.3.1 celebrado com o BNDES; contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 07.2.0045.1 celebrado com o BNDES; contrato de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES n.º 21/00418-8 celebrado com o BNDES;
- **Esmeralda:** contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 05.2.0588.1 celebrado com o BNDES;
- **Santa Rosa:** contrato de financiamento mediante repasse de recursos n.º 4.001.444/6 celebrado com o BNDES; contrato de financiamento mediante repasse de recursos n.º 4.001.496/7 celebrado com o BNDES;
- **Santa Laura:** contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 06.2.0702.1 celebrado com o BNDES;

3.4 - Política de destinação dos resultados

- **Monel:** Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 07.2.0902.1 celebrado com o BNDES.

Para maiores informações, favor verificar o item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

Exercício Social Findo em 31.12.2009

Os seguintes contratos financeiros prevêm restrições ao pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório de 25% para cada uma de nossas controladas ou coligadas listadas abaixo, salvo se expressamente autorizado pelo agente financeiro:

- **CERAN:** contrato de financiamento mediante repasse de recursos celebrado com o BNDES n.º 21/00883-3; contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 03.2.794.3.1 celebrado com o BNDES; contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 07.2.0045.1 celebrado com o BNDES; contrato de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES n.º 21/00418-8 celebrado com o BNDES;
- **Esmeralda:** contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 05.2.0588.1 celebrado com o BNDES;
- **Santa Rosa:** contrato de financiamento mediante repasse de recursos n.º 4.001.444/6 celebrado com o BNDES; contrato de financiamento mediante repasse de recursos n.º 4.001.496/7 celebrado com o BNDES;
- **Santa Laura:** contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 06.2.0702.1 celebrado com o BNDES;
- **Monel:** Contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 07.2.0902.1 celebrado com o BNDES.

Para maiores informações, favor verificar o item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009
Lucro líquido ajustado	-7.805.487,14	2.227.011,11	7.609.000,00	2.289.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	-1,308388	0,378361	3,294695	1,648886
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	-7.805.487,14	2.227.011,11	7.609.000,00	2.289.000,00
Data da aprovação da retenção		26/04/2012	19/05/2011	24/05/2010

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00		0,00		0,00	
Outros						
Ordinária			0,00			

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6. Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores:

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 distribuição de dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/09/2012	1.113.192.951,44	Índice de Endividamento	1,56547186	
31/12/2011	1.132.881.058,53	Índice de Endividamento	1,89234952	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Últ. Inf. Contábil (30/09/2012)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	136.268.412,68	0,00	0,00	700.995.491,06	837.263.903,74
Quirografárias	188.163.538,77	5.466.447,42	0,00	82.299.061,51	275.929.047,70
Total	324.431.951,45	5.466.447,42	0,00	783.294.552,57	1.113.192.951,44
Observação					

Exercício social (31/12/2011)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	81.519.416,06	0,00	0,00	674.156.256,15	755.675.672,21
Quirografárias	299.972.612,94	1.703.565,42	0,00	75.529.207,96	377.205.386,32
Total	381.492.029,00	1.703.565,42	0,00	749.685.464,11	1.132.881.058,53
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

3.9. Outras informações relevantes:

Adotamos pela primeira vez no exercício de 2010 as normas internacionais de contabilidade. Nos termos da regulamentação aplicável, a data de transição para a adoção das normas internacionais de contabilidade foi o dia 1º de janeiro de 2009.

Observação ao item 3.2 (a): Utilizamos como medida não contábil o LAJIDA, o qual, de acordo com o Ofício Circular CVM n.º 1/2005, compreende os lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização. O LAJIDA não é uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o nosso lucro líquido, como indicador de nosso desempenho operacional ou como substituto do nosso fluxo de caixa como indicador de nossa liquidez. O LAJIDA não possui significado padronizado e a nossa definição de LAJIDA pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras sociedades. Ainda, a margem de LAJIDA é obtida por meio da divisão do LAJIDA do período pela receita operacional líquida.

Observação ao item 3.5: em 31 de dezembro de 2009 a Cevix apurou um lucro líquido de R\$12.568 mil e distribuiu dividendos mínimos no montante de R\$2.985 mil, assim distribuídos:

- Desenvix: R\$2.724 mil
- Funcef: R\$261 mil

Conforme descrito na reestruturação detalhada no item 6.5.1 deste Formulário de Referência, concluímos a incorporação da Cevix em 30 de setembro de 2010. Por força da implementação desta operação, passamos a consolidar as demonstrações financeiras da incorporada Cevix e subsidiárias. Sendo assim, por força das regras contábeis de consolidação, o montante de R\$2.724,0 distribuído a nós foi eliminado. Da mesma forma, o montante de R\$261 pago à Funcef permaneceu reconhecido em nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Observação ao item 3.2 (a) e (b): o valor de "Depreciações e Amortizações" é parte integrante da Demonstração do Fluxo de Caixa das demonstrações financeiras para os períodos indicados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1. Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia:

a) Com relação à Companhia
<p><i>Nossos empreendimentos podem ser afetados por diversos fatores, principalmente aqueles fora de nosso controle, o que poderá gerar efeito adverso relevante para nossas receitas e nossa rentabilidade.</i></p> <p>Desenvolvemos e investimos em projetos no setor de energia elétrica, os quais demandam significativos investimentos de tempo e capital. Por essa razão, a capacidade de crescimento e fortalecimento dos nossos negócios dependem (i) de nossa capacidade de selecionar projetos atrativos para investimento, e (ii) de nossa capacidade em estruturar e desenvolver adequadamente tais projetos.</p> <p>Durante a implantação de novos projetos de investimento, podemos enfrentar diversos obstáculos, dentre os quais (i) falhas e/ou atrasos na aquisição de equipamentos ou serviços necessários; (ii) aumento dos custos inicialmente estimados; (iii) dificuldades na obtenção de licenças ambientais e governamentais necessárias; (iv) mudanças nas condições de mercado que tornem os projetos menos rentáveis do que o previsto inicialmente; (v) impossibilidade ou demora para adquirir terras a preços atrativos, ou o aumento do preço das terras; (vi) impossibilidade e demora de encontrar e adquirir terras que apresentem situação regular e em cumprimento com as leis imobiliárias brasileiras; (vii) incapacidade de desenvolver infra-estrutura e atrair mão-de-obra qualificada em tempo hábil e de modo eficaz; e (viii) o fato de estarmos expostos a eventuais questionamentos e litígios que podem surgir a respeito dos projetos adquiridos por nós. Todos estes fatores podem fazer com que o eventual aumento na demanda por energia elétrica seja atendida por projetos de geração de energia elétrica diversos daqueles previstos por nós, o que causará um efeito adverso relevante em nosso resultado.</p> <p>Ainda, caso os projetos selecionados para investimento gerem retornos abaixo do esperado, ou caso a estruturação e/ou o desenvolvimento desses projetos demande tempo ou investimentos maiores que os inicialmente projetados, nossos resultados poderão ser adversamente afetados.</p>
<p><i>As parcerias formadas para a realização de nossos investimentos podem não ser bem sucedidas, o que poderá afetar de maneira adversa nossas atividades, situação financeira e nossos resultados operacionais.</i></p> <p>Dependemos, em determinadas situações, da formação de parcerias estratégicas para a realização de investimentos, a exemplo da parceria que estabelecemos para a viabilização do CERAN. Tais parcerias tem por objetivo complementar conhecimentos específicos, agregar fonte de financiamento aos nossos empreendimentos, assim como viabilizar operacionalmente a implantação dos mesmos. Não há como assegurar que as parcerias formadas na condução de nossos negócios serão bem sucedidas e produzirão os resultados esperados. A escolha inadequada de parceiros ou a dificuldade de se formar parcerias estratégicas para a realização de investimentos poderão prejudicar nossas atividades, situação financeira e nossos resultados operacionais.</p> <p>Pela natureza de nossos negócios, também costumamos participar de processos licitatórios como parte em consórcios, tais como CERAN. Em determinadas modalidades de consórcios de que participamos, somos solidariamente responsáveis pelas obrigações dos demais consorciados, independentemente do percentual de nossa participação no consórcio. Caso qualquer deles deixe de cumprir com suas obrigações, poderemos ser obrigados a indenizar de forma solidária o contratante por um eventual descumprimento por parte de uma consorciada, o que poderá prejudicar nossas atividades, situação financeira e nossos resultados operacionais.</p> <p>Adicionalmente, costumamos contratar junto a empresas prestadoras de serviços no mercado brasileiro, inclusive a nossa afiliada Engevix, serviços de engenharia consultiva e de empreitada integral, de construção civil, montagem eletromecânica, consultoria especializada, dentre outros. A incapacidade ou indisposição desses contratados em prestar os serviços contratados em prazos adequados, conforme as especificações contratuais, poderá atrasar as obras e os serviços por nós contratados e, consequentemente, afetar adversamente nossas receitas e nosso resultado financeiro.</p> <p>Por fim, investimos comumente em sociedades de propósito específico em conjunto com outras sociedades. Os riscos inerentes às sociedades de propósito específico incluem a potencial insolvência dos parceiros de nossas sociedades de propósito específico e a possibilidade de interesses econômicos ou comerciais divergentes ou incompatíveis entre nossos parceiros e nós. Caso um parceiro em sociedade de propósito específico não cumpra suas obrigações ou fique financeiramente impossibilitado de arcar com sua parcela dos aportes de capital necessários, poderemos ser obrigados a efetuar investimentos adicionais ou a prestar serviços adicionais para compensar a falta de aportes por nosso parceiro. Ainda, os sócios de uma</p>

4.1 - Descrição dos fatores de risco

<p>sociedade de propósito específico poderão ser responsabilizados por obrigações da sociedade de propósito específico em determinadas áreas, incluindo questões fiscais, trabalhistas, proteção ao meio ambiente e consumidor. Tais eventos poderão impactar adversamente nossos negócios.</p>
<p><i>A impossibilidade de contratação, manutenção e/ou substituição de administradores e colaboradores seniores qualificados pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.</i></p> <p>Atuamos em um setor que depende fortemente da alta qualificação pessoal e profissional de nossos administradores e colaboradores seniores, inclusive no que se refere a sua capacitação técnica, experiência profissional, talento e idoneidade. Não podemos garantir que teremos sucesso em continuar atraindo e manter pessoal qualificado para integrar nossa administração e nosso quadro de colaboradores seniores. A perda dos serviços dos membros de nossa administração ou de colaboradores seniores relevantes, aliada a uma eventual incapacidade de substituição de tais pessoas, pode afetar adversamente nossos resultados.</p>
<p><i>A relação entre nossa capacidade própria instalada e nossas unidades geradoras é concentrada, de modo que somos particularmente sensíveis a eventuais paralisações prolongadas em qualquer de nossos empreendimentos.</i></p> <p>Nossas receitas são originadas por nossas unidades geradoras, sendo que ao final de 2011 nossos três maiores empreendimentos representavam 66% de nossa capacidade instalada própria de geração de energia elétrica. Ao final do mês de setembro de 2012, nossos três maiores empreendimentos representavam 41% de nossa capacidade instalada própria de geração de energia elétrica.</p> <p>Dessa forma, nossos resultados operacionais e financeiros são significativamente dependentes do funcionamento dessas unidades geradoras atualmente em operação. A ocorrência de qualquer evento que cause paralisação prolongada de nossas unidades geradoras poderá resultar em impacto adverso e relevante em nossos resultados financeiros e operacionais.</p>
<p><i>A estrutura de endividamento de nossas controladas pode afetar adversamente nossos resultados.</i></p> <p>Em função das características dos empreendimentos relacionados ao setor elétrico, parcela significativa dos recursos necessários para sua implantação provém de financiamentos que, em grande parte, são obtidos junto ao BNDES. No curso de nossos negócios, poderemos recorrer a novos endividamentos para obter os recursos necessários aos investimentos que pretendemos realizar, elevando nosso nível geral de endividamento.</p> <p>A ocorrência de variações adversas nos indexadores dos empréstimos atuais e que viermos a celebrar, tais como flutuações nas taxas de juros ou de inflação, poderão impactar negativa e significativamente nosso fluxo de caixa e nossos resultados financeiros em decorrência do aumento de despesas financeiras com encargos de dívida, reduzindo nosso lucro líquido e, assim, os valores para distribuição a nossos acionistas a título de dividendos e/ou outros proventos. O item 10.1 "f" deste Formulário de Referência contém um detalhamento de todos os contratos financeiros celebrados por nós e nossas subsidiárias.</p>
<p><i>Nossos contratos financeiros possuem garantias reais e fidejussórias e obrigações e restrições específicas, dentre as quais a obrigação de manutenção de determinados índices financeiros, sendo que qualquer inadimplemento em decorrência da inobservância dessas obrigações pode comprometer nossos resultados.</i></p> <p>Nossos contratos financeiros estabelecem garantias reais e fidejussórias. Além disso, esses acordos financeiros prevêem restrições no pagamento de dividendos e de manutenção de certos índices, incluindo índices de cobertura de dívida. Não há como garantir que nós atingiremos todos os índices contratados no futuro. Qualquer descumprimento aos termos dos contratos financeiros que não seja sanado ou perdoado pelos respectivos credores poderá resultar na decisão desses credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos financeiros e, consequentemente, executar as garantias concedidas.</p> <p>Ainda, solicitamos <i>waiver</i> à FINEP com relação a restrições impostas por determinados contratos financeiros quanto à não-realização de operações de reestruturação societária e não-contratação de novas dívidas sem anuência prévia dos respectivos credores. Não podemos garantir que a FINEP concederá tal anuência, o que poderia causar o vencimento antecipado deste financiamento, afetando adversamente nosso resultado.</p>

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, algumas de nossas controladas estão com suas ações empenhadas em garantia em favor de seus respectivos credores, de modo que, em caso de declaração de vencimento antecipado, poderemos perder o controle sobre tais controladas. Nós e nossas controladas estamos sujeitas a restrições de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio que podem comprometer nossa capacidade de distribuir dividendos para nossos acionistas. O item 10.1 "f" deste Formulário de Referência contém um detalhamento de todos os contratos financeiros celebrados por nós e nossas subsidiárias.

Na aquisição de terras para implantação de PCHs, podemos enfrentar obstáculos que dificultem o registro da propriedade ou de direitos de livre dispor, o que pode aumentar o risco de não obtermos a autorização de exploração do potencial hidroenergético junto à ANEEL.

Nos termos da Resolução ANEEL 395 (aplicável aos casos em que o pedido de registro ativo para elaboração de projeto for anterior à dezembro de 2008), e da Resolução ANEEL n.º 343/2008 (aplicável aos casos em que o pedido de registro ativo de projeto seja posterior à dezembro de 2008), um dos critérios de desempate para a autorização de exploração de PCHs é a propriedade ou a detenção de direitos de livre dispor sobre a maior área a ser atingida pela instalação da PCH. Somos atualmente titulares de direitos aquisitivos e possessórios de grande parte das áreas onde serão instaladas nossas PCHs, por meio de (i) compromissos de venda e compra, e (ii) escrituras públicas de cessão onerosa de direitos possessórios. Em relação ao registro de direitos possessórios, seu efeito abrange apenas a possibilidade de obtenção da propriedade definitiva no futuro por meio de ação de usucapião, cumpridos os requisitos legais, já que direitos possessórios, ainda que registrados, não conferem direito de propriedade. Até termos o registro imobiliário definitivo dos títulos aquisitivos de todas as unidades imobiliárias, não somos considerados proprietários dos imóveis perante a legislação vigente. Caso não consigamos registrar a propriedade ou direitos de livre dispor sobre as terras por nós adquiridas, o risco de não obtermos as autorizações para exploração de PCHs poderá aumentar, o que poderá afetar nossa capacidade de implantação de nossa estratégia, acarretando em um efeito adverso sobre nossos resultados e nossa condição financeira.

Ainda não somos proprietários de considerável parte das terras nas quais estão instalados nossos Empreendimentos em Operação.

Ainda não somos proprietários de considerável parte das áreas onde estão instalados nossos Empreendimentos em Operação, das quais somos atualmente titulares de direitos aquisitivos e possessórios, por meio de (i) compromissos de venda e compra; e (ii) escrituras públicas de cessão onerosa de direitos possessórios. Estamos em vias de lavrar escrituras definitivas de venda e compra sobre grande parte dessas áreas, bem como em processo de registro de escrituras públicas de cessão onerosa de direitos possessórios perante o registro imobiliário competente, com efeitos apenas de permitir que consigamos a propriedade definitiva no futuro por meio de ação de usucapião, cumpridos os requisitos legais, já que direitos possessórios, ainda que registrados, não conferem direito de propriedade. Até termos o registro imobiliário definitivo dos títulos aquisitivos de todas as unidades imobiliárias, não somos considerados proprietários dos imóveis perante a legislação vigente. Como as áreas de nossos Empreendimentos em Operação encontram-se alagadas, corremos o risco de terceiros pleitearem por indenizações, tendo em vista ser o alagamento de áreas uma condição irreversível, o que poderá prejudicar nossas atividades, situação financeira e nossos resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

<p>b) Com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle</p> <p><i>Os interesses de nossos Acionistas Controladores Diretos e Indiretos podem conflitar com os interesses de nossos acionistas minoritários.</i></p> <p>Atualmente, nossos Acionistas Controladores Diretos e Indiretos detêm a maioria das ações de nossa emissão. Os interesses de nossos Acionistas Controladores Diretos e Indiretos podem ser contrários aos interesses de nossos demais acionistas. Sujeito às disposições de nosso Estatuto Social, os Acionistas Controladores Diretos e Indiretos possuem poder para:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ eleger a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração e indicar diretores, estabelecer nossa política administrativa e exercer integralmente o controle sobre nossa administração; e ▪ aprovar qualquer ato que necessite da aprovação de acionistas representando a maioria de nosso capital social, incluindo reorganização societária, aquisição e venda de ativos e o pagamento de quaisquer futuros dividendos. <p>Não podemos garantir que os atos tomados por nossos Acionistas Controladores Diretos e Indiretos não afetarão adversamente nossos resultados.</p>
<p>c) Com relação aos seus acionistas</p> <p><i>Uma eventual suspensão de nossa operação integrada com as demais empresas de nosso grupo econômico poderá impactar adversamente nossos resultados.</i></p> <p>Nossa operação integrada com as demais empresas de nosso Grupo Econômico nos confere significativas sinergias e vantagens competitivas em nossos empreendimentos. Alguns de nossos Acionistas Controladores Indiretos são também controladores das demais empresas de nosso Grupo Econômico, sendo que não podemos assegurar que eles terão interesse na manutenção desta operação integrada. Adicionalmente, alguns contratos financeiros celebrados por nós ou por nossas subsidiárias contêm cláusulas restritivas de contratações com partes relacionadas sem prévia anuência dos respectivos credores, o que poderá limitar ou atrasar o aproveitamento dessas sinergias. A perda de tais sinergias e vantagens competitivas pode afetar adversamente nossos resultados operacionais.</p>
<p>d) Com relação a suas controladas e coligadas</p> <p><i>Nós somos uma empresa holding e dependemos dos resultados de nossas subsidiárias, que podem não vir a ser distribuídos.</i></p> <p>A nossa capacidade de distribuir dividendos (inclusive sobre a forma de juros sobre o capital próprio) e de cumprir com nossas obrigações financeiras depende do fluxo de caixa e dos lucros de nossas subsidiárias, bem como da distribuição desses lucros sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. Algumas de nossas subsidiárias estão, ou podem no futuro, estar sujeitas à necessidade de realizar novos investimentos originalmente não previstos bem como firmar contratos de empréstimo que proíbam ou limitem a transferência de dividendos para nós e/ou requeiram que as demais dívidas das controladas estejam subordinadas às dívidas incorridas sob tais contratos de empréstimo. Por essa razão, não é possível assegurar que quaisquer desses recursos serão disponibilizados ou que serão suficientes para o pagamento das nossas obrigações e para a distribuição de dividendos a nossos acionistas. Adicionalmente, algumas de nossas subsidiárias estão sujeitas a restrições de distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, o que poderá limitar os nossos resultados financeiros como sociedade <i>holding</i>.</p> <p>Ainda, a legislação brasileira restringe o pagamento de dividendos ou outras distribuições nos casos em que a companhia tenha apurado prejuízos ou tenha prejuízos acumulados ou, ainda, nos casos em que possua débitos federais de natureza tributária e previdenciária.</p>
<p>e) Com relação a seus fornecedores</p> <p><i>Compramos equipamentos nacionais e importados e contratamos serviços terceirizados para a construção, operação e manutenção de nossos empreendimentos. Caso os equipamentos não sejam entregues a contento ou os serviços não sejam executados de acordo com as especificações e padrões mínimos relativos a cada empreendimento, poderemos sofrer um impacto adverso em nossas receitas e resultados operacionais.</i></p> <p>A construção de nossos empreendimentos é feita por meio da contratação de empresas terceirizadas e/ou por meio da Engevix e demais empresas do nosso Grupo Econômico. Por sua vez, a operação e manutenção dos mesmos é feita por meio da contratação de empresas terceirizadas ou por meio da contratação de nossa subsidiária ENEX. O fornecimento e a prestação de serviços com qualidade eventualmente abaixo da prevista poderão gerar o não cumprimento de condições declaradas ao</p>

4.1 - Descrição dos fatores de risco

poder concedente reduzir temporariamente nossa capacidade de geração e de fornecimento de energia, afetando nossas receitas e nossa imagem, e provocar desgaste acelerado de ativos de geração elétrica, acarretando custos adicionais e a diminuição da receita projetada, podendo causar um impacto adverso em nossa situação financeira e em nossos resultados operacionais. O mesmo poderá acontecer no caso de suspensão ou ruptura imprevista dos contratos de fornecimento de equipamentos ou de prestação de serviços.

A implantação de nossos projetos depende de produtos e serviços altamente especializados, e podemos não conseguir substituí-los prontamente.

A implantação de nossos projetos depende, em grande parte, do fornecimento de produtos e serviços que contratamos junto a terceiros altamente especializados, tais como serviços de engenharia relacionados à construção de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica. Impactos adversos sofridos por nossos fornecedores podem afetar de forma determinante a qualidade ou tempo de entrega dos produtos ou serviços contratados e, consequentemente, podem levar a um impacto no resultado de nossos projetos, tanto pela possibilidade de suspensão ou interrupção dos fornecimentos, como pela dificuldade em contratar novos fornecedores.

A implantação de projetos de geração e transmissão envolve o uso intensivo de mão-de-obra terceirizada, podendo acarretar diversas responsabilidades para nós.

A implantação de projetos de geração e transmissão envolve o uso bastante intensivo de mão-de-obra terceirizada para as obras civis de implantação de nossos projetos.

A incapacidade ou indisposição desses terceiros em prestar os serviços contratados com a qualidade prevista em contrato, poderá: (i) causar atraso e inadimplemento de nossas obrigações previstas nas autorizações concedidas pela ANEEL, (ii) colocar em risco a preservação das nossas centrais geradoras, (iii) reduzir temporariamente a disponibilidade/capacidade de geração de energia elétrica das nossas usinas, consequentemente, sujeitando-nos à menor receita de vendas e ao pagamento de multas e penalidades previstas em nossos contratos de longo prazo de compra e venda de energia elétrica, bem como na regulamentação do setor elétrico, causando um efeito adverso sobre nós.

A implantação de nossos projetos pode ser afetada em caso de paralisações significativas, greves ou redução de carga horária dos prestadores de serviços contratados por nós. Qualquer paralisação significativa ou redução de carga horária poderá afetar o cronograma de implantação de nossos projetos e, consequentemente, afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, nossos resultados poderão ser impactados adversamente.

Além disso, caso as empresas terceirizadas que prestam serviços a nossas subsidiárias e a nós não atendam às obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, poderemos ser considerados solidária ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas destas empresas, podendo, ainda, ser autuados e/ou obrigados a efetuar o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes. Na hipótese de sermos responsabilizados por estas demandas, poderemos sofrer um efeito adverso em nossos resultados. Ainda, não podemos garantir que empregados de empresas contratadas não tentarão reconhecer vínculo empregatício conosco, o que também poderá causar um efeito adverso relevante.

Por fim, a Política Nacional do Meio Ambiente determina que a responsabilidade civil pela degradação e pelos danos causados ao meio ambiente é objetiva e solidária, de modo que independe de culpa e alcança todos aqueles direta e indiretamente relacionados ao dano. Diante disso, poderemos ser responsabilizados, independentemente de culpa ou dolo, por danos ao meio ambiente causados por um de nossos fornecedores no exercício de atividades relacionadas aos nossos projetos e às nossas atividades – como, por exemplo, no caso de dano ambiental ocasionado em uma obra civil contratada. Caso sejamos condenados à reparação do meio ambiente, e, se tais condenações envolverem valores substanciais, nossas operações e resultados, poderão ser relevante e negativamente impactados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

f) Com relação a seus clientes
<p>Nossos empreendimentos possuem CCVEs e CCEARs advindos, dentre outros, das distribuidoras de energia elétrica, CEMIG e Eletrobrás. O atraso ou não cumprimento da agenda de pagamentos dos serviços prestados, por parte das contratantes, poderá trazer redução das receitas dos empreendimentos, podendo causar um impacto adverso na nossa situação financeira e resultados operacionais.</p> <p>O atraso ou o não cumprimento das obrigações dos CCVEs e CCEARs por parte das contratantes, distribuidoras de energia elétrica, CEMIG e a ELETROBRAS, e a consequente redução de receita dos empreendimentos, pode afetar de forma negativa e significativa as nossas receitas e os nossos resultados operacionais.</p>
<p>Nossas receitas dependem do fluxo de pagamentos derivados dos CCVEs e CCEARs celebrados por nossas subsidiárias. Podemos não ser capazes de renovar tais contratos ou fazê-lo em condições satisfatórias.</p> <p>Parcela relevante de nossas receitas são derivadas dos contratos de CCVEs e CCEARs celebrados por nossas subsidiárias. Ao término destes contratos seremos obrigados a renová-los e poderemos não obter condições favoráveis para a comercialização de nossa energia elétrica. Ainda, caso não possamos celebrar novos contratos de longo prazo, podemos ser obrigados a vender nossa energia no mercado de curto prazo ou no mercado <i>spot</i> nos quais o preço da energia elétrica sofre constantes oscilações. Todos estes eventos podem afetar adversamente nossos resultados operacionais.</p>
g) Com relação aos setores de atuação
<p>Poderemos ser penalizados pela ANEEL em caso de descumprimento das disposições de nossas autorizações e concessões ou da legislação e regulamentação aplicáveis.</p> <p>Nossas atividades de geração e transmissão de energia elétrica são conduzidas de acordo com termos de autorizações e concessões firmados com o poder concedente, alguns dos quais são passíveis de renovação mediante nossa solicitação e a critério da ANEEL, dentro dos limites fixados na legislação aplicável. Com base nas disposições de nossos contratos de concessão, de nossos termos de autorizações e na legislação e regulamentação aplicáveis, em caso de descumprimento de qualquer disposição de referidos contratos de concessão e termos de autorizações ou da legislação e regulamentação aplicáveis, inclusive no que se refere a atrasos no cronograma de implantação e na entrada em operação comercial, a ANEEL poderá impor penalidades a nós que, dependendo da gravidade do descumprimento, tal como disposto na Resolução ANEEL n.º 63, de 12 de maio de 2004, poderão incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ advertências; ▪ multas; ▪ interdição das instalações; ▪ embargos de obras; ▪ restrições à operação de instalações e equipamentos existentes; ▪ suspensão temporária de participação em licitações para obtenção de novas concessões, permissões ou autorizações, bem como impedimento de contratar com a ANEEL e de receber autorização para serviços e instalações de energia elétrica; ▪ revogação da autorização; ▪ intervenção administrativa; ou ▪ caducidade da concessão ou da permissão. <p>Nos termos da Resolução supra mencionada, a ANEEL poderá impor penalidades a nós por descumprimento de qualquer disposição de nossos contratos de concessão e autorizações ou da legislação e regulamentação aplicáveis. Conforme a gravidade do inadimplemento, tais penalidades podem incluir multas por infração de até 2,0% do valor anual estimado da receita com vendas de energia elétrica do autorizado ou concessionário que tenha cometido a infração. A ANEEL pode, ainda, sem prejuízo das penalidades descritas acima, intervir temporariamente nas concessões ou permissões outorgadas para assegurar a adequada exploração dos serviços de energia elétrica e o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.</p> <p>Qualquer das penalidades relacionadas acima poderá ter um efeito relevante e negativo na condução de nossos negócios e em nossos resultados operacionais.</p>
<p>Estaremos impedidos de implementar projetos de UHEs e LTs caso não sejamos vencedores nos respectivos leilões</p>

4.1 - Descrição dos fatores de risco

para outorga de concessões. Ainda, no caso das PCHs, poderemos não obter a outorga da autorização para exploração destes projetos. Todos estes fatores poderão afetar nosso plano de investimento e nossos resultados.

De acordo com a legislação do setor elétrico brasileiro, os projetos desenvolvidos para UHEs são entregues ao governo, por intermédio da ANEEL e da EPE. Tais projetos, a fim de atender a agenda de expansão da oferta de energia do mercado brasileiro, são licitados por meio de leilões de energia, ocasião na qual a outorga de concessão das UHEs são concedidas ao empreendedor que ofertou o menor preço de venda da parcela mínima da energia do empreendimento destinada ao ACR.

Nestes leilões, contratos de suprimento de energia de longo prazo (30 anos) são firmados com os vencedores. Não podemos assegurar que seremos capazes de ofertar os melhores preços nos leilões de energia de forma a vencê-los. Se o Governo Federal não realizar novos leilões, por qualquer motivo, ou caso os leilões sejam realizados, não formos vencedores, nossa estratégia de crescimento, nossos negócios e nossos resultados poderão ser adversamente afetados.

Ainda, as LTs da rede básica, presentes no planejamento da expansão do sistema elétrico brasileiro, são licitadas por meio de leilões realizados pela ANEEL. A outorga de concessão para as linhas de transmissão será concedida para o empreendedor que ofertar a menor Receita Anual Permitida (RAP), valor que define o montante anual que será pago à concessionária para realizar a construção, operação e manutenção da referida LT. Nestes leilões, contratos de concessão de longo prazo (30 anos, com possibilidade de renovação por mais 30 anos) são firmados com os vencedores.

Não podemos assegurar que seremos capazes de ofertar os melhores valores de RAP para os leilões, de forma a vencê-los. Se o Governo Federal não realizar novos leilões, por qualquer motivo, ou caso os leilões sejam realizados, não formos vencedores, nossa estratégia de crescimento, nossos negócios e nossos resultados poderão ser adversamente afetados.

Por fim, no que se refere aos projetos de PCH em fase de desenvolvimento de estudos, não somos capazes de assegurar que a exploração destes será, necessariamente, outorgada a nós, uma vez que a regulamentação setorial não assegura às empresas que estão desenvolvendo os estudos de inventário e/ou projetos básicos o direito de exploração, sendo que, existindo outros empreendedores interessados na exploração de determinado potencial hídrico, o MME outorgará o direito de exploração com base nos critérios de seleção determinados pela Resolução nº 395/1998, para os casos em que o pedido de registro ativo para elaboração de Projetos Básicos tenham sido aceitos antes de dezembro de 2008, e na Resolução nº 343/2008, para os casos em que o pedido de registro ativo para a elaboração de Projetos Básicos tenham sido aceitos em período posterior a dezembro de 2008. Caso não nos seja concedida a outorga de exploração de PCHs em fase de desenvolvimento de estudos, nossa estratégia de crescimento e nossos resultados poderão ser afetados.

Uma redução na disponibilidade de financiamentos ou a alteração no custo desses financiamentos poderá restringir a capacidade de realização dos investimentos previstos por nós.

Nossa estratégia de crescimento exige volumes significativos de capital. Além do fluxo de caixa gerado internamente, dependemos de financiamentos de longo prazo sob a forma de linhas de crédito concedidas notadamente pelo BNDES, além de, em menor grau, empréstimos bancários e outras fontes de financiamentos, incluindo a emissão de títulos e valores mobiliários para a realização de investimentos. No entanto, não é certo que nós conseguiremos captar recursos para custear os investimentos necessários por meio de operações de crédito ou de emissão de ações. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil e no mundo, e no mercado nacional e internacional de crédito e de capitais, tais como altas de taxas de juros, liquidez reduzida ou uma diminuição no interesse dos investidores e das instituições financeiras na concessão de empréstimos ou concessão de crédito, podem vir a limitar nosso acesso à fontes diversas de financiamento. O custo de captação de dívida poderá aumentar significativamente se as taxas de juros aumentarem, limitando nossa capacidade de tomar empréstimos ou emitir dívida. Uma redução na disponibilidade desses financiamentos ou a alteração no custo desses endividamentos poderá restringir nossa capacidade de realização dos investimentos previstos e ter um efeito adverso relevante sobre nossas atividades, situação financeira, retorno sobre investimento e resultados operacionais. Ainda, é importante observar que alguns dos nossos contratos financeiros contém cláusulas restritivas para a tomada de novas dívidas sem prévia anuência dos respectivos credores, o que pode nos impedir de obter novos financiamentos.

Adicionalmente, variações adversas significativas nos indexadores de nossos empréstimos, inclusive em decorrência de aumento de inflação ou taxa de juros, causando um aumento de nossas despesas futuras com encargos de dívida, poderão reduzir o nosso lucro líquido e, consequentemente, os valores disponíveis para distribuição a nossos acionistas.

Atrasos na construção e maturação de nossos projetos, bem como eventuais custos excedentes, podem encarecer e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

afetar nosso negócio e resultados operacionais de maneira adversa.

Atrasos na construção de nossos projetos podem afetar o início da geração de fluxo de caixa derivado de nossas unidades, o que poderia aumentar nossas necessidades de financiamento para custear investimentos de capital. Ainda, nossos projetos estão sujeitos a aumentos de custo ocorridos por fatores fora de nosso controle.

Além disso, firmamos contratos de venda de energia com previsão de datas específicas para o início da entrega da energia ou disponibilidade das linhas de transmissão. Atrasos na implantação dos projetos podem provocar atraso no início de geração da energia contratada ou recebimento de receitas de transmissão. Nesse caso, seremos obrigados a comprar energia para honrar nossos compromissos de venda. Esta compra pode ser feita por meio de contrato bilateral com qualquer agente gerador ou comercializador ou, ainda, por meio do mercado de curto prazo, ou mercado *spot*, na CCEE e, no caso da transmissão, podemos ser multados.

A impossibilidade de concluir a construção de nossos projetos, atrasos significativos nas obras e aumentos nos custos podem afetar adversamente nossos negócios e nossos resultados operacionais. Além disso, poderemos estar sujeitos a sanções dos órgãos reguladores, incluindo, dentre outras, advertências, multas, embargos, interdições e revogação da concessão ou da autorização, o que poderia nos impactar adversamente. A ANEEL, por exemplo, estabelece que no caso de atraso na implantação dos empreendimentos, além das penalidades advindas da celebração dos contratos, de acordo com a Resolução nº 63 de 12 de maio de 2004, o empreendedor pode vir a sofrer multa de até 1% sobre o valor do faturamento anual ou sobre o valor estimado da energia produzida e ainda, em casos reiterados, pode vir a ter a revogação da concessão ou da autorização.

Poderemos ser responsáveis por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais, sendo que os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir tais perdas e danos.

Poderemos ser responsabilizados por perdas e danos causados a terceiros, inclusive por (i) perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas na construção e operação de nossas usinas ou linhas de transmissão, que acarretem interrupções ou distúrbios aos sistemas de distribuição e/ou transmissão ou (ii) interrupções ou distúrbios que não possam ser atribuídos a um agente identificado do setor elétrico, exceto em casos de força maior. Não podemos garantir que nossas apólices de seguro serão suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou não indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância de nossos subcontratados em cumprir obrigações indenizatórias assumidas perante nós ou em contratar seguros, pode ter um efeito adverso sobre nossos resultados. Além disso, não podemos assegurar que seremos capazes de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro, o que também poderia afetar adversamente nossos resultados.

Não é possível garantir ainda que conseguiremos (i) renovar nossas apólices em termos suficientes e favoráveis ou (ii) contratar seguros em termos suficientes e favoráveis para nossos projetos que se encontram atualmente em fase de desenvolvimento. Por fim, sinistros que não estejam cobertos pelas nossas apólices ou a impossibilidade de renovação das mesmas podem afetar adversamente nossos negócios e nossa condição financeira.

Ademais, as atividades do setor de energia elétrica podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele, que direta ou indiretamente, causar degradação ambiental e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa. No âmbito administrativo, as penalidades podem variar de advertência a multas, que podem chegar até R\$50.000 mil. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá nos impedir, ou nos levar a retardar ou redirecionar planos de investimento em outras áreas, o que poderá afetar adversamente nossos resultados.

Caso nossas UHEs e PCHs registrem indisponibilidades maiores do que aquelas utilizadas para o cálculo da Garantia Física, seremos obrigados, por força da aplicação do MRA, a adquirir energia no mercado de curto prazo, no qual estaremos expostos ao PLD.

Um dos parâmetros utilizados para o cálculo da Garantia Física de um empreendimento de geração de energia elétrica é o valor declarado de indisponibilidade, calculado levando-se em consideração a projeção da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada (TEIF) e Indisponibilidade Programada (IP) de cada empreendimento.

No curso de operação de nossos empreendimentos, podemos registrar indisponibilidades superiores às aquelas declaradas na

4.1 - Descrição dos fatores de risco

<p>ocasião de cálculo da Garantia Física. Estas indisponibilidades superiores às previstas podem ocorrer, dentre outros motivos, por força de mau funcionamento nos equipamentos, tempo de manutenção programada superior ao esperado, quebras nos equipamentos, dentre outros.</p> <p>Nesta hipótese, a legislação prevê a aplicação do Mecanismo de Redução da Energia Assegurada (MRA) por meio do qual verifica-se uma redução temporária (em bases mensais) da Garantia Física dos empreendimentos. Dessa forma, o montante de energia reduzido por força de aplicação do MRA deve ser compensado por meio da aquisição de energia no mercado de curto prazo, no qual estamos expostos ao PLD, podendo tal aquisição se mostrar mais custosa que o preço a ser recebido pela entrega da energia. Caso nossos empreendimentos sofram tais reduções, nosso resultado operacional será adversamente afetado.</p>
<p><i>A ANEEL poderá extinguir os termos de nossas autorizações e concessões antes do vencimento de seus prazos e a indenização poderá ser insuficiente para que recuperemos o valor integral de nossos investimentos.</i></p> <p>Nossas autorizações podem ser revogadas e nossas concessões podem ser encampadas a qualquer tempo pelo poder concedente, quando o interesse público assim o exigir, respeitadas as garantias conferidas em sede legal aos autorizados e concessionários. Ainda, em caso de determinadas infrações graves, o poder concedente pode declarar a caducidade das nossas concessões ou a revogação de nossas autorizações. A ocorrência de qualquer um destes eventos poderá causar um impacto adverso sobre nossos resultados.</p> <p>Caso os termos de autorizações detidos por nós sejam revogados pela ANEEL ou as concessões encampadas, a indenização recebida pela parcela não amortizada de nossos investimentos poderá não ser suficiente para a recuperação integral de nossos investimentos. No caso de revogação de nossas autorizações ou de declaração de caducidade de nossas concessões em decorrência de infrações, também a indenização a que temos direito não precisará ser previamente paga pelo poder concedente.</p> <p>Cumprido, ainda, ressaltar que no caso de empreendimentos de geração que não sejam a partir de fonte hidrelétrica, não ocorre a reversão de bens e, portanto, não há a reversão dos bens ao poder concedente, de modo que não nos seria devida indenização nos casos de revogação ou encampação.</p>
<p><i>Atrasos ou a não obtenção das licenças ou quaisquer outros documentos necessários para o desenvolvimento de nossos projetos poderão afetar nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.</i></p> <p>Parcela significativa de nossos negócios advém de licitações, as quais dependem da pré-qualificação dos interessados e do cumprimento de determinadas exigências, incluindo requisitos mínimos como indicadores da estabilidade financeira do participante e/ou de seus acionistas. Não podemos assegurar que teremos capacidade para satisfazer todos os requisitos necessários para adquirir novas concessões ou participar de novos processos licitatórios.</p> <p>Ainda, para conduzirmos nossos negócios e desenvolvermos nossas atividades, é necessária a obtenção de diversas licenças, certificações, acervos entre outros documentos perante diferentes agências e órgãos públicos, agências reguladoras e autoridades federais e estaduais com jurisdição sobre o meio-ambiente. No Brasil, o processo de obtenção de documentos perante estas agências e órgãos públicos pode ser, em determinados casos, bastante demorado. Caso enfrentemos dificuldades de qualquer natureza para obter as licenças, autorizações, certificações, certidões ou acervos necessários para o desenvolvimento dos nossos negócios, o que conferiria atraso nos cronogramas de implantação dos projetos, nossa situação financeira e resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.</p>
<p><i>O aumento na demanda por energia elétrica no Brasil poderá ser inferior às estimativas da EPE.</i></p> <p>Nossos investimentos em projetos de geração de energia elétrica foram baseados na expectativa de aumento da demanda por energia elétrica conforme indicado pela EPE para o período 2010-2019. No entanto, caso esse aumento da demanda seja inferior, a receita estimada para nossos projetos de investimento pode ser reduzida, gerando um impacto adverso em nossos resultados. Além disso, nossas autorizações para geração de energia elétrica nos submetem ao regime de produção independente de energia elétrica, que, por definição legal e regulamentar, obriga-nos a comercializar a energia gerada em nossos empreendimentos por nossa conta e risco, vale dizer, tais autorizações não nos conferem qualquer garantia de mercado consumidor para nossa produção de energia elétrica, no todo ou em parte. Consequentemente, nossas vendas de energia elétrica estão sujeitas à existência de demanda suficiente do mercado consumidor. Caso não sejamos capazes de comercializar a totalidade da energia por nós gerada no futuro, poderemos ter uma redução de nossa receita estimada, o que pode gerar um</p>

4.1 - Descrição dos fatores de risco

efeito adverso em nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.
<p><i>Consumidores de energia no ACR podem reduzir a demanda inicialmente contratada. Poderemos não conseguir vender toda nossa capacidade de geração de energia no ACR.</i></p> <p>De acordo com nossa estratégia de negócios, venderemos nossa energia elétrica preferencialmente no ACR, por meio de leilões públicos. Excepcionalmente venderemos nossa energia no ACL. De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico as distribuidoras adquirentes de energia elétrica no ACR podem reduzir o montante de energia contratada nos seguintes casos: (i) compensação pela saída de consumidores potencialmente livres do ACR para o ACL; e (ii) desvios das estimativas de demanda elaboradas pelas distribuidoras, sendo que neste caso a redução está limitada a 4% por ano do montante inicialmente contratado.</p> <p>Caso as distribuidoras de energia elétrica decidam reduzir o montante de energia contratada, nossos negócios e operações poderão ser adversamente afetados. Adicionalmente, se não pudermos negociar a venda de toda nossa capacidade instalada total no ACR ou no ACL, poderemos ser compelidos a vender nossa capacidade de geração excedente no mercado de curto prazo ou <i>spot</i>, onde os preços estão sujeitos à significativa volatilidade. Se isso ocorrer em períodos em que os preços no mercado à vista estejam em baixa, poderemos sofrer um impacto adverso na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.</p>
<p><i>Nossa estratégia de crescimento e rentabilidade poderá ser prejudicada pela crescente concorrência no setor de energia elétrica brasileiro.</i></p> <p>Nossa estratégia de crescimento envolve a expansão de nossos negócios em novos projetos de geração e transmissão, submetidos ao processo de autorização ou concessão outorgada pela ANEEL, na qualidade de representante do poder concedente. Esta atividade poderá ser prejudicada pela diminuição dos potenciais disponíveis e pela crescente concorrência na realização de estudos e solicitação de autorização para execução de projetos. A rentabilidade de nossos projetos poderá ser afetada pela necessidade de oferta de preços baixos de energia nos certames em função da concorrência em projetos de geração de energia e de linhas de transmissão. Ainda, a concorrência em projetos de PCHs pode impactar o custo de aquisição das áreas necessárias para a implantação dos projetos, reduzindo a atratividade dos mesmos.</p> <p>Além disso, é impossível assegurar que teremos sucesso em aproveitar quaisquer dessas oportunidades de crescimento, uma vez que enfrentamos uma crescente concorrência na indústria de geração de energia elétrica por parte de empresas estatais e privadas. Considerando que a obtenção desses novos negócios depende em parte de fatores alheios a nosso controle, é impossível assegurar que teremos sucesso em todas as oportunidades de crescimento que procuraremos explorar neste segmento. Qualquer incapacidade de implementar nossa estratégia de crescimento poderá causar um efeito adverso sobre nós.</p>
<p><i>Caso nossas PCHs, UHEs e UEEs tenham suas Garantias Físicas reduzidas por meio de revisão prevista na regulação do setor, nosso resultado operacional será adversamente afetado.</i></p> <p>Todos os empreendimentos de geração de energia elétrica no Brasil possuem um montante calculado de energia, parâmetro conhecido no mercado como Garantia Física. Este montante determina o limite máximo de energia elétrica a ser vendido por cada empreendimento no ACR e/ou no ACL. Tais limites estão, nos termos da legislação, sujeitos a revisões periódicas.</p> <p>O Decreto 2.655 de 2 de julho de 1998 prevê, em seu artigo 21, que a Garantia Física de cada empreendimento de geração de energia elétrica passará, a cada 5 anos, por uma revisão. Ainda, nos termos do referido Decreto, tais revisões não poderão implicar em redução superior a 5% do valor estabelecido na última revisão, limitadas as reduções, em seu todo, a dez por cento do valor de base, constante do respectivo contrato de concessão, durante a vigência deste. Referida revisão pode ocorrer em função, dentre outros, de avaliação hidrológica errada no dimensionamento da usina ou indisponibilidades acima daquelas utilizadas para o cálculo da Garantia Física. Caso nossos empreendimentos tenham suas Garantias Físicas reduzidas no contexto de tais revisões, nosso resultado operacional será adversamente afetado. Ainda, é importante observar que tal redução poderá ser revertida sempre que novas revisões ocorrerem.</p> <p>Em qualquer hipótese de redução da Garantia Física de nossos empreendimentos, tal redução poderá nos impossibilitar de entregar o montante de energia contratado por nossas controladas no ACL ou no ACR, caso tais montantes não sejam ajustados de comum acordo entre as partes (exceto com relação ao contratos celebrados no ACR na hipótese de racionamento, uma vez que a legislação prevê que os montantes de tais contratos deverão ser reduzidos na proporção da redução do</p>

4.1 - Descrição dos fatores de risco

<p>consumo verificado). Nesta hipótese seremos obrigados a adquirir energia em montante suficiente para recompor o montante de energia contratado. Esta aquisição poderá ser feita por meio de contratos bilaterais de curto prazo ou ainda, por meio da aquisição de energia no mercado <i>spot</i>. Os custos com a contratação de energia adicional afetarão adversamente nosso resultado.</p>
<p><i>Nossas UEEs celebrarão CCVEs de reserva que estão sujeitos à redução do montante de energia contratada, o que poderá afetar adversamente nosso resultado.</i></p> <p>O Contrato de Energia de Reserva a ser celebrado pelas geradoras vencedoras do 2º LER prevê que o montante de energia contratado em cada CCVE de reserva poderá ser revisto a cada 4 (quatro) anos, conforme previsto no edital do 2º LER e na Nota Técnica EPE-DEE-RE-014/2009-r0, emitida pela EPE em 22 de maio de 2009. Esta revisão do montante contratado pode se dar em caso de a geração média do quadriênio ser inferior ao valor contratado. Caso o montante de energia contratado seja reduzido, nosso resultado será adversamente afetado.</p>
<p><i>O MRE pode, em determinadas condições hidrológicas desfavoráveis, não ser suficiente para realocar a energia produzida no sistema de forma a garantir o atendimento da demanda total. Nesta hipótese, todas as usinas hidrelétricas podem sofrer uma redução temporária da Garantia Física, o que afetará adversamente nosso resultado operacional.</i></p> <p>Numa situação extrema de condições hidrológicas desfavoráveis, a energia gerada por todas as hidrelétricas no sistema pode ficar abaixo da Garantia Física total do sistema (calculada como a soma de todas as Garantias Físicas individuais). Neste caso, aplica-se sobre todas as hidrelétricas um fator redutor da Garantia Física, calculado a partir da relação entre a energia total efetivamente gerada e a Garantia Física total do sistema.</p> <p>Nesta hipótese, a diferença entre o montante de energia elétrica contratado e o produto da aplicação do fator de redução na Garantia Física, é arcado por todas as hidrelétricas ao custo do preço da energia no mercado de curto prazo (PLD). Não temos como controlar os fatores que afetam a geração de energia elétrica no sistema, razão pela qual, na ocorrência de tais eventos hidrológicamente desfavoráveis, seremos obrigados a arcar com o custo da energia despachado no sistema ao PLD, afetando adversamente nossos resultados.</p> <p>Por fim, em situações hidrológicas extremamente desfavoráveis em que os níveis pluviométricos não atinjam os montantes necessários à recomposição dos reservatórios ou manutenção da vazão dos rios, o governo poderá decretar um racionamento a todos os geradores e consumidores, reduzindo compulsória e temporariamente nossa Garantia Física. Nesta hipótese, a redução em nossa Garantia Física não nos obriga a adquirir energia no mercado <i>spot</i> (o que nos colocaria em exposição ao PLD) uma vez que a demanda será compulsoriamente reduzida na mesma proporção. Ainda assim, a redução mencionada acima afetará adversamente nosso resultado, já que a receita derivada dos nossos CCVEs passará a ser calculada com base na nova Garantia Física.</p> <p>É importante observar que os níveis de chuva e a vazão dos rios podem ser afetados por uma série de fatores, tais como acúmulo de sedimentos no leito do rio, temperatura do ar, níveis de evaporação, urbanização, bem como as mudanças climáticas associadas ao aquecimento global. Tal risco materializou-se no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, quando o Brasil enfrentou um racionamento de energia elétrica, tendo o Governo Federal, por meio da Câmara de Gestão da Crise Energética – CGE, imposto aos agentes de geração de energia hidrelétrica e aos consumidores finais uma redução compulsória da disponibilidade de energia elétrica. Se houver outra situação de risco sistêmico e escassez generalizada de energia hidrelétrica, o governo poderá impor redução compulsória na Garantia Física dos geradores de energia elétrica, bem como no consumo de energia elétrica pelos consumidores finais, para fins de recomposição dos reservatórios de UHEs e PCHs, que podem reduzir proporcionalmente a quantidade de energia elétrica vendida pelas geradoras, causando um efeito adverso sobre nossos resultados.</p>
<p><i>A pressão de movimentos sociais contrários à construção de grandes empreendimentos no setor elétrico pode sujeitar as empresas do setor elétrico, inclusive nós, a interrupções na implantação e/ou operação desses empreendimentos.</i></p> <p>Movimentos sociais organizados, contrários à expansão do setor elétrico por meio do desenvolvimento de grandes empreendimentos, podem levar a interrupções ou atrasos significativos no curso da implantação e/ou operação desses projetos, por meio de reivindicações de reassentamento coletivo e/ou individual, concessão de benefícios, compensações ou indenizações, dentre outros. Movimentos populares tais como o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento dos</p>

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Trabalhadores Rurais Sem Terras e movimentos de defesa de populações indígenas ou causas ambientais são ativos no país e, por vezes, invadem e ocupam obras ou usinas em operação. Não podemos garantir que nossas usinas não serão invadidas, ocupadas ou sofrerão reivindicações por movimentos sociais. Qualquer ação nesse sentido por parte de tais movimentos sociais que atinja um de nossos projetos poderá afetar de maneira negativa nossos negócios e resultados.

h) Com relação à regulação do setor de atuação

Nós atuamos em um ambiente altamente regulado e poderemos ser afetados adversamente por medidas governamentais.

A implantação da nossa estratégia de crescimento e a condução de nossas atividades podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais podem ser citadas:

- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de autorizações para exploração de potenciais hidrelétricos, eólicos, de biomassa e de outras fontes renováveis;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de licenças ambientais por parte do Governo Federal ou dos governos estaduais, conforme o caso;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para aquisição de energia elétrica no ACR ou no ACL, entre outras alterações de natureza regulatória;
- descontinuidade ou redução no desconto de 50% nas tarifas de transmissão e distribuição de energia gerada por fontes renováveis e comercializadas a consumidores livres e consumidores especiais;
- alteração das normas aplicáveis aos nossos negócios; e
- alterações das regras ambientais, trabalhistas e tributárias.

Adicionalmente, não podemos assegurar as ações que serão tomadas pelo Governo Federal e/ou pelos governos estaduais no futuro com relação ao desenvolvimento do sistema elétrico brasileiro, e em que medida tais ações poderão nos afetar adversamente.

Qualquer alteração na legislação ou na regulamentação relativas ao setor elétrico brasileiro poderá impor um ônus relevante sobre nossas atividades e causar um efeito adverso sobre nós. Na medida em que não formos capazes de repassar aos clientes os custos decorrentes da edição de novas leis e regulamentos, nossos resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

A nossa atividade é regulamentada e supervisionada, principalmente, pelo MME e pela ANEEL. O Governo Federal, por meio do MME, e a ANEEL tem, historicamente, exercido um grau substancial de influência sobre os nossos negócios, inclusive sobre as modalidades, os termos e as condições dos contratos de venda de energia que estamos autorizados a celebrar, bem como sobre os níveis de produção de energia.

Nos últimos anos, o Governo Federal implantou novas políticas para o setor elétrico brasileiro. Essas políticas tiveram como objetivo incentivar investimentos privados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil. Nesse sentido, em 15 de março de 2004, foi aprovada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, que alterou substancialmente as diretrizes até então vigentes e as regras aplicáveis à venda de energia elétrica no Brasil.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio de Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Em 11 de outubro de 2006, o STF indeferiu as medidas cautelares das referidas ações, por 7 votos a 4, declarando que, em princípio, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não viola a Constituição Federal. No entanto, o mérito das referidas ações ainda não foi julgado. Caso a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico seja declarada inconstitucional, os agentes do setor elétrico, incluindo a Companhia, poderão ser adversamente afetados.

Ademais, reformas futuras na legislação e na regulamentação do setor elétrico brasileiro e seus efeitos sobre nós são difíceis de prever. Por exemplo, há projeto de lei em tramitação no congresso nacional que dispõe sobre a gestão, organização e controle social das agências reguladoras. Esse projeto de lei visa alterar a estrutura de tais agências, mediante, dentre outros pontos, a criação (i) de contratos de gestão que deverão ser firmados entre as agências e os Ministérios a que estiverem vinculadas, e, também, (ii) de ouvidoria nas agências, com o objetivo de zelar pela qualidade dos serviços prestados e acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação da agência, seja contra entes regulados, sendo que o ouvidor, responsável pela respectiva ouvidoria, será indicado pelo Presidente da República. Caso o mencionado projeto seja aprovado, as medidas dele decorrentes poderão reduzir as atribuições da ANEEL, passando o poder

4.1 - Descrição dos fatores de risco

concedente, sobretudo o MME – ao qual a ANEEL é vinculada –, a ter maior atuação e influência no setor elétrico brasileiro. Não podemos assegurar que esta reformulação institucional não afetará nosso adversamente nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.
<p><i>Poderemos incorrer em custos significativos para cumprir com eventuais alterações na regulação ambiental.</i></p> <p>O nosso setor de atuação é altamente regulado e demanda o cumprimento de uma série de exigências legais e regulamentares, bem como a obtenção de diversas licenças. Qualquer incapacidade de cumprirmos com qualquer dessas disposições poderá nos sujeitar à imposição de penalidades, desde advertências até sanções relevantes, ao pagamento de indenizações em valores significativos, a suspensão e cancelamento de licenças ambientais ou suspensão da atividade comercial de usinas geradoras sob nosso controle, o que poderá causar um efeito adverso sobre nós. Além disso, o Governo Federal e os governos dos Estados onde atuamos poderão, no futuro, adotar regras mais estritas aplicáveis a nossas atividades. Por exemplo, essas regras poderão exigir investimentos adicionais na mitigação do impacto ambiental de nossa atividade, bem como, na recomposição de elementos dos meios bióticos e/ou geológicos das regiões onde atuamos, levando-nos a incorrer em custos significativos para cumprir com tais regras, podendo causar um efeito adverso sobre os nossos negócios e a nossa situação financeira.</p>
<p><i>O poder concedente possui discricionariedade para determinar os termos e as condições aplicáveis às futuras outorgas de uso de potenciais hidrelétricos e de projetos eólicos, necessários para a realização dos investimentos projetados por nós. Assim, é possível que tenhamos que se sujeitar a aumentos não previstos em nossos custos.</i></p> <p>Referidas outorgas concedem o direito de exploração de potenciais hidráulicos ou eólicos por prazo determinado, limitado a 35 anos, bem como estabelecem direitos e obrigações do autorizatário, incluindo, mas não se limitando, ao dever de observar os prazos para a execução das obras e implantação da usina e a obtenção das licenças ambientais. Além disso, a autorização estabelece a obrigação do outorgado sujeitar-se à fiscalização da ANEEL, sendo que, para tanto, deve ser paga a chamada taxa de fiscalização, além de outros encargos setoriais aplicáveis. Estamos também sujeitos a regulamentações futuras da ANEEL, do MME e de autoridades ambientais. Há, portanto, certo nível de discricionariedade do poder concedente, que poderá alterar unilateralmente custos de fiscalização, regras para comercialização futura da energia elétrica, incidência de encargos setoriais, bem como despesas relacionadas a temas ambientais, entre outros, que podem impactar adversamente a rentabilidade de nossos negócios.</p>
<p>i) Com relação aos países estrangeiros</p> <p>Não aplicável.</p>

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. Expectativas de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes:

Analizamos constantemente os riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário macro-econômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, notadamente por meio de acompanhamento dos principais indicadores de performance e das tendências de regulação do setor. Atualmente, não identificamos cenário de aumento ou redução nos riscos mencionados acima.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, são relevantes para seus negócios e não estão sob sigilo:

4.3.1 Tributários

Não éramos réus em 30 de setembro de 2012 de nenhum processo judicial ou administrativo de natureza fiscal ou previdenciária. Há apenas 1 (um) processo em que movemos (Santa Laura) ação anulatória de débito fiscal em desfavor do Município de Faxinal dos Guedes (080.11.008099-8) de valor envolvido irrelevante.

4.3.2 Trabalhistas

Em 30 de setembro de 2012 detínhamos 1 (um) processo judicial ou administrativo de natureza trabalhista, no entanto, não representa um valor total agregado de exposição relevante. A Enx (controlada) era parte passiva em 9 (nove) processos judiciais de natureza trabalhista em 30 de setembro de 2012, no entanto, não representa um valor total agregado de exposição relevante. Por fim, a Passos Maia Energética (controlada) em 30 de setembro de 2012 era parte passiva em 2 (dois) processos judiciais de natureza trabalhista, onde respondemos de maneira subsidiária. Salienta-se que a devedora principal, no caso da subsidiária Passos Maia, possui condições de arcar sozinha com o débito de tais condenações, pois é uma empresa com 29 anos de existência, sólida financeiramente e patrimonialmente, fato que minimiza em muito os riscos da DESENVIX.

4.3.3 Processos Cíveis

4.3.3.1 Demandas Judiciais Cíveis Relevantes

Processo: 200971170005600	
a. juízo	Vara Federal Erechim - RS
b. instância	1ª
c. data de instauração	08.05.2009
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Ré: Monel Monjolinho Energética S.A e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Licenças Prévias, de Instalação e de Operação da UHE Monel e Indenização por danos morais coletivos supostamente sofridos pelos índios que habitavam a região.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	<p>Ação Civil Pública ajuizada sob a alegação de ilegalidade do processo de licenciamento ambiental, objetivando, liminarmente, impedir a emissão de Licença de Operação (UHE Monel) e, como pedido principal, a reparação de danos sócio-ambientais e econômicos dele decorrentes sobre as comunidades indígenas. O pedido liminar foi parcialmente deferido pelo juízo <i>a quo</i>, para que não fosse emitida licença de operação. Posteriormente a Monel e a FEPAM ingressaram com pedido de suspensão de liminar perante o TRF4, o qual foi deferido. A FUNAI interpôs agravo de instrumento requerendo a nulidade da licença de operação emitida e, por consequência, a imediata suspensão do enchimento do reservatório. A referida liminar foi concedida. Nesse interregno, a FUNAI e a Monel firmaram acordo, sem anuência do MPF, em relação aos impactos da construção da usina nas comunidades indígenas, pelo qual comprometiam-se a firmar Termo de Compromisso e pelo qual a recorrente comprometia-se a desistir do recurso. Referido Termo de Compromisso foi firmado em 14.12.2009. Em contrapartida, o MPF pediu ao juiz que o referido termo fosse considerado nulo, e houvesse a majoração da multa por descumprimento da liminar. Tendo sido indeferidos os referidos pedidos pelo juiz da causa, o MPF interpôs agravo de instrumento, para o qual foi negado provimento pelo TRF4, e, por consequência, o MPF interpôs embargos de declaração, o qual foi parcialmente provido para o fim de prequestionamento, e, posteriormente, interpôs recurso especial. Em contrapartida, o juízo <i>a quo</i> determinou a aplicação de multa diária, caso a Monel descumprisse a liminar. No entanto, a Monel interpôs agravo de instrumento, sob o argumento de que o enchimento era irreversível e não podia ser paralisado.</p> <p>Após o julgamento de mérito do agravo de instrumento da FUNAI, pelo TRF4, que decidiu pela cassação da liminar, a Monel acabou por desistir do agravo que havia interposto. A FUNAI e o MPF interpuseram embargos de declaração, acolhidos apenas para fins de prequestionamento, e, posteriormente, foi interposto recurso especial e recurso extraordinário, pela FUNAI, e recurso especial pelo MPF, os quais foram contrarrazoados pela Monel, e encontram-se pendentes de julgamento.</p> <p>Foi protocolada contestação da Monel, arguindo a perda do objeto do pedido de nulidade do licenciamento ambiental, pois a conclusão da obra, com o enchimento do reservatório, já seria fato consumado, e ainda a ausência de dano moral coletivo.</p> <p>O Ministério Público Federal requereu a desistência parcial da ação, uma vez que a obra da usina foi concluída, situação que não poderia ser revertida sem causar mais danos sócio-econômicos na opinião do Ministério Público Federal e o prosseguimento apenas quanto ao pedido de indenização por danos morais coletivos supostamente sofridos pelos índios que habitavam a região. Em razão da celebração de Termo de Compromisso entre a Monel e a FUNAI, no qual se prevêem formas de reparação dos eventuais danos causados à comunidade indígena, a Monel requereu a extinção total do processo. Em 29.10.2010, o juiz extinguiu o processo sem resolução do mérito em relação à parte dos pedidos do MPF, julgando parcialmente procedente a ação a fim de condenar a Monel a ressarcir os danos extrapatrimoniais causados, cumprindo as obrigações constantes do referido termo de compromisso.</p> <p>No caso de não ser comprovado o cumprimento do referido termo, a Monel estará sujeita à multa diária no valor de R\$ 10.000,00, a partir do trigésimo - primeiro dia do trânsito em julgado da sentença. O BNDES interpôs embargos de declaração, sendo os mesmos julgados procedentes, a fim de manter o BNDES no pólo passivo, entretanto, extinguiu o processo com fulcro no art 267, VI. O MPF apelou em 08.04.2011 e a FUNAI 29.06.2011. A MONEL apresentou Contrarrazões aos recursos e protocolou Recurso Adesivo em 27.10.2011, sendo Contrarrazoado pela FUNAI e aguardando-se Contrarrazões do MPF.</p>
g. chance de perda:	Inexistente em relação à validade das licenças de operação do empreendimento e provável em relação ao dano moral

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Diante do prosseguimento do processo apenas quanto ao pedido de indenização, o impacto para a Monel em caso de perda seria apenas financeiro, naquilo que exceder o que já foi assumido perante a FUNAI por meio do Termo de Compromisso. Em razão do caráter inestimável dos eventuais danos morais coletivos requeridos pelo Ministério Público Federal, não dispomos de elementos suficientes para calcular o valor de uma eventual condenação indenizatória.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não aplicável

Processo: 2009.001.294405-8	
a. juízo	4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	Os autos da ação de execução e embargos à execução encontram-se em primeira instância. Há recursos interpostos pela BBE em trâmite frente à 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
c. data de instauração	21.10.2009
d. partes no processo	<u>Execução de título extrajudicial</u> : a) Exequente BBE Brasil Bioenergia S/A - b) Executada Desenvix S/A <u>Embargos à execução</u> : a) Embargante Desenvix S/A - b) Embargada BBE Brasil Bioenergia S/A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor original (20.10.2009): R\$ 9.162.900,00 - Valor atualizado (27.10.2010): R\$ 11.785.791,50.
f. principais fatos	O processo de execução tem como objeto principal a cobrança do valor histórico de R\$ 9.050.000,00 referente à primeira e segunda parcelas de integralização das ações subscritas pela Desenvix. Houve pedido de penhora <i>on line</i> pela BBE – pedido este afastado, vez que reputou o juízo como garantido o juízo diante da apresentação de carta de fiança bancária no valor de R\$ 11.911.770,00. Em 07.01.2010 foram opostos embargos à execução pela Desenvix, os quais foram recebidos, atribuindo-se efeito suspensivo. Contra essa decisão a BBE interpôs Agravo de Instrumento, ao qual foi negado seguimento.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Execução da carta de fiança bancária.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não aplicável

Processo: 2006.70.07.000047-9	
a. juízo	Vara Federal de Francisco Beltrão – PR
b. instância	2ª
c. data de instauração	10.01.2006
d. partes no processo	Autora: Terra de Direitos – Organização Civil de Direitos Humanos Ré: Engevix Engenharia S.A., Desenvix S.A. e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não aplicável

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	Ação civil pública que tem como objeto principal (i) o pedido de anulação do processo de licenciamento ambiental da barragem da usina hidrelétrica Baixo Iguaçu; (ii) obstar qualquer obra de construção desse empreendimento; e (iii) impedir a participação da Desenvix em leilões de energia. O MPF pugna pela condenação das rés ao pagamento de indenização por litigância de má-fé. A ação foi extinta sem resolução de mérito, devido a perda de interesse processual. Todavia, determinou-se a condenação das rés Engevix e Desenvix ao pagamento (i) das custas processuais e de honorários advocatícios, no valor de R\$20.000,00, e (ii) de indenização no valor de R\$250.000,00 em razão da prática de litigância de má-fé, a ser revertido ao fundo de reparação e defesa do meio ambiente. Desenvix e Engevix interpuseram recurso de apelação em 03.03.2009, e a Terra de Direitos, por sua vez, contrarrazou, em 26.06.2009, e interpôs recurso adesivo na mesma data, a fim de que a sentença <i>a quo</i> seja modificada no que tange a extinção do processo sem julgamento do mérito, e assim, sejam reconhecidos os critérios de nulidade e arquivamento do procedimento administrativo nº 8.301.549-7. Em 13.10.2010 houve julgamento dos recursos, pelo qual a turma negou provimento ao recurso da Engevix, da Desenvix, do MPF e não conheceu do recurso adesivo da Terra de Direitos. Em 26.10.2010 a Engevix e a Desenvix opuseram Embargos de Declaração contra o acórdão que negou provimento à apelação, sendo julgado parcialmente procedente, apenas para corrigir erro material. Engevix e Desenvix interpuseram Recurso Especial e a ONG Terra de Direitos apresentou Contrarrazões em 28.07.2011. O processo aguarda julgamento pelo STJ.
g. chance de perda:	Remota em relação ao pedido principal. Provável quanto ao pagamento (i) das custas processuais e de honorários advocatícios, no valor de R\$20.000,00, e (ii) de indenização no valor de R\$250.000,00 em razão da prática de litigância de má-fé, a ser revertido ao fundo de reparação e defesa do meio ambiente.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Engevix e a Desenvix percam o processo, as licenças ambientais da UHE Baixo Iguaçu poderão ser consideradas nulas, e, portanto, a referida UHE não poderá ter suas obras iniciadas sem que a situação do seu licenciamento ambiental seja regularizada.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não aplicável

Processo: 2006.70.07.000769-3	
a. juízo	Vara Federal de Francisco Beltrão - PR
b. instância	2ª
c. data de instauração	05.04.2006
d. partes no processo	Autora: Liga Ambiental Ré: Engevix Engenharia S.A., Desenvix e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não aplicável.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	Ação Civil Pública visando à anulação do processo de licenciamento ambiental da UHE Baixo Iguaçu. Em 30.01.2009 foi proferida sentença extinguindo o processo sem resolução de mérito, em razão da ausência superveniente de interesse processual. Todavia, determinou-se a condenação das rés Engevix e Desenvix ao pagamento (i) das custas processuais e de honorários advocatícios, no valor de R\$20.000,00, e (ii) de indenização no valor de R\$250.000,00 em razão da prática de litigância de má-fé, a ser revertido ao fundo de reparação e defesa do meio ambiente. Foram interpostas apelações pela Engevix, Desenvix e MPF, distribuídas ao TRF4 em 11.11.2009. Em 06.10.2010 houve julgamento dos recursos, pelo qual a turma negou provimento ao recurso da Engevix, da Desenvix, e deu provimento ao recurso do MPF, extinguindo o processo com resolução do mérito. Em 21.10.2010 a Engevix e a Desenvix opuseram Embargos de Declaração contra o acórdão que negou provimento a seu recurso de apelação, o qual a Turma negou provimento por unanimidade. A Engevix e Desenvix, bem como o IBAMA interpuseram Recurso Especial. Posteriormente, a Engevix e a Desenvix desistiram do Resp e requereram o desentranhamento das Contrarrazões do IBAMA. O MPF apresentou Contrarrazões ao Resp e os autos restaram conclusos em 07.12.2011 para exame do juízo de admissibilidade. Em 25 de julho de 2012 foi publicada decisão admitindo o Recurso Especial do IBAMA e não admitindo o Recurso Especial da Desenvix. Em 06 de outubro de 2012 a Desenvix interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão que inadmitiu o seu Recurso Especial.
g. chance de perda:	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Engevix e Desenvix percam o processo, as licenças ambientais da UHE Baixo Iguaçu poderão ser consideradas nulas, e, portanto, a referida UHE não poderá ter suas obras iniciadas sem que a situação do seu licenciamento ambiental seja regularizada.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 270 mil

Processo: 2007.72.03000934-1	
a. juízo	Vara Federal e Juizado Especial Federal de Joaçaba
b. instância	2ª
c. data de instauração	06.06.2007
d. partes no processo	Autora: Ministério Público Federal Ré: Desenvix S.A. e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.325.597.856,80 (07/2007)

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	O MPF aduz fraude na obtenção das Licenças Ambientais de Instalação (LAIs) e das Usinas de Energia Eólica (UEEs) do Parque de Água Doce. A alegação do MPF é baseada na emissão das licenças em data retroativa, como alternativa de burlar a legislação atinente à espécie, sustentando que a ilegalidade estaria causando prejuízos ao erário. Há desdobramentos na ação principal, quais sejam: (i) recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo MPF em face da decisão de negativa do pedido de liminar pleiteado na petição inicial. Foi parcial provimento ao recurso para fins de proibir o BNDES de conceder financiamento ao Parque Eólico de Água Doce. A Desenvix interpôs recurso especial em face desta decisão; (ii) recurso de Agravo de Instrumento interposto pela Desenvix em face da decisão que rejeitou as preliminares argüidas em sede de Contestação; (iii) recurso especial interposto em face da decisão prolatada em sede do Agravo de Instrumento, conforme item I. Foi negado provimento ao recurso e a Desenvix interpôs recurso especial em face dessa decisão; (iv) impugnação ao valor da causa interposta pela Desenvix, a qual foi rejeitada em primeira instância, sendo que foi interposto Agravo de Instrumento em face da decisão que rejeitou as preliminares argüidas. Em 07/0/2010, a Desenvix interpôs recurso especial contra a decisão proferida pelo TRF-4ª Região proibindo o BNDES de conceder financiamento ao Parque Eólico de Água Doce. No mesmo dia, foi proposta ação cautelar visando à atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial, que foi admitido, porém não conhecido no STJ. Interposto RE contra o não conhecimento do REsp. RE inadmitido. Interposto agravo de instrumento contra a inadmissão do RE. O agravo aguarda julgamento no STF. Em 12/03/2010, as rés apresentaram, nos autos da ação civil pública, petições especificando as provas que pretendiam produzir. Em 2011, foram elas intimadas a indicar as testemunhas a serem ouvidas. A audiência designada foi cancelada e a Desenvix ainda não foi intimada de nova data para a realização da mesma.
g. chance de perda:	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não somos mais parte do empreendimento. Assim, a eventual procedência da ação não impactaria as nossas atividades. Todavia, cabe ressaltar que a eventual procedência da ação, apesar de não impactar diretamente as nossas atividades, poderia importar em impactos financeiros à Desenvix (necessidade de pagamento de indenização).
i. valor provisionado, se houver provisão	Não aplicável

Processo: 068.01.2011.014646-3	
a. juízo	4ª Vara Cível da Comarca de Barueri/SP
b. instância	1ª
c. data de instauração	06.05.2011
d. partes no processo	Autor: DECASA Açúcar e Alcool S.A Ré: Desenvix S.A. e ENERCASA
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não aplicável
f. principais fatos	A DECASA intentou ação de anulação de negócio jurídico em desfavor da DESENVIX alegando em sua inicial que em 12.08.2008 firmou com esta um "Memorando de Entendimentos" que tinha por finalidade a criação de uma SPE para ampliar as instalações e aumentar a capacidade da UTE, o que foi realizado constituindo-se a ENERCASA. Alega na inicial (06.05.2011) que a DESENVIX surpreendeu-lhe, em Reunião Extraordinária de 25.02.2010, com um Contrato de Cessão de Participação Societária e, mediante coação, sem que houvesse tempo de ler e deliberar acerca de seus termos, exigiu-lhe a sua assinatura, o que foi concretizado. Requer, portanto, a anulação do negócio jurídico. Após o recebimento da inicial, a DESENVIX interpôs dois incidentes processuais (impugnação ao valor da causa e impugnação de justiça gratuita), ambos julgados improcedentes. O processo encontra-se em fase de instrução processual.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g. chance de perda:	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Nulidade do “Contrato de Cessão de Participação Acionária” firmado entre DECASA e DESENVIX, onde a DECASA cedeu a integralidade de suas ações na ENERCASA em favor da DESENVIX. Caso julgado procedente o processo, declarando-se nulo o instrumento contratual, haverá o retorno das partes ao estado anterior (sócios).
i. valor provisionado, se houver provisão	Não aplicável

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, não estão sob sigilo e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de seus controladores:

Em 30 de setembro de 2012 não possuíamos processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias eram nossos administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou, ainda, nossos investidores ou investidores de nossas subsidiárias.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Impactos em caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte:

A Desenvix é requerida em dois processos movidos pela BBE Brasil Bioenergia S.A. nos valores de R\$ 262.203.336,00 e R\$ 3.000.000,00. Em ambos os processos, nosso advogados, classificaram nossa perda como remota.

Conforme descrito no item 8.4.1 desse Formulário de Referência, por força da reestruturação societária ocorrida na Companhia em 08 de março de 2012, conforme detalhado no item 8.1 desse Formulário de Referência, foi assinado termo de transferência acionária da nossa participação na BBE para nosso acionista controlador Jackson. A realização da transferência acionária está impedida em função do processo de execução mencionado acima, entretanto, caso tenhamos perdas em função da ação, nosso acionista controlador Jackson se responsabilizará pelos valores envolvidos.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes, não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes para seus negócios:

Em 30 de setembro de 2012 nós e nossas subsidiárias não possuíamos processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, além dos processos judiciais ou administrativos mencionados acima.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Outras contingências relevantes:

As mesmas contingências elencadas no item 4.3.3.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. Informações sobre as regras do país de origem da Companhia e regras do país no qual os valores mobiliários da Companhia estão custodiados:

Não possuíamos em 30 de setembro de 2012 valores mobiliários negociados no exterior.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1. Riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros:

Além dos riscos que afetam o mercado de energia elétrica, podemos dizer que os principais riscos gerais que podem influenciar nossos resultados operacionais, nossa situação financeira ou nossas perspectivas futuras são:

- as políticas de financiamento de projetos de longo prazo praticadas pelo BNDES, sobretudo no que se refere à TJLP, principal indexador dos financiamentos tomados por nós e nossas subsidiárias para executar os projetos. Caso o valor da TJLP aumente, o custo de nossa dívida aumentará e impactará negativamente nosso resultado. Caso o valor da TJLP diminua, o custo de nossa dívida diminuirá e impactará positivamente nosso resultado e;
- os preços de venda da energia nos contratos de compra e venda do ACR e ACL, indexados pelo IPCA ou IGP-M. Variações negativas ou positivas nestes índices afetarão nossas receitas, afetando nosso resultado operacional.

Oscilações das taxas de juros poderão provocar efeito adverso em nossos negócios.

O COPOM estabelece as taxas básicas de juros para o sistema bancário brasileiro em geral. Em 30 de setembro de 2012, 100% de nossas dívidas bancárias, no valor de R\$837.263 mil eram denominadas em reais e atreladas a TJLP (57%), CDI (10%) ou pré fixada (33%). Portanto, uma elevação do CDI ou da TJLP poderá ter impacto negativo nos nossos resultados já que pode aumentar os custos de nossa dívida.

Descrição quantitativa referente ao risco de inflação em nossos negócios.

Nossa receita está atrelada à correção anual conforme variações dos índices da inflação, sendo indexada pelo IPCA ou IGP-M.

Conforme descrito no item 7.2.b desse Formulário de Referência, no Exercício social a findar em 31 de dezembro de 2012 apurado até 30 de setembro de 2012, 88,88%, equivalentes a R\$134.706 mil, da nossa receita líquida teve sua origem através do fornecimento de energia elétrica. Desse total, 44,47% estão atrelados à correção ao IGP-M e 55,53% ao IPCA.

A tabela a seguir apresenta a relação de nossas subsidiárias e a qual índice de inflação seus contratos de compra e venda de energia estão atrelados:

Usina	Índice de Correção	Data Início Contrato CCVE	Data Final Contrato CCVE
Esmeralda	igpm	dez/06	dez/26
Sta Laura	igpm	jan/08	dez/27
Sta Rosa II	igpm	jul/08	jun/28
Moinho	igpm	ago/11	dez/24
	ipca	jan/25	dez/30
Victor B. Adami	igpm	jan/12	dez/25
	ipca	jan/26	dez/30

Usina	Índice de Correção	Data Início Contrato CCVE	Data Final Contrato CCVE
Monjolinho	ipca	jan/11	dez/40
Enercasa	ipca	jan/10	dez/24
Complexo Eólico Bahia	ipca	jul/12	jun/32
Eólica B. Coqueiros	ipca	jul/12	jun/32

Também conforme descrito no item 7.2.b desse Formulário de Referência, no Exercício social a findar em 31 de dezembro de 2012 apurado até 30 de setembro de 2012, 11,12%, equivalentes a R\$16.845 mil, da nossa receita líquida teve sua origem através de serviços prestados. Desse total, 25,71% estão atrelados à correção ao IGP-M e 74,29% ao IPCA.

A inflação e certas medidas tomadas pelo Governo Federal para combatê-la, incluindo aumentos nas taxas de juros, poderão contribuir para a incerteza econômica no Brasil, e podem gerar um efeito adverso relevante sobre nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

No passado, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. A inflação e certos atos do governo para combatê-la causaram, no passado, efeitos significativamente negativos sobre a economia brasileira. Contudo, desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos períodos anteriores. No entanto, pressões inflacionárias persistem e medidas adotadas para combatê-las, bem como a especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo Governo Federal, têm gerado ao longo dos últimos anos

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. O Brasil poderá vivenciar altos índices de inflação no futuro. As pressões inflacionárias podem levar a intervenções governamentais sobre a economia, incluindo a introdução de políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderia afetar adversamente as nossas operações e o valor de mercado de nossas ações.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Esta influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente as nossas atividades e o valor de mercado das nossas ações.

A economia brasileira tem sido marcada por freqüentes, e por vezes significativas, intervenções do Governo Federal, que freqüentemente modifica as políticas monetária, de crédito, fiscal e outras. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram no passado, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preço, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e os serviços importados. Não temos controle e não podemos prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro. Nossos negócios, condição financeira e resultados das operações podem ser adversamente afetados em razão de mudanças na política pública em nível federal, estadual e municipal, referentes a tarifas públicas e controles de câmbio, bem como de outros fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controle no câmbio e restrições a remessas ao exterior;
- variações nas taxas de câmbio;
- inflação;
- liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e mercado de empréstimos;
- política fiscal e regime tributário, incluindo alterações na legislação tributária e trabalhista; e
- medidas de cunho político, social e econômico que ocorram ou possam afetar o Brasil.

A incerteza quanto à implantação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as nossas atividades e os nossos resultados operacionais.

A instabilidade da taxa de câmbio poderá gerar um efeito relevante adverso sobre nossos resultados.

Nas últimas décadas, a moeda brasileira tem experimentado importantes e frequentes variações em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. Entre 2000 e 2002, o real depreciou significativamente em relação ao dólar norte-americano, atingindo uma taxa de câmbio de R\$3,533 por US\$ 1,00 no final de 2002, segundo dados do Banco Central. Entre 2004 e a metade de 2008, o real valorizou significativamente em relação ao dólar norte-americano em razão da estabilização do cenário macro-econômico e aumentou o volume de investimentos estrangeiros no Brasil, sendo que a taxa de câmbio atingiu R\$1,634 por US\$ 1,00 em agosto de 2008. Com a crise do mercado financeiro mundial que se verificou na metade de 2008, o real depreciou 24,2% em relação ao dólar norte-americano em 2008, atingindo R\$2,337 por US\$1,00 no final de 2008. Em 2009, o real valorizou 34,2% em relação ao dólar norte-americano e no dia 31 de dezembro de 2009, a taxa de câmbio era de R\$1,741 por US\$1,00. Em 31 de dezembro de 2010, a taxa de câmbio do real para o dólar norte-americano foi de R\$1,666 por US\$1,00. Em 30 de dezembro de 2011, a taxa de câmbio do real para o dólar norte-americano foi de R\$1,8758 por US\$1,00.

A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e causar aumentos nas taxas de juros, o que poderá afetar negativamente o nosso crescimento e o da economia brasileira como um todo. Também poderá limitar o acesso aos mercados financeiros estrangeiros e estimular uma intervenção governamental na forma de políticas governamentais recessivas. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano também pode levar à diminuição dos gastos com consumo, pressões deflacionárias, e crescimento reduzido da economia como um todo. Por outro lado, a valorização do real em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras poderá levar a uma deteriorização das atuais contas de câmbio brasileiras no exterior, assim como desestimular o crescimento das exportações. Dependendo das circunstâncias, tanto a depreciação quanto a valorização do real poderá, relevante e adversamente, afetar o nosso crescimento e o da economia brasileira. Não há garantia de que, no futuro, o real não sofrerá flutuação significativa em relação ao dólar norte-americano.

Nós e nossas subsidiárias não apresentávamos em 30 de setembro de 2012 qualquer exposição relacionada a riscos cambiais. Em 30 de setembro de 2012, 88,9% de nossas receitas líquidas eram derivadas do fornecimento de energia elétrica, as quais estão indexadas pelo IPCA e pelo IGP-M. Por sua vez, temos empréstimos bancários indexados por TJLP, CDI e taxas pré fixadas, representando em 30 de setembro de 2012 um total consolidado circulante e não circulante de R\$837.263 mil.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos:

a) Riscos para os quais se busca proteção, b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*) e c) instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (*hedge*)

Não adotamos instrumentos financeiros de *hedge* patrimonial.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos e e) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

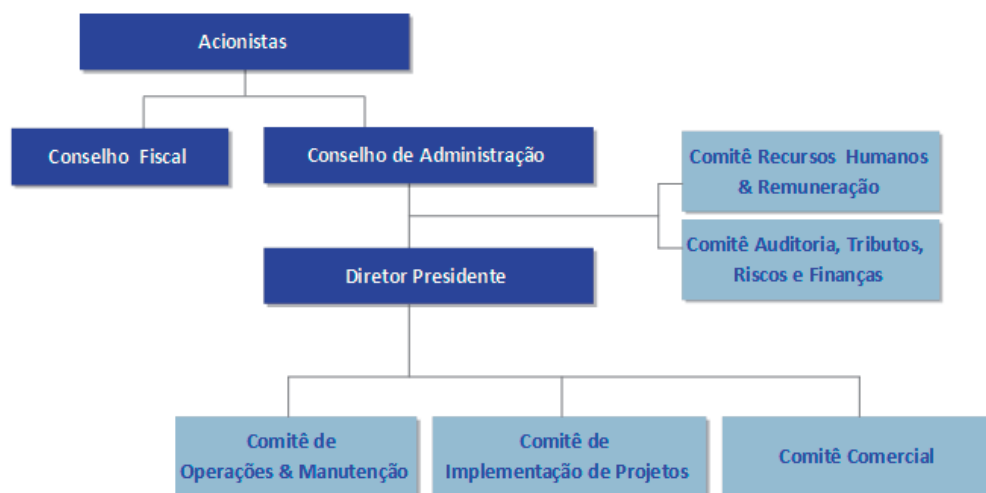
Item não aplicável em função do fato de não adotarmos instrumentos financeiros de *hedge* patrimonial.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos e g) adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Gerenciamos constantemente os riscos a que estamos expostos. Sempre que identificarmos uma situação de risco que afete de maneira relevante nosso negócio, analisaremos as possíveis soluções para mitigação deste risco. A Companhia trabalha com orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração. Durante o exercício social, o orçamento operacional serve de parâmetro de medição da eficiência de nossas operações e investimentos. Também durante o exercício social utilizamos de projeções ou *forecast*, para obtermos um resultado mais próximo do real, caso haja algum desvio orçamentário.

Também contamos com Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e ao Diretor Presidente, criados na AGE de 08 de março de 2012, quando tiveram sua estrutura, composição e atribuições definidas. O objetivo dos comitês é auxiliar o Diretor Presidente (CEO) e o Conselho de Administração de forma a conferir rapidez, transparência e exatidão às decisões do Conselho de Administração. Os comitês também fornecerão uma análise prévia dos assuntos relevantes para o Conselho de Administração. Os membros dos comitês serão nomeados pelo Conselho de Administração e devem representar um misto de independência, representação dos acionistas e conhecimento técnico. Os comitês devem ter, pelo menos, 3 membros, sendo 1 indicado pela SN Power, 1 pela Jackson, assim como 1 Chefe da área relevante. Caso haja necessidade de conhecimentos mais específicos, membros de fora da Companhia poderão ser indicados. Os membros do comitê serão nomeados para um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por outro ano. Os membros não serão remunerados, exceto no caso de membros externos. Os comitês deverão se reunir periodicamente para discutir assuntos estratégicos e operacionais levantados pelo Conselho de Administração, pela Administração Executiva ou por seus membros. Tais discussões deverão resultar em recomendações formais com relação a decisões, políticas e estratégias. Os comitês devem elaborar suas recomendações pelo menos 10 dias antes da reunião do Conselho, para que o Conselho tenha tempo suficiente de analisar a documentação. Os Comitês de Operação & Manutenção, Comercial e de Implementação de Projetos irão reportar ao Diretor Presidente, enquanto que os Comitês de Recursos Humanos & Remuneração e de Auditoria, Tributos, Riscos e Finanças irão reportar ao Conselho de Administração.

O organograma a seguir mostra essa estrutura:



5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3. Alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social:

No ultimo exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos por nós adotado.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4. Outras informações relevantes:

(i) Contrato de fornecimento de equipamento importado

Em 09 de janeiro de 2011 a Companhia, através de sua subsidiária Energen Energias Renováveis S.A., controladora do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros, celebrou contrato de fornecimento de equipamentos com o fornecedor Sinovel. A Sinovel é uma das maiores fornecedores de aerogeradores do mundo e tem a China como país de Origem.

O contrato celebrado prevê o fornecimento de 23 aerogeradores com potência de 1,5 MW, no valor total de R\$ 55.926 mil

Apesar de o fornecimento ter sua origem estrangeira, o contrato foi celebrado em moeda local, ou seja, em reais.

Com isso a Companhia evitou a exposição ao risco cambial no fornecimento dos equipamentos importados.

(ii) Contrato de financiamento em moeda estrangeira

Em 10 de setembro de 2012 a Companhia, através de sua subsidiária Energen Energias Renováveis SA, celebrou contrato de financiamento, de até U\$54.000 mil, aproximadamente R\$ 98.750 mil. A Companhia não pretende realizar operação de *hedge* cambial. Maiores detalhes do financiamento mencionado acima poderão ser encontrados no item 10.1 f desse Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	19/05/1995
Forma de Constituição do Emissor	Fomos constituídos sob a forma de sociedade empresária limitada e, posteriormente, transformados em sociedade por ações em 20 de novembro de 1995.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	19/09/2011

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico da Companhia:

A Desenvix Energias Renováveis S.A., constituída em 19 de maio de 1995, tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nas áreas de geração de energia elétrica originada de fontes renováveis, e na área de transmissão de energia elétrica, bem como a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão, nas suas áreas de atuação.

A Desenvix foi constituída originalmente sob a forma de sociedade limitada, com a denominação social de Desenvix Empreendimentos Ltda. e, em 20 de novembro daquele mesmo ano a Companhia foi transformada em uma sociedade por ações, passando a operar sob a denominação social "Desenvix S.A."

Inicialmente, a proposta da Desenvix era investir e desenvolver novos negócios em infraestrutura em geral, porém, aproveitando a experiência de seus principais executivos, a empresa passou a atuar focada nos setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia atua de maneira integrada, dominando todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico-financeira, financiamento, construção, até a operação de empreendimentos de transmissão e geração de energia, em todas as fontes de energia renovável.

A Desenvix possui mais de 15 anos de atuação no setor elétrico, tendo desenvolvido ou contribuído para implementação de mais de 5.300 MW em empreendimentos de geração em operação no Brasil. Os principais executivos das áreas operacionais da Companhia acumulam, em média, mais de 30 anos de experiência comprovada no setor elétrico, com atuação nas várias fases do ciclo de projetos do setor e mais de 35.000 MW em projetos de geração e transmissão desenvolvidos no Brasil e exterior. Essa experiência se soma a uma nova geração de profissionais capazes e motivados, formada nos últimos 10 anos dentro da própria Desenvix ou do Grupo Econômico ao qual pertence.

Em 22 de setembro de 2010, após uma reestruturação societária executada para a entrada indireta da Fundação dos Economistas Federais ("FUNCEF") em seu capital social, a Companhia passou a operar sob a denominação social "Desenvix Energias Renováveis S.A." ("Desenvix").

Em setembro de 2011, a Desenvix conquistou a concessão de registro de Companhia aberta dada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), seguido pelo evento de listagem das ações da Companhia no Bovespa Mais.

A Companhia passou de 9 MW instalados em 2005 para 349 MW em setembro de 2012, compreendendo 15 empreendimentos em operação de geração de energia elétrica 100% renováveis. Adicionalmente a companhia possui investimentos em duas linhas de transição em implantação com 511 km de extensão.

Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Desenvix buscam o constante desenvolvimento de novos projetos, que garantirão o crescimento futuro da empresa. A companhia possui atualmente um extenso portfólio de projetos que soma 3.168,1 MW de potência instalada, dos quais 1.406,1 MW constituirão a sua participação no negócio.

Em setembro de 2011 a Desenvix adquiriu o controle integral da Enex, por meio da qual atua como prestadora de serviços de operação e manutenção de usinas de geração e de sistemas elétricos. Ao final de junho de 2012 a ENEX contava com uma extensa e diversificada carteira de clientes totalizando 1.145 MW, e com 337 funcionários, tendo experimentado um crescimento expressivo nos últimos 5 anos.

No dia 12 de agosto de 2011, nossos Acionistas Controladores diretos e indiretos, celebraram com a Statekraft Norfund Power Invest AS, um Contrato de Compra e Venda, para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power e aporte de capital novo pela última, após o cumprimento de algumas condições precedentes.

No dia 08 de março de 2012, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a SN Power passou a integrar definitivamente o corpo de acionistas da Desenvix.

Com a finalização da operação de Compra e Venda a Companhia passou a ser controlada pela: Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo FIP Cevix, com 40,65% do capital social total e votante, SN Power com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais com 18,70% do capital social total e votante.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5. Principais eventos societários:

Não fomos objeto de nenhum evento societário antes de dezembro de 2009, conforme listado no item 6.5.1 abaixo.

6.5.1 Associação com a FUNCEF e reestruturação

Em 10 de dezembro de 2009, formalizamos uma associação com a FUNCEF visando alavancar recursos para nossas atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Para tanto, em 11 de outubro de 2007, constituímos a Cevix, sob a denominação Rubi S.A., cujo capital foi formado mediante a transferência de nossas participações nas seguintes sociedades: (i) Monel; (ii) Santa Rosa; (iii) Santa Laura; (iv) Moinho e (v) Esmeralda.

Posteriormente, foi constituído um fundo de investimento em participação (Caixa FIP Cevix), em que 75% das quotas foram integralizadas por nós, mediante a transferência de 100% de nossa participação na Cevix, e os demais 25% foram subscritos pela FUNCEF, com integralizações periódicas em recursos financeiros, sendo tais recursos capitalizados na Cevix e, posteriormente, nas sociedades operacionais por ela controladas.

Adicionalmente, ao longo de ano de 2010, realizamos uma reestruturação societária para nos preparar para o registro de companhia aberta. A reestruturação teve como objetivo consolidar um veículo para o registro de companhia aberta, reunindo os ativos do grupo na Companhia. A reestruturação envolveu, inicialmente, a cisão parcial da Companhia, com versão das quotas do Caixa FIP Cevix, detidas à época pela Companhia, para a sua controladora Jackson.

A Jackson, por sua vez, constituiu um Fundo de Investimento em Participações (FIP Desenvix) e um Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Participação (FIC FIP Jackson), sendo que as quotas do FIP Desenvix foram integralizadas, em conjunto, pela Jackson e pela FUNCEF, mediante o aporte de ações detidas pela Jackson na Companhia e de recursos financeiros, respectivamente. Posteriormente, as quotas do FIC FIP Jackson foram integralizadas com as quotas detidas pela Jackson no FIP Desenvix.

A reestruturação foi concluída com a incorporação da Cevix pela Companhia e com a alteração de nossa denominação para "Desenvix Energias Renováveis S.A.". Todas as operações relacionadas à referida reestruturação foram realizadas com avaliação dos ativos pelo seu valor patrimonial.

6.5.2 Aquisição ENEX

No mês de setembro de 2011 a Desenvix adquiriu os 50% de participação detidos pelo Grupo Energia na Enex Operação e Manutenção de Sistemas Elétricos Ltda, passando a deter o seu controle integral, com 100% das ações da companhia. O valor do negócio foi de R\$18 milhões.

6.5.3 Associação com SN Power

Em 12 de agosto de 2011, os principais acionistas da Companhia, Jackson Empreendimentos Ltda. e FUNCEF, celebraram um Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda") com a SN Power, para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power. A Companhia foi avaliada pela SN Power e negociada pelo valor de R\$ 1.613 milhões (pré-money) (data-base agosto de 2011). O valor a ser desembolsado pela SN Power será de R\$ 725 milhões (data-base março de 2012), sendo R\$ 120 milhões a serem aportados no capital, por meio da aquisição de novas ações a serem emitidas pela Companhia (operação primária) e R\$ 605 milhões a serem adquiridos junto à Jackson e FUNCEF (operação secundária). A parcela de R\$ 120 milhões, relativa à operação primária, foi adiantada à Companhia em 12 de setembro de 2011, por meio de um contrato de empréstimo em moeda nacional, sobre o qual incidirão juros equivalentes à taxa SELIC mais margem somente em caso de não fechamento do negócio. Assim que as condições precedentes ao fechamento de negócio forem realizadas, este empréstimo será convertido em aporte primário de capital. Em 31 de dezembro de 2011, o referido empréstimo foi classificado contabilmente como instrumento de dívida em virtude das condicionantes para conversão deste empréstimo em capital social estarem vinculadas à obtenção de aprovação da operação perante terceiros. A parcela de R\$ 605 milhões relativa à operação secundária também está condicionada à realização de diversas condições precedentes ao fechamento do negócio, dentre as quais se destacam as seguintes: (i) aprovação da operação por parte da ANEEL, BNDES, BNB e outros credores - a referida operação deverá ser submetida e aprovada por estes órgãos; (ii) as participações na BBE e Baixo Iguaçu deverão ser transferidas para outras pessoas nos termos definidos pela SN Power; (iii) o contrato de empréstimo citado anteriormente, no valor de R\$ 120 milhões, não poderá ter sido declarado vencido antecipadamente pela SN Power, de acordo com seus termos; (iv) a Companhia deverá apresentar documento de renúncia do direito de preferência pelos sócios da MGE, Goiás e Cubatão em relação ao investimento ou o exercício do direito de preferência pelos sócios da MGE, Goiás e Cubatão, salvo se as partes decidirem, em comum acordo, pela alienação na participação da Companhia em tais empresas até a data do fechamento; e (v) aquisição da participação societária da Enex, de forma que esta empresa passasse a ser controlada integralmente pela Companhia.

Em 8 de março de 2012 foi assinado entre os acionistas da Companhia, a notificação de cumprimento de condições precedentes ao fechamento da operação de compra e venda.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de março de 2012, foram aprovados os seguintes assuntos: (i) o aumento de capital social da Companhia, através da emissão de 7.439.555 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas e integralizadas pela SN Power com o adiantamento concedido anteriormente, no montante de R\$ 120 milhões; (ii) alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia; (iii) alteração da composição do Conselho Fiscal da Companhia; (iv) aprovação da estrutura, composição e atribuições dos Comitês de Assessoramento da Companhia; e (v) aprovação do novo Estatuto Social da Companhia. Nos termos desta aprovação ficou alterada a redação do artigo 5o do Estatuto Social da Companhia que passou a ter a seguinte redação: "O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 666.787, dividido em 107.439.555 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal".

Na mesma data, os integrantes do novo bloco de controle da Companhia (Jackson e SN Power) celebraram um acordo de acionistas, regulando o seu relacionamento na qualidade de acionistas e controladores da Companhia. A Jackson passa a deter o controle indireto da Companhia através do Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, enquanto que SN Power e FUNCEF detêm o controle direto da Companhia. A participação no capital social da Companhia passou a ser a seguinte: Jackson - 40,65%; SN Power - 40,65% e FUNCEF - 18,70%, conforme tabela abaixo:

Estrutura Societária após reestruturação

Nome	n.º Ações	% Total
Caixa FIP-Cevix Brasileira CNPJ/MF: 11.283.444/0001-06	43.678.794	40,65
FUNCEF Brasileira CNPJ/MF: 00.436.923/0001-90	20.081.967	18,70
SN Power Brasileira CNPJ/MF: 08.573.833/0001-53	43.678.794	40,65
Total	107.439.555	100,00

6.5.4 Aumento de participação na Energen Energias Renováveis S.A.

Em 19 de setembro de 2012 o Conselho de Administração reunido aprovou o aumento de participação societária na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A., passando a Desenvix a ser titular de 15.675.000 (quinze milhões, seiscentos e setenta e cinco mil) Ações ordinárias do seu capital social, representando 95% (noventa e cinco por cento) de todas as Ações de emissão da Energen. O aumento de participação se dará pela aquisição de 1.100.000 (um milhão e cem mil) Ações da Água Quente, representando 6,67% de todas as ações de emissão da Energen, ao Preço de R\$ 1.094.283,11 (um milhão, noventa quatro mil e duzentos e oitenta e três reais e onze centavos). O pagamento à Água Quente será realizado parcialmente mediante a assunção, pela Desenvix, da obrigação da Água Quente de pagar uma parcela do Saldo Devedor do Mútuo à Energen, no montante de R\$ 522.854,54 (quinhentos e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos). A parcela remanescente do Preço de Aquisição, no valor de R\$ 571.428,57 (quinhentos e setenta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos), será paga em moeda corrente nacional.

6.5.5 Transferência societária da subsidiária São Roque Energética S.A.

No dia 20 de dezembro de 2011, durante leilão de energia promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e ocorrido na sede da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em São Paulo, a Desenvix arrematou a concessão para construção e operação da Usina Hidrelétrica de São Roque, localizada no rio Canoas, Estado de Santa Catarina. O empreendimento terá potência instalada de 135,00 MW e garantia física de 90,90 MW médios.

No dia 18 de outubro de 2012 a Administração da Companhia protocolou junto a ANEEL pedido de anuência para a transferência societária da sua subsidiária integral, a São Roque Energética S.A., para o FIP Desenvix, controlado pelo FIP FIC Jackson, controlado pela Jackson Empreendimentos Ltda, que por sua vez é controladora da Desenvix com 40,65%. A concretização da transferência societária está condicionada a aprovação da ANEEL e até lá a Desenvix é a responsável pela manutenção dos investimentos necessários para a sua implantação e atendimento às condicionantes do seu contrato de concessão. Até a data desse Formulário de Referência a ANEEL não havia se pronunciado a respeito.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6. Pedidos de falência fundados em valor relevante e pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial:

Não houve pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas:

7.1.1 Sumário da Companhia

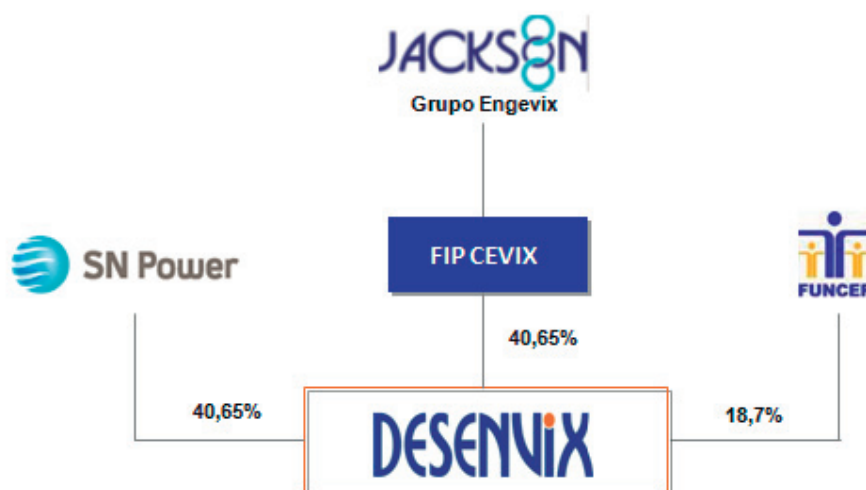
7.1.1.1 Nosso Grupo Econômico

No dia 12 de agosto de 2011, nossos Acionistas Controladores diretos e indiretos, celebraram com a Statkraft Norfund Power Invest AS, um Contrato de Compra e Venda, para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power e aporte de capital novo pela última, após o cumprimento de algumas condições precedentes.

No dia 08 de março de 2012, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a SN Power passou a integrar definitivamente o corpo de acionistas da Desenvix.

Com a finalização da operação de Compra e Venda a Companhia passou a ser controlada pela: Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo FIP Cevix, com 40,65% do capital social total e votante, SN Power com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais com 18,70% do capital social total e votante.

Bloco de Controle da Desenvix após operação de Compra e Venda



Grupo Engevix

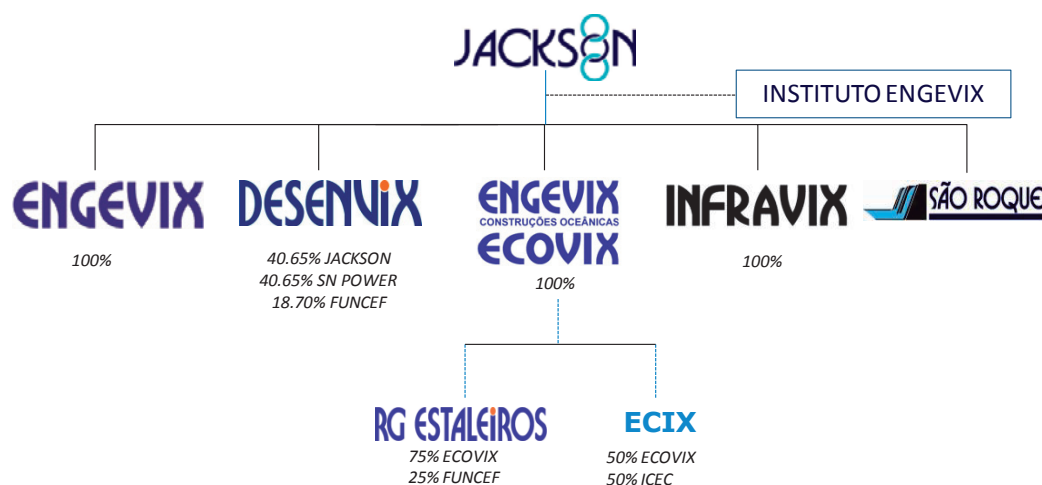
As atividades do Grupo Engevix, que tem a Jackson Empreendimentos Ltda como empresa holding, iniciaram-se por meio da Engevix, uma das mais tradicionais empresas de engenharia do Brasil, com mais de 45 anos de experiência no setor de infraestrutura, engenharia consultiva e construção. Em 2011 o Grupo Engevix faturou R\$ 2,1 bilhões e encerrou o ano com 5.092 colaboradores, dos quais 630 engenheiros compunham seu corpo técnico, possuindo extensa experiência e histórico bem sucedido de projetos no setor elétrico, na área industrial, e em óleo e gás. Em dezembro de 2009 a Engevix foi vencedora do leilão para construção de cascos para produção e estocagem de petróleo que será advindo da exploração da camada do pré-sal pela Petrobras, no valor de US\$3,5 bilhões, além de dispor do maior dique seco da América Latina, localizado no complexo portuário do Rio Grande, empreendimento que também possui a FUNCEF como sócia. Para esta nova modalidade de empreendimento, foi constituída a subsidiária Ecovix. Ainda, no ano de 2010, a Jackson reuniu seus investimentos na área de concessões rodoviárias e investimentos de infraestrutura na empresa Infravix. A Infravix foi vencedora, através de leilão realizado pela Infraero, da concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante no estado do Rio Grande do Norte e do Aeroporto Juscelino Kubitschek no Distrito Federal.

A Engevix possui larga experiência em todas as etapas do ciclo de implantação de empreendimentos do setor elétrico, incluindo projetos básicos, construção de plantas de geração e linhas de transmissão. Ao longo de sua história, a Engevix participou em mais de 35.000 MW em projetos de

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

geração de energia operando no Brasil, acumulando extenso conhecimento e experiência no setor elétrico, tendo atuado, dentre outros, nos seguintes projetos: Itaipú Binacional, Tucuruí, Itá, Salto Caxias e Campos Novos. Atualmente a Engevix está envolvida como empresa líder na elaboração do projeto de engenharia de Belo Monte.

Apresentam-se abaixo as principais controladas da Jackson:



SN Power

Companhia de origem norueguesa, a SN Power é um investidor de longo prazo que atua fora da Europa na geração de energia elétrica, através de fontes renováveis, principalmente de origem hídrica. Fundada em 2002, desde janeiro de 2008 instalou um escritório no Brasil, país que é um de seus principais focos de negócios.

A SN Power é resultado de um joint venture de empresas norueguesas: a Statkraft e o Norfund. A primeira, controladora da SN Power com 60% do capital, é a maior geradora de energia elétrica da Noruega e a maior da Europa em fontes renováveis. Sua capacidade instalada é de 16.430 MW. Possui 267 hidrelétricas, 6 eólicas, 22 "district heating and biomass" e 6 termoeletricas a gás natural. A SN Power está presente hoje, além da Noruega, na América do Sul (Brasil, Chile e Peru), América Central (Costa Rica e Panamá), Ásia (Nepal, Índia, Vietnã, Sri Lanka, Singapura e Filipinas) e África (Zâmbia). O Norfund é um fundo de capital controlado pelo Governo norueguês para investir em países em desenvolvimento.

FUNCEF

A FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais - é o terceiro maior fundo de pensão do Brasil e um dos maiores da América Latina. Entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, foi criada com base na Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, com o objetivo de administrar o plano de previdência complementar dos empregados da Caixa Econômica Federal. Hoje tem patrimônio ativo total superior a R\$ 45 bilhões e aproximadamente 115 mil participantes. A Fundação é regida pela legislação específica do setor, por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Manual de Governança Corporativa. Seus recursos são investidos em áreas diversas que se dividem em: renda fixa, renda variável, imóveis e operações com participantes. Esses investimentos garantem o pagamento dos benefícios de seus participantes e, como aplica seus recursos no país, a FUNCEF, como investidor corporativo, tem papel ativo no desenvolvimento nacional.

7.1.1.2 Visão Geral da Companhia

Somos uma companhia dedicada ao desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, notadamente por meio de usinas hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas termoeletricas movidas à biomassa e, em menor escala, transmissão de energia elétrica. Atuamos de maneira integrada, o que acreditamos nos conferir vantagens competitivas e retornos atrativos em nossos projetos.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Em 30 de setembro de 2012, possuíamos investimentos em quinze Empreendimentos em Operação, com uma capacidade instalada própria de 349 MW. Adicionalmente, possuíamos na mesma data, dois Empreendimentos em Construção, sendo duas LTs com um total de 511km de extensão e previsão de entrada em operação até o início de 2013.

Possuímos negócios e experiência em todas as fontes de energia renováveis comercializadas no Brasil. Além disso, nossa controlada ENEX, fundada em 2006, possuía em 30 de setembro de 2012, 34 empreendimentos de geração de energia elétrica em seu portfólio, perfazendo um total de 1.145 MW e contava com 337 colaboradores.

A tabela abaixo possui informações acerca dos empreendimentos em que investimos, os quais representam os nossos Empreendimentos em Operação e Empreendimentos em Construção em 30 de setembro de 2012:

		Empreendimento	Participação Desenvix	Sócios	Início das Operações	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada Desenvix (MW)
Em Operação	Controladas	PCH Esmeralda	99,99%	N/A	Dez/06	22,20	22,20
		PCH Santa Laura	99,99%	N/A	Out/07	15,00	15,00
		PCH Santa Rosa II	99,99%	N/A	Jul/08	30,00	30,00
		PCH Moinho	99,99%	N/A	Set/11	13,70	13,70
		UTE Decasa	100%	N/A	Out/11	33,00	33,00
		UHE Monjolinho	99,99%	N/A	Set/09	74,00	74,00
		PCH Victor Baptista Adami	50,00%	ADAMI	Fev/12	25,00	12,50
		UEE Macaúbas	99,99%	N/A	Jul/12	35,07	35,07
		UEE Seabra	99,99%	N/A	Jul/12	30,06	30,06
		UEE Novo Horizonte	99,99%	N/A	Jul/12	30,06	30,06
		UEE Barra dos Coqueiros	95,0%	Água Quente	Set/12	34,50	32,8
	Participações Minoritárias	CERAN					
		- UHE Monte Claro ⁽²⁾	5,00%	CPFL, CEEE	Jan/05	130,00	6,50
		- UHE Castro Alves ⁽²⁾	5,00%	CPFL, CEEE	Mar/08	130,00	6,50
		- UHE 14 de Julho ⁽²⁾	5,00%	CPFL, CEEE	Dez/08	100,00	5,00
		UHE Dona Francisca	2,12%	COPEL, CEEE, CELESC, Gerdau	Fev/01	125,00	2,70
Total em Operação		-x-	-x-	-x-	-x-	827,6	349,0
Em Construção	LT Goiás 253 km	25,50%	FURNAS, J MALUCELLI	Mar/13 ⁽¹⁾	N/A	N/A	
	LT MGE 258 km	25,50%	FURNAS, J MALUCELLI	Mar/13 ⁽¹⁾	N/A	N/A	
Total em Construção		-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-
Total Geral em Operação e Construção						827,6	349,0

⁽¹⁾ Data prevista para entrada em operação. Não podemos garantir que tais datas se concretizarão.

⁽²⁾ A participação detida nestes empreendimentos se dá por meio da CERAN.

Acreditamos que nosso histórico no desenvolvimento de projetos e de bons resultados em leilões de energia nos coloca entre os principais atores no setor elétrico brasileiro. Em 30 de setembro de 2012, nosso quadro de colaboradores contava com 52 colaboradores, que acumulam vasta experiência no desenvolvimento, implantação e operação de projetos, no setor elétrico. Ainda, para permitir o nosso crescimento, além da sociedade com a FUNCEF e SN Power descrita detalhadamente na seção 6.5 do nosso Formulário de Referência, estabelecemos uma forte parceria com o BNDES, banco com o qual estruturamos todos os financiamentos dos nossos Empreendimentos em Operação.

Nossas atividades envolvem também o constante desenvolvimento de novos projetos. Em 30 de setembro de 2012 nosso Portfólio de Projetos era composto por 17 Projetos Prioritários em Desenvolvimento (513,2 MW próprios) e 21 Projetos em Desenvolvimento (840,6 MW próprios), totalizando 2.960,8 MW, sendo 1.353,8 MW próprios. Nos projetos que desenvolvemos, por vezes investimos juntamente com sócios tradicionais do setor elétrico, como CPFL, EDB, CEEE, CHESF, FURNAS, COPEL, CELESC, CEMIG, Neoenergia, Eletronorte, Eletrosul, dentre outros; o que nos permite compartilhar os riscos de determinados empreendimentos com parceiros altamente qualificados.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Mais detalhadamente, incluímos na categoria dos Projetos Prioritários em Desenvolvimento aqueles projetos de nosso portfólio que encontram-se, no nosso entendimento, em estado mais avançado de desenvolvimento (incluindo compra de terras e licenças emitidas, conforme detalhado na tabela abaixo), com possibilidade de iniciarem a construção num horizonte entre 1 e 2 anos.

As tabelas abaixo apresentam com mais detalhes o estado de maturação de nosso portfólio de Projetos Prioritários em Desenvolvimento, em 30 de setembro de 2012:

Projetos Prioritários em Desenvolvimento ⁽¹⁾												
	PCH			UHE ⁽¹⁾			SOLAR			EOLICA		
	Potência Instalada (MW)	Potência Própria (MW)	Número de Projetos	Potência Instalada (MW)	Potência Própria (MW)	Número de Projetos	Potência Instalada (MW)	Potência Própria (MW)	Número de Projetos	Potência Instalada (MW)	Potência Própria (MW)	Número de Projetos
Projetos com registro na ANEEL, com licença ambiental e com terras compradas ou arrendadas (se aplicável) ⁽²⁾	39,8	24,8	2	50	10	1	0	0	0	30	30	1
Projetos com registro na ANEEL, sem licença ambiental e com terras compradas ou arrendadas (se aplicável) ⁽²⁾	125,2	118,9	6	570,1	235,98	4	0	0	0	0	0	0
Projetos a serem registrados na ANEEL, sem licença ambiental e com terras compradas ou arrendadas (se aplicável) ⁽²⁾	30	30	1	67	33,5	1	30,01	30,01	1	0	0	0
Total	195	173,7	9	687,1	279,48	6	30,01	30,01	1	30	30	1
Total Potência Própria do Portfólio Prioritário em Desenvolvimento	513,21 MW											

⁽¹⁾ O item 7.1.2.3 deste Formulário de Referência apresenta a relação detalhada de todos os projetos que compõem a categoria de Projetos Prioritários em Desenvolvimento.

⁽²⁾ O item "terras compradas ou arrendadas" não se aplica aos projetos de UHEs e SOLAR, uma vez que a compra de terras nestes empreendimentos é feita somente após a outorga da concessão pela ANEEL.

Os demais 21 projetos de nosso Portfólio de Projetos que não se encontram entre os Projetos Prioritários em Desenvolvimento são agrupados na categoria Projetos em Desenvolvimento, completando o total de 38 projetos de nosso Portfólio de Projetos. Para efeitos deste Formulário de Referência, um Projeto em Desenvolvimento é aquele que reúne ao menos uma das três características a seguir: (i) projeto básico protocolado na ANEEL ou em fase final de conclusão; (ii) ao menos uma das licenças ambientais emitidas; e (iii) terras adquiridas.

A tabela abaixo detalha o estado de maturação de nossos Projetos em Desenvolvimento, em 30 de setembro de 2012:

Projetos em Desenvolvimento ⁽¹⁾									
	PCH			UHE ⁽¹⁾			EOLICA		
	Potência Instalada (MW)	Potência Própria (MW)	Número de Projetos	Potência Instalada (MW)	Potência Própria (MW)	Número de Projetos	Potência Instalada (MW)	Potência Própria (MW)	Número de Projetos
Projetos com registro na ANEEL, com / sem licença ambiental e com terras compradas ou arrendadas ⁽²⁾	44	17,6	2	0	0	0	30	30	1
Projetos com registro na ANEEL, sem licença ambiental e sem terras compradas ou arrendadas ⁽²⁾	57,4	33,96	2	1665	672	7	0	0	0
Projetos a serem registrados na ANEEL, sem licença e com/sem terras compradas ou arrendadas ⁽²⁾	222,3	87,04	9	0	0	0	0	0	0
Total	323,7	138,6	13	1665	672	7	30	30	1
Total Potência Própria do Portfólio em Desenvolvimento	840,6 MW								

⁽¹⁾ O item 7.1.2.4 deste Formulário de Referência apresenta a relação detalhada de todos os projetos que compõem a categoria de Projetos Prioritários em Desenvolvimento.

⁽²⁾ O item "terras compradas ou arrendadas" não se aplica aos projetos de UHEs e SOLAR, uma vez que a compra de terras nestes empreendimentos é feita somente após a outorga da concessão pela ANEEL.

7.1.1.3 Pontos Fortes

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são os seguintes:

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Administração experiente, sólida base de acionistas e parceiros com experiência de atuação no Setor Elétrico Brasileiro.

Reunimos uma equipe altamente especializada, composta por aproximadamente 52 colaboradores em 30 de setembro de 2012, com formação técnica diferenciada e experiência no setor elétrico. Nossos principais diretores e colaboradores seniores nas áreas operacionais acumulam aproximadamente 30 anos de experiência no setor e mais de 35.000 MW em projetos de geração e transmissão de energia elétrica desenvolvidos no Brasil e no exterior. Nossos diretores atuaram, também, em alguns dos mais importantes projetos de geração e transmissão de energia elétrica no Brasil, dentre os quais destaca-se Itaipu Binacional (12.600 MW), Tucuruí (8.370 MW), Itá (1.450 MW), Salto Caxias (1.240 MW), Machadinho (1.140 MW), Campos Novos (880 MW), Foz do Chapecó (840 MW), Barra Grande (690 MW), dentre outros, e atualmente UHE Belo Monte com 11.233 MW.

Ainda, as pessoas físicas controladoras da Jackson (nossa Acionista Controladora Indireta) possuem mais de 30 anos de experiência em engenharia consultiva e no setor de energia elétrica, por meio da Engevix, acumulando experiência em projetos dos mais variados tamanhos e características.

A SN Power, nosso outro controlador, é resultado de um joint venture de empresas norueguesas: a Statkraft e o Norfund. A primeira, controladora da SN Power com 60% do capital, é a maior geradora de energia elétrica da Noruega e a maior da Europa em fontes renováveis. Sua capacidade instalada é de 16.430 MW. Possui 267 hidrelétricas, 6 eólicas, 22 “district heating and biomass” e 6 termoeletricas a gás natural. A SN Power está presente hoje, além da Noruega, na América do Sul (Brasil, Chile e Peru), América Central (Costa Rica e Panamá), Ásia (Nepal, Índia, Vietnã, Sri Lanka, Singapura e Filipinas) e África (Zâmbia). O Norfund é um fundo de capital controlado pelo Governo norueguês para investir em países em desenvolvimento.

Outra parcela significativa de nosso capital é detida pela FUNCEF, terceiro maior fundo de pensão do Brasil, segundo ranking publicado pela ABRAPP, contando com ativos de aproximadamente R\$45 bilhões em 30 de setembro de 2012.

A FUNCEF é um investidor institucional com experiência em investimentos no setor de infraestrutura no Brasil, notadamente em investimentos no setor elétrico, os quais realiza de forma direta e indireta por intermédio de FIPs (e.g. InfraBrasil, Brasil Energia e Caixa Ambiental). Acreditamos que a participação da FUNCEF em nosso capital, além de nos conferir um alto padrão de governança corporativa, representa um diferencial relevante para nossos negócios, permitindo-nos em conjunto com este importante participante no setor de geração de energia elétrica no Brasil. A parceria com a FUNCEF e o correspondente aporte de recursos nos garantiu acesso ao capital necessário para a implantação de nossos Empreendimentos em Construção.

Vale observar também nosso estreito relacionamento e de nossos Acionistas Controladores Indiretos com o BNDES, maior fonte de financiamento de projetos de geração de energia elétrica no Brasil.

Por fim, nossa expertise no desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica, nos possibilitou trabalhar em parceria com renomadas empresas do setor de energia elétrica, como CPFL, EDB, CEEE, CHESF, COPEL, CELESC, Neoenergia, Eletronorte, FURNAS e Eletrosul, dentre outros.

Histórico comprovado em desenvolvimento, implantação e operação de empreendimentos no setor elétrico.

Possuímos mais de 15 anos de experiência comprovada em desenvolvimento, implantação e operação de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica. Durante esse período, desenvolvemos e contribuimos para implantação de mais de 5.300 MW em empreendimentos de geração hidráulica, os quais se encontram em operação no Brasil.

Desde 2005, quando iniciamos as obras da PCH Esmeralda (nossa primeira PCH a entrar em operação, em dezembro de 2006), conseguimos antecipar o prazo de entrega das obras de dois dos nossos quatro empreendimentos construídos no período. Este fato reforça a experiência de nosso corpo técnico e a sua capacidade de gerenciar projetos, obras, fornecedores e contratados, além de nossa capacidade de antecipar e equacionar problemas na execução destes empreendimentos.

Em 30 de setembro de 2012 possuíamos quinze Empreendimentos em Operação (349MW próprios). Adicionam-se aos nossos Empreendimentos, 258 km de linha de transmissão em construção na região Sudeste e 253 km na região Centro-Oeste com operação programada para iniciar em 2013.

Ainda, nossa controlada ENEX possui 34 empreendimentos de geração de energia elétrica em seu portfólio, totalizando 1.145 MW. Acreditamos que a ENEX esteja bem posicionada para captar o forte crescimento nas atividades de operação e manutenção de pequenos e médios empreendimentos de geração, além de nos conferir um conhecimento privilegiado no setor de operação e manutenção de empreendimentos de geração de energia elétrica.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Acreditamos que nosso conhecimento integrado de todo o ciclo de desenvolvimento de projetos (desenvolvimento, implantação, operação), além do conhecimento do negócio dos principais agentes e sua regulação, mostrado em nosso histórico empresarial, confere-nos uma posição de destaque na expansão do setor.

Ainda, acreditamos que nosso conhecimento técnico dos projetos que desenvolvemos e dos demais projetos atualmente em desenvolvimento no Brasil nos confere uma posição privilegiada de competitividade nos leilões de concessão de UHEs e na aquisição das autorizações para construção e operação das PCHs, uma vez que podemos oferecer preços competitivos e condizentes com as necessidades técnicas apresentadas por cada empreendimento.

O item 7.1.1.2 deste Formulário de Referência contém um detalhamento de todos os nossos empreendimentos em operação.

Vasto Portfólio de Projetos, diversificado no que se refere aos estágios de desenvolvimento e localização geográfica

Para que um projeto de geração entre em operação, são necessários, no mínimo, dois anos de estudos para se determinar sua viabilidade intrínseca. Quando o projeto se mostra viável, o prazo para seu desenvolvimento e implantação, principalmente se tratando de energia hidrelétrica, varia entre cinco e seis anos. Durante esse período, alguns projetos não são concluídos, especialmente por força de restrições ambientais. Desse modo, para garantir seu crescimento, uma geradora precisa manter um portfólio vasto e ativo de projetos em estudo e desenvolvimento, e uma equipe com experiência no desenvolvimento de tais projetos.

Em 30 de setembro de 2012, nosso Portfólio de Projetos totalizava 2.960,8 MW, divididos em 38 projetos, sendo 1.353,8 MW próprios. Do nosso Portfólio de Projetos, 17 projetos compõem nosso portfólio de Projetos Prioritários em Desenvolvimento (513,2 MW próprios) e os outros 21 projetos compõem nosso portfólio de Projetos em Desenvolvimento (840,6 MW próprios).

Vale destacar também o avançado estágio de desenvolvimento de nosso Portfólio de Projetos. Investimos constantemente recursos, tempo e conhecimento nesses Projetos há mais de quatro anos, o que nos dá liberdade para substituir nossos Projetos Prioritários em Desenvolvimento que, por algum motivo apresente algum empecilho para sua implantação, por qualquer outro de nossos Projetos em Desenvolvimento. Além disso, a diversificação do nosso Portfólio de Projetos em projetos de PCHs, UEEs, UTEs e UHEs nos confere o poder de priorizar sempre, a cada momento, os projetos que apresentem a taxa de retorno mais atrativa para nós.

Outra característica relevante de nossa carteira de projetos é a sua diversidade geográfica, agregando-nos conhecimentos importantes sobre o potencial energético brasileiro, e nos permitindo aproveitar boas oportunidades de negócio em todo o território brasileiro.

Exposição a setor com perspectiva de alto crescimento e habilidade para capturar tal crescimento.

Estimativas do MME no PDE (2010-2019) indicam que, para sustentar o crescimento econômico esperado do Brasil para os próximos anos, deverão ser adicionados ao sistema elétrico brasileiro aproximadamente 54,6 GW de capacidade instalada até 2019, dos quais 80% (ou 43,7 GW) provenientes de projetos de geração por meio de fontes renováveis, sendo 60% (ou 32,8 GW) de UHEs de grande porte e 20% (ou 10,9 GW) de demais projetos de fontes renováveis (PDE 2010-2019).

O Brasil é o sexto maior país membro do G-20 em capacidade de energias renováveis (excluindo grandes hidrelétricas), terceiro em capacidade hidrelétrica e terceiro em produção de energia de biomassa. Na capacidade de energia eólica, a meta do governo é a de alcançar aproximadamente 6 GW de capacidade até 2029, segundo o PDE (2010-2019). Para alcançar esta meta, o plano do governo é realizar Leilões específicos para as diferentes fontes de energias renováveis, como foi feito em dezembro de 2009 para a energia eólica, quando contratamos 128 MW de nossos projetos de usinas eólicas na Bahia e em Sergipe. Acreditamos estarmos bem posicionados para participarmos do crescimento da capacidade de energias renováveis no Brasil incluindo usinas hidrelétricas de médio e grande porte.

Atuação voltada para desenvolvimento de projetos de geração de energia por meio de fontes renováveis, incluindo projetos de energia incentivada.

Observa-se no Brasil e no mundo um crescimento na importância do desenvolvimento de formas limpas de geração de energia elétrica com foco na sustentabilidade ambiental, o que nos leva a crer que a geração de energia por meio de fontes renováveis irá crescer cada vez mais.

O desenvolvimento de projetos com as características mencionadas nos garante um amplo acesso a fontes de financiamento, uma vez que os grandes bancos financiadores de projetos de geração de energia são, na sua maioria, signatários dos Princípios do Equador. Ainda, a grande maioria de nossos empreendimentos são elegíveis para certificação como MDL, podendo ser beneficiados com a comercialização de CERs.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Desde de 2001, com a criação do primeiro programa de incentivo a energia renovável, o PROINFA, e culminando em 2009 com o primeiro leilão de energia eólica, o governo brasileiro vem constantemente criando bases, inclusive regulatórias, para incentivar projetos de geração de energia renovável. Em 2009, a capacidade instalada de energia de fonte hidro e renovável no Brasil era da ordem de aproximadamente 82.000 MW.

Mais especificamente, instituiu-se no Brasil uma série de incentivos para o desenvolvimento de pequenas usinas de geração a partir de fontes renováveis (energia incentivada), dentre os quais destacamos: (i) possibilidade de venda de energia em mercados reservados (ACL e ACR) sem imposição de tarifa pela ANEEL ou determinação de equilíbrio econômico-financeiro; (ii) licenciamento, construção e operação mais simples, mais rápidos e a custos menores; (iii) incentivos legais e desconto em tarifas setoriais; (iv) amplo acesso a financiamento; (v) geração de créditos de carbono; (vi) possibilidade de tributação em regime de lucro presumido e (vii) redução em 50% da TUST/TUSD. Possuímos um histórico bem sucedido e um extenso portfólio de projetos com estas características, o que nos coloca em posição de aproveitar tais incentivos e nos garante vantagens competitivas no setor de geração de energia elétrica.

Atuação num setor regulamentado, com contratos de longo prazo, risco reduzido de suprimento e baixa inadimplência.

A indústria de geração de energia elétrica brasileira é caracterizada por baixos níveis de inadimplência e contratos de longo prazo de fornecimento de energia. Como resultado, todos os nossos Empreendimentos em Operação e Construção possuem 100% de sua energia contratada, com prazos que variam entre 14 anos e 30 anos. Ainda, todos os nossos Empreendimentos em Estruturação possuem ao menos 70% de sua energia contratada. Ao longo de nossa história, não verificamos qualquer inadimplência em nossos contratos de fornecimento de energia elétrica.

Adicionalmente, para manter baixo o nível de risco de inadimplência, o governo promove leilões anuais de energia com grande antecedência (três a cinco anos), fazendo com que as distribuidoras assumam obrigações de suprimento do mercado cativo, tornando o setor elétrico atrativo para novos projetos de geração de energia elétrica, uma vez que estes requerem investimentos significativos de longo prazo.

A manutenção do risco de déficit de suprimento de energia elétrica na faixa de 5%, acrescido à demanda crescente, leva à execução pela ANEEL de leilões anuais A -3 e A -5, além de leilões de energia de reserva, o que faz com que o mercado de geração de energia elétrica seja crescente e atrativo.

Operação integrada com foco na criação de valor

Possuímos um modelo de operação integrada, que contempla desde a prospecção e desenvolvimento dos projetos, passando pela sua implantação, comercialização de energia e até a operação e manutenção.

Acreditamos que a experiência técnica de engenharia e construção oriundas da Engevix nos confira uma vantagem competitiva relevante, uma vez que nos permite realizar uma avaliação técnica completa dos projetos nos quais pretendemos investir. Esta avaliação é fundamental para a definição da viabilidade do projeto, incluindo a concepção da planta geradora, meio de conexão ao SIN, sistema viário, etc. Toda esta análise, complementada pela nossa experiência nas demais etapas do desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica por meio de fontes renováveis (e.g. análise de impacto ambiental, estratégia de venda de energia elétrica, coordenação de fatores de produção, etc), coloca-nos em posição privilegiada para avaliar e desenvolver boas oportunidades neste setor.

Ainda, fazer parte do grupo Engevix nos confere uma vantagem competitiva sobre os nossos concorrentes na implantação de projetos de geração, dada a grande experiência da Engevix na implantação de tais projetos.

Já na operação e manutenção de nossos empreendimentos, contamos com nossa subsidiária ENEX, que emprega profissionais com vasta experiência nesse tipo de atividade. Atualmente a ENEX possui 34 empreendimentos de geração de energia elétrica em seu portfólio, totalizando 1.145 MW. Entre 2006 a 2011, o faturamento bruto da ENEX aumentou em mais de 48 vezes, passando de R\$570 mil a R\$27.497 mil. Ainda, acreditamos que o mercado de operação e manutenção de empreendimentos de geração no Brasil tende a crescer nos próximos anos, permitindo à nossa subsidiária explorar novas oportunidades neste setor. Essa experiência também nos permite uma melhor avaliação da viabilidade de cada projeto, à medida que nos dota de conhecimento sobre a atividade de O&M e a suas dificuldades para diferentes projetos.

7.1.1.4 Estratégia

Somos uma companhia do setor de energia elétrica com investimentos em geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis e, em menor escala, transmissão. Buscaremos continuamente aumentar nossos investimentos em projetos no setor elétrico, com foco em geração de energia renovável, incluindo usinas hidrelétricas, eólicas e movidas a biomassa.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Para alcançar nossos objetivos, pretendemos implementar a seguinte estratégia:

Crescimento com foco em energia renovável, com ênfase em projetos hidrelétricos.

Pretendemos nos valer dos mais de 30 anos de experiência de nossa administração e de nossos 15 anos de história desenvolvendo projetos de geração de energia renovável, para implantar e operar usinas hidrelétricas. Com relação a outras modalidades de energia renovável, estamos em processo de construção de quatro usinas eólicas, o que gradualmente nos conferirá a experiência no desenvolvimento de projetos nestas fontes de energia renovável. Buscaremos alinhar o aproveitamento de boas oportunidades de negócios que possam surgir para o desenvolvimento de empreendimentos, com o crescente conhecimento que adquiriremos naqueles em que já investimos.

Contínuo crescimento da capacidade de geração por meio de projetos próprios.

Nos leilões em que participamos, podemos dar lances para a obtenção de capacidade de geração de projetos próprios ou de terceiros, conforme mecânica de tais leilões conduzidos pela ANEEL. Buscaremos priorizar os projetos próprios para aumentarmos nossa capacidade instalada, à medida que, em tais projetos, possuímos grande conhecimento sobre todas as variáveis que podem impactar seu sucesso. Acreditamos que o conhecimento que possuímos desse portfólio próprio, juntamente com nosso profundo conhecimento do setor elétrico, permite-nos identificar a melhor forma de implantação e desenvolvimento do projeto.

Para maiores detalhes sobre os nossos Projetos Prioritários em Desenvolvimento, vide item 7.1.2.3 deste Formulário de Referência.

Contínua busca de parceiros estratégicos para cada projeto.

Acreditamos que cada projeto possui desafios próprios por sua localização, características técnicas e sociais, e que a escolha dos parceiros é importante para aumentarmos as chances de sucesso e o retorno financeiro de cada empreendimento. Ao mesmo tempo, a formação de consórcios e parcerias reduz a potencial concorrência em determinados projetos que pretendemos desenvolver, o que nos permite diversificar ainda mais o nosso portfólio, além de reduzir certos custos fixos a que estamos sujeitos.

Ao longo de nossa história, fomos bem-sucedidos no estabelecimento de parcerias estratégicas com importantes empresas do setor elétrico, conforme demonstram nossos empreendimentos em operação. Pretendemos continuar formando parcerias sempre que as características de um empreendimento assim demandarem.

Ainda, como antecipado acima, acreditamos que o relacionamento com a FUNCEF e SN Power também nos proporciona acesso a altos padrões de governança corporativa para a nossa empresa.

Contínuo investimento no aperfeiçoamento de nosso capital humano.

Pretendemos aprimorar continuamente nossas políticas de estímulo à constante atualização tecnológica de nosso corpo técnico, por meio de programas de educação continuada e o desenvolvimento de cursos de capacitação, formação e atualização de nosso corpo de profissionais. Ao mesmo tempo, intensificaremos os esforços para a atração de profissionais qualificados e com o perfil exigido pelo nosso modelo de negócios.

7.1.2 Portfólio de Empreendimentos e Projetos

7.1.2.1 Empreendimentos em Operação

7.1.2.1.1 PCH Esmeralda

A PCH Esmeralda possui potência instalada de 22,2 MW (12,3 MW de Garantia Física) e está localizada no rio Bernardo José, entre os municípios de Pinhal da Serra e Barracão, no norte do Estado do Rio Grande do Sul. Detemos 99,99% deste empreendimento (a Engevix detém uma ação da Esmeralda), sendo que nossos investimentos foram da ordem de R\$72.625 mil, dos quais R\$55.425 mil foram captados por meio de financiamento direto junto ao BNDES, na modalidade *project finance*, com prazo de amortização de 12 anos em 144 prestações mensais. Maiores informações acerca dos contratos de financiamento podem ser obtidas no item 10.1 “f”.

A energia elétrica do empreendimento foi integralmente vendida à Eletrobrás no âmbito do PROINFA por meio da celebração de CCVE a um preço de R\$121,35/MWh (data base: junho de 2004), por um período de suprimento de 20 anos, com início em 15 de dezembro de 2006 até 14 de dezembro de 2026. Referido contrato prevê a entrega de 105.680 MW/h por ano, tendo gerado no exercício social de 2010 uma receita operacional líquida de R\$18.249 mil. O preço base setembro de 2012 é R\$189,82/MWh.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A Engevix foi contratada para implantar a usina em regime de contrato de empreitada integral, incluindo o projeto básico, projeto executivo, obras civis, aquisição, montagem e comissionamento dos equipamentos eletromecânicos. As obras de implantação tiveram início em maio de 2005 e, em dezembro de 2006, a PCH Esmeralda entrou em operação comercial, criando no período aproximadamente 450 empregos diretos e 600 indiretos conforme relatórios de acompanhamento de obra encaminhados à ANEEL durante o período de construção do empreendimento.

A Esmeralda S.A. está devidamente autorizada pela FEPAM, a operar a PCH Esmeralda, por meio da Licença Ambiental de Operação - LO n.º 4.667/2012 - DL, com validade até 10 de agosto de 2016.

Fomos autorizados a nos estabelecer como Produtor Independente de Energia Elétrica para a exploração da PCH Esmeralda pela Resolução ANEEL n.º 605, de 21 de dezembro de 2001. Tal autorização foi transferida para a PCE Projetos e Consultorias de Engenharia Ltda. pela Resoluções ANEEL n.º 191, de 4 de maio de 2004 e, posteriormente, para a Esmeralda S.A. pela Resolução ANEEL n.º 295, de 31 de agosto de 2005.

A PCH Esmeralda está conectada ao SIN através de uma linha de transmissão com tensão de 69 kV e 7,67 Km de extensão até a SE da PCH São Bernardo, que por sua vez se conecta ao sistema da RGE na SE de Paim Filho no Estado do Rio Grande do Sul. Referida linha de transmissão possui Licença Ambiental de Operação – LO n.º 5834/2011 – DL, emitida pela FEPAM, com validade até 12 de outubro 2015.

Os serviços de O&M do empreendimento e da LT estão contratados com a ENEX que, em conjunto com a nossa diretoria de operação, compartilham as atribuições de gestão técnica e administrativa, de modo a garantir o mais alto índice de disponibilidade para o SIN.

7.1.2.1.2 PCH Santa Laura

A PCH Santa Laura possui potência instalada de 15,0 MW (8,0 MW de Garantia Física) e está localizada no rio Chapecozinho, a aproximadamente 58 km de sua foz, entre os municípios de Faxinal dos Guedes e Ouro Verde, ambos no Estado de Santa Catarina. Detemos 99,99% (a Engevix detém uma ação da Santa Laura) deste empreendimento, sendo que nossos investimentos foram da ordem de R\$65.821 mil, dos quais R\$40.821 mil foram captados por meio de financiamento direto junto ao BNDES, na modalidade *project finance*, com prazo de amortização de 12 anos em 144 prestações mensais. Maiores informações acerca dos contratos de financiamento podem ser obtidas no item 10.1 “F”.

A energia elétrica do empreendimento foi integralmente vendida à Eletrobrás no âmbito do PROINFA por meio da celebração de CCVE a um preço de R\$123,01/MWh (data base: julho de 2004), por um período de suprimento de 20 anos, com início em 31 de dezembro de 2007 até 30 de dezembro de 2027. Referido contrato prevê a entrega de 69.642 MW/h por ano, tendo gerado no exercício de 2011 uma receita operacional líquida de R\$12.035 mil. O preço base setembro de 2012 é R\$191,05/MWh.

A Engevix foi contratada para implantar a usina em regime de contrato por empreitada integral, incluindo otimização do projeto básico, projeto executivo, obras civis, aquisição, montagem e comissionamento dos equipamentos eletromecânicos. As obras de implantação da usina duraram 18 meses, período no qual foram criados aproximadamente 350 empregos diretos e 600 empregos indiretos segundo relatórios de acompanhamento da obra enviados à ANEEL e ELETROBRÁS durante o período de construção do empreendimento. Em outubro de 2007 a PCH Santa Laura entrou em operação comercial. O término das obras e o início da geração foram antecipados em três meses. A energia gerada nesse período de antecipação foi vendida em contratos de curto prazo com consumidores livres.

A Santa Laura está devidamente autorizada, pela FATMA, órgão ambiental licenciador do Estado de Santa Catarina, a operar a PCH Santa Laura, por meio da Licença Ambiental de Operação - LAO 323/2009 - GELUR, com validade até 14 de dezembro de 2013.

A Engemix S.A. foi autorizada a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica para a exploração da PCH Santa Laura pela Resolução ANEEL n.º 379, de 27 de setembro de 2000. Tal autorização foi transferida para nós pela Resolução ANEEL n.º 781, de 23 de dezembro de 2002 e, posteriormente, transferida para PCE Projetos e Consultorias de Engenharia Ltda. pela Resolução ANEEL n.º 237, de 5 de maio de 2004 e, finalmente, transferida para a Santa Laura S.A. pela Resolução ANEEL n.º 423, de 23 de janeiro de 2006.

A PCH Santa Laura está conectada ao SIN através de uma linha de transmissão com tensão de 69 kV e 13,5 Km de extensão até a SE da Xanxerê, que pertence ao sistema elétrico da CELESC no Estado de Santa Catarina. Referida linha de transmissão possui a Licença Ambiental de Operação - LAO n.º 9467/2011, emitida pela FATMA, com validade até 09 de dezembro de 2015.

As técnicas alternativas aplicadas na recuperação de áreas degradadas na região da PCH Santa Laura renderam dois troféus Fritz Müller consecutivos ao empreendimento. O troféu Fritz Müller dado pela FATMA é a maior premiação ambiental do Estado de Santa Catarina.

Os serviços de O&M da usina e da LT estão contratados com a ENEX, que, em conjunto com nossa diretoria de operação, compartilham as atribuições de gestão técnica e administrativa, de modo a garantir o mais alto índice de disponibilidade para o SIN.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1.2.1.3 PCH Santa Rosa II

A PCH Santa Rosa II possui potência instalada de 30,0 MW (17,1 MW de Garantia Física) e está localizada no rio Grande, afluente do rio Paraíba do Sul, entre os municípios de Bom Jardim e Cordeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Detemos 99,99% (a Engevix detém uma ação de Santa Rosa II) deste empreendimento, sendo que nossos investimentos foram da ordem de R\$138.963 mil, dos quais R\$88.963 mil foram captados por meio de dois financiamentos indiretos junto ao BRADESCO/BNDES, na modalidade *project finance* indireto, com prazo de amortização de 14 anos em 168 prestações mensais. Maiores informações acerca dos contratos de financiamento podem ser obtidas no item 10.1 “f”.

A energia elétrica do empreendimento foi integralmente vendida à Eletrobrás no âmbito do PROINFA por meio da celebração de CCVE a um preço de R\$121,35/MWh (data base: junho de 2004), por um período de suprimento de 20 anos, com início em 30 de junho de 2008 até 29 de junho de 2028. Referido contrato prevê a entrega de 148.036 MW/h por ano, tendo gerado no exercício de 2011 uma receita operacional líquida de R\$22.054 mil. O preço base setembro de 2012 é R\$189,82/MWh.

A Engevix foi contratada para implantar a usina em regime de contrato de empreitada integral, incluindo o projeto básico, projeto executivo, obras civis, fornecimento, montagem e comissionamento dos equipamentos eletromecânicos. As obras de implantação iniciaram-se em abril de 2006, e em junho de 2008 a PCH Santa Rosa II entrou em operação comercial. Durante este período o empreendimento gerou aproximadamente 600 empregos diretos e 1000 empregos indiretos foram criados de acordo com relatórios de acompanhamento de obras encaminhados à ANEEL E ELETROBRAS.

A Santa Rosa está devidamente autorizada pelo INEA, órgão ambiental licenciador do Estado do Rio de Janeiro, a operar a PCH Santa Rosa II, por meio da Licença Ambiental de Operação - LO n.º FE014183, com validade até 19 de maio de 2013.

A Monteiro Aranha S.A. foi autorizada a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica para a exploração da PCH Santa Rosa II pela Resolução ANEEL n.º 197, de 31 de maio de 2001. Tal autorização foi transferida para a Santa Rosa S.A. pela Resolução ANEEL n.º 279, de 17 de junho de 2003. A Resolução ANEEL n.º 72, de 14 de fevereiro de 2005, autorizou a prorrogação dos prazos para a implantação da PCH Santa Rosa II e a modificação das características técnicas de suas instalações de transmissão.

A PCH Santa Rosa II está conectada ao SIN através de uma linha de transmissão com tensão de 69 kV e 7 km aproximadamente de extensão até a SE LT Macabú – Val de Palmas, que pertence ao sistema elétrico da AMPLA no Estado do Rio de Janeiro. Referida linha de transmissão possui a Licença Ambiental de Operação - LO n.º. FE014396, emitida pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA, com validade até 25 de junho de 2013.

Os serviços de operação e manutenção da usina e da linha de transmissão estão contratados com a ENEX, que, em conjunto com a nossa diretoria de operação, compartilham as atribuições de gestão técnica e administrativa, de modo a garantir o mais alto índice de disponibilidade desta usina para o SIN.

7.1.2.1.4 UHE Monjolinho

A UHE Monjolinho possui potência instalada de 74,0 MW (43,8 MW de Garantia Física) e está localizada no rio Passo Fundo, entre os municípios de Nonoai e Faxinalzinho, cujo reservatório abrange também os municípios de Benjamin Constant do Sul e Entre Rios do Sul, no norte do Rio Grande do Sul. Detemos 99,99% deste empreendimento (a Engevix detém uma ação da Monel), sendo que nossos investimentos foram da ordem de R\$280.000 mil, dos quais R\$169.659 mil foram captados por meio de financiamento direto junto ao BNDES, na modalidade *project finance*, com prazo de amortização de 16 anos. Maiores informações acerca dos contratos de financiamento podem ser obtidas no item 10.1 “f”.

A UHE Monjolinho foi arrematada por nós no grupo E do leilão n.º 004/2001 promovido pela ANEEL em 20 de novembro de 2001, sendo o contrato de concessão de uso de bem público assinado em 23 de abril de 2002 (Contrato de Concessão n.º 018/2002). No 3º Leilão de Energia Nova comercializamos a energia referente a 42 MW médios a um preço de R\$122,63 MW/h (data base: outubro de 2006) por um prazo de 30 anos, com início em 01 de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2040. A energia começou a ser entregue a partir de 01 de janeiro de 2011. O preço base setembro de 2012 é R\$163,38/MWh.

A Engevix foi contratada para implantar a usina em regime de contrato de empreitada integral, incluindo o projeto básico, projeto executivo, obras civis, fornecimentos, montagem e comissionamento dos equipamentos eletromecânicos e a obra foi concluída em 25 meses. Desde setembro de 2009, a UHE Monjolinho está operando no SIN. O término das obras e o início da geração foram antecipados em 16 meses. A energia gerada nesse período de antecipação foi comercializada no ACL por meio da celebração de CCVE a um preço de R\$181,20 por MW/h (data base: abril de 2008), gerando uma receita operacional líquida de R\$69.263 mil no exercício social de 2010. A receita líquida, gerada em 2011, através do seu CCVE no ACR foi de R\$51.970 mil.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A Monel está devidamente autorizada pela FEPAM, órgão ambiental licenciador do Estado do Rio Grande do Sul, a operar a UHE Monjolinho por meio da Licença Ambiental de Operação - LO n.º 6778/2011 - DL, com validade até 13 de maio de 2013. Referida LO foi contestada pelo Ministério Público por meio da Ação Civil Pública n.º 200971170005600, descrita no item 4.3.3. *Processos Cíveis* deste Formulário de Referência. No contexto do problema de licenciamento ambiental do empreendimento, celebramos em 14 de dezembro de 2009 um Termo de Compromisso com a FUNAI por meio do qual nos comprometemos a adotar determinadas medidas mitigatórias e compensatórias aos impactos da construção e operação do empreendimento. Por meio do referido termo, nos comprometemos a destinar o valor total de R\$1.700 mil para a Comunidade Indígena Votouro e R\$450 mil para a Comunidade Indígena Guarani Votouro, dentre outras obrigações.

A UHE Monjolinho está conectada ao SIN através de uma linha de transmissão com tensão de 138 kV e 18,85 km de extensão até a SE de Passo Fundo, que pertence ao sistema elétrico da Eletrosul do Estado do Rio Grande do Sul. A referida linha de transmissão possui a Licença Ambiental de Operação - LAO n.º 6471/2009 - DL, emitida pela FEPAM, com validade até 06 de agosto de 2013.

Os serviços de operação e manutenção da usina e da linha de transmissão estão contratados com a ENEX, que, em conjunto com a nossa diretoria de operação, compartilham as atribuições de gestão técnica e administrativa, de modo a garantir o mais alto índice de disponibilidade para o SIN.

7.1.2.1.5 CERAN

CERAN é o consórcio responsável pela construção e operação do Complexo Energético Rio das Antas, situado no trecho médio do Rio das Antas, na região Nordeste do Rio Grande do Sul. O empreendimento foi inteiramente desenvolvido por nós em parceria com a Engevix, empresa responsável por toda a elaboração dos projetos e estudos necessários e, ainda, pela montagem das parcerias que viabilizaram o desenvolvimento do projeto. O Complexo é formado pelas UHEs Monte Claro (130,0 MW e 59,0 MW de Garantia Física), Castro Alves (130,0 MW e 64,0 MW de Garantia Física) e 14 de Julho (100,0 MW e 50,0 MW de Garantia Física). O valor total investido é da ordem de R\$1.086.680 mil, dos quais parte foi obtida através de financiamento com o BNDES. Investimos no empreendimento o montante de R\$23.046 mil de capital próprio.

A primeira unidade geradora da UHE Monte Claro encontra-se em operação desde dezembro de 2004, seguida pela entrada em operação da primeira unidade geradora da UHE Castro Alves em março de 2008. Por sua vez, a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora da UHE 14 de Julho foi em dezembro de 2008.

O empreendimento agrega 360,0 MW de potência ao SIN. A Garantia Física de 173,0 MW produzida nas 3 UHEs está contratada com as distribuidoras do Grupo CPFL e CEEE por meio de CCVEs.

Detemos, por meio da CERAN, 5% deste empreendimento, sendo que a Engevix foi a empresa responsável pela elaboração dos projetos de engenharia desde os estudos de viabilidade, passando pelo projeto básico, pelo projeto executivo completo (ocasião na qual atuou nas atividades de apoio às obras civis), montagem eletromecânica e no fornecimento dos sistemas auxiliares mecânicos.

Em 2008, a Ceran obteve a certificação para emissão de CERs gerados a partir da operação do empreendimento UHE Monte Claro. A certificação ocorreu após a verificação das ações ambientais desenvolvidas, com base nos rigorosos critérios da ONU. As CERs de Monte Claro foram comercializadas para a companhia japonesa TEPCO (The Tokyo Electric Power Co. Inc.) até 2012, quando encerra o primeiro período do Protocolo de Quioto.

A tabela abaixo contém um detalhamento de todas as UHEs que compõem o CERAN:

Nome	UHE Castro Alves	UHE 14 de Julho	UHE Monte Claro
Localização	Rio das Antas (RS) entre Nova Pádua e Nova Roma do Sul (RS)	Rio das Antas (RS) entre Cotiporã e Bento Gonçalves (RS)	Rio das Antas (RS) entre Bento Gonçalves e Veranópolis (RS)
Potência Instalada	130,0 MW	100,0 MW	130,0 MW
Área Inundada	5 km ²	6 km ²	1,4 km ²
Tipo de Barragem	Gravidade/ Concreto Compactado a Rolo – CCR	Gravidade / Concreto Compactado a Rolo - CCR	Gravidade / Concreto Compactado a Rolo - CCR
Altura Máxima	45 m	37 m	25 m
Casa de Força	Subterrânea	Subterrânea	Semi abrigada
Turbinas	3 tipo Francis de eixo horizontal	2 tipo Kaplan	2 tipo Kaplan

As UHEs que estão

compõem o CERAN devidamente

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

autorizadas pela FEPAM a operar por meio das seguintes licenças ambientais de operação: (i) a UHE Castro Alves por meio da Licença Ambiental de Operação – LO n°. 4585/2012 – DL, com validade até 18 de janeiro de 2016; (ii) a UHE 14 de Julho por meio da Licença Ambiental de Operação – LO n°. 4546/2012 – DL, com validade até 10 de outubro de 2012; e (iii) a UHE Monte Claro por meio da Licença Ambiental de Operação – LO n°. 4634/2012 – DL, com validade até 14 de fevereiro de 2016.

Ademais, as linhas de transmissão correspondentes às referidas UHEs estão devidamente autorizadas a operar por meio das seguintes licenças ambientais de operação: (i) linha de transmissão referente à UHE Castro Alves por meio da Licença de Operação - LO n°. 1311/2012 – DL, com validade até 08 de março de 2016; (ii) linha de transmissão referente à UHE 14 de Julho por meio da Licença de Operação – LO n°. 9069/2008 – DL, com validade até 09 de dezembro de 2012 e Processo de Renovação da Licença com Processo Administrativo de N° 16944-05.67/08-8; e (iii) linha de transmissão referente à UHE Monte Claro por meio da Licença de Operação – LO n°. 064/2012 - SMAMA, com validade até 12 de agosto de 2016.

7.1.2.1.6 UHE Dona Francisca

A UHE Dona Francisca possui potência instalada de 125,0 MW (80,0 MW de Garantia Física), situada no Rio Jacuí entre os municípios de Agudo do Sul e Nova Palma, no estado do Rio Grande do Sul. A UHE Dona Francisca é compartilhada por meio de um consórcio celebrado entre Dona Francisca e CEEE. Por sua vez, a Dona Francisca é detida por nós (2,12%), pela Copel (23,03%), CELESC (23,03%) e Gerdau (51,82%).

Nos termos do consórcio, o compartilhamento da energia observará os percentuais previamente pactuados entre as partes, conforme detalhado na tabela abaixo:

I – Para os 10 (dez) primeiros anos:

EMPRESA	%
CEEE	5,00
Dona Francisca	95,00
TOTAL	100,00

II – A partir do 11º (décimo - primeiro) até o 20º (vigésimo) ano:

EMPRESA	%
CEEE	10,00
Dona Francisca	90,00
TOTAL	100,00

III – A partir do 21º (vigésimo - primeiro) ano até o 35º (trigésimo-quinto) ano:

EMPRESA	%
CEEE	15,00
Dona Francisca	85,00
TOTAL	100,00

O contrato de concessão possui prazo de duração de 35 anos contados a partir da data de assinatura, ocorrida em 28 de agosto de 1998. A energia elétrica é produzida pela UHE Dona Francisca na condição de PIE, sendo que a potência instalada foi definida pela ANEEL na Resolução 146/2004 e Nota Técnica 095/2004.

A tabela abaixo contém um detalhamento das informações da usina:

Nome	UHE Dona Francisca
Localização	Rio Jacuí (RS) entre Agudo e Nova Palma (RS)

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Potência Instalada	125,0 MW
Garantia Física	80,0 MW
Área Inundada	19,2 km²
Tipo de Barragem	Gravidade / Concreto Compactado a Rolo - CCR
Altura Máxima	50,5 m
Casa de Força	Abrigada
Turbinas	2 tipo Francis de eixo horizontal

A UHE Dona Francisca está devidamente autorizada pela FEPAM, órgão ambiental licenciador do Estado do Rio Grande do Sul, a operar por meio da Licença de Operação - LO n.º 1140/2012 – DL, com validade até 11 de fevereiro de 2016.

7.1.2.1.7 PCH Moinho

A PCH Moinho encontra-se localizada no rio Bernardo José, afluente do rio Pelotas, entre os municípios de Barracão e Pinhal da Serra, na região Norte do estado do Rio Grande do Sul. O empreendimento possui capacidade instalada total de 13,7 MW (6,98 MW de Garantia Física) e está em operação comercial desde setembro de 2011.

A Engevix foi contratada pela Moinho para a implantação da obra na modalidade “EPC Turnkey”, responsabilizando-se pelo projeto, construção, fornecimento e comissionamento de todos os equipamentos integrantes da PCH. A Desenvix detém 99,99% de participação do empreendimento (a Engevix detém uma ação da PCH Moinho), sendo que os investimentos para sua implantação são da ordem de R\$93.000 mil, dos quais R\$47.850 mil foram captados por meio de financiamento direto junto ao BNDES, na modalidade *project finance*, com prazo de amortização de 16 anos em 192 prestações mensais.

A energia que será produzida pela PCH foi vendida em CCVE no ACL por 19,4 anos, a partir de agosto de 2011. O CCVE celebrado prevê a entrega de 61.320,0 MW/h ano a um preço médio de R\$145,7 por MW/h (data base: fevereiro de 2009). O preço base setembro de 2012 é R\$184,55/MWh.

A PCH Moinho S.A. está devidamente autorizada pela FEPAM, órgão ambiental licenciador do Estado do Rio Grande do Sul, a operar por meio da Licença Ambiental de Operação - LO n.º 4987/2011- DL, com validade até 28 de agosto de 2015.

A Moinho S.A. foi autorizada a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica para a exploração da PCH Moinho por meio da Resolução ANEEL n.º 1.451, de 8 de julho de 2008.

Os serviços de O&M e da LT estão contratados com a ENEX que, em conjunto com a nossa diretoria de operação, compartilharão as atribuições de gestão técnica e administrativa.

7.1.2.1.8 UTE Decasa

A UTE Decasa obteve sucesso na licitação realizada em 14 de agosto de 2008 referente ao 1º LER realizado pela ANEEL e pela CCEE. A Enercasa tem CCVE de reserva para 16 MW médios a um preço de R\$155,23/MWh (data base: agosto de 2008), por um período de suprimento de 15 anos, cujo início se deu em 01 de janeiro de 2010. O preço base setembro de 2012 é R\$185,12/MWh.

Em 11 de agosto de 2009, a ANEEL autorizou a aquisição pela Companhia de participação societária na Enercasa - Energia Caiuá S.A. (“Enercasa”) e a Companhia passou a deter 50% do capital social da referida sociedade, a qual foi constituída para projetar, construir, operar e comercializar a energia de um sistema integrado de cogeração a partir da biomassa (bagaço de cana e outras) nos termos da Portaria ANEEL no 89 de 20 de fevereiro de 2009, tendo inclusive firmado Contrato de Energia de Reserva (CER) no 23/08 com a CCEE.

Em 25 de fevereiro de 2010, considerando que a Enercasa não deu início ao projeto de construção da usina, resultando, dessa forma, em atraso no fornecimento de energia nos termos dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE, foi firmado o Contrato de Cessão de Participação Societária, estabelecendo, entre outros, os seguintes aspectos: (i) os demais acionistas da Enercasa transferem para a Companhia a totalidade de suas ações, representando 50% do capital social da referida empresa, pelo montante de R\$ 1,00; (ii) a consumação da referida cessão está condicionada à obtenção da aprovação prévia e escrita da ANEEL em relação à cessão e transferência das ações e a obtenção da autorização pela ANEEL e/ou CCEE para a Enercasa construir a usina de produção de energia a partir de biomassa em local diferente daquele estabelecido nos termos da proposta firmada pela Enercasa em razão do Leilão no 01/2008 promovido pela ANEEL em 14 de agosto de 2008 e do CER no 23/08; ou seja, tudo

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

isso para que a Enercasa possa implementar e desenvolver, em outra localidade que não aquela originalmente definida, todo o projeto decorrente ou que consta da outorga no 89 de 20 de fevereiro de 2009, emitida pelo Ministério de Minas e Energia; (iii) caso a ANEEL não aprove a cessão ou mesmo imponha qualquer restrição à mesma, as partes desde já estão cientes que retornarão ao status quo ante; e (iv) desde que as condições precedentes estejam presentes e seja concretizada integralmente a transferência para a Companhia das ações que os demais acionistas tem na Enercasa, nenhuma multa ou penalidade eventualmente imposta pela ANEEL ou pela CCEE à Enercasa poderá ser cobrada dos demais acionistas, tampouco eventuais indenizações por perdas e danos por parte da Companhia.

Em junho de 2010 foi assinado o Memorando de Entendimentos entre a Companhia e a Usina Pau D'Alho S.A. ("Usina"), localizada no município de Ibirarema, Estado de São Paulo, como novo parceiro e eventual sócio da UTE Decasa em substituição aos demais acionistas. A materialização dessa eventual associação estará vinculada à aprovação da transferência de ações dos demais acionistas da Enercasa para a Companhia pela ANEEL, como mencionado anteriormente, assim como da aprovação da ANEEL quanto a admissão da Usina como acionista da Enercasa. A admissão na Usina como sócia da UTE Decasa ainda não ocorreu, motivo pelo qual não foi submetida às aprovações anteriormente citadas.

Em 22 de fevereiro de 2011, a ANEEL, através das Resoluções Autorizativas nos 2.789 e 2.791, aprovou: (i) a transferência da participação societária mantida pelos demais acionistas para a Companhia, passando essa última a ser a controladora integral da Enercasa; e (ii) a alteração do local de implantação da UTE, da capacidade a ser instalada para 33.000 kW e do sistema de transmissão de interesse restrito. Em decorrência será firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Energia de Reserva contemplando as referidas mudanças, assim como o novo valor da receita fixa a ser calculado pela ANEEL com base em recálculo da Receita Anual Variável (RAV) pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no caso de alteração de valores, ficando mantido o prazo de outorga estabelecido pela portaria MME no 89, de 20 de fevereiro de 2009.

Na essência, tal situação representa a descontinuidade do projeto inicial e o início de um novo projeto de construção de usina, uma vez que a Companhia terá um novo parceiro no empreendimento, a construção da usina será em outro local e com características e capacidade diferentes do projeto inicial, entre outras circunstâncias. As perdas estimadas pela não construção da usina foram consideradas nas demonstrações financeiras da Enercasa, sendo reconhecida pela Companhia provisão para passivo a descoberto, no montante de R\$ 4.932 mil, correspondente a 100% da participação societária mantida, assim como nos termos do Contrato de Cessão de Participação Societária firmado em 25 de fevereiro de 2010 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.466 mil representando 50% de participação da Companhia naquela data), que incorpora a perda estimada pelo não atendimento dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE, considerando a corresponsabilidade da Companhia, de R\$ 5.032 mil (31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.237 mil), sendo o referido montante pago em junho de 2011. O tem 10 deste Formulário de Referência contém maiores detalhes sobre nossas demonstrações financeiras. Para maiores informações a respeito dos riscos relacionados ao atraso em cronograma de implantação, vide item 4.1. "g" deste Formulário de Referência.

Em 26 de outubro de 2011, a ANEEL, através do Despacho no 4.205, aprovou o início da operação comercial da UTE Decasa.

A Engevix foi contratada pela Enercasa para a implantação da obra na modalidade "EPC Turnkey", responsabilizando-se pelo projeto, construção, fornecimento e comissionamento de todos os equipamentos integrantes da UTE. Detemos neste empreendimento 100% de participação, sendo que nossos investimentos para sua implantação são da ordem de R\$86.000 mil, dos quais R\$ 59.504 mil foram obtidos por meio de operação de financiamento direto na modalidade *project finance*.

Valendo-se do Mecanismo de Cessão aprovado em final de 2010, da Resolução Normativa no 452, de 11 de outubro de 2011, da ANEEL e do estabelecido no Contrato de Energia de Reserva (CER) no 23/08, no qual a entrega de 90% da energia contratada evita a penalidade por inadimplência, a empresa adquiriu, em 2011, 95.000 MWh da São Fernando Açúcar e Álcool Ltda. e mais 22.830 MWh da Clealco Açúcar e Álcool S.A. em janeiro de 2012. A energia adquirida quando somada à previsão de geração de 8.400 MWh, para o período de 2011, totaliza 126.230 MWh, representando assim, aproximadamente 90% dos 140.160 MWh contratados através de Contrato de Energia de Reserva firmado entre a Companhia e a CCEE.

A UTE Decasa está devidamente autorizada pela CETESB, órgão ambiental licenciador de São Paulo, a operar por meio da Licença Ambiental de Operação - LO n.º 59000348, com validade até 16 de junho de 2016.

7.1.2.1.9 PCH Victor Baptista Adami

A ANEEL, por meio do Despacho no 378, de 1º de fevereiro de 2012, liberou as unidades geradoras UG1 e UG2 da PCH Victor Baptista Adami para início da operação em teste, e por meio dos Despachos nos 583 e 606, de 17 de fevereiro e 23 de fevereiro de 2012, respectivamente, liberou as unidades geradoras para início da operação comercial. A PCH está localizada no rio Chapecó, município de Passos Maia/SC, possuindo potência instalada de 25,0 MW (13,70 MW de Garantia Física) e reservatório com área de 175 ha.

A PCH pertence integralmente à Passos Maia Energética S.A., sendo que detemos 50% de participação nesta SPE. Os demais 50% são detidos pela Adami S.A. – Madeiras. O investimento total para o empreendimento foi da ordem de R\$126.000 mil, dos quais R\$86.564 mil foram captados por meio de financiamento direto junto ao BNDES, na modalidade *project finance*, com prazo de amortização de 13,3 anos em 160 prestações mensais.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Em 8 de novembro de 2011 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração do nome do empreendimento que passou a se chamar PCH Victor Baptista Adami, em substituição à PCH Passos Maia. A alteração foi autorizada pela ANEEL em despacho no 2.363 de 3 de junho de 2011.

Para a implantação deste projeto, a Passos Maia contratou a Engevix em regime de empreitada integral, a qual se responsabilizou pela otimização do projeto básico, construção, fornecimento e comissionamento de todos os equipamentos integrantes da PCH Victor Baptista Adami. As obras tiveram início no mês de dezembro de 2009. Vale observar que o cronograma de implantação determinado pela ANEEL no ato de outorga de exploração da PCH estabelecia as datas de 01 de maio de 2005 e 30 de outubro de 2006 para o início das obras e entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, respectivamente. Apresentamos, em dezembro de 2009, um novo cronograma de implantação para aprovação da ANEEL, mas até o momento a agência não se manifestou sobre o pedido. Para maiores informações a respeito dos riscos relacionados ao atraso em cronograma de implantação, vide item 4.1. "g" deste Formulário de Referência.

A Adami S.A. – Madeiras foi autorizada a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica para a exploração da PCH Victor Baptista Adami pela Resolução nº 68, de 2 de março de 2004. Tal autorização foi posteriormente transferida para a Passos Maia Energética S.A. pela Resolução nº 1.880, de 7 de abril de 2009.

Os serviços de operação e manutenção da usina e da linha de transmissão estão contratados com a ENEX que, em conjunto com a nossa diretoria de operação, compartilham as atribuições de gestão técnica e administrativa, de modo a garantir o mais alto índice de disponibilidade para o SIN.

A energia produzida pela PCH foi vendida em CCVE no ACL, com início previsto para o fornecimento de energia a partir de 01 de janeiro de 2012 por um período de 14 anos. O CCVE celebrado prevê a entrega de 109.500 MWh ano a um preço médio de R\$147,1 por MWh (data base: outubro de 2009). O preço base setembro de 2012 é R\$186,99/MWh.

A Passos Maia está devidamente autorizada pela FATMA, órgão ambiental licenciador do Estado de Santa Catarina, a instalar a PCH Victor Baptista Adami, por meio da Licença Ambiental de Instalação - LAI 9867/2011, com validade prorrogada até 19 de dezembro de 2015. O empreendimento é operado por nossa controlada ENEX.

7.1.2.1.10 Complexo Eólico Desenvix Bahia

O Complexo Eólico Desenvix Bahia está localizado no município de Brotas de Macaúbas, na região central da Bahia. Até o momento, o empreendimento é constituído por três usinas eólicas, UEE Macaúbas (35,07MW), UEE Novo Horizonte (30,06MW) e UEE Seabra (30,06MW), totalizando 95,19MW. Trata-se do maior empreendimento detido integralmente por nós atualmente em andamento, com investimentos de aproximadamente R\$425.000 mil, dos quais R\$267.984 mil foram captados por meio de financiamento direto junto ao BNB, na modalidade *project finance* com prazo de amortização de 15 anos em 180 prestações mensais.

No total, o Complexo Eólico Desenvix Bahia possui um potencial energético de 300,0 MW, subdividido em 10 usinas com aproximadamente 30,0 MW cada, para as quais já possuímos a Licença Ambiental de Localização emitida pelo IMA, com validade até 14 de julho de 2015, sendo que as demais sete usinas ainda estão em fase de estudo de viabilidade de implantação.

O desenvolvimento do projeto do Complexo Eólico Desenvix Bahia teve início em 2007 e se estendeu até final de 2009, ano em que ocorreu o primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER). Vendemos neste leilão 34,0 MW médios de energia, sendo 13,0 MW médios da UEE Macaúbas, 11,0 MW médios da UEE Seabra e 10,0 MW médios da UEE Novo Horizonte a um preço de R\$139,99/MWh (data base dezembro de 2009). Esta energia será contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos. O preço base setembro de 2012 é R\$161,57/MWh.

Através dos despachos nº 2.220, nº 2.221 e nº 2.222, a ANEEL autorizou, a partir do dia 6 de julho de 2012, o início da operação comercial do Complexo Eólico Desenvix Bahia.

Para a implantação do empreendimento, contratamos a empresa Alstom, responsável pelo fornecimento e montagem dos aerogeradores e as conexões elétricas entre as torres e subestações. Ainda, a Engevix foi responsável pelas obras civis e implantação das linhas de transmissão, além de sua integração à rede básica. Referido contrato possui valor de R\$389.300 mil.

Ao todo foram implantados 57 aerogeradores com 1,67 MW de potência nominal. A estrutura de operação e manutenção do parque eólico será conduzido pela ENEX e pela Alstom nos primeiros 10 anos.

Com relação ao licenciamento ambiental, o Complexo Eólico Desenvix Bahia possui Licença de Operação, emitida pelo IMA, com validade até 04 de maio de 2016 para as Usinas Eólicas Seabra, Novo Horizonte e Macaúbas.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1.2.1.11 Parque Eólico Barra dos Coqueiros

O Parque Eólico Barra dos Coqueiros pertence à empresa Energen Energias Renováveis S.A., (CNPJ/MF 08.207.876/0001-15), autorizada pela Portaria DOU No - 617, de 6 de Julho de 2010 a estabelecer-se como PIEE, mediante a implantação e exploração da central geradora eólica denominada "Barra dos Coqueiros", constituída de vinte e três unidades aerogeradoras totalizando 34.500 kW de capacidade instalada e 10.500 kW médios de garantia física de energia, localizada no município de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.

Através dos despachos nº 2.742, 2.831, 2.940 e 3.004, a ANEEL autorizou, a partir do mês de setembro de 2012, o início da operação comercial da Usina Eólica Barra dos Coqueiros.

Em 21 de janeiro de 2011, a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da Energen Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério das Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL - Barra dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, estado de Sergipe. Como parte do contrato, a Companhia adquiriu a participação de 88,33% das ações ordinárias e das ações preferenciais, por R\$ 19.433 mil, composto por R\$ 6.183 mil em dinheiro e R\$ 13.250 mil por assunção de passivos, além de um bônus de performance de até R\$ 4.000 que está vinculado a liberação de certos empréstimos e ao atingimento de montantes de geração de energia elétrica após o fechamento do primeiro quadriênio pós-implantação. A efetivação da transação estava condicionada a que a JP Participações Ltda. realizasse uma reestruturação societária na estrutura de participação na Energen, sendo cláusula suspensiva para a efetivação do contrato a aprovação da transferência de controle da Energen para a Companhia pela ANEEL. Em 10 de maio de 2011 a ANEEL anuiu, por meio da Resolução Autorizativa no 2.880/2011, a troca de controle da Energen Energias Renováveis S.A., assim como em 25 de abril de 2011 as ações preferenciais foram convertidas em ordinárias.

O sistema de transmissão de interesse restrito da UEE Barra dos Coqueiros é constituído de uma subestação elevadora de 13,8/69 kV, junto ao empreendimento, além de uma LT em 69 kV, com cerca de vinte e um km de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Taiçoca, de 69 kV, de propriedade da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.

A UEE Barra dos Coqueiros vendeu 10,0 MW médios de energia no primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER) a um preço de R\$152,50/MWh (data base dezembro de 2009). Esta energia será contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos. O preço base setembro de 2012 é R\$176,01/MWh.

Com relação ao licenciamento ambiental, a UEE Barra dos Coqueiros possui Licença de Operação – LO 276/2012, emitida em 14 de junho de 2012 pela ADEMA – Administração Estadual do Meio Ambiente do Estado de Sergipe, com validade até 12 de junho de 2014.

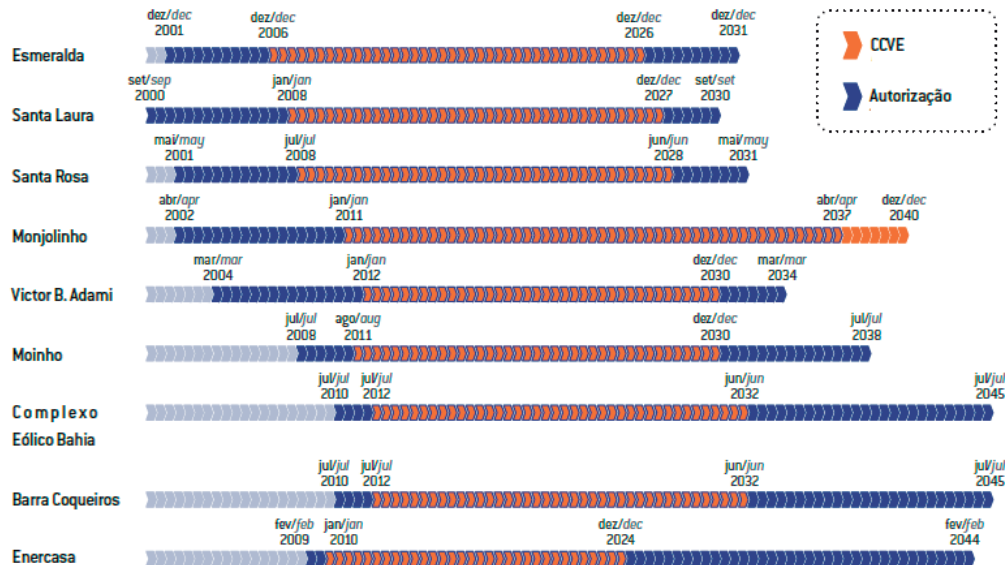
No dia 19 de setembro de 2012, o Conselho de Administração da Desenvix aprovou o aumento de participação societária na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A., passando a Desenvix a ser titular de 15.675.000 (quinze milhões, seiscentos e setenta e cinco mil) Ações ordinárias do seu capital social, representando 95% (noventa e cinco por cento) de todas as Ações de emissão da Energen. O aumento de participação se dará pela aquisição de 1.100.000 (um milhão e cem mil) Ações da Água Quente, representando 6,67% de todas as ações de emissão da Energen, ao Preço de R\$ 1.094.283,11 (um milhão, noventa e quatro mil e duzentos e oitenta e três reais e onze centavos). O pagamento à Água Quente será realizado parcialmente mediante a assunção, pela Desenvix, da obrigação da Água Quente de pagar uma parcela do Saldo Devedor do Mútuo à Energen, no montante de R\$ 522.854,54 (quinhentos e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos). A parcela remanescente do Preço de Aquisição, no valor de R\$ 571.428,57 (quinhentos e setenta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos), será paga em moeda corrente nacional.

7.1.2.1.12 Perfil de comercialização dos nossos empreendimentos em operação

A Desenvix prioriza a comercialização de energia através de Contrato de Compra e Venda de Energia de longo prazo, trazendo com isso maior previsibilidade ao seu fluxo de caixa.

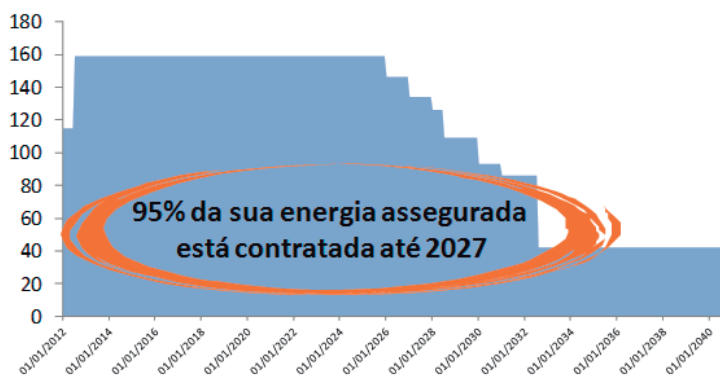
A figura abaixo demonstra a energia contratada da Desenvix por concessão / autorização:

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas



A Desenvix possui 167 MW médio/mês de energia assegurada, considerando suas usinas controladas, dos quais 159 MW médio/mês estão contratados por um período de longo prazo, atingindo índice de comercialização de 95%. A energia extra é comercializada no curto prazo.

Energia Contratada no Longo Prazo



7.1.2.2 Empreendimentos em Construção

7.1.2.2.1 Linhas de Transmissão

Nossas LTs representam ativos complementares ao nosso negócio, permitindo que nós nos beneficiemos (i) da diversificação de riscos de negócio e (ii) dos fluxos de caixa altamente estáveis em função de ser este um setor altamente regulado.

A Engevix, em consórcio com FURNAS e J. Malucelli, com as quais celebrou termo de compromisso estabelecendo as condições para o desenvolvimento em conjunto no processo licitatório da ANEEL nº 005/2009, arrematou os direitos de concessão dos lotes A e G no leilão LT 005/2009 da ANEEL, ocorrido no dia 27 de novembro de 2009. Os direitos de concessão são atualmente detidos pela (i) Goiás Transmissora, SPE criada para organizar os ativos vinculados ao lote A, consistentes em três LTs e duas subestações no estado de Goiás e (ii) MGE Transmissora, SPE criada para organizar os ativos vinculados ao lote G, consistentes em duas LTs e uma subestação no estado do Espírito Santo.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A Engevix alienou para nós sua participação de 25,5% na Goiás Transmissora e 25,5% na MGE Transmissora. Referida alienação foi feita sob condição suspensiva de a ANEEL aprovar a transferência sendo que, após a aprovação da ANEEL passaremos a deter 25,5% de participação nesses ativos. Em 10 e 15 de março de 2011, a ANEEL emitiu as Resoluções Autorizativas nos 2.792 e 2.816, aprovando as transferências das ações para a Companhia.

No total, as duas linhas têm 511km de extensão, sendo 253km da Goiás Transmissora e 258km da MGE Transmissora. Os investimentos totais serão da ordem de R\$ 690 milhões e o início da operação comercial está previsto para março de 2013.

7.1.2.3 Projetos Prioritários em Desenvolvimento

Possuímos em 30 de setembro de 2012 17 Projetos Prioritários em Desenvolvimento, totalizando uma capacidade de geração de 942,1 MW, dos quais 513,2 MW referem-se à nossa participação em tais Projetos. Conforme mencionado anteriormente, incluímos na categoria Projetos Prioritários em Desenvolvimento aqueles projetos de nosso Portfólio de Projetos que se encontram, no nosso entendimento, em estado mais avançado de desenvolvimento (incluindo compra de terras e licenças emitidas, conforme detalhado na tabela abaixo), com possibilidade de iniciarem a construção num horizonte entre um e dois anos. A tabela abaixo resume as principais características desses projetos:

Nossa participação em cada Projeto Prioritário em Desenvolvimento, bem como nas SPEs que poderão ser criadas para o desenvolvimento dos mesmos, caso estes sejam efetivamente implantados, é meramente indicativa e pode variar até o momento da efetiva implantação em razão de condições de mercado e estratégias da Companhia.

Projetos Prioritários em Desenvolvimento	Usina	Participação Desenvix	Início das operações (estimado)	Potência Instalada (MW)	Energia média (MW)	Potência Própria (MW)	Terras para implantação de projetos
	UHE Cubatão	20,00%	ago/14	50,00 ⁽²⁾	24,00	10,00	N/A
	PCH Bom Retiro	50,00%	out/14	30,00 ⁽³⁾	21,43	15,00	100,00%
	UEE Canarana	100,00%	set/14	30,00	10,95	30,00	100,00%
	PCH Bonança	100,00%	dez/14	9,80	4,56	9,80	50,78%
	PCH Sossego	100,00%	Jul/15	17,00 ⁽⁴⁾	7,92	17,00	47,30%
	PCHs do Rio Piquiri						
	- PCH Bandeira	100,00%	jun/15	28,00 ⁽⁵⁾	17,30	28,00	32,59%
	- PCH São Manoel	100,00%	jun/15	30,00 ⁽⁶⁾	17,70	30,00	95,83%
	- PCH do Cobre	100,00%	jun/15	19,00 ⁽⁷⁾	10,70	19,00	65,87%
	- PCH Bonito B	100,00%	jun/15	18,60 ⁽⁸⁾	10,10	18,60	53,36%
	PCH Sakura - Marombas	50,00%	abr/15	12,60 ⁽⁹⁾	6,66	6,30	22,21%
	UHE Riacho Seco	22,00%	Out/16	276,60	179,00	60,90	N/A
	UHE Apertados	49,00%	fev/17	135,50	73,30	66,40	N/A
	UHE Ercilândia	49,00%	ago/16	96,60	49,90	47,30	N/A
	UHE Saudade	100,00%	ago/16	61,40	30,70	61,40	N/A
	UFV Bahia	100,00%	dez/14	30,01	N/A	30,01	100%
	PCH Canoas I	100,00%	out/16	30,00	16,50	30,00	39,90%
	UHE Muçum	50,00%	abr/16	67,00 ⁽¹⁰⁾	41,3	33,50	N/A
	Total Geral	-x-	-x-	942,11	522,02	513,21	-x-
<p>(1) O item "terras compradas ou arrendadas" não se aplica aos projetos de UHEs, uma vez que a compra de terras nestes empreendimentos é feita somente após a outorga da concessão pela ANEEL.</p> <p>(2) Referida potência instalada baseia-se em estudos internos da Companhia e ainda não foi aprovada pela ANEEL.</p> <p>(3) Referida potência instalada baseia-se em estudos internos da Companhia e ainda não foi aprovada pela ANEEL. A potência instalada atualmente aprovada pela ANEEL é de 9,0 MW, nos termos do Despacho nº 234, de 26 de janeiro de 2009.</p> <p>(4) Referida potência instalada baseia-se em estudos internos da Companhia e ainda não foi aprovada pela ANEEL. A potência instalada atualmente aprovada pela ANEEL é de 9,0 MW, nos termos do Despacho nº 234, de 26 de janeiro de 2009.</p> <p>(5) Referida potência instalada baseia-se em estudos internos da Companhia e ainda não foi aprovada pela ANEEL. A potência instalada atualmente aprovada pela ANEEL é de 25,4 MW, nos termos do Despacho nº 3.246, de 9 de agosto de 2011.</p> <p>(6) Referida potência instalada baseia-se em estudos internos da Companhia e ainda não foi aprovada pela ANEEL. A potência instalada atualmente aprovada pela ANEEL é de 26,50 MW, nos termos do Despacho nº 3.386, de 17 de agosto de 2011.</p> <p>(7) Referida potência instalada baseia-se em estudos internos da Companhia e ainda não foi aprovada pela ANEEL. A potência instalada atualmente aprovada pela ANEEL é de 17,80 MW, nos termos do Despacho nº 3.217, de 9 de agosto de 2011.</p> <p>(8) Referida potência instalada baseia-se em estudos internos da Companhia e ainda não foi aprovada pela ANEEL. A potência instalada atualmente aprovada pela ANEEL é de 16,30MW, nos termos do Despacho nº 3.610, de 5 de setembro de 2011.</p>							

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

⁽⁹⁾ Referida potência instalada baseia-se em estudos internos da Companhia e ainda não foi aprovada pela ANEEL. A potência instalada atualmente aprovada pela ANEEL é de 10,6 MW, nos termos do Despacho nº 1.966, de 12 de junho de 2012.

⁽¹⁰⁾ Referida potência instalada baseia-se em estudos internos da Companhia e ainda não foi aprovada pela ANEEL. A potência instalada atualmente aprovada pela ANEEL é de 79,5 MW, nos termos do Despacho nº 2.354, de 1 de julho de 2011.

Os itens abaixo apresentam uma descrição pormenorizada de cada um dos projetos referidos na tabela acima.

7.1.2.3.1 UHE Cubatão

A UHE Cubatão é um projeto com potência instalada estimada em 50,00 MW numa sociedade das empresas Celesc (40%), Inepar (40%) e Desenvix (20%) planejado para ser instalado no rio Cubatão, contando com um reservatório de aproximadamente 4,1 km² no município de Joinville no Estado de Santa Catarina. A previsão de entrada em operação comercial é a partir de outubro de 2016 (novo cronograma ainda não aprovado pela ANEEL).

A Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. é detentora do contrato de concessão DNAEE Nº. 004/1996, datado de 10 de outubro de 1996. Possuímos ainda CCVE celebrado entre Cubatão S.A. e a CELESC em 30 de junho de 1997, e seu Aditivo Nº 1 de 31 de julho de 1998, cujo período de fornecimento terá início quando da entrada em operação da UHE Cubatão e expirará em 10 de outubro de 2031. Estamos buscando a revisão deste CCVE, bem como a extensão do contrato de concessão junto à ANEEL, em vista do período o qual a usina não pode ser construída devido às restrições do licenciamento ambiental.

Atualmente, o projeto revisado da UHE Cubatão está em análise na ANEEL, sendo as alterações referentes à otimização do arranjo, com modificações no sistema de adução, localização da casa de força em caverna e canal de fuga.

Em relação ao licenciamento ambiental, a UHE Cubatão obteve a Licença Ambiental de Instalação-LAI nº. 036/98, emitida pela FATMA em 30 de outubro de 1998 e vencida em outubro de 1999. Estamos buscando a emissão de nova licença ambiental de instalação, condição necessária para o início da construção do empreendimento.

7.1.2.3.2 PCH Bom Retiro

A PCH Bom Retiro é um projeto com potência instalada estimada em 30,0 MW (dos quais 15,0 MW são pertencentes à Desenvix), planejado para ser instalado no rio Taquari utilizando o reservatório já formado pela barragem-eclusa de Bom Retiro, no município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Prevemos que a PCH Bom Retiro entrará em operação comercial a partir de fevereiro de 2014. Em 30 de abril de 2010, já tínhamos adquirido toda a terra necessária para a implantação do projeto. O projeto foi desenvolvido pela Engevix em parceria com a Bom Retiro Energia Ltda., empresa sócia do empreendimento com 50% de participação.

A Desenvix aguarda a emissão da Resolução Autorizativa pela ANEEL para a exploração da PCH Bom Retiro e de celebrar CCVE no âmbito do PROINFA, para venda de 100% da energia com garantia física, pelo prazo de 20 anos a contar da data de início de sua operação comercial, com base em decisão judicial publicada em 29 de março de 2006, ainda não definitiva.

Em relação ao licenciamento ambiental, a PCH Bom Retiro obteve a Licença Ambiental de Instalação-LAI nº 372/2004-DL, emitida pela FEPAM em 04 de maio de 2004. O procedimento para a renovação da licença ambiental de instalação, vencida em 30 de maio de 2007, será feita após emissão da Resolução Autorizativa por parte da ANEEL.

O projeto, quando concluído, deverá ser conectado ao SIN através de uma LT de 69 kV na SE Estrela, da CEEE.

7.1.2.3.3 UEE Canarana

O estudo de viabilidade do projeto eólico Canarana está sendo desenvolvido pela Desenvix, com uma potência instalada de 30,0 MW gerados a partir de uma quantidade estimada de 19 aerogeradores a serem instalados na área contígua das usinas eólicas em construção pela Desenvix na Bahia, Brotas de Macaúbas. A empresa já é detentora das terras necessárias para a instalação da usina, em virtude dos contratos de arrendamento e aquisições realizados para a instalação dos parques eólicos UEE Macaúbas, UEE Seabra e UEE Novo Horizonte.

Nossa participação no projeto é de 100,0%, representando uma potência instalada própria de 30,0MW. Estima-se que a operação comercial do projeto se dê em setembro de 2014.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Atualmente já possuímos a Licença Ambiental de Localização emitida pelo IMA, com validade até 14 de julho de 2015, mesma licença emitida para o Complexo Eólico Bahia, no qual a UEE Canarana faz parte.

7.1.2.3.4 PCH Bonança

A PCH Bonança é um projeto integralmente detido por nós, com uma potência instalada estimada em 9,80 MW e um reservatório de 0,531 Km². O projeto prevê sua implantação no Rio Grande, abrangendo os municípios de Macuco e São Sebastião do Alto no estado do Rio de Janeiro. Até o momento adquirimos 50,78% de terras para a implantação do projeto.

Atualmente aguarda-se a aprovação do Projeto Básico desta PCH na ANEEL. Em relação ao licenciamento ambiental, a PCH Bonança obteve a Licença Ambiental Prévia n.º 000252 emitida em 09 de junho de 2009 pelo INEA. O procedimento para a renovação da licença ambiental prévia, vencida em até 09 de junho de 2011, será feita após aprovação da Avaliação Ambiental Integrada – AAI do rio Grande, em análise no INEA, órgão licenciador do estado do Rio de Janeiro. Prevemos que a PCH Bonança entrará em operação comercial a partir dezembro de 2014.

7.1.2.3.5 PCH Sossego

A PCH Sossego é um projeto com potência instalada estimada em 17,0 MW, com um reservatório de 1,73 Km², sendo que detemos 100,0% de participação no projeto. Esta PCH está planejada para ser instalada no Rio Grande, abrangendo os municípios de Macuco e Trajano de Moraes, no estado do Rio de Janeiro, com a entrada em operação prevista para julho 2015. Até o momento adquirimos 47,30% de terras para a implantação do projeto.

O Projeto Básico protocolado em 09 de setembro de 2008, está em fase de análise na ANEEL assim como as complementações apresentadas em 12 de março de 2009.

Em relação ao licenciamento ambiental, estamos atualmente realizando as devidas interações com os órgãos responsáveis no estado do Rio de Janeiro, dentre eles o IPHAN, que já se manifestou favoravelmente à liberação da Licença Prévia e remeteu tal posicionamento à Diretoria de Licenciamento Ambiental do INEA. O procedimento para a emissão de licença ambiental prévia, será feita após aprovação da Avaliação Ambiental Integrada – AAI do rio Grande, em análise no INEA, órgão licenciador do estado do Rio de Janeiro. Projetamos a entrada em operação comercial deste projeto para julho de 2015.

7.1.2.3.6 PCHs do Rio Piquiri

Desenvolvemos, ao longo de cinco anos, por meio do Consórcio Piquiri, em parceria com a Omega Energia Renovável, os Estudos de Inventário Hidrelétrico do médio e baixo rio Piquiri, no Estado do Paraná, no trecho compreendido entre a cota 749,7 m e sua foz, onde foram identificados locais apropriados para implantação de 11 PCHs (219,9 MW) e 4 UHEs (438,6MW).

Tais estudos foram aprovados junto a ANEEL, conforme Despacho ANEEL n.º 4.388, de 25 de novembro de 2009. Os empreendimentos listados abaixo fazem parte desses estudos. Os estudos das PCHs foram desenvolvidas no âmbito do consórcio, sendo que dentre estes projetos, a Desenvix detém 100,0% de participação totalizando 116,0 MW de potência instalada estimada, e 36,65% da PCH Porto da Bota com potencia instalada de 37 MW, dos quais 13,6 são pertencentes à Desenvix. Ainda, detemos o registro na ANEEL para desenvolvimento dos EVTEs de duas UHEs, totalizando 206,5 MW de potência instalada estimada, dos quais 105,3 MW são pertencentes à Desenvix devido à parceria com a empresa Brennand Energia. No âmbito desta parceria desenvolvemos os estudos de outras duas UHEs que juntas totalizam 232,1 MW.

Os Projetos Básicos das PCHs foram entregues na ANEEL em outubro de 2011. Estamos aguardando a aprovação da ANEEL para os referidos projetos. No que concerne às questões ambientais, a Avaliação Ambiental Integrada da Bacia já foi concluída e apresentada ao IAP, tendo sido os estudos de impacto ambiental – EIA, protocolados no IAP em dezembro de 2011.

Os investimentos alocados para compra de terras visam consolidar a posse de mais de 51% das áreas a serem inundadas, de modo garantir a prioridade junto a ANEEL na obtenção de autorização para implantação e exploração das PCHs. Listamos abaixo as principais características dos projetos do Rio Piquiri classificados como Projetos Prioritários em Desenvolvimento.

▪ PCH Bandeira

Os estudos de projeto básico para a PCH Bandeira, a qual possui potência instalada estimada em 28,0 MW foram protocolados na ANEEL em outubro de 2011 estando em fase de análise para aprovação. Iniciamos a aquisição das propriedades atingidas pelo reservatório da futura usina, para fins de garantirmos prioridade na autorização da ANEEL para desenvolvimento do empreendimento. Até o momento adquirimos 32,59% de terras para a implantação do projeto. Estima-se que a operação comercial do projeto se dê em junho de 2015.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A PCH Bandeira terá seu eixo de barramento localizado no Alto Rio Piquiri, na divisa dos municípios de Laranjal e Nova Laranjeira, no estado do Paraná. Nossa participação no projeto é de 100,0%.

Atualmente estamos aguardando a realização das audiências públicas a serem agendadas pelo IAP, já tendo sido os estudos de EIA/RIMA protocolados no órgão. A realização das audiências é necessária para obtenção do Licenciamento Ambiental Prévio do projeto.

▪ PCH São Manoel

Os estudos de projeto básico para a PCH São Manoel, empreendimento cuja potência instalada é estimada em 30,0 MW, foram protocolados na ANEEL em outubro de 2011 estando em fase de análise para aprovação. Iniciamos a aquisição das propriedades atingidas pelo reservatório da futura usina, para fins de garantirmos prioridade na autorização da ANEEL para desenvolvimento do empreendimento. Até o momento adquirimos 95,83% de terras para a implantação do projeto. Estima-se que a operação comercial do projeto se dê em junho de 2015.

A PCH São Manoel terá seu eixo de barramento localizado no Alto Rio Piquiri na divisa dos municípios de Palmital e Nova Laranjeiras, no estado do Paraná. Nossa participação no projeto é de 100,0%, representando uma potência instalada própria de 30,0MW.

Atualmente estamos aguardando a realização das audiências públicas a serem agendadas pelo IAP, já tendo sido os estudos de EIA/RIMA protocolados no órgão. A realização das audiências é necessária para obtenção do Licenciamento Ambiental Prévio do projeto.

▪ PCH Do Cobre

Os estudos de projeto básico para a PCH do Cobre, empreendimento cuja potência instalada é estimada em 19,0 MW, foram protocolados na ANEEL em outubro de 2011 estando em fase de análise para aprovação. Iniciamos a aquisição das propriedades atingidas pelo reservatório da futura usina, para fins de garantirmos prioridade na autorização da ANEEL para desenvolvimento do empreendimento. Até o momento adquirimos 65,87% de terras para a implantação do projeto. Estima-se que a operação comercial do projeto se dê em junho de 2015.

A PCH do Cobre está planejada para ter seu eixo de barramento localizado no Alto Rio Piquiri, na divisa dos municípios de Palmital e Marquinhos, no estado do Paraná. Nossa participação no projeto é de 100,0%, representando uma potência correspondente própria de 19,0 MW.

Atualmente estamos aguardando a realização das audiências públicas a serem agendadas pelo IAP, já tendo sido os estudos de EIA/RIMA protocolados no órgão. A realização das audiências é necessária para obtenção do Licenciamento Ambiental Prévio do projeto.

▪ PCH Bonito B

Os estudos de projeto básico para a PCH Bonito B, empreendimento cuja potência instalada é estimada em 18,6 MW, foram protocolados na ANEEL em outubro de 2011 estando em fase de análise para aprovação. Iniciamos a aquisição das propriedades atingidas pelo reservatório da futura usina, para fins de garantirmos prioridade na autorização da ANEEL para desenvolvimento do empreendimento. Até o momento adquirimos 53,36% de terras para a implantação do projeto. Estima-se que a operação comercial do projeto se dê em junho de 2015.

A PCH Bonito B está planejada para ter seu eixo de barramento localizado no Alto Rio Piquiri, na divisa do município de Palmital no estado do Paraná. Nossa participação no projeto é de 100,0%, representando uma potência instalada própria de 18,6 MW.

Atualmente estamos aguardando a realização das audiências públicas a serem agendadas pelo IAP, já tendo sido os estudos de EIA/RIMA protocolados no órgão. A realização das audiências é necessária para obtenção do Licenciamento Ambiental Prévio do projeto.

7.1.2.3.7 PCH Sakura – Marombas

Desenvolvemos em parceria com outras empresas os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Marombas, no estado de Santa Catarina. Tais estudos foram aprovados na ANEEL através do despacho nº 2.188, de 29 de julho de 2010, onde foram identificados 9 aproveitamentos totalizando 43,18 MW. Dentre este projetos, desenvolvemos os estudos de projeto básico da PCH Sakura em parceria com a empresa Estelar Engenharia.

O projeto básico da PCH Sakura, com potência instalada prevista de 12,60 MW, a qual está planejada para ser implantada no estado de Santa Catarina, abrangendo os municípios de Frei Rogério e Curitiba, foi protocolizada na ANEEL em 2012 e aguarda análise para aprovação.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Atualmente estamos buscando a obtenção do Licenciamento Ambiental Prévio da PCH, junto à FATMA, órgão estadual licenciador. Considerando nossa participação de 50%, este projeto adicionará 6,30 MW de capacidade própria para o nosso portfólio, com início de operação projetado para abril de 2015. Até o momento adquirimos 22,21% de terras para a implantação do projeto.

7.1.2.3.8 UHE Riacho Seco

A UHE Riacho Seco é um projeto de baixa queda (aproximadamente 10 metros) com potência estimada de 276,6 MW, planejado para ser instalado no rio São Francisco - mais especificamente a montante do povoado de Riacho Seco, município de Curaçá, estado da Bahia, entre as usinas hidrelétricas de Itaparica e Sobradinho, aproveitando-se o potencial hidrelétrico entre as duas usinas.

Nossa participação no projeto é de 22%, refletindo uma potência correspondente própria de 60,90 MW. Desenvolvemos os estudos de viabilidade do projeto em conjunto com a CHESF e a Odebrecht, sendo que o registro ativo na ANEEL para desenvolvimento do referido estudo encontra-se em nome das três empresas citadas. Ainda, vale observar que, independentemente da participação final, faremos jus ao ressarcimento de R\$7.552 mil, dos quais R\$2.218 mil são referentes ao estudo de inventário desenvolvido somente por nós (valores já auditados pela ANEEL).

A operação comercial está estimada para se dar em outubro de 2018. A habilitação técnica do projeto no certame depende do protocolo na EPE da Licença Ambiental Prévia.

7.1.2.3.9 PCH Canoas I

Os Estudos de Revisão do Inventário Hidrelétrico do Rio Canoas, no trecho entre as quotas EL 760,0 m e 780,0 m foram desenvolvidos pela Desenvix e entregues na ANEEL, e já detém o aceite da Agencia conforme Despacho nº

2.800, de 6 de julho de 2011. Os estudos indicam uma PCH com potência instalada de 30,0 MW, detida integralmente por nós, sendo que já iniciamos a aquisição das propriedades atingidas pelo reservatório da futura usina. Até o momento adquirimos 39,90% de terras para a implantação do projeto. Estima-se que a operação comercial do empreendimento se dê em outubro de 2016.

A PCH Canoas I está planejada para ser construída no estado de Santa Catarina, abrangendo os municípios de Curitiba e Santa Cruz do Peri. Atualmente estamos realizando as devidas interações com os órgãos responsáveis no estado do inclusive com o órgão estadual licenciador (FATMA) com vistas à obtenção das informações necessárias para o desenvolvimento dos estudos e para a abertura futura do processo de licenciamento ambiental para o empreendimento.

7.1.2.3.10 UHE Apertados

Os estudos de viabilidade técnico-econômico e ambiental da UHE Apertados, desenvolvidos pela Desenvix em parceria com a empresa BE – Empresa de Estudos Energéticos, entregues na ANEEL em outubro de 2011, já detém aceite da Agencia conforme despacho nº 211, de 24 de janeiro de 2012.

A UHE Apertados é um projeto de aproximadamente 28 metros de queda com potência instalada estimada de 135,5 MW, dos quais 66,4 MW são pertencentes à Desenvix devido à parceria na qual detemos 49%. A Usina está planejada para ser construído no rio Piquiri - mais especificamente nos municípios de Formosa do Oeste, Alto Piquiri, estado do Paraná.

Atualmente estamos aguardando a realização das audiências públicas a serem agendadas pelo IAP, já tendo sido os estudos de EIA/RIMA protocolados no IAP e o respectivo RIMA nas prefeituras dos municípios atingidos em janeiro de 2012. A realização das audiências é necessária para obtenção do Licenciamento Ambiental Prévio do projeto.

A operação comercial está estimada para se dar em fevereiro de 2017 sendo que a habilitação técnica do projeto em leilão de energia nova A-5 depende do protocolo na EPE da Licença Ambiental Prévia.

7.1.2.3.11 UHE Ercilândia

Os estudos de viabilidade técnico-econômico e ambiental da UHE Ercilândia, desenvolvidos pela Desenvix em parceria com a empresa BE – Empresa de Estudos Energéticos, entregues na ANEEL em outubro de 2011, já detém aceite da Agencia conforme despacho nº 257, de 25 de janeiro de 2012.

A UHE Ercilândia é um projeto de baixa queda de aproximadamente 16 metros com potência instalada estimada de 96,6 MW, dos quais 47,3 MW são pertencentes à Desenvix devido à parceria na qual detemos 49%. A Usina está planejada para ser construído no rio Piquiri - mais especificamente nos municípios de Iporã e Assis Chateaubriand, estado do Paraná.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Atualmente estamos aguardando a realização das audiências públicas a serem agendadas pelo IAP, já tendo sido os estudos de EIA/RIMA protocolados no IAP e o respectivo RIMA nas prefeituras dos municípios atingidos em janeiro de 2012. A realização das audiências é necessária para obtenção do Licenciamento Ambiental Prévio do projeto.

A operação comercial está estimada para se dar em agosto de 2016 sendo que a habilitação técnica do projeto em leilão de energia nova A-5 depende do protocolo na EPE da Licença Ambiental Prévia.

7.1.2.3.12 UHE Saudade

A Desenvix detém o registro ativo para desenvolver os estudos de viabilidade técnico-econômico e ambiental da UHE Saudade, conforme despacho nº 1.946, de 26 de junho de 2007, cuja potência instalada é a de 61,40 MW, sendo que somos detentores de 100% deste projeto.

A UHE Saudade é um projeto com potência instalada estimada de 61,40 MW, estando a usina planejada para ser construída no rio Chapecó, estado de Santa Catarina.

Os estudos de EVTE estão sendo desenvolvidos estando o processo de licenciamento ambiental em andamento com os estudos de EIA/RIMA estão em fase de consolidação estando previstos para serem protocolados no IAP e o respectivo RIMA nas prefeituras dos municípios atingidos até o final de 2013. A realização das audiências é necessária para obtenção do Licenciamento Ambiental Prévio do projeto.

A operação comercial está estimada para se dar em agosto de 2016 sendo que a habilitação técnica do projeto em leilão de energia nova A-5 depende do protocolo na EPE da Licença Ambiental Prévia.

7.1.2.3.13 UHE Muçum

Os Estudos de Revisão do Inventário Hidrelétrico do Rio Taquari-Antas, no trecho entre a UHE 14 de Julho e a eclusa de Bom Retiro que foram desenvolvidos pela Desenvix em parceria com a empresa CERTEL foram aprovados pela ANEEL, conforme Despacho nº 2.354, de 1 de junho de 2011. Os estudos indicam três UHEs com potência instalada total de 184,3MW. Dentre estes aproveitamentos, a Desenvix em parceria com a CERTEL, vem desenvolvendo os estudos de viabilidade técnico-econômico e ambiental da UHE Muçum, sendo que a potência estimada nos estudos de inventário aprovados é a de 79,5MW. A operação comercial da usina está planejada para abril de 2016.

Referente ao processo de licenciamento ambiental os estudos de EIA/RIMA estão sendo desenvolvidos devendo ser protocolados na FEPAM e o respectivo RIMA nas prefeituras dos municípios atingidos. A realização das audiências é necessária para obtenção do Licenciamento Ambiental Prévio do projeto.

7.1.2.3.14 UFV Bahia

A Desenvix está desenvolvendo o estudo de viabilidade do projeto fotovoltaico UFV Bahia, com uma potência instalada de 30,1 MWp a ser construído junto ao parque eólico de Brotas de Macaúbas – BA. O projeto contempla o estudo de desempenho de geradores solares fotovoltaicos tipo planta centralizada na região nordeste do Brasil e o comissionamento de cinco geradores solares fotovoltaicos piloto, de cerca de 2kWp cada um (0,01 MW), utilizando as distintas tecnologias comercialmente disponíveis. O Projeto também prevê a instalação de uma estação solarimétrica completa bem como a implantação de um parque solar com cinco modelos distintos de módulos (tecnologias) fotovoltaicos comercialmente disponíveis.

Nossa participação no projeto é de 100,0%, representando uma potência instalada própria de 30,01MWp. Estima-se que a operação comercial do projeto se dê em dezembro de 2014.

Atualmente estamos buscando a Licença Ambiental de Localização emitida pelo IMA, para a instalação dos módulos parte integrante dos projetos.

7.1.2.4 Projetos em Desenvolvimento

Possuímos ainda um portfólio de 21 Projetos em Desenvolvimento, totalizando uma capacidade de geração de 2.018,7 MW, dos quais 840,6 MW referem-se à nossa participação em tais Projetos. Conforme mencionado anteriormente, consideramos um Projeto em Desenvolvimento como aquele que reúna ao menos uma das três características a seguir: (i) projeto básico protocolado na ANEEL ou em fase final de conclusão; (ii) ao menos uma das licenças ambientais emitidas; e (iii) terras adquiridas. A tabela abaixo apresenta de forma resumida as características principais dos nossos Projetos em Desenvolvimento e que não se enquadram como Projetos Prioritários em Desenvolvimento para investimentos no ano de 2012/2013.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Nossa participação em cada Projeto em Desenvolvimento, bem como nas SPEs que poderão ser criadas para o desenvolvimento dos mesmos, caso estes sejam efetivamente implantados, é meramente indicativa e pode variar até o momento da efetiva implantação em razão de condições de mercado e estratégias da Companhia.

	Usina	Participação	Início das operações (estimado)	Potência Instalada (estimado)(MW)	Energia média (estimado)	Potência Própria (MW)
Projetos em Desenvolvimento	Projetos com registro na ANEEL, com licença ambiental e com terras compradas ou arrendadas (se aplicável)⁽¹⁾					
	UEE Bahia	100,00%	set/14	30,00	12,00	30,0
	PCH Areado	40,00%	jun/15	16,00	11,70	6,4
	PCH Bandeirante	40,00%	jun/15	28,00	20,40	11,20
	Total Parcial	-x-	-x-	74,00	44,10	47,60
	Projetos com registro na ANEEL, com e sem licença ambiental e com terras compradas ou arrendadas (se aplicável)⁽¹⁾					
	UHE Santo Antonio	100,00%	ago/16	83,10 ⁽²⁾	41,80	83,10
	UHE Porto Galeano	40,00%	ago/16	81,00	48,60	32,40
	PCH Pinhalito	100,00%	jun/15	20,40	11,70	20,40
	PCH Porto da Bota	36,65%	jun/15	37,00	20,90	13,60
	UHE Itapiranga	33,20%	fev/18	724,60	380,60	233,30
	UHE Pedra Branca	22,00%	out/17	320,00	192,10	70,40
	UHE Torixoréu	59,00%	out/17	250,00 ⁽³⁾	150,00	147,50
	UHE Foz do Piquiri	51,00%	ago/16	101,20	54,70	51,60
	UHE Comissário	51,00%	fev/17	105,30	59,9	53,70
	Total Parcial	-x-	-x-	1.722,60	918,50	706,00
	Projetos a serem registrados na ANEEL, sem licença e com/sem terras compradas ou arrendadas					
	PCH Cachoeira do Prata	51,00%	dez/15	24,70	13,60	12,60
	PCH do Peixe	51,00%	jun/15	16,4 ⁽⁴⁾	9,00	8,40
	PCH Barracão	100,00%	abr/15	12,00 ⁽⁵⁾	6,00	12,00
	PCH Foz do São Marcos	32,0%	jun/15	30,00	16,50	9,60
	PCH Ranchinho	32,0%	jun/15	30,00	16,50	9,60
	PCH Espigão do Meio	32,0%	jun/15	19,00	10,40	6,10
	PCH Santo Isidoro	32,0%	jun/15	30,00	16,60	9,60
	PCH Foz do Quebra Dentes	32,0%	jun/15	30,00	16,40	9,60
	PCH São Jorge	32,0%	jun/15	30,00	16,40	9,60
	Total Parcial	-x-	-x-	222,10	121,40	87,10
	Total Geral	-x-	-x-	2.018,70	1.084,00	840,7
	⁽¹⁾ O item "terras compradas ou arrendadas" não se aplica aos projetos de UHEs, uma vez que a compra de terras nestes empreendimentos é feita somente após a outorga da concessão pela ANEEL. ⁽²⁾ Referida potência instalada baseia-se em estudos internos da Companhia e ainda não foi aprovada pela ANEEL. A potência instalada atualmente aprovada pela ANEEL é de 84,3 MW, nos termos do Despacho nº 1.932, de 26 de junho de 2007. ⁽³⁾ Referida potência instalada baseia-se em estudos internos da Companhia e ainda não foi aprovada pela ANEEL. A potência instalada atualmente aprovada pela ANEEL é de 408,0 MW, nos termos do Despacho nº 63, de 12 de janeiro de 2006. ⁽⁴⁾ Referida potência instalada baseia-se em estudos internos da Companhia e ainda não foi aprovada pela ANEEL. A potência instalada apresentada inicialmente pela Companhia à ANEEL é de 16,4 MW. ⁽⁵⁾ Referida potência instalada baseia-se em estudos internos da Companhia e ainda não foi aprovada pela ANEEL. A potência instalada atualmente aprovada pela ANEEL é de 10,7 MW, nos termos do Ofício nº186, de 14 de fevereiro de 2003.					

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Segmentos operacionais:

a) produtos e serviços comercializados

A Companhia não elabora e divulga informações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração e comercialização de energia elétrica gerada por meio de contratos de longo prazo, que representam substancialmente as receitas da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012.

Nossas receitas decorrem principalmente da produção de energia elétrica de nossos empreendimentos, das atividades de operação e manutenção pela nossa subsidiária ENEX. A energia produzida por nós é negociada por meio de contratos de compra e venda de energia, celebrados tanto no ACL, ambiente no qual o preço é negociado diretamente entre consumidor e produtor, quanto no ACR, ambiente no qual o preço da energia é o preço de lance ofertado em leilões realizados pelo governo para suprir as demandas das distribuidoras.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Nossa receita operacional decorre, principalmente, da venda de energia elétrica e de atividades oriundas de operação e manutenção pela nossa subsidiária ENEX. A energia produzida por nós é negociada por meio de contratos de compra e venda de energia, celebrados tanto no ACL, ambiente no qual o preço é negociado diretamente entre consumidor e produtor, quanto no ACR, ambiente no qual o preço da energia é o preço de lance ofertado em leilões realizados pelo governo para suprir as demandas das distribuidoras.

- Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012

	Receita (R\$mil)	Participação na Receita
Fornecimento de energia elétrica	134.706	88,88%
Serviços prestados	16.845	11,12%
Total	151.551	100%

- Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011

	Receita (R\$mil)	Participação na Receita
Fornecimento de energia elétrica	130.061	90,70%
Serviços prestados	13.342	9,3%
Total	143.403	100%

- Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010

	Receita (R\$mil)	Participação na Receita
Fornecimento de energia elétrica	100.232	89,37%
Serviços prestados	6.114	5,45%
Receita de venda ou reembolso de projetos	5.803	5,18%
Total	112.149	100%

- Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

	Receita (R\$mil)	Participação na Receita
Fornecimento de energia elétrica	72.838	95,04%
Serviços prestados	3.805	4,96%
Total	76.643	100%

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Não aplicável, conforme descrito no item 7.2.a desse Formulário de Referência.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Produtos e serviços:

a) características do processo de produção

Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas

UHEs e PCHs produzem energia elétrica por meio da energia potencial armazenada na água. A água captada nos reservatórios é direcionada às turbinas por meio de um sistema de encanamentos conhecido como condutos forçados. Tais condutos fazem com que a água entre dentro das turbinas e movimente as pás que, por sua vez, movimentam o respectivo eixo conectado à unidade geradora.

Este processo realiza a conversão eletromecânica de energia, transformando energia potencial em energia elétrica. Os reservatórios das usinas podem ser (i) de acumulação e (ii) a fio d'água. O primeiro tipo permite controlar a vazão do rio e armazenar água para utilização em períodos futuros, precavendo-se de períodos hidrológicos desfavoráveis. O segundo tipo não possui esta possibilidade. Neste caso, é necessário captar a vazão afluyente de água para a geração de energia ou, alternativamente, verter a água caso não haja demanda no determinado momento.

- Tecnologia utilizada

Grande parte dos equipamentos utilizados na construção de UHEs e de PCHs são produzidos no Brasil. Os equipamentos que não possuem fabricante nacional são devidamente importados principalmente dos EUA, da Europa e da Ásia. A participação de produtores locais é um aspecto relevante neste mercado, uma vez que o BNDES exige índices de nacionalização dos equipamentos utilizados em empreendimentos desta natureza da ordem de 60%. Dessa maneira, para viabilizar empreendimentos custeados pelo BNDES, desenvolveu-se no Brasil uma indústria relevante de fornecimento de equipamentos para projetos de UHEs e PCHs.

Para além das obras de infraestrutura civil (barragens, dutos, etc), a grande maioria dos equipamentos utilizados em empreendimentos desta natureza está alocado no conjunto turbina/gerador e também na subestação do projeto. O conjunto turbina/gerador necessita de inúmeros equipamentos de controle e monitoramento para alcançar níveis eficientes e seguros de geração de energia elétrica (controles de abertura de vazão, sensoramento de falhas, etc). Por sua vez, a subestação possui diversos equipamentos de medição e transformação, entregando de forma eficiente e segura a energia gerada ao SIN.

Não desenvolvemos internamente nenhuma das tecnologias utilizadas nos equipamentos alocados em nossos empreendimentos.

- Produtividade

A produtividade de empreendimentos hidrelétricos é medida em termos de fator de capacidade, o qual é calculado por meio da divisão da Garantia Física pela potência instalada de cada empreendimento. As UHEs e PCHs no Brasil, em geral, são dimensionadas de forma a operarem com um fator de capacidade entre 50% e 55%, vale dizer, um fator de geração de energia médio ao longo dos tempos próximo de 50% a 55% de sua capacidade total.

No caso de empreendimentos com reservatório fio d'água, o fator de capacidade pode ser explicado em grande medida pela intermitência das chuvas. Vale lembrar que, em empreendimentos desta natureza, não há possibilidade de acúmulo de água para geração futura. Sendo assim, no período de secas, a usina pode ser obrigada a trabalhar com uma capacidade bastante reduzida e, em alguns casos, até mesmo ser desligada por falta de água. Estas reduções sazonais impactam, na média, a geração efetiva em relação à capacidade total.

Por sua vez, no caso de empreendimento com reservatórios de acumulação, o fator de capacidade pode ser explicado (i) pela necessidade de acúmulo de água para geração em períodos futuros e (ii) pelas definições de geração do ONS que, tendo em vista o equilíbrio do sistema, tem o poder de reduzir ou interromper a geração destas usinas para garantir o equilíbrio energético no futuro.

Dessa maneira, a despeito das peculiaridades técnicas de cada empreendimento, é razoável supor que nossos Projetos operarão com um fator de capacidade no intervalo de 50% a 55%.

Nossos Empreendimentos em Operação possuem um fator de capacidade médio de 53,07%, conforme detalhado a seguir:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Empreendimento	Garantia Física / Potência Instalada	Fator de Capacidade (%)
UHE Monjolinho	43,8/74	59,2%
PCH Santa Rosa II	17,1/30	57,0%
PCH Santa Laura	8,0/15	53,3%
PCH Esmeralda	12,3/22,2	55,5%
PCH Moinho	6,98/13,7	50,9%
PCH Passos Maia	13,7/25,0	54,8%
UHE Dona Francisca	78,0/125	62,4%
CERAN		
- UHE Castro Alves	64,0/130	49,2%
- UHE 14 de Julho	50,0/100	50,0%
- UHE Monte Claro	59,0/130	45,4%

- Performance

Os indicadores de performance para empreendimentos hidrelétricos são, basicamente, as Taxas Equivalentes de Indisponibilidade Forçada e Programada (TEIF/IP), parâmetros que indicam a qualidade da operação e manutenção do empreendimento. No caso de UHEs, tais taxas são padronizadas pelo ONS. No caso das PCHs, tais taxas são declaradas pelos empreendedores aos órgãos regulatórios.

- Seguros

É prática de mercado a celebração de seguros para os ativos de um dado empreendimento. Ainda, tendo em vista as peculiaridades das obras de construção civil, é comum a celebração de seguros de responsabilidade civil para a hipótese de acidentes envolvendo o empreendimento e a sua operação.

- Paralisação e Manutenção

A paralisação das turbinas ocorre tanto em eventos de força maior, assim como na ocorrência de algum problema técnico. Ainda, todos os equipamentos de um empreendimento hidrelétrico precisam passar por manutenções preventivas, notadamente os equipamentos do conjunto turbina / gerador.

Usinas Eólicas

Este tipo de empreendimento tem por característica gerar eletricidade a partir da força dos ventos. Aerogeradores são posicionados de forma a captar da maneira mais eficiente possível as correntes de ar. Cada aerogerador possui um conjunto de pás ligadas ao eixo do rotor do gerador de energia. A corrente de ar passa pelas pás dos aerogeradores e movimenta referido rotor. Este movimento permite a conversão eletromecânica da energia cinética dos ventos em energia elétrica.

- Tecnologia utilizada

Grande parte dos equipamentos utilizados na construção de UEEs são produzidos no Brasil. Os equipamentos que não possuem fabricante nacional são devidamente importados principalmente dos EUA, da Europa e da Ásia. A participação de produtores locais é um aspecto relevante neste mercado, uma vez que o BNDES exige índices de nacionalização dos equipamentos utilizados em empreendimentos desta natureza da ordem de 60%. Observa-se no Brasil um processo acentuado de ampliação do parque fabril destinado à produção de equipamentos para UEEs. Este fato é explicado pelo potencial eólico ainda inexplorado no Brasil, assim como pela relevância que a energia eólica assumiu na matriz energética brasileira nos últimos anos.

A grande maioria dos equipamentos utilizados em empreendimentos desta natureza está alocado nos aerogeradores assim como na subestação do projeto. Os aerogeradores necessitam de inúmeros equipamentos de controle e monitoramento para alcançar níveis eficientes e seguros de geração de energia elétrica. Ainda, a subestação possui diversos equipamentos de medição e transformação, entregando de forma eficiente e segura a energia gerada ao SIN.

Não desenvolvemos internamente nenhuma das tecnologias utilizadas nos equipamentos alocados em nossos

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

empreendimentos.

- Produtividade

As UEEs no Brasil são dimensionadas de forma a aproveitarem o máximo de potência em um determinado local. Como a energia da usina eólica não pode ser armazenada, sua produção deve ser imediatamente consumida.

Embora nossas UEEs ainda estejam em construção, após a medição dos ventos e a checagem de sua consistência para efeitos de registro junto à EPE/ANEEL (registro para participação no leilão), acreditamos que alcançaremos um fator de capacidade médio de 35,7%, conforme cálculo detalhado abaixo:

Empreendimento	Garantia Física / Potência Instalada	Fator de Capacidade (%)
UEE Macaúbas	13,4/35,07	38,2%
UEE Seabra	11,3/30,06	37,6%
UEE Novo Horizonte	11,0/30,06	36,6%
UEE Barra dos Coqueiros	10,5/34,5	30,4%

- Performance

Os indicadores de performance para empreendimentos eólicos são os mesmos utilizados em empreendimentos hidrelétricos, vale dizer, as Taxas Equivalentes de Indisponibilidade Forçada e Programada (TEIF/IP), parâmetros que indicam a qualidade da operação e manutenção do empreendimento.

- Seguros

É prática de mercado a celebração de seguros para os ativos envolvidos em uma UEE.

- Paralisação e Manutenção

A paralisação dos aerogeradores ocorre tanto em eventos de força maior, assim como na ocorrência de algum problema técnico. Ainda, todos os equipamentos precisam passar por manutenções preventivas, notadamente os equipamentos envolvidos diretamente nos aerogeradores.

Usinas Térmicas a Biomassa

Usinas termelétricas utilizam a queima de combustíveis para geração de calor e produção de energia. Grandes caldeiras contendo água em estado líquido são submetidas ao calor da queima dos combustíveis, transformando a água em vapor de alta pressão. Este vapor é injetado nas pás das turbinas, cujo eixo é conectado ao gerador de energia elétrica. Trata-se, portanto, de um processo de conversão eletromecânica de energia térmica para elétrica.

Mais especificamente, usinas térmicas a biomassa utilizam como combustíveis resíduos da produção agrícola ou agroflorestal, tais como bagaço de cana-de-açúcar, resíduos de madeira, capim elefante, etc. No caso de nossa UTE Enercasa, atualmente em estágio de implantação, o insumo utilizado para a produção de energia é o bagaço da cana-de-açúcar.

- Tecnologia utilizada

Grande parte dos equipamentos utilizados na construção de termoeletricas são produzidos no Brasil. A parcela dos equipamentos que não possui fabricante nacional é devidamente importada. A participação de produtores locais é um aspecto relevante neste mercado, uma vez que o BNDES exige índices de nacionalização dos equipamentos utilizados em empreendimentos desta natureza da ordem de 60%. Dessa maneira, para viabilizar empreendimentos custeados pelo BNDES, desenvolveu-se no Brasil uma indústria relevante de fornecimento de equipamentos para projetos termoeletricos.

Não desenvolvemos internamente nenhuma das tecnologias utilizadas nos equipamentos alocados em nossos empreendimentos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- Produtividade

A produção anual de usina à biomassa depende da disponibilidade de combustível. Para usinas movidas a bagaço de cana, a produção de energia está vinculada à safra da cana, cujo bagaço produzido durante a safra pode ser estocado para ser utilizado como combustível na termoeletrica durante a entressafra, sendo que, enquanto houver disponibilidade do insumo, a usina gerará energia elétrica a plena capacidade, limitada apenas pela sua potência instalada.

- Performance

Os indicadores de performance para empreendimentos termoeletricos são os mesmos utilizados em empreendimentos hidrelétricos, vale dizer, as Taxas Equivalentes de Indisponibilidade Forçada e Programada (TEIF/IP), parâmetros que indicam a qualidade da operação e manutenção do empreendimento.

- Seguros

É prática de mercado a celebração de seguros para os ativos envolvidos em uma UTE.

- Paralisação e Manutenção

A paralisação da usina está sujeita, conforme indicado acima, à fatores sazonais de disponibilidade de insumos. Ainda, estes equipamentos podem ser interrompidos em eventos de força maior, assim como na ocorrência de algum problema técnico. Ainda, todos os equipamentos precisam passar por manutenções preventivas periódicas.

b) características do processo de distribuição

Linhas de Transmissão e Distribuição

O processo de produção e consumo de energia elétrica, devido às suas propriedades físicas, é realizada em tempo real. O MW/h produzido em um determinado instante de tempo deve ser prontamente consumido pelas cargas conectadas ao sistema.

O processo de distribuição da energia produzida pelos nossos empreendimentos ocorre por meio das LTs conectadas ao SIN. A transmissão é caracterizada pela interligação dos centros de carga às usinas do sistema. Tendo em vista a característica do SEB, em que o potencial hidrelétrico é predominante, normalmente as usinas hidrelétricas são localizadas longe dos centros de consumo, fazendo com que tais linhas sejam de grande porte e transportem grandes blocos de energia.

Ao se chegar aos centros de carga, o transporte de energia é feito pelas linhas de distribuição pertencentes à cada concessionária regional. Tais linhas efetivamente entregam ao consumidor final a energia gerada pelas usinas conectadas ao sistema. Tanto geradores quanto consumidores de energia pagam uma tarifa de uso pela transmissão e distribuição da energia elétrica como forma de remunerar as empresas prestadoras de serviços de transporte e distribuição de energia elétrica.

Para o caso de nossos Empreendimentos em Operação, o acesso ao SIN é realizado da seguinte maneira:

- (i) UHE Monjolinho, pela Subestação Passo Fundo, pertencente à Eletrosul;
- (ii) PCH Esmeralda conectada ao sistema da RGE Distribuição pela subestação Paim Filho;
- (iii) PCH Santa Rosa II acessa o sistema pelo entroncamento das linhas de distribuição Palmas/Macabu pertencentes à distribuidora AMPLA;
- (iv) PCH Santa Laura, acessa o sistema por meio da Subestação Xanxerê pertencente à CELESC Distribuição; e
- (v) UHE Dona Francisca e UHEs pertencentes ao CERAN se conectam ao sistema da CEEE Distribuição, por meio das Subestações Dona Francisca e Montes Claros, respectivamente.
- (vi) PCH Passos Maia, conectada ao sistema da COPEL Distribuição por meio da SE 138 kV Palmas
- (vii) PCH Moinho, conectada ao sistema da CELESC, por meio de derivação simples da linha de 138 kV que interliga a PCH Ouro e a SE Campos Novos
- (viii) UTE Enercasa, acessa o sistema por meio do seccionamento da LT 88 kV Assis – Canoas II, da CTEEP
- (ix) Complexo Eólico da Bahia, acessa a Rede Básica, na área da CHESF, por meio da SE Brotas de Macaúbas que secciona a a LT 230 kV Irecê – Bom Jesus da Lapa
- (x) Parque Eólico Barra dos Coqueiros, acessa o sistema por meio da SE do Porto, pertencente à Vale do Rio Doce.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

c) características dos mercados de atuação: (i) participação em cada um dos mercados; (ii) condições de competição nos mercados

Participação no Mercado

Participamos do mercado de geração de energia elétrica em todas as regiões do país abrangidas pelo SIN. Os contratos de compra e venda de energia podem ser celebrados em qualquer um dos submercados (Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e Norte), independentemente do contrato ser firmado na modalidade quantidade ou na modalidade disponibilidade.

Detemos 0,32% do mercado nacional de geração de energia elétrica, comparando-se nossa capacidade instalada de 349 MW (item 7.1.1.2 desse Formulário de Referência) com a capacidade instalada brasileira de 107,0 mil MW (item 7.9.2.1.1 desse Formulário de Referência). Dado que o setor elétrico brasileiro é fortemente interligado, qualquer geração, seja conectada a uma Distribuidora, seja diretamente na Rede Básica, será despachada de forma otimizada pelo ONS para atender à carga em todos os submercados. Assim, não é possível identificar em termos energéticos, onde será consumida a geração de cada usina, que por sua vez impossibilita o conhecimento da nossa participação em cada submercado.

Concorrência

Em 15 de março de 2004, o governo promulgou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. Esta lei objetivou principalmente fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas, por meio de processos competitivos de leilões públicos de compra e venda de energia. Essa lei foi regulamentada por inúmeros decretos a partir de maio de 2004 e está sujeita à regulamentação posterior emitida pela ANEEL e pelo MME, conforme detalhado mais adiante.

Tais marcos regulatórios garantem um ambiente de competição no segmento de geração, sendo que os segmentos de distribuição e transmissão são considerados monopólios naturais, razão pela qual suas remunerações são determinadas por tarifas cobradas dos agentes de consumo e geração. Outro aspecto importante é a competição pela venda de energia no ACL, o que permite que os consumidores escolham o preço de energia mais atrativo para seus objetivos.

Em função das características do SEB, todas as geradoras de energia elétrica no Brasil são potenciais concorrentes. Esta concorrência se dá, especialmente no caso de PCHs, por meio da disputa por aprovação de inventários e projetos básicos junto à ANEEL, bem como por compra de terras, que por força da legislação, conferem direitos de autorização de exploração de potenciais hidroenergéticos pela ANEEL. Ainda, disputamos com nossos concorrentes em leilões de concessões, notadamente no caso de UHEs e de venda de energia, no caso de PCHs, Usinas Eólicas e Térmicas a Biomassa. Dentre nossos principais concorrentes destacamos as empresas de geração de energia renovável, e todo e qualquer agente estabelecido, ou que pretenda se estabelecer, como PIE

d) eventual sazonalidade

Todos os nossos empreendimentos dependem de fontes naturais para a produção de energia elétrica, sendo certo que a disponibilidade de tais fontes está sujeita a sazonalidades intrínsecas, conforme detalhado abaixo. Ainda assim, é importante observar que adotamos diferentes mecanismos para se proteger de eventos de sazonalidade, adequando nossas obrigações contratuais às características de nosso processo de produção. O MRE, no caso das usinas hidrelétricas, e os contratos de venda de Energia de Reserva, são exemplos destes mecanismos. O item 7.9.1 deste Formulário de Referência contém uma descrição detalhada destes mecanismos.

Além da sazonalidade, uma mudança climática também pode afetar o nosso negócio, em caso de alteração nos níveis de precipitação da chuva, volume ou fluxo dos rios no local de nossas usinas ou nas correntes de vento.

Empreendimentos Hidrelétricos

Devido às características estocásticas do regime de chuvas nas bacias hidrográficas, a geração de energia elétrica de uma determinada usina hidrelétrica depende fundamentalmente da sazonalidade inerente ao regime das chuvas. Esta característica pode ser mitigada se o reservatório da usina permitir acumulação de água.

Empreendimentos Eólicos

As turbinas eólicas estão sujeitas à variabilidade do regime de ventos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Empreendimentos Termelétricos a Biomassa

A geração da biomassa está relacionada à disponibilidade do combustível pelo qual é movida a usina. Para o caso de usinas movidas pelo bagaço de cana-de-açúcar, a disponibilidade do combustível é constante durante o período de safra, período no qual, além do uso do bagaço para a produção de energia, faz-se a acumulação de estoques para serem utilizados no período da entressafra. Dessa maneira, a produção de energia durante o período de entressafra depende da acumulação de estoques suficientes de bagaço de cana-de-açúcar, razão pela qual a produção de energia neste período pode ser reduzida.

e) principais insumos e matérias primas:

Todos os nossos empreendimentos utilizam insumos naturais renováveis para a produção de energia elétrica, conforme detalhado a seguir:

- **Usinas hidrelétricas:** utilizamos neste tipo de empreendimento a água oriunda das vazões afluentes precipitadas nas respectivas bacias hidrográficas, fazendo proveito do ciclo natural de chuvas.
- **Usinas eólicas:** o insumo utilizado para a produção de energia elétrica neste tipo de empreendimento é o vento, que determina a quantidade de energia a ser produzida em função da possibilidade de aproveitamento eólico.
- **Usinas térmicas:** no caso das usinas térmicas movidas a biomassa, o principal insumo é o bagaço de cana, combustível pelo qual a usina gera energia.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. Clientes relevantes (responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia):

Possuíamos em 30 de setembro de 2012 dois clientes relevantes, conforme descrição abaixo, responsáveis por aproximadamente 50,9% de nossa receita operacional líquida do período encerrado em 30 de setembro de 2012.

- ELETROBRAS adquiriu, por um prazo de 20 anos a totalidade da energia elétrica produzida pelas PCHs Esmeralda até 14 de dezembro de 2026, Santa Rosa II até 29 de junho de 2028 e Santa Laura até 31 de dezembro de 2027, nos termos do contrato de compra e venda de energia celebrado no mercado regulado. Todas as PCHs listadas acima se enquadram no PROINFA, promovido pelo governo federal para estimular a produção de energia renovável e não convencional. ELETROBRAS foi responsável por 28,6% de nossa receita operacional líquida em 30 de setembro de 2012, representando uma receita de R\$43.381 mil.
- CCEE adquiriu, por um prazo de 15 anos a totalidade da energia elétrica produzida pela UTE Enercasa até 31 de dezembro de 2024, além de adquirir a totalidade da energia elétrica produzida pelas Usinas do Complexo Eólico da Bahia, por um prazo de 20 anos até julho de 2032, ambos nos termos do contrato de compra e venda de energia celebrado no mercado regulado. A CCEE foi responsável por 22,3% de nossa receita operacional líquida em 30 de setembro de 2012, representando uma receita de R\$33.772 mil.

Possuíamos em 31 de dezembro de 2011 dois clientes relevantes, conforme descrição abaixo, responsáveis por aproximadamente 51,28% de nossa receita operacional líquida do período encerrado em 31 de dezembro de 2011.

- ELETROBRAS adquiriu, por um prazo de 20 anos a totalidade da energia elétrica produzida pelas PCHs Esmeralda até 14 de dezembro de 2026, Santa Rosa II até 29 de junho de 2028 e Santa Laura até 31 de dezembro de 2027, nos termos do contrato de compra e venda de energia celebrado no mercado regulado. Todas as PCHs listadas acima se enquadram no PROINFA, promovido pelo governo federal para estimular a produção de energia renovável e não convencional. ELETROBRAS foi responsável por 36,50% de nossa receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2011, representando uma receita de R\$52.337 mil.
- CCEE adquiriu, por um prazo de 15 anos a totalidade da energia elétrica produzida pela UTE Enercasa até 31 de dezembro de 2024, nos termos do contrato de compra e venda de energia celebrado no mercado regulado. A CCEE foi responsável por 14,78% de nossa receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2011, representando uma receita de R\$21.198 mil.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia:

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Todos os nossos empreendimentos decorrem de atividade delegada pelo poder concedente por meio de outorga de concessão para prestação de serviço público para geração e transmissão de energia elétrica para uso de bem público para geração de energia elétrica e/ou de autorização para exploração de unidades geradoras com capacidade instalada igual ou inferior a 30 MW, na qualidade de PIE.

No que se refere aos projetos em fase de desenvolvimento de estudos, não somos capazes de assegurar que a exploração destes será, necessariamente, outorgada à Companhia, uma vez que a regulamentação setorial não assegura às empresas que estão desenvolvendo os estudos de inventário e/ou projetos básicos o direito de exploração, sendo que, existindo outros empreendedores interessados na exploração de determinado potencial (PCH ou UHE), o MME outorgará o direito de exploração com base nos critérios de seleção presentes na Resolução n.º 395/1998, para os casos de projetos cujo Projeto Básico tenha sido aceitos antes de dezembro de 2008, e na Resolução n.º 343/2008, para os casos de projetos cujo Projeto Básico tenha sido aceitos em período posterior a dezembro de 2008.

A regulamentação da ANEEL prevê a imposição de sanções contra os agentes do setor e classifica as multas com base na natureza e severidade da infração (inclusive advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos de licitação para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade), de forma que a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica em desconformidade com a regulamentação e/ou ato de outorga poderá implicar na aplicação de multas de até 2% do faturamento, ou do valor estimado da energia produzida nos casos de auto-produção e produção independente, correspondente aos doze meses anteriores à lavratura do auto de infração, ou estimados para um período de doze meses caso o infrator não esteja em operação ou esteja operando por um período inferior a doze meses.

As infrações que resultam em multas incluem, mas não se limitam às falhas dos agentes setoriais em solicitar a prévia e expressa autorização da ANEEL para determinados atos, incluindo, mas não se limitando a: (i) celebração de contratos entre partes relacionadas; (ii) venda ou cessão de ativos relacionados aos serviços prestados, assim como a imposição de qualquer ônus sobre esses ativos; e (iii) mudanças no controle societário do detentor da autorização ou concessão. Na fixação do valor das multas o agente regulador leva em consideração a abrangência e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para o serviço e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator e a existência de sanção anterior nos últimos quatro anos.

Ainda, a ANEEL detém autonomia para revogar as autorizações para exploração dos empreendimentos, dependendo da gravidade e da intensidade das infrações cometidas.

Nós e nossos administradores possuímos longa experiência no relacionamento com a administração pública, notadamente no que tange à obtenção de autorização para suas atividades. Este relacionamento sempre se deu de forma respeitosa e de acordo com os mais altos valores éticos. Não temos histórico de nenhum problema relevante com tais autoridades.

Mais especificamente, mantemos relacionamento constante com as seguintes autoridades e órgãos:

- ANEEL, para entre outros, os aspectos relativos às autorizações de estudos de inventários de bacias e projetos básicos, bem como as respectivas aprovações destes estudos e os atos homologatórios que definem os autorizados ou concessionários a explorar determinado potencial energético identificado em uma bacia hidrográfica;
- ONS, para os aspectos relativos ao acesso aos sistemas de transmissão e programação da geração e manutenção da UHE Monjolinho;
- CCEE, para os aspectos relativos à regulação dos contratos de compra e venda de energia, bem como o fornecimento dos dados de medição das usinas para contabilização do Mercado de Curto Prazo;
- EPE, para os aspectos relativos à definição dos dados técnicos dos projetos que serão levados à leilão pela ANEEL e o consequente cadastramento dos empreendimentos nos leilões;
- MME, para os aspectos relativos ao acompanhamento e atualização do plano de expansão e programas do governo federal;

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- IBAMA e fundações estaduais de meio ambiente, para os aspectos relativos ao processo de licenciamento ambiental de nossos empreendimentos;
- INCRA, para assuntos relacionados ao ordenamento fundiário e desenvolvimento sustentável de nossos empreendimentos; e
- Prefeituras, para assuntos relativos às questões sociais envolvendo os municípios onde desenvolvemos e implantamos nossos empreendimentos.

Mais informações sobre a regulação aplicável a nós e nossos negócios podem ser obtidas nos itens 7.9.1 e 7.9.2 deste Formulário de Referência.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

Nós e nossas subsidiárias estamos sujeitas, na condução de nossos negócios, a abrangente legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal. Tais leis e regulamentos disciplinam, por exemplo, a utilização de recursos naturais, a reabilitação e restauração de áreas degradadas, o controle de emissões de poluentes, o tratamento de efluentes industriais, a utilização de produtos perigosos, além do acondicionamento, transporte e destinação final de resíduos sólidos.

Nós e nossas subsidiárias observamos, no desenvolvimento de nossas atividades, toda a legislação ambiental aplicável, de forma que nossa atividade se conduza de acordo com os mais altos padrões de responsabilidade social e ambiental. Mais especificamente:

- **Licenciamento ambiental do portfólio da Companhia.** Cada projeto passa por uma análise individualizada, em conjunto com o órgão ambiental competente, acerca da profundidade dos estudos ambientais necessários para o seu licenciamento. Após esta etapa iniciamos a contratação de empresas especializadas sob a coordenação de nossa equipe de meio ambiente.
- **Implantação dos programas ambientais.** Cada licença ambiental outorgada aos nossos empreendimentos possui determinadas condicionantes. Tais condicionantes devem ser observadas por nós para a manutenção da validade de cada licença. Dessa maneira, após o recebimento das licenças ambientais, nosso corpo técnico inicia os procedimentos necessários para a implantação dos programas ambientais necessários para o cumprimento das referidas condicionantes. Estes programas envolvem, entre outros: (i) plantio de mudas nativas, (ii) monitoramento das condições ambientais (qualidade de água, peixes, fauna terrestre, avifauna e flora), (iii) monitoramento e resgates arqueológicos, e (iv) programas socioeconômicos (monitoramento da população atingida, remanejamentos, monitoramento das condições de infraestrutura dos municípios abrangidos pelos projetos, dentre outros).
- **Investimentos Sociais.** Adotamos, sempre que possível, políticas de desenvolvimento de ações sociais em nossos empreendimentos, garantindo que nossa atividade se dê de acordo com os mais altos indicadores de responsabilidade social. Indicamos abaixo alguns exemplos de projetos socioambientais desenvolvidos em alguns de nossos empreendimentos:
 - **UHE Monjolinho.** Estamos em fase de implantação de aproximadamente 15 projetos relacionados com educação, saúde e infraestrutura direcionados às comunidades em que este empreendimento se encontra instalado. Dentre outros, estas ações envolvem:
 - Cobertura do centro poliesportivo da escola do município de Faxinalzinho, estado do Rio Grande do Sul;
 - Expansão do Centro Municipal de Atendimento à Criança e Adolescente (CEMACAD) do município de Nonoai, estado do Rio Grande do Sul;
 - Aquisição de material hospitalar para o município de Nonoai, estado do Rio Grande do Sul;
 - Aquisição de ônibus adaptados para a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Nonoai, estado do Rio Grande do Sul; e
 - Implantação de projeto de revitalização cultural nas terras indígenas localizadas no município de Nonoai, estado do Rio Grande do Sul, envolvendo, dentre outras ações, a doação de livros para bibliotecas comunitárias.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Para além dos projetos sociais mencionados acima, desenvolvemos na UHE Monjolinho aproximadamente 24 programas ambientais ao custo de, aproximadamente, R\$17.000 mil. Estas ações envolveram, dentre outras, a:

- Plantação de aproximadamente 700 mudas nativas;
 - Implantação de uma área de aproximadamente 2.000 m² para a produção de mais de 70.000 sementes por ano; e
 - Catalogação de mais de 300 matrizes de 70 espécies de árvores e arbustos.
- **PCH Moinho.** Estamos em fase de implantação de projetos relacionados com educação, saúde e infraestrutura direcionados às comunidades em que este empreendimento se encontra instalado. Estas ações envolveram, dentre outras, a:
- Negociação com autoridade municipais para o desenvolvimento de projetos sociais focados, notadamente, na área da saúde;
 - Aquisição de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) móveis para o município de Pinhal da Serra, estado do Rio Grande do Sul; e
 - Expansão do centro de saúde pública do município de Barracão, estado do Rio Grande do Sul.
 - Construção de uma ponte com capacidade para 45ton sobre o rio Bernardo José, ligando definitivamente os municípios de Barracão e Pinhal da Serra, no estado do Rio Grande do Sul. Até a construção desta ponte, a ligação entre os municípios era realizada por meio de uma balsa com capacidade para somente 15ton.
 - Parceria com a prefeitura de Pinhal da Serra para implantação de um britador no canteiro de obras da usina para produção de matéria-prima para obras recuperação de estradas secundárias do município. Com a disponibilização pela Moinho da rocha proveniente das escavações obrigatórias da PCH, o município garante a acessibilidade para os moradores da comunidade do entorno do projeto.
- **PCH Santa Rosa II.** Desenvolvemos ao longo do processo de construção do empreendimento inúmeros projetos com o fito de recuperar, manter e preservar a qualidade ambiental das áreas diretamente ligadas com a implantação do empreendimento. Estas ações envolveram mais de 12 programas ambientais, especialmente relacionados com atividades de reflorestamento e plantação de mais de 130.000 espécies de plantas nativas. Atualmente mantemos programas de monitoramento da qualidade da água, permitindo-nos monitorar a real influência do empreendimento na qualidade da água do ecossistema.
- **Passos Maia.** Durante a fase de implantação do projeto, foram desenvolvidos mais de 13 programas relacionados a minimização de possíveis impactos, visando manter e preservar a qualidade ambiental nas áreas direta e indiretamente afetadas pelo empreendimento. Atividades envolvendo trabalhadores e a comunidade local também fizeram parte dos programas. Atualmente diversos programas permanecem em desenvolvimento, além do programa de reflorestamento com a plantação de mais de 60.000 espécies nativas.
- **Complexo Eólico da Bahia.** Além de o empreendimento colaborar significativamente com uma política sustentável de desenvolvimento energético do país, aplicando uma tecnologia totalmente "limpa" e coerente com a expectativa mundial de preservação do meio ambiente, a empresa utilizou-se de soluções de engenharia que minimizaram o impacto ambiental das obras de implantação e, marcadamente, oportunizou benefícios de ordem sócio-ambiental e estrutural às comunidades do entorno. Mais de 270 famílias e cerca de 9 comunidades foram contempladas com melhorias de acessos viários, programas de capacitação profissional e desenvolvimento cultural, ganhando noções da importância da preservação ambiental e da nova tecnologia que chegava em seu quintal. A parceria com a Prefeitura do Município foi um dos segredos do sucesso das campanhas realizadas. A implantação de um novo traçado e total recuperação de 35 quilômetros de estrada vicinal – acesso ao Canteiro de Obras - contemplaram essas comunidades locais que tinham péssimas condições de trafegabilidade aos seus redutos e aos municípios vizinhos. Foram criados mais de 600 empregos durante o desenvolvimento da obra, buscando mão de obra efetiva nas comunidades locais e nos municípios vizinhos. No pico da obra foram contratados 276 trabalhadores oriundos das comunidades localizadas no entorno do empreendimento, representando 47% do total de mão de obra requerida. No processo de seleção dos trabalhadores a DESENVIX promoveu ação conjunta com a Prefeitura Municipal de Brotas de Macaúbas para regularização documental de 171 pessoas, com emissão de carteiras de identidade, CPFs e Carteiras de Trabalho. Também foram realizadas ações voltadas para a capacitação da população local. Em parceria com o SENAI foi efetuada a capacitação profissional na área

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

da construção civil de 35 pessoas residentes nas comunidades do entorno do Parque Eólico. Outra ação, realizada em parceria com a Prefeitura Municipal de Brotas de Macaúbas, trata do Projeto de Educação de Jovens e Adultos, beneficiando cerca de 40 pessoas. Neste projeto, a Desenvix está financiando o transporte dos alunos. Destaca-se também a ação conjunta com o Município e outras instituições, como Sebrae, Embrapa e Associações Comunitárias, onde a Desenvix está desenvolvendo um projeto de geração de renda que envolverá 16 comunidades do entorno do Parque Eólico. O projeto está em fase inicial e será desenvolvido ao longo de 2012 e 2013. A implantação das usinas adotou procedimentos que reduziram os impactos ambientais e maximizaram os benefícios para a população local. Ao todo foram desenvolvidos 12 programas socioambientais, destacando-se as ações do programa de Educação Ambiental e Saúde, onde foram capacitados professores do ensino fundamental das escolas públicas municipais e Agentes Comunitários de Saúde dos municípios de Brotas de Macaúbas e Seabra, formando Comitês Antidrogas nas Comunidades Boa Vista e Cocal, problema já pungente no ambiente rural. O acesso à água foi outra prioridade da DESENVIX junto às comunidades do entorno do Parque Eólico. Aproveitando a infraestrutura de poços artesianos perfurados para atender as necessidades da obra, a DESENVIX doou dois poços artesianos e 04 moto-bombas, beneficiando cerca de 140 famílias das comunidades de Sumidouro, Baixo de Sumidouro, Boa Vista e Ouricuri. Outro benefício alcançado foi a implantação de rede de energia elétrica nas comunidades Sumidouro e Baixo do Sumidouro, beneficiando cerca de 70 famílias. Através de gestão e apoio da DESENVIX, junto com Governo do Estado, estas comunidades foram priorizadas no Programa Luz Para Todos e passaram a ter o benefício a partir de novembro de 2010.

- **Compensações Ambientais.** Para os projetos licenciados por meio de EIA/RIMA, a legislação prevê a destinação de um percentual do investimento total do projeto em Unidades de Conservação pertencentes aos SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Dessa forma, nossos ativos em implantação licenciados por meio de EIA/RIMA destinam 0,5% dos seus investimentos totais em Unidades de Conservação definidas pelos órgãos ambientais licenciadores. O item 7.9.2 contém uma descrição pormenorizada das compensações ambientais de cada um dos nossos empreendimentos.

Ainda, é importante observar que mantemos um corpo técnico qualificado para atender às diferentes demandas da área ambiental. Contamos com uma equipe de profissionais com variadas formações, incluindo engenheiros agrônomos, engenheiros ambientais, engenheiros sanitaristas, engenheiros de aquicultura, biólogos, assistentes sociais, sociólogos, geógrafos e técnicos agrícolas. Este corpo multidisciplinar (i) elabora relatórios e documentos referentes aos nossos projetos, (ii) implementa programas ambientais e de monitoramento populacional, (iii) realiza estudos socioeconômicos, e (iv) coordena e gerencia as contratações de empresas consultoras que elaboram estudos ambientais e implantam programas ambientais específicos, como monitoramento da ictiofauna e qualidade da água, por exemplo.

Para além do cumprimento da legislação ambiental, incorporamos em nossas atividades os seguintes princípios e práticas ambientais:

- Nossa equipe de meio ambiente é envolvida desde a concepção dos projetos, oportunidade na qual avalia a viabilidade ambiental, os riscos ambientais e propõe melhorias ao projeto, de forma a torná-lo em linha com as melhores práticas ambientais.
- Nossa equipe técnica atua intensamente durante a implantação de nossos empreendimentos, realizando estudos e trabalhos de auditoria e, ainda, qualificando todas as empresas prestadoras de serviços, garantido que as empresas contratadas tenham uma política ambiental em linha com os princípios de preservação e prevenção de danos ao meio ambiente.
- No que se refere às nossas usinas em operação, mantemos o compromisso constante de adequação à legislação ambiental, como forma de garantir a manutenção do licenciamento ambiental de todos os nossos empreendimentos. Nesse sentido, mantemos continuamente programas ambientais em nossos empreendimentos, especialmente aqueles voltados a verificar as interferências com o ambiente local, garantindo que qualquer modificação no meio seja prontamente perceptível e mitigada.

Nossa política ambiental tem sido reconhecida pela comunidade por meio de prêmios e nomeações. Por exemplo, a PCH Santa Laura recebeu por duas vezes consecutivas (2007 e 2008) o Prêmio Fritz Müller, em reconhecimento à sua gestão ambiental. O Troféu Fritz Müller é um dos prêmios mais respeitados na área ambiental em todo o Brasil e foi criado em 1982, pela FATMA

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(órgão estadual ambiental de Santa Catarina). No ano de 2010, a UHE Monjolinho recebeu o prêmio Borboleta Azul da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e Associação Riograndense de Imprensa – ARI, como empreendimento destaque na área ambiental do ano de 2009.

O item 7.9.2 contém uma descrição pormenorizada dos principais aspectos legais aplicáveis aos nossos negócios, bem como a nossa situação em relação a cada um destes diplomas legais.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Conduzimos nossas atividades principalmente por meio das marcas mencionadas no item 9.1(b) deste Formulário de Referência, as quais estão devidamente registradas no INPI. Tendo em vistas as características de nosso negócio, o resultado de nossa participação em processos licitatórios não depende do valor agregado pela nossa marca.

Ainda, não dependemos de patentes, concessões, licenças, franquias ou contratos de royalties para desenvolvimento de nossas atividades com exceção das licenças e concessões referidas no item 7.5 (a) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6. Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes:

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, nossa receita proveniente de clientes sediados no Brasil foi de R\$ 143.403 mil, o que corresponde à totalidade de nossa receita líquida operacional. Também para o período encerrado em 30 de setembro de 2012, a totalidade de nossa receita foi proveniente de clientes sediados no Brasil.

b) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor.

Não obtemos receitas provenientes de outros países que não o Brasil.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7. Regulação dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes:

Não aplicável, em função da inexistência de receitas provenientes de outros países que não o Brasil, conforme informado no Item 7.6 deste Formulário de Referência.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8. Outras relações de longo prazo relevantes da Companhia:

7.8.1 Relações Econômicas

O Grupo Econômico no qual estamos inseridos estruturou, ao longo dos últimos 45 anos, uma rede privilegiada de relacionamentos dentro do setor elétrico brasileiro. Nossos controladores e administradores estabelecem relações de longa data com os mais diferentes personagens deste mercado, permitindo, de um lado, tenhamos livre trânsito nas várias esferas de poder e, de outro, conferindo a nós um conhecimento privilegiado de nosso setor de atuação e dos riscos envolvidos em cada um dos nossos projetos.

Nossa intensa rede de contatos é ainda mais importante quando analisada à luz da atual configuração do mercado elétrico brasileiro. A despeito do processo de abertura do setor para os agentes privados, atualmente no Brasil mais de dois terços da geração de energia elétrica se dá por meio de empresas estatais que, por sua vez, geram um fluxo financeiro importante para novos investimentos no setor. Dessa maneira, é comum no Brasil que as empresas estatais se associem com agentes privados em empreendimentos de geração de energia elétrica. Esta característica do mercado brasileiro faz com que nossa rede de relacionamentos seja significativa, permitindo à nós estabelecer parcerias relevantes para nossos empreendimentos.

Mais especificamente, mantemos relações econômicas de longo prazo, dentre outros, com os seguintes agentes públicos e privados:

- ELETROBRAS e suas controladas, notadamente Eletronorte, CHESF, Eletrosul e FURNAS. Realizamos projetos de geração de energia em conjunto com todas estas empresas;
- Mantemos contato próximo com empresas controladas por governos estaduais, como por exemplo:
 - CEEE, de quem somos sócios na Dona Francisca e na CERAN;
 - CELESC, com quem mantemos contratos de fornecimento de energia elétrica e de quem somos sócios na UHE Cubatão e na Dona Francisca;
 - CEMIG, com quem mantemos contrato de fornecimento de energia e realizamos projetos de geração de energia em conjunto; e
 - COPEL, de quem somos sócios na Dona Francisca.
- CPFL, com quem realizamos projetos de geração de energia em conjunto, além de mantermos sociedade na CERAN; e
- Neoenergia, de quem somos sócios na UHE Baixo Iguaçu.

Por fim, gozamos de grande credibilidade junto aos agentes públicos de fomento, em especial o BNDES, BNB e Caixa Econômica Federal. Atualmente o BNDES é o principal agente financiador de nossas atividades, por meio do qual obtivemos recursos para sete dos nossos empreendimentos em operação.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. Outras informações relevantes:

7.9.1 Visão Geral do Setor

O SEB acompanhou a tendência mundial de reformas estruturais realizadas nas duas últimas décadas e também passou por grandes alterações. Nos países desenvolvidos essas reformas foram motivadas por ganhos de eficiência que normalmente são obtidos em ambientes de mercado com adequada concorrência. Para os países em desenvolvimento, a reestruturação representou uma alternativa para viabilizar a expansão do setor frente à dificuldade do Estado em arcar com os investimentos necessários.

O SEB possui as seguintes características principais:

- Suprimento de energia proveniente preponderantemente por meio de fontes renováveis hidrelétricas (mais de 90% da produção de energia e aproximadamente 67% da capacidade instalada do SEB);
- O mercado é regulado com o objetivo de suprir a demanda agregada pelo menor custo de geração possível;
- A expansão da geração é realizada pelo governo por meio dos LENs ("Leilões de Energia Nova") visando entrega de energia no período de 3 ou 5 anos;
- O SEB possui grande malha de transmissão que conecta as fontes de geração aos grandes centros de consumo, permitindo o uso racional das fontes de energia hidráulica;
- Operação do sistema realizada de forma centralizada pelo NOS ("Operador Nacional do Sistema");
- A receita dos geradores é oriunda dos seus contratos de venda de energia, independente de sua geração efetiva;
- Usinas termelétricas têm seus custos variáveis (combustível e O&M) pagos pelos consumidores finais toda vez que a usina é despachada;
- Consumidores industriais representaram 43,62% do total consumido de energia elétrica no país em 2011.

7.9.1.1. Características Gerais

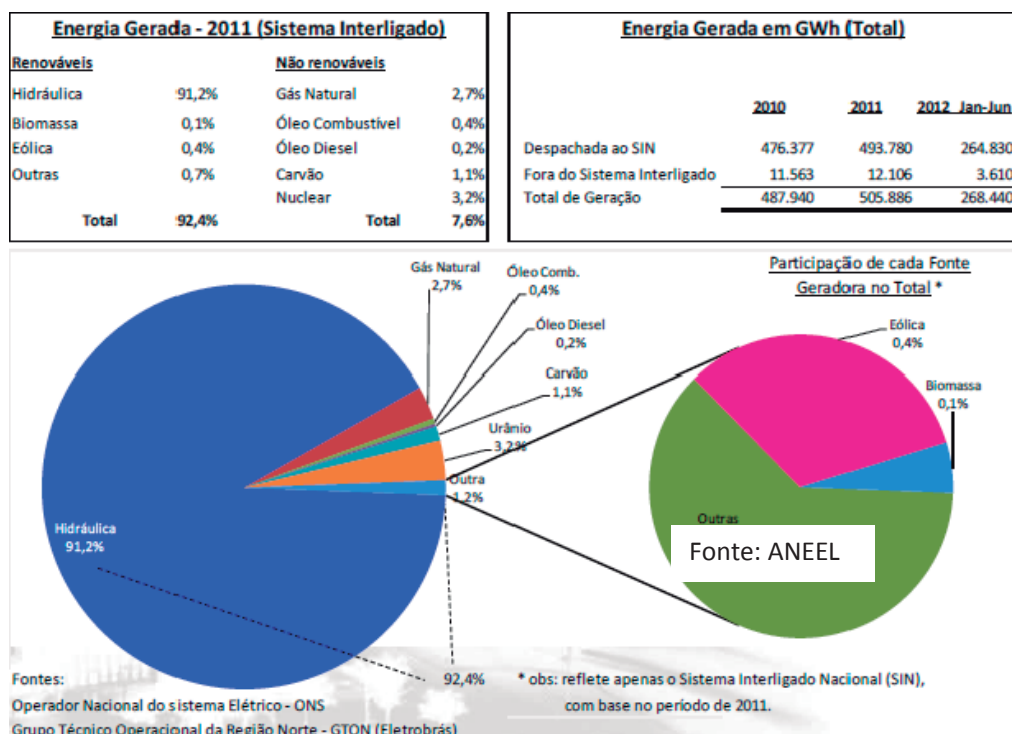
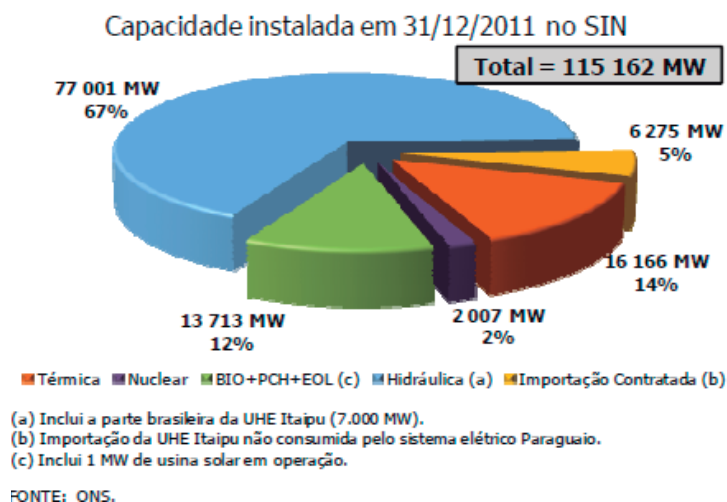
7.9.1.1.1 Características da Oferta

O sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil é um sistema hidrotérmico de grande porte. Com pouco mais de 115 GW de potência instalada até dezembro de 2011, onde predomina a geração a partir de fontes renováveis, distribuídas em oito bacias hidrográficas. Mesmo contando com reservatórios significativos que permitem a regularização plurianual, trata-se de um sistema fortemente dependente dos regimes de chuvas.

O SIN é formado pelos subsistemas Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte. Apenas 3,4% da capacidade de produção de eletricidade do país encontram-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados localizados principalmente na região amazônica.

As figuras a seguir, indicam a participação por tipo de fonte, na capacidade instalada e na geração efetiva, até o ano de 2011:

7.9 - Outras informações relevantes



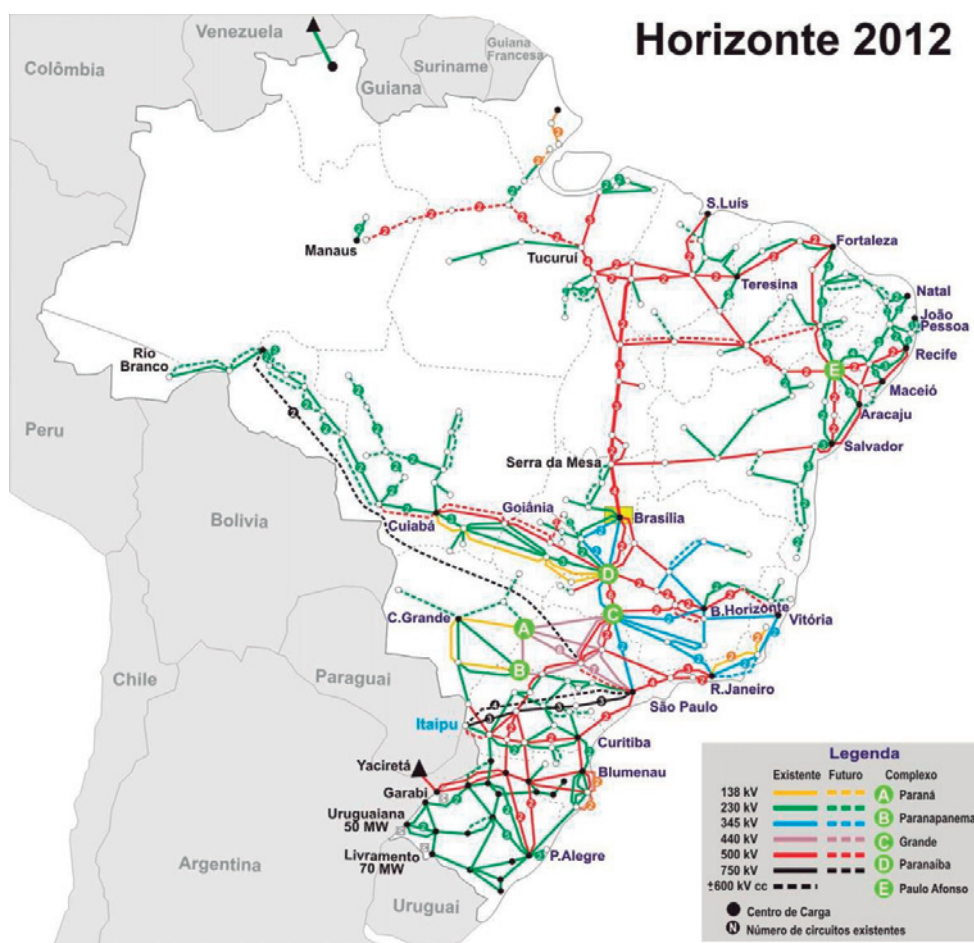
Nas UHEs a energia disponível é limitada pela capacidade de armazenamento dos reservatórios. Isso introduz uma relação direta entre uma decisão operativa tomada no presente e suas consequências futuras. Por exemplo, se os reservatórios forem utilizados no presente e vier a ocorrer no futuro um período com baixas afluições, se fará necessário utilizar um elevado nível de geração termelétrica. Existe ainda a chance de não se dispor de energia suficiente no futuro, ou seja, pode vir a ocorrer um déficit no suprimento. Em contrapartida, se os reservatórios são pouco utilizados no presente e afluições elevadas acontecerem no futuro, o sistema se defrontará com a situação de ocorrência de vertimento (vazão utilizada para controlar o nível do reservatório e não utilizada na geração) o que, neste caso, representa uma situação indesejável de desperdício.

Devido à existência de diversos rios com múltiplos aproveitamentos hidrelétricos, a operação de uma usina depende das vazões liberadas a montante por outras usinas, ao mesmo tempo em que sua operação afeta as usinas a jusante, de forma análoga. Essa interdependência operativa é afetada também pelas restrições de uso múltiplo da água, tais como navegação, irrigação, lazer, saneamento e ainda pelos procedimentos de hidrologia operacional que compreendem, por exemplo, estratégias para prevenção e controle de situações de cheias ou mitigação de efeitos de períodos de estiagem.

7.9 - Outras informações relevantes

Outro aspecto relevante a ser mencionado sobre o SIN é o fato de ser impossível prever com exatidão as afluências futuras, as quais dependem dos distintos regimes hidrológicos, aspectos climáticos e características geológicas das bacias hidrográficas do país. Conseqüentemente, dado que as condições de suprimento de energia dependem de quanto, quando e onde chove, agrega-se assim um caráter probabilístico ao processo decisório de geração.

As características diversas dos rios e a complementaridade entre regiões levaram ao desenvolvimento de uma rede de transmissão bastante extensa e ramificada, que permite explorar essas diferenças. Por intermédio das interconexões elétricas é possível reduzir os custos operativos, com a diminuição da produção termelétrica sempre que houver energia hidrelétrica excedente em outras regiões do sistema. Da mesma forma, em períodos com valores baixos de afluências, a contribuição das usinas termelétricas é de especial importância no atendimento ao mercado de energia e/ou minimização de riscos.

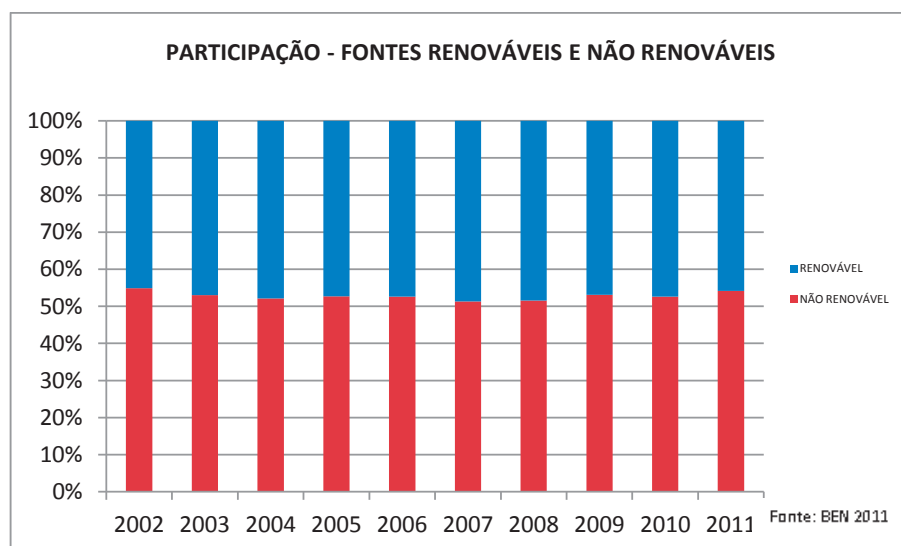


Fonte: ONS

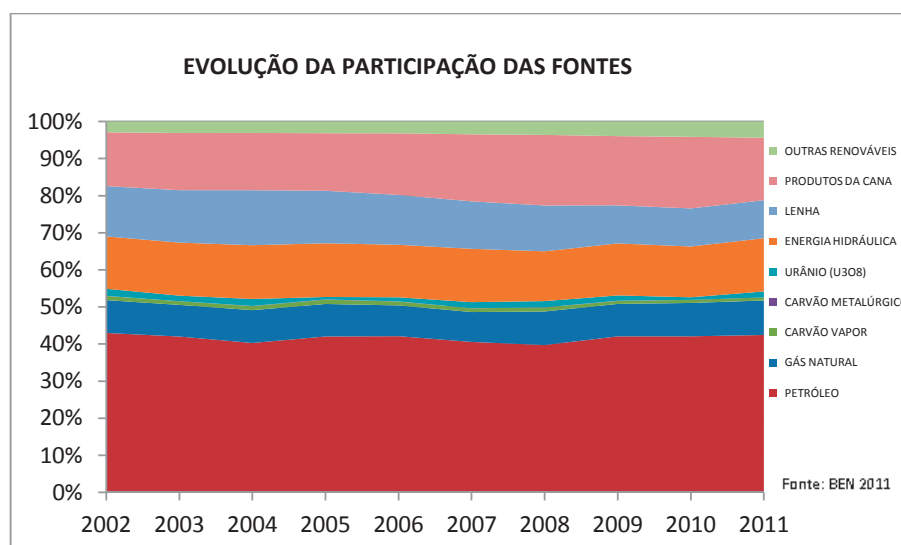
Em função da maior necessidade de utilização da capacidade de oferta frente ao crescimento do consumo, observa-se atualmente uma enorme procura por capacidade produtiva, o que tem viabilizado a inserção de novas fontes de geração, especialmente por meio de programas governamentais e da proliferação de novos agentes setoriais.

Neste contexto, a matriz energética brasileira vem se modificando e as fontes de energias renováveis apresentando um ganho de participação, com destaque para a energia hidrelétrica e para os produtos da cana de açúcar.

7.9 - Outras informações relevantes



No entanto, já se contempla o início de uma redução no ritmo de crescimento da energia hidro, principalmente em função deste potencial se encontrar cada vez mais distante para o suprimento aos centros de consumo, ou ainda devido a questões ambientais impeditivas.



7.9 - Outras informações relevantes

7.9.1.1.2 Características do Consumo

O Brasil vem se destacando como economia emergente, com o PIB de 2011 da ordem de 2,324 trilhões de dólares, representando um aumento de 2,7% em termos reais em relação a 2010. De acordo com as últimas projeções do Banco Central, a expectativa de crescimento do PIB para 2012 é de 1,6% em termos reais, no entanto acredita-se em um crescimento acumulado em torno de 3,3% até junho de 2013.

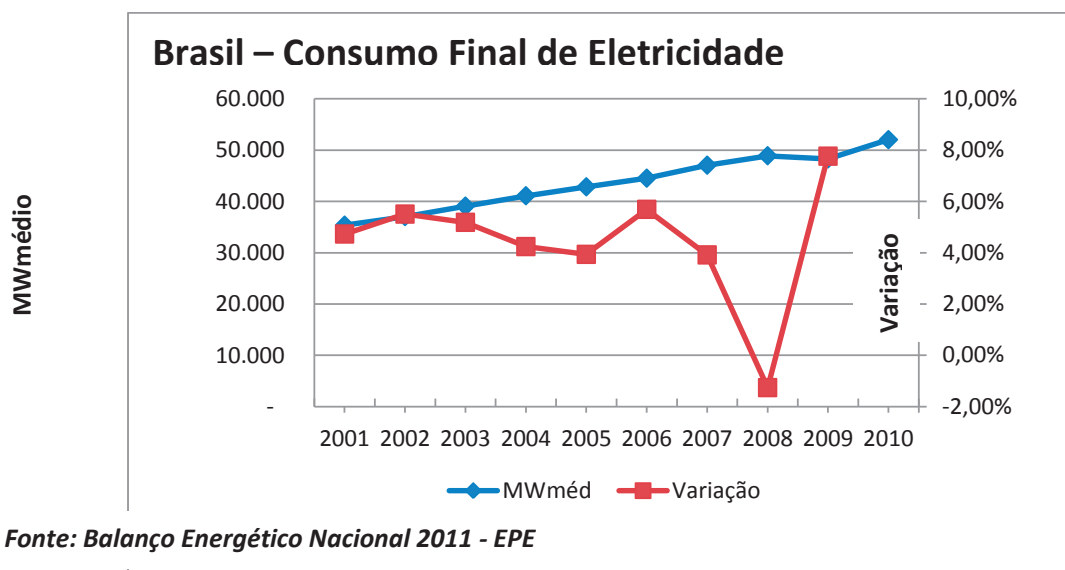
O país vem mostrando situação política estável, com consolidação de sua democracia e mantendo disciplinada a sua política orçamentária e controle da inflação. O PIB previsto para o ano de 2013 é 4,03%. (Relatório FOCUS – Expectativas de Mercado – Projeção de 28/09/2012).

A elasticidade-renda do consumo de energia elétrica, que indica o quanto de energia elétrica é necessária para suportar cada 1% a mais de PIB, está sendo prevista em 1,01 para o próximo decênio. Diferentes fatores da evolução demográfica, como distribuição espacial e urbanização, acabam se refletindo de forma significativa em termos do consumo de energia elétrica. O crescimento da população a uma taxa de 0,7% ao ano, aliada à queda da elasticidade-renda, trará como consequência um aumento do consumo de eletricidade per capita a um ritmo de 4% ao ano.

Além do comportamento da economia, outro aspecto importante para o crescimento do mercado consumidor de eletricidade é a continuidade de mudanças na demanda reprimida em domicílios, escolas, postos de saúde, igrejas, centros comunitários, bombeamento d' água, etc., através da implantação de programas para a universalização do atendimento (por exemplo, o Programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia ou o projeto PRODUZIR, com recursos do Banco Mundial).

O consumo de energia elétrica vem crescendo a expressivas taxas ao longo das últimas décadas, à exceção do período de racionamento causado por um período de baixa hidraulicidade, ao longo dos anos de 2000 e 2001, que será detalhado mais adiante.

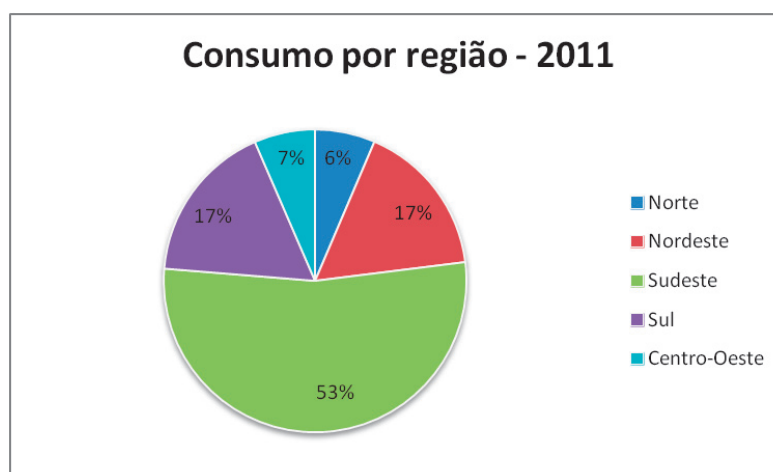
O gráfico abaixo mostra o crescimento do ano 2001 até 2010, em valores absolutos e variação percentual:



Já em 2011 houve um acréscimo de 3,3% em relação ao ano anterior, somando o total de 480 TWh ou 55 GW médios.

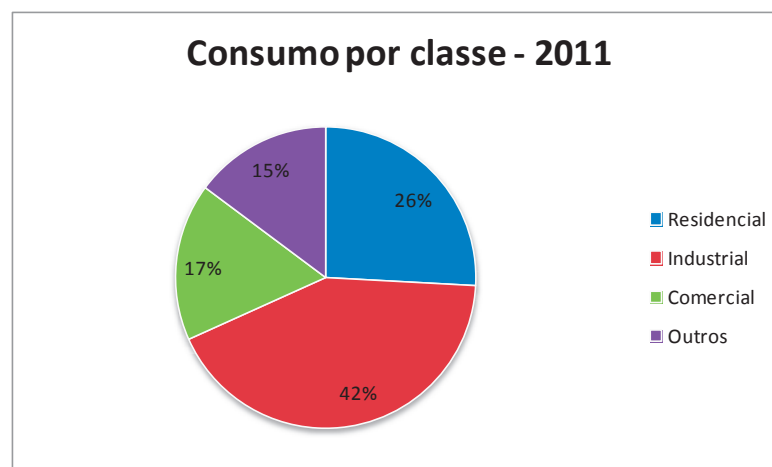
O gráfico a seguir mostra a proporção da distribuição por Classe de Consumo e por Região:

7.9 - Outras informações relevantes



O segmento industrial responde quase que pela metade do consumo total, seguido pelo residencial, o qual vem crescendo em número de domicílios atendidos.

O gráfico, a seguir, apresenta a distribuição espacial do mercado:



7.9.1.2. Regulação Setorial - Histórico Recente do SEB

7.9.1.2.1 Período anterior a 1995

Por mais de trinta anos, até meados da década de 90, predominou no SEB uma estrutura estatal e federativa, com base no Código de Águas de 1934. As grandes empresas sob controle federal eram basicamente atuantes nos segmentos de geração e transmissão e não participavam da distribuição. As empresas estaduais de energia elétrica de maior porte eram verticalizadas, enquanto as empresas privadas e estaduais de menor porte restringiam-se à distribuição. O planejamento da expansão e a operação dos sistemas interligados tinham o comando da ELETROBRAS.

No entanto, a partir de 1975 foi-se configurando uma crise fiscal na União e nos Estados, rebatendo igualmente em problemas financeiros e administrativos nas grandes empresas do setor elétrico. Instituições financeiras internacionais reduziram seus fluxos de investimentos em projetos de infra-estrutura, levando à paralisação e postergação de grandes usinas geradoras, bem como à insuficiência dos sistemas de transmissão e distribuição, elevando o risco de déficit de energia e apontando para uma crise de abastecimento no médio prazo. Tais instituições recomendaram a necessidade de privatização do setor para alavancar recursos privados. A situação não se tornou tão grave por uma conjugação de baixas taxas de

7.9 - Outras informações relevantes

crescimento da economia, demandando menores demandas de consumo energético, e situações hidrológicas favoráveis (o que, para um parque gerador majoritariamente hidrelétrico, representou um recurso, embora conjuntural, expressivo).

Na segunda metade da década de 90 o crescimento do consumo de eletricidade foi da ordem de 4,8% ao ano. A reestruturação do setor era urgente, com investimentos privados, redução de tarifas e melhoria dos serviços.

Pode-se considerar como um marco da reforma setorial a Lei nº 8.631, de 1993, que extinguiu a equalização tarifária vigente e criou os contratos de suprimento entre geradores e distribuidores.

Não obstante, no início de 1995 havia 56 obras de geração paralisadas no país. Destas, 33 tiveram suas licenças cassadas, pois os investimentos sequer foram iniciados. A situação das 23 obras restantes, perfazendo 10 mil MW, foi renegociada, buscando capital privado. Importantes parcerias com a livre iniciativa foram definidas para investimentos nas usinas geradoras. Destaque-se que 14 destas obras entraram em operação até 2001, com mais de 60% dos recursos investidos advindos de parcerias com a iniciativa privada (segundo o MME).

7.9.1.2.2 Período 1995 - 2004

A Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a chamada Lei das Concessões, além de criar condições para uma maior participação de capitais privados, introduziu a competição na construção de novos projetos, mediante regulamentação do regime de licitação das concessões, outorgadas, até então, somente às concessionárias estaduais e federais. Teve prosseguimento com a aprovação do Decreto n.º 1.503, de 25 de maio de 1995, que incluiu o Sistema ELETROBRAS no Programa Nacional de Desestatização (PND) e orientou as privatizações nos segmentos de geração e distribuição.

Este processo de mudanças foi marcado pela promulgação da Lei n.º 9.074 de 1995, que criou o PIE, e, ainda, introduzindo o conceito de Consumidor Livre, estabelecendo as bases legais para que os grandes consumidores pudessem comprar energia livremente. O Decreto n.º 2.003/1996 regulamentou a figura do PIE, peça-chave no novo sistema, além de autorizar a venda da produção do autoproductor.

Em 1996 foi implantado o Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro (Projeto RE-SEB), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia. As principais conclusões do projeto foram a necessidade de desverticalização das empresas de energia elétrica, vale dizer, dividi-las nos segmentos de geração, transmissão e distribuição; incentivar a competição nos segmentos de geração e comercialização e manter sob regulação os setores de distribuição e transmissão de energia elétrica, considerados como monopólios naturais, sob regulação do Estado.

Concluído em agosto de 1998, o Projeto RE-SEB definiu o arcabouço conceitual e institucional do modelo a ser implantado no SEB. A reestruturação criou três novas entidades: a ANEEL, órgão regulador e fiscalizador de todas as relações no setor, o ONS, que controla de forma integrada toda a operação do SIN, e a Administradora do Mercado Atacado de Energia Elétrica (ASMAE), operando o MAE, onde são livremente comercializados os excedentes de energia. Introduziu ainda a figura dos Agentes comercializadores de eletricidade, constituídos por empresas credenciadas para comprar e vender energia elétrica livremente no mercado.

A opção pela venda dos ativos existentes, não obstante ter atraído recursos de alguns grupos privados tradicionais atuantes no ramo, resultou na falta de investimentos para a expansão, e a extinção do Grupo Coordenador de Planejamento do Sistema (GCPS) resultou na falta de planejamento. Além disso, o processo de privatização do segmento de geração sofreu reveses que atrasaram a agenda preestabelecida: a demora na definição das regras para a operação do MAE, concluída somente em fevereiro de 2000, deixou o mercado inseguro e a crise cambial de janeiro de 1999 e as mudanças macroeconômicas que se seguiram reduziram a atratividade dos leilões de ativos para os investidores estrangeiros, além do racionamento imposto em 2001.

Aliado a este cenário, e também em função da ocorrência de vazões afluentes moderadamente desfavoráveis a partir de 1998, os reservatórios reduziram progressivamente seus volumes armazenados, demonstrando um déficit estrutural no SIN.

Uma das ações preventivas tomadas pelo Governo Federal foi o Programa Prioritário Termelétrico (PPT), abrangendo 49 projetos de termelétricos, na maioria, a gás natural. Destes, devido principalmente ao risco cambial, foram concentrados esforços para a viabilização de 15 usinas.

Dada a demora havida na execução de medidas pelo Governo Federal, o racionamento foi iniciado em maio de 2001, estendendo-se até fevereiro de 2002.

Até praticamente o mês de março de 2001 as instituições do Governo Federal que não tratavam diretamente de energia elétrica e a sociedade como um todo não tinham noção clara da crise que se aproximava. Com isso, foi adiada a divulgação do fato de que havia uma crise de suprimento e risco concreto de racionamento de energia, o que prejudicou não só a adoção de medidas preventivas por parte do governo e dos consumidores, como também a discussão racional de soluções para a crise.

7.9 - Outras informações relevantes

O racionamento afetou toda a cadeia produtiva e até hoje não existe consenso sobre o real prejuízo verificado na economia.

Os gargalos de transmissão existentes na época agravaram a crise. Após esse evento pairou sobre o setor a sensação de instabilidade jurídica e regulatória que impedia a atuação do mercado em sua plenitude, dentro de um ambiente estável para investimentos. O mercado teve problemas na liquidação desde setembro de 2000 até dezembro de 2002, configurando assim um cenário de alta inadimplência.

Em outubro de 2002 vieram as eleições presidenciais no país, onde a oposição sagrou-se vencedora. Ao assumir o poder, o novo governo colocou na pauta de discussões uma nova estrutura institucional para o setor elétrico, com proposta de novos paradigmas, regras e procedimentos.

7.9.1.2.3 Período 2004 adiante

Em julho de 2003 o MME publicou a “Proposta de Modelo Institucional do Setor Elétrico”. Representantes dos diversos segmentos da sociedade opinaram sobre o documento e sugeriram importantes contribuições no sentido de flexibilizar a proposta inicial, de forma a diminuir seu forte viés estatal. Muitas dessas sugestões foram incorporadas e, em dezembro de 2003, foi publicado um novo documento, intitulado como o “Modelo Institucional do Setor Elétrico”.

Novas negociações e alterações foram realizadas e em março foi publicada a Lei n.º 10.848/04, que define as principais diretrizes do modelo. Em julho do mesmo ano foi publicado o Decreto n.º 5163/04, que regulamentou a comercialização de energia elétrica e o processo de outorga de concessões de autorizações de geração, dentre outros. O Decreto n.º 5.177/04 detalhou as disposições que deveriam ser tratadas na “Convenção de Comercialização”, que foi instituída pela Resolução Normativa ANEEL n.º 109/2004.

Os principais objetivos foram:

- a) Garantir a segurança no suprimento de energia elétrica;
- b) Promover a modicidade tarifária, por meio de contratação eficiente para consumidores regulados;
- c) Promover a inserção social do SEB por meio da universalização do atendimento.

Para a garantia do suprimento as principais medidas foram:

- a) Contratação de 100% da demanda;
- b) Cálculo realista dos lastros (Garantia Física) da geração.

Para a modicidade tarifária a consumidores regulados instituiu-se:

- a) Compra e venda de energia, sempre pelo menor preço, garantido através da realização de leilões;
- b) Existência de um “pool” de distribuidoras, repartindo riscos e benefícios, e equalização das tarifas de suprimento;
- c) Contratação em separado da energia proveniente de novas usinas (“energia nova”) e da de usinas existentes (“energia velha”).

Para a contratação de energia foram criados dois ambientes:

- a) ACR, para o atendimento aos consumidores com tarifas reguladas (distribuidoras);
- b) ACL, para a contratação de energia atendendo aos consumidores livres, por intermédios de contratos bilaterais livremente negociados.

Os referidos leilões são realizados com 5 e 3 anos de antecedência relativamente ao ano de início de suprimento (denominados Leilões A-5 e A-3), e com 1 ano de antecedência (chamado Leilão A-1), e ainda “Leilão de Geração Distribuída”, “Leilão de Fontes Alternativas” e “Leilão de Energia de Reserva”.

Com base nas modificações identificados acima, o SEB passou a ser organizado conforme descrito abaixo, com a criação de novos agentes e também com revisão das atribuições de agentes já existentes:

- CNPE (Conselho Nacional de Política Energética)

É um órgão interministerial de assessoramento à presidência da República, tendo como principais atribuições formular políticas e diretrizes de energia e assegurar o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso país.

É também responsável por revisar periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do país, estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do álcool, de outras biomassas, do carvão e da energia termonuclear, além de estabelecer diretrizes para a importação e exportação de petróleo e gás natural.

- MME (Ministério de Minas e Energia)

7.9 - Outras informações relevantes

É o órgão do Governo Federal responsável pela condução das políticas energéticas do país. Suas principais obrigações incluem a formulação e implantação de políticas para o setor energético, de acordo com as diretrizes definidas pelo CNPE. O MME é responsável por estabelecer o planejamento do setor energético nacional, monitorar a segurança do suprimento do SEB e definir ações preventivas para restauração da segurança de suprimento no caso de desequilíbrios conjunturais entre oferta e demanda de energia.

- EPE (Empresa de Pesquisa Energética)

Instituída pela Lei n.º 10.847/04 e criada pelo Decreto n.º 5.184/04, é uma empresa vinculada ao MME, cuja finalidade é prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético.

Suas principais atribuições incluem a realização de estudos e projeções da matriz energética brasileira, execução de estudos que propiciem o planejamento integrado de recursos energéticos, desenvolvimento de estudos para o planejamento de expansão da geração e da transmissão de energia elétrica de curto, médio e longo prazos, realização de análises de viabilidade técnico-econômica e sócio-ambiental de usinas, bem como a obtenção da licença ambiental prévia para novos aproveitamentos hidrelétricos com potência igual ou superior a 30 MW.

- CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico)

Órgão criado no âmbito do MME, sob sua coordenação direta, com a função de acompanhar e avaliar a continuidade e a segurança do suprimento elétrico em todo o território nacional. Suas principais atribuições incluem: acompanhar o desenvolvimento das atividades de geração, transmissão, distribuição, comercialização, importação e exportação de energia elétrica; avaliar as condições de abastecimento e de atendimento; realizar periodicamente a análise integrada de segurança de abastecimento e de atendimento; identificar dificuldades e obstáculos que afetem a regularidade e a segurança de abastecimento e expansão do setor e elaborar propostas para ajustes e ações preventivas que possam restaurar a segurança no abastecimento e no atendimento elétrico.

- ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica)

As alterações promovidas em 2004 pelo novo modelo do setor incluíram como responsabilidade da ANEEL, direta ou indiretamente, a promoção de licitações na modalidade de leilão, para a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição do SIN.

- CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica)

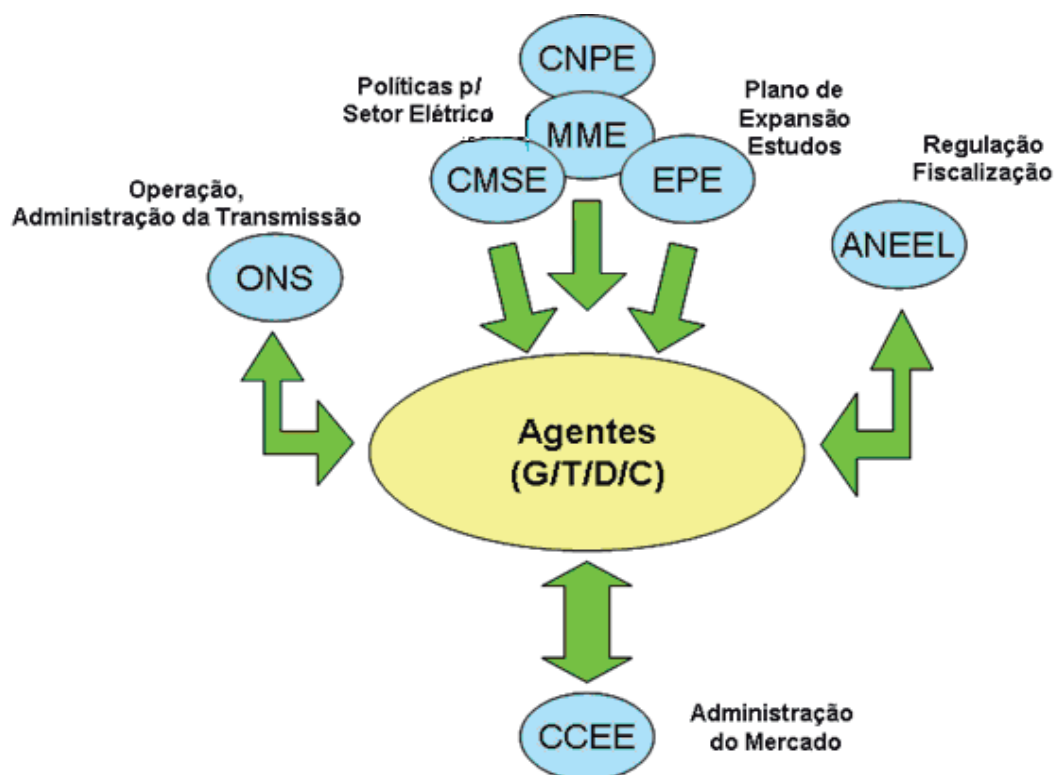
Instituída pela Lei n.º 10.848/04 e criada pelo Decreto n.º 5.177/04, absorveu as funções do MAE e suas estruturas organizacionais e operacionais. Entre suas principais obrigações estão: a apuração do PLD (Preço de Liquidação de Diferenças), utilizado para valorar as transações realizadas no mercado de curto prazo; a realização da contabilização dos montantes de energia elétrica comercializados; a liquidação financeira dos valores decorrentes das operações de compra e venda de energia elétrica realizadas no mercado de curto prazo e a realização de leilões de compra e venda de energia no ACR, por delegação da ANEEL.

- ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico)

Criado pela Lei n.º 9.648, de 27 de maio de 1998, e regulamentado pelo Decreto n.º 2.655, de 2 de julho de 1998, com as alterações do Decreto n.º 5.081, de 14 de maio de 2004, para operar, supervisionar e controlar a Geração de energia elétrica no SIN e administrar a rede básica de Transmissão de energia elétrica no Brasil, atendendo os requisitos de carga, otimizando custos e garantindo a confiabilidade do sistema, definindo, ainda, as condições de acesso à malha de Transmissão em alta-tensão do país.

O organograma a seguir mostra como os agentes interagem no SEB:

7.9 - Outras informações relevantes



G = Geradores
T = Transmissoras
D = Distribuidoras
C = Comercializadoras

Fonte: CCEE

Além destes, são importantes outras instituições como ANA, IBAMA, órgãos estaduais e municipais.

A ANA (Agência Nacional de Águas) é responsável pela regulação do uso da água em lagos e rios sob o domínio federal. Seus objetivos incluem a garantia da qualidade e quantidade da água para atender seus usos múltiplos. Adicionalmente, a ANA deve implementar o "Plano Nacional de Monitoramento de Recursos Hídricos", uma série de mecanismos que buscam o uso racional dos recursos hídricos do país.

No que tange aos rios e lagos sob domínio estadual, compete aos órgãos estaduais – a exemplo do "Ingá" (Instituto de Gestão das Águas e Clima) – a implantação dos respectivos "Planos Estaduais de Recursos Hídricos", assim como a análise e concessão das outorgas de uso de recursos hídricos.

O IBAMA, por sua vez, é a agência ambiental ligada ao MME e responsável pelo monitoramento e fiscalização ambiental em âmbito federal. O IBAMA é responsável pelo licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos que produzam impacto ambiental em âmbito regional ou nacional – localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados, cujos impactos ultrapassem os limites territoriais do Brasil ou de um ou mais Estados.

Por fim, os órgãos e agências ambientais municipais são responsáveis pelo licenciamento das atividades que impliquem impacto ambiental local, e, nos demais casos, tem-se que os órgãos e agências ambientais estaduais detêm a competência para realizar o licenciamento ambiental – a exemplo do IMA, órgão ambiental licenciador no Estado da Bahia

- Resumo

O quadro a seguir coloca de forma resumida a evolução observada no marco regulatório que norteia o funcionamento SEB:

7.9 - Outras informações relevantes

7.9.1.3 Concessões e Autorizações – Aspectos Gerais

7.9.1.3.1 Concessões

As empresas ou consórcios que desejam construir ou operar instalações para geração, transmissão ou distribuição de energia no Brasil devem solicitar ao MME ou à ANEEL, uma concessão, permissão ou autorização, conforme o caso. Concessões são disputadas pelos interessados por meio de licitações e dão o direito de gerar, transmitir ou distribuir energia em determinada área de concessão por um período determinado. Esse período é de 35 anos para novas concessões de UHEs, e de 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Algumas concessões existentes de geração poderão ser renovadas, a critério do poder concedente, por um período adicional de 20 anos.

A Lei de Concessões estabelece, entre outros fatores, as condições que a concessionária deve cumprir ao prestar serviços relacionados ao mercado energético, os direitos dos consumidores, bem como as obrigações das concessionárias e do poder concedente.

7.9.1.3.2 Autorizações

Modelo Antigo (até 1995)	Modelo de Livre Mercado (1995 a 2003)	Novo Modelo (2004)
Financiamento através de recursos públicos	Financiamento c/ recursos públicos (BNDES) e privados	Financiamento c/ recursos públicos (BNDES) e privados
Empresas verticalizadas	Empresas divididas por atividade: Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização	Empresas divididas por atividade: Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização
Empresas predominantemente Estatais	Abertura e ênfase na privatização das Empresas	Convivência entre Empresas Estatais e Privadas
Monopólios (Competição inexistente)	Competição na Geração e Comercialização	Competição na Geração e Comercialização
Consumidores Cativos	Consumidores Livres e Cativos	Consumidores Livres e Cativos
Tarifas reguladas em todos os segmentos	Preços livremente negociados na Geração e Comercialização	Ambiente livre: preços livremente negociados na Geração e Comercialização. Ambiente regulado: leilão e licitação pelo menor preço
Mercado Regulado	Mercado Livre	Convivência entre Mercado Livre e Regulado
Planejamento Determinativo pelo GPCS	Planej. Indicativo pelo Conselho Nacional de política Energética (CNPE)	Estudos de planejamento realizados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
Contratação: 100% do Mercado	Contratação: 85% do mercado (até agosto/2003) e 95% (após setembro/2003)	Contratação: 100% do mercado + reserva
Sobras/déficits do balanço energético rateados entre compradores	Sobras/déficits do balanço energético liquidados no MAE	Sobras/déficits liquidados na CCEE. Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSO) para as Distribuidoras.

As companhias atuantes como PIES ou autoprodutores que explorem a geração de PCHs, UEEs e/ou UTE a biomassa, estão sujeitas ao regime jurídico da autorização para produção de energia elétrica. Ao contrário das concessões tradicionais de uso de bem público ou do regime de prestação de serviço público de geração de energia elétrica, as autorizações para exploração de PCHs e de usinas eólicas não requerem licitação prévia e são mais flexíveis e menos onerosas que as concessões. Autorizações para exploração de PCHs e de usinas eólicas são outorgadas a título gratuito. As PCHs ainda são dispensadas do pagamento pelo uso do recurso hídrico (conforme § 4º do artigo 26 da Lei n. 9.427/96), além de outras reduções de encargos setoriais.

Os titulares das autorizações, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, têm o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, necessárias ou úteis à construção e posterior operação da usina em questão e suas instalações de transmissão de interesse restrito, ou seja, linhas que farão a conexão de nossas PCHs e de usinas eólicas aos sistemas de distribuição da concessionária local e, consequentemente, ao SIN.

De acordo com as autorizações, os atos que visem à modificação e ampliação do empreendimento, transferência a terceiros dos bens ou instalações e cessão dos direitos decorrentes das autorizações, requerem aprovação prévia pela ANEEL.

As autorizações são válidas por 30 anos, podendo ser prorrogadas a critério da ANEEL. Os direitos decorrentes das autorizações, incluídos aqueles sobre a exploração de potencial hidráulico ou dos ventos, conforme o caso, podem ser cedidos para outra empresa ou consórcio de empresas, desde que mediante prévia autorização da ANEEL.

7.9 - Outras informações relevantes

No Brasil, o PIE pode contratar livremente os preços de venda de energia elétrica, o que não seria possível se sua atividade econômica fosse regida pelas regras aplicáveis às concessionárias de serviços públicos.

A fim de permitir a utilização da energia produzida por fontes alternativas de energia, os titulares das autorizações tem o direito de acessar livremente os sistemas de transmissão e distribuição, mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão, quando devidos. Nos termos da Resolução ANEEL n.º 77 e da Lei n.º 9.427, alterada pela Lei n.º 11.943, de 28 de maio de 2009, as PCHs, usinas eólicas e biomassa tem direito ao desconto mínimo de 50% nas tarifas de uso dos referidos sistemas.

7.9.1.3.3 Outorga para exploração de empreendimentos hidrelétricos

Para exploração de potencial de empreendimento hidráulico, o empreendedor interessado deverá observar e cumprir as regras dispostas na Resolução ANEEL n.º 393/98, nos casos em que o aceite do projeto básico for anterior à dezembro de 2009, e na Resolução ANEEL n.º 343/08, para os casos em que o aceite ao projeto básico seja posterior à publicação de referida resolução, bem como as disposições da legislação ambiental no que diz respeito aos estudos de viabilidade necessários e ao cumprimento das condicionantes previstas em cada uma das licenças de que necessitará o empreendedor para consecução do pretendo empreendimento. Importante ressaltar que os empreendimentos que causem impacto ambiental nacional e regional ou aqueles localizados em áreas de interesse ou domínio da União, a competência para licenciar é atribuída ao IBAMA. Com exceção desses casos, e ressalvados os casos em que o impacto ambiental causado é local e que, portanto, a competência é do órgão municipal, o órgão estadual é, em regra, responsável pelo licenciamento, de modo que cada Estado possui legislação e procedimentos próprios.

A obtenção de outorga para exploração de uma PCH depende primeiramente de uma avaliação preliminar da viabilidade da construção da usina, levando-se em conta o potencial hidráulico a ser explorado. Caso este seja economicamente viável, os próximos passos são: (a) a elaboração de estudo ambiental simplificado ou de EIA-RIMA, dependendo do grau dos impactos ambientais que a usina causará; (b) protocolo do estudo preliminar da viabilidade perante o órgão ambiental competente para fins de obtenção da licença ambiental prévia, cuja emissão pode depender inclusive da realização de audiência pública para determinação dos impactos, da observância do plano de compensação ambiental definido e do pagamento das taxas relativas ao licenciamento; (c) registro do projeto básico perante a ANEEL e sua elaboração, o que ocorre em paralelo com a obtenção da licença ambiental de instalação para a área de implantação da PCH; (d) após a aprovação do projeto básico pela ANEEL, da outorga da autorização de exploração e da emissão da licença de instalação pelo órgão ambiental competente, o empreendedor está autorizado a iniciar a construção da PCH, fase em que deve celebrar os contratos de construção da usina (normalmente EPC no regime turn-key); para (e) finalmente, solicitar ao órgão ambiental competente a emissão da licença de operação do empreendimento, bem como da autorização da ANEEL para sua entrada em operação comercial.

Caso o potencial hidráulico não seja conhecido, a ANEEL exigirá do empreendedor a elaboração de inventário simplificado do aproveitamento hidráulico que se pretende explorar. Depois de aprovado o referido inventário pela ANEEL, esta autorizará o início dos trabalhos relativos à execução do projeto básico da usina em questão.

7.9.1.3.4 Penalidades

A regulamentação da ANEEL prevê a imposição de sanções contra os agentes do setor e classifica as multas com base na natureza e severidade da infração (inclusive advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos de licitação para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade). Para cada infração, as multas podem chegar a até 2% do faturamento, ou do valor estimado da energia produzida nos casos de autoprodução e produção independente, correspondente aos últimos doze meses anteriores à lavratura do auto de infração, ou estimados para um período de doze meses caso o infrator não esteja em operação ou esteja operando por um período inferior a doze meses. Algumas infrações que podem resultar em multas referem-se às falhas dos agentes setoriais em solicitar a prévia e expressa autorização da ANEEL para determinados atos, inclusive: (i) celebração de contratos entre partes relacionadas; e (ii) venda ou cessão de ativos relacionados aos serviços prestados, assim como a imposição de qualquer ônus sobre esses ativos.

7.9.1.3.5 Término antecipado das Autorizações

As autorizações perdem sua validade quando do término do prazo fixado pelo poder concedente. No entanto, o poder concedente pode extinguir as autorizações antes do prazo fixado, caso a respectiva autorizada cometa alguma das infrações listadas abaixo, consideradas razões que ensejam a extinção das autorizações antes do prazo:

- comercializar energia em desacordo com as prescrições da legislação específica e das próprias autorizações;
- descumprir as obrigações decorrentes das autorizações e da legislação de regência;
- transferência a terceiros dos bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL;

7.9 - Outras informações relevantes

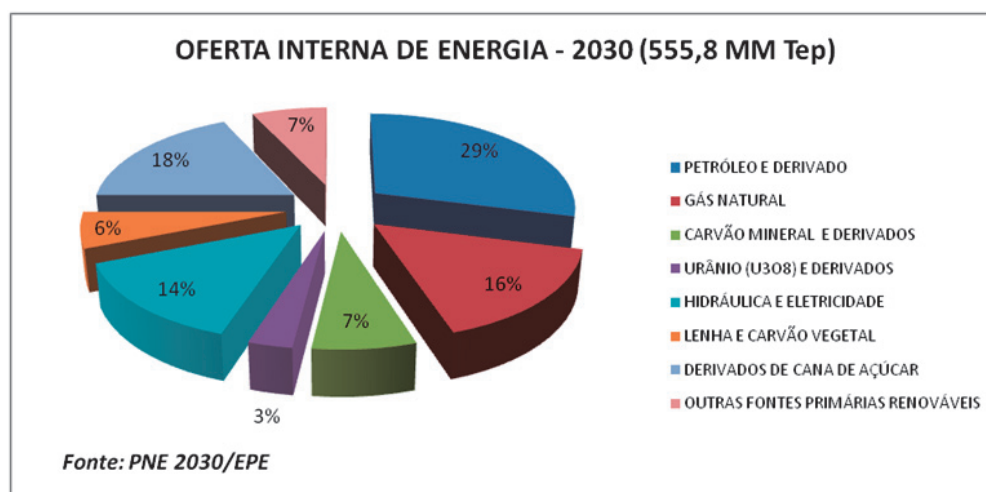
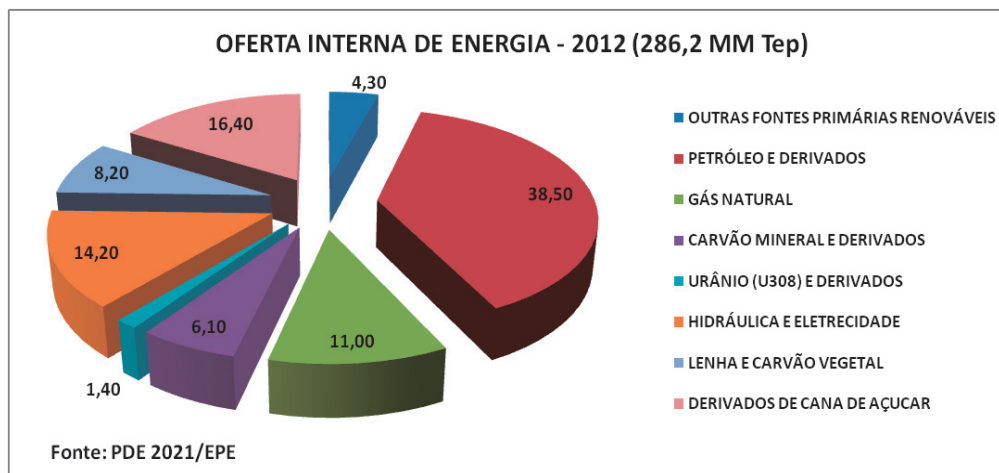
- não recolhimento de multa decorrente de penalidade imposta por infração;
- descumprimento de notificação da ANEEL para regularizar a exploração das PCHs; ou
- solicitação das respectivas autorizadas.

Ao término das autorizações, não havendo prorrogação do prazo, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica nas PCHs poderão passar a integrar o patrimônio da União Federal, a seu exclusivo critério, mediante indenização (apurada por auditoria do poder concedente) dos investimentos realizados, desde que tais investimentos tenham sido previamente autorizados e ainda não amortizados. A ANEEL também pode exigir que as autorizadas restabeleçam o livre escoamento das águas do rio no qual está implantada a PCH.

7.9.1.4 Participação das fontes na oferta de geração

Entre os maiores produtores de eletricidade do mundo, o Brasil é o que apresenta a maior parcela de eletricidade a partir de fontes renováveis, sendo o país que atualmente mais produz eletricidade limpa no planeta (em termos de emissões de gases do efeito estufa).

O Plano Nacional de Energia – PNE 2030, elaborado pela EPE, apresenta um cenário para a matriz energética brasileira com uma pequena perda de participação da fonte hidro, um pequeno ganho no carvão e também no gás, mas com ganhos significativos em outras renováveis e na cana de açúcar (biomassa).



7.9 - Outras informações relevantes

7.9.1.5 Incentivo às fontes alternativas

Como forma de incentivo à expansão da oferta de energia elétrica, além dos investimentos privados no setor, buscou-se o desenvolvimento de fontes alternativas de geração. Em abril de 2002 foi instituído, pela Lei n.º 10.438/2002, o PROINFA, sendo posteriormente alterado pela Lei n.º 10.762/2003, com o objetivo de fomentar a participação de energias renováveis na geração de energia destinada ao suprimento do SIN. Toda a energia do PROINFA foi contratada pela ELETROBRAS, tendo como fonte primária UTE a biomassa, UEE e PCHs. Sua viabilização contou com condições favoráveis de financiamento, por meio do BNDES.

Outra forma de expansão da oferta de energia alternativa está na incorporação de sistemas de cogeração aos sistemas elétricos, uma vez que a oferta cresce por meio da utilização eficiente de combustíveis que atendem as linhas de produção. Ressalta-se que plantas de cogeração não são utilizadas exclusivamente na indústria, mas também nos segmentos de comércio e serviços.

Cogeração consiste na produção simultânea de energia térmica e energia elétrica a partir do uso de um combustível convencional (gás natural, óleo combustível, diesel e carvão) ou algum tipo de resíduo industrial (cavaco de madeira, bagaço de cana, casca de arroz, dentre outros). Podem-se citar como pontos atrativos desse tipo de empreendimento os ganhos de eficiência em determinados processos, aumento da qualidade da energia, disseminação de geração distribuída, auto-suficiência de suprimento e redução de impactos ambientais.

A legislação brasileira, no sentido de incentivar a cogeração, prevê benefícios de política energética condicionado ao uso racional das fontes que satisfaçam o conceito da qualificação, referindo-se ao termo genérico “cogeração qualificada”. A Resolução ANEEL Nº 235/2006, define a cogeração e estabelece os requisitos técnico-jurídicos para a sua qualificação. Como benefício aos cogeradores qualificados, além da redução nas Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD), tem-se a isenção da aplicação, em pesquisa e desenvolvimento (P&D), no mínimo de 1% da receita operacional líquida das empresas que geram energia exclusivamente a partir dessas centrais.

É importante observar ainda outras medidas de incentivo à expansão da oferta de geração de energia elétrica no Brasil por meio de fontes alternativas, como redução de 50% nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão, isenção do encargo de 1% a ser aplicada em P&D e ainda, para as PCHs, isenção do encargo de Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH). Ainda, foram criadas formas de incentivo à comercialização de energia elétrica gerada a partir desses empreendimentos, procurando incluir nesse mercado uma nova categoria de consumidores, denominados “Consumidores Especiais”.

7.9.1.6 A comercialização de energia elétrica

O processo de comercialização de energia elétrica ocorre de acordo com parâmetros legais conforme citados anteriormente.

As relações comerciais entre os agentes participantes da CCEE são regidas por contratos de compra e venda de energia, que devem ser registrados na CCEE. Esse registro inclui apenas as partes envolvidas, os montantes de energia e o período de vigência; os preços de energia dos contratos não são registrados na CCEE, sendo conhecidos somente pelas partes envolvidas em suas liquidações bilaterais.

A CCEE contabiliza as diferenças entre o que foi produzido ou consumido e o que foi contratado. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas no mercado de curto prazo e valoradas ao PLD, determinado semanalmente para cada patamar de carga e para cada submercado, tendo como base o “Custo Marginal de Operação” do sistema, sendo este último limitado por um preço mínimo e por um preço máximo, conforme detalhado a seguir.

As chamadas “Regras de Comercialização” são um conjunto de equações matemáticas e fundamentos conceituais, todas contidas na “Convenção de Comercialização de Energia Elétrica” que, associadas aos seus respectivos “Procedimentos de Comercialização”, estabelecem as bases necessárias para a operação comercial da CCEE e estipulam o processo de contabilização e liquidação tanto no mercado regulado quanto no mercado livre.

As Regras de Comercialização versão 2012 foram aprovadas pela Resolução ANEEL nº. 456/2011.

7.9.1.6.1 Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

No ACR, as empresas de distribuição compram a energia que esperam comercializar com seus consumidores cativos, por meio de leilões regulados pela ANEEL e organizados pela CCEE. As compras de energia elétrica são feitas com as geradoras, comercializadoras e importadoras de energia elétrica (chamadas comumente de “Agentes Vendedores”).

7.9 - Outras informações relevantes

Um dos aspectos que diferenciam o novo modelo institucional do anterior é o seu esquema de contratação para os consumidores cativos. Pelo esquema anterior, uma distribuidora poderia estabelecer contratos bilaterais diretamente com geradores ou PIEs. Já no novo modelo, as distribuidoras devem contratar sua energia somente através de leilões públicos, objetivando a modicidade tarifária.

Os leilões regulados de compra de energia pelas distribuidoras são separados em leilões de energia existente (que visam à recontração da energia) e LENs (para a licitação de novas usinas e contratação de sua energia). A legislação também prevê a realização de leilões especiais de energia renovável (UTES a biomassa, PCHs, energia solar e UEEs).

A energia gerada por (i) projetos de baixa capacidade de geração, localizados próximo a centros de consumo (chamados de “Geração Distribuída”); (ii) usinas qualificadas nos termos do PROINFA; (iii) Itaipu e (iv) Angra 1 e 2, a partir de 1º de janeiro de 2013, não estarão sujeitas a processos de leilão centralizados para o fornecimento de energia no ACR. A energia elétrica gerada por Itaipu é comercializada pela ELETROBRAS e os volumes que devem ser comprados por cada distribuidora são determinados compulsoriamente pela ANEEL. Os preços da energia gerada por Itaipu são em dólares e estabelecidos em um tratado firmado entre o Brasil e o Paraguai.

A aquisição, pelas distribuidoras, de energia proveniente de processos de “Geração Distribuída”, UEEs e PCHs deve observar um processo competitivo de chamada pública, que garanta publicidade, transparência e igualdade de acesso. O montante contratado não pode ultrapassar o limite de 10% da carga da distribuidora (Resolução ANEEL 167/2005).

Os contratos são de duas espécies (i) “Contratos de Quantidade de Energia”; e (ii) “Contratos de Disponibilidade de Energia”.

Nos termos de um “Contrato de Quantidade de Energia” os “Agentes Vendedores” se comprometem a fornecer uma determinada quantidade de energia elétrica e assumem o risco de que o fornecimento poderá ser afetado por condições hidrológicas e baixos níveis de reservatórios, entre outros fatores que poderão afetar ou diminuir o fornecimento de energia elétrica, e no caso de falta de fornecimento terão que comprar a energia no mercado, de forma a cumprir seus compromissos de fornecimento.

De outra forma, nos termos de um “Contrato de Disponibilidade de Energia”, a unidade geradora se compromete a disponibilizar uma determinada capacidade ao ACR. Neste caso, a receita da geradora é garantida e o risco hidrológico de despacho de tais usinas (pagamento de custos variáveis) é assumido pela distribuidora. Em conjunto, estes contratos constituem os chamados CCEAR (“Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado”).

Os contratos por disponibilidade no SIN são feitos somente para geradores termelétricos e no mercado regulado. Neste tipo de contrato, o gerador recebe uma receita fixa anual exatamente igual ao montante total correspondente ao seu lance vencedor no LEN. Esta receita fixa deve ser suficiente para a remuneração dos investimentos e cobertura de todos os custos fixos da usina, incluindo custos fixos de O&M, tarifas de transmissão/distribuição, encargos e tributos. Já os custos variáveis de geração são totalmente repassados às distribuidoras sempre que a usina é despachada pelo ONS. As distribuidoras, por sua vez, repassam os custos variáveis aos consumidores finais, com autorização do regulador. Os custos fixos e variáveis de operação são declarados pelo gerador no processo realizado pela EPE de habilitação técnica para o leilão.

Este tipo de contrato CCEAR é totalmente padronizado e é estabelecido pela ANEEL/CCEE, não havendo nenhuma margem para negociação, por tratar-se de contrato de adesão que faz parte do edital do leilão. O gerador assina tais contratos com cada uma das empresas distribuidoras que compraram energia no leilão em que o gerador se sagrou vencedor, nos montantes proporcionais aos requisitos de carga informados por aquelas empresas à CCEE antes do leilão.

Com relação à indexação prevista no CCEAR, a receita fixa é indexada pelo IPCA, medido mensalmente pelo IBGE. Já os custos variáveis são divididos em custo de combustível e custo de O&M variável. Para o carvão importado, o custo de combustível é corrigido pela variação do preço internacional do carvão mais a variação do câmbio. O O&M variável é corrigido pelo IPCA.

O CCEAR por disponibilidade inclui ainda penalidades por atraso na entrada em operação e por disponibilidade verificada menor que a declarada para o cálculo da garantia física (limite de comercialização) da usina. Deve-se destacar que penalidades por atraso na entrada em operação podem ser evitadas adquirindo energia no mercado para cobrir o atraso. Já para a penalidade por disponibilidade verificada menor que a declarada é possível evitá-la comprando energia no mercado, mas esta energia deve ser oriunda de projeto cuja data de outorga inicial seja igual ou posterior à da usina.

7.9.1.6.2 Ambiente de Contratação Livre (ACL)

No ACL é realizada a compra e venda de energia entre concessionárias de geração, produtores independentes, autoprodutores, comercializadoras de energia elétrica, importadores de energia e consumidores livres. O ACL também inclui contratos bilaterais existentes entre geradoras e distribuidoras até sua respectiva expiração, quando deverão ser celebrados nos termos das diretrizes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

7.9 - Outras informações relevantes

O consumidor livre tem a possibilidade de usufruir dos benefícios de negociar livremente contratos de energia elétrica com os agentes de geração e de comercialização sujeitando-se, contudo, aos riscos inerentes desta atividade. Os agentes vendedores oferecem contratos customizados de venda de energia elétrica que variam de acordo com o perfil de cada cliente.

Podem optar pela condição de livres os consumidores com demanda igual ou superior a 3 MW e atendidos em tensão igual ou superior a 69 kV. Para consumidores conectados após 08/07/1995 não existe restrição relativa ao nível da tensão de atendimento, conforme Lei n.º 9.074/95. No caso de consumidores atendidos somente por meio de fontes alternativas de energia como PCH, solar, UEE e UTE a biomassa, com potência injetada menor ou igual a 50 MW, o limite máximo é reduzido para 0,5 MW, sem restrição quanto ao nível de tensão.

Um consumidor que esteja habilitado a escolher seu fornecedor, no caso, um consumidor potencialmente livre, e que tenha um contrato por prazo indeterminado com uma distribuidora, somente poderá rescindir tal contrato mediante notificação à distribuidora, com antecedência mínima de 15 dias da data em que tal distribuidora deverá declarar suas necessidades de energia para o leilão seguinte, ressalvado que o fornecimento no ACL só será iniciado no ano seguinte ao da notificação, exceto se o contrato de fornecimento entre a distribuidora e o consumidor potencialmente livre dispuser expressamente o contrário.

A introdução de cláusulas de flexibilização nos contratos de energia (*hedge*) contra a volatilidade de preço, bem como a indexação do preço da energia a um índice de interesse da empresa como, por exemplo, o preço de seu produto final, apresentam-se como artifícios utilizados pelos agentes geradores e comercializadores com o intuito de atrair um número maior de consumidores livres, ou mesmo manter os atuais.

7.9.1.6.3 Tradeoff ACL X ACR

Um consumidor cativo conectado no sistema de uma distribuidora paga a Tarifa de Fornecimento de Energia (TF), que é composta por duas parcelas, a Tarifa de Energia (TE) e a TUSD. A TUSD por sua vez é composta por uma parcela de encargos (também conhecida como TUSD-Encargos) e outra que remunera o uso dos ativos envolvidos propriamente ditos (também conhecida como TUSD-Fio). O incentivo para migração ao ACL se dá quando a oportunidade de contratação oferece um preço mais atraente quando comparado à TE praticada no ambiente regulado; ou seja, o consumidor livre está constantemente avaliando a sua condição em comparação à tarifa do cativo.

O maior incremento da migração de consumidores cativos para o ambiente livre foi de 2004 para 2005, dado seu grande volume e representatividade em relação ao número total de Agentes da CCEE. A tabela a seguir apresenta a evolução do número de Agentes registrados na CCEE, segregados por classe, com base em seu ano de adesão.

CLASSE	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012*
AUTOPRODUTOR	11	11	14	15	20	24	26	34	41	41
COMERCIALIZADOR	35	41	47	44	48	55	63	93	113	128
CONSUMIDOR LIVRE	0	34	470	613	691	456	446	485	514	550
DISTRIBUIDOR	42	42	43	43	43	43	43	45	46	46
GERADOR	20	20	22	27	30	29	28	28	31	32
IMPORTADOR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
PIE	37	45	65	83	88	130	156	263	3012	337
CONSUMIDOR ESPECIAL	0	0	0	0	0	192	219	455	587	705

* Até Setembro

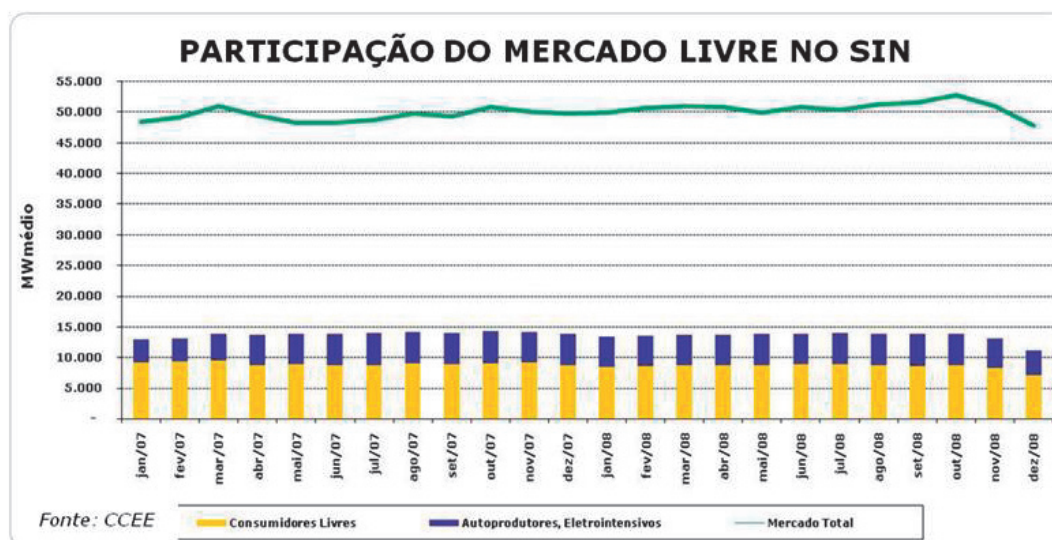
Fonte: Boletins Informativo da CCEE

Esse movimento foi impulsionado pela grande atratividade de preços praticados no ACL em função da sobreoferta de energia encontrada no período pós-acionamento. Atualmente a taxa de crescimento desse mercado é menor, em função da escassez de oferta de energia (contratos).

Em 2008 atingiu-se o nível de 24,0% da energia comercializada do SIN no mercado livre, considerando-se o consumo de consumidor livre, autoprodutor, PIE e consumidores especiais.

Dentre esta energia comercializada no mercado livre, os Consumidores Livres representavam 68,3% desse mercado em 2008.

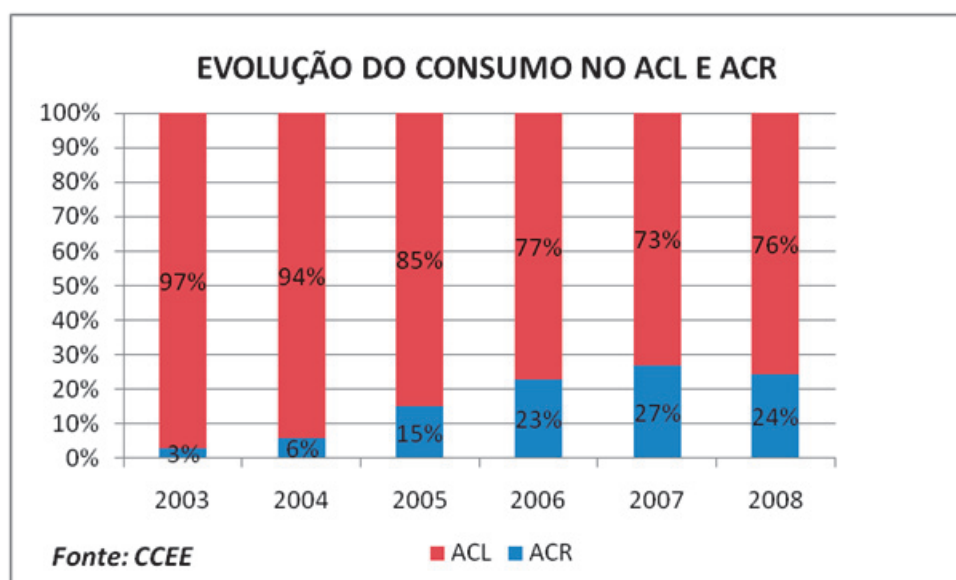
7.9 - Outras informações relevantes



O número de consumidores livres cresceu a uma expressiva taxa de 10,70 migrações (de 2004 a setembro de 2009) para o mercado livre ao mês, sendo que em 2008 sofreu retração (da ordem de 3,3 migrações/mês) devido à desmodelagem de pontos de conexão de alguns consumidores livres (decorrente de inadequação de ativos de conexão e/ou de medição destes), à queda na existência de oferta de energia disponível para o mercado livre e também em função do realinhamento de preços das distribuidoras, promovido pela ANEEL, o qual abaixou algumas tarifas para os consumidores candidatos a livres. Isto sinalizou a permanência na condição de cativos.

Cabe salientar que esta redução foi função também dos resultados dos leilões de energia, mas que não se configura como uma tendência.

Em setembro de 2009 havia 644 consumidores livres cadastrados no “Sistema de Contabilização e Liquidação” da CCEE:



7.9 - Outras informações relevantes

7.9.1.6.4 Consumidores Especiais

Os consumidores especiais são caracterizados por uma unidade ou conjunto de unidades consumidoras que possuam carga igual ou superior a 500,0 kW, integrantes do SIN.

De acordo com a Lei n.º 9.427/1996, posteriormente modificada pela Lei n.º 10.762/2003, esses consumidores possuem o direito de negociar preço livremente com os geradores de energia elétrica que utilizem as seguintes fontes primárias de Geração (i) hidrelétricas com potência superior a 1 MW e igual ou inferior a 30,0 MW, destinadas à produção independente ou autoprodução, mantidas as características de PCH, (ii) hidrelétricas com potência superior a 1,0 MW e igual ou inferior a 50,0 MW, destinadas à produção independente ou autoprodução, independente de ter ou não características de PCH, (iii) hidrelétricas com potência igual ou inferior a 1,0 MW e (iv) plantas com base em fonte solar, eólica, biomassa e cogeração qualificada, com potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição menor ou igual a 50,0 MW.

Para garantir a utilização e a comercialização da energia produzida, os agentes têm livre acesso assegurado aos sistemas de transmissão e de distribuição, mediante o ressarcimento do custo de transporte envolvido. No entanto, como forma de incentivo a essas fontes de geração, a ANEEL estipulou o percentual de 50% de redução nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e de distribuição, incidindo na produção e no consumo da energia comercializada pelos referidos aproveitamentos. Ou seja, os geradores, consumidores ou conjunto de consumidores com potência instalada maior ou igual a 500,0 kW, que comercializarem energia no sistema interligado com as fontes citadas, são beneficiados com os descontos nas tarifas de uso dos sistemas. São os chamados "Consumidores Especiais". Nos sistemas isolados o limite mínimo de demanda dos consumidores especiais é reduzido de 500,0 kW para 50,0 kW, conforme disposto na Lei n.º 10.438/2002.

Em dezembro de 2008 os 651 consumidores livres representavam 1051 unidades.

7.9.1.6.5 O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE)

De acordo com as regras de comercialização em vigor, a proteção financeira contra riscos hidrológicos para os geradores é garantida através do MRE. O MRE é um mecanismo financeiro que objetiva o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os geradores, na busca de garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do SIN.

Sua função é garantir que todos os geradores participantes do MRE comercializem a energia assegurada que lhes foi atribuída pela ANEEL, independente de sua produção real de energia, desde que as usinas participantes do MRE, como um todo, tenham gerado energia suficiente para tal. Em outras palavras, o MRE realoca a energia, transferindo (ou alocando) a energia excedente daquelas que geraram acima de suas energias asseguradas para aquelas que geraram abaixo de suas energias asseguradas. O despacho das usinas é determinado pelo ONS, que leva em conta a demanda de energia, as condições hidrológicas do SIN e as limitações da transmissão.

O ressarcimento dos custos de geração da energia realocada é realizado para compensar os geradores que realocam energia ao sistema acima de seu montante de energia assegurada. Isto é feito através da Tarifa de Energia de Otimização (TEO), para o pagamento de seus custos variáveis de operação (exceto combustível) e das compensações financeiras pelo uso da água. Os custos desta energia realocada (de todos os geradores que doaram energia ao MRE) serão então totalizados e pagos por todos aqueles geradores que receberem energia do MRE.

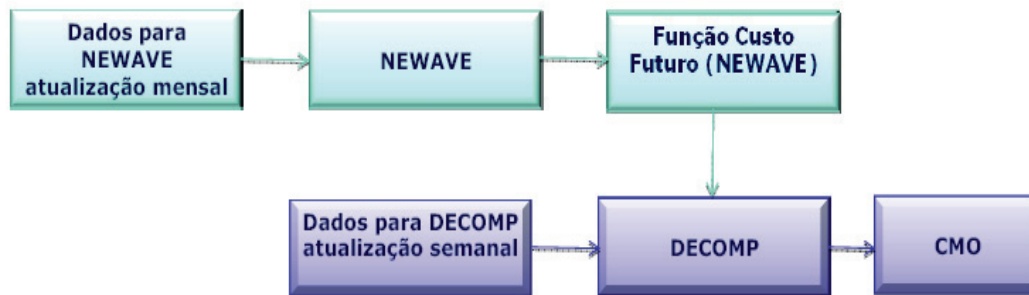
O MRE abrange todas as usinas hidrelétricas sujeitas ao despacho centralizado, as PCHs que optaram pela inclusão no mecanismo e as usinas térmicas com despacho centralizado, contempladas nos contratos iniciais e que tenham seus custos de combustível cobertos pela CCC. A partir de 2003, as usinas cujos custos não sejam cobertos pela CCC participam apenas parcialmente do MRE, em função da redução gradual do subsídio.

7.9.1.6.6 A formação de preço no mercado de curto prazo

Os modelos utilizados para a definição da otimização dos recursos de geração no SEB são o "NEWAVE" e "DECOMP". Nestes modelos são considerados os limites de transmissão entre submercados (as restrições de transmissão internas a cada subsistema são desconsideradas, de modo que a energia comercializada seja tratada como igualmente disponível em todos os pontos de consumo) e as simulações da operação do sistema consideram diversos cenários de vazões, combinando componentes estruturais (por exemplo, a configuração hidrotérmica e sua expansão) e conjunturais (por exemplo, a condição inicial de armazenamento). Nestas simulações são considerados os custos de geração das termelétricas. Assim, por exemplo, se determinada série hidrológica que estiver sendo simulada for de seca severa, o armazenamento dos reservatórios vai caindo, mesmo com o acionamento de todas as térmicas, podendo haver o corte de carga, que por sua vez é valorado pelo "Custo de Déficit".

Um dos resultados obtidos nesses modelos é o chamado "Custo Marginal de Operação" ou "CMO", conforme ilustrado abaixo.

7.9 - Outras informações relevantes

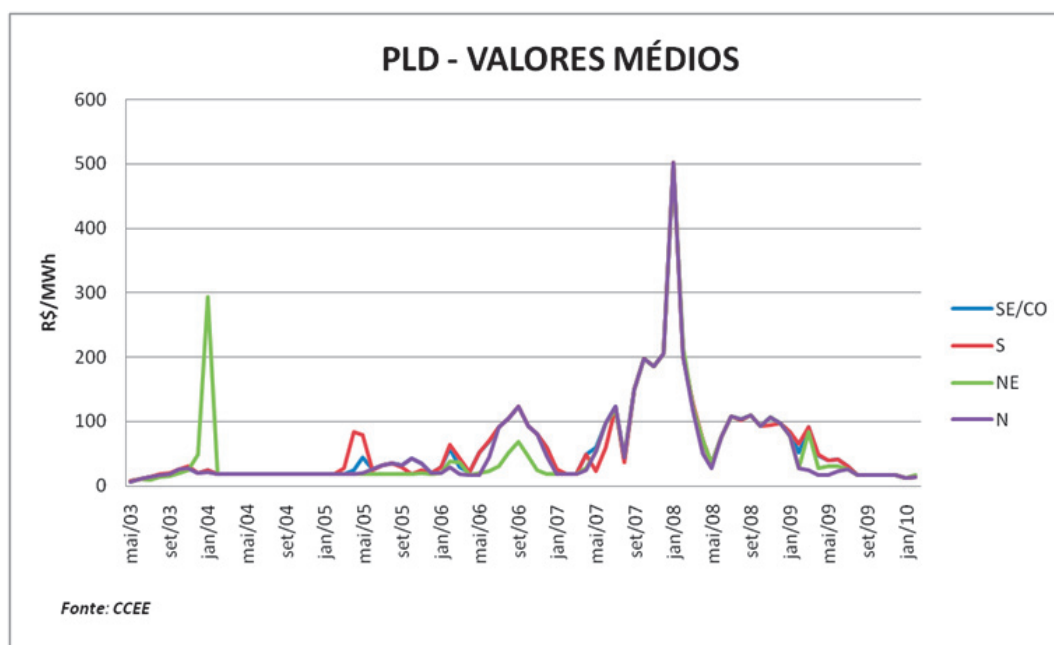


Uma vez que o CMO representa o custo variável do recurso de geração mais caro a ser despachado, tem-se então uma importante informação para determinar o preço da energia elétrica. No caso brasileiro esse preço é denominado de PLD. O PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo, sendo determinado, por patamar de carga, em base semanal *ex-ante*, ou seja, apurado antes da operação real do sistema.

Por determinação da ANEEL, o PLD é limitado a um preço máximo (custo da geração termelétrica mais cara participante do despacho) e um preço mínimo (contempla os custos de operação e manutenção de usinas hidrelétricas e as compensações financeiras – *royalties* - pelo uso dos recursos hídricos).

A título de ilustração, a figura a seguir mostra o histórico das médias mensais do PLD desde maio de 2003 até janeiro de 2010. O aspecto a ser destacado é a elevada volatilidade verificada em sua trajetória. Quando há sobreoferta de energia no SIN, a consequência é um período de preços baixos. No entanto, no momento em que a demanda de energia volta a se aproximar da oferta, tem-se a elevação da volatilidade do PLD, pois usinas com custo de geração elevado começam a compor o despacho em determinados períodos.

Destaca-se também a elevação de preço verificada no “Submercado Nordeste” em janeiro de 2004. Após o esgotamento da capacidade de transferência de energia para a região, o ONS determinou, pautado na chamada “Curva de Aversão ao Risco – CAR”, o despacho fora da ordem de mérito das usinas térmicas localizadas naquele Submercado. A CAR representa os requisitos mínimos de armazenamento de um subsistema para o atendimento pleno da carga e é definido pelo ONS a partir de condições operacionais pré-definidas.



7.9 - Outras informações relevantes

7.9.1.6.7 Tributos e encargos no Setor Elétrico Brasileiro

A seguir lista-se a quantidade de tributos e encargos incidentes, sendo que nem todos são comunicados ao consumidor de forma transparente:

▪ Tributos:

IRPJ: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica

CSLL: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ISS: Imposto sobre Serviços

PIS/Pasep: Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

Cofins: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

ITR: Imposto Territorial Rural

IPVA: Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

IPTU: Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana

INSS: Contribuição ao INSS devida pelo Empregador

FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Outros Encargos Sociais: SAT, Salário Educação, Sistema "S"

▪ Encargos Setoriais:

- CCC (Conta de Consumo de Combustível): encargo para subsidiar a geração de energia elétrica que utiliza combustíveis fósseis nos sistemas isolados. A CCC é paga por todos os consumidores finais através da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST), caso o consumidor esteja conectado diretamente na rede básica ou através da tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), caso o consumidor esteja conectado na sua distribuidora local. Consumidores que investem em autoprodução são isentos na parcela de sua geração própria. O montante da CCC a ser recolhido é definido anualmente *ex-ante* pela Eletrobrás.

- CDE (Conta de Desenvolvimento Energético): Conta de Desenvolvimento Energético: este encargo se destina a promover a geração eólica, PCH, gás e carvão, promover o programa de universalização da eletricidade; e subsidiar a tarifa para consumidores de baixa renda. Este encargo é pago por todos os consumidores através da TUST ou TUSD. Assim como a CCC, consumidores que investirem em autoprodução estão isentos na proporção de sua geração própria. A CDE é definida anualmente pela ANEEL.

- CFURH (Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos): é uma participação dos Estados, distritos e alguns departamentos da União nas receitas resultantes da exploração dos recursos hídricos. Este encargo é pago pelas hidrelétricas, com exceção das PCHs, como uma função da energia produzida (R\$/MWh).

- ONS (Contribuição ao Operador Nacional do Sistema Elétrico): é uma taxa destinada a cobrir os custos das atividades do ONS. A taxa da ONS é paga por todos os seus membros, basicamente: geradores, transmissoras e distribuidoras.

- TFSEE (Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica): encargo setorial para cobrir os custos de atividade da ANEEL, pago por todos os agentes do setor.

- RGR (Reserva Global de Reversão): encargo setorial para compensar a reversão dos ativos no final do período de concessão assim como promover recursos para expansão dos serviços públicos de eletricidade. É pago por todas as concessionárias de serviço público.

- UBP (Uso de Bem Público): corresponde a uma taxa pelo direito de concessão pago pelos investidores de hidrelétricas pelo uso do sítio hidrológico para geração de energia. Este pagamento é necessário, pois a concessão de instalação das hidrelétricas pertence à União Federal, e não pode ser cedido sem pagamento.

- P&D (Pesquisa e Desenvolvimento): encargo do setor a ser investido em programas de eficiência energética e estudos de pesquisa e desenvolvimento. Geradores, transmissoras e distribuidoras devem investir anualmente pelo menos 1% de sua receita operacional líquida.

- CCEE: taxa destinada a cobrir os custos das atividades da CCEE, paga por todos os seus membros, a saber: agentes de geração, agentes de comercialização, distribuidoras, consumidores livres e consumidores especiais.

7.9 - Outras informações relevantes

- PROINFA: criado para subsidiar o programa de incentivo as fontes alternativas, este encargo é cobrado de todos os consumidores através da TUST e TUSD. Consumidores de baixa renda e aqueles localizados nos sistemas isolados são isentos desta cobrança.

- ESS (Encargo de Serviço de Sistema): encargo setorial que representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica.

Com as novas medidas apresentadas pelo governo federal, durante o mês de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória 579, haverá a partir de 2013 uma redução significativa na cobrança de encargos setoriais. Ficou determinado a extinção da CCC e RGR, além de uma redução de 75% na cobrança da CDE, os quais somados representam um benefício de 7,6 bilhões de reais por ano.

7.9.1.6.8 Impacto da Medida Provisória 579 nas Operações da Desenvix

Após um período de bastante expectativa dos agentes do setor elétrico quanto ao tratamento que o Governo Federal daria em relação às concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que teriam vencimento a partir de 2015, sem que existisse previsão legal para uma nova prorrogação, foi editada a Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012.

Esta medida, que em sua essência busca reduzir os gastos com energia elétrica no país e assim deixar a indústria mais competitiva, é sustentada por três grandes ações.

- I. Redução do Custo de Geração
- II. Redução nos Custos de Transmissão
- III. Extinção de Encargos Setoriais.

Concessões regulamentadas pelas leis nº 8.987 e nº 9.074 de 1995, que consequentemente tem seus prazos vencidos entre 2015 e 2017, e somam cerca de 22 GW de potência instalada, são objetos desta Medida Provisória que busca definir as condições para prorrogação destas outorgas. Para empreendimentos alcançados por esta medida, foi oferecida a opção de extensão da concessão por mais 30 anos, no entanto, sujeito a uma remuneração bastante inferior, baseada nos custos operacionais e setoriais de determinado empreendimento. Esta receita, a princípio permitirá um retorno ao concessionário, de forma a remunerá-lo pela prestação no serviço, no entanto o discurso dos agentes envolvidos ainda é obscuro, deixando margem para incertezas quanto ao cálculo desta tarifa. Ainda neste contexto, o governo se compromete em ressarcir a parcela não depreciada dos ativos, com fundos da RGR e se necessário da União.

Apesar das incertezas, grande parte dos geradores alcançados pela MP 579 aderiu ao programa, no entanto condicionado ao pleno conhecimento das condições da extensão, que deverão ser apresentados até novembro de 2012.

A geração associada a estes geradores será então distribuída na forma de cotas para o portfólio de todas as distribuidoras de forma isonômica, permitindo assim que o desconto seja equivalente para todas as regiões. Esta redução no valor de mercado desta energia corresponde a uma econômica aproximada de 7 bi R\$ ao ano.

Além das concessões de geração, foram adotadas medidas também para a Transmissão, sendo o Grupo Eletrobrás o principal afetado pela Medida uma vez que 62% das linhas alcançadas pela MP 579 pertencem a este grupo. O princípio aplicado para a geração se estende para estes ativos, ou seja, haverá uma redução na RAP (Receita Anual Permitida) suficiente apenas para que se cubram os custos e encargos setoriais. Esta medida terá efeito não somente no mercado cativo (ACR) como também no livre (ACL), uma vez que ambos usufruem das estruturas de transmissão e são sujeitos às tarifas de uso por tal.

A terceira ação prevista pela Medida Provisória 579 foi a redução de encargos no setor elétrico, por meio da extinção da CCC (Cota de Consumo de Combustível) e da RGR (Reserva Global de Reversão), além de uma redução na arrecadação da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético).

Somadas, estas medidas correspondem a uma economia anual em torno de 20 bi R\$, que permitirá descontos na tarifa do ambiente regulado (ACR) entre 16% e 28%, variando em função do nível de tensão em que o consumidor estará conectado.

A Desenvix não será diretamente afetada por esta nova regulamentação uma vez que suas concessões (UHE Monjolinho e LTs) não são alcançadas pela Medida Provisória 579. No entanto deverá ser observada uma desaceleração no crescimento do mercado livre, pelo menos no curto prazo, que também não deverá ter efeito significativo uma vez que o portfólio da Desenvix está praticamente 100% contratado no Longo Prazo, assim imune a estas variações.

7.9 - Outras informações relevantes

Outro aspecto importante, visando os novos empreendimentos, é que extensões das concessões comercializadas a valor de mercado são consideradas apenas como “upsides” nas avaliações econômico-financeiras e não como condições necessárias para a viabilidade dos negócios.

Ainda há muitas incertezas acerca destas novas medidas, e sabe-se muito pouco sobre os possíveis efeitos colaterais que irão surgir no longo prazo, sendo necessário fazer uma segunda avaliação quando a Medida Provisória passar pela apreciação do Senado, e o como esta será afetada pelas 431 emendas propostas pelos agentes.

7.9.1.7 Os leilões de energia

7.9.1.7.1 Leilões de energia nova e de energia existente

O novo modelo institucional do SEB tem três objetivos principais:

- ✓ Garantir a segurança de suprimento de energia elétrica
- ✓ Promover a modicidade tarifária, através da contratação eficiente de energia para os consumidores regulados
- ✓ Promover a inserção social no setor elétrico, em particular através dos programas de universalização do serviço de energia elétrica

Para garantir a segurança de suprimento, o modelo estabelece que toda demanda (distribuidoras e consumidores livres) deve estar 100% contratada, sendo que todo contrato firmado deve possuir um “lastro” físico de produção. Por sua vez, a contratação da demanda das distribuidoras deve ser feita através de leilões de mínimo preço, a fim de garantir a modicidade tarifária.

Torna-se básico induzir à máxima eficiência no processo de alocação de riscos e incentivos entre geradores e distribuidoras e, conseqüentemente, à modicidade tarifária para o consumidor cativo. Existem dois instrumentos principais para promover esta eficiência: o primeiro é a realização da compra de energia sempre através de leilões, na modalidade menor preço; o segundo consiste na contratação de energia por licitação conjunta do montante a ser contratado por todas as distribuidoras, dentro de um ACR, com o objetivo de obter economia de escala na contratação de nova energia, repartir riscos e benefícios dos contratos e, sobretudo, equalizar tarifas de suprimento.

O modelo prevê a realização de dois tipos de leilões:

- ✓ O primeiro tipo tem como objetivo atender o crescimento previsto do consumo acima da capacidade existente de geração. Como o atendimento deste consumo adicional requer, por definição, a construção de novas usinas, este leilão é realizado com antecedência de cinco anos (A-5) ou três anos (A-3) em relação à data de entrega da energia. Além disto, para viabilizar o “*project finance*”, são oferecidos contratos de duração mais longa, entre quinze e trinta anos de duração. Por esta razão este tipo de leilão é conhecido como leilão de “energia nova” ou LEN. Para estimular a eficiência na contratação, há um incentivo à compra de energia nova de fontes mais baratas, já que nos três primeiros anos de entrega de energia nova o repasse de cada distribuidora é limitado ao preço médio de contratação de todas as distribuidoras no ACR. Desta forma, cada distribuidora terá um custo/lucro líquido calculado pela diferença entre o seu custo individual de aquisição da energia e o repasse as tarifas dos consumidores finais (custo médio do ACR).
- ✓ O segundo tipo de leilão visa renovar os contratos de atendimento do consumo existente ao término dos chamados Contratos Iniciais e outros contratos bilaterais em vigor. Visto que estes contratos já são, por definição, respaldados por geradores em operação, não há necessidade de um prazo maior para sua entrada. Como consequência, as licitações são realizadas com um ano de antecedência (A-1), sendo oferecidos contratos com durações variadas, entre cinco e quinze anos. Por analogia ao primeiro tipo de leilão, o segundo tipo é conhecido como leilão de “energia existente”.

7.9.1.7.2 Leilão de Energia de Fontes Alternativas

Além dos LENs e os leilões de energia existente, o MME pode periodicamente organizar também leilões específicos para contratar energia de fontes alternativas (biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, eólica e solar). Contratos padronizados de longo prazo (10-30 anos) são oferecidos e a sistemática do leilão é a mesma do A-3 e A-5. O primeiro leilão de energia alternativa ocorreu em Junho de 2007.

7.9.1.7.3 Leilão de Geração Distribuída (GD)

As distribuidoras podem fazer licitações especiais para a contratação de GD localizada em sua rede de distribuição (tensões abaixo de 230,0 KV). Até 10% da demanda da distribuidora pode ser suprida por este tipo de contrato. Para participar deste leilão, o gerador deve respeitar algumas restrições: eficiência mínima exigida para empreendimentos termoeletrônicos (com exceção para fonte biomassa ou resíduos de processo), limite máximo de capacidade de 30,0 MW para hidrelétricas, entre outros.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9.1.7.4 Leilão de Ajuste

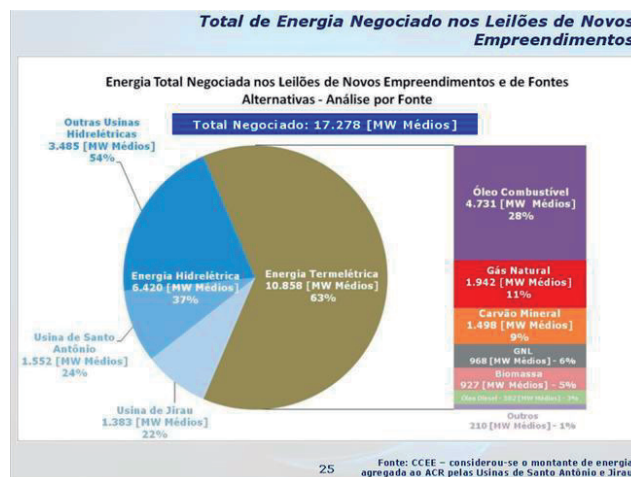
Esse tipo de leilão tem o objetivo fazer um “ajuste fino” entre energia contratada e a demanda. Estes leilões oferecem contratos com duração de até 2 anos e são realizados três ou quatro vezes ao ano, com entrega para o mesmo ano. Por esta razão, esses contratos são conhecidos como “A0”. A distribuidora poderá comprar até 1% do total de sua energia contratada por meio dos leilões de ajuste.

7.9.1.7.5 Leilão para Contratação de Energia de Reserva

Cabe ao poder concedente definir reserva de capacidade de geração a ser contratada, visando garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica.

Dentre os principais motivadores para se ter um mercado de capacidade, destacam-se:

- i) a redução da dependência hidrológica, buscando mitigar o risco hidrológico;
- ii) reduzir o risco em relação aos problemas causados por eventuais atrasos em obras de geradoras;
- iii) aumentar a segurança energética em casos de desvios na previsão da carga;
- iv) a redução da volatilidade do preço do PLD;
- v) a manutenção da margem de segurança do sistema elétrico;

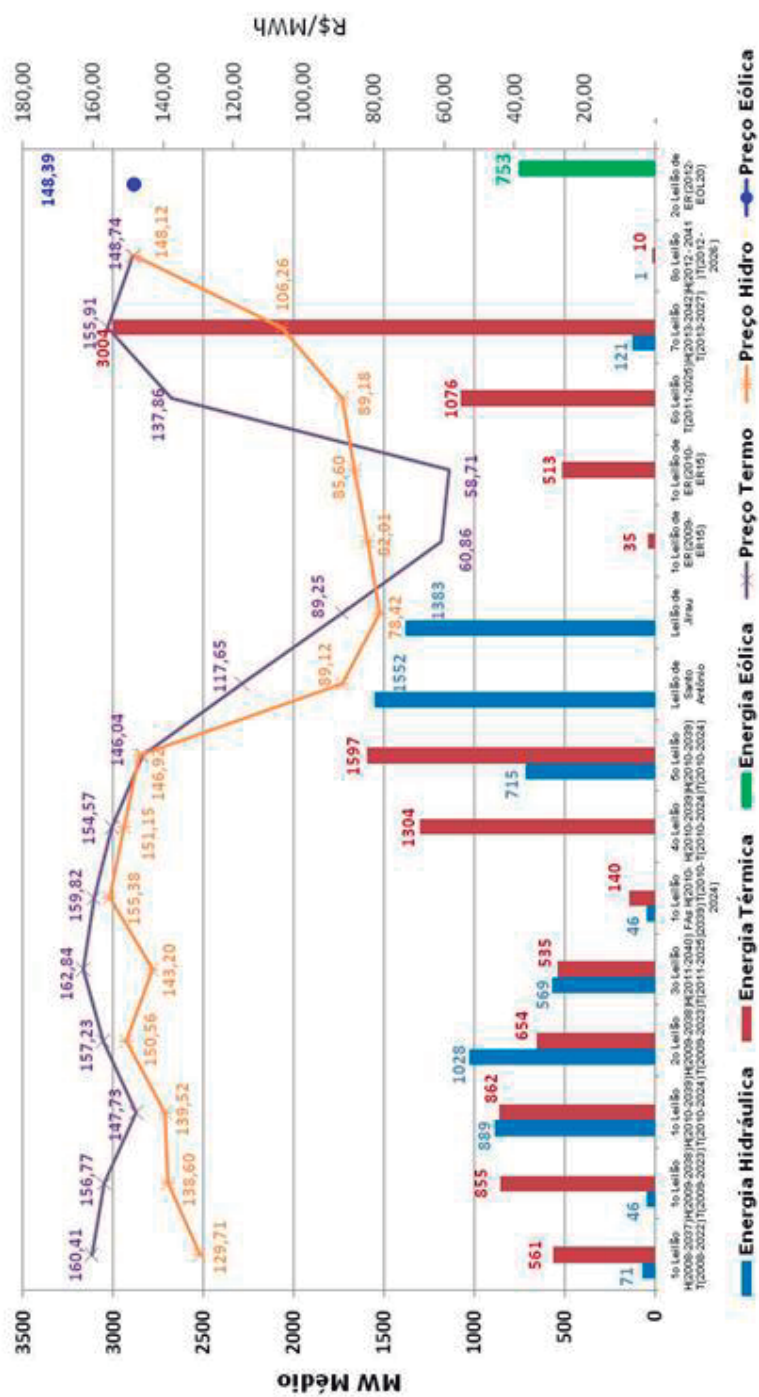


Os custos decorrentes desta contratação de energia de reserva serão rateados entre todos os usuários finais de energia elétrica do SIN, incluindo os consumidores livres, os consumidores especiais (com carga superior a 500 kW atendidos por fontes alternativas de Geração de energia) e os autoprodutores apenas na parcela da energia decorrentes da interligação ao SIN.

7.9.1.7.6 Resultados Dos Leilões

Os montantes e preços médios de energia (atualizados pelo IPCA até fevereiro/2010), já se considerando as médias ponderadas dos preços de cada leilão para todos os anos de entrega de energia, estão apresentados no gráfico a seguir.

7.9 - Outras informações relevantes



7.9 - Outras informações relevantes

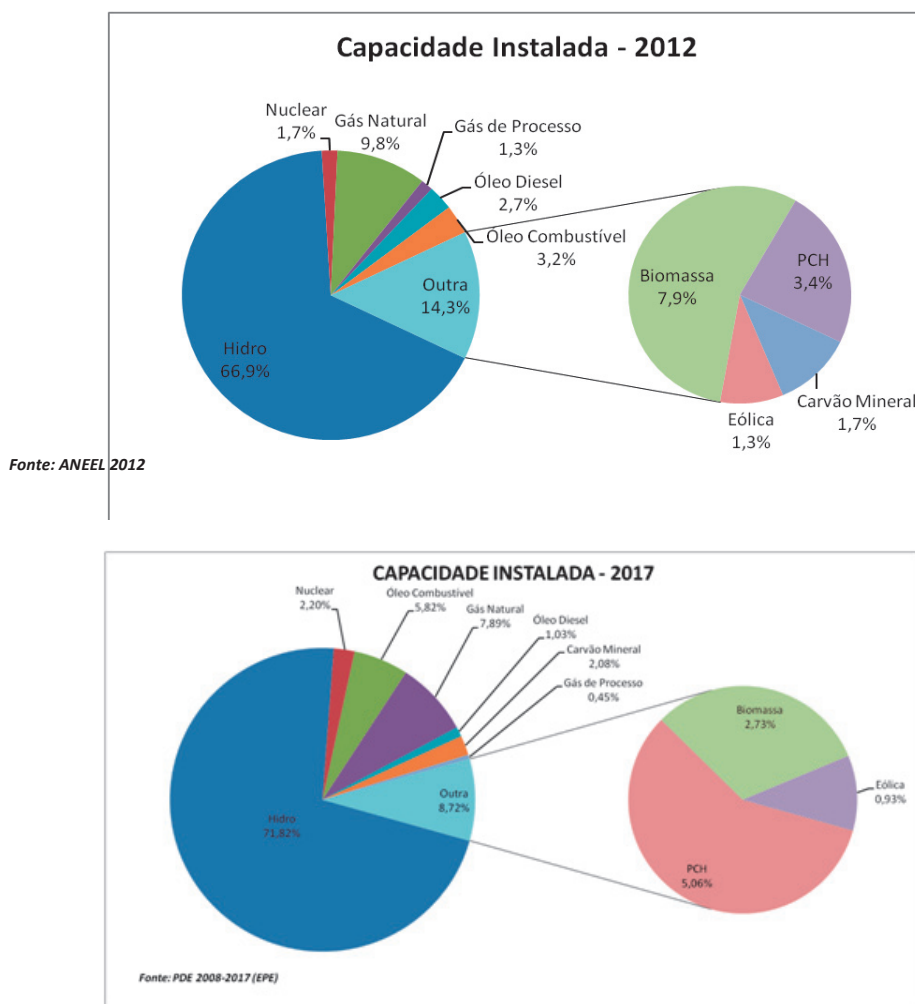
7.9.1.8 A expansão do Parque Gerador

O planejamento da expansão da oferta de energia adota o critério de igualdade entre o chamado “Custo Marginal de Operação” (CMO) e o “Custo Marginal de Expansão” (CME), assegurando a otimização da expansão do sistema elétrico, respeitado o limite de 5% para o risco de insuficiência da oferta de energia elétrica, sendo o risco de déficit a probabilidade de que a oferta de energia elétrica seja menor do que o mercado de energia correspondente, não importando a magnitude do déficit.

Para o ajuste do cronograma de obras foi determinada, para o horizonte de estudo considerado, a sequência mais econômica de obras, em termos de seus custos de expansão da geração e da ampliação das capacidades de intercâmbio entre os subsistemas. Foram selecionadas como candidatas as obras julgadas como sócio-ambientalmente viáveis e com previsão de início de operação compatível com os prazos necessários ao desenvolvimento do projeto.

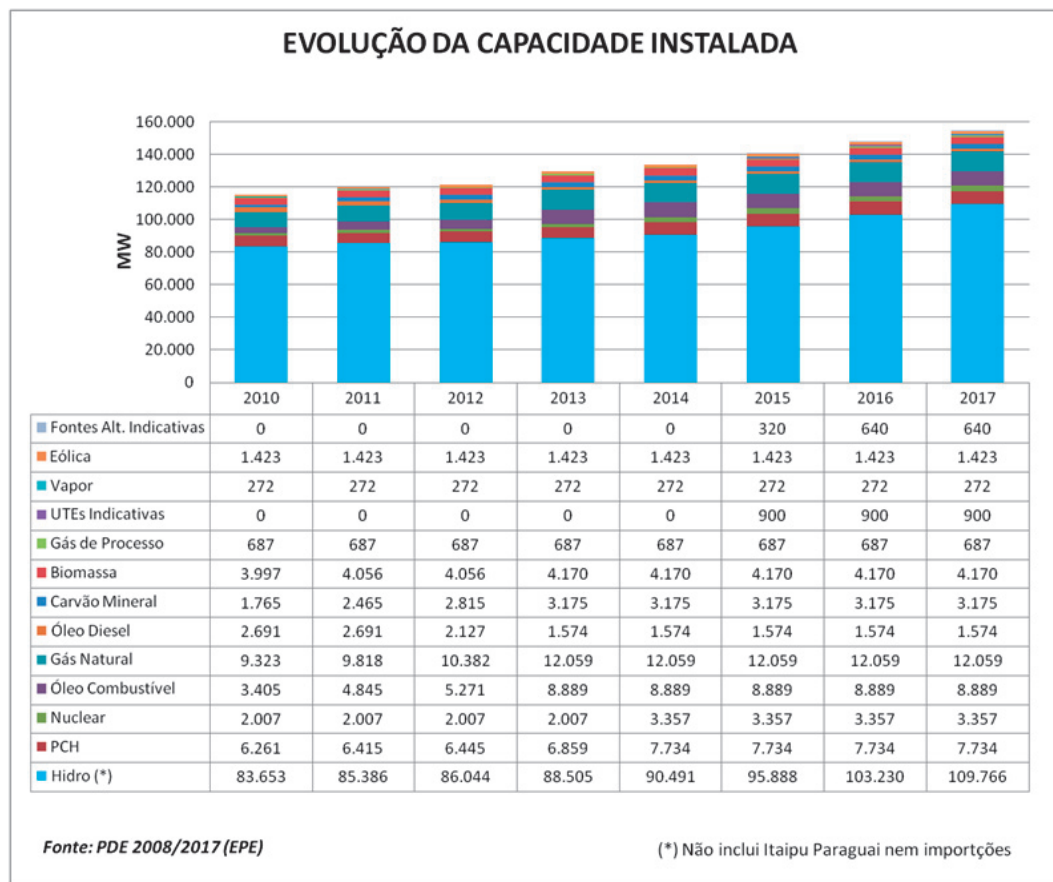
Como Custo Marginal de Expansão (CME) adotou-se R\$105,0 MWh, a partir dos preços finais relativos ao conjunto de novos empreendimentos hidrelétricos e termelétricos que negociaram energia nos leilões realizados ao longo do ano de 2008, energia essa a ser entregue às distribuidoras do SIN a partir de 2011 e de 2013.

O gráfico a seguir mostra dois momentos da composição do parque gerador. Deve-se destacar que os aproveitamentos Belo Monte (rio Xingu), Santo Antônio e Jirau (rio Madeira) serão responsáveis por cerca de 10% da capacidade hidrelétrica instalada do SIN no final do horizonte decenal. Se forem ainda considerados os empreendimentos dos rios Teles Pires e Tapajós, a participação dessas usinas fica em torno de 15% do total da capacidade hidrelétrica instalada do SIN no final do horizonte de planejamento.



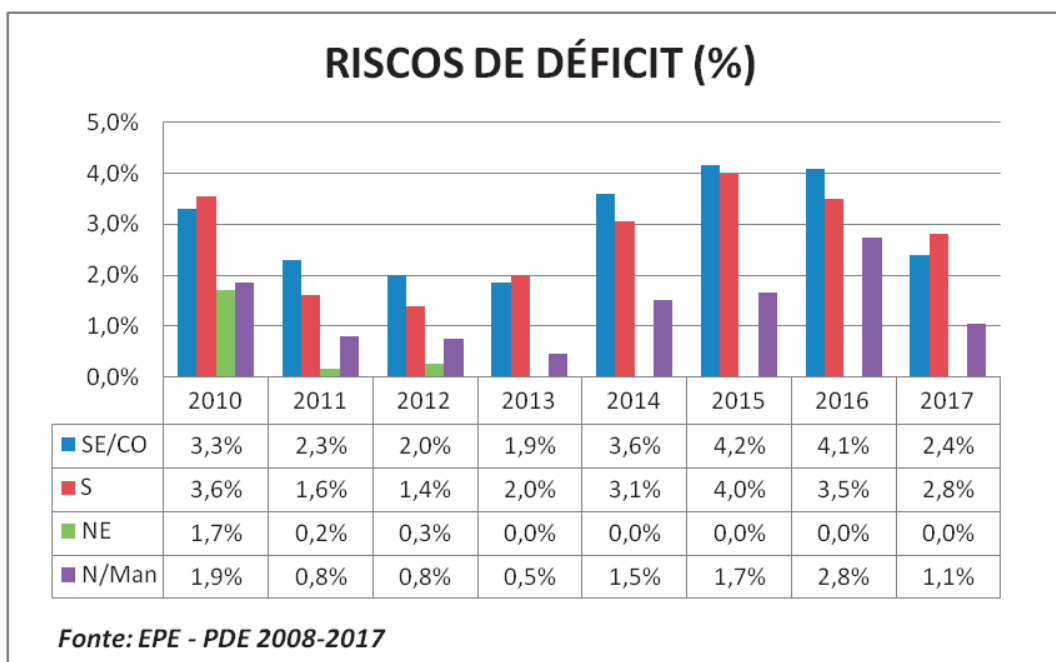
7.9 - Outras informações relevantes

O gráfico, a seguir, detalha em números a expansão das diversas fontes, entre o período 2010 e 2017, com um acréscimo de 47.431,0 MW no período, ou 5.930,0 MW/ano.

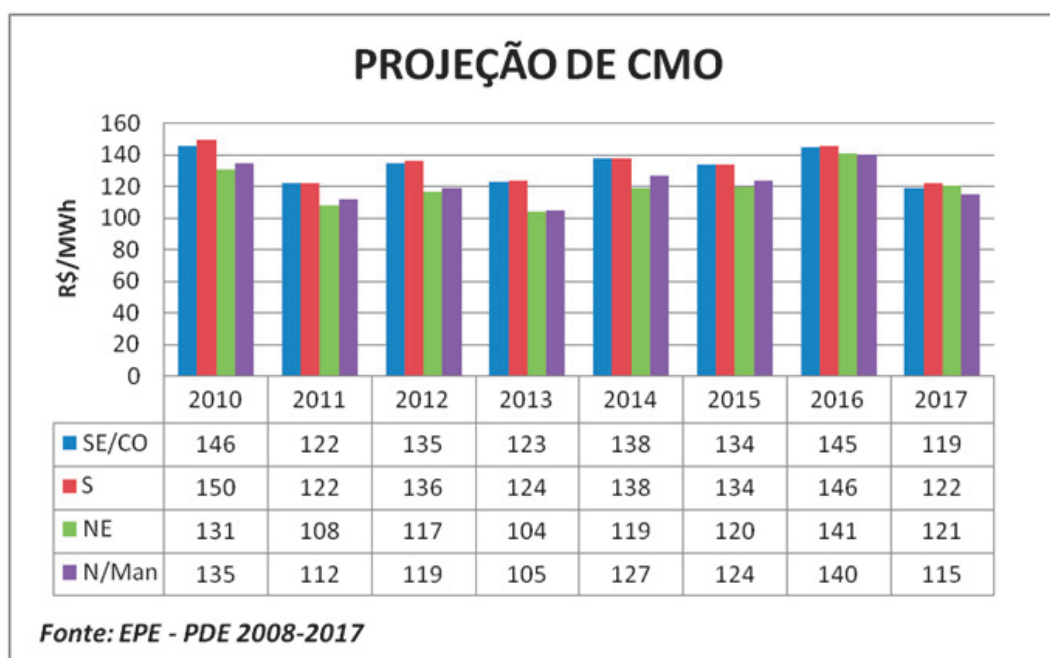


O gráfico a seguir apresenta os riscos de ocorrência de qualquer déficit de energia em cada um dos quatro subsistemas para o período 2010-2017. Observa-se que os riscos de déficit atendem ao critério de garantia de suprimento, do CNPE, de risco de déficit inferior a 5% em qualquer dos subsistemas, ao longo do período de expansão.

7.9 - Outras informações relevantes



Os valores esperados de Custo Marginal de Operação – CMO são apresentados no gráfico a seguir, para o mesmo período.



7.9.1.9 Transmissão

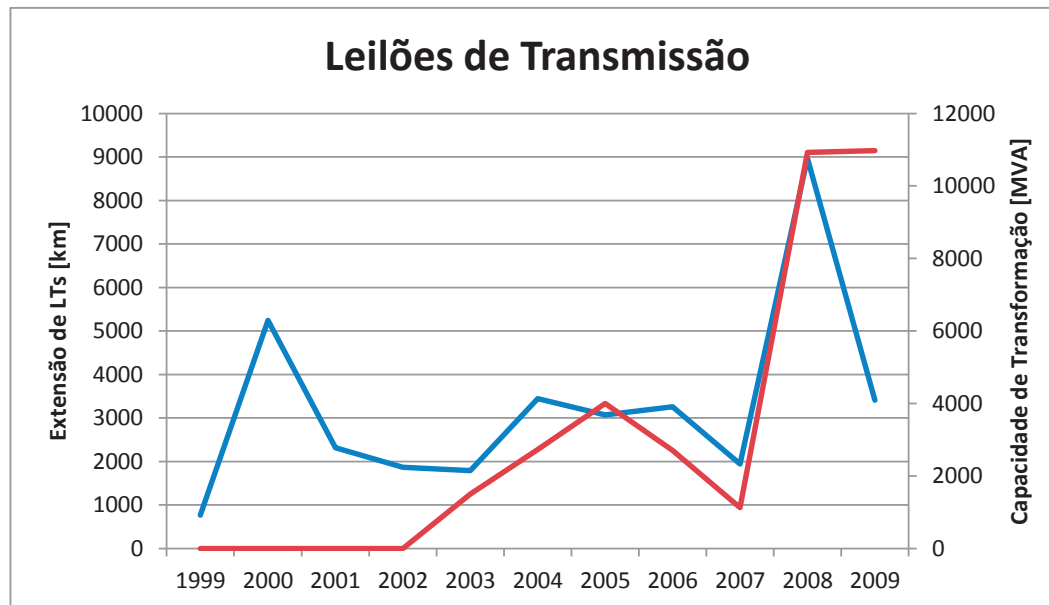
O mecanismo pelo qual a expansão das instalações de transmissão é incentivada consiste na concessão dessas instalações por meio de leilões.

7.9 - Outras informações relevantes

Os leilões ocorrem de acordo com a necessidade de expansão do sistema de transmissão da chamada “Rede Básica” (LTs com níveis de tensão maior ou igual a 230,0 kV operadas pelo ONS), fundamentados nos estudos elaborados pela EPE/MME por meio do Programa de Expansão da Transmissão (PET), e pelo ONS com o Plano de Ampliações e Reforços (PAR). Estes estudos têm por objetivo subsidiar as ações de expansão para curto, médio e longo prazo a fim de garantir a continuidade do suprimento de energia em níveis de qualidade considerada adequados, possibilitar o crescimento do consumo de energia elétrica, permitir o intercâmbio de energia entre regiões a fim de garantir a otimização dos recursos energéticos e, principalmente, permitir o livre acesso aos agentes de geração, garantido a competitividade no mercado e consequentemente a modicidade tarifária.

Para a realização de um leilão de transmissão, a ANEEL publica o Edital contendo as regras de procedimentos para a operacionalização do certame, juntamente com as características e requisitos técnicos dos lotes ofertados para construção. Cada lote corresponde a um trecho de Linha de Transmissão da Rede Básica e possui um valor teto para sua Receita Anual Permitida (RAP). Esta receita deverá cobrir os custos de operação e manutenção e o retorno desejado pelo investidor e está sujeita a revisões anuais calculada pela ANEEL. O investidor interessado deverá oferecer um deságio no valor teto, sendo vencedor aquele que ofertar o menor valor de RAP.

A ANEEL leiloou, de 1998 até 2009, 35.618 quilômetros de novas linhas. Estes empreendimentos atraíram investidores nacionais e internacionais, principalmente da Espanha, Itália, Colômbia, Portugal e Argentina. A figura a seguir apresenta a evolução dos leilões de transmissão realizados no Brasil. Nota-se a partir de 2003 que foram adicionados às linhas transformadores que agregam capacidade de transformação para a Rede Básica.



7.9.1.10 Conexão às instalações de transmissão e distribuição

Nos termos da redação do Decreto n.º 6.460, editado em 19 de maio de 2008, as instalações de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração a partir de fonte eólica, biomassa ou PCHs, não integrantes das respectivas concessões, permissões ou autorizações, conectadas diretamente à rede básica, poderão ser consideradas Instalação de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada – ICG.

Ademais, o decreto determina ser de responsabilidade do concessionário de serviço público de transmissão de energia elétrica detentor da instalação de rede básica conectada, a implantação e manutenção das ICG, devendo a mesma ser disponibilizada diretamente aos acessantes interessados contra o pagamento dos encargos de transporte correspondentes. Na prática isso significa dizer que os detentores de outorga para geração de energia renovável não mais arcarão com os custos relativos à conexão de suas usinas à Rede Básica, estando somente obrigados a pagar ao distribuidor ou transmissor local, conforme o caso, as tarifas de transporte relacionadas.

Todavia, o citado Decreto ainda não é dotado de eficácia plena, já que depende de regulamentação pelo MME no que se refere ao estabelecimento das diretrizes para a realização das licitações de ICG e das respectivas instalações de Rede Básica conectada. Depende também de

7.9 - Outras informações relevantes

regulamentação da ANEEL quanto aos critérios, formas e condições para o enquadramento de instalações de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração como ICG, bem como a definição das regras para o acesso a essas instalações, a ser feito exclusivamente pela concessionária ou permissionária local de distribuição, além de sua forma de custeio pelos acessantes da rede.

7.9.2 Regulação Ambiental

Para o desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, tais como a construção e operação de UHEs, PCHs e a geração de energia eólica, a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 99.274, de 06 de junho de 1990, estabelece a obrigação do prévio licenciamento ambiental. Trata-se de um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente analisa a localização, instalação, ampliação e a operação dos empreendimentos, bem como estabelece as condições para o seu desenvolvimento.

De acordo com a Resolução CONAMA n.º 237, de 19 de dezembro de 1997, o processo de licenciamento ambiental compreende três etapas, nas quais o órgão ambiental competente emite as seguintes licenças:

- **Licença Prévia:** solicitada durante a fase preliminar de planejamento do projeto, aprovando sua localização e concepção. Contém requisitos básicos a serem atendidos com relação à localização, instalação e operação do empreendimento, observadas as normas de uso e ocupação do solo.
- **Licença de Instalação:** autoriza a instalação do empreendimento, de acordo com as especificações determinadas no projeto das obras a serem executadas e as ações de controle de impactos ambientais.
- **Licença de Operação:** solicitada na fase de início da operação do empreendimento, visa autorizar o início do funcionamento da atividade licenciada e dos sistemas de controle ambiental descritos durante o processo de licenciamento.

Para fins de licenciamento de empreendimentos cujos impactos sejam considerados significativos, exige-se a elaboração de EIA/RIMA. Nesses casos, é obrigatória a realização de investimentos em Unidades de Conservação, no valor definido pelo órgão ambiental competente com base no grau de impacto ambiental do empreendimento.

O processo de licenciamento de PCHs possui algumas especificidades definidas pela Resolução CONAMA n.º. 279/01. De acordo com essa Resolução, os empreendimentos elétricos de baixo impacto ambiental podem submeter-se ao procedimento simplificado de licenciamento ambiental. Desse modo, em lugar do EIA/RIMA, deve ser elaborado o RAS que, junto com o registro na ANEEL, será apresentado pelo empreendedor ao requerer emissão de Licença Prévia.

No âmbito administrativo, as penalidades podem variar de simples advertência até aplicação de multa, que pode variar de R\$50,00 a R\$50.000 mil. No âmbito criminal, merece destaque a figura da responsabilidade penal da pessoa jurídica, contemplada de forma independente à responsabilização das pessoas físicas que concorrem para a prática do crime ambiental, e que pode sujeitá-la ao pagamento de multa, apenas restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade. No âmbito cível, o poluidor poderá ser obrigado a recuperar os danos causados independentemente da configuração da culpa.

A demora, ou eventualmente o indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação de nossos empreendimentos.

Conforme dispõe a Política Nacional do Meio Ambiente, além do licenciamento ambiental, os empreendimentos que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais devem ser registrados no CTF, perante o IBAMA. A regularidade desse cadastro depende da apresentação periódica de relatórios sobre as atividades exercidas e, em alguns casos, do pagamento da TCFA. Nossas atividades estão registradas perante o IBAMA, para fins do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras.

Em atendimento à Lei Federal n.º 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, investimos na criação e gestão de Unidades de Conservação como forma de compensar os impactos causados pela implantação e operação dos empreendimentos licenciados por meio de EIA/RIMA. Apresentamos abaixo uma descrição dos principais projetos realizados em atendimento ao disposto acima:

- UHE Monjolinho (Processo Administrativo SEMA RS/DEFAP n.º. 004505-05.67/07-1): Parque Estadual Rondinha e ao Parque Estadual do Turvo, ambos localizados no Rio Grande do Sul.
- PCH Santa Rosa II (Termo de Compromisso Ambiental N.º. 10/2008): projetos relacionados a Unidades de Conservação a serem definidos pela Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro.

7.9 - Outras informações relevantes

- PCH Santa Rosa II (Termo de Convênio para Construção de Escola voltada para Educação Ambiental no Município de Bom Jardim / RJ): implantação de uma escola modelo em gestão ambiental com 392 m² de área construída.
- PCH Santa Laura (Termo de Compromisso Ambiental celebrado junto à FATMA/SC): investimentos em Unidades de Conservação no estado de Santa Catarina.
- PCH Esmeralda (Processo Administrativo SEMA RS/DEFAP nº. 001350-05.00/05-5): investimentos no Parque Estadual Espigão Alto, localizado no município de Barracão/RS.
- PCH Passos Maia (Termo de Compromisso Ambiental celebrado junto à FATMA/SC): investimentos em Unidades de Conservação a serem definidos pelo órgão ambiental.

7.9.2.1 Uso de Recursos Hídricos

A utilização de recursos hídricos para as finalidades de: (i) derivação ou captação; (ii) extração de aquífero para processo produtivo; (iii) lançamento de efluentes líquidos em corpo de água; (iv) aproveitamento hidrelétrico; e (v) outra que altere a quantidade ou qualidade da água em um corpo d'água, depende de prévia autorização do órgão ambiental competente.

A PCH Esmeralda e a UHE Monjolinho possuem outorgas provisórias para utilização de recursos hídricos. Vale observar que a PCH Santa Rosa II, localizada no Rio de Janeiro, e a PCH Santa Laura estão dispensadas da outorga do uso da água por possuir autorização da ANEEL anterior a 11 de março de 2003, conforme determina a Resolução ANA nº. 131/2003.

Reserva de Disponibilidade Hídrica

A RDRH - Reserva de Disponibilidade Hídrica (reserva da quantidade de água necessária à viabilidade do empreendimento hidrelétrico) é obtida junto às secretarias estaduais de recursos hídricos ou, no caso de lagos e rios sob domínio federal, junto à ANA. A sua obtenção é feita com base em estudos de usos múltiplos da água, de forma a garantir a disponibilidade de água compartilhada, mesmo para empreendimentos que operam a fio d'água, como é o caso das PCHs.

Conforme determina a Lei nº. 9984/2000 a competência para solicitação de declaração de reserva de disponibilidade hídrica é da ANEEL. Após a emissão da RDRH, tal certidão é convertida em outorga do uso da água para o empreendedor autorizado ou concessionário para exploração do potencial hidrelétrico.

Sem prejuízo da competência da ANEEL, nossa equipe de meio ambiente acompanha constantemente o processo de obtenção da RDRH pela ANEEL, em linha com as necessidades e os prazos de nossos empreendimentos.

7.9.2.2 Proteção da Flora

A implantação de determinados empreendimentos, como PCHs e UHEs, podem necessitar de supressão em APP. As APP compreendem as florestas e demais formas de vegetação que, por determinação legal, não podem ser removidas em razão da sua localização. A proteção das APPs tem por objetivo preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade e o fluxo gênico de fauna e flora, e proteger o solo e o bem estar da população humana.

Nossos projetos são considerados pelo Código Florestal como de utilidade pública, uma vez que envolvem serviços de geração de energia elétrica. Por essa razão, podemos nos habilitar a intervir em APPs, nos termos da resolução CONAMA 369/2000, desde que sejam obtidas autorizações específicas e observados certos condicionantes impostos pelos órgãos ambientais.

Tais condicionantes envolvem, em linhas gerais, a aquisição de novas áreas no entorno dos reservatórios que compensarão as APPs por nós afetadas. Por essa razão, possuímos nos projetos em operação cerca de 1.500ha de áreas de preservação permanente no entorno de nossos reservatórios. Estas áreas são devidamente sinalizadas e cercadas para possibilitar a recuperação com o plantio de mudas nativas e técnicas alternativas de revegetação (implantação de poleiros artificiais, por exemplo). Atualmente, nos 4 projetos hidrelétricos que possuímos em operação, mais de 315.000 mudas nativas já foram plantadas, resultando em um investimento total de mais de R\$2.500 mil nos últimos 4 exercícios sociais.

7.9.2.3 Áreas Indígenas

O aproveitamento de recursos hídricos e seu potencial energético em terras indígenas depende de autorização do Congresso Nacional, que não poderá ser concedida sem ouvir as comunidades afetadas. Nossa Companhia não tem controle sobre essa análise política para autorização de projetos.

7.9 - Outras informações relevantes

O desenvolvimento de projetos em áreas indígenas atrai a competência federal do IBAMA para o licenciamento ambiental.

7.9.2.4. Concessões e Autorizações – Aspectos Gerais

7.9.2.4.1 Concessões

As empresas ou consórcios que desejam construir ou operar instalações para geração, transmissão ou distribuição de energia no Brasil devem solicitar ao MME ou à ANEEL, uma concessão, permissão ou autorização, conforme o caso. Concessões são disputadas pelos interessados por meio de licitações e dão o direito de gerar, transmitir ou distribuir energia em determinada área de concessão por um período determinado. Esse período é de 35 anos para novas concessões de UHEs, e de 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Algumas concessões existentes de geração poderão ser renovadas, a critério do poder concedente, por um período adicional de 20 anos.

A Lei de Concessões estabelece, entre outros fatores, as condições que a concessionária deve cumprir ao prestar serviços relacionados ao mercado energético, os direitos dos consumidores, bem como as obrigações das concessionárias e do poder concedente.

7.9.2.4.2 Autorizações

As companhias atuantes como PIE ou autoprodutores que explorem a geração de PCHs, UEEs ou UTEs a biomassa, estão sujeitas ao regime jurídico da autorização para produção de energia elétrica. Ao contrário das concessões tradicionais de uso de bem público ou do regime de prestação de serviço público de geração de energia elétrica, as autorizações para exploração de PCHs e de usinas eólicas não requerem licitação prévia e são mais flexíveis e menos onerosas que as concessões. Autorizações para exploração de PCHs e de usinas eólicas são outorgadas a título gratuito. As PCHs ainda são dispensadas do pagamento pelo uso do recurso hídrico (conforme § 4º do artigo 26 da Lei 9.427/96), além de outras reduções de encargos setoriais.

Os titulares das autorizações, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, têm o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, necessárias ou úteis à construção e posterior operação da usina em questão e suas instalações de transmissão de interesse restrito, ou seja, linhas que farão a conexão de nossas PCHs e de usinas eólicas aos sistemas de distribuição da concessionária local e, conseqüentemente, ao SIN.

De acordo com as autorizações, os atos que visem à modificação e ampliação do empreendimento, transferência a terceiros dos bens ou instalações e cessão dos direitos decorrentes das autorizações, requerem aprovação prévia pela ANEEL.

As autorizações são válidas por 30 anos, podendo ser prorrogadas a critério da ANEEL. Os direitos decorrentes das autorizações, incluídos aqueles sobre a exploração de potencial hidráulico ou dos ventos, conforme o caso, podem ser cedidos para outra empresa ou consórcio de empresas, desde que mediante prévia autorização da ANEEL.

No Brasil, o PIEE pode contratar livremente os preços de venda de energia elétrica, o que não seria possível se sua atividade econômica fosse regida pelas regras aplicáveis às concessionárias de serviços públicos.

A fim de permitir a utilização da energia produzida por fontes alternativas de energia, os titulares das autorizações tem o direito de acessar livremente os sistemas de transmissão e distribuição, mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão, quando devidos. Nos termos da Resolução ANEEL n.º 77 e da Lei n.º 9.427, alterada pela Lei n.º 11.943, de 28 de maio de 2009, as PCHs, UEEs e UTEs a biomassa tem direito ao desconto mínimo de 50% nas tarifas de uso dos referidos sistemas.

7.9.2.4.3 Outorga para exploração de empreendimentos hidrelétricos

Para exploração de potencial de empreendimento hidráulico, o empreendedor interessado deverá observar e cumprir as regras dispostas na Resolução ANEEL n.º 393/98, nos casos em que o pedido de registro ativo para elaboração do Projeto Básico for anterior à dezembro de 2009, e na Resolução ANEEL n.º 343/08, para os casos em que o pedido de registro ativo para elaboração do Projeto Básico seja posterior à publicação de referida resolução, bem como as disposições da legislação ambiental no que diz respeito aos estudos de viabilidade necessários e ao cumprimento das condicionantes previstas em cada uma das licenças de que necessitará o empreendedor para consecução do pretendo empreendimento. Importante ressaltar que os empreendimentos que causem impacto ambiental nacional e regional ou aqueles localizados em áreas de interesse ou domínio da União, a competência para licenciar é atribuída ao IBAMA. Com exceção desses casos, e ressaltados os casos em que o impacto ambiental causado é local e que, portanto, a competência é do órgão municipal, o órgão estadual é, em regra, responsável pelo licenciamento, de modo que cada Estado possui legislação e procedimentos próprios.

7.9 - Outras informações relevantes

A obtenção de outorga para exploração de uma PCH depende primeiramente de uma avaliação preliminar da viabilidade da construção da usina, levando-se em conta o potencial hidráulico a ser explorado. Caso este seja economicamente viável, os próximos passos são: (a) a elaboração de estudo ambiental simplificado ou de EIA-RIMA, dependendo do grau dos impactos ambientais que a usina causará; (b) protocolo do estudo preliminar da viabilidade perante o órgão ambiental competente para fins de obtenção da licença ambiental prévia, cuja emissão pode depender inclusive da realização de audiência pública para determinação dos impactos, da observância do plano de compensação ambiental definido e do pagamento das taxas relativas ao licenciamento; (c) registro do projeto básico perante a ANEEL e sua elaboração, o que ocorre em paralelo com a obtenção da licença ambiental de instalação para a área de implantação da PCH; (d) após a aprovação do projeto básico pela ANEEL, da outorga da autorização de exploração e da emissão da licença de instalação pelo órgão ambiental competente, o empreendedor está autorizado a iniciar a construção da PCH, fase em que deve celebrar os contratos de construção da usina (normalmente EPC no regime turn-key); para (e) finalmente, solicitar ao órgão ambiental competente a emissão da licença de operação do empreendimento, bem como da autorização da ANEEL para sua entrada em operação comercial.

Caso o potencial hidráulico não seja conhecido, a ANEEL exigirá do empreendedor a elaboração de inventário simplificado do aproveitamento hidráulico que se pretende explorar. Depois de aprovado o referido inventário pela ANEEL, esta autorizará o início dos trabalhos relativos à execução do projeto básico da usina em questão.

7.9.2.4.4 Penalidades

A regulamentação da ANEEL prevê a imposição de sanções contra os agentes do setor e classifica as multas com base na natureza e severidade da infração (inclusive advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos de licitação para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade). Para cada infração, as multas podem chegar a até 2% do faturamento, ou do valor estimado da energia produzida nos casos de autoprodução e produção independente, correspondente aos últimos doze meses anteriores à lavratura do auto de infração, ou estimados para um período de doze meses caso o infrator não esteja em operação ou esteja operando por um período inferior a doze meses. Algumas infrações que podem resultar em multas referem-se às falhas dos agentes setoriais em solicitar a prévia e expressa autorização da ANEEL para determinados atos, inclusive: (i) celebração de contratos entre partes relacionadas; e (ii) venda ou cessão de ativos relacionados aos serviços prestados, assim como a imposição de qualquer ônus sobre esses ativos.

7.9.2.4.5 Término antecipado das autorizações

As autorizações perdem sua validade quando do término do prazo fixado pelo poder concedente. No entanto, o poder concedente pode extinguir as autorizações antes do prazo fixado, caso a respectiva autorizada cometa alguma das infrações listadas abaixo, consideradas razões que ensejam a extinção das autorizações antes do prazo:

- comercializar energia em desacordo com as prescrições da legislação específica e das próprias autorizações;
- descumprir as obrigações decorrentes das autorizações e da legislação de regência;
- transferência a terceiros dos bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL;
- não recolhimento de multa decorrente de penalidade imposta por infração;
- descumprimento de notificação da ANEEL para regularizar a exploração das PCHs; ou
- solicitação das respectivas autorizadas.

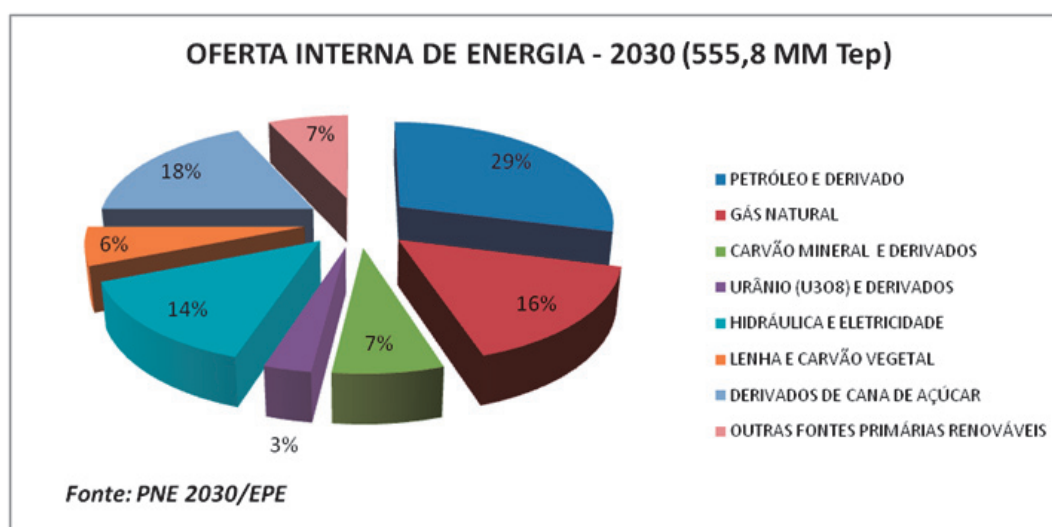
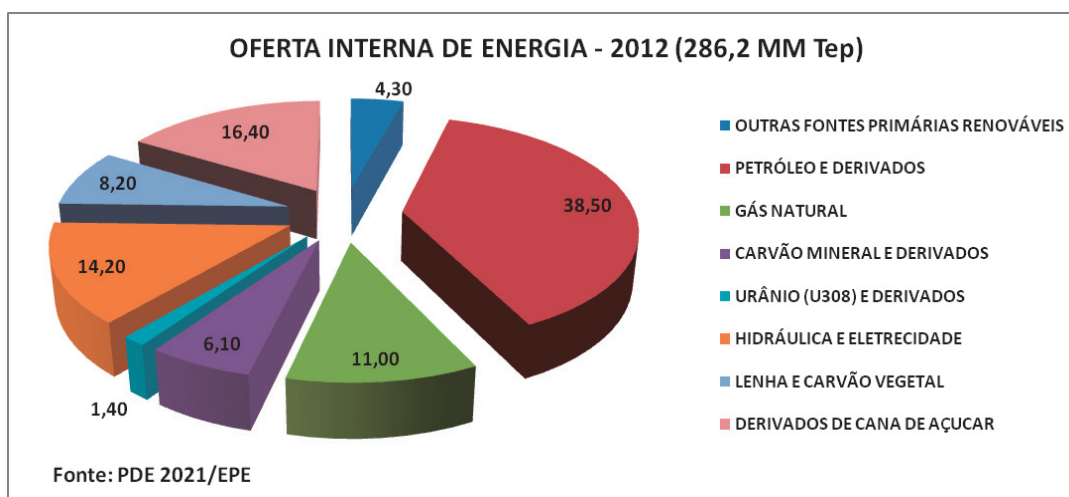
Ao término das autorizações, não havendo prorrogação do prazo, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica nas PCHs poderão passar a integrar o patrimônio da União Federal, a seu exclusivo critério, mediante indenização (apurada por auditoria do poder concedente) dos investimentos realizados, desde que tais investimentos tenham sido previamente autorizados e ainda não amortizados. A ANEEL também pode exigir que as autorizadas restabeleçam o livre escoamento das águas do rio no qual está implantada a PCH.

7.9.2.5 Participação das fontes na oferta de geração

Entre os maiores produtores de eletricidade do mundo, o Brasil é o que apresenta a maior parcela de eletricidade a partir de fontes renováveis. Na verdade, é o país que produz a eletricidade mais limpa do planeta, em termos de emissões de gases do efeito estufa e de resíduos do processo de produção.

7.9 - Outras informações relevantes

O “Plano Nacional de Energia – PNE 2030”, elaborado pela EPE, apresenta um cenário para a matriz energética brasileira com uma pequena perda de participação da fonte hidro, um pequeno ganho no carvão e também no gás, mas com ganhos significativos em outras renováveis e na cana de açúcar (biomassa).



7.9.2.6 Responsabilidade Ambiental

A legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras, e que, se violados, podem sujeitar a empresa a sanções administrativas, civis e criminais.

7.9.2.6.1 Administrativa

A Lei de Crimes Ambientais foi regulamentada pelo Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008. Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa, resultando em sanções administrativas, que abrangem: (i) advertência; (ii) multa, que pode variar entre R\$50,00 e R\$50.000 mil; (iii) apreensão de produtos; (iv) destruição ou inutilização de produtos; (v) suspensão de venda e fabricação de produtos; (vi) embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; (vii) suspensão parcial ou total da atividade; (viii) demolição de obra; e/ou (ix) pena restritiva de direitos.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9.2.6.2 Cível

A responsabilidade civil do poluidor é objetiva, de modo que sua configuração independe da verificação da culpa pelo dano causado, bastando, portanto, a comprovação do dano e a demonstração do nexo de causalidade deste com a atividade desenvolvida pelo eventual poluidor.

Ademais, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, a responsabilidade civil ambiental é solidária, de modo que poluidor pode ser todo aquele responsável direta ou indiretamente por atividade causadora de degradação ambiental. Isso significa que a obrigação de reparação pode abranger todo aquele que contribuiu direta ou indiretamente para a ocorrência do dano, assegurado o direito de regresso proporcional em face dos demais co-responsáveis.

Consequentemente, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações, como disposição final de resíduos, não exime o contratante da responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos contratados.

7.9.2.6.3 Criminal

Na esfera criminal, tanto as pessoas físicas (incluindo, entre outros, os diretores, administradores e gerentes de pessoas jurídicas no exercício de suas funções) como as pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas por crimes ambientais.

As penas aplicáveis às pessoas jurídicas são: (i) multa, (ii) restritiva de direitos e (iii) prestação de serviços à comunidade.

As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade, (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como nossos prepostos ou mandatários e concorrerem para a prática de crimes ambientais atribuídos a nós estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, à penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

7.9.2.7 Geração de Créditos de Carbono

O mercado de créditos de carbono consiste na comercialização internacional de permissões de emissão e certificados de redução de emissões de gases de efeito estufa, denominados créditos de carbono. O Decreto Legislativo nº 144, de 20 de junho de 2002, ratificou o texto do Protocolo de Kyoto, que foi aberto à assinatura no Japão em 1997 e entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005.

Dentre as políticas e programas do Protocolo de Kyoto, merece destaque o mecanismo de flexibilização denominado MDL, descrito no art. 12. Trata-se de um instrumento adotado como alternativa aos países que não tenham condições de promover a necessária redução de gases do efeito estufa. Nesse sistema cada tonelada métrica de carbono equivalente que deixa de ser emitida ou é retirada da atmosfera por um país em desenvolvimento, poderá ser negociada com países desenvolvidos que possuem metas de redução a serem alcançadas.

Dessa forma, com a introdução do MDL, as empresas que não conseguirem diminuir suas emissões de forma suficiente poderão comprar RCEs em países em desenvolvimento (que tenham gerado projetos redutores de emissão de Gases de Efeito Estufa) e usar esses certificados para cumprir suas obrigações. Os países em desenvolvimento, por sua vez, devem utilizar o MDL para promover seu desenvolvimento sustentável, além de se beneficiar com o ingresso de divisas por conta das vendas de RCEs.

Importante ressaltar que, especificamente com relação aos projetos referentes a PCHs, o Decreto 5.882/06 determina que os créditos de carbono gerados pelos empreendimentos desenvolvidos no âmbito do PROINFA serão de titularidade da Eletrobrás.

Para ter direito a gerar as RCEs, a empresa tem que desenvolver um DCP (Documento de Concepção de Projeto), que descreve o projeto e como ele contribui para a redução de emissões de gases do efeito estufa. O DCP então deve ser auditado e aprovado pela Autoridade Nacional Designada (uma comissão interministerial liderada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT) e então o registro do projeto pode ser registrado na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - CQNUMC). Uma vez o projeto tendo sido aprovado, pode-se requisitar periodicamente a emissão de RCE, que podem ser livremente comercializados.

Nesse contexto, a usina Moinho obteve certificação da ONU, como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, reconhecimento da redução da emissão dos gases do efeito estufa. A usina Passos Maia e o Complexo Eólico Desenvix Bahia estão em processo de certificação, etapa precedente ao registro junto à ONU. A expectativa é que todos os futuros empreendimentos da Desenvix sejam registrados junto à ONU.

7.9 - Outras informações relevantes

Por fim, ressaltamos que o mercado de créditos de carbono ainda está em fase de desenvolvimento no Brasil e no mundo e, por essa razão, as premissas utilizadas com relação a tal mercado podem não se verificar. Ainda, os preços desses créditos no mercado internacional podem se mostrar pouco atrativos, inviabilizando sua negociação. Ademais, vem sendo proposta a revisão dos termos do Protocolo de Kyoto, o que pode resultar em novas condições para emissão de créditos de carbono por geradoras de energia elétrica.

7.9.2.8 Política Nacional sobre Mudança do Clima – Lei 12.187/2009

A Lei Federal n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009 instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (“PNMC”), reconhecendo ser essencial a atuação conjunta do Poder Público e da iniciativa privada, além da cooperação internacional para que, pelo desenvolvimento sustentável, se reduzam os impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático.

Nesse panorama, o Poder Público, entre outras medidas, trabalharia em políticas de incentivo fiscal, as instituições financeiras oficiais disponibilizariam linhas de crédito e financiamento específicas para o desenvolvimento de ações e atividades que atendam aos objetivos da Lei n.º 12.187/2009 e a representação internacional atuaria, principalmente, no financiamento e na transferência de tecnologia.

Ainda de acordo com a PNMC, o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (“MBRE”) “será operacionalizado em bolsas de mercadorias e futuros, bolsas de valores e entidades de balcão organizado, autorizadas pela CVM, onde se dará a negociação de títulos mobiliários representativos de emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas”.

Especificamente quanto às emissões evitadas, o Brasil propõe-se, voluntariamente e em caráter nacional, a reduzir entre 36,1% e 38,9% de suas emissões projetadas até o ano de 2020, sendo que serão futuramente estabelecidos “planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas visando à consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono, na geração e distribuição de energia elétrica, no transporte público urbano e nos sistemas modais de transporte interestadual de cargas e passageiros, na indústria de transformação e na de bens de consumo duráveis, nas indústrias químicas fina e de base, na indústria de papel e celulose, na mineração, na indústria da construção civil, nos serviços de saúde e na agropecuária”. Tudo para que sejam atendidas metas gradativas de redução de emissões, considerando as particularidades de cada setor.

Os pontos principais da Lei em questão são: (i) a definição da natureza jurídica e ambiente de negociação das Reduções Certificadas de Emissões – RCEs; (ii) a internalização do compromisso internacional firmado em Copenhague pelo Governo Brasileiro, de redução voluntária de emissões; (iii) a definição dos agentes de compromisso setorial a serem demandados a reduzir emissões para implantação do compromisso voluntário firmado.

7.9.2.9 Princípios do Equador

Os Princípios do Equador são um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas em 2003 por um grupo de bancos, juntamente com o IFC, braço financeiro do Banco Mundial, por meio das quais se estabeleceu parâmetros socioambientais para a concessão de crédito.

Atualmente, estas regras são adotadas voluntariamente por 68 instituições financeiras, que apenas concedem o crédito caso determinadas imposições sócio-ambientais sejam respeitadas pelo empreendedor. Assim, além das exigências advindas da legislação de cada um dos países em que os empreendimentos estão localizados, as instituições financeiras submetem os projetos aos seus próprios requisitos de controle sócio-ambiental, com vistas a garantir a sustentabilidade do empreendimento. Nesse contexto os Princípios do Equador assumem um importante papel de controle das atividades social ou ambientalmente impactantes.

Há forte tendência para que as instituições financeiras cada vez mais analisem detalhadamente cada empreendimento a ser financiado, a fim de evitar o risco potencial de sua co-responsabilização por eventuais danos ao meio ambiente, bem como evitar o próprio risco financeiro do crédito.

Inicialmente, tais princípios eram aplicados a projetos cujo financiamento supere valor igual ou superior a US\$50 milhões. Em 2006, os princípios sofreram uma revisão e a exigência do seu cumprimento passou a ser aplicada a projetos de valor igual ou superior a US\$10 milhões.

7.9.2.10 Gerenciamento Ambiental da Companhia

Nossas atividades estão sujeitas a um conjunto de leis, decretos, regulamentos e resoluções federais, estaduais e municipais relativas à gestão ambiental e à proteção do meio ambiente. A inobservância dessas normas poderá resultar, independentemente da obrigação de reparar danos ambientais que eventualmente sejam causados, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa.

A Constituição Federal confere ao Governo Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a responsabilidade comum de proteger o meio ambiente.

7.9 - Outras informações relevantes

Os entes da federação podem promulgar leis e emitir regulamentações que tratam da proteção ambiental de forma concorrente. A legislação federal aborda questões gerais, de âmbito nacional, enquanto a legislação estadual trata de questões regionais. Os Municípios, por sua vez, tem competência para promulgar leis e emitir regulamentações apenas com relação a assuntos de interesse local.

7.9.2.11 Licenciamento Ambiental

Nossos ativos atualmente em operação e implantação estão concentrados principalmente no sul e sudeste do país. Apresentamos abaixo um detalhamento da situação de licenciamento ambiental de cada um dos nossos empreendimentos em operação e em implantação. Para maiores informações dos nossos empreendimentos em operação e implantação acesso os itens 7.1.2.1 e 7.1.2.2 desse Formulário de Referência.

Rio Grande do Sul

- **PCH Esmeralda:** possui licença de operação emitida pela FEPAM.
- **UHE Monjolinho:** possui licença de operação emitida pela FEPAM.
- **CERAN:** todas as UHE que compõem CERAN possuem as devidas licenças de operação.
- **PCH Moinho:** possui licença de operação emitida pela FEPAM.

Santa Catarina

- **PCH Santa Laura:** possui licença de operação emitida pela FEPAM.
- **PCH Passos Maia:** possui licença de operação emitida pela FATMA e IAP.

Rio de Janeiro

- **PCH Santa Rosa II:** possui licença de operação emitida pela FEEMA (atualmente chamada de INEA).

Bahia

- **Parque Eólico da Bahia:** todos os empreendimentos que compõem o Parque Eólico da Bahia possuem licença de localização

Sergipe

- **Parque Barra dos Coquios:** possui licença de Implantação emitida pela ADEMA.

Para maiores informações dos nossos empreendimentos em operação e implantação acesso os itens 7.1.2.1 e 7.1.2.2 desse Formulário de Referência.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1. a) Controladores diretos e indiretos e d) participações de sociedades do grupo na Companhia

Em 08 de março de 2012, a SN Power Energia do Brasil Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.573.833/0001-53, passou a ser acionista da Desenvix e, como resultado, o capital social da Desenvix passa a ser distribuído da seguinte forma: Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, com 40,65% do capital social total e votante de forma indireta através do Caixa FIP Cevix, SN Power com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais com 18,70% do capital social total e votante. Em 08 de março de 2012, nosso capital social era composto exclusivamente por Ações ordinárias.

Nome	n.º Ações	% Total
Caixa FIP-Cevix Brasileira CNPJ/MF: 11.283.444/0001-06	43.678.794	40,65
FUNCEF Brasileira CNPJ/MF: 00.436.923/0001-90	20.081.967	18,70
SN Power Brasileira CNPJ/MF: 08.573.833/0001-53	43.678.794	40,65
Total	107.439.555	100,00

8.1.1 Detalhamento dos controladores diretos e indiretos

8.1.1.1 Caixa FIP Cevix

Caixa FIP Cevix é um fundo de investimento em participações, nos termos e para os fins da Instrução CVM 391, constituído em 19 de outubro de 2009 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 15 (quinze) anos contados da data da sua constituição.

Em 08 de março de 2012, 100% (cem por cento) das quotas de emissão do Caixa FIP Cevix eram detidas pela Jackson, conforme detalhamento abaixo.

Nome	n.º Quotas	% do Total
Jackson Brasileira CNPJ/MF: 02.357.415/0001-42	172.829.166,188	100,00
Total	172.829.166,188	100,00

8.1.1.1.1 Jackson Empreendimentos Ltda.

A Jackson é uma sociedade limitada não operacional constituída em 26 de dezembro de 1997 com o objetivo de reunir as participações detidas pelos Srs. José Antunes Sobrinho, Cristiano Kok e Gerson de Mello Almada nas empresas de nosso Grupo Econômico. Seu objeto social prevê, dentre outros, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, acionista, quotista ou membro de consórcio. A composição acionária da Jackson segue detalhada na tabela abaixo:

Nome	n.º Ações	% do Total
CRISTIANO KOK Brasileiro CPF/MF: 197.438.828-04	46.206.000	33,33
GERSON DE MELLO ALMADA Brasileiro CPF/MF: 673.907.068-72	46.206.000	33,33
JOSÉ ANTUNES SOBRINHO Brasileiro CPF/MF: 157.512.289-8	46.206.000	33,33

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

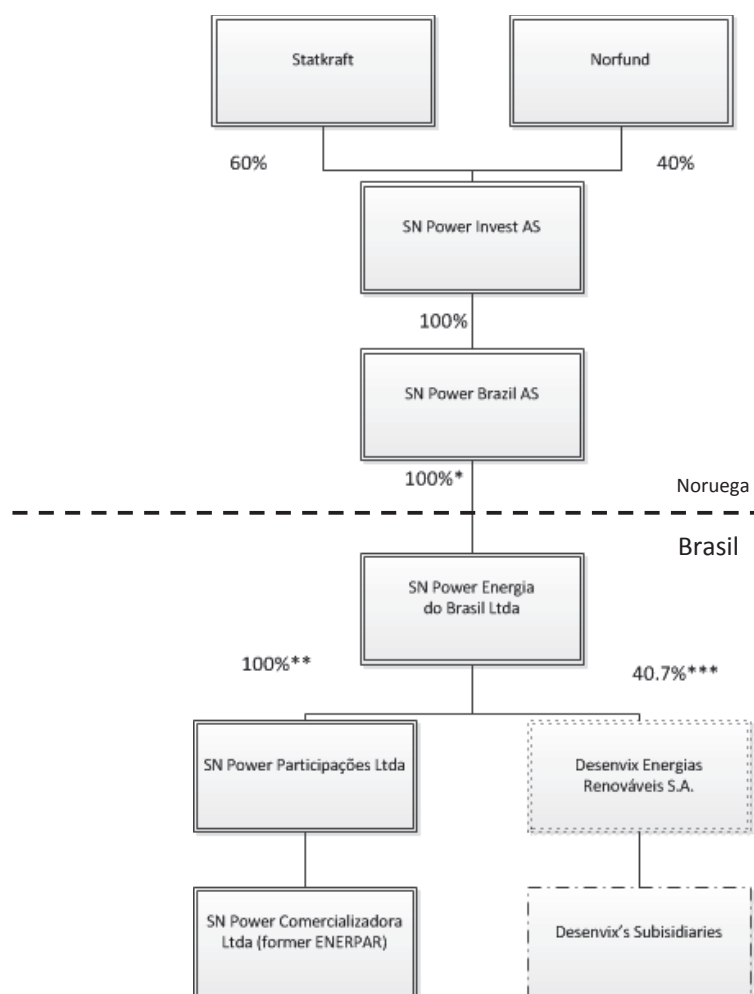
Total	138.618.000	100,00
-------	-------------	--------

8.1.1.2 FUNCEF

A FUNCEF é uma entidade fechada de previdência complementar, também conhecida como fundo de pensão, constituída nos termos da Lei Complementar n.º 108/2001 e n.º 109/2001 para arrecadação, administração e investimento dos recursos previdenciários dos funcionários da Caixa Econômica Federal.

8.1.1.3 SN Power Energia do Brasil Ltda

A SN Power é resultado de um *joint venture* entre Statkraft e Norfund. A primeira, controladora da SN Power com 60% do capital, é a maior geradora de energia elétrica da Noruega e a maior da Europa em fontes renováveis. Sua capacidade instalada é de 15.478 MW, com usinas na Suécia, Inglaterra, Alemanha e na própria Noruega. Possui 225 hidrelétricas e 5 termelétricas a gás natural. O Norfund é um fundo de capital controlado pelo Governo norueguês para investir em países em desenvolvimento. A SN Power está presente hoje, além da Noruega, na América do Sul (Brasil, Chile e Peru) e Ásia (Nepal, Índia, Sri Lanka, Singapura e Filipinas).



b) Controladas e coligadas, c) participações da Companhia em sociedades do grupo

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Denominação Social	Sociedade	Participação do Emissor em Sociedades do Grupo			
		Set.2012	2011	2010	2009
Monel Monjolinho Energética S.A. ¹	Controlada	99,9%	99,9%	99,9%	0,0%
Esmeralda S.A. ²	Controlada	99,9%	99,9%	99,9%	0,0%
Santa Laura S.A. ³	Controlada	99,9%	99,9%	99,9%	0,0%
Santa Rosa S.A. ⁴	Controlada	99,9%	99,9%	99,9%	0,0%
Moinho S.A. ⁵	Controlada	99,9%	99,9%	99,9%	0,0%
ENEX O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	Controlada	100,0%	100,0%	50,0%	50,0%
ENERCASA Energia Caiuá S.A. ⁶	Controlada	100,0%	100,0%	50,0%	50,0%
Macaúbas Energética S.A. ¹⁰	Controlada	99,9%	99,9%	99,9%	99,0%
Novo Horizonte Energética S.A. ⁹	Controlada	99,9%	99,9%	99,9%	99,9%
Seabra Energética S.A. ⁸	Controlada	99,9%	99,9%	99,9%	99,9%
Passos Maia Energética S.A. ⁷	Controlada	50,0%	50,0%	50,0%	0,0%
Energen – Energias Renováveis S.A. ¹¹	Controlada	95,0%	88,3%	N/A	N/A
São Roque Energética S.A. ¹²	Controlada	100,0%	N/A	N/A	N/A
Cevix Energias Renováveis S.A.	Controlada	N/A	N/A	N/A	99,0%
Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix	Controlada	N/A	N/A	N/A	91,25%
BBE Brasil Bioenergia S.A.	Coligada	12,5%	12,5%	25,0%	25,0%
Goiás Transmissão S.A.	Coligada	25,5%	25,5%	N/A	N/A
MGE Transmissão S.A.	Coligada	25,5%	25,5%	N/A	N/A
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	Coligada	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%
Caldas Novas Transmissão S.A.	Coligada	-	25,05%	25,05%	-
CERAN – Cia Energética Rio das Antas	Disponível para venda	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Dona Francisca Energética S.A.	Disponível para venda	2,1%	2,1%	2,1%	2,1%
Enerpar Energia do Paraná e Participações S.A.	Disponível para venda	N/A	25,0%	25,0%	25,0%
FIP Energias Renováveis	Disponível para venda	6,25%	N/A	N/A	v

¹ Foram empenhadas, nos termos do contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 07.2.0902.1, em favor do BNDES, a totalidade das ações de Monel de nossa propriedade e de propriedade da Engevix, em caráter irrevogável e irretratável, até o final da liquidação das obrigações decorrentes do contrato de financiamento. Mais informações sobre nossos contratos de financiamento podem ser obtidas no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

² Foram empenhadas, nos termos do contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 05.2.0588.1, em favor do BNDES a totalidade das ações de Esmeralda e de propriedade das mencionadas sociedades, em caráter irrevogável e irretratável, até o final das obrigações decorrentes do contrato de financiamento. Mais informações sobre nossos contratos de financiamento podem ser obtidas no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

³ Foram empenhadas, nos termos do contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 06.2.0702.1, em favor do BNDES, a totalidade das ações de Santa Laura de nossa propriedade, de propriedade da Jackson, Engevix e PCE Projetos e Consultoria de Engenharia Ltda., em caráter irrevogável e irretratável, até o final da liquidação das obrigações decorrentes do contrato de financiamento. Mais informações sobre nossos contratos de financiamento podem ser obtidas no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

⁴ Foram empenhadas, nos termos do contrato de financiamento mediante repasse de recursos n.º 4.001.444/6, em favor do BNDES, por nós e pela nossa controladora Jackson, a totalidade das ações de Santa Rosa, em caráter irrevogável e irretratável, até o final das obrigações decorrentes do contrato de financiamento. Mais informações sobre nossos contratos de financiamento podem ser obtidas no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

⁵ Foram empenhadas, nos termos do contrato de financiamento mediante repasse de recursos n.º 11.2.0321.1, em favor do BNDES, a totalidade das ações de Moinho, em caráter irrevogável e irretratável, até o final das obrigações decorrentes do contrato de financiamento. Mais informações sobre nossos contratos de financiamento podem ser obtidas no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

⁶ Foram empenhadas, nos termos do contrato de financiamento mediante repasse de recursos n.º 11.2.1187.1, em favor do BNDES, a totalidade das ações de Enercasa, em caráter irrevogável e irretratável, até o final das obrigações decorrentes do contrato de financiamento. Mais informações sobre nossos contratos de financiamento podem ser obtidas no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

⁷ Foram empenhadas, nos termos do contrato de financiamento mediante repasse de recursos n.º 11.2.0103.1, em favor do BNDES, a totalidade das ações de Passos Maia, em caráter irrevogável e irretratável, até o final das obrigações decorrentes do contrato de financiamento. Mais informações sobre nossos contratos de financiamento podem ser obtidas no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

⁸ Foram empenhadas, nos termos do contrato de financiamento mediante repasse de recursos n.º 187.2011.564.2309, em favor do BNB, a totalidade das ações de Seabra, em caráter irrevogável e irretratável, até o final das obrigações decorrentes do contrato de financiamento. Mais informações sobre nossos contratos de financiamento podem ser obtidas no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

⁹ Foram empenhadas, nos termos do contrato de financiamento mediante repasse de recursos n.º 187.2011.564.2308, em favor do BNB, a totalidade das ações de Novo Horizonte, em caráter irrevogável e irretratável, até o final das obrigações decorrentes do contrato de financiamento. Mais informações sobre nossos contratos de financiamento podem ser obtidas no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

¹⁰ Foram empenhadas, nos termos do contrato de financiamento mediante repasse de recursos n.º 187.2011.564.2310, em favor do BNB, a totalidade das ações de Macaúbas, em caráter irrevogável e irretratável, até o final das obrigações decorrentes do contrato de financiamento. Mais informações sobre nossos contratos de financiamento podem ser obtidas no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

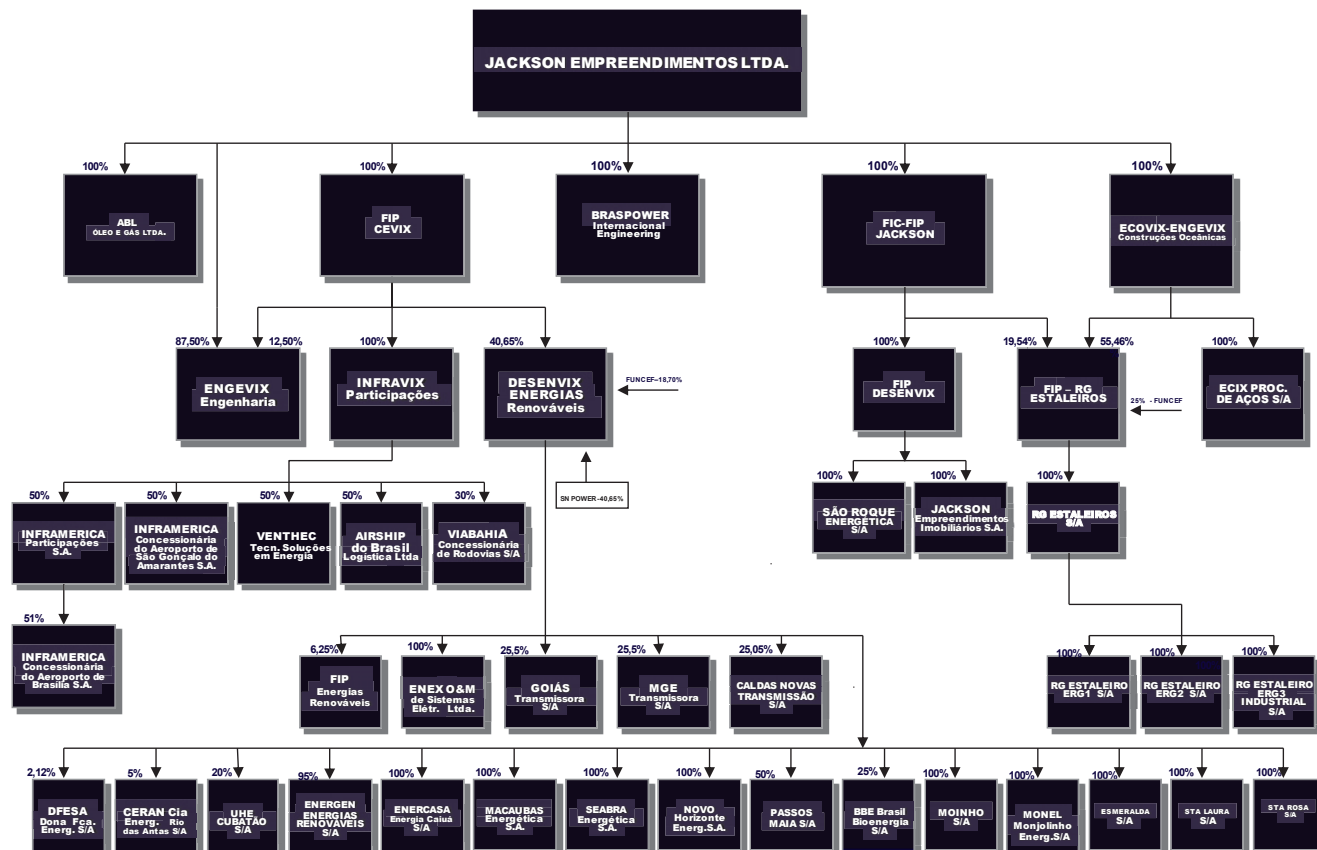
¹¹ O Conselho de Administração aprovou no dia 19.09.2012 o aumento de participação de 88,33% para 95%.

¹² O Conselho de Administração deliberou pela transferência societária do investimento para outro veículo, que será o responsável pela sua implantação. A Companhia prepara-se para solicitar a transferência à ANEEL.

e) Sociedades sob controle comum

Nosso Controlador indireto Jackson Empreendimentos Imobiliários Ltda (40,65%), possui o controle societário das Empresas Engevix Engenharia, Braspower International Engineering e Ecovix – Engevix Construções Oceânicas, além de controlar de forma indireta através de fundos de participações as empresas Infravix Participações e Jackson Empreendimentos Imobiliários S.A. O organograma societário da estrutura do Controlador Jackson ao qual a Desenvix está inserida é apresentado no item 8.2 desse Formulário de Referência.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico



Considera São Roque Energética S.A. transferida da Desenvix para o FIP Desenvix.

8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Exceto pelo descrito no item 6.5 deste Formulário de Referência, não passamos por nenhum evento de aquisição ou alienação de ativo relevante.

8.4 - Outras informações relevantes

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

8.4.1 BBE

A BBE tem por atividade a implantação de uma unidade de extração de óleo vegetal e uma unidade de processamento de biodiesel, com o objetivo de produzir e comercializar o biodiesel, suas matérias-primas e seus subprodutos.

Detemos atualmente 12,5% de participação neste empreendimento. Os demais acionistas são: Mercúria Energy Asset Management B.V. (25%), ALE Participações Societárias Ltda. (25%) e PJ6 Participações Ltda. (25%) e a empresa de logística "MIRA" (12,5%).

Existe atualmente um desentendimento entre nós e os demais acionistas sobre alguns aspectos fundamentais do empreendimento (incluindo o momento de integralização do capital próprio e o avanço das obras de implantação do empreendimento). Este desentendimento culminou no processo de execução movido pela BBE contra nós, detalhado no item 4.3 deste Formulário de Referência. Considerando este contexto, pretendemos alienar assim que possível nossa participação neste empreendimento

Caso venhamos a ser obrigados judicialmente a integralizar a parcela remanescente do capital social, cumprimos a decisão judicial mas continuaremos a empreender esforços para nos retirarmos de forma irreversível do projeto.

Por força da reestruturação societária ocorrida na companhia, conforme detalhado no item 8.1 desse Formulário de Referência, foi assinado termo de transferência acionária da nossa participação na BBE para nosso acionista controlador Jackson. A realização transferência acionária está impedida em função do processo de execução mencionado acima, entretanto, caso tenhamos perdas em função da ação, nosso acionista controlador Jackson se responsabilizará pelos valores envolvidos.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1. Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia:

a) ativos imobilizados

Possuíamos em 30 de setembro de 2012 o saldo de R\$1.363.400 mil na conta “Ativos Imobilizados”. Referido valor é composto principalmente pelas edificações, barragens e equipamentos utilizados por nós e nossas controladas no desenvolvimento de nossos negócios. Tais itens são responsáveis por 74,74% do total do custo dos Ativos.

Vale observar que reconhecemos na conta “Ativo Imobilizado”, além dos imóveis de nossa propriedade, aqueles sobre os quais temos direito de servidão. Em 30 de setembro de 2012 os imóveis sob os quais possuíamos direitos de servidão referiam-se integralmente às linhas de transmissão da PCH Moinho, Seabra, Novo Horizonte e Macaúbas.

9.1.1 Principais itens do ativo imobilizado

Item	30.09.2012 (R\$mil)	Participação %
Terrenos	20.742	1,5
Reservatório, barragens e adutoras	419.746	30,8
Edificações, obras civis e benfeitoria	40.329	3,0
Máquinas e equipamentos	775.476	56,9
Móveis e utensílios	482	0,0
Imobilizado em curso	61.040	4,5
Material em depósito	1.291	0,1
Equipamentos de Informática e Outros	522	0,0
Outros	373	0,0
Adiantamento a fornecedores	43.399	3,2
Total	1.363.400	100,0

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Gleba 01ME	Brasil	RJ	Bom Jardim	Própria
Gleba 02ME	Brasil	RJ	Bom Jardim	Própria
Gleba 03ME	Brasil	RJ	Bom Jardim	Própria
Gleba 04ME	Brasil	RJ	Bom Jardim	Própria
Gleba 05ME	Brasil	RJ	Bom Jardim	Própria
Gleba 06ME	Brasil	RJ	Bom Jardim	Própria
Gleba 07ME	Brasil	RJ	Bom Jardim	Própria
Gleba 08ME	Brasil	RJ	Bom Jardim	Própria
Gleba 01MD	Brasil	RJ	Bom Jardim	Própria
Gleba 02MD	Brasil	RJ	Bom Jardim	Própria
Gleba 03MD	Brasil	RJ	Bom Jardim	Própria
Gleba 04MD	Brasil	RJ	Bom Jardim	Própria
Gleba BAMO-D-001	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-002	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-003	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-004	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-005	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-006	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-007	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-008	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-009	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-010	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-011	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-012	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-013	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-014	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-015	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-016	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-017	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-018.1	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Gleba BAMO-D-018.2	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-019	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-020	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-021	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-021.10	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-022	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-023	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-024	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-025	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-025.10	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-026	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-026.10	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-027	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-028	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-029	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-030	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-031	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-032	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-033	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-034	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-035	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-036	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-037	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-038A	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-039	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-040	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-041	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-042	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-043	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-044	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Gleba BAMO-D-045	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-046	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-047	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-049	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-051	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
Gleba BAMO-D-052	Brasil	RS	Benjamin Constant do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-052.1	Brasil	RS	Benjamin Constant do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-052.2	Brasil	RS	Benjamin Constant do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-052.3	Brasil	RS	Benjamin Constant do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-052.4	Brasil	RS	Benjamin Constant do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-052.5	Brasil	RS	Benjamin Constant do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-052.6	Brasil	RS	Benjamin Constant do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-052.7	Brasil	RS	Benjamin Constant do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-052.8	Brasil	RS	Benjamin Constant do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-052.9	Brasil	RS	Benjamin Constant do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-052.10	Brasil	RS	Benjamin Constant do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-052.11	Brasil	RS	Benjamin Constant do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-053	Brasil	RS	Benjamin Constant do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-054	Brasil	RS	Benjamin Constant do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-055	Brasil	RS	Benjamin Constant do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-056	Brasil	RS	Benjamin Constant do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-057	Brasil	RS	Benjamin Constant do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-058	Brasil	RS	Benjamin Constant do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-061	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-062	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-063	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-065	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-066	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-067	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-068	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Gleba BAMO-D-069	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-071	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-072	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-073	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-077	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-078	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-079	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-080	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-082	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-083	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-084	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-085	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-087	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-D-089	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
Gleba BAMO-E-001	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-002	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-003	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-004	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-005	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-006	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-007	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-007.1	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-008	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-009	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-010	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-011	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-012	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-013	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-014	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-015	Brasil	RS	Nonoai	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Gleba BAMO-E-016	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-017	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-018	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-019	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-020	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-021	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-022	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-023	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-024	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-024.10	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-025	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-026	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-027	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-028	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-029	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-030	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-030.10	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-031	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-033	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-034	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-035	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-036	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-037	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-038	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-039	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-040	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-041	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-042	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-043	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-044	Brasil	RS	Nonoai	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Gleba BAMO-E-045	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-046	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-047	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-048	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-049	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-050	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-051	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-052	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-053	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-054	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-056	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-057	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-057.1	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-058	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-059	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-060	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba BAMO-E-061	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba AHMO-D-003	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba AHMO-D-004	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba AHMO-D-005	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba AHMO-E- 003	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba AHMO-E- 004	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba AHMO-E- 005	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba AHMO-E- 006	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba AHMO-E-007	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba AHMO-E-008	Brasil	RS	Nonoai	Própria
Gleba PCHMO-D-001	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Gleba PCHMO-D-003	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Gleba PCHMO-D-004	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Gleba PCHMO-D-002	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Gleba PCHMO-D-005	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Gleba PCHMO-D-006	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Gleba PCHMO-D-007	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Gleba PCHMO-D-008	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Gleba PCHMO-D-009	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Gleba PCHMO-D-010	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Gleba PCHMO-D-011	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Gleba PCHMO-D-012	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Gleba PCHMO-D-013	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Gleba PCHMO-D-014	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Gleba PCHMO-D-015	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Gleba PCHMO-D-016	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Gleba PCHMO-E-002	Brasil	RS	Barracão	Própria
Gleba PCHMO-E-003	Brasil	RS	Barracão	Própria
Gleba PCHMO-E-004	Brasil	RS	Barracão	Própria
Gleba PCHMO-E-006	Brasil	RS	Barracão	Própria
Gleba da PHC Passos Maia	Brasil	SC	Passos Maia	Própria
Gleba da PHC Passos Maia	Brasil	SC	Passos Mais	Própria
Imóvel do parque eólico - EOLIC-BA-004	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel suporte de linhas de transmissão PROP. 01 - COMUN. SERRA DOS GREGÓRIOS	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Pinhal da Serra / Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 02 - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 03 - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 04 - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 05 - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 06 - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 07 - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 08 - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 09 - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 10 - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 11 - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 12 - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 13 - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 14 - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 15 - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 16 - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 17 - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 18 - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 19 - LINHA SANTA TEREZINHA	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 20 - LINHA GRAMADO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - LINHA GRAMADO	Brasil	RS	Barracão	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 21 - LINHA GRAMADO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 22 - LINHA GRAMADO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 23 - LINHA GRAMADO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 24 - LINHA GRAMADO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 25 - LINHA GRAMADO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - LINHA GRAMADO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 27 - LINHA GRAMADO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 28 - LINHA GRAMADO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 29 - LINHA GRAMADO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 30 - LINHA GRAMADO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 31 - LINHA GRAMADO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 32 - LINHA GRAMADO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 33 - SÃO ROQUE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 34 - SÃO ROQUE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - SÃO ROQUE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 35 - SÃO ROQUE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 36 - SÃO ROQUE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 37 - SÃO ROQUE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 38 - SÃO ROQUE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 39 - SÃO ROQUE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 40 - SÃO ROQUE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 41 - SÃO ROQUE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 42 - SÃO ROQUE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - SANTO ANTÔNIO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 43 - SANTO ANTÔNIO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 44 - SANTO ANTÔNIO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 45 - SANTO ANTÔNIO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 46 - SANTO ANTÔNIO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - SANTO ANTÔNIO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 47 - SANTO ANTÔNIO	Brasil	RS	Barracão	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - SANTO ANTÔNIO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 48 - SANTO ANTÔNIO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 49 - SANTO ANTÔNIO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 50 - SANTO ANTÔNIO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - SANTO ANTÔNIO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 51 - SANTO ANTÔNIO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 52 - SANTO ANTÔNIO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 53 - SANTO ANTÔNIO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - SANTO ANTÔNIO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 54 - SANTO ANTÔNIO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 55 - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 56 - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 57 - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 58 - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 59 - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 60 - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 61 - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 62 - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 63 - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 64 - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 65 - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 66 - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 67 - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 68 - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 69 - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 70 - SÃO LOURENÇO	Brasil	RS	Barracão	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - LINHA CARDOSO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 71 - LINHA CARDOSO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 72 - LINHA CARDOSO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - LINHA CARDOSO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 73 - LINHA CARDOSO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - LINHA CARDOSO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 74 - LINHA CARDOSO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - LINHA CARDOSO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 75 - LINHA CARDOSO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - LINHA CARDOSO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 76 - LINHA CARDOSO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 77 - LINHA CARDOSO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 78 - LINHA CARDOSO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 79 - LINHA CARDOSO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 80 - LINHA CARDOSO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 81 - LINHA CARDOSO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 82 - LINHA CARDOSO	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 83 - LINHA TOPE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - LINHA TOPE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 84 - LINHA TOPE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 85 - LINHA TOPE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 86 - LINHA TOPE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 87 - LINHA TOPE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - LINHA TOPE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 88 - LINHA TOPE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão PROP. 89 - LINHA TOPE	Brasil	RS	Barracão	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 01	Brasil	SC	Passos Maia	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 02	Brasil	SC	Passos Maia	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 02.10	Brasil	SC	Passos Maia	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 03	Brasil	SC	Passos Maia	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 04	Brasil	SC	Passos Maia	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 04.10	Brasil	SC	Passos Maia	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 05	Brasil	SC	Passos Maia	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 06	Brasil	SC	Passos Maia	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP.6.10	Brasil	SC	Passos Maia	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 07	Brasil	SC	Passos Maia	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 08	Brasil	SC	Passos Maia	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROR. 09	Brasil	SC	Passos Maia	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 10	Brasil	SC	Passos Maia	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 10.10	Brasil	PR	Palmas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 11	Brasil	PR	Palmas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 12	Brasil	PR	Palmas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 13	Brasil	PR	Palmas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 13.10	Brasil	PR	Palmas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 14	Brasil	PR	Palmas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 15	Brasil	PR	Palmas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 16	Brasil	PR	Palmas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 16.10	Brasil	PR	Palmas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 17	Brasil	PR	Palmas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 18	Brasil	PR	Palmas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 19	Brasil	PR	Palmas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 20	Brasil	PR	Palmas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 21	Brasil	PR	Palmas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 22	Brasil	PR	Palmas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 23	Brasil	PR	Palmas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 24	Brasil	PR	Palmas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 25	Brasil	PR	Palmas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Passos Maia PROP. 26	Brasil	PR	Palmas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 001	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT- 02.10	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 003	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 007	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 008	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 009	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 010	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 011	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 015	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 016	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 019	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT-021.40	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT-021.20	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT-021.30	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 022	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 027	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 032	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 034	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 002	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 005	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 012	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT -013	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 018	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 020	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT-021.10	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 023	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 026	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 028	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 029	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 030	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 014	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 017	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 021	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT-021.50	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 024	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 025	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Imóvel para suporte de linhas de transmissão - Parque Eólico da Bahia LT - 031	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
Gleba PCHSL-E-001	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba PCHSL-E-002	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba PCHSL-E-002.10	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba PCHSL-E-002.20	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba PCHSL-E-003	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba PCHSL-E-003NP	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba BASL-E-002	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba BASL-E-003	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba BASL-E-004	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba BASL-E-005	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba BASL-E-006	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba BASL-E-007	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba BASL-E-008	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba BASL-E-009	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba BASL-E-010	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba BASL-E-011	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba BASL-E-012	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba BASL-E-013	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba BASL-E-014	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba BASL-E-015	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba PCHSL-D-001	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Gleba PCHSL-D-002	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria
Gleba PCHSL-D-005	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria
Gleba PCHSL-D-006	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria
Gleba PCHSL-D-007	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Gleba PCHSL-D-008	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria
Gleba PCHSL-D-009	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria
Gleba PCHSL-D-010	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria
Gleba PCHSL-D-011	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria
Gleba PCHSL-D-012	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria
Gleba PCHSL-D-012.10	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria
Gleba PCHSL-D-013	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria
Gleba PCHSL-D-014	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria
Gleba PCHSL-D-015	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria
Gleba PCHSL-D-016	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria
Gleba PCHSL-D-017	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria
Gleba PCHSL-D-018	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria
Gleba PCHSL-D-019	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria
Gleba PCHSL-D-020	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria
Gleba ES-D-01	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Gleba ES-D-02	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Gleba ES-D-03	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Gleba ES-D-04	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
Gleba ES-E-01	Brasil	RS	Barracão	Própria
Gleba ES-E-02	Brasil	RS	Barracão	Própria
Gleba ES-E-03	Brasil	RS	Barracão	Própria
Gleba ES-E-04	Brasil	RS	Barracão	Própria
Gleba ES-E-05	Brasil	RS	Barracão	Própria
Gleba ES-E-06	Brasil	RS	Barracão	Própria
Gleba 01ME	Brasil	RJ	Bom Jardim	Própria
Gleba 01ME	Brasil	RS	Bom Jardim	Própria
Gleba 10ME	Brasil	RJ	Cordeiro	Própria
PCHSR_LT_01	Brasil	RJ	Cordeiro	Própria
PCHSR_LT_03	Brasil	RJ	Trajano de Moraes	Própria
PCHSR_LT_05	Brasil	RJ		Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
PCHSR_LT_06	Brasil	RJ	Trajano de Moraes	Própria
PCHSR_LT_07	Brasil	RJ	Trajano de Moraes	Própria
PCHSR_LT_08	Brasil	RJ	Trajano de Moraes	Própria
PCHSR_LT_09	Brasil	RJ	Trajano de Moraes	Própria
PCHSR_LT_10	Brasil	RJ	Trajano de Moraes	Própria
PCHSR_LT_11	Brasil	RJ	Trajano de Moraes	Própria
PCHSR_LT_12	Brasil	RJ	Trajano de Moraes	Própria
PCHSR_LT_12-B	Brasil	RJ	Trajano de Moraes	Própria
PCHSR_LT_13	Brasil	RJ	Trajano de Moraes	Própria
PCHSR_LT_14	Brasil	RJ	Trajanode Moraes	Própria
PCHSR_LT_15	Brasil	RJ	Trajano de Moraes	Própria
PCHSR_LT_17	Brasil	RJ	Trajano de Moraes	Própria
PCHSR_LT_19	Brasil	RJ	Trajano de Moraes	Própria
PCHSR_LT_21	Brasil	RJ	Trajano de Moraes	Própria
PCHSR_LT_23	Brasil	RJ	Trajano de Moraes	Própria
PCHSR_RE_E_09	Brasil	RJ	Cordeiro	Própria
PCHSR_CO_10ME	Brasil	RJ	Bom Jardim	Própria
PCHSL_LT_001	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
PCHSL_LT_002	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
PCHSL_LT_003	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
PCHSL_LT_004	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
PCHSL_LT_005	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
PCHSL_LT_006	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
PCHSL_LT_007	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
PCHSL_LT_008	Brasil	SC	Xanxerê	Própria
PCHSL_LT_009	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
PCHSL_LT_010	Brasil	SC	Xanxerê	Própria
PCHSL_LT_011	Brasil	SC	Xanxerê	Própria
PCHSL_LT_012	Brasil	SC	Xanxerê	Própria
PCHSL_LT_013	Brasil	SC	Xanxerê	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
PCHSL_LT_014	Brasil	SC	Xanxerê	Própria
PCHSL_LT_015	Brasil	SC	Xanxerê	Própria
PCHSL_LT_016	Brasil	SC	Xanxerê	Própria
PCHSL_LT_017	Brasil	SC	Xanxerê	Própria
PCHSL_LT_018	Brasil	SC	Xanxerê	Própria
PCHSL_LT_019	Brasil	SC	Xanxerê	Própria
PCHSL_LT_020	Brasil	SC	Xanxerê	Própria
PCHSL_RE_D_018.1	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria
PCHSL_RE_D_021	Brasil	SC	Ouro Verde	Própria
PCHSL_RE_E_001.10	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
PCHSL_RE_E_001.20	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
PCHES_RE_D_05	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
PCHES_LT_01	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_02	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_03	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_04	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_05	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_06	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_07	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_08	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_10	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_11	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_12	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_13	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_14	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_15	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_15	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_16	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_17	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_18	Brasil	RS	Barracão	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
PCHES_LT_20	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_21	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_22	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_23	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_24	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_25	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHES_LT_26	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHMO_RE_D_01.10	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHMO_RE_D_006	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHMO_RE_D_007	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHMO_RE_D_008	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHMO_RE_D_009	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHMO_RE_D_009.01	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHMO_RE_D_010	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHMO_RE_D_011	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHMO_RE_D_012	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHMO_RE_D_013	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHMO_RE_D_014	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHMO_CO_D_01	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
PCHMO_CO_D_02	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
PCHMO_CO_D_03	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
PCHMO_CO_D_04	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
PCHMO_CO_D_05	Brasil	RS	Pinhal da Serra	Própria
PCHMO_CO_E_01	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHMO_CO_E_02	Brasil	RS	Barracão	Própria
PCHMO_CO_E_03	Brasil	RS	Barracão	Própria
UHEMO_CO_D_001	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
UHEMO_CO_D_001-1	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_CO_D_002	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
UHEMO_CO_E_001	Brasil	RS	Nonoai	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
UHEMO_CO_E_002	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_RE_D_010-10	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
UHEMO_RE_D_014-1	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
UHEMO_RE_D_048	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
UHEMO_RE_D_050	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
UHEMO_RE_D_059	Brasil	RS	Benjamin Constant do Sul	Própria
UHEMO_RE_D_060	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_RE_D_064	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_RE_D_070	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_RE_D_074	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_RE_D_075	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_RE_D_076	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_RE_D_081	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_RE_D_086	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_RE_D_089	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_RE_D_090	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_RE_D_091	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_RE_D_092	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_RE_D_093	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_RE_D_095	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
UHEMO_RE_D_096	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
UHEMO_RE_D_097	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
UHEMO_RE_D_098	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
UHEMO_RE_D_099	Brasil	RS	Faxinalzinho	Própria
UHEMO_RE_E_001.10	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_RE_E_055	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_05	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_07	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_08	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_09	Brasil	RS	Nonoai	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
UHEMO_LT_10	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_11	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_12	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_13	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_15	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_16	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_17	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_18	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_19	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_20	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_21	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_22	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_23	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_24	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_25	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_26	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_27	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_28	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_29	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_30	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_31	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_31-10	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_31-20	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_32	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_33	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_34	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_35	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_36	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_36-10	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_37	Brasil	RS	Nonoai	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
UHEMO_LT_37-10	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_37-20	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_38	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_39	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_39-10	Brasil	RS	Nonoai	Própria
UHEMO_LT_40-10	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_41	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_43	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_44	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_45	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_46	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_47	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_48	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_49	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_50	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_51	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_52	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_53	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_54	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_55	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_56	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_57	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_58	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_59	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_60	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_61	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_61-10	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_61-20	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_62	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_63	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
UHEMO_LT_64	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_65	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_66	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_67	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_67-10	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_68	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_LT_69	Brasil	RS	Entre Rios do Sul	Própria
UHEMO_IS	Brasil	RS	Erechim/Nonoai	Própria
EOL-CO-001	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
EOL-CO-002	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
EOL-CO-003	Brasil	BA	Brotas de Macaúbas	Própria
EOLBC_PQ_001	Brasil	SE	Barra dos Coqueiros	Própria
EOLBC_PQ_002	Brasil	SE	Barra dos Coqueiros	Arrendada
EOLBC_PQ_003	Brasil	SE	Barra dos Coqueiros	Arrendada
EOLBC_PQ_004	Brasil	SE	Barra dos Coqueiros	Arrendada
EOLBC_PQ_005	Brasil	SE	Barra dos Coqueiros	Arrendada
EOLBC_PQ_006	Brasil	SE	Barra dos Coqueiros	Arrendada
EOLBC_LT_001	Brasil	SE	Barra dos Coqueiros	Própria
EOLBC_LT_002	Brasil	SE	Barra dos Coqueiros	Própria
EOLBC_LT_003	Brasil	SE	Barra dos Coqueiros	Própria
EOLBC_LT_004	Brasil	SE	Barra dos Coqueiros	Própria
EOLBC_LT_005	Brasil	SE	Barra dos Coqueiros	Própria
EOLBC_LT_006	Brasil	SE	Barra dos Coqueiros	Própria
EOLBC_SUB_007	Brasil	SE	Barra dos Coqueiros	Própria
EOLBC_SUB_008	Brasil	SE	Barra dos Coqueiros	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca DESENVIX, Nacional processo 824565223, depositado em 4/6/2002		29/5/2017	No âmbito administrativo, os pedidos de registro de marca sob análise do INPI podem ser negados. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que nossos registros não sejam contestados. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, também não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Caso não seja deferido o registro de uma marca pelo INPI ou o registro venha a ser extinto após sua concessão, a Companhia poderá ser impedida de utilizar a marca na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca DESENVIX, Nacional processo 824565231, depositado em 4/6/2002		29/5/2017	No âmbito administrativo, os pedidos de registro de marca sob análise do INPI podem ser negados. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que nossos registros não sejam contestados. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, também não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Caso não seja deferido o registro de uma marca pelo INPI ou o registro venha a ser extinto após sua concessão, a Companhia poderá ser impedida de utilizar a marca na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	
				Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca DESENVIX, Nacional processo 818697253, depositado em 25/2/1989		3/3/2018	No âmbito administrativo, os pedidos de registro de marca sob análise do INPI podem ser negados. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que nossos registros não sejam contestados. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, também não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Caso não seja deferido o registro de uma marca pelo INPI ou o registro venha a ser extinto após sua concessão, a Companhia poderá ser impedida de utilizar a marca na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca DESENVIX, Nacional processo 818719389, depositado em 20/9/1995		7/8/2017	No âmbito administrativo, os pedidos de registro de marca sob análise do INPI podem ser negados. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que nossos registros não sejam contestados. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, também não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Caso não seja deferido o registro de uma marca pelo INPI ou o registro venha a ser extinto após sua concessão, a Companhia poderá ser impedida de utilizar a marca na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca DESENVIX, Nacional processo 818719397, depositado em 20/9/1995		2/8/2015	No âmbito administrativo, os pedidos de registro de marca sob análise do INPI podem ser negados. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que nossos registros não sejam contestados. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, também não é possível assegurar que terceiros não venham alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Caso não seja deferido o registro de uma marca pelo INPI ou o registro venha a ser extinto após sua concessão, a Companhia poderá ser impedida de utilizar a marca na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
BBE Brasil Bioenergia S.A.								
	07.852.295/0001-73	-	Coligada	Brasil	MS	Andradina	Produção e comercialização de biodiesel.	12,500000
30/09/2012	0,000000	0,000000		Valor mercado				
31/12/2011	0,000000	0,000000		Valor contábil	30/09/2012	0,00		
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2009	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimentos na área biodiesel. Diversificação do portfólio.								
CERAN – Cia Energética Rio das Antas								
	04.237.975/0001-99	-	Coligada	Brasil	RS	Porto Alegre	Geração de energia elétrica de origem hídrica.	5,000000
30/09/2012	6,100000	0,000000		734.250,62	Valor mercado			
31/12/2011	15,400000	0,000000		618.940,31	Valor contábil	30/09/2012	70.326.790,63	
31/12/2010	6,300000	0,000000		0,00				
31/12/2009	6,160000	0,000000		700.846,93				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimentos na área de energias renováveis. Diversificação do portfólio.								
Dona Francisca Energética S.A.								
	02.832.860/0001-17	-	Coligada	Brasil	RS	Agudo	Geração de energia elétrica de origem hídrica.	2,120000
30/09/2012	1,900000	0,000000		212.120,00	Valor mercado			
31/12/2011	9,200000	0,000000		322.082,62	Valor contábil	30/09/2012	8.145.906,12	
31/12/2010	6,300000	0,000000		212.120,00				
31/12/2009	6,160000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimentos na área de energias renováveis. Diversificação do portfólio.								
Enercasa Energia Caiuá S.A.								
	09.217.210/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	Barueri	Geração de energia elétrica a partir da biomassa (bagaço de cana e outras).	100,000000
30/09/2012	-24,200000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2011	100,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	30/09/2012	20.246.427,59	
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimentos na área de energias renováveis. Diversificação do portfólio.								
Energien Energias Renováveis S.A	08.207.876/0001-15	-	Controlada	Brasil	SP	Barueri	Geração de energia elétrica de origem eólica.	95,000000
30/09/2012	14,500000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2011	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2012	21.969.443,74		
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimentos na área de energias renováveis. Diversificação do portfólio.								
ENEX O& M de Sistemas Elétricos Ltda.	06.101.807/0001-05	-	Controlada	Brasil	SP	Barueri	Serviços de operação e manutenção de usinas elétricas.	100,000000
30/09/2012	-0,800000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2011	7008,600000	0,000000	200.000,00	Valor contábil	30/09/2012	37.670.892,31		
31/12/2010	75,700000	0,000000	0,00					
31/12/2009	20,630000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimento em serviços de operação e manutenção de usinas.								
Esmeralda S.A.	07.264.588/0001-30	-	Controlada	Brasil	SP	Barueri	Geração de energia elétrica de origem hídrica.	99,990000
30/09/2012	-19,400000	0,000000	13.500.000,00	Valor mercado				
31/12/2011	22,600000	0,000000	1.952.000,00	Valor contábil	30/09/2012	27.188.962,39		
31/12/2010	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	-100,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimentos na área de energias renováveis. Diversificação do portfólio.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social		Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)		
Fundo de Investimentos em Participações Energias Renováveis								
	11.021.363/0001-20	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Desenvolvimento de projetos de energias renováveis, entre eles, projetos eólicos e de PCHs.	6,250000
30/09/2012		100,000000	0,000000	0,00	Valor mercado			
31/12/2011		0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2012	3.067.375,81	
31/12/2010		0,000000	0,000000	0,00				
31/12/2009		0,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimentos em Energias Renováveis.								
Goias Transmissora S.A.	11.708.279/0001-89	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Transmissão de energia elétrica	25,500000
30/09/2012		102,700000	0,000000	0,00	Valor mercado			
31/12/2011		100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2012	42.287.293,58	
31/12/2010		0,000000	0,000000	0,00				
31/12/2009		0,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Diversificação das atividades								
Macaúbas Energética S.A.	09.194.393/0001-96	-	Controlada	Brasil	SP	Barueri	Geração de energia elétrica de origem eólica.	99,990000
30/09/2012		-1,600000	0,000000	0,00	Valor mercado			
31/12/2011		1483,400000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2012	45.585.166,42	
31/12/2010		29170,000000	0,000000	0,00				
31/12/2009		-76,190000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimentos na área de energias renováveis. Diversificação do portfólio.								
MGE Transmissora S.A.	11.638.929/0001-67	-	Coligada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Transmissão de energia elétrica.	25,500000
30/09/2012		34,200000	0,000000	0,00	Valor mercado			
31/12/2011		100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2012	23.474.781,62	
31/12/2010		0,000000	0,000000	0,00				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Diversificação das atividades.								
Moinho S.A.	09.196.223/0001-40	-	Controlada	Brasil	SP	Barueri	Geração de energia elétrica de origem hídrica.	99,990000
30/09/2012	1,500000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2011	12,100000	0,000000	147.000,00	Valor contábil	30/09/2012	29.823.607,63		
31/12/2010	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	-100,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimentos na área de energias renováveis. Diversificação do portfólio.								
Monel Montjolinho Energética S.A.	04.834.395/0001-89	-	Controlada	Brasil	SP	Barueri	Geração de energia elétrica de origem hídrica.	99,990000
30/09/2012	-11,000000	0,000000	16.786.000,00	Valor mercado				
31/12/2011	3,500000	0,000000	1.110.000,00	Valor contábil	30/09/2012	111.553.937,32		
31/12/2010	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	-100,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimentos na área de energias renováveis. Diversificação do portfólio.								
Novo Horizonte Energética S.A.	09.214.349/0001-09	-	Controlada	Brasil	SP	Barueri	Geração de energia elétrica de origem eólica.	99,990000
30/09/2012	-2,200000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2011	1269,800000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2012	39.441.734,53		
31/12/2010	29330,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	75,610000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimentos na área de energias renováveis. Diversificação do portfólio.								
Passos Maia Energética S.A.	08.542.325/0001-08	-	Controlada	Brasil	SC	Caçador	Geração de energia elétrica de origem hídrica.	50,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
30/09/2012	4,900000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2011	10,200000	0,000000		0,00	Valor contábil 30/09/2012	27.060.503,81		
31/12/2010	100,000000	0,000000		0,00				
31/12/2009	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimentos na área de energias renováveis. Diversificação do portfólio.								
Santa Laura S.A.	07.328.431/0001-20	-	Controlada	Brasil	SP	Barueri	Geração de energia elétrica de origem hídrica.	99,990000
30/09/2012	7,800000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2011	3,600000	0,000000		1,925.000,00	Valor contábil 30/09/2012	35.022.539,96		
31/12/2010	100,000000	0,000000		0,00				
31/12/2009	-100,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimentos na área de energias renováveis. Diversificação do portfólio.								
Santa Rosa S.A.	04.468.980/0001-02	-	Controlada	Brasil	SP	Barueri	Geração de energia elétrica de origem hídrica.	99,990000
30/09/2012	8,400000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2011	2,900000	0,000000		475.000,00	Valor contábil 30/09/2012	61.340.772,37		
31/12/2010	100,000000	0,000000		0,00				
31/12/2009	-100,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimentos na área de energias renováveis. Diversificação do portfólio.								
Seabra Energética S.A.	09.196.341/0001-59	-	Controlada	Brasil	SP	Barueri	Geração de energia elétrica de origem eólica.	99,990000
30/09/2012	-0,700000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2011	1247,800000	0,000000		0,00	Valor contábil 30/09/2012	39.474.798,12		
31/12/2010	29400,000000	0,000000		0,00				
31/12/2009	-75,610000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Investimentos na área de energias renováveis. Diversificação do portfólio.								
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	01.423.166/0001-83	-	Coligada	Brasil	SC	Joinville	Geração de energia elétrica de origem hídrica.	20,000000
30/09/2012	-1,200000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2011	0,200000	0,000000		0,00	Valor contábil	30/09/2012	655.845,29	
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2009	35,860000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Investimentos na área de energias renováveis. Diversificação do portfólio.								

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. Outras informações relevantes:

Em 30 de setembro de 2012, as empresas coligadas CERAN (5%), Dona Francisca (2,12%) e FIP Energias Renováveis (6,25%), são classificadas em nossa contabilidade como investimentos disponíveis para venda sendo reconhecido em nosso Ativo o seu valor de mercado. Em 30 de setembro de 2012, CERAN, Dona Francisca e FIP Energias Renováveis agregavam ao nosso investimento os valores de R\$ 70.327 mil, R\$ 8.146 mil e R\$ 3.067 mil respectivamente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são investimentos sobre os quais a Companhia não possui influência significativa ou controle, não derivativos, que foram designados nessa categoria por não atenderem às características das outras categorias. Estes investimentos estão apresentados na conta de investimentos, no ativo não circulante, tendo em vista que a administração não pretende alienar estes investimentos em até 12 meses após a data do balanço.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Comentários dos Diretores sobre (a) condições financeiras e patrimoniais gerais, (b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de Ações ou quotas; (c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos, (d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas, (e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez, (f) níveis de endividamento e características das dívidas, (g) limites de utilização dos financiamentos já contratados e (h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Durante o período compreendido entre o ano de 2011 até setembro de 2012 tivemos 180 MW em construção, divididos entre 7 usinas, as quais já estão em operação comercial. A entrada em operação dessas usinas trouxe nossa capacidade instalada para 349 MW, representando um aumento de 115% na comparação com o final do ano de 2010. Além dos ativos de geração de energia, a Companhia possui participação de 25,5% em dois empreendimentos de transmissão de energia em construção totalizando 511 Km de extensão e que entrarão em operação comercial no início de 2013.

Nossos investimentos somaram cerca de R\$ 1.000.000 mil ao longo de 2011 e 2012, através de aportes de capital nas nossas empresas controladas, bem como com financiamentos de longo prazo captados junto às instituições de fomento à infraestrutura, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Em setembro de 2011 a Companhia celebrou a aquisição da participação remanescente dos 50% na ENEX pertencentes ao Grupo Energia, passando a ser uma subsidiária integral da Desenvix. Atualmente a ENEX possui 34 contratos de O&M, totalizando 1.145 MW. Entre 2006 a 2011, o faturamento bruto da ENEX aumentou cerca de 33 vezes, passando de R\$ 570 mil para R\$ 19.041 mil. Acreditamos que o mercado de operação e manutenção de empreendimentos de geração no Brasil tende a crescer nos próximos anos, permitindo à ENEX explorar novas oportunidades neste setor.

Em agosto de 2011 nossos Acionistas Controladores diretos e indiretos, celebraram com a Statkraft Norfund Power Invest AS, um Contrato de Compra e Venda de participação acionária na Desenvix à SN. No dia 08 de março de 2012, após o cumprimento das condições precedentes previstas no Contrato, o capital social da Desenvix passou a ser distribuído da seguinte forma: Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, com 40,65% do capital social total e votante, SN Power com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais com 18,70% do capital social total e votante.

O valor desembolsado pela SN Power na execução do negócio foi de R\$ 723.958 mil, sendo que R\$ 120.000 mil foram aportados diretamente no capital da Companhia, por meio da aquisição de ações emitidas (operação primária), e R\$ 603.958 mil foram adquiridos junto à Jackson e FUNCEF (operação secundária).

Nossa diretoria entende que apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com nossas obrigações de curto, médio e longo prazo.

A afirmação acima está baseada nos seguintes indicadores:

- Fluxo de caixa previsível, uma vez que grande parte da produção de energia é vendida antecipadamente por meio de contratos de longo prazo;
- Acesso a fontes de financiamento para o desenvolvimento dos empreendimentos; e
- Elevadas margens operacionais dos empreendimentos em operação, notadamente por força do rígido controle de custos e despesas operacionais.

Em 30 de setembro de 2012, o Grupo apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes (consolidado) de R\$ 263.506 mil (R\$ 257.815 mil em 31 de dezembro de 2011).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O aumento deve-se principalmente ao (i) aumento do saldo de financiamentos do passivo circulante referente aos empréstimos de curto prazo tomados para continuidade dos empreendimentos em implantação, enquanto a parcela do financiamento de longo prazo não é liberada; (ii) a redução do saldo de aplicações financeiras restritas do ativo circulante, utilizados nas atividades de implantação dos atuais empreendimentos em construção da Companhia; (iii) a redução do saldo de caixa e equivalente de caixa, utilizados nas atividades de implantação dos atuais empreendimentos em construção da Companhia além das suas atividades operacionais de giro. Por outro lado, o aumento do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes foi parcialmente compensado pela (i) conversão do empréstimo com partes relacionadas, no valor de R\$ 120.000 mil, em aumento de capital, conforme mencionado na Nota 18(a); além da (ii) redução do saldo a pagar a fornecedores terceiros, devido ao pagamento de fornecedores de materiais e serviços dos nossos empreendimentos em implantação.

O saldo remanescente do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes (consolidado) é fator da utilização de parcela substancial dos recursos financeiros na construção das usinas eólicas e linhas de transmissão em andamento. O equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia será restabelecido à medida que o Grupo receber os recursos financeiros dos financiamentos de longo prazo que serão ou já estão contratados, no montante de R\$ 102.750 mil, composto como segue: (i) Eólica Barra dos Coqueiros - contrato de financiamento em fase de assinatura com o Banco de Desenvolvimento da China, no montante de R\$ 98.750 mil, sendo a liberação prevista para o mês de novembro de 2012 e (ii) Enercasa - contrato de financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 59.504 mil, tendo a primeira liberação, no valor de R\$ 55.504 mil, ocorrida no mês de janeiro e a segunda e última liberação no valor de R\$ 4.000 mil prevista ainda para o mês de novembro de 2012. Essa modificação no perfil do endividamento bancário consolidado da Companhia, transferindo empréstimos de curto prazo para o longo prazo, auxiliará a Companhia na inversão da atual condição do seu capital circulante líquido.

A Companhia está em franca expansão, investindo em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros, sendo as fontes de recursos obtidas através de: (i) aportes de capital de nossos controladores e (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias que estão atreladas ao Governo Federal com vistas ao atendimento do Plano Decenal de Expansão de Energia 2020, divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética, que prevê a continuidade dos investimentos no setor. Nosso bloco de controle é formado pela Jackson Empreendimentos Ltda. (controladora da Engevix Engenharia S.A.), SN Power e FUNCEF, empresas ou entidade de grande porte e importância nos segmentos de atuação.

Adicionalmente, poderemos recorrer a empréstimos de curto e médio prazos com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia ou decidir pela venda de ativos em operação, implantação ou de projetos em desenvolvimento como outra forma de financiarmos nossos investimentos. A substituição de fluxo de caixa por outro de maior atratividade pode ser considerada como uma justificativa pela venda de um ativo seja em qual estágio de vida estiver.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de Ações ou quotas

Possuímos apenas Ações ordinárias com direito a voto e não pretendemos, no curto prazo, realizar nenhuma operação de resgate.

Nossa diretoria entende que nossa evolução da estrutura de capital apresenta níveis característicos à uma Companhia em plena expansão de sua capacidade instalada, com níveis elevados de investimentos e ativos de alto valor agregado, especialmente quando analisada sob a ótica da relação dívida líquida/patrimônio. Nossa relação entre dívida líquida e patrimônio líquido era de 1,10 em 30 de setembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, esta mesma relação era de 1,10.

Nosso patrimônio líquido passou de R\$598.136 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$711.093 mil em 30 de setembro de 2012. Esta variação se deu por força do aumento na conta de Capital Social face o aporte primário de capital da SN Power no valor de R\$120.000 mil.

Nosso endividamento líquido é de R\$780.715 mil em 30 de setembro de 2012, comparado a um endividamento líquido de R\$657.305 mil em 31 de dezembro de 2011.

O item 10.1 (h) deste Formulário de Referência contém uma descrição pormenorizada da variação observada em cada uma das contas descritas acima.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o nosso atual perfil de endividamento, nossa posição de liquidez, bem como os Empreendimentos em Construção e Operação, nossa Diretoria acredita termos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, despesas, dívidas e outros valores já contratados, embora não tenhamos garantias que tal situação permanecerá igual nos próximos exercícios sociais. Apresentamos abaixo algumas considerações sobre nossa capacidade de pagamento dos principais compromissos financeiros assumidos:

Contratos de Financiamento BNDES: As garantias exigidas pelo BNDES para a contratação de dívida (tais como (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Engevix Engenharia S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A. e Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita); (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$ 138.514 mil, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.) a qual foi retirada em 8 de agosto de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; (vii) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$ 33.851 mil, ficando dispensada desde que a Santa Laura S.A. apresente ICSD de 1,3, como mencionado anteriormente, a qual foi retirada em 24 de outubro de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; e (viii) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.) garantem a liquidez necessária para as amortizações contratuais. Em 30 de setembro de 2012, existiam seis contratos diretos com o BNDES e um indireto relacionados aos Empreendimentos em Operação (excluindo-se os projetos CERAN, em que somos minoritários e que possuem dois contratos diretos e um indireto com o BNDES). Esses contratos de financiamento com o BNDES são vinculados ao financiamento de longo prazo, voltados para a implantação dos empreendimentos de Santa Laura, Santa Rosa, Monjolinho, Esmeralda, Passos Maia, Enercasa e Moinho.

Contratos de Financiamento BNB: As garantias exigidas pelo BNB para a contratação de dívida (tais como (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade Completion Bond, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia.) garantem a liquidez necessária para as amortizações contratuais. Em 30 de setembro 2012, existiam três contratos diretos com o BNB. Esses contratos de financiamento com o BNB são vinculados ao financiamento de longo prazo, voltados para a implantação dos empreendimentos de Macaúbas, Seabra e Novo Horizonte, empreendimentos que compõem o Complexo Eólico da Bahia.

Demais Financiamentos - Desenvix Controladora: Os demais financiamentos contratados com FINEP e Banco do Brasil são garantidos por meio do fluxo de dividendos dos Empreendimentos em Operação, bem como carta de fiança, aval, notas promissórias avalizadas, sendo que algumas dessas garantias são prestadas por partes relacionadas.

Vale ressaltar ainda que possuímos um fluxo de caixa recorrente e previsível, uma vez que grande parte da produção de energia é vendida antecipadamente por meio de contratos de longo prazo. Este fator reforça nossa solidez para honrarmos nossos compromissos financeiros.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Pretendemos manter a estratégia de captação de recursos de longo prazo para cobertura de parcela relevante dos investimentos necessários para a implantação dos nossos projetos. Mais especificamente, pretendemos continuar captando tais recursos (i) por intermédio de nossas SPEs titulares de concessões ou autorizações, e (ii) de instituições financeiras de fomento, na modalidade de *project finance*.

Além do financiamento descrito na Desenvix Controladora, não possuímos necessidades relevantes de capital de giro. Caso surjam demandas desta natureza, as instituições financeiras de fomento, assim como os bancos comerciais, possuem linhas de financiamento específicas para estas necessidades de caixa. De toda forma, acreditamos que estamos atualmente em condições de contratar tais financiamentos para custear nossas necessidades de caixa.

Em 30 de setembro de 2012, possuíamos três financiamentos para capital de giro (CCB), tomados na Controladora junto (i) ao Banco do Brasil no valor de R\$10.000 mil, (ii) ao Banco ABC no valor de R\$26.136 mil e (iii) Banco Pine no valor de R\$15.031 mil.

Adicionalmente em 30 de setembro de 2012, possuíamos dívida contraída através da emissão de notas promissórias, no valor total de R\$35.954 mil.

▪ Subsidiárias

Em 30 de setembro de 2012, não possuíamos nenhum financiamento para capital de giro em nossas subsidiárias.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Somos uma empresa em franca expansão e que investimos em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros. Nossas fontes de recursos são através de (i) aportes de capital de nossos controladores, (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias, (iii) recebimento de dividendos de nossas subsidiárias em operação e (iv) venda de ativos.

Nosso bloco de controle é formado pela Jackson Empreendimentos Ltda (40,65%), SN Power (40,65%) e FUNCEF (18,7%). A Jackson Empreendimentos Ltda é a empresa holding do Grupo Engevix, e também controladora da Engevix, uma das mais tradicionais empresas de engenharia do Brasil. Há 47 anos no mercado, o Grupo Engevix vem contribuindo decisivamente para a infraestrutura e geração de empregos no País nos setores de engenharia, energia elétrica, óleo e gás, construção naval, tecnologia e concessões de rodovias e aeroportos, onde emprega diretamente 11.000 colaboradores e cerca de 1.500 engenheiros. As atividades do Grupo Engevix, que tem a Jackson Empreendimentos Ltda como empresa holding, iniciaram-se por meio da Engevix, uma das mais tradicionais empresas de engenharia do Brasil. A Engevix possui larga experiência em todas as etapas do ciclo de implantação de empreendimentos do setor elétrico, incluindo projetos básicos, construção de plantas de geração e linhas de transmissão. Ao longo de sua história, a Engevix participou em mais de 35.000 MW em projetos de geração de energia operando no Brasil, acumulando extenso conhecimento e experiência no setor elétrico. A SN Power, companhia de origem norueguesa, é um investidor de longo prazo que atua fora da Europa na geração de energia elétrica, através de fontes renováveis, principalmente de origem hídrica. A SN Power é resultado de um joint venture de empresas norueguesas: a Statkraft e o Norfund. A primeira, controladora da SN Power com 60% do capital, é a maior geradora de energia elétrica da Noruega e a maior da Europa em fontes renováveis. Sua capacidade instalada é de 16.430 MW. Possui 267 hidrelétricas, 6 eólicas, 22 "district heating and biomass" e 6 termoeletricas a gás natural. A SN Power está presente hoje, além da Noruega, na América do Sul (Brasil, Chile e Peru), América Central (Costa Rica e Panamá), Ásia (Nepal, Índia, Vietnã, Sri Lanka, Singapura e Filipinas) e África (Zâmbia). O Norfund é um fundo de capital controlado pelo Governo norueguês para investir em países em desenvolvimento. A FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais – é o terceiro maior fundo de pensão do Brasil e um dos maiores da América Latina. É uma entidade fechada de previdência privada complementar dos empregados da Caixa Econômica Federal. Hoje tem patrimônio ativo total superior a R\$ 45 bilhões e aproximadamente 115 mil participantes.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Investimos em geração de energia elétrica através de fontes renováveis contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil. Uma vez que nossos investimentos caracterizam-se como apoio à infraestrutura energética nacional, acreditamos que continuaremos contratando linhas de financiamentos de longo prazo que viabilizem nosso crescimento. Em 31 de dezembro de 2011 nosso endividamento bancário de longo prazo era em sua totalidade com instituições bancárias que buscam o desenvolvimento do Brasil e que estão atreladas diretamente ao Governo Federal. Acreditamos na manutenção das linhas de financiamento de longo prazo uma vez que o Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética, atrelado ao Ministério de Minas e Energia do Governo Federal prevê a continuidade dos investimentos no setor.

Acreditamos que a medida que nossa capacidade instalada cresça, os dividendos que recebemos das nossas subsidiárias também aumentem. De forma geral, o fluxo de dividendos de nossas subsidiárias é crescente, uma vez que parte substancial de suas despesas está atrelada ao pagamento de encargos bancários atrelados ao financiamento de longo prazo, cujo valor é decrescente ao longo do tempo.

A venda de ativos em operação, implantação ou ainda de projetos em desenvolvimento, também é outra forma de financiarmos nossos investimentos. A substituição de fluxo de caixa por outro de maior atratividade pode ser considerada como uma justificativa pela venda de um ativo seja em qual estágio de vida estiver.

Para necessidades de caixa de curto prazo, nossos controladores também poderão realizar empréstimos de mútuos que também poderão vir a ser transformados em aporte de capital. Adicionalmente poderemos recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia.

f) níveis de endividamento e características das dívidas

Nossos projetos em desenvolvimento e em implantação exigem grandes quantidades de investimentos, razão pela qual enfrentamos continuamente necessidade de recursos adicionais. Por essa razão, a nossa relação entre capital e dívida poderá variar significativamente no futuro.

A tabela a seguir demonstra o nosso endividamento com garantia real, conforme item 3.8 desse Formulário de Referência, na Desenvix Controladora e no Consolidado, em 30 de setembro de 2012 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

R\$Mil

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Financiamento de obras - BNDES			465.987	424.466
Financiamento de obras - BNB			272.480	271.422
Cédula de Crédito Bancário	41.167	31.033	41.167	31.033
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)	10.916	17.406	10.952	17.443
Financiamento de capital de giro	10.000	10.000	10.000	10.000
Nota promissória	35.954		35.954	
Outros		65	723	1.311
	<u>98.037</u>	<u>58.504</u>	<u>837.263</u>	<u>755.675</u>
Passivo circulante	<u>(95.667)</u>	<u>(49.665)</u>	<u>(136.268)</u>	<u>(81.519)</u>
Passivo não circulante	<u>2.370</u>	<u>8.839</u>	<u>700.995</u>	<u>674.156</u>

A tabela a seguir demonstra o nosso endividamento, na Desenvix Controladora e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2011 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

R\$Mil				
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Financiamento de obras - BNDES			424.466	362.589
Financiamento de obras - BNB			271.422	
Cédula de Crédito Bancário	31.033		31.033	
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)	17.406	26.008	17.443	26.008
Financiamento de capital de giro	10.000	10.005	10.000	10.005
Outros	65	63	1.311	410
	<u>58.504</u>	<u>36.076</u>	<u>755.675</u>	<u>399.012</u>
Passivo circulante	<u>(49.665)</u>	<u>(18.612)</u>	<u>(81.519)</u>	<u>(47.920)</u>
Passivo não circulante	<u>8.839</u>	<u>17.464</u>	<u>674.156</u>	<u>351.092</u>

A tabela a seguir demonstra o nosso endividamento, na Desenvix Controladora e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2010 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

R\$Mil				
	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Financiamento de obras – BNDES			362.589	373.233
Cédula de Crédito Bancário		53.219		53.219
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)	26.008	34.811	26.008	34.811
Cédula de Crédito Bancário		9.804		9.804
Financiamentos de capital de giro	10.005		10.005	
Outros	63		410	41
	<u>36.076</u>	<u>97.834</u>	<u>399.012</u>	<u>471.108</u>
Passivo circulante	<u>(18.612)</u>	<u>(26.752)</u>	<u>(47.920)</u>	<u>(46.903)</u>
Passivo não circulante	<u>17.464</u>	<u>71.082</u>	<u>351.092</u>	<u>424.205</u>

O item 10.1 (h) deste Formulário de Referência contém uma descrição pormenorizada da variação observada em cada uma das contas acima.

Nosso endividamento, em geral, é garantido por meio de penhor de recebíveis, penhor de ação, penhor de direitos decorrentes de autorização/concessão, penhor de direitos creditórios, seguro garantia, carta fiança, aval e notas promissórias.

Considerações sobre nossos contratos de financiamento

- **Contrato de Financiamento n.º 0207057300 celebrado entre a Companhia e a FINEP, com intervenção de terceiros:**

Celebramos em 11 de dezembro de 2007 o contrato de financiamento n.º 0207057300 com a FINEP no valor de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

R\$26.375,60 mil, montante sobre o qual incide TJLP mais *spread* de 5% ao ano. O financiamento foi obtido com o objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas por nós na elaboração de EIA/RIMA para nosso portfólio de projetos em desenvolvimento.

Nos termos do referido Contrato, nós nos obrigamos a liquidar o débito por meio de 49 parcelas mensais e sucessivas com carência de 24 meses. A primeira parcela deu-se em 15 de dezembro de 2009 e o último pagamento será feito em 15 de dezembro de 2013.

O contrato está sujeito ao vencimento antecipado em qualquer das seguintes hipóteses: (i) aplicação dos recursos do financiamento em fins diversos do pactuado ou em desacordo com o cronograma de desembolso previamente acordado; (ii) mora no pagamento de qualquer quantia devida à FINEP; (iii) inexistência nas informações que nós prestamos à FINEP; (iv) paralisação do projeto objeto do Contrato; (v) outras circunstâncias que, a juízo da FINEP, tornem inseguro ou impossível o cumprimento, por nós, das obrigações assumidas; (vi) inadimplemento, por nossa parte, de qualquer obrigação assumida no contrato de financiamento; e (vii) recuperação judicial ou extrajudicial, falência decretada ou protesto de título cambial em relação a nós e/ou nossos garantidores, ressalvada a hipótese de protesto indevido, devidamente justificado.

As garantias que nós oferecemos pelo crédito fornecido pela FINEP são seis cartas de fiança bancária no valor de cada liberação da FINEP, mais os encargos incidentes, emitidas pelo Banco Bradesco S.A. e pelo Banco Itaú BBA S.A.. Observe-se que, em decorrência da garantia prestada, o Banco Bradesco S.A. e o Banco Itaú BBA S.A. atuam como fiadores e principais pagadores das obrigações assumidas por nós, respondendo solidariamente até a definitiva liquidação da dívida afiançada.

▪ **Contrato de Financiamento n.º 0207057200 celebrado entre a Companhia e a FINEP, com intervenção de terceiros:**

Celebremos em 11 de dezembro de 2007 o contrato de financiamento n.º 0207057200 com a FINEP no valor de R\$8.744,99 mil, montante sobre o qual incide TJLP mais *spread* de 5% ao ano. O financiamento foi obtido com o objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas por nós na elaboração de projetos básicos, estudos de inventário e de viabilidade ambiental para nosso portfólio de projetos em desenvolvimento.

Nos termos do referido contrato, nós nos obrigamos a liquidar o débito por meio de 49 parcelas mensais e sucessivas com carência 24 meses de carência. O vencimento da primeira parcela deu-se em 15 de dezembro de 2009 e o último pagamento será feito em 15 de dezembro de 2013.

O contrato está sujeito ao vencimento antecipado em qualquer das seguintes hipóteses: (i) aplicação dos recursos do financiamento em fins diversos do pactuado ou em desacordo com o cronograma de desembolso previamente acordado; (ii) mora no pagamento de qualquer quantia devida à FINEP; (iii) inexistência nas informações que nós prestamos à FINEP; (iv) paralisação do projeto objeto do Contrato; (v) outras circunstâncias que, a juízo da FINEP, tornem inseguro ou impossível o cumprimento, por nós, das obrigações assumidas; (vi) inadimplemento, por nossa parte, de qualquer obrigação assumida no contrato de financiamento; e (vii) recuperação judicial ou extrajudicial, falência decretada ou protesto de título cambial em relação a nós e/ou nossos garantidores, ressalvada a hipótese de protesto indevido, devidamente justificado.

As garantias que nós oferecemos pelo crédito fornecido pela FINEP são três cartas de fiança bancária no valor de cada liberação da FINEP, mais os encargos incidentes, emitidas pelo Banco Bradesco S.A. e pelo Banco Itaú BBA S.A.. Observe-se que, em decorrência da garantia prestada, o Banco Bradesco S.A. e o Banco Itaú BBA S.A. atuam como fiadores e principais pagadores das obrigações assumidas por nós, respondendo solidariamente até a definitiva liquidação da dívida afiançada.

▪ **Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito n.º 05.2.0588.1 celebrado entre a Esmeralda e o BNDES**

Nossa controlada Esmeralda celebrou, em 16 de dezembro de 2005, contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 05.2.0588.1 com o BNDES no valor de R\$55.425,31 mil, montante sobre o qual incide TJLP mais *spread* de 3,5% ao ano. O financiamento foi obtido com o objetivo de custear parte dos investimentos de nossa subsidiária na

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

implantação da PCH Esmeralda.

Nos termos do referido contrato, a nossa controlada Esmeralda obrigou-se a liquidar o débito por meio de 144 parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela foi paga em 15 de abril de 2007 e o último pagamento será feito em 15 de março de 2019.

O contrato está sujeito ao vencimento antecipado, dentre outros, nas seguintes hipóteses: (i) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da nossa controlada Esmeralda ou das empresas que a controlem, de dispositivo que importe em (a) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes deste Contrato; (b) quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle exercido por nós; (c) restrição da capacidade de crescimento da nossa controlada Esmeralda, do seu desenvolvimento tecnológico ou do seu acesso a novos mercados; (ii) redução do quadro de pessoal da nossa controlada Esmeralda sem atendimento ao pressupostos acordados no contrato; (iii) extinção ou revogação da autorização da Esmeralda para exploração da PCH Esmeralda; (iv) descumprimento de obrigações especiais descritas abaixo; (v) ocorrência, sem autorização do BNDES, de venda, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da Esmeralda ou em transferência do seu controle acionário, ou ainda em alteração da qualidade de seu acionista controlador; (vi) extinção ou alteração do CCVE celebrado com a Eletrobrás, sem anuência prévia do BNDES; e (vii) inadimplemento de qualquer obrigação ou dos intervenientes ou empresas do grupo econômico perante o BNDES.

Nos termos desse contrato, nossa controlada Esmeralda está sujeita a diversas obrigações especiais, entre as quais (i) não realizar, sem aprovação prévia do BNDES, distribuição de dividendos ou de juros sobre capital próprio cujo valor, em conjunto ou isoladamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório; (ii) manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,3 a ser apurado anualmente e comprovado mediante apresentação de demonstrações financeiras auditadas por empresa cadastrada na CVM; (iii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente durante o período de vigência do Contrato; (iv) adotar, durante a vigência do contrato, medidas destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto; (v) na hipótese de ocorrer redução no quadro de pessoal da Beneficiária durante a vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado às oportunidades de trabalho da região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas; (vi) entre outras.

As garantias oferecidas para a obtenção do financiamento são as seguintes:

Penhor de Direitos Emergentes de Autorização: A nossa controlada Esmeralda deu em penhor ao BNDES, até a final liquidação de todas as obrigações do Contrato, os direitos emergentes da autorização para exploração da PCH Esmeralda, incluindo, mas não se limitando a: (i) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Outorgante à nossa controlada Esmeralda, incluindo, mas não se limitando, a todas as indenizações pela extinção da autorização; (ii) o direito de gerar energia elétrica pela PCH nossa controlada Esmeralda e (iii) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da autorização.

Penhor de Ações: Nós, Jackson, Engevix, e PCE Projetos e Consultoria de Engenharia Ltda., na qualidade de intervenientes, demos em penhor, em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade das ações de emissão da nossa controlada Esmeralda de nossa propriedade, ordinárias ou preferenciais e quaisquer direitos como subscrição, bônus de subscrição, debêntures conversíveis e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativos do capital social da Esmeralda e quaisquer direitos de preferência, opções e outros direitos sobre tais títulos, que venham a ser subscritos ou adquiridos por tais sociedades, até a liquidação da dívida

Penhor de Direitos Creditórios: A nossa controlada Esmeralda, em caráter irrevogável e irretratável, deu em penhor, em favor do BNDES, até o final da liquidação de todas as obrigações do Contrato, os direitos creditórios de que é titular decorrentes do CCVE firmado entre a Eletrobrás e a nossa controlada Esmeralda, excetuada a receita anteriormente cedida e vinculada.

Fiança: Engevix, na qualidade de interveniente, se obrigou como devedora solidária e principal pagadora das obrigações decorrentes do Contrato, até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

▪ **Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito n.º 07.2.0902.1 celebrado entre a nossa controlada Monel e o BNDES**

Nossa controlada Monel celebrou, em 04 de janeiro de 2008, contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 07.2.0902.1 com o BNDES no valor de R\$169.659,37 mil, dividido em 3 subcréditos, nos seguintes valores: subcrédito A com valor de R\$163.347,37 mil, subcrédito B com valor de R\$4.312 mil e subcrédito C com valor de R\$2.000 mil. Sobre os subcréditos A e B incide TJLP mais *spread* de 2,1% ao ano. Sob o subcrédito C incide somente TJLP. O financiamento foi obtido com o objetivo de custear parte dos investimentos de nossa subsidiária na implantação da UHE Monjolinho.

Nos termos do referido contrato, a nossa controlada Monel obrigou-se a liquidar o débito dos subcréditos A e B em 192 parcelas mensais e sucessivas. O primeiro pagamento ocorreu em 15 de outubro de 2010 e o último pagamento será feito em 15 de setembro de 2026. A nossa controlada Monel obrigou-se ainda a amortizar o débito do subcrédito C em 72 prestações mensais e sucessivas.

O contrato está sujeito ao vencimento antecipado, dentre outros, nas seguintes hipóteses: (i) redução do quadro de pessoal da nossa controlada Monel sem atendimento aos pressupostos previstos no contrato; (ii) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da nossa controlada Monel ou nosso de dispositivo que importe em restrições ou prejuízos à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação; (iii) falsidade da declaração firmada pela nossa controlada Monel negando a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BNDES; e (iv) constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES.

Além das hipóteses de vencimento mencionadas, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato, e exigir imediatamente a dívida, nas hipóteses de (i) inadimplemento de qualquer obrigação da nossa controlada Monel, da Engevix ou nossa; (ii) inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a nossa controlada Monel pertença; (iii) se o controle efetivo, direto ou indireto, da nossa controlada Monel sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES; ou (iv) ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES.

Nos termos desse contrato, nossa controlada Monel está sujeita a diversas obrigações especiais, entre as quais (i) não realizar, sem aprovação prévia do BNDES, distribuição de dividendos ou de juros sobre capital próprio cujo valor, em conjunto ou isoladamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório; (ii) manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,3 a ser apurado anualmente e comprovado mediante apresentação de demonstrações financeiras auditadas por empresa cadastrada na CVM; (iii) manter, durante todo o período do financiamento, índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 25%; (iv) não conceder preferência outross créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias e não assumir novas dívidas, sem prévia e expressa autorização do BNDES; (v) não firmar contratos de mútuo com pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença a nossa controlada Monel, bem como não efetuar redução do seu capital social até o fim das obrigações do contrato; (vi) manter recursos na Conta Reserva equivalentes a, no mínimo, 3 meses do serviço da dívida mais 3 meses de pagamento do contrato de operação e manutenção; (vii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente durante o período de vigência do Contrato; (viii) adotar, durante a vigência do contrato, medidas destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto; (ix) na hipótese de ocorrer redução no quadro de pessoal da Beneficiária durante a vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado às oportunidades de trabalho da região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas; (x) entre outras.

As garantias oferecidas para a obtenção do financiamento são as seguintes:

Penhor de Ações: Nós e a Engevix, na qualidade de intervenientes, demos em penhor, em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do Contrato, a totalidade das ações de emissão da nossa controlada Monel de nossa propriedade. Adicionalmente, nós e a Engevix nos obrigamos a empenhar em favor do BNDES todas e quaisquer ações representativas do capital social da Monel e ainda quaisquer outros direitos, tais como direitos de subscrição, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, bem como quaisquer direitos de preferência, opções e outros direitos sobre tais títulos que venham a ser emitidos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Penhor de Direitos Emergentes de Concessão: A Monel deu em penhor ao BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até a liquidação de todas as obrigações, os direitos emergentes da concessão para exploração da UHE Monjolinho, incluindo, entre outros: (i) os direitos de crédito decorrentes da venda de energia produzida pela UHE Monjolinho, inclusive com relação aos direitos supervenientes de crédito decorrentes dos CCVEs ambiente regulado celebrados pela Beneficiária em 12 de março de 2007 na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica em função do resultado do 3º Leilão de Energia Nova realizado em 10 de outubro de 2006, bem como dos CCVEs a serem celebrados pela Monel e de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia a serem firmados por ela e homologados pela ANEEL; (ii) as garantias constantes dos CCVEs e dos CCVEs ambiente regulado a serem firmados pela Monel; (iii) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a ser devidos pelo poder concedente à Monel em caso de extinção da concessão objeto do Contrato de Concessão nº 18/2002-ANEEL; (iv) a energia produzida pela UHE Monjolinho; (v) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor;

Penhor de Direitos Creditórios: A Monel deu em penhor ao BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até a liquidação de todas as obrigações, sob condição suspensiva da entrada em operação comercial da UHE Monjolinho, a totalidade dos direitos creditórios da Monel, em especial os decorrentes dos CCVEs ambiente regulado celebrados pela Beneficiária em 12 de março de 2007 na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica em função do resultado do 3º Leilão de Energia Nova realizado em 10 de outubro de 2006, bem como dos CCVEs a serem celebrados pela Monel e de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia a serem firmados pela Monel e homologados pela ANEEL.

Seguro-Garantia de Execução do Projeto: a Monel deverá manter apólice de seguro, com cobertura no valor de R\$48.859,37 mil na data base de 04 de janeiro de 2008 e com vigência de até 6 meses após a conclusão das obras e entrada em operação comercial das instalações do projeto.

Fiança: a ser formalizada mediante Carta de Fiança emitida por instituição financeira aprovada pelo BNDES.

- **Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos do BNDES/FINEM n.º 4.001.444/6 celebrado entre Santa Rosa e o Banco Bradesco S.A.**

Nossa controlada Santa Rosa celebrou em 14 de dezembro de 2006 contrato de financiamento mediante repasse de recursos n.º 4.001.444/6 com o Banco Bradesco S.A. no valor de R\$80.000 mil, dividido em 2 subcréditos, nos seguintes valores: subcrédito A com valor de R\$15.756,87 mil e subcrédito B com valor de R\$64.243,13 mil. Sobre o crédito financiado, incide TJLP mais *spread* de 3,8% ao ano. O financiamento foi obtido com o objetivo de custear parte dos investimentos de nossa subsidiária na implantação do PCH Santa Rosa II.

Nos termos do referido contrato, nossa controlada Santa Rosa obrigou-se a liquidar o débito em 144 parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela foi paga em 15 de julho de 2008 e o último pagamento será feito em 15 de junho de 2020.

O contrato está sujeito ao vencimento antecipado, dentre outros, nas seguintes hipóteses: (i) aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista no contrato; (ii) redução do quadro de pessoal da nossa controlada Santa Rosa sem atendimento ao disposto nos pressupostos do contrato; (iii) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da nossa controlada Santa Rosa ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão, naqueles documentos, de dispositivo que importe em (a) restrições à capacidade de crescimento da nossa controlada Santa Rosa ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (b) restrição de acesso da nossa controlada Santa Rosa a novos mercados; ou (c) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desse Contrato; (iv) qualquer mudança significativa nas condições econômico-financeiras ou operacionais da nossa controlada Santa Rosa ou da fiadora que possam afetar o fiel cumprimento das obrigações previstas no Contrato; (iv) alteração do controle acionário ou societário de modo que nós deixemos de: (a) exercer, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral; e/ou (b) eleger a maioria dos administradores da nossa controlada Santa Rosa; e/ou (c) efetivamente utilizar o poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da nossa controlada Santa Rosa e/ou dos garantidores e/ou da fiadora, sem a prévia e expressa autorização do agente financeiro; (v) ocorrência de procedimento extrajudicial ou judicial ou de qualquer outro evento que possa afetar as garantias constituídas em favor

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

do BNDES; (vi) propositura de plano de recuperação extrajudicial ou judicial a qualquer credor ou classe de credores ou requerimento de recuperação judicial pela nossa controlada Santa Rosa, e/ou pela fiadora e/ou pelas garantidoras; (vii) requerimento de falência; (viii) arrendamento ou transferência sob qualquer título dos bens adquiridos por força do projeto financiado e/ou dados em garantia, sem autorização expressa do BNDES; (ix) a alteração ou extinção do contrato de compra e venda de energia elétrica firmado entre nossa controlada Santa Rosa e Eletrobrás, sem a prévia e expressa autorização do agente financeiro; (x) no caso de extinção, término ou revogação da autorização para exploração da PCH Santa Rosa II; (xi) entre outros.

Além das hipóteses de vencimento mencionadas, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato, e exigir imediatamente a dívida, nas hipóteses de (i) inadimplemento de qualquer obrigação da nossa controlada Santa Rosa, da Jackson ou nossa; (ii) inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a nossa controlada Santa Rosa pertença; (iii) se o controle efetivo, direto ou indireto, da nossa controlada Santa Rosa sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES; ou (iv) ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES.

Nos termos desse contrato, nossa controlada Santa Rosa está sujeita a diversas obrigações especiais, entre as quais (i) manter (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,2, a ser apurado anualmente e comprovado mediante apresentação de demonstrações financeiras auditadas por empresa cadastrada na CVM e, (b) durante o período de operação comercial do projeto, a relação mínima entre Patrimônio Líquido e Ativo Total igual ou superior a 0,3, a ser apurado anualmente e comprovado mediante apresentação de demonstrações financeiras auditadas por empresa cadastrada na CVM; (ii) não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem prévia autorização do Banco Bradesco S.A.; (iii) não realizar distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal obrigatório e pagamento de juros sobre capital próprio, sem prévia anuência do Banco Bradesco S.A. e do BNDES; (iv) não firmar contratos de mútuo, na qualidade de mutuante, com as pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo a que pertence a nossa controlada Santa Rosa, bem como não reduzir seu capital social até a liquidação de todas as obrigações assumidas nesse contrato de repasse; (v) manter em dia todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciárias e outras de caráter social, inclusive recolhimento das contribuições devidas ao PIS/PASEP e Finsocial; (vi) manter, durante toda a vigência do contrato, os bens móveis/imóveis do projeto segurados pelo seu valor real; (vii) constituição, com cláusulas beneficiárias em favor do Banco Bradesco S.A., de (a) seguro de risco de engenharia, na modalidade obras civis em construção, com cláusula acessória de responsabilidade civil; (b) seguro de risco de engenharia, na modalidade instalação e montagem; (c) seguro de danos patrimoniais, até a liquidação do contrato; (d) seguro garantia – performance sobre 10% do valor do contrato EPC, durante todo o período de construção; (iv) entre outras.

As garantias oferecidas para a obtenção do financiamento são as seguintes:

Fiança: Engevix assume em caráter irrevogável e irretratável, o encargo de fiadora e principal pagadora das dívidas totais, principais e acessórias, multas e indenizações decorrentes do Contrato, até a sua final liquidação;

Penhor de Ações: Nós e Jackson, demos em penhor a totalidade das ações da nossa controlada Santa Rosa de nossa propriedade;

Penhor de Direitos Decorrentes de Autorização: A nossa controlada Santa Rosa, deu em penhor os direitos emergentes da autorização para exploração da PCH Santa Rosa II;

Penhor de Direitos Creditórios: Penhor dos direitos creditórios da nossa controlada Santa Rosa decorrentes do CCVE firmado com a Eletrobrás e quaisquer contratos de comercialização de energia firmados com outras entidades e das contas especiais do Projeto;

Contratação de Seguros: Contratação de (a) seguro de risco de engenharia, na modalidade obras civis em construção, com cláusula acessória de responsabilidade civil; (b) seguro de risco de engenharia, na modalidade instalação e montagem; (c) seguro de danos patrimoniais, até a liquidação do contrato; (d) seguro garantia – performance sobre 10% do valor do contrato EPC, durante todo o período de construção e com cláusulas beneficiárias em favor do Banco Bradesco S.A.; e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Penhor de Contrato: Penhor do contrato de EPX e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao projeto de implantação da PCH Santa Rosa II, que venha a ser firmado entre a nossa controlada Santa Rosa e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato.

▪ **Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos nº 4.001.496/7, celebrado entre o BNDES e a nossa controlada Santa Rosa.**

Em 11 de agosto de 2008, a nossa controlada Santa Rosa celebrou Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos nº 4.001.497/7 com o BNDES, com valor de R\$8.963,7 mil, sobre o qual incidem juros equivalentes à TJLP acrescida de *spread* de 3,8% ao ano.

O financiamento do BNDES tem como finalidade a suplementação de investimentos para a implantação da PCH Santa Rosa II, com potência de 30 MW e da respectiva linha de transmissão associada.

Nos termos do contrato, a nossa controlada Santa Rosa obriga-se a amortizar o débito por meio de 168 parcelas mensais e sucessivas. O último pagamento será feito em 15 de janeiro de 2023. O contrato está sujeito ao vencimento antecipado em qualquer das seguintes hipóteses: (a) a aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista na cláusula 3ª, sem prejuízo de o agente financeiro comunicar o fato ao Ministério Público Federal, para fins e efeitos da lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986; (b) a inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da nossa controlada Santa Rosa ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido “quorum” especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou ainda, a inclusão naquele documento, de dispositivo que importe em: (i) restrições à capacidade de crescimento da nossa controlada Santa Rosa ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da nossa controlada Santa Rosa a novos mercados; e, (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação; (c) qualquer das hipóteses previstas nos arts. 39 e 40 das “disposições aplicáveis aos contratos do BNDES”; (d) a redução do quadro de pessoal da nossa controlada Santa Rosa sem atendimento ao disposto no item 10.16 da cláusula 10ª; (e) por qualquer motivo tiverem alterado o seu atual controle acionário ou societário de modo que os seus atuais controladores deixem de: (i) exercer, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral; e/ou (ii) eleger a maioria dos administradores da nossa controlada Santa Rosa; e/ou (iii) efetivamente utilizar seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da nossa controlada Santa Rosa e/ou dos garantidores e/ou da fiadora, sem a prévia e expressa autorização do agente financeiro; (f) a nossa controlada Santa Rosa, a fiadora e/ou as garantidoras tornarem-se inadimplentes ou deixarem de cumprir qualquer obrigação decorrente do contrato, dos contratos de garantia ou quaisquer contratos firmados com o agente financeiro no tempo e modo convencionados; (g) ocorrência de procedimento extrajudicial ou judicial ou de qualquer outro evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do agente financeiro; (h) propositura de plano de recuperação extrajudicial ou judicial a qualquer credor ou classe de credores ou requerimento de recuperação judicial pela nossa controlada Santa Rosa, e/ou pela fiadora e/ou pelas garantidoras; (i) requerimento de falência da nossa controlada Santa Rosa, da fiadora e/ou das garantidoras, entrar(em) em insolvência ou estado de liquidação, suspenderem as atividades por mais de 30 dias, sofrer protesto de título judicial ou extrajudicial por falta de pagamento de dívida líquida e certa, execução ou qualquer medida judicial que possa afetar as garantias ou os direitos creditórios do agente financeiro; (j) a nossa controlada Santa Rosa locar, arrendar, ou transferir sob qualquer título os bens adquiridos por força do projeto ora financiado e/ou dados em garantia, sem autorização expressa do BNDES e do AGENTE FINANCEIRO; (k) a nossa controlada Santa Rosa ceder ou transferir a terceiros os direitos e obrigações do contrato de repasse, sem prévio e expresso consentimento do agente financeiro; (l) comprovação de falsidade, dolo ou má-fé de quaisquer declarações, documentos ou informações prestadas pela nossa controlada Santa Rosa, fiadora e/ou garantidoras, por força do contrato; (m) não realização do projeto financiado, nos termos previstos e aprovados pelo BNDES, a critério do BNDES e do agente financeiro; (n) qualquer mudança significativa nas condições econômico-financeiras ou operacionais da nossa controlada Santa Rosa e/ou da fiadora que possam prejudicar o fiel cumprimento das obrigações assumidas; (o) a alteração ou extinção do contrato de compra e venda de energia elétrica firmado entre nossa controlada Santa Rosa e Eletrobrás, sem a prévia e expressa autorização do agente financeiro; (p) no caso de extinção, término ou revogação da autorização para exploração da PCH Santa Rosa II; (q) se a nossa controlada Santa Rosa, fiadora e/ou garantidoras tiverem seus nomes incluídos no cadastro de emitentes de cheque sem fundos, instituído pelo BACEN; (r) se a nossa controlada Santa Rosa deixar de substituir a fiadora e/ou qualquer das garantidoras que vier a encontrar-se em quaisquer das situações acima; (s) a existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente à prática de atos, pela Santa Rosa, que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo; (t) ocorrerá, também, o vencimento antecipado do contrato, com exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, na data da diplomação como deputado federal ou senador de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

pessoa que exerça função remunerada na nossa controlada Santa Rosa ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela constituição federal, art.54, incisos I e II. Não haverá incidência de encargos de inadimplemento desde que o pagamento da dívida ocorra no prazo de 5 dias úteis a contar da data da diplomação, sob pena de não o fazendo incidirem os encargos previstos para as hipóteses de vencimento antecipado por inadimplemento; (u) caso qualquer autorização, concessão, permissão ou licença necessária para o desenvolvimento do projeto seja revogada ou modificada, produzindo esse evento um efeito adverso sobre a capacidade da nossa controlada Santa Rosa em cumprir todas as obrigações decorrentes do contrato; (v) qualquer solicitação pela nossa controlada Santa Rosa de moratória ou a suspensão do pagamento ou a reestruturação das dívidas a qualquer credor. Também constituirá causa de vencimento antecipado se estas circunstâncias ocorrerem com a fiadora e/ou garantidoras durante o período de duração do contrato; (w) caso a nossa controlada Santa Rosa cesse suas atividades empresariais ou adote medidas societárias voltadas a sua liquidação ou dissolução ou ainda, se essas circunstâncias se verificarem na fiadora e/ou garantidoras, durante o período de duração do contrato de repasse, sem a prévia e expressa autorização do agente financeiro; (x) se qualquer documento relacionado ao projeto, ao contrato de repasse ou ainda, a qualquer uma de suas disposições substanciais for revogada, rescindida, se tornar nula ou deixar de estar em pleno efeito e vigor, em cada caso, afete de forma adversa a capacidade da nossa controlada Santa Rosa, a fiadora e/ou garantidoras de cumprirem com as obrigações ligadas ao contrato; e (y) na hipótese de não realização do projeto, objeto da colaboração financeira, assim como de aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista no contrato de repasse, ficará a nossa controlada Santa Rosa sujeita à multa de 10% incidente sobre o montante dos recursos não aplicados na forma contratualmente ajustada, substituindo os encargos financeiros contratuais pela aplicação, sobre o saldo devedor já acrescido da multa de que se trata, do percentual de 150% dos certificados de depósitos interbancários – cdi, informados pela cetip, verificados no período do inadimplemento, a partir das datas em que os recursos foram liberados à Santa Rosa S.A. até a data da efetiva liquidação do débito.

As obrigações do financiamento obtido perante o BNDES são as seguintes, entre outras:

- Apresentar, previamente à liberação da primeira parcela do crédito, a comprovação financeira relativa aos investimentos realizados, por meio de mapas de comprovação financeira, cujo modelo será fornecido pelo agente financeiro, notas fiscais e respectivos comprovantes de pagamentos ou outros documentos particulares;
- Comprovar, previamente à liberação da primeira parcela do crédito, a correta aplicação da parcela anteriormente utilizada, bem como o aporte de recursos da correspondente contrapartida, nos valores previstos no quadro de usos e fontes do projeto;
- Comunicar prontamente ao agente financeiro qualquer ocorrência que possa dificultar o cumprimento das obrigações previstas ou que possa provocar a inadimplência;
- Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência do contrato; e
- Sem prévia autorização do agente financeiro, não realizar transações com partes relacionadas.

As garantias do financiamento obtido perante o BNDES são as seguintes:

Penhor de Direitos Emergentes de Autorização: A nossa controlada Santa Rosa oferece em penhor ao BNDES, até a final liquidação de todas as obrigações do presente contrato, penhor dos direitos emergentes da autorização pelo poder concedente para exploração da PCH Santa Rosa II.

Penhor dos Contratos do Projeto: A nossa controlada Santa Rosa oferece em Penhor Contratos do Projeto que venham a ser firmados com terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do Contrato de Repasse; contratação de Seguros com cláusula em benefício do Agente Financeiro.

Penhor de Ações: Nós, Jackson e Desenvix, oferecemos em penhor, em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade das ações de emissão da nossa controlada Santa Rosa e de propriedade das mencionadas sociedades.

Penhor de Direitos Creditórios: A nossa controlada Santa Rosa, em caráter irrevogável e irretratável, oferece em penhor, em favor do BNDES, até o final da liquidação de todas as obrigações do presente Contrato, os direitos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

creditórios de que é titular decorrentes das Contas Especiais do Projeto, reguladas pelo Instrumento Particular de Constituição de Garantia – Penhor de Direitos Creditórios ao Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos. A nossa controlada Santa Rosa também, em caráter irrevogável e irretratável, oferece em penhor, em favor do BNDES, os direitos creditórios da nossa controlada Santa Rosa decorrentes do CCVE firmado com a Eletrobrás e quaisquer contratos de comercialização de energia firmados com outras entidades, regulados pelo Contrato de Penhor dos Direitos Emergentes da Autorização;

Fiança: A interveniente Engevix se obriga, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora das obrigações decorrentes deste Contrato, até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios dos artigos 366, 827, 828, 834, 835, 837 e 838 do Código Civil.

Contratação de Seguro: A nossa controlada Santa Rosa obriga-se, conforme previsto nos item 10.21 e 10.35 do Contrato de Financiamento 4.001.496/7, a contratar um seguro em benefício do Agente Financeiro.

Haverá vencimento antecipado do contrato nas seguintes situações, entre outras:

- Aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa daquela já prevista no contrato de financiamento;
- Inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou ainda, a inclusão de dispositivo que importe em restrição à capacidade de crescimento da beneficiária, restrição de acesso da beneficiária a novos mercados ou restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação de financiamento;
- Redução do quadro de pessoal da beneficiária sem atendimento aos dispositivos contratuais.

▪ **Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 06.2.0702.1 celebrado entre nossa controlada Santa Laura e o BNDES**

Nossa controlada Santa Laura celebrou, em 26 de outubro de 2006, contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 06.2.0702.1 com o BNDES no valor de R\$40.820,65 mil, dividido em 2 subcréditos, nos seguintes valores: subcrédito A com valor de R\$37.650,73 mil e subcrédito B com valor de R\$3.169,92 mil. Sobre o valor total da dívida incide TJLP mais *spread* de 3,5% ao ano. O financiamento foi obtido com o objetivo de custear parte dos investimentos de nossa subsidiária na implantação da PCH Santa Laura.

Nos termos do referido contrato, a nossa controlada Santa Laura obrigou-se a liquidar o débito dos subcréditos A e B em 144 parcelas mensais e sucessivas. A primeira prestação foi paga em 15 de julho de 2008 e o último pagamento será feito em 15 de junho de 2020.

O contrato está sujeito ao vencimento antecipado, dentre outros, nas seguintes hipóteses: (i) inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da nossa controlada Santa Laura ou de empresas que a controlem, de dispositivo pelo qual seja exigido “quorum” especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão de dispositivo que importe em: (a) restrições à capacidade de crescimento da nossa controlada Santa Laura ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (b) restrições de acesso da nossa controlada Santa Laura a novos mercados; ou (c) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação; (ii) redução do quadro de pessoal da nossa controlada Santa Laura sem atendimentos aos pressupostos previstos no contrato; (iii) extinção ou alteração do CCVE firmado entre a nossa controlada Santa Laura e a Eletrobrás, sem a prévia e expressa autorização do BNDES; ou (iv) a falsidade da declaração firmada pela nossa controlada Santa Laura que nega a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BNDES.

Além das hipóteses de vencimento mencionadas, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato, e exigir imediatamente a dívida, nas hipóteses de (i) inadimplemento de qualquer obrigação da nossa controlada Santa Laura, da Jackson, da Engevix ou nossa; (ii) inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a nossa controlada Santa Laura pertença; (iii) se o controle efetivo, direto ou indireto, da nossa controlada Santa Laura sofrer modificação após a

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES; ou (iv) ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES.

Nos termos desse contrato, nossa controlada Santa Laura está sujeita a diversas obrigações especiais, entre as quais (i) manter, após o pagamento de 6 parcelas da amortização, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,3 a ser apurado anualmente e comprovado mediante apresentação de demonstrações financeiras auditadas por empresa cadastrada na CVM; (ii) manter Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 0,3, a ser apurado anualmente e comprovado mediante apresentação de demonstrações financeiras auditadas por empresa cadastrada na CVM; (iii) não realizar, sem aprovação prévia do BNDES, distribuição de dividendos ou de juros sobre capital próprio cujo valor, em conjunto ou isoladamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório; (iv) na hipótese de ocorrer redução no quadro de pessoal da nossa controlada Santa Laura durante a vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado às oportunidades de trabalho da região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas; (v) adotar, durante a vigência do contrato, medidas destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto; (vi) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente durante o período de vigência do Contrato; (vii) entre outros.

Além das hipóteses de vencimento mencionadas, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato, e exigir imediatamente a dívida, nas hipóteses de (i) inadimplemento de qualquer obrigação da nossa controlada Santa Laura, da Jackson, da Engevix ou nossa; (ii) inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a nossa controlada Santa Laura pertença; (iii) se o controle efetivo, direto ou indireto, da nossa controlada Santa Laura sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES; ou (iv) ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BNDES.

As garantias oferecidas para a obtenção do financiamento são as seguintes:

Penhor de Direitos Emergentes da Autorização: Nossa controlada Santa Laura deu em penhor ao BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até a final liquidação de todas as obrigações do presente contrato, os direitos emergentes da autorização para exploração da PCH Santa Laura, incluindo, mas não se limitando a: (i) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento à nossa controlada Santa Laura; (ii) o direito de gerar energia elétrica pela PCH Santa Laura; e (iii) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da autorização;

Penhor de Ações: Nós, Jackson, Engevix e PCE Projetos e Consultoria de Engenharia Ltda, demos em penhor, em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade das ações de emissão da nossa controlada Santa Laura de nossa propriedade.

Penhor de Direitos Creditórios: A nossa controlada Santa Laura, em caráter irrevogável e irretratável, deu em penhor, em favor do BNDES, até a final liquidação de todas as obrigações do presente contrato, os direitos creditórios de que é titular decorrentes do CCVE firmado entre a Eletrobrás e a nossa controlada Santa Laura.

Fiança: Carta fiança em favor do BNDES, prestada pelo Unibanco S.A., devendo o fiador obrigar-se na qualidade de devedor solidário e principal pagador das obrigações decorrentes deste contrato até sua final liquidação.

▪ **Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 03.2.794.3.1, celebrado entre o BNDES e a CERAN**

Em 09 de fevereiro de 2004, nossa controlada CERAN, celebrou Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 03.2.794.3.1 com o BNDES, com valor de R\$240.805,318 mil divididos em Subcrédito A, no valor de R\$33.355,843 mil Subcrédito B, no valor de R\$14.805,220 mil, Subcrédito C, no valor de R\$133.423,373 mil e Subcrédito D, no valor de R\$59.220,88144 mil. Sobre os subcréditos A e B incidem juros de 5% ao ano acima da taxa variável reajustada trimestralmente no dia 16 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira sem vinculação a repasse em condições específicas. Sobre os subcréditos C e D incidem juros equivalentes à TJLP acrescida de *spread* de 5% ao ano.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O financiamento do BNDES tem como finalidade investimentos em geração de energia nas Usina Hidrelétrica de Monte Claro, Usina Hidrelétrica Castro Alves e Usina Hidrelétrica 14 de Julho.

A amortização dos Subcréditos A e B, no tocante à Usina Hidrelétrica Monte Claro, ocorrerá em 120 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a última parcela em 15 de janeiro de 2016. Em relação à Usina Hidrelétrica Castro Alves, a amortização ocorrerá em 120 prestações mensais e sucessivas, a última delas ocorrendo em 15 de novembro de 2017 e em se tratando da Usina Hidrelétrica 14 de Julho, a amortização vencerá em 15 de fevereiro de 2018.

Quanto à amortização dos Subcréditos C e D, em relação a Usina Hidrelétrica Monte Claro, ela também ocorrerá em 120 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a última parcela em 15 de novembro de 2015. Em se tratando da Usina Hidrelétrica Castro Alves, a amortização ocorrerá mais uma vez em 120 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a última em 15 de setembro de 2017. No tocante a Usina Hidrelétrica 14 de Julho, ela ocorrerá em 120 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a última delas em 15 de dezembro de 2017.

Além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, se forem comprovadas: (a) redução do quadro de pessoal da nossa controlada CERAN sem atendimento ao disposto no inciso III da cláusula décima terceira do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 03.2.794.3.1; (b) a extinção da concessão da nossa controlada CERAN para exploração do potencial energético do Projeto; (c) não cumprimento da cláusula décima quarta, inciso V, do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 03.2.794.3.1; e, (d) alteração do Acordo de Acionistas sem a prévia e expressa anuência do BNDES.

As garantias do financiamento obtido perante o BNDES são as seguintes:

Penhor dos Direitos Emergentes da Concessão: Nos termos do Contrato de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão, a ser celebrado entre a nossa controlada CERAN, o BNDES e os Agentes Financeiros, a nossa controlada CERAN constituirá, em favor do BNDES e dos Agentes Financeiros, de acordo com a Subcláusula Segunda da Cláusula Oitava do Contrato de Concessão, penhor sobre os direitos emergentes da concessão, compreendendo:

- Os direitos de crédito da nossa controlada CERAN decorrentes da venda de energia produzida pelo projeto referido no Parágrafo Único da Cláusula Primeira, inclusive com relação aos direitos de crédito decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia a serem firmados pela nossa controlada CERAN, devidamente homologados pela ANEEL;
- As garantias constantes dos CCVE's;
- O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente sejam ou venham a se tornar devidos pelo poder concedente, à nossa controlada CERAN, em caso de extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão nº 08/2001, celebrado entre a CERAN e a União Federal, através da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; e,
- A energia elétrica produzida pelo projeto mencionado no Parágrafo Único da Cláusula Primeira do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 03.2.794.3.1.

Penhor de Ações: Nos termos do Contrato de Penhor de Ações, a ser firmado entre o BNDES e os Agentes Financeiros, a CPFL e nós, com a interveniência da nossa controlada CERAN. As intervenientes aqui referidas darão em penhor 100% das ações ordinárias nominativas de emissão da nossa controlada CERAN e por elas detidas, em favor do BNDES, dos agentes financeiros e da agência de fomento, em caráter irrevogável e irretratável.

Fiança: Fiança da CPFL, em caráter irrevogável e irretratável, na qualidade de principal pagadora e responsável perante o BNDES até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela nossa controlada CERAN no âmbito deste Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 03.2.794.3.1, com renúncia expressa aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil.

- **Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos do BNDES nº 21/00883-3, celebrado entre**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

o BNDES e a CERAN

Em 09 de fevereiro de 2004, a nossa controlada CERAN celebrou Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos do BNDES nº 21/00883-3 com o BNDES, com valor de R\$195.000,000 mil, divididos em Subcrédito A, no valor de R\$27.010,98752 mil (este valor é dividido em três tranches, cada uma com os seguintes valores: A1: 8.630,94253 mil, A2: 9.893,13221 mil e A3: 8.486,91278 mil), Subcrédito B, no valor de R\$11.989,01248 mil (este valor é dividido em três tranches, cada uma com os seguintes valores: B1: R\$5.497,64, mil B2: R\$3.065,94 mil e B3: R\$3.425,41 mil), Subcrédito C, no valor de R\$108.043,95 mil (este valor é dividido em três tranches, cada uma com os seguintes valores: C1 R\$34.523,77 mil, C2: R\$39.572,52 mil e C3: R\$33.947,65 mil) e Subcrédito D, no valor de R\$47.956,05 mil (este também é dividido em três tranches, cada uma com os seguintes valores: D1: R\$21.990,58 mil, D2: R\$12.263,79 mil e D3: R\$13.701,67 mil). As tranches A1, B1, C1 e D1 são destinados a investimentos na Usina Monte Claro. As tranches A2, B2, C2 e D2, por sua vez, são destinadas a investimentos na Usina Castro Alves. As tranches, A3, B3, C3 e D3 dizem respeito a investimentos à Usina 14 de Julho. Sobre os subcréditos A e B incidem juros de 5% ao ano acima da taxa variável com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira. Sobre os subcréditos C e D incidem juros equivalentes à TJLP acrescida de *spread* de 5% ao ano.

Como demonstrado acima, o financiamento do BNDES tem como finalidade investimentos em geração de energia na Usina Hidrelétrica de Monte Claro, na Usina Hidrelétrica Castro Alves e na Usina Hidrelétrica 14 de Julho.

A amortização dos Subcréditos A e B ocorrerá em 120 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a última parcela em 15 de janeiro de 2018. Quanto à amortização dos Subcréditos C e D, ela também ocorrerá em 120 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a última parcela em 15 de dezembro de 2017.

Os Agentes Financeiros, com a anuência do BNDES, poderão declarar vencido antecipadamente este Contrato, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, se ocorrer qualquer das hipóteses disciplinadas em lei, notadamente não cumprimento de obrigações assumidas pela CERAN e pela Fiadora, ou ainda se ocorrer, além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES: (a) a aplicação dos recursos concedidos por este Contrato em finalidade diversa da prevista no Título IV, sem prejuízo de os Agentes Financeiros comunicarem o fato ao Ministério Público Federal, para os fins e efeitos da Lei nº 7.492, de 16.06.1986; (b) a inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da nossa controlada CERAN, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido "quorum" especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em: (i) restrições à capacidade de crescimento da nossa controlada CERAN ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da nossa controlada CERAN a novos mercados, ou; (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação; (c) a redução do quadro de pessoal da nossa controlada CERAN sem atendimento ao disposto no item "k" da Cláusula 9.2. do Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos nº 21/00883-3; (d) o vencimento antecipado, por inadimplemento da nossa controlada CERAN do Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos nº 21/00883-3; (e) a extinção da concessão da nossa controlada CERAN para a geração de energia elétrica; (f) o descumprimento pela nossa controlada CERAN ou seus Acionistas de qualquer das obrigações previstas nos Contratos referidos na Cláusula 7ª; (g) a existência de ato definitivo de autoridade administrativa ou judicial transitado em julgado que impeça a conclusão ou a continuidade da operação da nossa controlada CERAN; (h) o descumprimento de decisão de autoridade administrativa ou judicial relativa à execução do Projeto; (i) processo de reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, etc.), alteração da atividade principal ou modificação do controle efetivo, direto ou indireto, da nossa controlada CERAN, após a contratação da operação, sem a prévia e expressa autorização dos Agentes Financeiros; (j) pedido de concordata preventiva formulado pela nossa controlada CERAN; (k) a liquidação ou decretação de falência da nossa controlada CERAN ou da Fiadora; (l) o vencimento antecipado de qualquer dívida da nossa controlada CERAN em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da nossa controlada CERAN previstas neste Contrato; (m) o descumprimento pela nossa controlada CERAN no disposto na Cláusula 18.2.1 do Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos nº 21/00883-3; e, (n) a alteração do Projeto sem a autorização, por escrito, dos Agentes Financeiros.

As garantias do financiamento obtido perante o BNDES são as seguintes:

Penhor dos Direitos Emergentes da Concessão: Nos termos do Contrato de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão, a ser celebrado entre a nossa controlada CERAN, o BNDES e os Agentes Financeiros, a nossa controlada CERAN constituirá, em favor do BNDES e dos Agentes Financeiros, penhor mercantil sobre os direitos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

emergentes da concessão, compreendendo:

- Os direitos de crédito da nossa controlada CERAN decorrentes da venda de energia produzida pela nossa controlada CERAN, inclusive com relação aos direitos de crédito decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e/ou a serem celebrados pela nossa controlada CERAN (doravante denominados "Contratos CCVE");
- O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo poder concedente, à nossa controlada CERAN, em caso de extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão nº 08/2001, celebrado entre a nossa controlada CERAN e a União Federal, através da ANEEL; e,
- As garantias constantes dos Contratos CCVE;
- A energia elétrica a ser produzida pela nossa controlada CERAN.

Penhor de Ações: Nos termos do Contrato de Penhor de Ações, celebrado entre os Agentes Financeiros, o BNDES e as acionistas da nossa controlada CERAN, CPFL e Desenvix, com interveniência da CEEE e da nossa controlada CERAN, as Acionistas Garantidoras deram em penhor, em favor dos Agentes Financeiros e do BNDES, na qualidade de credores conjuntos, em caráter irrevogável e irretratável, 70% das ações de emissão da CERAN, equivalente ao total das ações detidas pela CPFL e Desenvix, que também se obrigaram a dar em penhor quaisquer outras ações, direitos ou outros valores mobiliários de emissão da nossa controlada CERAN que venham a deter no futuro.

Penhor de Direitos Creditórios: A CERAN deu em penhor ao BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até a liquidação de todas as obrigações, sob condição suspensiva da entrada em operação comercial do projeto, a totalidade dos seus direitos creditórios decorrentes de determinados CCEARs e CCVEs a serem celebrados pela CERAN e de contratações supervenientes, relacionadas à comercialização de energia.

Penhor dos Direitos Emergentes do Contrato de Empreitada: Nos termos do Contrato de Penhor dos Direitos Emergentes do Contrato de Empreitada a Preço Global e Prazo Determinado, a ser celebrado entre os Agentes Financeiros, o BNDES e a nossa controlada CERAN, através do qual a nossa controlada CERAN constitui em favor dos Agentes Financeiros e do BNDES penhor sobre os direitos relativos ao Contrato de EPC.

Fiança: Fiança da CPFL, em caráter irrevogável e irretratável, na qualidade de principal pagadora e responsável perante o BNDES até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela nossa controlada CERAN no âmbito deste Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos nº 21/00883-3, com renúncia expressa aos benefícios dos artigos 366, 827, 835 e 838 do Código Civil e ao artigo 595 do Código de Processo Civil.

Nota promissória: nota promissória no valor de 143% do crédito concedido.

- **Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos do BNDES nº 21/00418-8, que entre si fazem o BNDES e a CERAN**

Em 16 de março de 2007, a nossa controlada CERAN celebrou Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos do BNDES nº 21/00418-8 com o BNDES, com valor de R\$81.000mil, divididos em Subcrédito A, no valor de R\$49.500 mil e Subcrédito B, no valor de R\$31.500 mil, todos com taxas de juros variando entre 4,1% e 4,3%, acrescidas de TJLP. Os subcréditos visam o investimento na Usina Hidrelétrica de Castro Alves e na Usina Hidrelétrica de 14 de Julho.

A amortização dos Subcréditos A e B ocorrerá em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a última parcela em 15 de março de 2023.

Nos termos do contrato, a CERAN obrigou-se, entre outros, a: (i) na hipótese de ocorrer redução do quadro de funcionários durante a vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas; (ii) adotar, durante a vigência do

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meioambiente, segurança e medicina do trabalho; (iii) manter em situação regular suas obrigações perante os órgãos do meioambiente; (iv) não constituir penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia, sem prévia autorização dos credores, sob pena de vencimento antecipado; (v) após exoneração da fiança, manter índice de cobertura do serviço da dívida de, no mínimo, 1,3, apurado e calculado nos termos do contrato; (vi) não construir, sem prévia autorização dos agentes financeiros, garantias de qualquer espécie em operações com outros credores; (vii) não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização dos agentes financeiros; (viii) não realizar distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e pagamentos de juros sobre capital próprio; (ix) não firmar contratos de mútuo entre as pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico da CERAN, bem como não realizar redução de seu capital social, até a liquidação de todas as obrigações do contrato; (x) não incorporar, ser objeto de incorporação, cisão, fusão ou permitir qualquer modalidade de reestruturação societária.

Os Agentes Financeiros, com a anuência do BNDES, poderão declarar vencido antecipadamente este Contrato, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, se ocorrer qualquer das hipóteses disciplinadas em lei, notadamente não cumprimento de obrigações assumidas pela nossa controlada CERAN e pela Fiadora, ou ainda se ocorrer, além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES: (a) a redução do quadro de pessoal da nossa controlada CERAN sem atendimento ao disposto no item 9.1.6. da Cláusula 9ª do Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos do BNDES nº 21/00418-8; (b) a extinção da concessão da nossa controlada CERAN para a exploração e geração de energia elétrica do Projeto; (c) a inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da nossa controlada CERAN, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido "quorum" especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em: (i) restrições à capacidade de crescimento da nossa controlada CERAN ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da nossa controlada CERAN a novos mercados; (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação; ou, (iv) prejuízo ou alteração do equilíbrio econômico-financeiro da nossa controlada CERAN; (d) a aplicação dos recursos concedidos por este Contrato e pelos Contratos de Financiamento em finalidade diversa da prevista no Título IV, sem prejuízo de os Agentes Financeiros comunicarem o fato ao Ministério Público Federal, para os fins e efeitos da Lei nº 7.492, de 16.06.1986; (e) a alteração do Acordo de Acionistas sem a prévia e expressa anuência dos Agentes Financeiros e do BNDES; (f) o vencimento antecipado, por inadimplemento da nossa controlada CERAN do Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos do BNDES nº 21/00418-8; (g) o descumprimento pela nossa controlada CERAN ou seus Acionistas de qualquer das obrigações previstas nos Contratos referidos na Cláusula 7ª; (h) a existência de ato definitivo de autoridade administrativa ou judicial transitado em julgado que impeça a conclusão ou a continuidade da operação da nossa controlada CERAN; (i) o descumprimento de decisão de autoridade administrativa ou judicial relativa à execução do Projeto; (j) processo de reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, etc.), alteração da atividade principal ou modificação do controle efetivo, direto ou indireto, da nossa controlada CERAN, após a contratação da operação, sem a prévia e expressa autorização dos Agentes Financeiros; (k) pedido de concordata preventiva formulado pela nossa controlada CERAN; (l) a liquidação ou decretação de falência da nossa controlada CERAN ou da Fiadora; (m) o vencimento antecipado de qualquer dívida da nossa controlada CERAN em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da nossa controlada CERAN previstas neste Contrato; (n) o descumprimento pela nossa controlada CERAN no disposto na Cláusula 19.2.1 Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos do BNDES nº 21/00418-8; (o) a alteração do Projeto sem a autorização, por escrito, dos Agentes Financeiros; (p) a diplomação como Deputado Federal ou Senador de pessoa que exerça função remunerada na nossa controlada CERAN, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, incisos I e II. Não haverá incidência de encargos de inadimplemento desde que o pagamento da dívida ocorra no prazo de 5 dias úteis a contar da data da diplomação, sob pena de não o fazendo incidirem os encargos previstos para as hipóteses de vencimento antecipado por inadimplemento descritas nos Contratos de Financiamento; (q) descumprimento das demais hipóteses de vencimento antecipado, que não colidirem com as acima descritas, já formalizadas nos Contratos de Financiamento. As garantias do financiamento obtido perante o BNDES são as seguintes:

Penhor dos Direitos Emergentes da Concessão, dos Contratos de Compra e Venda de Energia e dos Contratos de Comercialização de Energia do Ambiente Regulado, entre outras Avenças: Nos termos do referido contrato de penhor, que fará parte integrante e inseparável deste Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos do BNDES nº 21/00418-8, a ser celebrado entre a nossa controlada CERAN, os Agentes Financeiros e o BNDES, a nossa controlada CERAN constituirá em favor dos Agentes Financeiros e do BNDES, penhor mercantil sobre os

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

direitos emergentes da concessão da Beneficiária, à exceção da receita cedida e vinculada na forma da cláusula 7.3 e seguintes do Contrato, compreendendo:

- Os direitos de crédito da nossa controlada CERAN decorrentes da venda de energia produzida pela nossa controlada CERAN, inclusive com relação aos direitos de crédito decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e/ou a serem celebrados pela CERAN e dos Contratos de Comercialização de Energia do Ambiente Regulado, a serem firmados pela nossa controlada CERAN, devidamente homologados pela ANEEL (doravante denominados "Contratos CCVE");
- As garantias constantes dos Contratos CCVE;
- O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo poder concedente, à nossa controlada CERAN, em caso de extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão nº 08/2001, celebrado entre a nossa controlada CERAN e a União Federal, através da ANEEL; e,
- A energia elétrica a ser produzida pela nossa controlada CERAN ou pelo Projeto;
- Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da Concessão.

Penhor de Ações: Nos termos do Contrato de Penhor de Ações, celebrado entre os Agentes Financeiros, o BNDES e os acionistas da nossa controlada CERAN, CPFL e Desenvix., com interveniência da CEEE e da nossa controlada CERAN, as Acionistas Garantidoras deram em penhor, em favor dos Agentes Financeiros e do BNDES, na qualidade de credores conjuntos, em caráter irrevogável e irretroatável, 70% das ações de emissão da nossa controlada CERAN, equivalente ao total das ações detidas pela CPFL e Desenvix, que também se obrigaram a dar em penhor quaisquer outras ações, direitos ou outros valores mobiliários de emissão da nossa controlada CERAN que venham a deter no futuro.

Penhor dos Direitos Emergentes do Contrato de Empreitada: Nos termos do Contrato de Penhor dos Direitos Emergentes do Contrato de Empreitada a Preço Global e Prazo Determinado, a ser celebrado entre os Agentes Financeiros, o BNDES e a nossa controlada CERAN, através do qual a nossa controlada CERAN constitui em favor dos Agentes Financeiros e do BNDES penhor sobre os direitos relativos ao Contrato de EPC.

Fiança: Fiança da CPFL., em caráter irrevogável e irretroatável, na qualidade de principal pagadora e responsável perante o BNDES até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela nossa controlada CERAN no âmbito deste Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos nº 21/00883-3, com renúncia expressa aos benefícios dos artigos 366, 827, 835 e 838 do Código Civil e ao artigo 595 do Código de Processo Civil.

Fiança Bancária: A nossa controlada CERAN apresentará Fiança Bancária, a ser formalizada mediante Carta de Fiança a ser prestada por Instituição Financeira que, a critério do Banco Líder, esteja em situação econômico-financeira que lhe confira grau de notória solvência, devendo o fiador obrigar-se na qualidade de devedor solidário e principal pagadores das obrigações decorrentes deste Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos nº 21/00883-3, limitada a responsabilidade ao valor correspondente a 30% do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes, com renúncia expressa aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, renovável anualmente, com 30 dias de antecedência ao término do prazo de validade.

Cessão de Receitas: A nossa controlada CERAN vincula e cede a receita proveniente dos Contratos de Compra e Venda de Energia e dos Contratos de Comercialização de Energia do Ambiente Regulado, bem como de contratações supervenientes, relacionadas à comercialização de energia, em favor do BNDES e dos Agentes Financeiros, em caráter irrevogável e irretroatável, e até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela nossa controlada CERAN perante os mesmos.

- **Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 07.2.0045.1, que entre si fazem o BNDES**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

e a CERAN

Em 19 de março de 2007, a nossa controlada CERAN celebrou Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 07.2.0045.1 com o BNDES, com valor de R\$99.000 mil, divididos em Subcrédito A, no valor de R\$60.500 mil e Subcrédito B, no valor de R\$38.500 mil. Sobre os subcréditos A e B incidem juros equivalentes à TJLP acrescida de *spread* de 3,3% ao ano. O crédito é destinado à finalização da implantação dos aproveitamentos hidrelétricos Castro Alves e 14 de Julho, que juntamente com a UHE Monte Claro, formam o Complexo Energético Rio das Antas.

O principal da dívida decorrente de cada Subcrédito deste Contrato deve ser pago ao BNDES da seguinte forma: (a) subcrédito A: em 168 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vencendo da dívida deste subcrédito, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de novembro de 2008 e última em 15 de outubro de 2022 e, (b) subcrédito B: em 168 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vencendo da dívida deste subcrédito, dividido pelo número de prestações da amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de abril de 2009 e a última em 15 de março de 2023.

Nos termos do contrato, a CERAN obrigou-se, entre outros, a: (i) na hipótese de ocorrer redução do quadro de funcionários durante a vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas; (ii) adotar, durante a vigência do contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meioambiente, segurança e medicina do trabalho; (iii) manter em situação regular suas obrigações perante os órgãos do meioambiente; (iv) não constituir penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia, sem prévia autorização dos credores, sob pena de vencimento antecipado; (v) após exoneração da fiança, manter índice de cobertura do serviço da dívida de, no mínimo, 1,3, apurado e calculado nos termos do contrato; (vi) não construir, sem prévia autorização dos agentes financeiros, garantias de qualquer espécie em operações com outros credores; (vii) não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização dos agentes financeiros; (viii) não realizar distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e pagamentos de juros sobre capital próprio; (ix) não firmar contratos de mútuo entre as pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico da CERAN, bem como não realizar redução de seu capital social, até a liquidação de todas as obrigações do contrato.

Os Agentes Financeiros, com a anuência do BNDES, poderão declarar vencido antecipadamente este Contrato, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, se ocorrer qualquer das hipóteses disciplinadas em lei, notadamente não cumprimento de obrigações assumidas pela nossa controlada CERAN e pela Fiadora, ou ainda se ocorrer, além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES: (a) a redução do quadro de pessoal da nossa controlada CERAN sem atendimento ao disposto no inciso III da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 07.2.0045.1; (b) a extinção da concessão da nossa controlada CERAN para a exploração e do potencial energético do Projeto; (c) descumprimento da vedação prevista no inciso V da Cláusula Décima Segunda do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 07.2.0045.1; (d) alteração do Acordo de Acionistas sem a prévia e expressa anuência do BNDES; (e) a falsidade da Declaração emitida em 12.03.2007, firmada pelos representantes da nossa controlada CERAN, negando a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BNDES, consubstanciados no inciso III da Cláusula Sétima do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 07.2.0045.1; (f) o vencimento antecipado ou o descumprimento do Contrato de Repasse, do Contrato de Financiamento Original e do Contrato de Repasse Original; (g) descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nos contratos a que se referem os Incisos I, II e III da Cláusula Sétima e o Parágrafo Segundo da Cláusula Oitava do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 07.2.0045.1; (h) a constituição, se a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES nas Cláusulas Sétima e Oitava.

As garantias do financiamento obtido perante o BNDES são as seguintes:

Penhor dos Direitos Emergentes da Concessão: A nossa controlada CERAN dará em penhor, em favor do BNDES em caráter irrevogável e irretratável, observado o disposto nos artigos 25 e 26 das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, mediante celebração de Contratos de Penhor dos Direitos Emergentes da Concessão, a ser celebrado entre o BNDES e a nossa controlada CERAN, cuja minuta devesse ser previamente aprovada pelo BNDES, os direitos emergentes da concessão, compreendendo, mas não se limitando a:

- Os direitos de crédito da nossa controlada CERAN decorrentes da venda de energia produzida pelo Projeto, inclusive com relação aos direitos de crédito decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Energia e dos Contratos de Comercialização de Energia do Ambiente Regulado, firmados pela nossa controlada CERAN, devidamente homologados pela ANEEL;

- As garantias constantes dos CCVEs;
- O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente sejam ou venham a se tornar devidos ao poder concedente à nossa controlada CERAN, em caso de extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão nº 008/2001 celebrado entre a nossa controlada CERAN e a União Federal, através da ANEEL;
- A energia elétrica produzida pelo Projeto; e,
- Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da Concessão.

Penhor de Ações: As intervenientes CPFL e Desenvix darão em penhor, em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, observado o disposto nos artigos 25 e 26 das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, a totalidade das ações ordinárias e nominativas sem valor nominal de emissão da nossa controlada CERAN, nos termos do Contrato de Penhor de Ações a ser celebrado entre o BNDES e a nossa controlada CERAN.

Penhor de Direitos Creditórios: A nossa controlada CERAN dará em penhor, em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, observado o disposto nos artigos 25 e 26 das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, sob a condição suspensiva da entrada em operação comercial do Projeto, e até final liquidação de todas as obrigações no Contrato, mediante celebração de Contrato de Penhor dos Direitos Creditórios, os direitos creditórios da nossa controlada CERAN, provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia, e de contratações supervenientes, relacionadas à comercialização de energia.

Penhor dos Direitos Emergentes do Contrato de Empreitada a Preço Global e Prazo Determinado: A nossa controlada CERAN dará em penhor, em favor do BNDES em caráter irrevogável e irretratável, observado o disposto nos artigos 25 e 26 das Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES, os Direitos Emergentes do Contrato de Empreitada a Preço Global e Prazo Determinado, nos termos do Contrato de Penhor dos Direitos Emergentes do Contrato de Empreitada a Preço Global e Prazo Determinado, a ser celebrado entre os Agentes Financeiros, o BNDES e a nossa controlada CERAN, através do qual a nossa controlada CERAN constitui em favor dos Agentes Financeiros e do BNDES penhor sobre os direitos relativos ao Contrato de Empreitada a Preço Global e Prazo Determinado.

Uma vez que CPFL, aceita o contrato de financiamento mediante abertura de crédito na qualidade de fiador e principal pagador, será prestada fiança, por instituição financeira que, a critério do BNDES, esteja em situação econômico-financeira que lhe confira grau de notória solvência mediante carta de fiança a ser formalizada conforme modelo fornecido pelo BNDES, devendo o fiador obrigar-se na qualidade de devedor solidário e principal pagador das obrigações decorrentes do contrato, até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, estabelecido que qualquer alteração no prazo ou no valor da fiança depende sempre da anuência prévia desse fiador, sendo sua responsabilidade limitada ao valor, correspondente a 30% (trinta por cento) do serviço da dívida previsto para os 12 (doze) meses subsequentes à data da emissão, renovável anualmente, com 30 (trinta) dias de antecedência ao término do seu prazo de validade.

▪ **Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito Nº 11.2.0103.1 celebrado entre a Passos Maia Energética S.A. e o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**

Em 12 de abril de 2011 nossa controlada Passos Maia Energética S/A, com a interveniência do terceiro Adami S/A Madeiras, celebrou junto ao BNDES contrato de financiamento por meio do Contrato de Abertura de Crédito n.º 11.2.0103.1, no valor de R\$86.564 mil, divididos em 2 subcréditos: subcrédito "A" R\$78.964,00 mil, destinado a implantação da PCH Passos Maia, que passou a se chamar PCH Victor Baptista Adami a partir de 8 de novembro de 2011; e subcrédito "B" R\$7.600 mil, destinados a implantação do sistema de transmissão associado à PCH Victor Baptista Adami, montantes sobre os quais incidem TJLP mais *spread* de 1,92% ao ano.

Nos termos do referido contrato, a nossa controlada Passos Maia obrigou-se a liquidar o débito por meio de 160 parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vence em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será feito

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

em 15 de janeiro de 2026.

O contrato está sujeito ao vencimento antecipado, dentre outros, nas seguintes hipóteses: (i) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da nossa controlada Passos Maia ou das empresas que a controlem, de dispositivo que importe em (a) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes deste Contrato; (b) quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle exercido por nós; (c) restrição da capacidade de crescimento da nossa controlada Passos Maia, do seu desenvolvimento tecnológico ou do seu acesso a novos mercados; (ii) redução do quadro de pessoal da nossa controlada Passos Maia sem atendimento ao pressupostos acordados no contrato; (iii) extinção ou revogação da autorização da Passos Maia para exploração da PCH Victor Baptista Adami; (iv) descumprimento de obrigações especiais descritas abaixo; (v) ocorrência, sem autorização do BNDES, de venda, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração de Passos Maia ou em transferência do seu controle acionário, ou ainda em alteração da qualidade de seu acionista controlador; (vi) extinção ou alteração do CCVE celebrado com a Eletrobrás, sem anuência prévia do BNDES; e (vii) inadimplemento de qualquer obrigação ou dos intervenientes ou empresas do grupo econômico perante o BNDES.

Nos termos desse contrato, nossa controlada Passos Maia está sujeita a diversas obrigações especiais, entre as quais (i) não realizar, sem aprovação prévia do BNDES, distribuição de dividendos ou de juros sobre capital próprio cujo valor, em conjunto ou isoladamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório; (ii) manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,2 a ser apurado anualmente e comprovado mediante apresentação de demonstrações financeiras auditadas por empresa cadastrada na CVM; (iii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente durante o período de vigência do Contrato; (iv) adotar, durante a vigência do contrato, medidas destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto; (v) na hipótese de ocorrer redução no quadro de pessoal da Beneficiária durante a vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado às oportunidades de trabalho da região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas; (vi) entre outras.

As garantias oferecidas para a obtenção do financiamento são as seguintes:

Penhor de Direitos Emergentes de Autorização: A nossa controlada Passos Maia e sua interveniente Adami, deram em penhor ao BNDES, até a final liquidação de todas as obrigações do Contrato, os direitos emergentes da autorização para exploração da PCH Passos Maia, incluindo, mas não se limitando a: (i) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Outorgante à nossa controlada Passos Maia, incluindo, mas não se limitando, a todas as indenizações pela extinção da autorização; (ii) o direito de gerar energia elétrica pela PCH nossa controlada Passos Maia e (iii) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da autorização.

Penhor de Ações: Nós, Desenvix Energias Renováveis S/A. e Adami S/A Madeiras., na qualidade de intervenientes, demos em penhor, em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade das ações de emissão da nossa controlada Passos Maia de nossa propriedade, ordinárias ou preferenciais e quaisquer direitos como subscrição, bônus de subscrição, debêntures conversíveis e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativos do capital social da Passos Maia e quaisquer direitos de preferência, opções e outros direitos sobre tais títulos, que venham a ser subscritos ou adquiridos por tais sociedades, até a liquidação da dívida

Penhor de Direitos Creditórios: A nossa controlada Passos Maia, em caráter irrevogável e irretratável, deu em penhor, em favor do BNDES, até o final da liquidação de todas as obrigações do Contrato, os direitos creditórios de que é titular decorrentes do CCVE firmado entre a Eletrobrás e a nossa controlada Passos Maia, excetuada a receita anteriormente cedida e vinculada.

‘O valor do crédito foi posto à disposição em parcelas, respeitando a programação financeira do BNDES, sendo a 1ª parcela, no valor de R\$60.000mil realizada em maio de 2011, a 2ª parcela no valor de R\$18.964mil realizada em setembro de 2011, e a 3ª parcela creditada em 23 de janeiro de 2012.

- **Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito Nº 11.2.0321.1 celebrado entre a Moinho S/A. e o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossa controlada Moinho celebrou em 13 de junho de 2011, contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 11.2.0321.1 com o BNDES no valor de R\$47.850 mil, montante sobre o qual incide TJLP mais *spread* de 2,05% ao ano. O financiamento foi obtido com o objetivo de custear parte dos investimentos de nossa subsidiária na implantação da PCH Moinho, bem como do sistema de transmissão associado.

Nos termos do referido contrato, a nossa controlada Moinho obrigou-se a liquidar o débito por meio de 192 parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vence em 15 de setembro de 2012 e o último pagamento será feito em 15 de agosto de 2028.

O contrato está sujeito ao vencimento antecipado, dentre outros, nas seguintes hipóteses: (i) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da nossa controlada Moinho ou das empresas que a controlem, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes deste Contrato; (ii) redução do quadro de pessoal da nossa controlada Moinho sem atendimento ao pressupostos acordados no contrato; (iii) extinção ou revogação da autorização da Moinho para exploração da PCH Moinho; (iv) descumprimento de obrigações especiais descritas abaixo e extinção ou alteração do CCVE celebrado com a Eletrobrás, sem anuência prévia do BNDES.

Nos termos desse contrato, nossa controlada Moinho está sujeita a diversas obrigações especiais, entre as quais (i) não realizar, sem aprovação prévia do BNDES, distribuição de dividendos ou de juros sobre capital próprio cujo valor, em conjunto ou isoladamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório; (ii) manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,2 a ser apurado anualmente e comprovado mediante apresentação de demonstrações financeiras auditadas por empresa cadastrada na CVM; (iii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente durante o período de vigência do Contrato; (iv) adotar, durante a vigência do contrato, medidas destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto; (v) na hipótese de ocorrer redução no quadro de pessoal da Beneficiária durante a vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado às oportunidades de trabalho da região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas; (vi) entre outras.

As garantias oferecidas para a obtenção do financiamento são as seguintes:

Penhor de Direitos Emergentes de Autorização: A nossa controlada Moinho deu em penhor ao BNDES, até a final liquidação de todas as obrigações do Contrato, os direitos emergentes da autorização para exploração da PCH Moinho, incluindo, mas não se limitando a: (i) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Outorgante à nossa controlada Moinho, incluindo, mas não se limitando, a todas as indenizações pela extinção da autorização; (ii) o direito de gerar energia elétrica pela PCH nossa controlada Moinho e (iii) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da autorização.

Penhor de Ações: Nós e Jackson, na qualidade de intervenientes, demos em penhor, em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretroatável, a totalidade das ações de emissão da nossa controlada Moinho de nossa propriedade, ordinárias ou preferenciais e quaisquer direitos como subscrição, bônus de subscrição, debêntures conversíveis e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativos do capital social da Moinho e quaisquer direitos de preferência, opções e outros direitos sobre tais títulos, que venham a ser subscritos ou adquiridos por tais sociedades, até a liquidação da dívida

Penhor de Direitos Creditórios: A nossa controlada Moinho, em caráter irrevogável e irretroatável, deu em penhor, em favor do BNDES, até o final da liquidação de todas as obrigações do Contrato, os direitos creditórios de que é titular decorrentes do CCVE firmado entre a Eletrobrás e a nossa controlada Moinho, excetuada a receita anteriormente cedida e vinculada.

- **Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito n.º 11.2.1187.1 celebrado entre a Enercasa Energia Caiuá S/A e o BNDES**

Nossa controlada Enercasa celebrou, em 22 de dezembro de 2011, contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 11.2.1187.1 com o BNDES no valor de R\$59.504 mil, divididos em 2 subcréditos: subcrédito "A" R\$43.914

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

mil, destinado a implantação da UTE Decasa; e subcrédito "B" R\$15.590 mil, destinados aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, montantes sobre os quais incidem TJLP mais *spread* de 2,51% ao ano.

Nos termos do referido contrato, a nossa controlada Enercasa obrigou-se a liquidar o débito por meio de 158 parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela será paga em 15 de maio de 2012 e o último pagamento será feito em 15 de junho de 2025.

O contrato está sujeito ao vencimento antecipado, dentre outros, nas seguintes hipóteses: (i) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da nossa controlada Enercasa ou das empresas que a controlem, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes deste Contrato; (ii) redução do quadro de pessoal da nossa controlada Enercasa sem atendimento ao pressupostos acordados no contrato; (iii) extinção ou revogação da autorização da Enercasa para exploração da UTE Decasa; (iv) descumprimento de obrigações especiais descritas abaixo e extinção ou alteração do CCVE celebrado com a Eletrobrás, sem anuência prévia do BNDES.

Nos termos desse contrato, nossa controlada Enercasa está sujeita a diversas obrigações especiais, entre as quais (i) não realizar, sem aprovação prévia do BNDES, distribuição de dividendos ou de juros sobre capital próprio cujo valor, em conjunto ou isoladamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório; (ii) manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,3 a ser apurado anualmente e comprovado mediante apresentação de demonstrações financeiras auditadas por empresa cadastrada na CVM; (iii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente durante o período de vigência do Contrato; (iv) adotar, durante a vigência do contrato, medidas destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto; (v) na hipótese de ocorrer redução no quadro de pessoal da Beneficiária durante a vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado às oportunidades de trabalho da região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas; (vi) entre outras.

As garantias oferecidas para a obtenção do financiamento são as seguintes:

Penhor de Direitos Emergentes de Autorização: A nossa controlada Enercasa deu em penhor ao BNDES, até a final liquidação de todas as obrigações do Contrato, os direitos emergentes da autorização para exploração da UTE Decasa, incluindo, mas não se limitando a: (i) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Outorgante à nossa controlada Enercasa, incluindo, mas não se limitando, a todas as indenizações pela extinção da autorização; (ii) o direito de gerar energia elétrica pela UTE nossa controlada Enercasa e (iii) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da autorização.

Penhor de Ações: Nós, Jackson, na qualidade de intervenientes, demos em penhor, em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade das ações de emissão da nossa controlada Enercasa de nossa propriedade, ordinárias ou preferenciais e quaisquer direitos como subscrição, bônus de subscrição, debêntures conversíveis e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativos do capital social da Enercasa e quaisquer direitos de preferência, opções e outros direitos sobre tais títulos, que venham a ser subscritos ou adquiridos por tais sociedades, até a liquidação da dívida

Penhor de Direitos Creditórios: A nossa controlada Enercasa, em caráter irrevogável e irretratável, deu em penhor, em favor do BNDES, até o final da liquidação de todas as obrigações do Contrato, os direitos creditórios de que é titular decorrentes do CCVE firmado entre a Eletrobrás e a nossa controlada Enercasa, excetuada a receita anteriormente cedida e vinculada.

▪ **Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito n.º 187.2011.564.2309 celebrado entre a Seabra Energética S/A e o BNB**

Nossa controlada Seabra celebrou, em 26 de julho de 2011, contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 187.2011.564.2309 com o BNB no valor de R\$84.619,71 mil, destinado a implantação do parque eólico denominado Seabra, montantes sobre os quais incidem juros à taxa efetiva de 9,5% a.a.. Ocorrerá bônus de adimplência sobre encargos de 25% desde que as prestações de juros e principal sejam pagas até a data dos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

respectivos vencimentos.

Nos termos do referido contrato, a nossa controlada Seabra obrigou-se a liquidar o débito por meio de 180 parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela será paga em 26 de agosto de 2013 e o último pagamento será feito em 26 de julho de 2028.

O contrato está sujeito ao vencimento antecipado, dentre outros, nas seguintes hipóteses: (a) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes deste Contrato; (b) tiver dado causa a extinção ou alteração dos objetos do contrato de cessão fiduciária e vinculação dos direitos emergentes dos contratos de compra e venda de energia, sem a prévia expressa autorização do banco; (c) não efetuar, no prazo de 30 dias, cobertura de quaisquer insuficiências de recursos nas contas reservas no banco; (d) deixar de apresentar as apólices referentes às renovações dos seguros obrigatórios; (e) deixar de apresentar as apólices referentes às renovações de seguro-garantia, modalidade Conclusão de Obras.

As garantias oferecidas para a obtenção do financiamento são as seguintes:

Penhor de Direitos Emergentes de Autorização: A nossa controlada Seabra deu em penhor ao BNB, até a final liquidação de todas as obrigações do Contrato, os direitos emergentes da autorização para exploração da Central Geradora EOL Seabra.

Penhor de Ações: Nós, na qualidade de intervenientes, demos em penhor, em favor do BNB, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade das ações de emissão da nossa controlada Seabra de nossa propriedade, ordinárias ou preferenciais até a liquidação da dívida

Penhor de Direitos Creditórios: A nossa controlada Seabra, em caráter irrevogável e irretratável, deu em penhor, em favor do BNB, até o final da liquidação de todas as obrigações do Contrato, os direitos creditórios de que é titular decorrentes do contrato de compra e venda de energia firmado entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e a nossa controlada Seabra, excetuada a receita anteriormente cedida e vinculada.

Fiança: nós, na qualidade de intervenientes, nos obrigamos como devedores solidários e principal pagador das obrigações decorrentes do Contrato, até sua final liquidação, com expressa desistência dos favores dos artigos 366, 827, 835, 837 e 838 do Código Civil.

▪ **Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito n.º 187.2011.563.2308 celebrado entre a Novo Horizonte Energética S/A e o BNB**

Nossa controlada Novo Horizonte celebrou, em 26 de julho de 2011, contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 187.2011.563.2308 com o BNB no valor de R\$84.629,71 mil, destinado a implantação do parque eólico denominado Novo Horizonte, montantes sobre os quais incidem juros à taxa efetiva de 9,5% a.a.. Ocorrerá bônus de adimplência sobre encargos de 25% desde que as prestações de juros e principal sejam pagas até a data dos respectivos vencimentos.

Nos termos do referido contrato a nossa controlada, Novo Horizonte, obrigou-se a liquidar o débito por meio de 180 parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela será paga em 26 de agosto de 2013 e o último pagamento será feito em 26 de julho de 2028.

O contrato está sujeito ao vencimento antecipado, dentre outros, nas seguintes hipóteses: (a) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes deste Contrato; (b) tiver dado causa a extinção ou alteração dos objetos do contrato de cessão fiduciária e vinculação dos direitos emergentes dos contratos de compra e venda de energia, sem a prévia expressa autorização do banco; (c) não efetuar, no prazo de 30 dias, cobertura de quaisquer insuficiências de recursos nas contas reservas no banco; (d) deixar de apresentar as apólices referentes às renovações dos seguros obrigatórios; (e) deixar de apresentar as apólices referentes às renovações de seguro-garantia, modalidade Conclusão de Obras; (f) deixar de renovar a fiança bancária, com antecedência de 60 dias.

As garantias oferecidas para a obtenção do financiamento são as seguintes:

Penhor de Direitos Emergentes de Autorização: A nossa controlada Novo Horizonte deu em penhor ao BNB, até a

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

final liquidação de todas as obrigações do Contrato, os direitos emergentes da autorização para exploração da Central Geradora EOL Novo Horizonte.

Penhor de Ações: Nós, na qualidade de intervenientes, demos em penhor, em favor do BNB, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade das ações de emissão da nossa controlada Novo Horizonte de nossa propriedade, ordinárias ou preferenciais até a liquidação da dívida.

Penhor de Direitos Creditórios: A nossa controlada Novo Horizonte, em caráter irrevogável e irretratável, deu em penhor, em favor do BNB, até o final da liquidação de todas as obrigações do Contrato, os direitos creditórios de que é titular decorrentes do contrato de compra e venda de energia firmado entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e a nossa controlada Novo Horizonte, excetuada a receita anteriormente cedida e vinculada.

Fiança: nós, na qualidade de intervenientes, nos obrigamos como devedores solidários e principal pagador das obrigações decorrentes do Contrato, até sua final liquidação, com expressa desistência dos favores dos artigos 366, 827, 835, 837 e 838 do Código Civil.

▪ **Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito n.º 187.2011.562.2310 celebrado entre a Macaúbas Energética S/A e o BNB**

Nossa controlada Macaúbas celebrou, em 26 de julho de 2011, contrato de financiamento mediante abertura de crédito n.º 187.2011.562.2310 com o BNB no valor de R\$98.734,61 mil, destinado a implantação do parque eólico denominado Macaúbas, montantes sobre os quais incidem juros à taxa efetiva de 9,5% a.a.. Ocorrerá bônus de adimplência sobre encargos de 25% desde que as prestações de juros e principal sejam pagas até a data dos respectivos vencimentos.

Nos termos do referido contrato a nossa controlada, Macaúbas, obrigou-se a liquidar o débito por meio de 180 parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela será paga em 26 de agosto de 2013 e o último pagamento será feito em 26 de julho de 2028.

O contrato está sujeito ao vencimento antecipado, dentre outros, nas seguintes hipóteses: (a) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes deste Contrato; (b) tiver dado causa a extinção ou alteração dos objetos do contrato de cessão fiduciária e vinculação dos direitos emergentes dos contratos de compra e venda de energia, sem a prévia expressa autorização do banco; (c) não efetuar, no prazo de 30 dias, cobertura de quaisquer insuficiências de recursos nas contas reservas no banco; (d) deixar de apresentar as apólices referentes às renovações dos seguros obrigatórios; (e) deixar de apresentar as apólices referentes às renovações de seguro-garantia, modalidade Conclusão de Obras; (f) deixar de renovar a fiança bancária, com antecedência de 60 dias.

As garantias oferecidas para a obtenção do financiamento são as seguintes:

Penhor de Direitos Emergentes de Autorização: A nossa controlada, Macaúbas, deu em penhor ao BNB, até a final liquidação de todas as obrigações do Contrato, os direitos emergentes da autorização para exploração da Central Geradora EOL Macaúbas.

Penhor de Ações: Nós, na qualidade de intervenientes, demos em penhor, em favor do BNB, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade das ações de emissão da nossa controlada Macaúbas de nossa propriedade, ordinárias ou preferenciais até a liquidação da dívida.

Penhor de Direitos Creditórios: A nossa controlada, Macaúbas, em caráter irrevogável e irretratável, deu em penhor, em favor do BNB, até o final da liquidação de todas as obrigações do Contrato, os direitos creditórios de que é titular decorrentes do contrato de compra e venda de energia firmado entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e a nossa controlada Macaúbas, excetuada a receita anteriormente cedida e vinculada.

Fiança: nós, na qualidade de intervenientes, nos obrigamos como devedores solidários e principal pagador das obrigações decorrentes do Contrato, até sua final liquidação, com expressa desistência dos favores dos artigos 366, 827, 835, 837 e 838 do Código Civil.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

▪ **Contrato de Financiamento nº 21/00786-1 celebrado entre Goiás Transmissão S/A e o Banco do Brasil S/A**

Nossa coligada Goiás celebrou, em 04 de maio de 2012, junto ao Banco do Brasil, contrato de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, sob o n.º 21/00786-1, no valor de R\$98.000 mil, destinado à implantação e operação do sistema de transmissão referente ao Lote "A" do Leilão ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), localizado no Estado de Goiás, divididos em dois subcréditos: "A": R\$80.879 mil, destinados à execução de obras civis e aos demais itens necessários à implantação do projeto; e "B": R\$17.121 mil, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais relativos ao projeto. Sob o montante do crédito "A" incidem TJLP mais 2,6% de juros ao ano, e sob o montante do crédito "B" incidem TJLP mais 2,2% de juros ao ano.

Nos termos do referido contrato a nossa coligada, Goiás, obrigou-se a liquidar o débito por meio de 168 parcelas mensais e sucessivas cada uma delas no valor do principal vencendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas. A primeira parcela será paga em 15 de agosto de 2013.

O contrato está sujeito ao vencimento antecipado, dentre outros, nas seguintes hipóteses: (a) o não pagamento, de qualquer parte do principal, juros, comissões, encargos e/ou outros valores devidos; (b) a alteração da participação societária no capital social da **Goiás**, processo de reorganização societária (cisão, fusão, incorporação etc.), alteração da atividade principal ou modificação do controle efetivo, direto ou indireto, após a contratação da operação, sem a prévia e expressa anuência do agente financeiro; (c) a transferência, direta ou indireta, pelos acionistas, a qualquer tempo, do controle que detêm da beneficiária, sem a prévia e expressa anuência do agente financeiro; (d) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da **Goiás** ou das empresas que a controlam; (e) a alteração no projeto e/ou Quadro de Usos e Fontes (QUF) sem a prévia autorização do agente financeiro; (f) deixar de renovar a fiança bancária, com antecedência de 60 dias.

As garantias oferecidas para a obtenção do financiamento são as seguintes:

Penhor de Ações: Nós, na qualidade de intervenientes, demos em penhor, em favor do Banco do Brasil, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade das ações de emissão da nossa coligada Goiás de nossa propriedade, ordinárias ou preferenciais até a liquidação da dívida.

Penhor de Direitos Creditórios: A nossa coligada, Goiás, em caráter irrevogável e irretratável, deu em penhor, em favor do Banco do Brasil, até o final da liquidação de todas as obrigações do Contrato, os direitos creditórios sobre os direitos emergentes da Concessão e dos direitos creditórios do Contrato de Concessão no 002/2010-ANEEL e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 18/2010.

Fiança: nós, na qualidade de intervenientes, nos comprometemos, limitados a proporção de 25,5%, a honrar as obrigações pecuniárias assumidas, até sua final liquidação, com expressa desistência dos favores dos artigos 366, 827, 834, 835, 837 e 838 do Código Civil.

Suporte de Acionistas: as acionistas estão obrigadas a aportar, de forma proporcional à sua participação acionária, mediante adiantamento para futuro aumento de capital, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da data do envio da notificação de insuficiência, devendo ser integralizado ao capital social até o final da carência previsto no contrato, os recursos necessários à cobertura de eventuais insuficiências de recursos que ocorrerem em função de serem os investimentos necessários ao projeto superiores ao inicialmente orçado em R\$417.970.

Fica ainda obrigada, entre outras exigências a: i) entrar em operação comercial até o dia 31/07/2013; ii) manter, durante todo o período de amortização, Índice de Capital Próprio, definido pela relação Patrimônio Líquido sobre Ativo Total, igual ou superior a 20% (vinte por cento); iii) manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD, apurado anualmente e comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras anuais auditadas por auditor independente cadastrado na CVM.

▪ **Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito nº 21/00785-3, com recurso do FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTR-OESTE celebrado entre Goiás Transmissão S/A e o Banco do Brasil S/A**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossa coligada Goiás celebrou em 29 de dezembro de 2011, junto ao Banco do Brasil, contrato de financiamento mediante abertura de crédito, sob o n.º 21/00785-3, com recurso do FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTR-OESTE - FCO no valor de R\$100.000 mil, destinado à implantação e exploração do Lote "A" do Leilão ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), localizado no Estado de Goiás, montantes sobre os quais incidem juros à taxa efetiva de 10% ao ano, calculados sob o método exponencial, com base na taxa equivalente diária.

Nos termos do referido contrato a nossa coligada, Goiás, obrigou-se a liquidar o débito por meio de 180 parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela será paga em 1º de janeiro de 2017 e a última no dia 1º de dezembro de 2031.

O contrato está sujeito ao vencimento antecipado, dentre outras, nas seguintes hipóteses: (a) o não pagamento, de qualquer parte do principal, juros, comissões, encargos e/ou outros valores devidos; (b) a aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista (c) a alteração da participação societária no capital social da **Goiás**, processo de reorganização societária (cisão, fusão, incorporação etc.), alteração da atividade principal ou modificação do controle efetivo, direto ou indireto, após a contratação da operação, sem a prévia e expressa anuência do agente financeiro; (d) a transferência, direta ou indireta, pelos acionistas, a qualquer tempo, sem a prévia e expressa anuência do agente financeiro; (e) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da **Goiás** ou das empresas que a controlam; (f) a alteração no projeto e/ou Quadro de Usos e Fontes (QUF) sem a prévia autorização do agente financeiro; (g) a extinção da autorização para a exploração do projeto; (h) a ausência de fundos na conta reserva do FCO no montante mínimo equivalente a soma das 3 (três) parcelas vencidas de principal e juros previstos no financiamento.

As garantias oferecidas para a obtenção do financiamento são as seguintes:

Penhor de Ações: na qualidade de intervenientes, demos em penhor, em favor do Banco do Brasil, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade das ações de emissão da nossa coligada Goiás de nossa propriedade, ordinárias ou preferenciais até a liquidação da dívida.

Penhor de Direitos Creditórios: a nossa coligada Goiás, em caráter irrevogável e irretratável, deu em penhor, em favor do Banco do Brasil, até o final da liquidação de todas as obrigações do Contrato, os direitos creditórios sobre os direitos emergentes da Concessão e dos direitos creditórios do Contrato de Concessão no 002/2010-ANEEL e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 18/2010.

Cessão e Vinculação de Receitas: para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato de financiamento, a Goiás cederá em favor do Banco do Brasil, em caráter irrevogável e irretratável, em até 90 dias da assinatura deste contrato e até final liquidação de todas as obrigações, a Receita Anual Permitida-RAP proveniente do Contrato de Concessão no 002/201 O-ANEEL, de 12/07/2010, e de contratações supervenientes.

Seguro Performance: nossa coligada Goiás, se comprometeu em apresentar em até 90 dias da assinatura do contrato de financiamento a apólice de Seguro Performance, podendo ser substituída por Carta de Fiança Bancária, no valor de 10% referente à montagem e fornecimento de equipamentos, que deverá ser mantida vigente até a data de conclusão das obras e entrada em operação comercial plena.

Seguro de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil: nossa coligada Goiás, se comprometeu em apresentar em até 90 dias da assinatura do contrato de financiamento a apólice de Seguro de Riscos de Engenharia e a apólice de Seguro de Responsabilidade Civil / Danos Terceiros, com vigência até a data de conclusão das obras e entrada em operação comercial plena das instalações do projeto, referente às obras civis das instalações da linha de transmissão e subestações.

Seguro Patrimonial: nossa coligada Goiás, se comprometeu em apresentar e manter em vigor, após a conclusão do projeto e entrada em operação comercial plena das instalações, a apólice de Seguro Patrimonial.

Fianças: nós, na qualidade de fiadora, limitada a nossa participação de 25,5%, em caráter irrevogável e irretratável, declaramos coobrigadas pelo cumprimento das obrigações do contrato de financiamento, responsabilizando-se, pela dívida, de forma não solidária, porém de modo incondicional, pelo fiel e integral pagamento de todas as obrigações assumidas pela coligada Goiás, seja no vencimento ordinário ou antecipado, ou em qualquer outra ocasião, inclusive,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

sem limitação, no caso de vencimento antecipado decorrente de descumprimento de quaisquer obrigações, de pagar, fazer ou não fazer, efetivas, contingentes ou acessórias, até o fiel cumprimento de todas as obrigações.

Fica ainda obrigada, entre outras exigências a: i) entrar em operação comercial até o dia 01/02/2013; ii) manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD de, no mínimo, 3 parcelas vincendas de principal e juros, apurado anualmente e comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras anuais auditadas por auditor independente cadastrado na CVM.

▪ **Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito nº 11.2.1013.1 celebrado entre MGE Transmissão S/A e o BNDES**

Nossa coligada MGE celebrou, em 25 de janeiro de 2012, contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 11.2.1013.1, com o BNDES, no valor global de R\$119.100 mil, destinado à implantação e operação do sistema de transmissão, localizado nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, divididos em 3 subcréditos: “A” R\$100.698mil destinado à execução de obras civis e aos demais itens gerais financiáveis necessários à implantação; “B” R\$17.802mil, destinado à aquisição de máquinas e equipamentos FINAME necessários à implantação; “C” R\$600.000mil destinados a investimentos entorno do projeto, contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas ambientais do Projeto Básico Ambiental para a implantação do projeto. Sobre o principal da dívida incidirão TJLP mais juros de: 2,03% ao ano decorrente do subcrédito “A”; juros de 1,63% ao ano do subcrédito “B”; e apenas TJLP no subcrédito “C”.

Nos termos do referido contrato a nossa coligada, MGE, obrigou-se a liquidar os débitos dos subcréditos “A” e “B” por meio de 168 parcelas mensais e sucessivas cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, pagando a primeira parcela em 15 de fevereiro de 2013. O débito do subcrédito “C” será liquidado em 161 parcelas mensais e sucessivas, com o pagamento da primeira parcela em 15 de setembro de 2013.

O contrato está sujeito ao vencimento antecipado, dentre outros, nas seguintes hipóteses: (a) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízos à capacidade de pagamento das obrigações financeiras; (b) a constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame de direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES; (c) o descumprimento de qualquer obrigação prevista no “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças”.

As garantias oferecidas para a obtenção do financiamento são as seguintes:

Penhor de Ações: na qualidade de intervenientes, demos em penhor, em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretroatável, a totalidade das ações de emissão da nossa coligada MGE, ordinárias ou preferenciais com ou sem direito de voto, e ainda quaisquer outros direitos, tais como direitos de subscrição e bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários relacionados ao capital social, até a liquidação da dívida.

Penhor de Direitos Creditórios: A nossa coligada, MGE, em caráter irrevogável e irretroatável, deu em penhor, em favor do BNDES, até o final da liquidação de todas as obrigações do Contrato, os direitos creditórios sobre os direitos emergentes da Concessão e dos direitos creditórios do Contrato de Concessão no 008/2010-ANEEL e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 18/2010-ONS.

▪ **Contrato de Financiamento do Projeto Eólico Barra dos Coqueiros, em processo de celebração entre Energen Energias Renováveis S.A. e o China Development Bank Corporation.**

Nossa controlada Energen está em processo de celebração de contrato de financiamento no valor de até US\$56.000 mil junto ao China Development Bank Corporation (“CDB”), Facility Agreement for the 34.5MW Barra dos Coqueiros Wind Project, destinado à implantação da Central Geradora Eólica denominada EOL Barra dos Coqueiros com capacidade de 34.5MW, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL Barra dos Coqueiros, constituído de uma Subestação Elevadora de 13,8/69 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 69 kV, com cerca de 21 km de extensão, em circuito simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Taiçoca, de 69 kV, de propriedade da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. - ESE, localizada no Estado de Sergipe. Sob o

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

montante financiado incidirá juros equivalente à LIBOR + 5,10% ao ano.

Nos termos do referido contrato a nossa controlada, Energen, estará obrigada a liquidar o débito por meio de 29 parcelas semestrais e sucessivas. Vale ainda mencionar que juntamente com este contrato de financiamento serão também celebrados contratos de garantias envolvendo as ações de nossa subsidiária detidas por nós e pela Água Quente, alienação fiduciária de equipamentos, garantias pessoais dos acionistas e, eventualmente, outros.

Até a data desse Formulário de Referência o desembolso do financiamento ainda não havia ocorrido, não constituindo, portanto, qualquer passivo financeiro em nossa contabilidade. A Companhia estima que o desembolso ocorrerá entre o final do mês de outubro de 2012 e início do mês de novembro de 2012.

O contrato está sujeito ao vencimento antecipado, dentre outras, nas seguintes hipóteses: (a) não pagamento das obrigações nele contidas; (b) não cumprimento de obrigações nele contidas; (c) declarações e garantias sejam incorretas ou imprecisas; (d) descumprimento de obrigações financeiras derivadas de quaisquer contratos, em montante superior a US\$ 500 mil; (e) liquidação falência, recuperação judicial e extrajudicial; (f) qualquer penhora, arresto, sequestro ou caução dos bens da Energen, seque este seja desfeito em até 15 dias; (g) revogação, modificação, suspensão ou vencimento de qualquer autorização, licença e etc. que não seja remediada em 45 dias; ilegalidade do contrato e dos contratos a ele relacionados ou qualquer das obrigações deles derivadas; (h) estatização ou interferência governamental na Energen; (i) pretensão de rescisão ou rescisão de qualquer dos contratos vinculados a este contrato; (j) da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ou a Câmara Comercializadora de Energia Elétrica, deixem de prestar seus serviço e o CDB entenda que esta cessação possa causar efeito material relevante; (k) qualquer decisão estatal ou judicial que restrinja a capacidade produtiva da Energen; (l) seja constatada a prática de qualquer ato de corrupção, lavagem de dinheiro ou financiamento de terrorismo; (m) qualquer decisão ou disputa judicial, arbitral ou administrativa que possa afetar material e adversamente o projeto; (n) de paralisação, cessação ou abandono da construção, da operação ou do projeto, ou parte considerada materialmente relevante; (o) manter um índices de cobertura de, no mínimo, 1,15.

As garantias oferecidas para a obtenção do financiamento são as seguintes:

Alienação Fiduciária de Ações e Direitos Decorrentes das Ações: na qualidade de intervenientes, alienamos fiduciariamente em favor do CDB, juntamente com a Água Quente, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade das ações de emissão da nossa controlada Energen de nossa propriedade, assim como os direitos delas decorrentes até a liquidação da dívida.

Fiança: na qualidade de intervenientes, nos obrigamos como devedores solidários das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento, até sua liquidação, renunciando expressamente às prerrogativas dos artigos 363 ao 366, 821, 827, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil.

Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: nossa controlada Energen, alienou fiduciariamente em caráter irrevogável e irretratável a propriedade condicional e a posse, direta e indireta, dos créditos advindos do contrato de celebrado com a Sinovel em 9 de setembro de 2011, do contrato celebrado com a Engevix Engenharia S.A. em 30 de setembro de 2011, dentre outros, assim como o crédito deles decorrentes, em favor do CDB.

Alienação Fiduciária de Ativos e Equipamentos: nossa controlada Energen, alienou fiduciariamente em caráter irrevogável e irretratável a propriedade e a posse, direta e indireta, dos bens descritos no anexo I do referido contrato e todo e qualquer lucro ganho ou resultante da venda, troca, aluguel, leasing, venda, transporte, e de garantia ou disponibilidade de qualquer dos ativos mencionados acima.

Cessão Condicional de Contratos em Garantia: nossa controlada Energen, alienou a posse de todos os direitos e obrigações, bem como sua posição contratual, em caráter irrevogável e irretratável, decorrentes dos contratos contrato de celebrado com a Sinovel em 9 de setembro de 2011, do contrato celebrado com a Engevix Engenharia S.A. em 30 de setembro de 2011, dentre outros, em favor do CDB.

▪ **Cédula de Crédito Bancário nº 0061_12:**

Em 20 de março de 2012, realizamos um empréstimo, mediante emissão de cédula de crédito no valor de R\$15.000.000,00 em favor do Banco Pine, com vencimento para 25/07/2012. Tal cédula foi aditivada em 25/07/2012

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

com próximo vencimento no dia 22 de novembro de 2012, o principal em uma única parcela, juntamente com os juros remuneratórios correspondentes a taxa CDI (limitado a 9% ao ano) pagos mensalmente, acrescida de sobretaxa efetiva de 4,466% ao ano.

▪ **Cédula de Crédito Bancário nº 2043012:**

Em 27 de abril de 2012, realizamos um empréstimo, mediante emissão de cédula de crédito no valor de R\$25.000.000,00 em favor do Banco ABC Brasil S.A.. Tal cédula foi aditivada em 24/10/2012 com próximo vencimento no dia 21/02/2013 e deverá ser paga em uma única parcela, juntamente com os juros remuneratórios correspondentes a taxa CDI (limitado a 9% ao ano), acrescida de sobretaxa efetiva de 3,60% ao ano.

▪ **Contrato de Abertura de Crédito BB Giro Empresa Flex nº 334.401.099:**

Em 19 de julho de 2011, firmamos este contrato com o Banco do Brasil S.A., pelo qual nos foi concedido um crédito de R\$10.000.000,00. Em 13 de agosto de 2012, formalizamos a proposta de utilização deste crédito de R\$10.000.000,00, para reforço de capital de giro. O prazo para pagamento deste empréstimo é de 12 meses, vencendo em 8 de agosto de 2013 e com taxa de média dos certificados de depósitos interbancários, acrescido da sobretaxa efetiva de 1,95% ao ano.

▪ **Nota Promissória:**

Em 14 de junho de 2012, emitimos 7 notas promissórias, cartulares, de valor nominal unitário de R\$5.000.000,00, totalizando um montante de R\$35.000.000,00.

O vencimento destas notas promissórias está previsto para 14 de dezembro de 2012, e estas notas promissórias farão jus a uma remuneração, devida na data de vencimento, equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de sobretaxa de 1,50% (um vírgula cinco por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidente sobre o valor nominal unitário destas notas promissórias, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 30 de setembro de 2012 dispúnhamos de limites de utilização de financiamentos já contratados, das nossas subsidiárias (i) Enercasa no contrato de financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 4.000 mil referente ao financiamento de longo prazo no valor total de R\$59.504 mil, tendo havido a liberação valor de R\$ 55.504 mil no mês de janeiro de 2012 e (i) Energen Energias Renováveis referente ao financiamento junto ao CDB, no valor de R\$ 98.500 mil, estando a liberação da totalidade do empréstimo prevista para o mês de novembro de 2012.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A análise e discussão apresentada a seguir sobre a nossa estrutura patrimonial, nosso resultado operacional e nosso fluxo de caixa baseia-se nas informações financeiras provenientes de nossas demonstrações financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, e de nossas informações trimestrais do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012 e 2011.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social ou período são feitas em comparação ao exercício social ou período anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

▪ ATIVO CONSOLIDADO - 30 DE SETEMBRO DE 2012 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011 – R\$MIL

Ativo	set/12	AV	dez/11	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	21.922	1,20%	41.490	2,40%	-47,16%
Aplicação financeira restrita	0	0,00%	24.799	1,43%	-100,00%
Contas a receber	25.054	1,37%	34.505	1,99%	-27,39%
Impostos a recuperar	3.292	0,18%	3.560	0,21%	-7,53%
Estoques	945	0,05%	696	0,04%	35,78%
Despesas antecipadas	4.428	0,24%	13.645	0,79%	-67,55%
Outros Ativos	4.612	0,25%	4.982	0,29%	-7,43%
Ativos não circulantes mantidos para venda	674	0,4%			100,00%
Total do ativo circulante	60.927	3,34%	123.677	7,14%	-50,74%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicação financeira restrita	34.626	1,90%	32.081	1,85%	7,93%
Partes relacionadas	59.060	3,24%	33.680	1,95%	75,36%
Imposto de renda diferido	5.044	0,28%	2.051	0,12%	145,93%
Outros ativos	27	0,00%	60	0,00%	-55,00%
Total do realizável a longo prazo	98.757	5,41%	67.872	3,92%	45,50%
Investimentos	169.397	9,29%	136.911	7,91%	23,73%
Imobilizado	1.363.400	74,74%	1.257.604	72,65%	8,41%
Intangível	131.805	7,23%	144.953	8,37%	-9,07%
Total do ativo não circulante	1.763.359	96,66%	1.607.340	92,86%	9,71%
Total do ativo	1.824.286	100,00%	1.731.017	100,00%	5,39%

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” atingiu R\$21.922 mil, apresentando uma redução de 47,16% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$41.490 mil. A variação observada é explicada principalmente pela redução do saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” das subsidiárias Seabra, Novo Horizonte e Macaúbas o qual foi utilizado nas atividades de implantação dos empreendimentos.

Aplicação financeira restrita

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era nulo, enquanto o saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$24.799 mil, representando investimento em conta reserva por força de contrato de garantia junto à instituição bancária pela carta fiança do empréstimo de R\$120.000 mil junto à SN Power. O valor da aplicação foi liberado no dia 08 de março de 2012, quando a SN Power oficialmente adquiriu participação acionária da Desenvix.

Contas a receber

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de “Contas a Receber” atingiu R\$25.054 mil, apresentando uma redução de 27,39% em

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$34.505 mil. A variação observada é explicada principalmente pela redução no saldo a receber pela venda de energia elétrica, no valor de R\$15.705 mil da subsidiária Enercasa, ocorrido após o balanço de energia entregue ocorrido no final do período de apuração e que culminou no recebimento dos recebíveis pela energia entregue. A redução do saldo de “Contas a Receber” foi parcialmente compensada pelo aumento do contas a receber das subsidiárias Seabra, Novo Horizonte e Macaúbas, no valor total de R\$4.009 mil referente ao saldo a receber pela venda de energia elétrica, fator da sua entrada em operação comercial e consequente início do faturamento.

Impostos a recuperar

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de “Impostos a recuperar” atingiu R\$3.292 mil, apresentando uma redução de 7,53% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$3.560 mil. Esta variação decorre, principalmente, da redução no saldo de tributos compensáveis na Desenvix Controladora, fruto da retenção do imposto de renda das aplicações financeiras, que por sua vez apresentou redução conforme mencionado anteriormente no item “Aplicação financeira restrita”.

Despesas antecipadas

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de “Despesas antecipadas” atingiu R\$4.428 mil, uma redução de 67,55% em comparação a 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$13.645 mil. Esta variação decorre principalmente pela transferência R\$7.421 mil alocadas anteriormente como “Despesas antecipadas” para “Realizável a longo prazo – Partes relacionadas” relativo as despesas com honorários advocatícios, gastos com auditoria externa, reestruturação organizacional, publicidade legal, dentre outras, e que tiveram como objetivo a venda de participação acionária na Companhia através da emissão de ações e as quais serão reembolsadas pelas partes que venderam sua participação da Companhia.

Ativo circulante total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 30 de setembro de 2012, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$60.927 mil, apresentando redução de 50,74% em comparação a 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$123.677 mil.

NÃO CIRCULANTE

Aplicação financeira restrita

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era de R\$34.626 mil, representando aumento de 7,93% na comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$32.081 mil, decorrente principalmente da correção pelo indexador CDI. Este saldo é composto pela aplicação financeira decorrente de obrigação derivada dos contratos de longo prazo celebrado entre nossas subsidiárias com o BNDES e BNB, em sua maioria formada por três parcelas do financiamento mais três parcelas de O&M. Maiores detalhes de nossas obrigações perante nossos financiamentos são encontrados no item 10.1.f. desse Formulário de Referência.

Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$59.060 mil, apresentando um aumento de 75,36% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando o saldo foi de R\$33.680 mil. Esta variação decorreu principalmente (i) do aumento do saldo de “Partes relacionadas” com os Controladores Jackson e FUNCEF, no valor de R\$ 5.260 mil em função da transferência do saldo de “Despesas antecipadas” relativo às despesas com emissão de ações, (ii) aumento do saldo de “Partes relacionadas” com o Controlador SN Power, no valor de R\$ 2.252 mil, em função do complemento do aporte primário de capital, uma vez que inicialmente a SN Power transferiu o montante de R\$120.000 mil como empréstimo, tendo sido descontado IOF sobre a operação, passando posteriormente a integralizar o valor do empréstimo, líquido de IOF e (iii) aumento do saldo de “Partes relacionadas” com a subsidiária São Roque, no valor de R\$14.241 mil, pelo ressarcimento dos custos de desenvolvimento do projeto à Desenvix Controladora e pelos adiantamentos de aportes necessários para sua implantação. O

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

aumento do saldo de "Partes relacionadas" com a subsidiária São Roque, pelo ressarcimento dos custos de desenvolvimento, teve como contra partida a redução da conta "Intangível".

Investimentos

Em 30 de setembro de 2011, o saldo de "Investimentos" atingiu R\$169.397 mil, apresentando um aumento de 23,73% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$136.911 mil. Esta variação decorre principalmente (i) do aumento do valor justo da participação não controladora no CERAN, no montante de R\$4.063 mil, (ii) integralização de capital na Goiás Transmissora, no montante de R\$19.890 mil e (iii) integralização de capital na MGE Transmissora, no montante de R\$5.150 mil.

Imobilizado

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de "Imobilizado" atingiu R\$1.363.400 mil, apresentando um aumento de 8,41% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$1.257.604 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do ativo imobilizado decorrente dos investimentos nos Empreendimentos em Construção, sendo (i) R\$4.308 mil referentes à Moinho, (ii) R\$6.034 mil referente à Passos Maia, (iii) R\$97.033 mil referente à Energen (iv) R\$17.149 mil referente às Usinas que compõe o Complexo Eólico da Bahia.

Intangível

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de "Intangível" atingiu R\$131.805 mil, apresentando uma redução de 9,07% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$144.953 mil. A redução é fruto principalmente pela transferência de R\$10.334 mil dos custos de desenvolvimento da UHE São Roque para a conta "Partes relacionadas", conforme mencionado anteriormente no item "Partes relacionadas".

Ativo Não Circulante Total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 30 de setembro de 2012, o saldo de "Ativo Não Circulante" atingiu R\$1.763.359 mil, apresentando um aumento de 9,71% em comparação a 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$1.607.340 mil.

Total do Ativo

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 30 de setembro de 2012, o saldo de "Total do Ativo" atingiu R\$1.824.286 mil, apresentando um aumento de 5,39% em comparação a 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$1.731.017 mil.

▪ PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO - 30 DE SETEMBRO DE 2012 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011 – R\$MIL

Passivo e patrimônio líquido	set/12	AV	dez/11	AV	AH
Circulante					
Fornecedores					
Partes relacionadas	10.857	0,60%	6.505	0,38%	66,90%
Terceiros	118.306	6,49%	134.375	7,76%	-11,96%
Financiamentos	136.268	7,47%	81.519	4,71%	67,16%
Partes relacionadas	11.727	0,64%	123.059	7,11%	-90,47%
Contas a pagar por aquisição de terras	3.173	0,17%	3.601	0,21%	-11,89%
Provisão para custos socioambientais	3.859	0,21%	2.647	0,15%	45,79%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Concessões a pagar	4.070	0,22%	5.371	0,31%	-24,22%
Salários e encargos sociais	4.264	0,23%	2.756	0,16%	54,72%
Indenizações a pagar	175	0,01%	532	0,03%	-67,11%
Impostos e contribuições	15.237	0,84%	12.610	0,73%	20,83%
Imposto de renda e contribuição social	5.147	0,28%	4.387	0,25%	17,32%
Dividendos propostos a pagar	0	0,00%	529	0,03%	-100,00%
Outros passivos	10.700	0,59%	3.601	0,21%	197,14%
Passivos não circulantes mantidos para venda	649	0,04%			100%
Total do passivo circulante	324.432	17,78%	381.492	22,04%	-14,96%
Não circulante					
Financiamentos	700.995	38,43%	674.156	38,95%	3,98%
Indenizações a pagar	2.308	0,13%	2.012	0,12%	14,71%
Imposto de Renda Diferido	7.153	0,39%	6.924	0,40%	3,31%
Provisão para custos socioambientais	5.466	0,30%	1.704	0,10%	220,77%
Concessões a pagar	71.426	3,92%	66.593	3,85%	7,26%
Outros Passivos	1.413	0,08%	0	0,00%	0,00%
Total do passivo não circulante	788.761	43,24%	751.389	43,41%	4,97%
Total do passivo	1.113.193	61,02%	1.132.881	65,45%	-1,74%
Patrimônio líquido					
Capital social	665.312	36,47%	546.787	31,59%	21,68%
Ajuste de avaliação patrimonial	44.648	2,45%	41.867	2,42%	6,64%
Reservas de lucros	8.396	0,46%	7.867	0,45%	6,72%
Lucros acumulados	-7.753	-0,42%	0	0,00%	0,00%
Participação dos não controladores	490	0,03%	1.615	0,09%	-69,66%
Total do patrimônio líquido	711.093	38,98%	598.136	34,55%	18,88%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.824.286	100,00%	1.731.017	100,00%	5,39%

CIRCULANTE

Fornecedores

Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de "Fornecedores - Partes relacionadas" foi de R\$10.857 mil, apresentando um aumento de 66,90% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando o saldo foi de R\$6.505 mil. Esta variação decorreu principalmente do aumento do saldo devido à Engevix decorrente dos serviços de EPC de nossos Empreendimentos em Construção.

Terceiros

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de "Fornecedores – Terceiros" foi de R\$118.306 mil, apresentando uma redução de 11,96% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$134.375 mil. Tal variação decorreu principalmente da redução do saldo a pagar com serviços de EPC pela (i) da construção do Parque Eólico da Bahia, da PCH Passos Maia, e da UTE Enercasa, tendo em vista que esses empreendimentos entraram em operação comercial.

Financiamentos

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de "Financiamentos" atingiu R\$136.268 mil, apresentando um aumento de 67,16% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$81.519 mil. Tal variação decorre principalmente do aumento do saldo de financiamento da Desenvix Controladora, em função da captação de empréstimo tipo ponte no valor de R\$ 75.000 mil, através de Cédula de Crédito Bancário, ocorrido em março e abril, no montante total de R\$ 40.000 mil e através da emissão de Nota Promissória, ocorrida no mês de junho, no montante total de R\$ 35.000 mil, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos empreendimentos em implantação, até que a liberação das parcelas de longo prazo ocorressem. Em contra partida,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

houve a amortização de empréstimo tipo ponte, no valor de R\$ 31.371 mil, ocorrida no mês de março. Também contribuiu para o aumento do saldo de "Financiamentos" a transferência de parcela a vencer no curto prazo do empréstimo tomado junto ao BNDES pela nossa subsidiária Enercasa.

Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de "Partes relacionadas" foi de R\$11.727 mil, apresentando redução de 90,47% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$123.059 mil. Tal variação decorre principalmente da redução do saldo do empréstimo de R\$120.000 mil tomado junto a SN Power. Em 08 de março de 2012, esse valor foi transformado em aporte primário de capital.

Contas a pagar por aquisição de terras

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de "Contas a pagar por aquisição de terras" atingiu R\$3.173 mil, apresentando redução de 11,89% na comparação como com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$3.601 mil. A redução é em função de pagamento de parte do saldo a pagar.

Provisão de Custos Socioambientais

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de "Provisão de Custos Socioambientais" atingiu R\$3.859 mil, apresentando um aumento de 45,79% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$2.647 mil. Esta variação decorreu do aumento da provisão de gastos ambientais em função das condicionantes derivadas da Licença de Operação das subsidiárias Passos Maia, Seabra, Novo Horizonte, Macaúbas que entraram em operação durante o mês de fevereiro de 2012 e julho de 2012, respectivamente, além da renovação da Licença de Operação da subsidiária Esmeralda.

Concessões a Pagar

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de "Concessões a Pagar" atingiu R\$4.070 mil, apresentando uma redução de 24,22% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$5.371 mil. Esta variação decorreu principalmente do efeito da correção monetária sobre saldo a pagar de UBP reconhecido por competência no período dos nove primeiros meses de 2012.

Salários e encargos sociais

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de "Salários e encargos sociais" atingiu R\$4.264 mil, apresentando um aumento de 54,72% em comparação com 30 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$2.756 mil. Esta variação decorreu principalmente do aumento da provisão de dissídio da categoria dos funcionários da subsidiária ENEX.

Indenizações a pagar

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de "Indenizações a pagar" atingiu R\$175 mil, apresentando redução de 67,11%, em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$532 mil. Esta variação decorreu principalmente pelos pagamentos de parte do valor contabilizado na Monel referente à provisão para custo de aquisição de equipamentos para as comunidades indígenas Votouro e Guarani Votouro, conforme termo de compromisso firmado com a FUNAI em 14 de dezembro de 2009.

Impostos e contribuições

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de "Impostos e contribuições" atingiu R\$15.237 mil, apresentando um aumento de 20,83% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$12.610 mil. Tal variação decorre principalmente da provisão de IOF a pagar sobre os empréstimos de mútuo ocorridos entre a Desenvix Controladora e suas subsidiárias, durante os nove primeiros meses de 2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imposto de renda e contribuição social

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de “Imposto de renda e contribuição social” atingiu R\$5.147 mil, permanecendo praticamente estável em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$4.387 mil.

Dividendos a pagar

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de “Dividendos a pagar” era nulo, enquanto que em 31 de dezembro de 2011 o saldo era de R\$529 mil.

Outros passivos

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$10.700 mil, apresentando um aumento de 197,14% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$3.601 mil. Esta variação decorre principalmente da constituição de provisões para gastos da subsidiária Enercasa, Moinho, Seabra, Novo Horizonte e Macaúbas com (i) projetos sociais relacionados ao empreendimento, (ii) gastos com adequação de meio ambiente e (iii) gastos com o acabamento do empreendimento, uma vez que os mesmos entraram recentemente em fase de operação.

Total do passivo circulante

Em função do acima exposto, em 30 de setembro de 2012 o saldo de “Total do passivo circulante” atingiu R\$324.432 mil, apresentando redução de 14,96% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$381.492 mil.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Financiamentos

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$700.995 mil, apresentando um aumento de 3,98% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$674.156 mil. Esta variação decorre principalmente (i) da liberação do financiamento do BNDES da UTE Decasa, no valor de R\$ 55.504 mil, ocorrido em janeiro de 2012, (ii) da liberação do financiamento do BNDES da PCH Passos Maia, no valor de R\$ 7.600 mil, ocorrido em janeiro de 2012, tendo afetado nosso balanço em 50% do valor haja visto nossa participação no empreendimento. Por outro lado, contribuiu para mitigar o aumento do saldo não circulante de financiamentos a transferência de principal a vencer para o curto prazo, no valor aproximado de R\$ 21.775 mil, dos empréstimos tomados junto ao BNDES dos empreendimentos Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa e Monjolinho, além da transferência de principal a vencer para o curto prazo, no valor aproximado de R\$ 6.469 mil dos empréstimo tomado junto ao FINEP da Desenvix Controladora.

Indenizações a pagar

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de “Indenizações a pagar” atingiu R\$2.308 mil, apresentando aumento de 14,71% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando o saldo era de R\$2.012 mil. A variação decorre da atualização monetária do valor contabilizado na Monel referente à constituição de provisão para custo de aquisição de equipamentos para as comunidades indígenas Votouro e Guarani Votouro, conforme termo de compromisso firmado com a FUNAI em 14 de dezembro de 2009.

Provisão para Custos Socioambientais

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de “Provisão para Custos Socioambientais” atingiu R\$5.466 mil, apresentando um aumento de 220,77% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$1.704 mil. Esta variação decorreu do aumento da provisão de gastos ambientais em função das condicionantes derivadas da Licença de Operação das subsidiárias

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passos Maia, Seabra, Novo Horizonte e Macaúbas que entraram em operação durante o mês de fevereiro de 2012 e julho de 2012, respectivamente, além da renovação da Licença de Operação da subsidiária Esmeralda. A variação foi parcialmente mitigada pela redução decorrente da mudança da classificação de “não circulante” para “circulante” no provisionamento das condicionantes derivadas da Licença de Operação da Monel.

Concessões a pagar

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de “Concessões a pagar” atingiu R\$71.426 mil, apresentando aumento de 7,26% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$66.593 mil. Esta variação decorre principalmente da correção monetária do saldo a pagar, parcialmente mitigado pelo efeito da mudança da classificação de “não circulante” para “circulante” sobre saldo a pagar de UBP (longo prazo) reconhecido por competência do período dos nove primeiros meses de 2012.

Total de passivo não circulante

Em função do acima exposto, em 30 de setembro de 2012, o saldo de “Total de passivo não circulante” atingiu R\$788.761 mil, apresentando um aumento de 4,97% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$751.389 mil.

Patrimônio líquido

Em 30 de setembro de 2012, o saldo de “Patrimônio líquido” foi de R\$711.093 mil, apresentando um aumento de 18,88% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$598.136 mil. Esta variação se deu por força do aumento na conta “Capital Social”, em função da integralização de R\$120.000 mil pelo controlador SN Power e em menor escala pela variação no ajuste de avaliação patrimonial decorrente da avaliação das nossas participações não controladoras nos empreendimentos CERAN e Dona Francisca e pelo aumento no saldo de reservas de lucro.

Total do passivo e patrimônio líquido

Em função do acima exposto, em 30 de setembro de 2012 o saldo da conta “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$1.824.286 mil, apresentando um aumento de 5,39% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$1.731.017 mil.

■ COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 30 DE SETEMBRO DE 2011 – R\$MIL

	9M12	9M11	AH
Fornecimento de energia elétrica	134.706	79.948	68,49%
Serviços prestados	16.845	7.982	111,04%
Receita líquida operacional	151.551	87.930	72,35%
Custo das vendas e dos serviços prestados	-10.574	-5.052	109,30%
Custo do serviço de energia elétrica	-65.943	-31.157	111,65%
Custo Total	-76.517	-36.209	111,32%
Lucro bruto	75.034	51.721	45,07%
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	-23.071	-14.115	63,45%
Honorários da administração	-3.203	-3.047	5,12%
Com estudos em desenvolvimento	-2.676	-3.045	-12,12%
Perdas com contratos de energia	0	-2.466	-100,00%
Outras receitas operacionais, líquidas	-854	-244	250,00%
	-29.804	-22.917	30,05%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	45.230	28.804	57,03%
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	-59.599	-45.071	32,23%
Receitas financeiras, líquidas de tributos	6.582	4.663	41,15%
	-53.017	-40.408	31,20%
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	2.625	1.172	123,98%
Dividendos recebidos	946	833	13,57%
Divisão para passivo a descoberto			
Ganho/perda com Investimentos	441	17.551	-97,49%
	4.012	19.556	-79,48%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-3.775	7.952	-147,47%
Imposto de renda e contribuição social	-4.003	-1.663	140,71%
Lucro líquido (prejuízo) do período	-7.778	6.289	-223,68%
Atribuível aos:			
Acionistas da companhia	-7.753	6.343	-222,23%
Não controladores	-25	-54	-53,70%
	-7.778	6.289	-223,68%
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	-0,0734	0,0634	-215,73%

Nossas receitas consistem principalmente de fornecimento de energia elétrica, serviços prestados e receita de venda e reembolso de projetos.

Receita operacional líquida

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012 a receita operacional líquida total somou R\$ 151.551 mil, representando aumento de 72,35% na comparação período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011, quando o valor foi de R\$ 87.930 mil. O aumento foi ocasionado pelo crescimento de 68,49% da receita operacional líquida de fornecimento de energia elétrica, pelo aumento de 115,4% da receita operacional líquida de serviços de O&M e pelo aumento de 18,0% da receita operacional líquida de outros serviços.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Fornecimento de energia elétrica

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, o fornecimento de energia elétrica gerou receita líquida de R\$ 134.706 mil, apresentando um aumento de 68,5% em comparação com o período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011, quando a receita líquida de fornecimento de energia elétrica foi de R\$79.948 mil. O aumento na receita líquida de fornecimento de energia elétrica no período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012 decorreu (i) do preço médio da energia comercializada das usinas, o qual apresentou crescimento médio de 6,1% motivado pelos reajustes contratuais, contribuindo com cerca de R\$ 6.313 mil adicionais à receita líquida (ii) da receita de venda de energia da PCH Moinho, a qual entrou em operação durante o mês de setembro de 2011, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 8.297 mil, (iii) da receita de venda de energia da UTE Enercasa, a qual entrou em operação durante o mês de outubro de 2011, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 22.153 mil, (iv) da receita de venda de energia da PCH Passos Maia, a qual entrou em operação durante o mês de fevereiro de 2012, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 8.227 mil, já considerando a participação de 50% da Desenvix no empreendimento e (v) da receita de venda de energia das Usinas que compreendem o Complexo Eólico da Bahia, as quais entraram em operação durante o mês de julho de 2012, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 11.620 mil.

Serviços prestados

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Serviços prestados de O&M

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, a receita líquida de serviços de O&M somou R\$16.655 mil, representando um aumento de 112,92% em relação ao período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011, quando atingiu R\$7.822 mil. Esta variação decorreu (i) do aumento no faturamento de serviços de O&M da controlada ENEX, decorrente da expansão de suas atividades operacionais, conforme demonstrado na tabela a seguir e (ii) pela aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, a receita líquida gerada pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir do dia 1ª de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Desenvix passou a consolidar em suas demonstrações financeiras 100% da receita líquida gerada pela ENEX.

Em 30 de setembro de 2012, a ENEX possuía 34 contratos de prestação de serviços de O&M, os quais somavam uma capacidade instalada de 1.145 MW, representando um aumento de 13,3% na comparação com 30 de setembro de 2011, quando possuía 30 contratos, que somavam uma capacidade instalada de 1.070 MW. Sua carteira de contratos está dividida em empreendimentos em operação e empreendimentos em construção, sendo os primeiros os responsáveis pelo incremento em seu faturamento, uma vez que o faturamento por serviços de O&M tem início no instante da entrada em operação dos empreendimentos.

A quantidade de contratos com empreendimentos em operação, responsáveis pelo faturamento, passaram de 21 para 29, representando aumento de 38,1%. Já o crescimento da capacidade instalada dos contratos em operação foi de 7,0%. A redução percentual da quantidade de contratos em construção, bem como a redução de sua capacidade instalada é justificada pela entrega em operação dos empreendimentos.

Contratos em carteira	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2012	Var %
Quantidade Total	30	34	13,3
- Em operação	21	29	38,1
- Em construção	9	5	-44,4
Potência Total (MW)	1.070	1.145	7,0
- Em operação	925	1.015	9,7
- Em construção	145	130	-10,3

Serviços prestados de outros serviços

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, a receita líquida de outros serviços prestados somou R\$190 mil, um aumento de 18% em relação ao período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011, quando atingiu R\$161 mil. Esta receita é composta, principalmente, pelo faturamento da Desenvix Controladora com serviços de gerenciamento dos empreendimentos em operação e implantação, além de serviço de consultoria prestado a outras empresas.

Custos dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados totalizou R\$76.517 mil no período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, apresentando um aumento de 111,3% na comparação com o período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011, quando atingiu R\$36.209 mil, equivalentes a 50,5% e 41,2% da receita operacional líquida do período, respectivamente. O crescimento do período foi influenciado, principalmente, pelo aumento do custo com compra de energia, pelo aumento de 122,8% no custo dos serviços prestados de O&M, bem como, pelo aumento de 54,5% no custo de fornecimento de energia elétrica.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Custo do serviço de energia elétrica

Diferentemente das Informações Trimestrais do período encerrado em 30 de setembro de 2012, onde o custo com compra de energia é somado ao custo de fornecimento de energia, destacamos o custo com compras de energia para tratarmos do tema separadamente em função da influência sobre o resultado econômico dos nove primeiros meses de 2012 da Companhia.

Fornecimento de energia elétrica

O custo do serviço de fornecimento de energia elétrica no período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012 foi de R\$46.692 mil, apresentando aumento de 54,5%, em comparação com o período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011, quando atingiu R\$31.157 mil. O aumento de 54,5% no custo do serviço de fornecimento de energia elétrica foi inferior ao aumento de 68,5% da receita com o serviço de fornecimento de energia elétrica. O crescimento tem como principal causa o aumento na quantidade de usinas em operação. Durante o período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012 tínhamos a PCH Moinho, a PCH Passos Maia, a UTE Enercasa e as Usinas que compõem o Complexo Eólico da Bahia em operação comercial, e juntas foram responsáveis por cerca de R\$ 17.878 mil adicionais ao custo de fornecimento de energia elétrica, enquanto que no mesmo período de 2011 as mesmas encontravam-se em construção. Apesar do aumento global, ao compararmos o custo do fornecimento de energia das usinas em operação no período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011 contra o período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, entre elas PCH Esmeralda, PCH Santa Laura, PCH Santa Rosa e UHE Monjolinho, observamos uma redução de cerca de R\$615 mil, demonstrando o resultado favorável do plano de contingenciamento de custos das nossas usinas em operação.

Custo com compra de energia elétrica

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, o custo com compra de energia elétrica foi de R\$19.251 mil, composta por (i) provisão contábil para compra de energia da Enercasa, no valor de R\$11.400 mil, (ii) compra de energia no mercado livre, no valor de R\$2.800 mil relativo à comercializado da energia excedente da Enercasa, a qual possui receita equivalente, (iii) compra de bagaço de cana para a geração de energia da Enercasa, no valor de R\$ 3.600 mil, (iv) compra de energia para a PCH Passos Maia, no valor de R\$1.400 mil, para complementar os compromissos comerciais assumidos em seu CCVE que previa a comercialização da energia a partir do mês de janeiro de 2012, já considerando a participação de 50% da Desenvix na subsidiária. Como a autorização para operação comercial somente ocorreu no mês de fevereiro de 2012, a Companhia adquiriu a energia referente ao mês de janeiro de 2012. Adicionalmente obteve o benefício de adquirir a energia a um preço médio de R\$117,11 por MWh, menor do que o preço líquido, descontado os impostos, do seu CCVE, que em janeiro de 2012 era R\$186,99 por MWh.

A provisão contábil para compra de energia, no valor de R\$11.400 mil da Enercasa foi efetuada devido à paralisação da Usina Pau D'alho, fornecedora de vapor d'água à UTE Decasa, durante os primeiros meses de 2012, em função da manutenção preventiva da sua área fabril, realizada anualmente no período da entressafra da cana de açúcar. Também contribuiu para o provisionamento a baixa produção de cana de açúcar, que reduziu a oferta de bagaço, resíduo proveniente da moagem da cana de açúcar, necessário para a geração de energia elétrica através da geração do vapor de água. Os valores provisionados serão ajustados à medida que se confirmarem a geração total de energia.

Custo das vendas e dos serviços prestados

Serviços de O&M

O custo dos serviços de O&M prestados no período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012 foi de R\$10.397 mil, apresentando um aumento de 122,8%, em comparação com período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011 quando atingiu R\$4.666 mil. Esta variação decorreu do aumento das atividades operacionais da controlada ENEX. Outro fator de aumento do custo dos serviços de O&M prestados nos nove primeiros meses de 2012 foi a aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no mês de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, o custo dos serviços de O&M prestados gerado pela subsidiária era consolidado representando seu percentual de participação. A partir do dia 1º de setembro de 2011, data da sua aquisição, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% dos custos dos serviços de O&M prestados pela ENEX.

Outros serviços

O custo dos outros serviços no período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012 foi de R\$177 mil, apresentando uma redução de 54,1%, em comparação com período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011 quando atingiu

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

R\$386 mil. O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Desenvix Controladora, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação e construção, além do desenvolvimento de projetos. Essa conta é factível de reversão de custos, quando do reconhecimento dos direitos de ressarcimento relacionados ao desenvolvimento de projetos, anteriormente reconhecidos no ativo intangível.

Despesas (Receitas) operacionais

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, as despesas operacionais atingiram R\$29.804 mil, apresentando um aumento de 30,1% em comparação com o período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011, quando atingiram R\$22.917 mil. As despesas operacionais representaram 19,7% e 26,1% da receita operacional líquida do período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012 e 2011, respectivamente.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas gerais e administrativas:

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, as despesas gerais e administrativas atingiram R\$23.071 mil, apresentando um aumento de 63,5% em comparação com o período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011, quando atingiram R\$14.115 mil. Tal variação decorreu principalmente (i) do aumento nas despesas gerais e administrativas da ENEX, no valor de R\$4.471 mil, em decorrência do aumento da sua atividade operacional, conforme já mencionado anteriormente, além da aquisição do seu controle integral pela e (ii) do aumento nas despesas gerais e administrativas dos empreendimentos em operação, no valor de R\$ 5.150 mil especialmente em função (a) da entrada em operação da PCH Moinho, PCH Passos Maia, UTE Enercasa e das Usinas do Complexo Eólico da Bahia que acrescentaram R\$3.143 mil às despesas administrativas e (b) dos gastos com a implantação do sistema de gestão ERP e serviços de terceiros das demais usinas em operação. Por outro lado, contribuiu para a redução das despesas gerais e administrativas a redução de R\$588 mil da despesa da Desenvix Controladora especialmente em função do menor gasto com serviços de terceiros e com pessoal.

Honorários da administração

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, as despesas com honorários da administração atingiram R\$3.203 mil, apresentando um aumento de 5,1% em comparação com o período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011, quando atingiram R\$3.047 mil. A variação é resultado (i) da correção salarial ocorrido durante 2012, (ii) a partir de 2012 o INSS patronal incidente sobre honorários passou a ser considerado como Honorários da administração. Por outro lado, favoreceu para a redução das despesas com honorários da administração a vacância da posição de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, o qual foi representado, durante o primeiro semestre de 2012, de forma cumulativa, pelo Diretor Presidente da Companhia, enquanto o indicado ao cargo providenciava os documentos necessários para sua residência permanente no Brasil, uma vez que sua origem é norueguesa, conforme AGE de 08 de março de 2012.

Com estudos em desenvolvimento

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, as despesas com estudos em desenvolvimento atingiram R\$2.676 mil, apresentando uma redução de 12,1% na comparação com o período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011. No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012 as despesas foram em sua grande maioria destinadas ao desenvolvimento dos projetos da UHE Foz do Piquiri e UHE Comissário, que juntas, foram responsáveis por R\$970 mil do total gasto.

A Companhia atua em todo o ciclo de geração de energia, desde o desenvolvimento de projetos, passando pela implantação de empreendimentos e finalizando com a operação e manutenção das usinas. Na área de estudos e desenvolvimento de projetos, investe em estudos de viabilidade ambiental, de inventário e projetos básicos e outros. Quando o projeto possui cláusula resolutiva que garanta o ressarcimento dos gastos incorridos no seu desenvolvimento, ou alguma habilitação que garanta a sua implantação, os valores investidos são contabilizados na conta do balanço patrimonial ativo intangível, do contrário são contabilizados na conta de resultado gastos com estudos em desenvolvimento. Nesse sentido, nos nove primeiros meses de 2012, a Companhia investiu R\$2.676 mil com estudo e desenvolvimento de projetos, dos quais R\$ 2.676 mil foram apropriados ao resultado. O saldo, em 30 de setembro de 2012, da conta ativo intangível da Controladora era de R\$ 17.182 mil, tendo

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

sofrido redução, na comparação com 31 de dezembro de 2011, pela transferência dos custos a serem reembolsados pelo desenvolvimento da UHE São Roque para contas a receber com partes relacionadas com a própria São Roque Energética S.A., além da baixa pelo recebimento do reembolso referente ao desenvolvimento do projeto Baixo Iguaçu ocorrido no mês de setembro.

Tabela: Desenvix Controladora:

Gastos com estudo e desenvolvimento de projetos (R\$ mil)	31 de dezembro de 2011	30 de setembro de 2012
Incorridos no período	7.228	2.676
Apropriados ao Resultado	4.352	2.676
Saldo Ativo Intangível	32.516	17.182

Perdas com contratos de energia

As perdas com contratos de energia apresentaram saldo nulo no período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012. O saldo de R\$2.466 mil observado no período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011 é fruto do reconhecimento das perdas pela energia não entregue pela UTE Enercasa em 2010, sendo reconhecida pela Companhia a qual pagou a penalidade pela energia não entregue.

Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012 as outras despesas (receitas) operacionais líquidas atingiram uma despesa de R\$854 mil, em comparação com uma também despesa de R\$244 mil no período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011. O valor de 2012 é composto pela despesa de R\$863 mil com amortização, do ágio de nossa controlada ENEX. No período também apuramos receita de R\$9 mil, referente à alienação de bens da subsidiária ENEX.

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias

Em função do acima exposto, no período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, nosso lucro operacional antes do resultado financeiro atingiu R\$45.230 mil, apresentando um aumento de 57,03% sobre o período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011, quando obtivemos um lucro operacional antes do resultado financeiro de R\$28.804 mil.

Resultado financeiro

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$53.017 mil, aumento de 31,2% na comparação com o período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$40.408 mil.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Despesas financeiras

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, as despesas financeiras atingiram R\$59.599 mil, apresentando um aumento de 32,2% em comparação com o período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011, quando atingiram R\$45.071 mil. Tal variação é decorrente da combinação dos seguintes fatores: (i) do aumento de 464,8% com despesas de fiança bancária exigidas na contratação de financiamentos como forma de garantia além do reconhecimento a pagar, no valor de R\$5.000 mil, das despesas com Garantias Corporativas dadas pelo nosso Controlador Jackson em nossos empréstimos bancários exigidas na contratação de financiamentos, (ii) do aumento com despesas de concessões a pagar referente à contribuição pela Utilização do Bem Público ("UBP") da UHE Monjolinho, em função do reconhecimento no resultado de 2012 da correção monetária ocorrida no ano anterior, (iii) da redução das despesas financeiras com IOF, em função da

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

redução dos empréstimos ponte no período e mútuo entre a Desenvix Controladora e suas subsidiárias, (iv) do aumento de 15,4% das despesas financeiras com financiamentos, que passaram de R\$34.050 mil nos nove meses de 2011 para R\$39.296 mil nos nove meses de 2012, principalmente em função da entrada em operação da PCH Moinho, PCH Passos Maia, UTE Enercasa e Usinas do Complexo Eólico da Bahia, que passaram a contabilizar suas despesas com o financiamento tomado junto ao BNDES e BNB na conta de resultado.

O aumento das despesas financeiras com financiamentos foi parcialmente compensado (i) pela redução de R\$5.380 mil das despesas com financiamentos da Desenvix Controladora, proveniente dos empréstimos de curto prazo, na categoria de empréstimo ponte, contraídos com a finalidade de permitir o andamento das obras dos empreendimentos em implantação até que as liberações dos financiamentos de longo prazo ocorressem (ii) pela redução de R\$2.167 mil no valor dos juros amortizados dos atuais empréstimos do BNDES, das controladas em operação, PCH Esmeralda, PCH Santa Laura, PCH Santa Rosa e UHE Monjolinho, uma vez que os juros pagos são decrescentes e em função da redução da taxa TJLP, a partir de julho de 2012, de 6% para 5,5%, e (iii) pela redução dos juros pagos pela Desenvix Controladora no financiamento tomado junto ao FINEP, no valor de R\$ 698 mil uma vez que os juros pagos são decrescentes e em função da redução da taxa TJLP, a partir de julho de 2012, de 6% para 5,5%

Em junho de 2012 a Companhia emitiu R\$35.000 mil em Notas Promissórias, medida favorável à redução das despesas financeiras com financiamentos uma vez que sofrerão correção pela variação de 100% do CDI mais spread de 1,5% a.a., sendo inferior aos spreads dos empréstimos ponte tomados anteriormente, cujo spread médio era de 4% a.a..

Outro fator favorável à redução das despesas financeiras com financiamentos é a redução, a partir de julho de 2012, da TJLP de 6% para 5,5%. Nosso endividamento bancário em 30 de setembro de 2012 era composto 57% por empréstimos atrelados à TJLP.

Em agosto de 2012 e em outubro de 2012 o BNDES autorizou a retirada da Fiança Bancária da UHE Monjolinho e da PCH Santa Laura, respectivamente, por terem atingindo o Índice de Cobertura da Dívida, além de preencherem todas as demais condicionantes estabelecidas em contrato. Essa medida propiciará redução da despesa financeira com cartas de fiança bancária.

Receitas financeiras

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012 as receitas financeiras atingiram R\$6.582 mil, representado aumento de 41,2% na comparação com o período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011 quando atingiram R\$4.663. Tal variação é decorrente principalmente do aumento com variações monetárias ativas atreladas à correção monetária dos direitos a receber da UHE São Roque, referente ao seu reembolso, da correção do mútuo com a Usina Pau D'alto e da correção monetária incidente sobre o recebimento do reembolso do custo de desenvolvimento do projeto Baixo Iguaçu. Por outro lado, contribuiu para a redução das receitas financeiras a (i) redução da receita com aplicações financeiras, relacionadas à queda do CDI, indicador utilizado para a correção de nossas aplicações financeiras e (ii) redução de juros e outras receitas financeiras.

Resultados de participações societárias

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, o resultado de participações societárias foi positivo em R\$4.012 mil, em comparação com um resultado também positivo de R\$19.556 mil no período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Equivalência patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial do período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012 é composto principalmente pelo resultado positivo da subsidiária Goiás Transmissão S.A., no valor de R\$1.540 mil, bem como pelo resultado positivo da subsidiária MGE Transmissão S.A., no valor de R\$878 mil.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Dividendos recebidos

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, recebemos dividendos da nossa participação societária minoritária mantida nas empresas Dona Francisca e Complexo Energético Rio das Antas, totalizando R\$946 mil.

Ganho/perda com investimento

O valor de ganho com investimento no ano de 2012, no valor de R\$ 441 mil, representa o ganho no aumento de participação na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A, na qual a Desenvix passou de 88,33% para 95,0% de participação em setembro de 2012. Já o resultado de 2011, no valor de R\$ 17.551 mil, representa o ganho no aumento de participação da subsidiária ENEX, na qual a Desenvix passou de 50% para 100% de participação em setembro de 2011.

Imposto de renda e contribuição social do exercício

A Desenvix, assim como as suas controladas Enex e UHE Monjolinho, optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012 as despesas com IRPJ e CSLL somaram R\$4.003 mil, contra R\$1.663 mil do período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011. O aumento é fruto principalmente da (i) contabilização do IRPJ diferido da subsidiária UHE Monjolinho, em função da variação de resultado apurado entre a base de cálculo do resultado societário e regulatório, além da (ii) contabilização do IRPJ diferido da Desenvix Controladora, calculado sobre a variação do valor justo dos investimentos disponíveis para venda.

PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, a participação de não controladores foi de R\$25 mil, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A. O aumento representa a maior atividade de investimento, haja visto a fase de implantação.

(Prejuízo) Lucro líquido do exercício

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, foi registrado um prejuízo de R\$7.778 mil, enquanto que no período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011 apuramos um lucro de R\$6.289 mil, em linha com os efeitos mencionados anteriormente.

▪ **ATIVO CONSOLIDADO - 31 DE DEZEMBRO DE 2011 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010 – R\$MIL**

Ativo	Dez 2011	AV	Dez 2010	AV	AH
Circulante					
		2,40%		5,09%	(28,06)%
Caixa e equivalentes de caixa	41.490		57.672		
Aplicação financeira restrita	24.799	1,43%	0	0,00%	100,00%
Contas a receber	34.505	1,99%	28.107	2,48%	22,76%
Impostos a recuperar	3.560	0,21%	2.288	0,20%	55,59%
Estoques	696	0,04%	653	0,06%	6,58%
Outros ativos	4.982	0,29%	0	0,00%	100,00%
Despesas antecipadas	13.645	0,79%	4.688	0,41%	191,06%
	123.677	7,14%	93.408	8,24%	32,41%
Não circulante					

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Realizável a longo prazo					
Aplicação financeira restrita	32.081	1,85%	18.139	1,60%	76,86%
Partes relacionadas	33.680	1,95%	26.379	2,33%	27,68%
Imposto de renda diferido	2.051	0,12%	0	0,00%	100,00%
Outros ativos	60	0,00%	7	0,00%	757,14%
	67.872	3,92%	44.525	3,93%	52,44%
Investimentos	136.911	7,91%	87.660	7,73%	56,18%
Imobilizado	1.257.604	72,65%	807.875	71,26%	55,67%
Intangível	144.953	8,37%	100.270	8,84%	44,56%
Total do ativo não circulante	1.607.340	92,86	1.040.330	91,76%	54,50%
Total do ativo	1.731.017	100,00%	1.133.738	100,00%	57,68%

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” atingiu R\$41.490 mil, apresentando uma redução de 28,06% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$57.672 mil. A variação observada é explicada principalmente (i) pela redução de R\$38.729 mil no saldo da Desenvix Controladora, valor utilizado para investimento nas subsidiárias em implantação durante o ano de 2011. Em contrapartida, observou-se no período um aumento do saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” (i) na Seabra, no valor de R\$6.445 mil, (ii) na Novo Horizonte, no valor de R\$9.510 mil, (iii) na Macaúbas, no valor de R\$8.625 mil e (iv) Passos Maia, no valor de R\$1.841 mil, em função do saldo remanescente da parcela do financiamento de longo prazo. O saldo remanescente refere-se a uma redução de caixa e equivalentes de caixa nos demais Empreendimentos.

Aplicação financeira restrita

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era nulo, enquanto o saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$24.799 mil, representando investimento em conta reserva por força de contrato de garantia junto à instituição bancária pela carta fiança do empréstimo de R\$120.000 mil junto à SN Power. O valor da aplicação foi liberado no dia 08 de março de 2012, quando a SN Power oficialmente adquiriu participação acionária da Desenvix.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Contas a Receber” atingiu R\$34.505 mil, apresentando um aumento de 22,76% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$28.107 mil. A variação observada é explicada principalmente pelo (i) saldo a receber pela venda de energia elétrica, no valor de R\$17.867 mil da subsidiária Enercasa. Por outro lado, contribuiu para a redução no saldo de “Contas a Receber” o (i) recebimento do reembolso dos custos incorridos com o projeto UHE Garibaldi e o (ii) recebimento do depósito judicial da subsidiária Monel.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Impostos a recuperar” atingiu R\$3.560 mil, apresentando um aumento de 55,59% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$2.288 mil. Esta variação decorre, principalmente, do reconhecimento contábil de um saldo de tributos compensáveis na Desenvix Controladora no valor de R\$663 mil, sendo tal valor fruto da retenção do imposto de renda das aplicações financeiras.

Despesas antecipadas

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Despesas antecipadas” atingiu R\$13.645 mil, um aumento de 191,06% em comparação a 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$4.688 mil. Esta variação decorre principalmente (i) das despesas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

com abertura de capital na Desenvix Controladora no valor R\$6.500 mil, (ii) do pagamento dos prêmios de seguros de responsabilidade civil e risco de engenharia das subsidiárias e (iii) do pagamento de seguro garantia da subsidiária Macaúbas.

Ativo circulante total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$123.677 mil, apresentando um aumento de 32,41% em comparação a 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$93.408 mil.

NÃO CIRCULANTE

Aplicação financeira restrita

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era de R\$32.081 mil, apresentando um aumento de 76,86% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$18.139 mil. Esta variação decorre, principalmente, da constituição de “Conta Reserva” no valor de R\$5.238 mil em nome da Macaúbas, no valor de R\$4.489 mil em nome da Novo Horizonte e no valor de R\$4.489 mil em nome da Seabra, decorrente de obrigação derivada de contrato celebrado com o BNB.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$33.680 mil, apresentando um aumento de 27,68% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando o saldo foi de R\$26.379 mil. Esta variação decorreu, principalmente (i) do repasse na forma de mútuo ao longo do exercício de 2011 de (a) R\$2.993 mil da Desenvix Controladora à Usina Pau D’Alho, (b) repasse de R\$4.275 mil da Desenvix Controladora à Funcef e (c) do repasse de R\$14.529 mil da Desenvix Controladora à Jackson. Em contrapartida, o aumento no saldo foi parcialmente compensado pela liquidação do saldo de mútuo da Desenvix Controladora com a Engenix no montante de R\$10.655 mil ao longo do exercício de 2011.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Investimentos” atingiu R\$136.911 mil, apresentando um aumento de 56,18% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$87.660 mil. Esta variação decorre principalmente (i) do aumento de R\$499 mil no investimento em terras relacionadas aos nossos Empreendimentos e nosso Portfólio de Projetos, (ii) da integralização de capital na EPP, (iii) do aumento do valor justo da participação minoritária no CERAN, no montante de R\$8.840 mil, (iv) integralização de capital na Goiás Transmissora, no montante de R\$20.857 mil e (v) integralização de capital na MGE Transmissora, no montante de R\$17.497 mil.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$1.257.604 mil, apresentando um aumento de 55,67% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$807.875 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do ativo imobilizado decorrente dos investimentos nos Empreendimentos em Construção, sendo (i) R\$51.002 mil referentes à Moinho, (ii) R\$289.887 mil referente ao Complexo Eólico Bahia, (iii) R\$38.370 mil referente à Passos Maia, e (iv) R\$70.611 mil referente à Enercasa.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Intangível” atingiu R\$144.953 mil, apresentando um aumento de 44,56% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$100.270 mil. O aumento observado foi fruto principalmente do ágio na aquisição da ENEX, no valor de R\$ 36.100 mil.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo Não Circulante Total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2011, o saldo de "Ativo Não Circulante" atingiu R\$1.607.340 mil, apresentando um aumento de 54,50% em comparação a 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.040.330 mil.

Total do Ativo

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2011, o saldo de "Total do Ativo" atingiu R\$1.731.017 mil, apresentando um aumento de 57,68% em comparação a 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.113.738 mil.

▪ PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO - 31 DE DEZEMBRO DE 2011 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010 – R\$MIL

Passivo e patrimônio líquido	Dez 2011	AV	Dez 2010	AV	AH
Circulante					
Fornecedores					
Partes relacionadas	6.505	0,38%	18.267	1,61%	(64,39%)
Terceiros	134.375	7,76%	24.211	2,14%	455,02%
Financiamentos	81.519	4,71%	47.920	4,23%	70,11%
Partes relacionadas	123.059	7,11%	909	0,08%	13.437,84%
Contas a pagar por aquisição de terras	3.601	0,21%	4.972	0,44%	(27,57)%
Provisão para custos socioambientais	2.647	0,15%	1.801	0,16%	46,97%
Concessões a pagar	5.371	0,31%	5.266	0,46%	1,99%
Salários e encargos sociais	2.756	0,16%	1.365	0,12%	101,90%
Indenizações a pagar	532	0,03%	356	0,03%	49,44%
Impostos e contribuições	12.610	0,73%	7.534	0,66%	67,37%
Imposto de renda e contribuição social	4.837	0,25%	2.288	0,20%	91,74%
Dividendos propostos a pagar	529	0,03%	0	0,00%	100,00%
Outros passivos	3.601	0,21%	1.792	0,16%	100,95%
Total do passivo circulante	381.492	22,04%	116.681	10,29%	226,95%
Total do Passivo	1.132.881	65,45%	545.514	48,12%	107,67%
Não circulante					
Financiamentos	674.156	38,95%	351.092	30,97%	92,02%
Indenizações a pagar	2.012	0,12%	1.988	0,18%	1,21%
Imposto de Renda Diferido	6.924	0,40%	3.505	0,31%	97,55%
Provisão para perda em contrato de fornecimento de energia	0	0,00%	2.237	0,20%	-100,00%
Provisão para custos socioambientais	1.704	0,10%	2.626	0,23%	(35,11)%
Concessões a pagar	66.593	3,85%	67.385	5,94%	(1,18)%
Total do passivo não circulante	751.389	43,41%	428.833	37,82%	75,22%
Patrimônio líquido					
Capital social	546.787	31,59%	546.787	48,23%	0,00%
Ajuste de avaliação patrimonial	41.867	2,42%	35.587	3,14%	17,65%
Reservas de lucros	7.867	0,45%	5.850	0,52%	34,48%
Participação dos não controladores	1.615	0,09%	0	0,00%	100,00%
Total do Patrimônio líquido	598.136	34,55%	588.224	51,88%	1,680%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.731.017	100,00%	1.133.738	100,00%	52,68%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

CIRCULANTE

Fornecedores

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Fornecedores - Partes relacionadas” foi de R\$6.505 mil, apresentando uma redução de 64,39% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando o saldo foi de R\$18.267 mil. Esta variação decorreu principalmente da redução do saldo devido à Engevix decorrente dos serviços de EPC de nossos Empreendimentos em Construção.

Terceiros

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Fornecedores – Terceiros” foi de R\$134.375 mil, apresentando um aumento de 455,02% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$24.211 mil. Tal variação decorreu principalmente do aumento nos gastos com serviços de EPC pela (i) da construção do Parque Eólico da Bahia, da PCH Passos Maia, e da UTE Enercasa.

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$81.519 mil, apresentando um aumento de 70,11% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$47.920 mil. Tal variação decorre principalmente do aumento do saldo de financiamento da Desenvix Controladora, em função do saldo de R\$30.000 mil com empréstimo tipo ponte, tomado com o objetivo de garantir o andamento dos nossos empreendimentos em implantação, enquanto o financiamento de longo prazo não fosse liberado.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$123.059 mil, apresentando um aumento de 13.437,84% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$909 mil. Tal variação decorre principalmente do saldo do empréstimo de R\$120.000 mil tomado junto a SN Power. Em 08 de março de 2012, esse valor foi transformado em aporte primário de capital.

Contas a pagar por aquisição de terras

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Contas a pagar por aquisição de terras” atingiu R\$3.601 mil, apresentando uma redução de 27,57% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$4.972 mil. Tal variação decorreu principalmente da liquidação, no exercício de 2011, do saldo a pagar das terras adquiridas ainda no exercício de 2009.

Provisão de Custos Socioambientais

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Provisão de Custos Socioambientais” atingiu R\$2.647 mil, apresentando um aumento de 46,97% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.801 mil. Esta variação decorreu do aumento da provisão de gastos ambientais em função das condicionantes derivadas da Licença de Operação da Moinho e Enercasa, que entraram em operação durante o ano de 2011.

Concessões a Pagar

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Concessões a Pagar” atingiu R\$5.371 mil, apresentando um aumento de 1,99% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$5.266 mil. Esta variação decorreu principalmente do efeito da correção monetária sobre saldo a pagar de UBP reconhecido por competência no exercício de 2011.

Salários e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Salários e encargos sociais” atingiu R\$2.756 mil, apresentando um aumento de 101,9% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.365 mil. Esta variação decorreu principalmente do aumento do quadro de colabores da nossa subsidiária ENEX, que passou de 241 para 343 funcionários.

Indenizações a pagar

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Indenizações a pagar” atingiu R\$532 mil, apresentando um aumento de 49,44%, em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$356 mil. Esta variação decorreu principalmente da atualização de parte do valor contabilizado na Monel referente à provisão para custo de aquisição de equipamentos para as comunidades indígenas Votouro e Guarani Votouro, conforme termo de compromisso firmado com a FUNAI em 14 de dezembro de 2009.

Impostos e contribuições

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Impostos e contribuições” atingiu R\$12.610 mil, apresentando um aumento de 67,37% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$7.534 mil. Tal variação decorre principalmente da provisão de IOF a pagar sobre os empréstimos de mútuo ocorridos entre a Desenvix Controladora e suas subsidiárias, durante o ano de 2011.

Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Imposto de renda e contribuição social” atingiu R\$4.837 mil, apresentando um aumento de 91,74% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$2.288 mil. Tal variação decorre principalmente do aumento do faturamento de nossos Empreendimentos em Operação, ensejando, consequentemente, o aumento do valor de imposto de renda e contribuição social reconhecidos por competência no exercício de 2011.

Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Dividendos a pagar” apresentou saldo nulo, em comparação com um saldo de R\$529 mil em 31 de dezembro de 2011. Tal variação é explicada pela provisão de pagamento mínimo referente ao resultado do exercício de 2011.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$3.601 mil, apresentando um aumento de 100,95% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.792 mil. Esta variação decorre principalmente da constituição de provisões para gastos da subsidiária Enercasa com (i) projetos sociais relacionados ao empreendimento, (ii) gastos com adequação de meio ambiente e (iii) gastos com o acabamento do empreendimento.

Total do passivo circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2011 o saldo de “Total do passivo circulante” atingiu R\$381.492 mil, apresentando um aumento de 226,95% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$116.681 mil.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de "Financiamentos" atingiu R\$674.156 mil, apresentando um aumento de 92,02% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$351.092 mil. Esta variação decorre principalmente (i) da liberação do financiamento do BNDES da PCH Passos Maia, no valor de R\$ 79 milhões, tendo influenciado nosso endividamento consolidado em R\$ 39,5 milhões, haja visto a nossa participação de 50% no empreendimento, (ii) da liberação do financiamento do BNDES da PCH Moinho, no valor de R\$ 47,8 milhões, (iii) da liberação do financiamento do BNB para as Usinas do Complexo Eólico Desenvix Bahia (Macaúas, Novo Horizonte e Seabra), no valor aproximado de R\$ 268 milhões e (iv) da captação de empréstimo tipo ponte no valor de R\$ 211 milhões, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos empreendimentos em implantação, até que a liberação das parcelas de longo prazo ocorressem. Por outro lado, contribuiu para mitigar o aumento do endividamento (i) a redução de R\$ 8,6 milhões no saldo do FINEP, em função das amortizações ocorridas no período, (ii) a amortização de principal, no valor de R\$ 28,8 milhões, dos empréstimos tomados junto ao BNDES dos empreendimentos Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa e Monjolinho e (iii) a amortização de principal de empréstimo tipo ponte, no valor de R\$ 181 milhões

Indenizações a pagar

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de "Indenizações a pagar" atingiu R\$2.012 mil, apresentando um aumento de 1,21% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando o saldo era de R\$1.988 mil. A variação decorre da atualização monetária do valor contabilizado na Monel referente à constituição de provisão para custo de aquisição de equipamentos para as comunidades indígenas Votouro e Guarani Votouro, conforme termo de compromisso firmado com a FUNAI em 14 de dezembro de 2009.

Provisões para perda em contrato de fornecimento de energia

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta "Provisões para perda em contrato de fornecimento de energia" era nulo, em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando o saldo era de R\$2.237 mil. A variação decorre da baixa contábil na Enercasa referente à constituição de provisão para as perdas estimadas em função do atraso na construção do Empreendimento, resultando no não atendimento dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE.

Provisão para Custos Socioambientais

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de "Provisão para Custos Socioambientais" atingiu R\$1.704 mil, apresentando uma redução de 35,11% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$2.626 mil. Esta redução decorre da mudança da classificação de "longo prazo" para "curto prazo" no provisionamento das condicionantes derivadas da Licença de Operação da Monel.

Concessões a pagar

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de "Concessões a pagar" atingiu R\$66.593 mil, apresentando uma redução de 1,18% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$67.385 mil. Esta variação decorre principalmente do efeito da mudança da classificação de "longo prazo" para "curto prazo" sobre saldo a pagar de UBP (longo prazo) reconhecido por competência no exercício de 2011.

Total de passivo não circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2011, o saldo de "Total de passivo não circulante" atingiu R\$751.389 mil, apresentando um aumento de 75,22% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$428.833 mil.

Participação dos não controladores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de "Participação dos não controladores" era inexistente, em comparação com o saldo de R\$1.615 mil em 31 de dezembro de 2011, representado pela participação de não controladores da nossa subsidiária Energen.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de "Patrimônio líquido" foi de R\$598.136 mil, apresentando um aumento de 1,68% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$588.224 mil. Esta variação se deu por força da variação no ajuste de avaliação patrimonial decorrente da avaliação das nossas participações minoritárias nos empreendimentos CERAN e Dona Francisca, além do aumento no saldo de reservas de lucro.

Total do passivo e patrimônio líquido

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2011 o saldo da conta "Total do passivo e patrimônio líquido" atingiu R\$1.731.017 mil, apresentando um aumento de 52,68% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.133.738 mil.

▪ COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 – R\$MIL

	2011	2010	AH
Fornecimento de energia elétrica	130.061	100.232	29,76%
Serviços prestados	13.342	6.114	118,22%
Receita de venda e reembolso de projetos		5.803	(100,00%)
Receita líquida operacional	143.403	112.149	27,87%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(9.309)	(9.800)	(5,01%)
Custo do serviço de energia elétrica	(64.524)	(38.163)	69,07%
	(73.833)	(47.963)	53,94%
Lucro bruto	69.570	64.186	8,39%
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	(23.817)	(15.341)	55,25%
Honorários da administração	(4.396)	(2.392)	83,78%
Com estudos em desenvolvimento	(4.352)	1.795	(342,45%)
Perdas com contratos de energia	(2.466)	-	100,00%
Outras receitas operacionais, líquidas	(276)	1.577	(117,5%)
	(35.307)	(14.361)	145,85%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	34.263	49.825	(31,23%)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(54.729)	(45.228)	21,01%
Receitas financeiras, líquidas de tributos	7.083	7.623	(7,08%)
	(47.646)	(37.605)	26,70%
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	1.580	(89)	(1875,28%)
Dividendos recebidos	941	212	343,87%
Ganho com Investimento	17.264	0	100,00%
Amortização direitos - contratos firmes	(383)	0	100,00%
	19.402	123	15.673,98%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	6.019	12.343	(51,24%)
Imposto de renda e contribuição social	(3.571)	(2.706)	31,97%
Lucro líquido (prejuízo) antes da participação de minoritários	2.448	9.637	(74,60%)
Atribuível a			
Acionistas da companhia	2.546	8.924	(71,47%)
Participação de não controladores	(98)	713	(113,74%)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.448	9.637	(74,60%)

Nossas receitas consistem principalmente de fornecimento de energia elétrica, serviços prestados e receita de venda e reembolso de projetos.

Receita operacional líquida

Em 2011, a receita operacional líquida total somou R\$ 143.403 mil, representando aumento de 27,9% na comparação com 2010, quando o valor foi de R\$ 112.149 mil. O aumento foi ocasionado pelo crescimento de 29,8% da receita líquida de fornecimento de energia elétrica do período, além do aumento de 144,2% da receita líquida de serviços de O&M. O aumento na receita operacional líquida total foi parcialmente compensado pela redução de 72,9% da receita líquida de outros serviços, além da receita com reembolso de projetos em 2011 ter sido nula.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Fornecimento de energia elétrica

Em 2011, o fornecimento de energia elétrica gerou receita líquida de R\$ 130.061 mil, apresentando um aumento de 29,8% em comparação com 2010, quando a receita líquida de fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 100.232 mil. O aumento na receita líquida de fornecimento de energia elétrica em 2011 decorreu (i) do preço médio da energia comercializada das PCHs, o qual apresentou crescimento motivado pelos reajustes contratuais, (ii) da receita de venda de energia da PCH Moinho, a qual entrou em operação durante o mês de setembro de 2011, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 4.556 mil, (iii) da receita de venda de energia da UTE Enercasa, a qual entrou em operação durante o mês de outubro de 2011, entretanto por força contratual contribuiu com a receita líquida de R\$ 21.198 mil referente ao fornecimento dos 12 meses do ano (maiores detalhes são encontrados no item Custo dos Serviços Prestados) e (iv) da redução da receita aferida no ano de 2010 devido à implementação da reestruturação societária ocorrida nos meses de julho e agosto de 2010, visando a preparação de um veículo para o IPO, quando as empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A. foram temporariamente subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de ser consideradas no resultado consolidado da Companhia.

Em contrapartida ao aumento na receita líquida de fornecimento de energia elétrica em 2011, foram observados fatores que contribuíram para sua redução, entre eles: (i) o menor preço líquido médio da energia comercializada no período, praticado pela controlada UHE Monjolinho motivado pelo fim de seu CCVE celebrado no ACL e início do seu CCVE no ACR, conforme comentado no item Preço Líquido Médio da Energia Comercializada e (ii) ajuste negativo do MRE da PCH Santa Rosa, no valor de R\$ 2,8 milhões, pela não disponibilidade no sistema em parte do ano, em função do sinistro ocorrido na casa de força da usina, conforme comentado no item Disponibilidade Média Geral da Companhia.

Serviços prestados

Serviços prestados de serviços de O&M

Em 2011, a receita líquida de serviços de O&M somou R\$ 13.145 mil, representando um aumento de 144,2% em relação à 2010, quando atingiu R\$ 5.384 mil. Esta variação decorreu (i) do aumento no faturamento de serviços de O&M da controlada

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ENEX, decorrente da expansão de suas atividades operacionais, conforme demonstrado na tabela a seguir e (ii) pela aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, a receita líquida gerada pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir do dia 1º de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% da receita líquida gerada pela ENEX.

Em 31 de dezembro de 2011, a ENEX possuía 31 contratos de prestação de serviços de O&M, os quais somavam uma capacidade instalada de 1.082 MW, representando um aumento de 30,2% na comparação com 31 de dezembro de 2010, quando possuía 20 contratos, que somavam uma capacidade instalada de 831 MW. Sua carteira de contratos está dividida em empreendimentos em operação e empreendimentos em construção, sendo os primeiros os responsáveis pelo incremento em seu faturamento, uma vez que o faturamento por serviços de O&M tem início no instante da entrada em operação dos empreendimentos.

Contratos em carteira	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	Var %
Quantidade Total	20	31	55,0
- Em operação	15	26	73,3
- Em construção	5	5	-
Potência Total (MW)	831	1.082	30,2
- Em operação	470	955	103,2
- Em construção	361	127	-64,8

Serviços prestados de outros serviços

Em 2011, a receita líquida de outros serviços prestados somou R\$ 198 mil, uma redução de 72,9% em relação à 2010, quando atingiu R\$ 730 mil. Esta variação decorreu, principalmente, da redução do faturamento da Desenvix Controladora, composto por serviços de gerenciamento dos empreendimentos em operação e implantação, além de serviços de consultoria prestados às outras empresas do Grupo Engevix.

Reembolso de projetos

A receita líquida com reembolso de projetos ocorre quando somos indenizados por gastos com o desenvolvimento de projetos que não obtivemos autorização ou concessão para sua exploração. Em 2010, o projeto da UHE Garibaldi, projeto desenvolvido internamente na Desenvix, foi a leilão público. Em função das tarifas de energia praticadas no leilão a Administração interrompeu seu lance e a concessão para exploração da UHE foi para um concorrente. Assim, a receita apresentada em 2010 é referente ao reembolso dos gastos de desenvolvimento do projeto da UHE Garibaldi.

Em 2011, tivemos o leilão da UHE São Roque, no qual foram gastos cerca de R\$ 174 mil no seu desenvolvimento. Como fomos os vencedores do leilão, não seremos reembolsados, porém somos autorizados a aportar o valor gasto na SPE criada para a implantação e exploração da concessão.

Custos dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados totalizou R\$ 73.833 mil 2011, apresentando um aumento de 53,9% na comparação com 2010, quando atingiu R\$ 47.963 mil, equivalente à 51,5% e 42,8% da receita operacional líquida do período, respectivamente. O crescimento do período foi influenciado, principalmente, pelo custo com compra de energia, o qual foi nulo em 2010, pelo aumento de 171,2% no custo dos serviços prestados de O&M, bem como, pelo aumento de 50,4% no custo de fornecimento de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

energia elétrica, entretanto, o aumento do custo foi mitigado pelo valor nulo do custo com reembolso de projetos.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custo do serviço de energia elétrica

Diferentemente das Demonstrações Financeiras Padronizadas de 2011, onde o custo com compra de energia é somado ao custo de fornecimento de energia, nesse relatório de administração destacamos o custo com compras de energia para tratarmos do tema separadamente em função da influência sobre o resultado econômico de 2011 da Companhia.

Fornecimento de energia elétrica

O custo do serviço de fornecimento de energia elétrica em 2011 foi de R\$ 39.929 mil, apresentando diminuição de 6,9%, em comparação com 2010, quando atingiu R\$ 42.889 mil. O aumento observado foi inferior a inflação registrada no período. Apesar do crescimento, o aumento demonstra o resultado favorável do plano de contingenciamento de custos das nossas usinas em operação. Em 2011 tínhamos a PCH Moinho e UTE Encarsa operando, e juntas foram responsáveis por R\$ 2,3 milhões adicionais ao custo de fornecimento de energia elétrica, enquanto que em 2010 ambas estavam em construção. Outro ponto a ser observado que reforça o plano de contingenciamento é o fato das empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A, na base de 2010, terem sido subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson durante os meses de julho e agosto, devido a implementação da reestruturação societária.. Caso retornássemos esses valores à base de 2010, a variação do custo com fornecimento de energia elétrica seria negativa, apresentando redução real, na comparação entre os períodos.

Custo com compra de energia elétrica

O custo com compra de energia elétrica em 2010 foi nulo, enquanto que em 2011, o montante foi de R\$ 24.595 mil. Esse aumento decorreu (i) da compra de energia para a PCH Moinho, no valor de R\$ 956 mil, para complementar os compromissos comerciais assumidos em seu CCVE que previa a possibilidade de antecipação na comercialização da energia do mês de janeiro de 2012 para o mês de agosto de 2011. Como a autorização para operação comercial somente ocorreu no mês de setembro de 2011, a Companhia adquiriu a energia referente ao mês de agosto de 2011, em contra partida, faturou as receitas dos meses de agosto até dezembro de 2011. Adicionalmente obteve o benefício de adquirir a energia a um preço médio de R\$ 120,79, menor do que o preço líquido, descontado os impostos, do seu CCVE, que em agosto de 2011 era R\$ 173,44.

Também contribuiu para o aumento do custo com compra de energia (ii) a compra de energia para a subsidiária UTE Decasa, no valor de R\$ 22.874 mil, para fazer frente aos compromissos comerciais assumidos em seu CCVE que previa a comercialização de energia nos meses de janeiro até dezembro de 2011, mas, tendo recebido a autorização para operação comercial apenas no mês de outubro de 2011. No caso da UTE Decasa, a compra da energia trouxe o benefício da adimplência da entrega da energia, evitando assim a incidência da penalidade da CCEE, no valor de R\$ 11,5 milhões. Adicionalmente, a adimplência da entrega permitiu o faturamento do seu CCVE, durante o ano de 2011, garantindo receita de R\$ 21.198 mil à subsidiária.

Custo das vendas e dos serviços prestados

Serviços de O&M

O custo dos serviços de O&M prestados em 2011 foi de R\$ 8.053 mil, apresentando um aumento de 171,2%, em comparação com 2010, quando atingiu R\$ 2.969 mil. Esta variação decorreu do aumento das atividades operacionais da controlada ENEX. Para fazer frente ao aumento na quantidade de novos contratos de O&M, a Companhia aumentou em 42% o quadro de funcionários, passando de 241 em 31 de dezembro de 2010 para 343 em 31 de dezembro de 2011, aumentando assim seus custos com folha de pagamento. Outro fator de aumento do custo dos serviços de O&M prestados em 2011 foi a aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no mês de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, o custo dos serviços de O&M prestados gerado pela subsidiária era consolidado representando seu percentual de participação. A partir do dia 1º de setembro de 2011, data da sua aquisição, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% dos custos dos serviços de O&M prestados pela ENEX.

Reembolso de projetos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O custo com reembolso de projeto em 2011 foi nulo, enquanto que em 2010 atingiu R\$ 5.803 mil. O custo com reembolso de projetos ocorre no momento em que há o recebimento do ressarcimento dos custos com o desenvolvimento de projetos, conforme comentado no item Receita líquida de reembolso de projetos.

Outros serviços

O custo dos outros serviços em 2011 foi de R\$ 1.256 mil, apresentando uma diminuição de 443,86%, em comparação com 2010, quando atingiu R\$ 6.831 mil. O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Desenvix Controladora, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação e construção, além do desenvolvimento de projetos. Essa conta é factível de reversão de custos, quando do reconhecimento dos direitos de ressarcimento relacionados ao desenvolvimento de projetos, anteriormente reconhecidos no ativo intangível.

Despesas (receitas) operacionais

Em 2011, as despesas operacionais atingiram R\$ 35.307 mil, apresentando um aumento de 141,8% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 14.361 mil. As despesas operacionais representaram 24,6% e 12,8% da receita operacional líquida de 2011 e 2010, respectivamente.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas gerais e administrativas:

Em 2011, as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 23.817 mil, apresentando um aumento de 55,2% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 15.341 mil. Tal variação decorreu (i) do aumento nas despesas gerais e administrativas da Desenvix Controladora, no valor de R\$ 2.211 mil, especialmente em função (a) dos gastos com a implantação do sistema de gestão ERP, no valor de R\$ 1 milhão, (b) dos gastos com pessoal contratados para a engenharia do proprietário das usinas em implantação, (c) dos gastos com a auditoria externa, no valor de R\$ 942 mil, enquanto que em 2010 tais despesas estão alocadas como despesas antecipadas com IPO e não no resultado e (d) pela reversão de despesas do resultado de 2010, reconhecidas como reembolsáveis pela auditoria da ANEEL para o projeto da UHE Garibaldi, (ii) em função do aumento nas despesas gerais e administrativas da ENEX, no valor de R\$ 2.241 mil, em decorrência do aumento da sua atividade operacional, conforme já mencionado anteriormente, além da aquisição do seu controle integral pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011, a qual passou a consolidar em seu resultado 100% das despesas, (iii) em função do aumento nas despesas gerais e administrativas dos empreendimentos em implantação, principalmente pelo início da implantação da Eólica Barra dos Coqueiros, (iv) em função do aumento nas despesas gerais e administrativas dos empreendimentos em operação, especialmente em função (a) da entrada em operação da PCH Moinho e da UTE Enercasa que acrescentaram R\$ 1.069 mil às despesas administrativas, (b) dos gastos com a implantação do sistema de gestão ERP, no valor de R\$ 300 mil, (c) e pela implementação da reestruturação societária ocorrida nos meses de julho e agosto de 2010, quando as empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A. passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de ser consideradas no resultado consolidado da Companhia, conforme mencionado no início desse capítulo.

Honorários da administração

Em 2011, as despesas com honorários da administração atingiram R\$ 4.396 mil, apresentando um aumento de 83,8% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 2.392 mil. Tal variação decorreu, principalmente, da reestruturação organizacional da companhia, com a criação das Vice-Presidências e a introdução de Conselho de Administração e Fiscal remunerados, de forma a prepará-la para seu crescimento futuro.

Com estudos em desenvolvimento

Em 2011, as despesas com estudos em desenvolvimento atingiram R\$ 4.352 mil, enquanto que em 2010 houve uma receita de R\$ 1.795 mil. As despesas com custos refletem os valores investidos na manutenção e desenvolvimento da nossa carteira de projetos. Já em 2010 a despesa sofreu influência do valor de R\$ 6.087 mil transferido do resultado para o ativo intangível, após a auditoria da ANEEL validar os custos reembolsável da UHE São Roque.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia atua em todo o ciclo de geração de energia, desde o desenvolvimento de projetos, passando pela implantação de empreendimentos e finalizando com a operação e manutenção das usinas. Na área de estudos e desenvolvimento de projetos, investe em estudos de viabilidade ambiental, de inventário e projetos básicos e outros. Quando o projeto possui cláusula resolutiva que garanta o ressarcimento dos gastos incorridos no seu desenvolvimento, ou alguma habilitação que garanta a sua implantação, os valores investidos são contabilizados na conta do balanço patrimonial ativo intangível, do contrário são contabilizados na conta de resultado gastos com estudos em desenvolvimento. Nesse sentido, no ano de 2011, a Companhia investiu R\$ 7.228 mil com estudo e desenvolvimento de projetos, dos quais R\$ 4.352 mil foram apropriados ao resultado. O saldo, em 31 de dezembro de 2011, da conta ativo intangível da Desenvix controladora era de R\$ 32.516 mil.

Desenvix Controladora:

Gastos com estudo e desenvolvimento de projetos (R\$ mil)	2010	2011
Incorridos no período	13.794	7.228
Apropriados ao Resultado	4.292	4.352
Saldo Ativo Intangível	29.640	32.516

Perdas com contratos de energia

As perdas com contratos de energia apresentaram saldo nulo em 2010. O saldo observado em 2011 é fruto do reconhecimento das perdas pela energia não entregue pela UTE Enercasa em 2010.

Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

Em 2011 as outras despesas (receitas) operacionais líquidas atingiram R\$ 276 mil, em comparação com uma receita de R\$ 1.577 mil em 2010. A despesa de 2011 é referente principalmente à provisão para perda de devedores duvidosos, enquanto que a receita de 2010 é referente ao recebimento da parcela final da venda de nossa participação no consórcio chamado de "Consórcio de Empresas" (detentor de projetos eólicos localizados no estado de Santa Catarina).

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias

Em função do acima exposto, no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2011, nosso lucro operacional antes do resultado financeiro atingiu R\$34.263 mil, apresentando uma redução de 31,23% sobre o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando obtivemos um lucro operacional antes do resultado financeiro de R\$49.825 mil.

Resultado financeiro

Em 2011, o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 47.646 mil, aumento de 26,7% na comparação com 2010, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 37.605 mil.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Despesas financeiras

Em 2011, as despesas financeiras atingiram R\$ 54.729 mil, apresentando um aumento 21% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 45.228 mil. Tal variação é decorrente (i) do aumento de 31,6% das despesas financeiras com financiamentos, que passaram de R\$ 34.124 mil em 2010 para R\$ 44.899 mil em 2011, principalmente em função (a) do aumento de R\$ 2.562 mil das despesas com financiamentos da Desenvix Controladora, proveniente dos empréstimos de curto prazo, na categoria de empréstimo ponte, contraídos ao longo de 2011, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos empreendimentos em

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

implantação até que as liberações dos financiamentos de longo prazo ocorressem, (b) da entrada em operação da PCH Moinho e da UTE Enercasa, que passaram a contabilizar suas despesas com o financiamento tomado junto ao BNDES na conta de resultado, contribuindo com R\$ 2 milhões para o aumento, além (c) da implementação da reestruturação societária ocorrida nos meses de julho e agosto de 2010, quando as empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A. passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de ser consideradas no resultado consolidado da Companhia, conforme mencionado anteriormente. O aumento das despesas financeiras com financiamentos foi parcialmente compensado (a) pela redução de R\$ 2 milhões no valor dos juros amortizados dos atuais empréstimos do BNDES, das controladas em operação, uma vez que os juros pagos são decrescentes e (b) pela redução de nos juros pagos pela Desenvix Controladora no financiamento tomado junto ao FINEP, no valor de R\$ 1 milhão uma vez que os juros pagos são decrescentes. O aumento das despesas financeiras também é decorrente (i) do aumento de 25% com despesas de fiança bancária exigidas na contratação de financiamentos como forma de garantia, além (ii) do aumento de 14,7% com despesas com IOF, principalmente pelos financiamentos tipo ponte contratados ao longo de 2011. Em contra partida ao aumento das despesas financeiras, houve redução das despesas com concessões a pagar e outras despesas de 43,1%. A conta é composta principalmente por despesas relacionadas às concessões a pagar, referente à contribuição pela Utilização do Bem Público ("UBP") da UHE Monjolinho, entretanto a redução se deve principalmente pelo ajuste de juros sobre capital próprio pago pela subsidiária UHE Monjolinho, no momento de sua consolidação com as demais empresas do Grupo.

Nossa despesa financeira com financiamentos também sofreu redução pela capitalização dos juros e despesas com IOF incorridos devido aos empréstimos pontes tomados ao longo de 2011, uma vez que seu propósito era o de obter um ativo qualificável. Respeitando o Item 12 do CPC-20, a Companhia elegeu R\$ 19.976 mil de um total de R\$ 64.875 mil com despesas decorrentes dos empréstimos pontes ao seu ativo imobilizado, no momento da sua consolidação.

Receitas financeiras

Em 2011, as receitas financeiras atingiram R\$ 7.083 mil, apresentando redução de aumento 7,1% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 7.623 mil. Tal variação é decorrente principalmente da redução com variações monetárias ativas. Contribuíram de forma contrária à redução da receita financeira, o aumento com receitas financeiras com aplicações financeiras e o aumento de juros e outras receitas.

Resultados de participações societárias

Em 2011, o resultado de participações societárias foi positivo em R\$ 19.402 mil, em comparação com um resultado também positivo de R\$ 123 mil em 2010.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Equivalência patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial de 2011 é composto pelo resultado positivo da subsidiária Goiás Transmissão S.A., no valor de R\$ 1.254 mil, bem como pelo resultado positivo da subsidiária MGE Transmissão S.A., no valor de R\$ 455 mil e pelo também resultado negativo da subsidiária Enerpar, no valor de R\$ 127 mil.

Dividendos recebidos

Em 2011, recebemos dividendos da nossa participação societária minoritária mantida nas empresas Dona Francisca e Complexo Energético Rio das Antas, totalizando R\$ 941 mil, sendo R\$ 322 mil e R\$ 619 mil, respectivamente.

Ganho com investimentos

Em 2011, nosso resultado apresenta ganho com investimentos no valor de R\$ 17.264 mil, fruto da operação de compra da nossa subsidiária ENEX. De acordo com as práticas contábeis a Companhia reconheceu o ganho pela aumenti da participação detida anteriormente na ENEX.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Amortização de ágio

Em 2011, apuramos despesa de R\$ 383 mil com amortização de ágio, referente ao ágio de nossa controlada ENEX.

Imposto de renda e contribuição social do exercício

A Desenvix, assim como as suas controladas Enex e UHE Monjolinho, optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2011, as despesas com IRPJ e CSLL somaram R\$ 3.571 mil, contra R\$ 2.706 mil de 2010. O aumento é fruto principalmente da (i) contabilização do IRPJ diferido da subsidiária UHE Monjolinho, em função da variação de resultado apurado entre a base de cálculo do resultado societário e regulatório, além da (ii) contabilização do IRPJ diferido da Desenvix Controladora, calculado sobre a variação do valor justo dos investimentos disponíveis para venda.

PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

Em 2011, a participação de não controladores foi de R\$ (98) mil, representando a participação de não controladores nos lucros na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A.. Já em 2010, o saldo da participação de não controladores era prejuízo de R\$ 713 mil e representava a participação do Caixa FIP Cevix nos nossos resultados.

Lucro líquido do exercício

Em 2011, foi registrado um lucro líquido de R\$ 2.448 mil, enquanto que em 2010 apuramos um lucro líquido de R\$ 9.637 mil, em linha com os efeitos mencionados anteriormente.

Ressaltamos que conforme comentários do item Ganho com investimentos, nosso resultado foi afetado positivamente pela operação de compra de participação da nossa subsidiária ENEX.

▪ ATIVO CONSOLIDADO - 31 DE DEZEMBRO DE 2010 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009 – R\$MIL

Ativo	Dez 2010	AV	Dez 2009	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	57.672	5,09%	30.331	3,57%	90,14%
Investimentos temporários	0	0,00%	243	0,03%	(100,0%)
Contas a receber	28.107	2,48%	19.111	2,25%	47,07%
Aplicação financeira restrita	0	0,00%	463	0,05%	(100,0%)
Dividendos a receber	0	0,00%	691	0,08%	(100,0%)
Impostos a recuperar	2.288	0,20%	1.645	0,19%	39,09%
Estoques	653	0,06%	716	0,08%	(8,80%)
Outros ativos	0	0,00%	340	0,04%	(100,0%)
Despesas antecipadas	4.688	0,41%	1.534	0,18%	205,61%
	93.408	8,24%	55.074	6,48%	69,60%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicação financeira restrita	18.139	1,60%	9.130	1,07%	98,67%
Partes relacionadas	26.379	2,33%	5.263	0,62%	401,22%
Outros ativos	7	0,00%	2	0,00%	250,00%
	44.525	3,93%	14.395	1,69%	209,31%
Investimentos	87.660	7,73%	77.867	9,16%	12,58%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imobilizado	807.875	71,26%	603.072	70,92%	33,96%
Intangível	100.270	8,84%	99.941	11,75%	0,33%
Total do ativo não circulante	1.040.330	91,76%	795.275	93,52%	30,81%
Total do ativo	1.133.738	100,00%	850.349	100,00%	33,33%

ATIVO

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” atingiu R\$57.672 mil, apresentando um aumento de 90,14% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$30.331 mil. A variação observada é explicada principalmente (i) pela incorporação da Cevix que, em 30 de setembro de 2010 (data da sua incorporação pela Companhia), tinha um saldo de R\$82.854 mil em “Caixa e equivalentes de caixa” (o item 6.5.1 deste Formulário de Referência contém maiores detalhes sobre a reestruturação que culminou com a incorporação da Cevix pela Companhia), e (ii) pelo aumento do saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” da (a) Santa Rosa no valor de R\$1.839 mil, (b) Santa Laura no valor de R\$1.507 mil e (c) Monel no valor de R\$5.579 mil. Em contrapartida, observou-se no período uma redução do saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” (i) na Esmeralda, no valor de R\$356 mil e (ii) na Moinho, no valor de R\$7.644 mil. O saldo remanescente refere-se a uma redução de caixa e equivalentes de caixa nos demais Empreendimentos no montante de R\$ 672 mil.

Investimentos temporários

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Investimentos temporários” era nulo, enquanto o saldo em 31 de dezembro de 2009 era de R\$243 mil, representando investimento em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) adquiridas pelo Caixa FIP Cevix.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Contas a Receber” atingiu R\$28.107 mil, apresentando um aumento de 47,07% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$19.111 mil. A variação observada é explicada principalmente pelo (i) reconhecimento contábil do reembolso dos custos incorridos com o projeto UHE Garibaldi, no montante de R\$6.412 mil, e (ii) aumento do saldo de contas a receber da Monel no montante de R\$2.454 mil. O saldo remanescente no montante de R\$126 mil refere-se ao aumento observado no saldo de contas a receber de nossas demais controladas decorrente da correção monetária dos valores de nossos contratos de compra e venda de energia.

Aplicação financeira restrita

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era nulo, enquanto o saldo em 31 de dezembro de 2009 era de R\$463 mil, representando uma aplicação financeira de curto prazo adquirida para atender às exigências contratuais de liquidez decorrentes do empréstimo efetuado junto ao Banco Pine. Referido empréstimo junto ao Banco Pine foi quitado ao longo do exercício de 2010.

Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Dividendos a receber” era nulo, em comparação a 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$691 mil. O saldo de “Dividendos a receber” foi zerado uma vez que os dividendos foram todos pagos até 30 de setembro de 2010.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Impostos a recuperar” atingiu R\$2.288 mil, apresentando um aumento de 39,09% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$1.645 mil. Esta variação decorre, principalmente, do reconhecimento contábil de um saldo de tributos compensáveis na Desenvix Controladora no valor de R\$941 mil, sendo tal valor fruto da revisão do montante do imposto de renda devido no exercício de 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Despesas antecipadas

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Despesas antecipadas” atingiu R\$4.688 mil, um aumento de 205,61% em comparação a 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$1.534 mil. Esta variação decorre principalmente (i) das despesas com abertura de capital na Desenvix Controladora no valor R\$2.688 mil, e (ii) do pagamento dos prêmios de seguros de responsabilidade civil e risco de engenharia de (a) R\$106 mil por Macaúbas, (b) R\$139 mil por Enercasa, (c) R\$126 mil por Novo Horizonte, (d) R\$101 mil por Seabra e (e) R\$307 mil por Passos Maia.

Ativo circulante total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$93.408 mil, apresentando um aumento de 69,60% em comparação a 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$55.074 mil.

NÃO CIRCULANTE

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$26.379 mil, apresentando um aumento de 401,22% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando o saldo foi de R\$5.263 mil. Esta variação decorreu, principalmente (i) do repasse na forma de mútuo ao longo do exercício de 2010 de (a) R\$3.211 mil da Desenvix Controladora à Enercasa, (b) repasse de R\$10.302 mil da Desenvix Controladora à Usina Paud' alho, (c) do repasse de R\$2.110 mil da Desenvix Controladora à Passos Maia e (d) do repasse de R\$101 mil da Desenvix Controladora à Bom Retiro, e (ii) do aporte de capital realizado pela Desenvix Controladora nas LTs MGE e Goiás que, à época do aporte, ainda pertenciam à Engevix, razão pela qual reconhecemos contabilmente um crédito contra a Engevix no montante total do aporte no valor de R\$10.655 mil (o item 7.1.2.2.5 contém um detalhamento das condições de aquisição das LTs MGE e Goiás da Engevix). Em contrapartida, o aumento no saldo foi parcialmente compensado pela liquidação do saldo de mútuo da Desenvix Controladora com a Jackson no montante de R\$4.754 mil ao longo do exercício de 2010.

Aplicação financeira restrita

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era de R\$18.139 mil, apresentando um aumento de 98,67% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$9.130 mil. Esta variação decorre, principalmente, da constituição de “Conta Reserva” no valor de R\$9.284 mil em nome da Monel, decorrente de obrigação derivada de contrato celebrado com o BNDES. O item 10.1 (f) deste Formulário de Referência contém uma descrição pormenorizada de nossos contratos financeiros.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Investimentos” atingiu R\$87.660 mil, apresentando um aumento de 12,58% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$77.867 mil. Esta variação decorre principalmente (i) do aumento de R\$7.476 mil no investimento em terras relacionadas aos nossos Empreendimentos e nosso Portfólio de Projetos, (ii) da integralização de capital na EPP, no montante de R\$714 mil e (iii) do ágio na aquisição da Passos Maias no montante de R\$3.541 mil.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$807.875 mil, apresentando um aumento de 33,96% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$603.072 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do ativo imobilizado decorrente dos investimentos nos Empreendimentos em Construção, sendo (i) R\$36.612 mil referentes à

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Moinho, (ii) R\$164.745 mil referente às Usinas do Complexo Eólico da Bahia (Seabra, Novo Horizonte e Macaúbas), (iii) R\$23.996 mil referente à Passos Maia, e (iv) R\$5.161 mil referente à Enercasa. Em contrapartida, o imobilizado sofreu redução pela depreciação ocorrida no ativo imobilizado dos Empreendimentos em Operação, no valor de R\$22.637 mil. O impacto da depreciação mencionada anteriormente é resultado da adoção, por nós, do padrão contábil internacional nas demonstrações financeiras do exercício de 2010 e 2009. O item 10.4 deste Formulário de Referência contém um detalhamento dos efeitos da adoção do padrão contábil internacional sobre nossas demonstrações financeiras.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de "Intangível" atingiu R\$100.270 mil, apresentando um aumento de 0,33% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$99.941 mil. O saldo da conta permaneceu praticamente inalterado em função do saldo líquido entre a redução provocada pela amortização do intangível dos Empreendimentos em Operação, no montante de R\$3.998 mil, parcialmente compensada com os gastos com EVTE, estudos de inventário e projetos básicos referentes aos nossos Projetos na Desenvix Controladora. Ainda, contribuiu positivamente para o aumento do saldo de "Intangível", no montante de R\$3.541 mil, o Direito de Autorização pela qual a Adami S.A. cedeu à Companhia o direito de subscrever ações representativas de 50,0% do capital social da Passos Maia. Maiores detalhes estão disponíveis no item 29 das notas explicativas de nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Ativo Não Circulante Total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2010, o saldo de "Ativo Não Circulante" atingiu R\$1.040.330 mil, apresentando um aumento de 30,81% em comparação a 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$795.275 mil.

Total do Ativo

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2010, o saldo de "Total do Ativo" atingiu R\$1.113.738 mil, apresentando um aumento de 33,33% em comparação a 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$850.349 mil.

▪ PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO - 31 DE DEZEMBRO DE 2010 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009 – R\$MIL

Passivo e patrimônio líquido	Dez 2010	AV	Dez 2009	AV	AH
Circulante					
Fornecedores					
Partes relacionadas	18.267	1,61%	11.523	1,36%	58,53%
Terceiros	24.211	2,14%	7.482	0,88%	223,59%
Financiamentos	47.920	4,23%	46.903	5,52%	2,17%
Contas a pagar - projetos	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Partes relacionadas	909	0,08%	3.573	0,42%	-74,56%
Contas a pagar por aquisição de terras	4.972	0,44%	7.582	0,89%	-34,42%
Provisão para custos socioambientais	1.801	0,16%	1.582	0,19%	13,84%
Concessões a pagar	5.266	0,46%	4.734	0,56%	11,24%
Salários e encargos sociais	1.365	0,12%	862	0,10%	58,35%
Indenizações a pagar	356	0,03%	670	0,08%	-46,87%
Impostos e contribuições	7.534	0,66%	9.325	1,10%	-19,21%
Imposto de renda e contribuição social	2.288	0,20%	1.796	0,21%	27,39%
Dividendos a pagar	0	0,00%	261	0,03%	-100,00%
Outros passivos	1.792	0,16%	4.650	0,55%	-61,46%
Total do passivo circulante	116.681	10,29%	100.943	11,87%	15,59%
Não circulante					
Financiamentos	351.092	30,97%	424.205	49,89%	-17,24%
Contas a pagar por aquisição de terras	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Indenizações a pagar	1.988	0,18%	1.850	0,22%	7,46%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Provisão para perda em contrato de fornecimento de energia	2.237	0,20%	2.019	0,24%	10,80%
Imposto de Renda Diferido	3.505	0,21%	3.786	0,45%	-7,42%
Provisão para passivo a descoberto	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Provisão para custos socioambientais	2.626	0,23%	3.893	0,46%	-32,55%
Concessões a pagar	67.385	5,94%	61.933	7,28%	8,80%
Total do passivo não circulante	428.833	37,82%	497.686	58,53%	-13,83%
Patrimônio líquido					
Capital social	546.787	48,23%	178.000	20,93%	207,18%
Ajuste de avaliação patrimonial	35.587	3,14%	33.069	3,89%	7,61%
Reservas de lucros	5.850	0,52%	24.323	2,86%	-75,95%
Prejuízos acumulados	0	0,00%	(9.880)	-1,16%	-100,00%
Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0,00%	3.750	0,44%	-100,00%
Participação dos não controladores	0	0,00%	22.458	2,64%	-100,00%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.133.738	100,00%	850.349	100,00%	33,33%

CIRCULANTE

Fornecedores

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de "Fornecedores - Partes relacionadas" foi de R\$18.267 mil, apresentando um aumento de 58,53% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando o saldo foi de R\$11.523 mil. Esta variação decorreu principalmente do aumento do saldo devido à Engevix decorrente dos serviços de EPC de nossos Empreendimentos em Construção. O aumento nos gastos com serviços de EPC é justificado principalmente pelo (i) início da construção do Parque Eólico da Bahia, da PCH Passos Maia, e da UTE Enercasa e (ii) aceleração nas obras de construção da PCH Moinho.

Terceiros

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de "Fornecedores – Terceiros" foi de R\$24.211 mil, apresentando um aumento de 223,59% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$7.482 mil. Tal variação decorreu principalmente do aumento nos gastos com serviços de EPC pelo (i) início da construção do Parque Eólico da Bahia, da PCH Passos Maia, e da UTE Enercasa e (ii) aceleração nas obras de construção da PCH Moinho.

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de "Financiamentos" atingiu R\$47.920 mil, apresentando um aumento de 2,17% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$46.903 mil. Tal variação decorre principalmente da reclassificação de longo prazo para curto prazo de parcela do saldo devedor do financiamento da Monel tomado junto ao BNDES, no valor de R\$9.210 mil, parcialmente compensado pela redução de R\$8.141 mil no saldo da conta "Financiamentos" da Desenvix Controladora, em função da transferência do empréstimo do Banco Votorantim para a Jackson.

O item 10.1 "f" deste Formulário de Referência contém uma descrição pormenorizada de todos os nossos contratos de financiamento.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de "Partes relacionadas" foi de R\$909 mil, apresentando uma redução de 74,56% em

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$3.573 mil. Tal variação decorre principalmente da liquidação do saldo do mútuo com a Jackson no montante de R\$2.620 mil no exercício de 2010.

Contas a pagar por aquisição de terras

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de "Contas a pagar por aquisição de terras" atingiu R\$4.972 mil, apresentando uma redução de 34,42% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$7.582 mil. Tal variação decorreu principalmente da liquidação, no exercício de 2010, do saldo a pagar das terras adquiridas no exercício de 2009.

Provisão de Custos Socioambientais

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de "Provisão de Custos Socioambientais" atingiu R\$1.801 mil, apresentando um aumento de 13,84% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$1.582 mil. Esta variação decorreu do aumento da provisão de gastos ambientais em função das condicionantes derivadas da Licença de Operação da Monel.

Concessões a Pagar

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de "Concessões a Pagar" atingiu R\$5.266 mil, apresentando um aumento de 11,24% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$4.734 mil. Esta variação decorreu principalmente do efeito da correção monetária sobre saldo a pagar de UBP reconhecido por competência no exercício de 2010.

Salários e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de "Salários e encargos sociais" atingiu R\$1.365 mil, apresentando um aumento de 58,35% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$862 mil. Esta variação decorreu principalmente do aumento do quadro de colaboradores, de 40 para 51.

Indenizações a pagar

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de "Indenizações a pagar" atingiu R\$356 mil, apresentando uma redução de 46,87%, em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$670 mil. Esta variação decorreu principalmente da liquidação de parte do valor contabilizado na Monel referente à provisão para custo de aquisição de equipamentos para as comunidades indígenas Votouro e Guarani Votouro, conforme termo de compromisso firmado com a FUNAI em 14 de dezembro de 2009. O item 7.1.2.1.4 deste Formulário de Referência contém um detalhamento da Monel e do respectivo termo de compromisso.

Impostos e contribuições

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de "Impostos e contribuições" atingiu R\$7.534 mil, apresentando uma redução de 19,21% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$9.325 mil. Tal variação decorre principalmente da redução (i) de R\$858 mil do saldo de COFINS retido, (ii) de R\$1.733 mil do ICMS a pagar, (iii) de R\$186 mil do PIS a pagar, (iv) de R\$351 mil dos tributos retidos na fonte, (v) de R\$632 mil de taxas e contribuições da ANEEL e (vi) de R\$903 mil de provisões para riscos fiscais. Em contrapartida, observou-se um aumento no saldo a pagar no valor de (i) R\$1.440 mil de IOF e (ii) de R\$ 739 mil de ISSQN a pagar.

Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de "Imposto de renda e contribuição social" atingiu R\$2.288 mil, apresentando um aumento de 27,39% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$1.796 mil. Tal variação decorre principalmente do aumento do faturamento de nossos Empreendimentos em Operação, ensejando, consequentemente, o aumento do valor de imposto de renda e contribuição social reconhecidos por competência no exercício de 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Dividendos a pagar” apresentou saldo nulo, em comparação com um saldo de R\$261 mil em 31 de dezembro de 2009. Tal variação é explicada em função do pagamento integral dos dividendos devidos no exercício de 2010.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$1.792 mil, apresentando uma redução de 61,46% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$4.650 mil. Esta variação decorre principalmente (i) da baixa das provisões constituídas na Monel no montante total de R\$2.054 mil referentes a (a) gastos com projetos sociais relacionados ao empreendimento, (b) gastos com adequação de meio ambiente, (c) gastos com compensação ambiental e (d) gastos com o acabamento do empreendimento, (ii) da baixa de provisões da Enex no montante de R\$290 mil. Em contrapartida, observou-se no período um aumento de R\$503 mil no saldo de “Outros Passivos” das Usinas do Complexo Eólico da Bahia (Seabra, Novo Horizonte e Macaúbas). Tal valor refere-se às retenções de percentuais das faturas emitidas por determinados fornecedores do Empreendimento, conforme previsto nos respectivos contratos.

Total do passivo circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2010 o saldo de “Total do passivo circulante” atingiu R\$116.681 mil, apresentando um aumento de 15,59% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$100.943 mil.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$351.092 mil, apresentando uma redução de 17,24% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$424.205 mil. Esta variação decorre principalmente da (i) transferência do empréstimo tomado pela Desenvix Controladora junto ao Banco Votorantim para a Jackson e (ii) reclassificação das parcelas a vencer do longo prazo para o curto prazo dos financiamentos tomados pela Desenvix Controladora, totalizando uma redução de R\$53.618 mil. Também contribuiu para a redução, a transferência de R\$19.759 mil das parcelas a vencer do longo prazo para o curto prazo dos financiamentos da Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa e Monel. Em contrapartida, observou-se no período um acréscimo do saldo do financiamento da ENEX no montante de R\$265 mil. O item 10.1 (f) deste Formulário de Referência contém um detalhamento dos nossos contratos de financiamento.

Indenizações a pagar

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Indenizações a pagar” atingiu R\$1.988 mil, apresentando um aumento de 7,46% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando o saldo era de R\$1.850 mil. A variação decorre da atualização monetária do valor contabilizado na Monel referente à constituição de provisão para custo de aquisição de equipamentos para as comunidades indígenas Votouro e Guarani Votouro, conforme termo de compromisso firmado com a FUNAI em 14 de dezembro de 2009.

Provisões para perda em contrato de fornecimento de energia

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta “Provisões para perda em contrato de fornecimento de energia” era de R\$2.237 mil, apresentando um aumento de 10,80% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando o saldo era de R\$2.019 mil. A variação decorre da atualização monetária contabilizada na Enercasa referente à constituição de provisão para as perdas estimadas em função do atraso na construção do Empreendimento, resultando no não atendimento dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE. O item 7.1.2.2.3 deste Formulário de Referência contém um detalhamento do Empreendimento Enercasa.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Provisão para Custos Socioambientais

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Provisão para Custos Socioambientais” atingiu R\$2.626 mil, apresentando uma redução de 32,55% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$3.893 mil. Esta redução decorre da mudança da classificação de “não circulante” para “circulante” no provisionamento das condicionantes derivadas da Licença de Operação da Monel.

Concessões a pagar

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “–Concessões a pagar” atingiu R\$67.385 mil, apresentando um aumento de 8,80% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$61.933 mil. Esta variação decorre principalmente do efeito da correção monetária sobre saldo a pagar de UBP (longo prazo) reconhecido por competência no exercício de 2010.

Total de passivo não circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Total de passivo não circulante” atingiu R\$428.833 mil, apresentando uma redução de 13,83% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$497.686 mil.

Participação dos não controladores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Participação dos não controladores” era inexistente, em comparação com o saldo de R\$22.458 mil em 31 de dezembro de 2009. Esta variação se deu por força da implementação do Passo 1 da reestruturação descrita no item 6.5.1 deste Formulário de Referência, uma vez que, após a cisão da Desenvix, com versão do seu acervo líquido para a Jackson, a Desenvix deixou de reconhecer a participação minoritária da Funcef antes reconhecida no consolidado.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Patrimônio líquido” foi de R\$ 558.224 mil, apresentando um aumento de 156,57% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$229.262 mil. Esta variação se deu por força da implementação da reestruturação descrita no item 6.5.1 deste Formulário de Referência. A nota 19 de nossas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2010 contém uma descrição pormenorizada da evolução do nosso patrimônio líquido.

Total do passivo e patrimônio líquido

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2010 o saldo da conta “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$1.133.738 mil, apresentando um aumento de 33,33% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$850.349 mil.

■ COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 – R\$MIL

	2010	2009	AH
Receita bruta operacional			
Fornecimento de energia elétrica	100.232	72.838	37,61%
Serviços prestados	6.114	3.805	60,68%
Receita de venda e reembolso de projetos	5.803	0	
Receita líquida operacional	112.149	76.643	46,33%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Custo das vendas e dos serviços prestados	(9.800)	(1.951)	402,31%
Custo do serviço de energia elétrica	(38.163)	(19.106)	99,74%
Lucro bruto	64.186	55.586	15,47%
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	(15.341)	(7.436)	106,31%
Honorários da administração	(2.392)	(1.134)	110,93%
Com estudos em desenvolvimento	1.795	3.343	(46,31%)
Perdas com contratos de energia		(2.019)	
Outras receitas operacionais, líquidas	1.577	(6)	
	(14.361)	(7.252)	98,03%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e de participações societárias	49.825	48.334	3,08%
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(45.228)	(42.075)	7,49%
Receitas financeiras, líquidas de tributos	7.623	2.670	185,51%
	(37.605)	(39.405)	(4,57%)
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	(89)	77	(215,58%)
Dividendos recebidos	212	701	(69,76%)
Provisão para passivo a descoberto			
Baixa e provisão para perda com investimentos		(2.213)	
	123	(1.435)	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	12.343	7.494	64,71%
Imposto de renda e contribuição social	(2.706)	(3.176)	(14,80%)
Lucro líquido (prejuízo) antes da participação de minoritários	9.637	4.318	123,18%
Participação de minoritários	713	964	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	8.924	3.354	166,07%

Nossas receitas consistem principalmente de fornecimento de energia elétrica, serviços prestados e receita de venda e reembolso de projetos.

Receita operacional líquida

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, nossa receita operacional líquida operacional atingiu R\$112.149 mil, o que representou um aumento de 46,33% em relação ao período de nove meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$76.643 mil.

Fornecimento de energia elétrica

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, o fornecimento de energia elétrica gerou receita de R\$100.232 mil, apresentando um aumento de 37,61% em comparação com o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando nossa receita de fornecimento de energia elétrica foi de R\$72.838 mil. Tal variação decorreu da entrada em operação comercial da Monel em setembro de 2009 uma vez que, (i) nos doze meses de 2009, referido

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

empreendimento contribuiu com apenas quatro meses de receita, atingindo R\$24.114 mil e, por sua vez, (ii) no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, o empreendimento contabilizou receitas ao longo de todo o período no montante de R\$60.602 mil.

Em contrapartida, nossos Empreendimentos em Operação apresentaram redução da sua receita de venda de energia no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, uma vez que, em decorrência da implementação do Passo 1 da reestruturação societária descrita no item 6.5.1 deste Formulário de Referência, nos meses de julho e agosto de 2010 tais Empreendimentos passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de ser considerados em nosso resultado consolidado. Mais especificamente, a redução da receita foi de (i) R\$2.232 mil na Esmeralda, (ii) R\$1.715 mil na Santa Laura e (iii) R\$3.708 mil na Santa Rosa II.

Dessa maneira, o montante de R\$60.602 mil mencionado acima e referente à receita bruta de venda de energia elétrica da Monel contempla o efeito líquido entre o aumento nas suas atividades operacionais combinado com a redução advinda do efeito da reestruturação societária.

Serviços prestados

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, nossa receita dos serviços prestados de O&M e de serviços de gerenciamento de Empreendimentos em Operação representaram R\$6.114 mil, um aumento de 60,68% em relação ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando atingiram R\$3.805 mil. Esta variação decorreu, principalmente, (i) do aumento de R\$622 mil no faturamento de serviços de O&M da ENEX, decorrente da expansão de suas atividades operacionais, (ii) do aumento de R\$402 mil no faturamento de prestação de serviços de gerenciamento de Empreendimentos em Operação, e (iii) do reconhecimento de receita no montante de R\$5.803 mil oriunda do reembolso dos gastos que incorremos com o projeto UHE Garibaldi (projeto levado a leilão em julho de 2010 e arrematado por empresa concorrente). A contrapartida contábil do reconhecimento da receita mencionada em (iii) acima foi o lançamento do mesmo valor na rubrica "Custos das vendas e dos serviços prestados" de nossa Demonstração de Resultados. Para maiores informações favor consultar abaixo o comentário da administração à rubrica "Custos das vendas e dos serviços prestados".

Custos dos serviços prestados

Custo do serviço de energia elétrica

Os nossos custos do serviço de energia elétrica no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$38.163 mil, apresentando um aumento de 99,74%, em comparação com o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando atingiram R\$19.106 mil. Esta variação decorreu principalmente (i) da entrada em operação comercial da UHE Monjolinho em setembro de 2009, uma vez que, (a) nos primeiros doze meses de 2009, referido empreendimento contabilizou apenas quatro meses de custo, atingindo R\$6.765 mil e (b) no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro 2010, o empreendimento contabilizou custos ao longo de todo o período, totalizando R\$27.621 mil., e (ii) do aumento do custo do serviço de energia elétrica nos Empreendimentos em Operação decorrente do reconhecimento da depreciação acumulado conforme estabelecido pelas regras do CPC. Mais especificamente, tal aumento foi de (i) R\$ 672 mil na Esmeralda, (ii) R\$1.722 mil na Santa Laura e (iii) R\$995 mil na Santa Rosa.

Em contrapartida, a implementação do Passo 1 da reestruturação descrita no item 6.5.1 deste Formulário de Referência, afetou o custo do serviço prestado de nossos Empreendimentos em Operação, uma vez que, nos meses de julho e agosto de 2010, referidos Empreendimentos passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de serem considerados no consolidado.

Dessa maneira, o aumento de 99,74% mencionado acima representa o resultado líquido do acréscimo dos nossos custos do serviço de energia elétrica combinado com a redução advinda do efeito da reestruturação societária mencionada acima.

Custo das vendas e dos serviços prestados

Os nossos custos das vendas e dos serviços prestados no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$9.800 mil, apresentando um aumento de 402,31%, em comparação com o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando atingiram R\$1.951 mil. Esta variação decorreu principalmente (i) do acréscimo no custo das

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

vendas e dos serviços prestados pela ENEX, no montante de R\$1.365 mil, decorrente da expansão de suas atividades operacionais, e (ii) do aumento de R\$7.195 mil no custo operacional da Desenvix Controladora decorrente (a) da reversão dos custos reconhecidos anteriormente no ativo intangível relacionados ao desenvolvimento do projeto UHE Garibaldi, no montante de R\$5.803 mil e, (b) aumento das despesas com folha de pagamento e custos de administração dos Empreendimentos em Construção. A contrapartida contábil ao lançamento mencionado em (a) acima foi o lançamento do mesmo valor em receita operacional (rubrica "Serviços Prestados") de nossa DRE. Para maiores informações favor consultar acima o comentário da administração à rubrica "Serviços Prestados".

Lucro (prejuízo) bruto

Em função do acima exposto, no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, nosso lucro bruto atingiu R\$64.186 mil, representando um aumento de 15,47% em relação ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$55.586 mil.

(Despesas) receitas operacionais

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, nossas despesas operacionais atingiram R\$14.361 mil, apresentando um aumento de 98,03% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiram R\$7.252 mil. Esta variação está explicada na análise das contas abaixo:

Despesas gerais e administrativas:

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, nossas despesas gerais e administrativas atingiram R\$15.341 mil, apresentando um aumento de 106,31% em comparação com o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando atingiram R\$7.436 mil. Tal variação decorreu (i) do aumento nas despesas gerais e administrativas da Desenvix Controladora no valor de R\$3.502 mil, especialmente em função do aumento nos gastos com serviços de terceiros, consultorias, publicações legais e pagamento do programa de PLR dos funcionários, (ii) aumento nas despesas gerais e administrativas da ENEX no valor de R\$434 mil em decorrência do aumento da sua atividade operacional, (iii) do início da construção de novos empreendimentos (e.g. Parque Eólico Bahia, Passos Maia e Enercasa).

Em contrapartida, os Empreendimentos em Operação apresentaram redução nas despesas gerais e administrativas no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, especialmente por força da implementação do Passo 1 da reestruturação descrita no item 6.5.1 deste Formulário de Referência, uma vez que, nos meses de julho e agosto de 2010, referidos Empreendimentos passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de serem considerados no consolidado.

Honorários da administração

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, nossas despesas com honorários da administração atingiram R\$2.392 mil, apresentando um aumento de 110,93% em comparação com o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando atingiram R\$1.134 mil. Tal variação decorreu do aumento no quadro de funcionários da administração.

Com estudos em desenvolvimento

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, contabilizamos despesas com estudos em desenvolvimento no valor de R\$1.795 mil, apresentando uma redução de 46,31% em comparação com o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando atingiram R\$3.343 mil. Para entender a redução observada no período é preciso observar que os gastos incorridos no desenvolvimento de nossos Projetos são alocados inicialmente ao custo. Em determinadas situações, tais custos são recuperados por nós, situação na qual reverteremos parcela destes custos por meio do reconhecimento de ativo em contrapartida ao resultado do exercício. Tais reversões se dão, por exemplo, quando a ANEEL aprova estudos para determinada UHE ou, ainda, quando iniciamos a construção de uma PCH. Dessa maneira, a variação observada acima decorre da redução, no exercício de 2010, no número de eventos que, de acordo com as práticas contábeis, ensejam a reversão do

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

custo em ativo, justificando a redução na receita advinda com estudos em desenvolvimento.

Outras receitas operacionais líquidas

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, outras receitas operacionais líquidas atingiram R\$1.577 mil, em comparação com uma despesa de R\$6 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esta variação decorreu principalmente da contabilização de outras receitas no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, notadamente o recebimento da parcela final referente à venda de nossa participação no consórcio chamado de “Consórcio de Empresas” (detentor de projetos eólicos localizados no estado de Santa Catarina).

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro

Em função do acima exposto, no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, nosso lucro operacional antes do resultado financeiro atingiu R\$49.825 mil, apresentando um aumento de 3,08% sobre o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando obtivemos um lucro operacional antes do resultado financeiro de R\$48.334 mil.

Resultado financeiro

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, obtivemos um resultado financeiro de R\$(37.605) mil, apresentando uma redução de 4,57% em comparação com o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando obtivemos um resultado financeiro de R\$(39.405) mil. Esta redução é consequência (i) do aumento da receita financeira na Desenvix Controladora decorrente da aplicação dos recursos aportados pelo Caixa FIP Cevix durante o exercício de 2010, e (ii) da correção monetária da receita referente ao reembolso dos gastos com o projeto UHE Garibaldi, sendo tal correção no montante de R\$610 mil e reconhecida contabilmente como uma receita financeira (o valor do efetivo reembolso, no montante de R\$5.803 mil, foi reconhecido sob a rubrica “Serviços Prestados”, sendo sua contrapartida contábil reconhecida sob a rubrica “Custos das vendas e dos serviços prestados”. Para maiores informações sobre nossa receita de reembolso com a UHE Garibaldi favor consultar os comentários da administração às rubricas “Serviços Prestados” e “Custo das vendas e dos serviços prestados”) e (iii) correção monetária de valor depositado em juízo pela Monel, sendo tal correção no valor de R\$1.649.

Ainda, observou-se no período (i) uma redução no montante das despesas financeiras na Desenvix Controladora em função da transferência de dívida tomada junto ao Banco Votorantim para nosso Acionista Controlador Indireto Jackson e (ii) uma redução no montante das despesas financeiras de nossos Empreendimentos em Operação, especialmente por força da implementação do Passo 1 da reestruturação descrita no item 6.5.1 deste Formulário de Referência, uma vez que, nos meses de julho e agosto de 2010, referidos Empreendimentos passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de serem considerados no consolidado. Mais especificamente, referida redução foi de (i) R\$1.193 mil na Esmeralda, R\$1.003 mil na Santa Laura e R\$2.254 mil na Santa Rosa.

Por sua vez, observou-se no período um aumento nas despesas financeiras de nossa controlada Monel no montante de R\$10.705 mil. Tal aumento deve-se à entrada em operação comercial da Monel em setembro de 2009 uma vez que, (i) nos doze meses de 2009, referido empreendimento contabilizou apenas quatro meses de despesa financeira, atingindo R\$7.943 mil, e, por sua vez (ii) no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, o empreendimento contabilizou despesas financeiras ao longo de todo o período, alcançando o montante de R\$18.648 mil.

Resultados de participações societárias

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, o resultado de participações societárias foi de R\$123 mil, em comparação com um resultado de R\$(1.435) mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esta variação está explicada na análise das contas abaixo:

Equivalência patrimonial

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, nosso resultado de equivalência patrimonial atingiu R\$(89) mil, em comparação com um resultado de R\$77 mil em 30 de setembro de 2009. A variação observada se deu em função da

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

implementação de uma reestruturação societária em nossa coligada Enerpar, afetando seu valor patrimonial e, consequentemente, nosso resultado de equivalência.

Dividendos recebidos

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, os dividendos recebidos foram de R\$212 mil, apresentando uma redução de 69,76% em comparação com o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando o resultado foi de R\$701 mil. Esta variação decorre da redução dos dividendos distribuídos pela Dona Francisca no exercício de 2010.

Baixa e provisão para perda com investimentos

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, o saldo de "Baixa e provisão para perda com investimentos" era nulo, enquanto o saldo em 31 de dezembro de 2009 era de R\$(2.213) mil. O montante de R\$(2.213) mil refere-se ao provisionamento realizado no exercício de 2009 e está relacionado às perdas estimadas pelo atraso na construção da usina Enercasa. A nota 10.e do Relatório dos Auditores Independentes de 31 de dezembro de 2010 contém um detalhamento do método de cálculo e das razões que conduziram ao provisionamento referido acima.

Imposto de renda e contribuição social do exercício

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, o imposto de renda e contribuição social do exercício foi de R\$(2.706) mil, o que significou um aumento de 14,8% comparado ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$(3.176) mil. Esta variação é decorrente do aumento do lucro tributável, principalmente em função da entrada em operação da Monel em setembro de 2009, uma vez que, (i) nos primeiros doze meses de 2009, referido empreendimento apurou imposto de renda e contribuição social sobre o resultado de quatro meses, atingindo R\$907 mil e (ii) no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, o empreendimento apurou imposto de renda e contribuição social sobre o resultado de doze meses, totalizando R\$2.389 mil. Ainda, observou-se no período um aumento no imposto de renda e contribuição social do exercício de R\$139 mil na Desenvix Controladora e de R\$91 mil na ENEX.

Em contrapartida, os Empreendimentos em Operação apresentaram redução no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, especialmente por força da implementação do Passo 1 da reestruturação descrita no item 6.5.1 deste Formulário de Referência, uma vez que, nos meses de julho e agosto de 2010, referidos Empreendimentos passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de serem considerados no consolidado. Mais especificamente, referida redução foi de (i) R\$30 mil da Esmeralda, R\$55 mil da Santa Laura e R\$127 mil da Santa Rosa.

Dessa maneira, o valor de R\$907 mil mencionado acima e referente ao resultado do imposto de renda da Monel representa o resultado líquido do acréscimo do seu imposto de renda combinado com a redução advinda do efeito da reestruturação societária.

Lucro líquido do exercício

Em função do acima descrito, no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010 nosso lucro líquido foi de R\$8.924 mil, o que significou um aumento de 71,34% em relação ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando foi de R\$3.354 mil.

- **Fluxo de caixa Consolidado para o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparado ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009**

Para o período de doze meses encerrado em
31 de dezembro de,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	2010	2009	Variação
<i>(em milhares de R\$)</i>			
Caixa líquido proveniente de (aplicado em):			
Atividades operacionais.....	43.218	11.077	290,2%
Atividades de investimento.....	(111.685)	(141.016)	(20,8)%
Atividades de financiamento.....	95.808	154.866	(38,1)%
<i>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</i>			
<p>No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, o caixa líquido proveniente de atividades operacionais era de R\$43.218 mil, em comparação com o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando foi de R\$11.077 mil, representando um aumento de R\$32.141 mil. O aumento se deu principalmente devido ao aumento do lucro líquido antes dos tributos, aumento da depreciação e amortização e aumento dos encargos financeiros de concessões a pagar e provisão para custos socioambientais. Por outro lado, também contribuiu para o resultado observado a redução do saldo de "Contas a receber" e a redução do saldo de "Contas a pagar projetos".</p>			
<i>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</i>			
<p>No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, o caixa líquido proveniente de atividades de investimento era de R\$(111.685) mil, em comparação com o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando foi de R\$(141.016) mil, representando uma redução de R\$29.331 mil. A redução se deu principalmente devido ao reconhecimento do saldo de "Caixa e equivalentes de caixa" da Cevix no valor de R\$131.962 mil, como consequência da sua incorporação e consequente consolidação em nossas demonstrações financeiras. A redução no caixa líquido proveniente de atividades de investimento foi parcialmente compensada por um aumento na aquisição de bens imobilizados decorrente das atividades de implantação de usinas no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010.</p>			
<i>Caixa líquido obtido nas atividades financiamentos</i>			
<p>No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, o caixa líquido de atividades de financiamento era de R\$95.808 mil, em comparação com o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando foi de R\$154.866 mil, representando uma redução de R\$59.058 mil. A redução se deu, principalmente, devido a (i) redução em financiamentos novos no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparado ao mesmo período de 2009, (ii) redução na integralização de capital por terceiros em controlada e (iii) aumento no pagamento de dividendos. A redução no fluxo de caixa de atividades de financiamento foi parcialmente compensada por (i) uma redução nos pagamentos de financiamentos e (ii) aumento na conta de aumento ou integralização de capital e adiantamentos</p>			

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Resultados das operações da Companhia

<p>a) resultados das operações do emissor</p> <p>O Brasil vem se destacando como economia emergente, mostrando situação política estável e com contínuos investimentos em infraestrutura. Mais especificamente, o consumo de energia elétrica vem crescendo a expressivas taxas ao longo das últimas décadas, não só em função da expansão do setor industrial, mas também pela liberação da demanda reprimida de consumidores, favorecendo diretamente o nosso desempenho.</p> <p>Nossa receita é composta preponderantemente pela venda da energia elétrica gerada por meio de nossos empreendimentos em operação. A previsibilidade da receita é assegurada por meio dos contratos de longo prazo firmados em ambiente regulado, protegendo nossos resultados das oscilações do mercado de curto prazo.</p> <p>Além da venda de energia, nossa receita é complementada por serviços prestados de manutenção e operação de usinas de geração de energia por meio de nossa controlada Enx. Este componente de nossa receita também está positivamente relacionado com o crescimento da demanda por energia no país.</p>
<p>b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços</p> <p>Nossa receita decorre preponderantemente da venda de energia negociada por meio de CCVE no ACR. Tais contratos são corrigidos pelo IPCA ou pelo IGP-M. Eventual variação nestes índices podem em tese afetar nossas receitas. O item 5 deste Formulário de Referência contém um detalhamento de todos os riscos de mercado a que nós estamos expostos.</p> <p>Até o presente momento não identificamos nenhuma variação relevante em nossas receitas que possam ser atribuídas a variações de preço ou inflação. Ainda, não introduzimos nenhum novo produto ou serviço e nem tampouco estamos expostos a variações nas taxas de câmbio.</p> <p>Nossa receita com a prestação de serviços de O&M apresentará aumento significativo na comparação</p> <p>Acreditamos que nossa receita com serviços de O&M crescerá provocada principalmente pela aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, a receita gerada pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir do dia 1º de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% da receita líquida gerada pela ENEX. Também acreditamos no crescimento operacional da ENEX, com a conquista de novos clientes à sua base de serviços.</p>
<p>c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor</p> <p>No caso de nossos Empreendimentos em Operação, o aumento da inflação acarreta em um aumento nas receitas derivado da correção de nossos CCVEs e, ao mesmo tempo, um aumento de nossos custos derivado da correção do preço a eles atribuído.</p> <p>No caso de nossos Empreendimentos em Construção, referidos contratos são corrigidos por índices básicos de medida de inflação (IPCA, IGP-M, índices de correção de matéria prima e mão de obra, etc). Por sua vez, os desembolsos de nossos financiamentos são corrigidos por URTJLP, que tradicionalmente se mostra bastante inferior aos índices básicos utilizados para correção dos contratos de EPC. Por essa razão, um aumento na inflação pode provocar um descolamento entre os desembolsos a nós devidos por força de nossos financiamentos e os saldos a pagar referentes ao EPCs de nossos Empreendimentos em Construção.</p>

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A partir do início de 2013 passaremos a operar as Linhas de Transmissão Goiás Transmissora e MGE Transmissora as quais temos uma participação de 25,5%.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

ENEX - No início de setembro de 2011 a Desenvix adquiriu o controle integral da ENEX. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, o resultado gerado pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% do resultado gerado pela ENEX.

Energen Energias Renováveis S.A. - Em 21 de janeiro de 2011, a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da Energen Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério das Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL - Barra dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, estado de Sergipe. Como parte do contrato, a Companhia adquiriu a participação de 88,33% das ações ordinárias e das ações preferenciais, por R\$ 19.433 mil, composto por R\$ 6.183 mil em dinheiro e R\$ 13.250 mil por assunção de passivos, além de um bônus de performance de até R\$ 4.000 que está vinculado a liberação de certos empréstimos e ao atingimento de montantes de geração de energia elétrica após o fechamento do primeiro quadriênio pós-implantação. A efetivação da transação estava condicionada a que a JP Participações Ltda. realizasse uma reestruturação societária na estrutura de participação na Energen, sendo cláusula suspensiva para a efetivação do contrato a aprovação da transferência de controle da Energen para a Companhia pela ANEEL. Em 10 de maio de 2011 a ANEEL anuiu, por meio da Resolução Autorizativa no 2.880/2011, a troca de controle da Energen Energias Renováveis S.A., assim como em 25 de abril de 2011 as ações preferenciais foram convertidas em ordinárias. A construção da usina teve início em setembro de 2011. A implantação do empreendimento já conta com 13 fundações de concreto de um total de 23. Os equipamentos principais foram contratados em setembro de 2011 junto a SINOVEL, dos quais oito aerogeradores foram embarcados no dia 10 de fevereiro de 2012, com previsão de chegar ao canteiro de obra a partir do dia 28 de março de 2012. O cronograma de implantação prevê o início da operação comercial em julho de 2012.

O Conselho de Administração da Desenvix, reunido no dia 19 de setembro de 2012, aprovou por unanimidade o aumento de participação societária na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A., passando a Desenvix a ser titular de 15.675.000 (quinze milhões, seiscentos e setenta e cinco mil) Ações ordinárias do seu capital social, representando 95% (noventa e cinco por cento) de todas as Ações de emissão da Energen. O aumento de participação se dará pela aquisição de 1.100.000 (um milhão e cem mil) Ações da Água Quente, representando 6,67% de todas as ações de emissão da Energen, ao Preço de R\$ 1.094.283,11 (um milhão, noventa quatro mil e duzentos e oitenta e três reais e onze centavos). O pagamento à Água Quente será realizado parcialmente mediante a assunção, pela Desenvix, da obrigação da Água Quente de pagar uma parcela do Saldo Devedor do Mútuo à Energen, no montante de R\$ 522.854,54 (quinhentos e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos). A parcela remanescente do Preço de Aquisição, no valor de R\$ 571.428,57 (quinhentos e setenta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos), será paga em moeda corrente nacional.

Usina Hidrelétrica de São Roque - No dia 20 de dezembro de 2011 durante leilão de energia promovido pela ANEEL e ocorrido na sede da CCEE, em São Paulo, a Companhia arrematou a concessão para construção e operação da Usina Hidrelétrica de São Roque, localizada no rio Canoas, Estado de Santa Catarina. O empreendimento terá potência instalada de 135 MW e garantia física de 90,90 MW médios. No dia 18 de outubro de 2012 a Administração da Companhia protocolou junto a ANEEL pedido de anuência para a transferência societária da sua subsidiária integral, a São Roque Energética S.A., para o FIP Desenvix, controlado pelo FIP FIC Jackson, controlado pela Jackson Empreendimentos Ltda, que por sua vez é controladora da Desenvix com 40,65%. A concretização da transferência societária está condicionada a aprovação da ANEEL e até lá a Desenvix é a responsável pela manutenção dos investimentos necessários para a sua implantação e atendimento às condicionantes do seu contrato de concessão.

SN Power - No dia 12 de agosto de 2011, nossos Acionistas Controladores diretos e indiretos, celebraram com a Statekraft Norfund Power Invest AS, um Contrato de Compra e Venda, para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power e aporte de capital novo pela última, após o cumprimento de algumas condições precedentes. No dia 08 de março de 2012, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a SN Power passou a integrar definitivamente o corpo de acionistas

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

da Desenvix. Com a finalização da operação de Compra e Venda a Companhia passou a ser controlada pela: Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo FIP Cevix, com 40,65% do capital social total e votante, SN Power com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais com 18,70% do capital social total e votante. Mais informações podem ser obtidas no item 6.5. desse Formulário de Referência.

Norte Energia S.A - Em 22 de outubro de 2010, foi firmado o Contrato de Compra e de Venda sob Condição Suspensiva e Outras Avenças com o Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix para aquisição de 9.000.500 ações ordinárias de emissão da Norte Energia S.A., equivalentes a 5% de seu capital votante e total. O referido contrato contém cláusula onde as partes reconhecem que a alienação das ações é celebrada sob condição suspensiva, nos termos e para os fins do artigo 125 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), de a Companhia obter a aprovação da ANEEL, assim como no caso da Norte Energia S.A., da aprovação, se necessária, do BNDES e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Na hipótese da ANEEL, ou quando aplicável e requerido, o BNDES e/ou CADE, negar a aprovação das transferências das ações, nenhuma das partes terá adquirido qualquer direito por força da celebração dos referidos contratos. As solicitações de transferência das participações societárias já foram encaminhadas para a ANEEL, ainda pendentes de sua aprovação final. A Companhia, por força do Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças firmado com a SN Power, não irá mais participar no referido empreendimento. Mais informações podem ser obtidas no item 6.5. desse Formulário de Referência.

c) eventos ou operações não usuais

Passamos nos anos de 2009, 2010 e 2011 por algumas operações de reestruturação societária. O item 6.5 deste Formulário de Referência contém uma descrição detalhada destes eventos.

Evento Relevante – PCH Santa Rosa - Em janeiro de 2011, em decorrência do elevado volume de chuvas que caíram na região serrana do Rio de Janeiro, que resultou na alta afluência do Rio Grande, região onde está instalada a PCH Santa Rosa, ocorreu a inundação da casa de força da usina, atingindo grande parte dos equipamentos eletromecânicos; em decorrência, foram desligadas as 3 unidades geradoras em caráter de emergência. O referido sinistro não resultou em qualquer dano estrutural, inclusive a barragem e a tomada d'água, ficando o mesmo restrito aos acessos, cercas, pequenos taludes, entre outros. Os gastos para recomposição total da Usina somaram até 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 6,3 milhões, apresentados no ativo circulante, mantendo a empresa seguro risco operacional, sendo o valor da indenização ainda a ser apurado, considerando, inclusive a aplicação da franquia. Até 29 de fevereiro de 2012, a Santa Rosa já havia recebido, da seguradora, o valor de R\$2,7 milhões a cargo de reembolso pelos custos de recuperação incorridos. A recuperação da usina foi concluída no dia 16 de setembro de 2011, data em que sua terceira unidade geradora retomou a operação comercial, conforme o Despacho nº 3.763 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. (a) Mudanças significativas nas práticas contábeis, (b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis, (c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

a) mudanças significativas nas práticas contábeis
<p>Alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638, alterada pela Medida Provisória n.º 449, de 4 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das S.A. Estes diplomas normativos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo IASB. No contexto do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil às normas internacionais de contabilidade, desde 2008, o CPC emitiu diversos pronunciamentos contábeis foram aplicados nas demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 e do período encerrado em 30 de setembro de 2012.</p>
b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:
<p>Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia a partir de 1 de janeiro de 2009 que afetem significativamente as demonstrações financeiros dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 ou do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012.</p>
c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor
<p>Os pareceres de nossos auditores referentes às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 apresentaram ênfase em relação com as demonstrações financeiras individuais serem elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais diferem em relação com IFRS somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas.</p>

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que utilizemos estimativas e adotemos premissas que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, receitas e despesas e divulgações contábeis. Portanto, para preparar as demonstrações financeiras referenciadas neste Formulário de Referência, utilizamos variáveis e premissas derivadas de experiências passadas e diversos outros fatores que consideramos razoáveis e pertinentes. Embora essas estimativas e premissas sejam revistas durante o curso normal dos nossos negócios, a apresentação da nossa posição financeira requer, com frequência, que avaliemos os efeitos de questões inerentemente incertas. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estimados usando variáveis, suposições ou condições diferentes. A Nota 3 das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas contém um resumo das principais políticas contábeis usadas na preparação das demonstrações financeiras. Para explicar como avaliamos eventos futuros, incluindo as variáveis e suposições usadas nas estimativas, e a sensibilidade dessas avaliações às diferentes variáveis e condições, incluímos uma breve análise das nossas políticas de contabilidade mais importantes.

Estimativas de vida útil do ativo imobilizado

Determinamos as vidas úteis estimadas dos itens do ativo imobilizado que geram, mediante sua aplicação como critério sistemático, os correspondentes encargos por depreciação. Essa estimativa de vidas úteis se baseia nas taxas estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão ou na utilização das usinas.

Considerando as discussões de interpretação legal sobre o direito de indenização na reversão dos bens assim como as incertezas quanto a forma de determinação do valor da indenização final e inclusive sobre sua forma de liquidação a Companhia conclui que a consideração de um valor residual no final do período de concessão poderia ser considerado um ativo contingente o qual não pode ser mantido enquanto permanecer dúvidas ou disputas a respeito de sua recuperação. Por tal motivo a Companhia tem considerado um valor residual de zero.

Avaliação da redução ao valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível

A administração monitora o uso de nossos ativos fixos e intangíveis e, anualmente, avalia a existência de evidências de indicadores que conduzam à necessidade de calcular e contabilizar perdas para redução aos seus valores recuperáveis dos ativos. A avaliação da existência de indicadores que possa haver perdas para redução ao valor recuperável dos ativos leva em consideração julgamentos sobre as condições atuais de uso dos ativos, assim como premissas acerca do ambiente econômico em que estamos inseridos. Também, quando cálculos para determinar o montante da perda decorrente da redução ao valor recuperável dos ativos são requeridos, estimativas e julgamentos para determinação das unidades geradoras de caixas, do valor em uso dos ativos por meio do modelo de fluxo de caixa descontado ou do valor líquido de venda dos ativos. Caso sejamos revisemos as estimativas e premissas utilizadas, as perdas para redução ao valor recuperável dos ativos podem ser maiores e afetar nossos resultados futuros.

Reconhecimento de receitas

As receitas oriundas do fornecimento de energia elétrica são reconhecidas de acordo com os termos dos contratos de venda de energia, no período em que a energia é entregue ao cliente.

As receitas de venda de serviços são reconhecidas no período em que os serviços são prestados.

No caso de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros, a receita, ou a recuperação de custos, é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos venham a ser percebidos por nós, fato esse que ocorrerá por ocasião do leilão de energia, quando a empresa vencedora, mediante previsão contratual, se obriga a nos pagar pelos referidos estudos, dependendo ainda, em determinadas circunstâncias, da obtenção da licença ambiental prévia.

O MRE é utilizado para operacionalizar o compartilhamento dos riscos hidrológicos associados ao despacho centralizado, assegurando que todas usinas recebam seus níveis de Garantia Física independente de seus níveis reais de produção de energia. O MRE realoca a energia produzida, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua Garantia Física para aquelas que geraram abaixo. O ajuste do MRE é apurado e informado ao final de cada ano pela ELETROBRAS, sendo seu montante (receita ou custo) reconhecido contabilmente somente no encerramento do exercício social.

Gastos com desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais de aproveitamento hidrelétrico

10.5 - Políticas contábeis críticas

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros são reconhecidos inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a aprovação dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela ANEEL, assim como, quando requerida, a obtenção pelas empresas vencedoras do leilão da licença ambiental prévia, em prazos e condições indeterminados.

Por ocasião da aprovação, pela ANEEL, dos estudos para UHEs, quando temos assegurado o ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor do leilão de novos empreendimentos de geração de energia, que poderá ser um terceiro ou parte relacionada, assim como, quando requerida, da obtenção da licença ambiental prévia, um ativo é reconhecido, em contrapartida ao resultado do exercício, uma vez que há indicações claras e objetivas, com base em fontes internas e externas, do direito de exploração ou do seu reembolso, conforme o caso. No caso específico de PCHs e usinas eólicas, o ativo é reconhecido por ocasião da obtenção, ou quando houver evidências claras e objetivas da obtenção, da outorga, como por exemplo estarem classificadas como prioritárias, ter a licença ambiental prévia, terras nas proximidades do reservatório, projeto básico aceito pela ANEEL estando em fase final de complementação, entre outros. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Caso o ganhador seja um terceiro, os referidos gastos serão faturados consoante previsão contratual e normas da ANEEL, atualizados monetariamente desde a data de sua aprovação até a data de seu pagamento, tendo por base a variação da TJLP, limitada a 10% ao ano; portanto, corresponde a um ativo financeiro pelo direito contratual de receber deste terceiro. Caso o ganhador seja uma parte relacionada (empresa controlada constituída para explorar o novo empreendimento de geração de energia), o referido gasto poderá ser faturado para a, ou considerado como aporte de capital na, referida sociedade.

Provisões

As provisões para riscos e gastos específicos são reconhecidas quando:

- (i) Existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) Uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para reestruturação incluem pagamentos por rescisão de vínculos empregatícios. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. Quando existe um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de que seja necessário liquidá-las é determinada considerando-se a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação com relação a qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são apresentadas pelo valor presente dos desembolsos que podem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações do mercado atual do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos da obrigação. O aumento na provisão com o passar do tempo é reconhecido como despesa financeira.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

<p>a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las</p> <p>Acreditamos que o grau de eficiência dos controles internos adotados por nós para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é plenamente satisfatório. No que tange aos desembolsos para implantação das usinas e manutenção das mesmas (após a entrada em operação), principal item de nosso custo, os gestores mantêm estreito e contínuo acompanhamento físico e financeiro individualizado de cada projeto.</p> <p>São relevantes ainda os custos de desenvolvimento dos nossos Projetos, que perfazem as modalidades de inventário e projeto básico. Este custo abrange estudos ambientais, de engenharia e investimentos em compra de terras.</p> <p>A principal ferramenta de gestão é o sistema ERP da Oracle, sistema marcado pela rastreabilidade das informações, e responsável pela integração de todas as fases de uma usina, desde o seu desenvolvimento, passando pela implantação e posterior operação. Sem prejuízo deste investimento, continuamos atentos às novas tecnologias, e investimos em nossos controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.</p>
<p>b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente</p> <p>Os auditores independentes emitiram "Relatório sobre o estudo e a avaliação dos sistemas contábil e de controles internos elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011", no qual informam nossos diretores que foi efetuado estudo e avaliação dos sistemas contábil e de controles internos com o exclusivo propósito de estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria para fins de emitir opinião sobre as demonstrações financeiras nessa data e não para fins de expressar uma opinião ou conclusão sobre os nossos sistemas contábil e de controles internos.</p> <p>Como resultado desse estudo e avaliação foram feitas sugestões de aprimoramento dos controles internos pelos auditores independentes sendo 9 recomendações classificadas como outras deficiências e 21 classificadas como deficiências significativas sendo que as deficiências significativas versaram sobre os seguintes tópicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) recomendações destinadas ao aprimoramento dos procedimentos contábeis relacionados com a contabilização de empresas pelo método de equivalência patrimonial e relacionados com consolidação (4 recomendações); (ii) recomendações destinadas ao aprimoramento dos procedimentos de captura pela contabilidade de transações efetuada pelas áreas operacionais e ao processo de preparação e revisão das demonstrações financeiras (3 recomendações); (iii) recomendações relacionadas ao tratamento tributário de algumas de nossas transações (5 recomendações), (iv) recomendações relacionadas com a atualização dos livros contábeis inclusive aspectos de reconciliação de contas e diferenças de reconciliação (5 recomendações); e (v) recomendações relacionadas com políticas e órgãos de governança (2 recomendações) <p>Em relação com tais recomendações os diretores da Companhia tem solicitado as gerencias respectivas uma avaliação das mesmas inclusive a relação custo benefício para fins de prepara um plano de ação específicos.</p>

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7. Aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

<p>a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados</p> <p>Não realizamos até o momento nenhuma oferta pública de distribuição de valores mobiliários.</p> <p>Até a data da apresentação desse Formulário de Referência a Companhia preparava-se para a emissão de Debêntures.</p> <p>Número da Emissão e Valor Total da Emissão: O valor total de Emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão e seguirá a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400</p> <p>Quantidade de Debêntures e Número de Séries: A Emissão será realizada em série única. Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures.</p> <p>Destinação dos Recursos: A totalidade dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures será destinada para propósitos corporativos gerais, incluindo reforço de capital de giro, pagamento de dívidas de curto prazo, como as Notas Promissórias Comerciais emitidas em 14 de junho de 2012, no montante total de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), e investimentos nas sociedades de propósito específico controladas pela Emissora ("SPEs").</p> <p>Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia adicional, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").</p>

<p>b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição</p> <p>Não aplicável.</p>

<p>c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios</p> <p>Não aplicável.</p>
--

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (inclusive arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, contratos de construção não terminada e contratos de recebimentos futuros de financiamentos)

Compromissos para aquisição de ativos:

Compromissos assumidos com a compra de bens do imobilizado das usinas em construção totalizam R\$ 44.366 mil em 30 de setembro de 2012, enquanto que em 31 de dezembro de 2011 o valor era de R\$ 102.213 mil.

Compromissos com arrendamento mercantil operacional - Companhia como arrendatário:

A Companhia arrenda 4 terrenos para a operação de usinas eólicas segundo contratos de arrendamento operacional não canceláveis. Os termos do arrendamento são de 27 anos e todos os contratos de arrendamento são renováveis no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

PROPRIEDADE	MUNICÍPIO	ÁREA ARRENDADA (ha)
EOLIC-BA-001	BROTAS DE MACAÚBAS / BA	4.875,000
EOLIC-BA-002	BROTAS DE MACAÚBAS / BA	154,240
EOLIC-BA-003	BROTAS DE MACAÚBAS / BA	163,520
EOLIC-BA-006	BROTAS DE MACAÚBAS / BA	52,625
EOLIC-BA-007	BROTAS DE MACAÚBAS / BA	20,208
EOLIC-BA-008	BROTAS DE MACAÚBAS / BA	23,724
EOLIC-BA-009	BROTAS DE MACAÚBAS / BA	118,239
EOLIC-BA-010	BROTAS DE MACAÚBAS / BA	1.455,1154
EOLIC-BA-011	BROTAS DE MACAÚBAS / BA	25,836

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não possuímos conhecimento de nenhum ativo ou passivo material que não esteja evidenciado em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Os contratos de arrendamento mencionados no item 10.8 (a), são corrigidos anualmente pelo IGPM, sendo que um aumento nos indicadores de inflação podem aumentar o seu custo. Por sua vez, um aumento nos indicadores de inflação aumentarão também nossas receitas derivadas dos nossos contratos de compra e venda de energia, compensando parcialmente o efeito adverso referido anteriormente.

b) natureza e propósito da operação

Natureza: contrato de arrendamento de terras.

Propósito: implementação e operação do Parque Eólico da Bahia, conforme discriminado no item 7.1.2.2.4 desse Formulário de Referência.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Direitos adquiridos: Por força da celebração de contratos de arrendamento, passamos a deter direitos de utilização das áreas objeto do arrendamento para construção, instalação, utilização, substituição, reinstalação, remoção e operação de UEE. Ainda, por meio dos referidos contratos, adquirimos o direito de instalar, nas áreas objeto do arrendamento, subestações elevadoras de tensão.

Natureza das obrigações: Pecuniária

Montante das obrigações: Durante a fase pré operacional do Parque Eólico da Bahia, os contratos de arrendamento são remunerados por parcelas mensais e anuais, corrigidas pelo IGPM. Quando do início da operação, os contratos de arrendamento serão remunerados por parcelas anuais, no valor de R\$4 mil por aerogerador instalado, corrigidas pelo IGPM.

10.10 - Plano de negócios

10.10. Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Nossos investimentos estão concentrados nas áreas de prospecção, desenvolvimento e implantação de empreendimentos de geração por fontes renováveis e transmissão de energia elétrica.

▪ Desenvolvimento

Na área de desenvolvimento os recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos. O item 9.1 (a) deste Formulário de Referência contém maiores detalhes acerca de nossa política de aquisição de terras para nossos empreendimentos.

Para o ano de 2012, o orçamento aprovado para atividades de prospecção e desenvolvimento foi de cerca de R\$10.000 mil. Tais recursos foram mobilizados para o desenvolvimento de nosso portfólio de Projetos.

Do total de investimentos para 2012, aproximadamente (i) R\$3.447 mil foram destinados ao desenvolvimento de UHEs, (ii) R\$6.207 mil foram destinados ao desenvolvimento de PCHs, (iii) R\$10 mil foram destinados ao desenvolvimento de inventários e (iv) R\$3 mil para o desenvolvimento de UEEs.

Os recursos mencionados acima serão provenientes do nosso caixa, alimentado principalmente (i) pelas entradas de dividendos líquidos de nossos Empreendimentos em Operação, (ii) receitas dos ressarcimentos reconhecidos pela ANEEL e (iii) de aporte de capital de nossos acionistas controladores.

▪ Implantação

Na área de implantação, nossos investimentos estão direcionados para os nossos Empreendimentos em Construção. O item 7.1.1.2 deste Formulário de Referência contém uma descrição pormenorizada de todos os nossos Empreendimentos em Construção, incluindo a estrutura pretendida de financiamento e o montante de recursos próprios necessários para cada Empreendimento.

Os recursos mencionados acima serão provenientes do nosso caixa, alimentado principalmente (i) pelas entradas de dividendos líquidos de nossos Empreendimentos em Operação, (ii) receitas dos ressarcimentos reconhecidos pela ANEEL e (iii) de aporte de capital de nossos acionistas controladores.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

O item 10.3 (b) contém um detalhamento dos ativos e dos detalhes do processo de aquisição destes ativos.

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não fazemos diferenciação entre pesquisas em andamento e desenvolvimento de projetos. Dessa maneira as informações referentes ao item c.i. do Anexo 24 da Instrução CVM 480 serão apresentadas em conjunto com o item c.iii. Da mesma forma, as informações referentes ao item c.ii. serão apresentadas em conjunto com o item c.iv.

c.i. e c.iii.

Além da operação e implantação de nossos empreendimentos, nossas atividades envolvem também o constante desenvolvimento de novos projetos. Em 30 de setembro de 2012 nosso Portfólio de Projetos era composto por 17 Projetos Prioritários em Desenvolvimento (513,2MW próprios) e 21 Projetos em Desenvolvimento (840,6 MW próprios), totalizando 2.960,8 MW, sendo 1.353,8 MW próprios.

10.10 - Plano de negócios

Incluimos na categoria dos Projetos Prioritários em Desenvolvimento aqueles projetos de nosso portfólio que se encontram, no nosso entendimento, em estado mais avançado de desenvolvimento (incluindo compra de terras e licenças emitidas), com possibilidade de iniciarem a construção num horizonte entre 1 e 2 anos.

Os demais 21 projetos de nosso Portfólio de Projetos que não se encontram entre os Projetos Prioritários em Desenvolvimento são agrupados na categoria Projetos em Desenvolvimento, completando o total de 38 projetos de nosso Portfólio de Projetos. Para efeitos deste Formulário de Referência, um Projeto em Desenvolvimento é aquele que reúne ao menos uma das três características a seguir: (i) projeto básico protocolado na ANEEL ou em fase final de conclusão; (ii) ao menos uma das licenças ambientais emitidas; e (iii) terras adquiridas.

Para o desenvolvimento e manutenção da nossa carteira de projetos, nossos recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos. O item 9.1 (a) deste Formulário de Referência contém maiores detalhes acerca de nossa política de aquisição de terras para nossos empreendimentos.

c.ii e c.iv.

Até 30 de junho de 2012, investimos cerca de R\$95.000 mil nas atividades de prospecção e desenvolvimento de novos projetos.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1. As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção;**
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção;**
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle;**
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão.**

Não temos como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário;
- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções;
- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

Não temos como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. Estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno:

a) atribuições de cada órgão e comitê
<p>Em 08 de março de 2012, através da realização de uma AGE, foi aprovado o novo Estatuto Social da Companhia, o qual trata das atribuições do Conselho de Administração, Diretoria e Comitês de Assessoramento.</p>
<p>Nossa administração é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria, além de Comitês de Assessoramento.</p>
<p>Conselho de Administração</p>
<p>O Conselho de Administração é o nosso órgão de deliberação, composto por oito membros efetivos e seus respectivos suplentes, eleitos na Assembleia Geral Ordinária, com mandato unificado de dois anos, admitida a recondução por igual período.</p>
<p>O Conselho de Administração tem a função de orientação geral de nossos negócios, assim como de controlar e fiscalizar o nosso desempenho, competindo-lhe, ainda, sem prejuízo das demais competências que lhe são atribuídas por lei, pelo nosso Estatuto Social e pelo Regulamento de Listagem do Bovespa Mais:</p>
<p>I) fixar a orientação geral dos negócios, planos, projetos e diretrizes econômicas e financeiras, industriais e comerciais da Companhia e de suas sociedades controladas; II) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observando o que a respeito dispuser este Estatuto Social; III) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; IV) convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, a Extraordinária; V) deliberar sobre as contas da Diretoria, consubstanciadas nos balanços semestrais ou nos relatórios da administração, bem como sobre as demonstrações financeiras, para posterior encaminhamento à apreciação e aprovação da Assembleia Geral Ordinária; VI) manifestar-se previamente sobre atos e contratos, quando este Estatuto Social assim o exigir; VII) escolher e destituir os auditores independentes da companhia; VIII) deliberar sobre a participação da Companhia (i) na implementação de qualquer projeto de energia renovável ("Projeto") ou (ii) na aquisição de um ativo operacional de geração ou transmissão de energia ("Oportunidade de Implementação"), avaliando o plano de investimento elaborado pela Diretoria, o qual deverá incluir (a) descrição completa do Projeto (incluindo aspectos técnicos, de saúde, segurança e meio ambiente, responsabilidade social corporativa e engenharia); (b) projeções do contrato de compra e venda de energia; (c) projeções de CAPEX e OPEX (incluindo contingências estimadas); (d) modelo econômico/financeiro completo (incluindo o compromisso de capital esperado e os impactos fiscais); (e) principais características da construção (incluindo o tempo estimado para a implementação completa do Projeto); (f) análise de riscos; (g) condições esperadas de financiamento, incluindo a proporção entre dívida/capital próprio esperada para tal Projeto; e (h) taxa interna de retorno esperada. Para efeitos deste Estatuto, "Implementar" ou "Implementação" deverá significar o processo conduzido pela Companhia para fazer com que determinado novo ativo de geração ou transmissão de energia seja construído ou esteja pronto para iniciar operação. IX) deliberar a inclusão dos novos Projetos na carteira de investimentos da Companhia (bem como no plano de negócios, sempre que apropriado); X) autorizar a Companhia a participar de sociedades de propósito específico para a implantação de Projetos autorizados nos termos da alínea VIII acima; XI) deliberar sobre desvios de orçamento de investimentos superiores a 5% em relação aos aprovados nos Planos de Negócios; XII) autorizar a Companhia a contratar empréstimos, financiamentos e dar garantias para a implantação dos Projetos cujos planos de investimento tenham sido aprovados nos termos da alínea VIII acima; XIII) deliberar sobre a celebração, aditamento ou rescisão pela Companhia de qualquer Operação com Partes Relacionadas, conforme definido abaixo; XIV) deliberar sobre aquisição ou alienação de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). XV) autorizar a abertura e/ou extinção de filiais, agências, depósitos, escritórios e sucursais, no exterior; XVI) fixar a política de atribuição e a distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores; XVII) aprovar o plano de negócios atualizado da Companhia e o orçamento anual, bem como qualquer aditamento ou revisão dos mesmos; XVIII) autorizar a Companhia a incorrer em despesas não aprovadas previamente no orçamento anual da Companhia e/ou no plano anual de negócios (conforme o caso) em valores superiores a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); XIX) autorizar a concessão de garantia real ou fidejussória em favor de terceiros que não a própria Companhia ou suas Controladas, em valores superiores a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); XX) deliberar previamente sobre a apresentação, pela Companhia, de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial; XXI) distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria. XXII) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares ou o pagamento de juros sobre capital próprio, bem como submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, nos termos da Lei 6.404/76 e demais leis aplicáveis; XXIII) deliberar sobre as políticas, planos, orçamentos e demais assuntos propostos pela Diretoria que estejam fora do Plano de Negócios; XXIV) constituir Comitês Especiais, determinando suas finalidades, indicando seus membros e fixando seus honorários; XXV) aprovar aumentos do capital social dentro do capital</p>

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

autorizado da Companhia, ou deliberar sobre propostas de alteração do capital social, quando superiores ao capital autorizado, e submetê-las à Assembleia Geral; XXVI) manifestar-se sobre operações de fusão, cisão ou incorporação previamente à Assembleia Geral que sobre elas deliberar; XXVII) manifestar-se sobre planos de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados, prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades controladas, para submissão à Assembleia Geral; XXVIII) aprovar a outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados, prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades controladas, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral; XXIX) deliberar sobre quaisquer matérias que não sejam de competência da Diretoria ou que ultrapassem o limite de sua competência; XXX) manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; XXXI) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis; XXXII) definir a lista tripartite de empresas especializadas a ser apresentada à Assembleia Geral para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia para fins de oferta pública de aquisição de ações, da saída do Bovespa Mais e/ou cancelamento de registro de companhia aberta de que trata o Capítulo V deste Estatuto Social; XXXIII) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais; XXXIV) aprovar a emissão de debêntures, exceto pelo disposto no item V do parágrafo único do artigo 11 deste Estatuto; XXXV) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal das Controladas e nas Coligadas quando for o caso. Para fins deste Estatuto, Coligadas são sociedades onde a Companhia tenha influência significativa, sem caracterizar Controle; XXXVI) deliberar sobre financiamentos fora do Plano de Negócios; e XXXVII) aprovar o quadro de competências da administração da Companhia.

Comitê de Assessoramento

Os comitês de assessoramento foram criados na AGE de 08 de março de 2012, quando tiveram sua estrutura, composição e atribuições definidas.

O objetivo dos comitês é auxiliar o Diretor Presidente (CEO) e o Conselho de Administração de forma a conferir rapidez, transparência e exatidão às decisões do Conselho de Administração. Os comitês também fornecerão uma análise prévia dos assuntos relevantes para o Conselho de Administração. Os membros dos comitês serão nomeados pelo Conselho de Administração e devem representar um misto de independência, representação dos acionistas e conhecimento técnico. Os comitês devem ter, pelo menos, 3 membros, sendo 1 indicado pela SN Power, 1 pela Jackson, assim como 1 Chefe da área relevante. Caso haja necessidade de conhecimentos mais específicos, membros de fora da Companhia poderão ser indicados. Os membros do comitê serão nomeados para um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por outro ano. Os membros não serão remunerados, exceto no caso de membros externos. Os comitês deverão se reunir periodicamente para discutir assuntos estratégicos e operacionais levantados pelo Conselho de Administração, pela Administração Executiva ou por seus membros. Tais discussões deverão resultar em recomendações formais com relação a decisões, políticas e estratégias. Os comitês devem elaborar suas recomendações pelo menos 10 dias antes da reunião do Conselho, para que o Conselho tenha tempo suficiente de analisar a documentação. Os Comitês de Operação & Manutenção, Comercial e de Implementação de Projetos irão reportar ao Diretor Presidente, enquanto que os Comitês de Recursos Humanos & Remuneração e de Auditoria, Tributos, Riscos e Finanças irão reportar ao Conselho de Administração.

Diretoria

A Companhia será administrada por, no mínimo, 5 (cinco) Diretores, e no máximo 9 (nove) Diretores, sendo: 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Financeiro, que também deverá atuar como Diretor de Relações com Investidores, enquanto que os demais Diretores deverão atuar sem denominação específica. Os Diretores serão eleitos e/ou reeleitos a cada 2 (dois) anos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, todos residentes no país. Em caso de renúncia, vacância ou impedimento, o respectivo substituto será escolhido pelo Conselho de Administração, em até no máximo 30 (trinta) dias. O Diretor eleito nessas condições exercerá as funções pelo prazo restante do mandato do diretor que estiver substituindo.

Atualmente o cargo de Diretor de Relações com Investidores é exercido pelo nosso Diretor Presidente.

A competência de cada um dos membros de nossa Diretoria encontra-se detalhada no item “d” abaixo.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Nosso Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Extraordinária datada de 30 de setembro de 2010.

O Conselho Fiscal funciona em caráter permanente, e é composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

não, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo haver recondução.

Os comitês de assessoramento foram criados na AGE de 08 de março de 2012, quando tiveram sua estrutura, composição e atribuições definidas. Os Comitês de Operação & Manutenção, Comercial e de Implementação de Projetos irão reportar ao Diretor Presidente, enquanto que os Comitês de Recursos Humanos & Remuneração e de Auditoria, Tributos, Riscos e Finanças irão reportar ao Conselho de Administração.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não possuímos atualmente um mecanismo formal de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração e comitês.

A RCA de 08 de dezembro de 2011 aprovou o orçamento econômico e financeiro para o exercício de 2012, através do qual estabeleceu metas de desempenhos para nossos Diretores.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos demais Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades da Companhia. Compete ainda ao Diretor Presidente, isoladamente: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; (iii) exercer a supervisão geral das competências e atribuições dos demais Diretores; (iv) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração. Compete ao Diretor Financeiro, além das obrigações impostas pela regulamentação vigente: (i) responsabilizar-se pela gestão administrativa, financeira e contábil da Companhia, (ii) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (iii) prestar informações ao público investidor, à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; e (iv) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM. Competirá aos demais Diretores (i) o apoio ao Diretor Presidente e ao Diretor Financeiro no exercício de suas funções, na gestão da Companhia; e (ii) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração. Compete ainda ao Diretor Presidente e ao Diretor Financeiro, mediante assinatura conjunta deles, mediante assinatura conjunta de um deles e de outro Diretor ou, se for o caso, através de procuradores por eles constituídos nos termos do Artigo 26: I) realizar operações bancárias em geral, abrir e movimentar contas bancárias, emitir e endossar cheques, autorizar transferências, débitos e pagamentos, sacar, aceitar, emitir e endossar títulos de crédito de qualquer natureza, dar recibos e quitações e efetuar levantamento de cauções em entidades públicas ou privadas; II) aprovar a celebração de acordo visando a solução de qualquer litígio, demanda ou arbitragem em que a Companhia seja parte; III) aprovar a celebração de acordos ou contratos de cooperação técnica, transferência de tecnologia e exploração de patentes, ou de prestação de serviços em que a Companhia seja parte; IV) representar a Companhia junto a clientes, fornecedores, entidades de classe repartições e órgãos públicos dos governos federal, estaduais e municipais, inclusive suas autarquias; e V) constituir consórcios.

e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Não possuímos atualmente um mecanismo formal de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração e comitês.

A RCA de 08 de dezembro de 2011 aprovou o orçamento econômico e financeiro para o exercício de 2012, através do qual estabeleceu metas de desempenhos para nossos Diretores.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:

a) prazos de convocação
As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação e com oito dias corridos de antecedência no caso de segunda convocação.
b) competências
<p>Compete à Assembleia Geral, em caráter ordinário:</p> <p>(i) alterar o Estatuto Social; (ii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado; (iii) tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (iv) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos; (v) autorizar a emissão de debêntures conversíveis em Ações e/ou com garantia real; (vi) suspender o exercício dos direitos do acionista, na forma da lei; (vii) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (viii) deliberar sobre nossa transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes, bem como o conselho fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e julgar-lhes as contas; (ix) autorizar os administradores a confessar falência, pedir recuperação judicial ou realizar recuperação extrajudicial; (x) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, este último quando instalado; (xi) deliberar sobre nossa saída do Bovespa Mais, da BM&FBOVESPA e sobre o cancelamento de nosso registro de companhia aberta; (xii) escolher a instituição responsável pela preparação de laudo de avaliação das nossas Ações, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; (xiii) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de Ações aos nossos administradores, empregados, prestadores de serviço ou os de nossas controladas; (xiv) deliberar acerca da eventual abertura de capital e oferta pública de valores mobiliários de qualquer de nossas sociedades controladas, bem como deliberar sobre suas respectivas condições e aprovar a prática de todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à realização de tais operações; e (xv) criar novas Ações fora do limite do capital autorizado.</p>
c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise
<p>Eletrônico: (i) www.desenvix.com.br; (ii) www.cvm.gov.br; e (iii) www.bmfbovespa.com.br</p> <p>Físico: (i) Alameda Araguaia, 3571 Conj. 2001, Centro Empresarial Tamboré, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06455-000; e (ii) Rua Tenente Silveira, 94, 9º andar, Centro, Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88010-300</p>
d) identificação e administração de conflitos de interesses
<p>Observamos todas as regras de conflito de interesses previstas na Lei das S.A., em especial em seu artigo 115.</p> <p>Nosso Acordo de Acionistas, celebrado no dia 08 de março de 2012 prevê em seu item 8.12, referente à conflitos de interesse no âmbito do Conselho de Administração e em seu item 10.03, referente à conflitos de interesse no âmbito da Assembleia Geral de Acionistas, que o Acionista ao qual a Operação com Partes Relacionadas se aplique ou o Acionista conflitante, conforme o caso, deverá (i) revelar seu impedimento aos demais Acionistas ante que qualquer discussão ou deliberação seja iniciada e (ii) abster-se de votar sobre essa matéria.</p> <p>Nosso Estatuto Social prevê no seu Parágrafo 3º, Artigo 19, que nas deliberações do Conselho de Administração que tenham como objeto aprovar a celebração pela Companhia de uma ou mais Operação Com Partes Relacionadas, os conselheiros indicados de forma direta ou indireta por tal acionista deverão se declarar impedidos de votar.</p>
e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto
Admitimos o voto exercido por procurador, desde que o instrumento de procuração esteja de acordo com as normas legais aplicáveis.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico
O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja nosso acionista, nosso administrador ou advogado. Após a abertura de capital da sociedade, referido procurador poderá ser, também, uma instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.
g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias
Não mantemos nenhum tipo fórum ou página na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.
h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias
Não transmitimos ao vivo o vídeo ou o áudio das assembleias.
i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas
Não possuímos atualmente nenhum mecanismo específico destinado à inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas pelos acionistas. Até o momento nunca recebemos nenhuma solicitação desta natureza, sendo certo que poderemos atender tais solicitações, caso apresentadas, conforme o caso específico.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo - SP	31/03/2012
		Jornal Empresas e Negócios - SP	31/03/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo - SP	06/06/2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Jornal Empresas e Negócios - SP	19/05/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo - SP	04/06/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo - SP	07/07/2010
		Jornal Empresas e Negócios - SP	07/07/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo - SP	28/07/2010

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4. Regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração:

<p>a) frequência das reuniões</p> <p>O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação do Presidente do Conselho de Administração ou ainda de quaisquer 2 (dois) de seus membros, observado o prazo de antecedência de 15 (quinze) dias. Em caso de urgência justificada, mediante concordância de todos os conselheiros, a reunião poderá ser convocada e realizada sem observância do prazo mínimo antes referido.</p>
<p>b) se existem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho</p> <p>Tendo em vista que a referida informação já foi disponibilizada no item 15.5 (g), a Companhia não inseriu o tema nesse item.</p>
<p>c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses</p> <p>Observamos e fazemos com que nossos acionistas observem todas as disposições do art. 156 da Lei das S.A. no que se refere a eventos de conflito de interesse. Para além das disposições legais aplicáveis, adotamos mecanismos estatutários estritos no que se refere a eventos de conflitos de interesse.</p> <p>O parágrafo 3º do artigo 19 do nosso Estatuto Social prevê que, nas deliberações do Conselho de Administração que tenham como objeto a aprovação de operações entre a Companhia e uma ou mais Partes Relacionadas a qualquer dos acionistas da Companhia, os conselheiros indicados de forma direta ou indireta por tal acionista deverão se declarar impedidos de votar.</p> <p>Ainda, o parágrafo 1º do artigo 15 de nosso Estatuto Social prevê que nossos conselheiros devem ter reputação ilibada e não podem ser eleitos, salvo se autorizado pela Assembléia Geral, aquele que (i) for empregado ou ocupar cargo em companhia que possa ser considerada nossa concorrente, ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com os nossos.</p> <p>Dessa maneira, nos termos da Lei das S.A. e de nosso Estatuto Social, o Conselheiro que tiver qualquer interesse conflitante com os nossos interesses não poderá exercer o direito de voto, declarando-se impedido para este fim.</p> <p>Nosso Acordo de Acionistas, celebrado no dia 08 de março de 2012 prevê em seu item 8.12, referente a conflitos de interesse no âmbito do Conselho de Administração e em seu item 10.03, referente a conflitos de interesse no âmbito da Assembléia Geral de Acionistas, que o Acionista ao qual a Operação com Partes Relacionadas se aplique ou o Acionista conflitante, conforme o caso, deverá (i) revelar seu impedimento aos demais Acionistas ante que qualquer discussão ou deliberação seja iniciada e (ii) abster-se de votar sobre essa matéria.</p> <p>Por fim, é importante observar que, nos termos do nosso acordo de acionistas "Operação com Partes Relacionadas" deverá significar, com relação a qualquer Acionista, qualquer ação por meio da qual a Companhia: (a) celebre, adite, declare uma inadimplência, renuncie a uma condição ou rescinda, (b) dê seu consentimento, aprovação ou autorização em relação a, ou (c) efetue um pagamento, proposta de negociação ou promova acordos materiais decorrentes de (em cada um dos casos anteriores) qualquer contrato ou acordo de qualquer tipo ou natureza: (i) entre a Companhia ou uma Subsidiária e tal Acionista, qualquer de suas Afiliadas ou qualquer Pessoa Restrita, (ii) entre a Companhia ou uma Subsidiária e os membros de seu Conselho, Diretores, qualquer cônjuge das Pessoas acima e qualquer outra Pessoa relacionada com qualquer dessas Pessoas por consanguinidade direta ou colateral de primeiro, segundo ou terceiro grau, ou (iii) entre a Companhia ou uma Subsidiária e qualquer outra Pessoa, que, direta ou indiretamente, beneficie tal Acionista, qualquer de suas Afiliadas ou qualquer Pessoa Restrita.</p>

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5. Cláusula compromissória do estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem:

Nosso Estatuto Social dispõe que nós, nossos acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, presentes e futuros, ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Bovespa Mais, do Contrato de Participação do Bovespa Mais e do Regulamento de Arbitragem.

De acordo com o Estatuto Social, a lei brasileira será a única aplicável a toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da cláusula compromissória

Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração		Data da eleição		Prazo do mandato
CPF	Profissão		Cargo eletivo ocupado		Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor						
Liu Ming	61		Pertence apenas à Diretoria		08/03/2012	Até 1ª RCA que ocorrer após a AGO de 2014
161.072.689-87	Engenheiro		Diretor		08/03/2012	Sim
Nenhum						
Paulo Marcelo Gonçalves Margarido	46		Pertence apenas à Diretoria		08/03/2012	Até 1ª RCA que ocorrer após a AGO de 2014
059.280.268-03	Engenheiro		Diretor		08/03/2012	Sim
Nenhum						
Paulo Roberto Fraga Zuch	57		Pertence apenas à Diretoria		08/03/2012	Até 1ª RCA que ocorrer após a AGO de 2014
262.510.270-53	Engenheiro		Diretor		08/03/2012	Sim
Pertence ao Comitê de Implementação de Projetos						
Ronaldo de Carvalho Bordinhão	59		Pertence apenas à Diretoria		08/03/2012	Até 1ª RCA que ocorrer após a AGO de 2014
375.629.327-00	Engenheiro		Diretor		08/03/2012	Sim
Nenhum						
Jan Erik Felle	39		Pertence apenas à Diretoria		08/03/2012	Até 1ª RCA que ocorrer após a AGO de 2014
061.852.577-77	Contador		Diretor Financeiro		01/08/2012	Sim
Álvaro Eduardo Sardinha	59		Pertence apenas à Diretoria		08/03/2012	Até 1ª RCA que ocorrer após a AGO de 2014
306.005.377-49	Engenheiro		Diretor		08/03/2012	Sim
Pertence ao Comitê de Implementação de Projetos						
Antenor Zimmermann	59		Pertence apenas à Diretoria		08/03/2012	Até 1ª RCA que ocorrer após a AGO de 2014
290.117.289-04	Engenheiro		Diretor		08/03/2012	Sim
Pertence ao Comitê Comercial e ao Comitê de Operações e Manutenção						
Cristiano Kok	67		Pertence apenas ao Conselho de Administração		08/03/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2013
197.438.828-04	Engenheiro		22 - Conselho de Administração (Efetivo)		08/03/2012	Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Nenhum				
Gerson de Mello Almada	61	Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2013
673.907.068-72	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	08/03/2012	Sim
Nenhum				
Luiz Cruz Schneider	59	Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2013
220.827.510-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	08/03/2012	Sim
Pertence ao Comitê de Implementação de Projetos				
Ruy Nagano	32	Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2013
839.635.701-30	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	08/03/2012	Sim
Pertence ao Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e ao Comitê de Recursos Humanos e Remuneração				
Geraldo Aparecido da Silva	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2013
446.281.969-15	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/04/2012	Sim
Nenhum				
Laercio Dias	64	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2012	Até a AGE de aprovação das contas de 2013
112.907.819-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	26/04/2012	Sim
Nenhum				
Alcinei Cardoso Rodrigues	49	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2013
066.206.228-01	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	26/04/2012	Sim
Nenhum				
Torgier Nils Lien	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2013
000.000.000-00	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	08/03/2012	Sim
Nenhum				
Joakim Johnsen	39	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/10/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2013

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
061.364.757-23	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/10/2012	Sim
Nenhum				
Viggo Mossing	45	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/10/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2013
000.000.000-00	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	19/10/2012	Sim
Pertence ao Comitê de Operações e Manutenção.				
Angelo Nonato de Sousa Lima	36	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2013
690.662.561-68	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	26/04/2012	Sim
Nenhum				
Tor Inge Stokke	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/10/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2013
000.000.000-00	Contador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/10/2012	Sim
Membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças				
Austin Iaine Powell	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/03/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2013
000.000.000-00	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	08/03/2012	Sim
Nenhum				
Kjetil Landmark	51	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/10/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2013
000.000.000-00	Advogado	23 - Conselho de Administração (Suplente)	19/10/2012	Sim
Nenhum				
José Antunes Sobrinho	59	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	08/03/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2013
157.512.289-87	Engenheiro	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	08/03/2012	Sim
Conselheiro e Diretor de Relações com Investidores				
João Clarindo Pereira Filho	80	Conselho Fiscal	08/03/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2012
045.249.428-15	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	08/03/2012	Sim
Nenhum				

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Luiz Felipe de Souza Alves	52	Conselho Fiscal	08/03/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2012
408.392.307-53	Gerente	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	08/03/2012	Sim
Nenhum				
Antonio Carlos Bomfim	61	Conselho Fiscal	26/04/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2012
070.905.525-00	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	26/04/2012	Sim
Nenhum				
Alfredo Martins Reis	55	Conselho Fiscal	26/04/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2012
150.216.611-91	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	26/04/2012	Sim
Nenhum				
Fernando de Lapuerta Montoya	34	Conselho Fiscal	08/03/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2012
000.000.000-00	Administrador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	08/03/2012	Sim
Nenhum				
Patricia Cândido Pinto da Silva	33	Conselho Fiscal	08/03/2012	Até a AGO de aprovação das contas de 2012
082.308.237-74	Advogada	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	08/03/2012	Sim
Nenhum				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				

Liu Ming - 161.072.689-87

É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná, concluído em 1973. Curso pós graduação em Planejamento de Recursos Hídricos na COPPE – UFRJ, concluído em 1976. Curso pós graduação em Recursos Hídricos na Universidade de Iowa (The University of Iowa), Estados Unidos da América, concluído em 1982. Curso mestrado em Engenharia Ambiental na Universidade Federal de Santa Catarina, concluído em 2008. Durante os últimos 5 (cinco) anos trabalhou (i) na Engenvix (empresa integrante de nosso Grupo Econômico) até agosto de 2006, atuando na área de gerenciamento de projetos de geração de energia elétrica e (ii) na Companhia no período de setembro de 2006 até a data deste Formulário de Referência, atuando (a) no período de setembro de 2006 até dezembro de 2009 como Diretor de Desenvolvimento com atribuições na área de desenvolvimento de novos negócios e (b) no período de janeiro de 2009 até a data deste Formulário de Referência como Diretor, sendo sua última reeleição ocorrida em 08 de março de 2012.

O Sr. Liu não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Paulo Marcelo Gonçalves Margarido - 059.280.268-03

É graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Sul de Santa Catarina, concluído em 2007 e graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Luzwell/SP, concluído em 1991. Curso pós graduação em Gerenciamento Administrativo na Universidade Federal de Santa Catarina, concluída em 1999. Durante os últimos 5 (cinco) anos trabalhou (i) na Engevix, (empresa integrante de nosso Grupo Econômico) até agosto de 2006, atuando na área financeira voltada para a gestão de projetos de geração de energia elétrica e (ii) na Companhia, a partir de setembro de 2006 até a data deste Formulário de Referência, atuando como Diretor responsável pela nossa área financeira e de controladoria, tendo sido sua última reeleição realizada em 08 de março de 2012.

O Sr. Paulo Marcelo não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Paulo Roberto Fraga Zuch - 262.510.270-53

É graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, concluído em 1976. Curso especialização em Controle de Sistemas Elétricos na UFSC em 1979. Durante os últimos 5 (cinco) anos atuou em 2005 e 2006 como consultor do Grupo Azaleia e de 2007 a 2010 como consultor do Grupo Gerdau na área de comercialização e implantação de empreendimentos de energia elétrica. Assumiu em janeiro de 2010 a Diretoria de Implantação da Desevix, tendo sua última reeleição ocorrida no dia 08 de março de 2014.

O Sr. Paulo Roberto não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Ronaldo de Carvalho Bordinhão - 375.629.327-00

É graduado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia do Rio de Janeiro da Universidade Gama Filho, concluído em 1976. Durante os últimos 5 (cinco) anos trabalhou (i) na Engevix (empresa integrante de nosso Grupo Econômico) até agosto de 2006, atuando como diretor gerente da Monel (empresa controlada à época pela Engevix), (ii) na Companhia entre setembro de 2006 até a data deste Formulário de Referência. Assumiu em 08 de março de 2012 o cargo de Diretor sem designação específica, com atribuições na organização do relacionamento institucional e desenvolvimento de novos negócios.

O Sr. Roberto não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Jan Erik Felle - 061.852.577-77

O Sr. Jan Erik é Contador Público Certificado e tem mestrado pela Norwegian School of Management (BI). Ele atuou por nove anos na divisão de auditoria da Pricewaterhouse-Coopers, principalmente em empresas do setor público e de energia. Ele também desempenhou vários trabalhos de consultoria na mesma empresa relacionados com a implementação de IFRS, alocação de custos e treinamento de novos contratados. Jan Erik se juntou SN Power em Setembro de 2007, onde atuou como Vice Presidente de Contabilidade e Diretor Financeiro. Na Companhia, até a data deste Formulário de Referência, atua como Diretor Financeiro, tendo sido sua eleição realizada em 08 de março de 2012. O Sr. Jan Erik não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Álvoro Eduardo Sardinha - 306.005.377-49

É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal Fluminense no Rio de Janeiro, concluído em 1974. Curso pós graduação em Engenharia Geotécnica na UFRJ, concluído em 1976. Curso MBA com ênfase em Gestão Global na Escola Superior de Administração do Estado de Santa Catarina (ESAG) em parceria com a Universidade Livre de Lisboa, concluído em 2001. Durante os últimos 5 (cinco) anos trabalhou (i) na Engevix (empresa integrante de nosso Grupo Econômico) até agosto de 2006, atuando na área de gestão de projetos de geração de energia elétrica e (ii) na Companhia no período entre setembro de 2006 até a data deste Formulário de Referência, atuando como Diretor de Implantação responsável pela gestão da implantação dos nossos empreendimentos. Assumiu em 22 de setembro de 2010 o cargo de Vice Presidente de Desenvolvimento da Desevix. Assumiu em 08 de março de 2012 o cargo de Diretor da Desevix. Nunca atuou como administrador de companhia aberta.

O Sr. Álvoro não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Antenor Zimmermann - 290.117.289-04

É graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina em Florianópolis, concluído em 1976. Curso pós graduação em Engenharia de Produção na Universidade Federal de Santa Catarina, concluída em 1984. Curso MBA com ênfase em Gestão Global na Escola Superior de Administração do Estado de Santa Catarina (ESAG) em parceria com a Universidade Livre de Lisboa, concluído em 2003.

Durante os últimos 5 (cinco) anos trabalhou (i) na CELESC, até janeiro de 2008, empresa atuante no ramo de geração e distribuição de energia elétrica, atuando nas áreas de Planejamento, Projeto e Construção de Subestações e Linhas de Transmissão, sendo responsável pelas áreas Planejamento, Projeto e Construção de Sistema Elétrico do Estado de Santa Catarina, e, posteriormente, pelo setor de geração, atuando na ampliação, operação e manutenção das usinas hidrelétricas, e (ii) na Companhia, a partir de março de 2008, atuando como Diretor de Operações, com atribuições de gestão e gerenciamento da O&M de nossos Empreendimentos em Operação, tendo sido sua última reeleição realizada em 08 de março de 2012. Atua também, desde julho de 2008, como diretor técnico da ENEX, empresa controlada por nós.

O Sr. Antenor não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Cristiano Kok - 197.438.828-04

É graduado em engenharia industrial modalidade mecânica em 1988 pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, realizou cursos de especialização pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou na Engevix desde 1972 como engenheiro de tubulações, diretor, presidente e tornou-se sócio em 1997. É membro do Conselho de Administração da Engevix, da Desenvix, da CERAN, da Dona Francisca e da Passos Maia. Atualmente ocupa o cargo no Conselho de Administração, tendo sido sua última reeleição realizada em 08 de março de 2012.

O Sr. Cristiano não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Gerson de Mello Almada - 673.907.068-72

É graduado em engenharia Química pela Escola de Engenharia Mackenzie, concluído em 1973. Realizou cursos de especialização na Fundação Getúlio Vargas/USP/Oswaldo Cruz/Main-Milão. Foi chefe do departamento De Química Aplicada e Professor da cadeira de processos da Indústria Química da Universidade Mackenzie de 1987 a 1995. Atuou na Engevix desde 1985 como engenheiro de processos, superintendente, diretor, vice-presidente e tornou-se sócio em 1997. É membro do Conselho de Administração da Engevix Engenharia S/A, da Desenvix Energias Renováveis S/A, Presidente da ECOVIX – Engevix Construções Oceânicas S/A, tendo sido sua última reeleição para membro do Conselho de Administração da Companhia realizada em 08 de março de 2012.

O Sr. Gerson não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Luiz Cruz Schneider - 220.827.510-15

É graduado em engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, concluído em 1975. Foi Diretor da CELESC entre 1986 e 1989. Foi diretor da AES Sul S.A. entre 1997 e 1999. Foi Presidente da VANT S.A. entre 2000 e 2003. Foi Membro do Conselho de Administração da AES Tietê S.A. entre 2000 e 2003. Foi membro do Conselho de Administração da Artemis Transmissão S.A. entre 2003 e 2009. Atualmente é membro dos Conselhos de Administração das seguintes empresas: Engevix, Brametal S.A. MGE Transmissão e Goiás Transmissão. Na Companhia atua como membro do Conselho de Administração desde setembro de 2010, tendo sido sua última reeleição realizada em 08 de março de 2012.

O Sr. Luiz não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Ruy Nagano - 839.635.701-30

É graduado em Administração de Empresas pela Universidade de Brasília (UnB), concluído em 2003. Durante os últimos cinco anos trabalhou: (i) 2005 a 2008 como analista financeiro na gerência de Relações com Investidores na Brasil Telecom, (ii) 2007 a 2008, como gerente de RI e análise de investimentos, na Moura Dubeux Engenharia, (iii) de 2008 a 2009, como coordenador da Gerência de Captação e Administração de Recursos Financeiros na Brasil Telecom, e (iv) em 2010, como analista de participações societárias da FUNCEF. Na Companhia atua como membro do Conselho de Administração desde setembro de 2010, tendo sido sua última reeleição realizada em 08 de março de 2012.

O Sr. Ruy não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Geraldo Aparecido da Silva - 446.281.969-15

Geraldo Aparecido da Silva – É Economista, com pós graduação em Previdência e Gestão de Fundos de Pensão pela FGV-Brasília. Empregado pela Caixa há 26 anos, tendo ocupado a função de supervisor durante 13 anos; Na FUNCEF exerce o cargo de Gerente de Segurança desde 20/08/2007; Foi Gerente de Controles e Risco da FUNCEF por 4,5 anos. Certificado pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS).

Assumiu o cargo de membro do Conselho Administrativo da Companhia em abril de 2012.

O Sr. Geraldo não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Laércio Dias - 112.907.819-15

Laércio Dias - É graduado em engenharia elétrica na Universidade Federal de Santa Catarina, concluído em 1970. Atuou nos últimos 5 anos como consultor em diversos projetos relacionados com a geração de energia elétrica. Desde 2008 é membro do Corpo Permanente da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas e membro da Câmara Americana de Comércio do Brasil – Estados Unidos (AMCHAM). Desde 2010 é conselheiro fiscal da Companhia Energética de Brasília. Atualmente ocupa o cargo de suplente no Conselho de Administração, tendo sido sua eleição realizada em abril de 2012.

O Sr. Laércio não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Alcinei Cardoso Rodrigues - 066.206.228-01

Alcinei Cardoso Rodrigues - É Economista formado pela PUC/SP em 1999, curso Mestrado em Economia na PUC/SP e Pós-Graduação com especialização em Extensão em Previdência Complementar – PUC/RJ. Foi Assessor de Diretoria, Gerente de Participações e Gerente de Planejamento Estratégico na Fundação Petrobras de Seguridade Social/Petros, de Jun/03 a nov/11. A partir de novembro 2011 atua como Coordenador na Gerência de Participações Societárias – GEPAR da FUNCEF. Assumiu o cargo de membro suplente do Conselho Administrativo da Companhia em abril de 2012.

O Sr. Alcinei não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Torger Nils Lien - 000.000.000-00

O Sr. Torger é mestre em Engenharia Mecânica pela Universidade Técnica de Trondheim (NTH). Em 2009, assumiu a posição de CEO da Fred. Olsen Renewables AS. De 2000 a 2009, foi Presidente e CEO da Nord Pool ASA, o Mercado Livre de Energia norueguês. De 1998 a 2000, ocupou o cargo de CEO da Norwegian Oil Trading Holding AS. Torger foi também Vice-presidente de desenvolvimento de negócios na Hydro Energy International, de 1994 a 1998. De 1992 a 1994, atuou como Head of trading & commercial operation, incluindo operações internacionais na Hydro Energi. Ocupou também várias posições na Hydro Aluminium de 1989-92, tais como Desenvolvimento de Negócios e Gerente Geral Malásia. De 1982 a 1989, desempenhou várias posições juniores e seniores nas áreas técnica e comercial na Norsk Hidro Oil & Gas. Atualmente o Sr. Torger é CEO da SN Power. Na Companhia, atua como Presidente do Conselho de Administração, tendo sido sua eleição realizada em 08 de março de 2012.

O Sr. Torger não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Joakim Johnsen - 061.364.757-23

O Sr. Joakim Johnsen é administrador de empresas formado pela Universidade de Manchester. Possui um MBA pela Manchester Business School, além de pós-graduação em finanças pela Chicago Business School. Atualmente participa do programa de novas lideranças da Statkraft. O Sr. Joakim Johnsen fala Norueguês, Inglês, Português e Espanhol. O Sr. Joakim Johnsen é o atual Diretor Presidente da SN Power Brasil. Grupo pelo qual atua por 10 anos. Nos últimos 8 anos esteve baseado na América do Sul, atuando como Gestor de Desenvolvimento de Negócios para América do Sul (Chile) e Diretor de Desenvolvimento de Negócios no Brasil. Antes de atuar na SN Power, trabalhou como consultor de estratégia por seis anos, mais recentemente na Gemini Consulting, onde liderou projetos em desenvolvimento, estratégia de M&A e reestruturação organizacional. Na Companhia, atua como membro do Conselho de Administração, tendo sido sua eleição realizada em 31 de outubro de 2012.

O Sr. Joakim Johnsen não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Viggo Møssing - 000.000.000-00

O Sr. Viggo é graduado em engenharia elétrica e administração de negócios pela BI Norwegian Business School. O Sr. Viggo possui grande experiência no setor hidrelétrico tendo atuado, entre os anos de 1997 e 2008, como Presidente Diretor de Produção da Akershus Kraft, Glomma & Lagen Kraftproduksjon, Halden Kraftproduksjon, Skien Kraftproduksjon e Ovre Hallingdal Kraftproduksjon. Também atuou como Diretor de Planta Hidrelétrica na Sima Hydropower plant. Atualmente ocupa o cargo de Vice Presidente de Produção e Mercado da SN Power Group na Noruega. Na Companhia, até a data deste Formulário de Referência, atua como membro suplente do Conselho de Administração, tendo sido sua eleição realizada em 19 de outubro de 2012.

O Sr. Viggo não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Angelo Nonato de Sousa Lima - 690.662.561-68

Sr. Angelo Nonato de Sousa Lima é formado em Ciências Econômicas e Pós Graduado em Gestão Executiva em Fundos de Pensão. Ingressou em setembro de 2001 na FUNCEF, tendo atuado em diversas áreas, entre elas Gerência de Controles e Risco e Gerência de Seguridade, onde atuou como Analista. Entre dezembro de 2010 e novembro de 2011 atuou como Coordenador da área de Gerência de Atendimento. Desde novembro de 2011 vem atuando como Consultor Especial da Presidência. Na Companhia, até a data deste Formulário de Referência, atua como membro suplente do Conselho de Administração, tendo sido sua eleição realizada em abril de 2012.

O Sr. Angelo não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Tor Inge Stokke - 000.000.000-00

O Sr. Tor tem mestrado em negócios e finanças pela Universidade de Lund e Especialização em Negócios pela Escola de Administração de Empresas e Economia da Noruega. Atual CFO da SN Power, posição ocupada desde 2009. Durante o ano de 2007 e parte 2009, ocupou a posição de CEO da SN Power. Tor possui mais de 15 anos de experiência em grandes empresas norueguesas e internacionais, incluindo EXClay International, Rauloss ASA e Posten Norway BA. Também trabalhou como consultor e possui extensa experiência em estratégia e desenvolvimento de negócios, incluindo fusões e aquisições e gestão da mudança de processos. Na Companhia, atuou como membro suplente do Conselho de Administração, tendo sido sua eleição realizada em 08 de março de 2012. Através da AGE realizada em 19.10.2012, o Sr. Tor passou a ser membro efetivo do Conselho de Administração.

O Sr. Tor não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Austin Iaine Powell - 000.000.000-00

O Sr. Austin é Mestre e Bacharel em Administração de Empresas com honras pela Universidade do Texas. Há dois anos na SNPower, Laine Powell ocupa atualmente os cargos de Gerente Geral para a SN Power Chile, supervisionando as atividades da empresa, e de Gerente Geral da empresa Energia Tinguiririca, uma parceria entre a SN Power e a Pacific Hydro no Chile. A Tinguiririca Energia é proprietária e opera duas UHEs (310 MW), no Vale Tinguiririca da Região VI, no Chile. Antes de ingressar na SN Power, Powell trabalhou na Duke Energy International, como Diretor de Operações para o Brasil, sendo também responsável por seus ativos localizados na Argentina e na Bolívia. Destaca-se ainda sua atuação na Enron International, tendo ocupado várias posições ao longo de 08 anos de atividade. Na Companhia, até a data deste Formulário de Referência, atua como membro suplente do Conselho de Administração, tendo sido sua eleição realizada em 08 de março de 2012.

O Sr. Austin não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Kjetil Landmark - 000.000.000-00

O Sr. Kjetil Landmark é graduado em direito pela University of Oslo, concluído em 1986. Desde sua graduação, atua como Conselheiro Geral e Legal de diversas empresas internacionais do ramo energia, óleo e gás. Entre 1986 e 1988 atuou como Conselheiro do Ministério de Finanças da Noruega. Entre 1989 e 1996 atuou como Advogado em diversos Escritórios de Advocacia entre eles Thommessen Krefting Greve Lund (TKGL) em Oslo e Londres, Kvaerner Group em Oslo e Londres, Bugge Arentz-Hansen & Rasmussen (BAHR). Desde outubro de 2006 atua na STX Europe ASA/Group, tendo atuado como Conselheiro Geral e atualmente como membro Executivo da Diretoria. Na Companhia, até a data deste Formulário de Referência, atua como membro suplente do Conselho de Administração, tendo sido sua eleição realizada em 19 de outubro de 2012.

O Sr. Kjetil Landmark não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

José Antunes Sobrinho - 157.512.289-87

É graduado em engenharia civil pela Universidade Federal do Paraná, concluído em 1974. Curso pós graduação em Engenharia Hidráulica na Holanda no Institute for Hydraulic and Environmental Engineering (DEFT), concluída em 1978. Durante os últimos 5 (cinco) (i) trabalhou na Engevix (empresa integrante de nosso Grupo Econômico), até a data deste Formulário de Referência, na qualidade de Vice Presidente de Energia, com atribuições na área de desenvolvimento e implantação de projetos de geração de energia elétrica e (ii) na Companhia, até a data deste Formulário de Referência, atuando como Diretor Presidente responsável pela gestão geral de nossos negócios, tendo sido sua última reeleição realizada em 22 de setembro de 2010. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente da companhia cumulativamente com o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia e o cargo de Diretor de Reações com Investidores, tendo sido sua última reeleição realizada em 08 de março de 2012.

O Sr. José não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

João Clarindo Pereira Filho - 045.249.428-15

É graduado em direito pela Universidade de São Paulo, foi advogado da Caixa Econômica Federal por mais de 30 anos e nos últimos cinco anos exerce a profissão em escritório de sua titularidade, especializando-se em Direito Civil e Tributário. Foi membro titular do Conselho de Contribuintes da Receita Federal. Assumiu o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia em 30 de setembro de 2010, tendo sido sua última reeleição realizada em 08 de março de 2012.

O Sr. João Clarindo Filho não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Luiz Felipe de Souza Alves - 408.392.307-53

É graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Celso Lisboa, concluiu em 1980 e cursou pós – graduação em Engenharia Econômica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, concluiu em 1984. Durante os últimos 5 anos foi o fundador e diretor presidente da Cypress Associates (2004 até a data), assessoria financeira focada em processos de fusões e aquisições e mercado e capitais com destaque em vários transações realizadas nos segmentos de siderurgia, bens de consumo, engenharia, infra-estrutura, tecnologia da informação, saúde, real estate, dentre outros. Foi diretor presidente da Inal, empresa do Grupo CSN de beneficiamento e distribuição de aço, bem como diretor de planejamento comercial da CSN (2001 a 2004). Na Brasil Telecom foi diretor financeiro para a região sul (jan a ago 2001). Na Shell Brasil nos seus 20 anos de atuação (1980 a 2000) foi Diretor de Controladoria, Diretor de Auditoria e Controles e Diretor Financeiro de Transportes entre outros cargos. Atuação como conselheiro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e voluntário da Endeavor (Instituto de Empreendedorismo). Assumiu o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia em 30 de setembro de 2010, tendo sido sua última reeleição realizada em 08 de março de 2012.

O Sr. Luiz Felipe não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Antonio Carlos Bomfim - 070.905.525-00

Antonio Carlos Bomfim - Graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, pós-graduado em Economia Regional e Urbana, Mestre em Direito Internacional e Integração Econômica pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Doutor em Direito Internacional e Integração Econômica pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atuou como Economista na Secretaria de Estado do Planejamento do estado da Bahia entre dezembro de 1974 e fevereiro de 1975. Foi Chefe de Divisão de Unidade Central do Departamento de Pesquisas do Banco Nacional da Habitação entre março de 1976 e junho de 1983. Foi Diretor Presidente da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro entre junho de 1983 a março/1987. Foi Economista - Assistente Técnico da Assessoria de Pesquisa, Divisão Financeira, Divisão do FGTS da Caixa Econômica Federal, entre abril de 1987 e dezembro de 2000. Foi Analista de Comércio Exterior do Departamento de Defesa Comercial do estado do Rio de Janeiro, entre março de 2003 e fevereiro de 2008. Atualmente ocupa o cargo de Analista de Comércio Exterior da Assessoria Internacional/Gabinete do Ministro em Brasília do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, posição que ocupa desde março de 2008. Assumiu o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia em abril de 2012.

O Sr. Antonio não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Alfredo Martins Reis - 150.216.611-91

Alfredo Martins Reis - Graduado em Ciências Econômicas pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, Geografia e História pela União Pioneira de Integração Social e Ciências Contábeis pela União Educacional de Brasília. Possui pós-graduação em Informática, Ciências Contábeis e MBA em Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou no Ministério da Aeronáutica no período de janeiro de 1976 a dezembro de 1981. No ano de 1994 ingressou na Caixa Econômica Federal, onde ocupa atualmente, o cargo de Gerente Nacional de Auditoria. O Sr. Alfredo assumiu o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia em abril de 2012.

O Sr. Alfredo não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Fernando de Lapuerta Montoya - 000.000.000-00

O Sr. Fernando é graduado em Direito (2000) e em Economia (2001), pela Universidad Pontificia de Comillas (Madrid - Espanha). Em 2005, terminou um MBA de dois anos na IESE Business School (Barcelona, Spain) com um programa de intercâmbio na Rotterdam School of Management (Holanda). Iniciou sua carreira em 2001 na área de Investment Banking do Santander e ABN Amro Bank, com foco em empresas de energia elétrica. Em 2006 passou a integrar o departamento de Fusões e Aquisições da Iberdrola (Matriz em Madrid), trabalhando em aquisições e avaliações internacionais de empresas e projetos, cobrindo toda a gama de tecnologias de energia renovável.

Em 2008, juntou-se ao Departamento de Fusões e Aquisições da SN Power (Matriz na Noruega) como Gerente, ascendendo posteriormente ao cargo de Diretor do departamento. Na Companhia, até a data deste Formulário de Referência, atua como membro do Conselho Fiscal, tendo sido sua eleição realizada em 08 de março de 2012. O Sr. Fernando não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

Patricia Cândido Pinto da Silva - 082.308.237-74

A Sra Patricia é graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ - 2002. Cursou pós-graduação em Direito do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes, em 2005; Extensão em Direito Tributário Internacional pela Universidade Federal Fluminense - UFF, em 2006; pós graduação em Direito Empresarial e Tributário pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ, em 2008, e L.L.M. (Legal Law Master) em Direito Corporativo pelo IBMEC/RJ, em andamento. Durante os últimos 10 (dez) anos trabalhou em 2 (dois) escritórios de advocacia - Tozzini Freire Advogados e Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados e em 1 (uma) auditoria independente – Deloitte, sempre nas áreas de consultoria tributária e previdenciária. Atualmente ocupa o cargo de Gerente Jurídica da companhia SN POWER Energia do Brasil Ltda. Na Companhia, até a data deste Formulário de Referência, atua como membro suplente do Conselho Fiscal, tendo sido sua eleição realizada em 08 de março de 2012. A Sra Patricia não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor					
Alfio Gutierrez	Outros Comitês	Membro do Comitê (Suplente)	Engenheiro	03/05/2012	08/03/2013
000.000.000-00	Comitê de Operação e Manutenção		50	03/05/2012	
Nenhum					
Álvaro Eduardo Sardinha	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	08/03/2012	08/03/2013
306.005.377-49	Comitê de Implementação de Projetos		59	08/03/2012	
Diretor					
Alvaro Luis Veloso	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	19/09/2012	08/03/2013
456.981.636-34	Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças		48	19/09/2012	
Nenhum					
Antenor Zimmermann	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	08/03/2012	08/03/2013
290.117.289-04	Comitê Comercial		59	08/03/2012	
Diretor					
Antenor Zimmermann	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	08/03/2012	08/03/2013
290.117.289-04	Comitê de Operações e Manutenção		59	08/03/2012	
Diretor					
Artur Mausbach	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	03/05/2012	08/03/2013
025.630.618-49	Comitê de Recursos Humanos e Remuneração		69	03/05/2012	
Nenhum					
Emerson Miyazaki	Outros Comitês	Membro do Comitê (Suplente)	Administrador de Empresas	03/05/2012	08/03/2013
703.190.571-00	Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças		27	03/05/2012	
Nenhum					
Emerson Miyazaki	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	03/05/2012	08/03/2013
703.190.571-00	Comitê de Recursos Humanos e Remuneração		27	03/05/2012	

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	CPF	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição		Prazo mandato
		Descrição outros comitês			Descrição outros cargos ocupados	Idade	
Outros cargos/funções exercidas no emissor							
Nenhum							
Geir Holler	000.000.000-00	Outros Comitês	Membro do Comitê (Suplente)	Economista	03/05/2012	08/03/2013	
		Comitê Comercial			03/05/2012		
Nenhum							
Inge Lovasen	000.000.000-00	Outros Comitês	Membro do Comitê (Suplente)	Engenheiro	08/03/2012	08/03/2013	
		Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças			08/03/2012		
Nenhum							
Johan Nilsson	000.000.000-00	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	08/03/2012	08/03/2013	
		Comitê de Implementação de Projetos			08/03/2012		
Nenhum							
José Antunes Sobrinho	157.512.289-87	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	08/03/2012	08/03/2013	
		Comitê de Implementação de Projetos			08/03/2012		
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores							
José Antunes Sobrinho	157.512.289-87	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	08/03/2012	08/03/2013	
		Comitê de Operações e Manutenção			08/03/2012		
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores							
José Antunes Sobrinho	157.512.289-87	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	08/03/2012	08/03/2013	
		Comitê Comercial			08/03/2012		
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores							
Kirsti Christie	000.000.000-00	Outros Comitês	Membro do Comitê (Suplente)	Economista	03/05/2012	08/03/2013	
		Comitê de Recursos Humanos e Remuneração			03/05/2012		
Nenhum							
Kjell Heggelund	000.000.000-00	Outros Comitês	Membro do Comitê (Suplente)	Engenheiro	03/05/2012	08/03/2013	
		Comitê de Implementação de Projetos			03/05/2012		

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor					
Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações					
Nenhum					
Luiz Cruz Schneider 220.827.510-15	Outros Comitês Comitê de Implementação de Projetos	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 59	26/03/2012 26/03/2012	08/03/2013
Membro Suplente do Conselho de Administração					
Lukas Gresnigt 000.000.000-00	Outros Comitês Comitê Comercial	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas 37	08/03/2012 08/03/2012	08/03/2013
Nenhum					
Nils Morten Huseby 000.000.000-00	Outros Comitês Comitê de Recursos Humanos e Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 45	08/03/2012 08/03/2012	08/03/2013
Membro Efetivo do Conselho de Administração					
Paulo Roberto Fraga Zuch 262.510.270-53	Outros Comitês Comitê de Implementação de Projetos	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 57	08/03/2012 08/03/2012	08/03/2013
Diretor					
Ruy Nagano 839.635.701-30	Outros Comitês Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas 32	03/05/2012 03/05/2012	08/03/2013
Membro Efetivo do Conselho de Administração					
Ruy Nagano 839.635.701-30	Outros Comitês Comitê de Recursos Humanos e Remuneração	Membro do Comitê (Suplente)	Administrador de Empresas 32	03/05/2012 03/05/2012	08/03/2013
Membro Efetivo do Conselho de Administração					
Tor Inge Stokke 000.000.000-00	Outros Comitês Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador 57	08/03/2012 08/03/2012	08/03/2013
Membro Efetivo do Conselho de Administração					

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê		Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês		Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Viggo Mossing	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	08/03/2012	08/03/2013
000.000.000-00	Comitê de Operações e Manutenção			45	08/03/2012	
Membro Suplente do Conselho de Administração						

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

- sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia;
- controlador direto ou indireto da Companhia e
- fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11. Acordos (inclusive apólices de seguro) estabelecendo o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

A Companhia possui seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e ou Administradores, sendo co-tomadora da apólice de número 01109186894, que possui a Controladora Jackson Empreendimentos Ltda como tomadora, com vigência até as vinte e quatro horas do dia 28 de janeiro de 2013.

O limite máximo de garantia de R\$75.000 mil, sendo o seu prêmio líquido de R\$214,5 mil.

Entre os eventos indenizáveis e riscos cobertos destacam-se:

- 1) Responsabilização civil do(s) Segurado(s) pelo pagamento de indenização à terceiros, inclusive aquelas decorrentes de negligência, imprudência ou imperícia na condução dos negócios sociais da Empresa Contratante;
- 2) Responsabilização do(s) Segurado(s) por danos ou prejuízos ambientais, decorrentes da atividade empresarial da Empresa Contratante e da sua condição de sócio ou administrador;
- 3) Condenação pessoal de qualquer do(s) Segurado(s) e/ou que recaia em respectivo cônjuge, companheiro(a) em união estável, herdeiros e/ou representantes legais, ao pagamento de multa imposta ou Termo de Ajustamento de Conduta proposto por qualquer órgão, entidade governamental regulatória ou fiscalizadora decorrente da sua condição como sócio ou administrador da Empresa Contratante;
- 4) Custos de Defesa incorridos pelo(s) Segurado(s) na defesa de processos ou procedimentos judiciais ou extrajudiciais, assim como honorários de peritos, técnicos, consultores e demais profissionais necessários para a defesa do Segurado numa Reclamação coberta pela Apólice, inclusive Custos Emergenciais e de Extradicação;
- 5) Cobertura automática para Subsidiárias ou Controladas, inclusive Instituições Financeiras, desde que a Empresa Contratante detenha a maioria do capital votante da empresa;
- 6) Cobertura dos prejuízos financeiros decorrentes ou resultantes de Reclamações de Âmbito do Mercado Aberto de Capitais decorrentes de um Evento Indenizável, desde que a referida Reclamação seja movida contra o Segurado durante o Período de vigência ou durante o Prazo Complementar ou Prazo Suplementar, quando aplicável.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

12.12.1. Práticas Recomendadas pelo Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa

O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade visando a: (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade, sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em tal código, nós adotamos as seguintes:

- emissão exclusiva de ações ordinárias;
- política “uma ação igual a um voto”;
- contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros;
- estatuto social claro quanto à (i) forma de convocação das assembleias gerais; (ii) competências do conselho de administração e da diretoria; (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do conselho de administração e da diretoria;
- transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;
- convocações de assembleias gerais e documentação pertinente disponíveis desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sem a inclusão da rubrica “outros assuntos” e sempre visando à realização de assembleias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;
- fazer constar votos dissidentes nas atas de assembleias ou reuniões, quando solicitado;
- vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;
- previsão estatutária de arbitragem como forma de solução de eventuais conflitos entre acionistas e Companhia;
- dispersão de ações (*free float*), visando à liquidez dos títulos; e
- conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras e experiência em participação em outros conselhos de administração.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

a) política ou prática de remuneração, c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração e g) remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários

▪ **Conselho de Administração:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos membros do conselho de administração está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos conselheiros é composta unicamente por uma parcela mensal fixa e foi estabelecida dentro dos padrões de mercado.

Nosso Conselho de Administração é composto por oito membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembléia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nosso Conselho de Administração. Ainda, não adotamos qualquer benefício ou remuneração que esteja vinculada à ocorrência de determinados eventos societários.

▪ **Diretoria Estatutária:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos nossos administradores está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais experientes e qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos administradores é somente pro-labore.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e 6 diretores. Recebe treze remunerações anuais para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, incluída a contribuição patronal à previdência social.

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nossa administração. Ainda, não adotamos qualquer benefício ou remuneração que esteja vinculada à ocorrência de determinados eventos societários.

Excepcionalmente, no ano de 2010, distribuímos aos nossos diretores um bônus no valor total de R\$510 mil como forma de reconhecimento pela boa condução dos negócios sociais, culminando com a entrada de Funcef em nosso capital social.

▪ **Conselho Fiscal:**

Nosso Conselho Fiscal é composto por três membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembléia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

▪ **Comitês**

Os membros de nossos Comitês, constituídos no dia 08 de março de 2012, não são remunerados.

b) composição da remuneração

i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

- **Honorários dos membros do Conselho de Administração:** a remuneração mensal de nossos

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

conselheiros tem como objetivo garantir o comprometimento com o trabalho e a satisfação com a remuneração, aliando os objetivos de cada profissional com a constante busca pelos nossos resultados.

- **Salário dos diretores:** a remuneração mensal de nossos administradores e conselheiros tem como objetivo garantir o comprometimento com o trabalho e a satisfação com a remuneração, aliando os objetivos de cada profissional com a constante busca pelos nossos resultados.
- **Honorários dos membros do Conselho Fiscal:** a remuneração mensal de nossos conselheiros fiscais tem como objetivo garantir o comprometimento com o trabalho.

ii) Proporção de cada elemento na remuneração total:

	Pró-Labore/Honorários	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Diretoria executiva	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	100%

iii) Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração:

O reajuste da remuneração da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é definido em Assembleia Geral, observada a legislação aplicável.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

Remunerar nossos profissionais de acordo com as responsabilidades assumidas, garantindo um pacote de remuneração atrativo e que nos permita reter e atrair profissionais qualificados para assumir nossas posições de comando.

d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não adotamos atualmente uma política de remuneração que reflita determinados indicadores de desempenho.

e) relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia

Buscamos, por meio de nossa política de salários, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em nosso quadro de colaboradores profissionais comprometidos com nossa estratégia de crescimento e o nosso plano de negócios.

f) Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não possuímos atualmente membros da diretoria ou do conselho que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2012 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	7,67	3,00	18,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	333.750,00	3.487.083,33	125.994,00	3.946.827,33
Benefícios direto e indireto	66.750,00	697.416,67	25.198,80	789.365,47
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	400.500,00	4.184.500,00	151.192,80	4.736.192,80

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	8,00	3,00	19,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	709.481,48	3.563.607,42	122.911,11	4.396.000,01
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	141.896,29	712.721,48	24.582,22	879.199,99

Descrição de outras remunerações fixas	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	851.377,77	4.276.328,90	147.493,33	5.275.200,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,25	9,25	0,50	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	355.500,00	2.018.500,00	18.000,00	2.392.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	71.100,00	403.700,00	3.600,00	478.400,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	510.000,00	0,00	510.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	426.600,00	2.932.200,00	21.600,00	3.380.400,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,42	9,00		14,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	85.500,00	1.048.500,00		1.134.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	17.100,00	209.700,00		226.800,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	102.600,00	1.258.200,00		1.360.800,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nossa administração. Excepcionalmente, no ano de 2010, distribuímos aos nossos diretores um bônus no valor total de R\$510 mil como forma de reconhecimento pela boa condução dos negócios sociais, culminando com a entrada de Funcef em nosso capital social.

2012 Previsto (2) (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	7,67	3,00	18,67
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

(2) Os valores previstos para o exercício de 2012 foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2011 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	8,00	3,00	19,00
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2010 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	7,25	9,25	0,5	17,00
Bônus	N/A	510.000,00	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	510.000,00	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2009 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	5,42	9,00	N/A	14,42
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela abaixo receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
a) Termos e condições gerais	N/A	N/A	N/A	N/A
b) Principais objetivos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A
c) Forma como o plano contribui para esses objetivos	N/A	N/A	N/A	N/A
d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo	N/A	N/A	N/A	N/A
f) Número máximo de Ações abrangidas	N/A	N/A	N/A	N/A
g) Número máximo de opções a serem outorgadas	N/A	N/A	N/A	N/A
h) Condições de aquisição de Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
j) Critérios para fixação do prazo de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
k) Forma de liquidação	N/A	N/A	N/A	N/A
l) Restrições à transferência das Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano	N/A	N/A	N/A	N/A
n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em Ações	N/A	N/A	N/A	N/A

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5. Ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em Ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Administradores	Cargo	Ações detidas diretamente	Ações detidas indiretamente
José Antunes Sobrinho	Diretor Presidente e Conselheiro	0	14.558.059,7
Gerson de Mello Almada	Conselheiro	0	14.558.059,7
Cristiano Kok	Conselheiro	0	14.558.059,7
Total		0	43.674.179,1

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6. Em relação à remuneração baseada em Ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

A Companhia não possui atualmente qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela abaixo receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

Ano Base: 2009	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5,42	9,00	N/A	14,42
Em relação a cada outorga de opções de compra de Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Data de outorga	N/A	N/A	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	N/A	N/A	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A	N/A	N/A

Ano Base: 2010	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	7,25	9,25	0,50	17,00
Em relação a cada outorga de opções de compra de Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Data de outorga	N/A	N/A	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	N/A	N/A	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A	N/A	N/A

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Ano Base: 2011	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	8,00	8,00	3,00	19,00
Em relação a cada outorga de opções de compra de Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Data de outorga	N/A	N/A	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	N/A	N/A	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A	N/A	N/A

Ano Base: 2012 (Previsto)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	8,00	7,67	3,00	18,67
Em relação a cada outorga de opções de compra de Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Data de outorga	N/A	N/A	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	N/A	N/A	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A	N/A	N/A

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela abaixo receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

Ano Base: 2011	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	8,00	8,00	3,00	19,00
Em relação às opções ainda não exercíveis				
Quantidade	N/A	N/A	N/A	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação às opções exercíveis			N/A	N/A
Quantidade	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8. Em relação às opções exercidas e Ações entregues relativas à remuneração baseada em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela abaixo receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

Ano Base: 2009	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5,42	9,00	N/A	14,42
Em relação às opções exercidas				
Número de Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das Ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação às Ações entregues				
Número de Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das Ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A

Ano Base: 2010	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	7,25	9,25	0,50	17,00
Em relação às opções exercidas				N/A
Número de Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das Ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação às Ações entregues				N/A
Número de Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das Ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Ano Base: 2011	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	8,00	3,00	0,50	19,00
Em relação às opções exercidas				N/A
Número de Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das Ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação às Ações entregues				N/A
Número de Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das Ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8

13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das Ações e das opções):

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela abaixo receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
a) Modelo de precificação	N/A	N/A	N/A	N/A
b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das Ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco	N/A	N/A	N/A	N/A
c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado	N/A	N/A	N/A	N/A
d) Forma de determinação da volatilidade esperada	N/A	N/A	N/A	N/A
e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	N/A	N/A	N/A	N/A

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não possuímos um plano de previdência conferido aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários. Por essa razão, todos os itens da tabela abaixo receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

a)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
b) Número de Membros				
c) Nome do plano	N/A	N/A	N/A	N/A
d) Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	N/A	N/A	N/A
e) Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A	N/A	N/A
f) Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A	N/A
g) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A	N/A
h) Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	N/A	N/A	N/A

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010
Nº de membros	8,00	9,25	9,00	6,92	7,25	5,42	3,00	0,50
Valor da maior remuneração(Reais)	745.639,32	467.000,00	311.750,00	102.425,93	67.500,00	21.000,00	40.970,37	6.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	263.156,90	135.000,00	25.000,00	0,00	31.000,00	5.500,00	40.970,37	6.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	445.450,93	288.357,14	167.760,00	102.575,63	49.034,00	15.785,00	40.970,37	36.000,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2010	Valor da menor remuneração: considera a remuneração de Diretor que renunciou à remuneração durante 9 meses do ano. Além disso, considera a exclusão a exclusão de 5 Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O Diretor de maior remuneração exerceu o cargo por 12 meses. Valor médio da remuneração: considera a exclusão de 3 Diretores que renunciaram à remuneração durante 9 meses do exercício social. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 7,0.
31/12/2009	Valor da menor remuneração: considera a remuneração de Diretor que renunciou à remuneração durante 11 meses do ano. O Diretor de maior remuneração exerceu o cargo por 12 meses. Valor médio da remuneração: considera a exclusão de 3 Diretores que renunciaram à remuneração durante 11 meses do exercício social. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 6,25.

Conselho de Administração	
31/12/2011	Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 6,92, uma vez que alguns membros não exerceram o cargo por 12 meses.
31/12/2010	Valor da menor Remuneração: considera a exclusão de 3 membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Valor médio da remuneração: o número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 7,25.
31/12/2009	Todos os membros exerceram o cargo por menos de 12 meses. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 5,42.

Conselho Fiscal	
31/12/2010	Chegamos ao valor médio da remuneração de R\$36.000,00, através da divisão da remuneração total do ano, que foi de R\$18.000,00 conforme item 13.2 desse formulário de referência, pelo número médio de conselheiros do ano que foi de 0,50, conforme previsto nos itens 13.2 e 13.11 do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº007/2011. A companhia informa que durante o ano de 2010 os três membros do conselho fiscal atuaram e foram remunerados nos meses de novembro e dezembro, justificando o número médio inferior a 1. Chegamos ao número médio de 0,50 através da soma do número mensal de conselheiros, dividindo pelo número de meses do ano, conforme previsto no item 13.2 do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº007/2011.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	dez/11	dez/10	dez/09
Diretoria Estatutária	20,9%	6,7%	5,1%
Conselho de Administração	28,9%	26,2%	19,3%
Conselho Fiscal	0	0	0

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Órgão	dez/11	dez/10	dez/09
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0
Total	0	0	0

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não possuímos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria estatutária.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

O valor total da remuneração dos administradores do item 13.2, para os exercícios de 2009, 2010 e 2011, difere da conta Honorários da Administração das Demonstrações Financeiras, pois os encargos com INSS estão alocados nas despesas administrativas e gerais.

A remuneração dos administradores do item 13.2, para o exercício 2012, está em conformidade com o item 13.2 do Anexo III da Proposta da Administração para a AGO/Es de 26.04.2012 e é referente aos meses que compreendem o período do exercício social do ano de 2012. Dessa forma, uma vez que nossa AGO/E determina a remuneração para o período compreendido entre 1 de maio de 2012 até 30 de abril de 2013, ressaltamos os valores no item 13.16 da proposta acima referenciada, a qual demonstramos a seguir:

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2012 até 30 de abril de 2013, prazo estimado entre as AGO/Es, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, é de R\$ 5.127.500,00 (cinco milhões, cento e vinte e sete mil e quinhentos reais). Estão consideradas no valor proposto as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

A remuneração deliberada em AGO para período compreendido entre 1 de maio de 2012 até 30 de abril de 2013, está demonstrado na tabela abaixo:

Maio 2012 a abril 2013 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	8,00	3,00	19,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	234.000,00	3.731.000,00	136.500,00	4.101.500,00
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	36.000,00	969.000,00	21.000,00	1.026.000,00
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	270.000,00	4.700.000,00	157.500,00	5.127.500,00

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

(3) Os valores previstos para o período foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

Em 30 de setembro de 2012 possuíamos um quadro de 52 empregados. A tabela a seguir apresenta a localização de nossos empregados e a atividade desempenhada por grupo de funcionário:

Data base da tabela: 30.09.2012

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de funcionários
Santa Catarina	Implantação	08
Santa Catarina	Administração	06
Santa Catarina	Administração/Finanças	15
Santa Catarina	Meio Ambiente	05
Santa Catarina	Desenvolvimento	05
Santa Catarina	Relações Institucionais	01
Santa Catarina	Avaliação Sócio-Econômica	05
Santa Catarina	Cartografia e Geopressamento	02
Santa Catarina	Operação e Manutenção	05
TOTAL		52

Data base da tabela: 31.12.2011

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de funcionários
Santa Catarina	Implantação	08
Santa Catarina	Administração	05
Santa Catarina	Administração/Finanças	15
Santa Catarina	Meio Ambiente	05
Santa Catarina	Desenvolvimento	05
Santa Catarina	Relações Institucionais	01
Santa Catarina	Avaliação Sócio-Econômica	05
Santa Catarina	Cartografia e Geopressamento	02
Santa Catarina	Operação e Manutenção	05
TOTAL		51

Data base da tabela: 31.12.2010

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de funcionários
Santa Catarina	Implantação	07
Rio de Janeiro	Administração	01

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Santa Catarina	Administração/Finanças	15
Santa Catarina	Meio Ambiente	05
Rio de Janeiro	Meio Ambiente	01
Santa Catarina	Desenvolvimento	04
Santa Catarina	Relações Institucionais	01
Santa Catarina	Avaliação Sócio-Econômica	07
Santa Catarina	Cartografia e Geopressamento	02
Santa Catarina	Operação e Manutenção	08
TOTAL		51

Data base da tabela: 31.12.2009

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de funcionários
Santa Catarina	Implantação	02
Rio de Janeiro	Administração	01
Santa Catarina	Administração/Finanças	10
Santa Catarina	Meio Ambiente	04
Rio de Janeiro	Meio Ambiente	01
Santa Catarina	Desenvolvimento	04
São Paulo	Bioenergia	02
Santa Catarina	Relações Institucionais	01
Santa Catarina	Avaliação Sócio-Econômica	08
Santa Catarina	Cartografia e Geopressamento	02
Santa Catarina	Operação e Manutenção	01
TOTAL		36

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Data base da tabela: 30.09.2012

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de funcionários
Santa Catarina	Implantação	1
Santa Catarina	Administração do Proprietário	1
Santa Catarina	Operação	4
TOTAL		6

Data base da tabela: 31.12.2011

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de funcionários
Santa Catarina	Implantação	1
Santa Catarina	Administração do Proprietário	1
Santa Catarina	Operação	4
TOTAL		6

Data base da tabela: 31.12.2010

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de funcionários
Santa Catarina	Implantação	2
Santa Catarina	Administração do Proprietário	1
Santa Catarina	Operação	2
TOTAL		5

Data base da tabela: 31.12.2009

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de funcionários
Santa Catarina	Desenvolvimento	2
Santa Catarina	Meio Ambiente	1
Santa Catarina	Administração do Proprietário	2
Santa Catarina	Desenvolvimento	1
TOTAL		6

c) índice de rotatividade				
	30.09.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
Índice de Rotatividade	5,10%	8%	20%	6%
<p>A variação observada no índice deve-se ao aumento no número de nossos funcionários no período.</p> <p>O índice de rotatividade é calculado da seguinte forma:</p> <p>Índice de Rotatividade = $\{[(\text{Admitidos} + \text{Demitidos})/2] / [(\text{Quadro Inicial})]\}$</p>				

d) exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas
Em 30 de setembro de 2012 não possuíamos exposição a passivo ou contingência trabalhista relevante.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2. Alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 14.1 acima:

O crescimento observado no número de funcionários, entre os anos de 2009 e 2010, deve-se especialmente à entrada em operação de alguns de nossos empreendimentos e, ainda, à intensificação de nossa atividade de prospecção e desenvolvimento de novos negócios ligados a área de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3. Políticas de remuneração dos empregados da Companhia, informando:

a) política de salários e remuneração variável

A política de remuneração de nossos empregados está em linha com as práticas de mercado, sendo que não praticamos atualmente uma política formal de remuneração variável. Realizamos o reajuste dos salários sempre que necessário para continuar oferecendo um pacote atrativo de remuneração e, ainda, sempre que exigido pela legislação trabalhista e a data base dos dissídios coletivos.

Ainda, concedemos reajustes periódicos em função de eventos de reenquadramento, promoção e equiparação salarial, sempre tendo como base o desempenho de nossos empregados, nível de responsabilidade e alinhamento em relação aos nossos interesses.

b) política de benefícios

Nosso pacote de benefícios envolve atualmente (i) assistência médica, inclusive para dependentes; (ii) vale refeição; (iii) vale transporte; (iv) seguro de vida; e (v) participação nos lucros e resultados. Tais benefícios são concedidos a todos os nossos empregados a partir do momento da admissão.

c) características dos planos de remuneração baseados em Ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) Grupos de beneficiários, (ii) Condições para exercício, (iii) Preços de exercício, (iv) Prazos de exercício, (v) Quantidade de Ações comprometidas pelo plano

Não possuímos atualmente um plano de remuneração baseado em Ações para os nossos funcionários.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4. Relações entre a Companhia e sindicatos:

Nossa Companhia mantém canais diretos de comunicação junto aos Sindicatos dos Empregados da Construção Civil e Sindicatos Patronais da Construção Civil, nas principais cidades onde os acordos de trabalho são negociados anualmente.

Os sindicatos que representam os funcionários nas negociações coletivas anuais, bem como nas tratativas negociais de jornadas de trabalho, benefícios, participação nos lucros e resultados, conferências das homologações, além das tradicionais negociações coletivas por categoria, seguem relacionados abaixo:

Sindicato	Estado
Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina (SENGE)	Santa Catarina
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Pesada de Obras Públicas, Privadas e afins do Estado de Santa Catarina (SINTRAPAV)	Santa Catarina
Sindicato dos Técnicos Industriais de Santa Catarina (SINTEC)	Santa Catarina
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário	São Paulo
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Mato Grosso (STIU)	Mato Grosso
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica de Lages de Santa Catarina (STIEEL)	Santa Catarina
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Elétrica	Rio de Janeiro
Sindicato dos Contabilistas da Grande Florianópolis	Santa Catarina
Sindicato dos Biólogos do Estado do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
Ordem dos Advogados do Brasil	Santa Catarina
Sindicato dos Eletricistas de São Paulo	São Paulo
Sindicato dos Trabalhadores Inds. H. Termo Eletr. Estado da Bahia	Bahia
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Hid. Ipauçu	São Paulo
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Goiás (STIUEG)	Goiás
Sindicato dos Trabalhadores Eletricidade do estado do Tocantins (STEET)	Tocantins
Sindicato dos Empregados em Energia de Santa Catarina	Santa Catarina
Sind assal.ativos, apos.e pens.nas empr.gerad.,ou transm.,ou distr.,ou afins ener.eletr.no rs. E assit.fun	Rio Grande do Sul

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador	Última alteração	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %		Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)		Ações %			
SN Power Energia do Brasil Ltda						
08.573.833/0001-53	Brasileira	Sim		Sim	08/03/2012	
43.678.794	40,654300%		0	0,000000%	43.678.794	40,654300%
Fundação dos Economizários Federais - FUNCEF						
00.436.923/0001-90	Brasileira	Não		Sim	08/03/2012	
20.081.967	18,691400%		0	0,000000%	20.081.967	18,691400%
Caixa FIP Cevix						
11.283.444/0001-06	Brasileira	Sim		Sim	08/03/2012	
43.678.794	40,654300%		0	0,000000%	43.678.794	40,654300%
OUTROS						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	107.439.555	100,000000%	0	0,000000%	107.439.555	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Caixa FIP Cevix						
CPF/CNPJ acionista						
11.283.444/0001-06						
Jackson Empreendimentos Ltda						
02.357.415/0001-42	Brasileira	Sim	Sim	08/03/2012		
172.829.166	100,000000	0	0,000000	172.829.166	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
172.829.166	100,000000	0	0,000000	172.829.166	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
Composição capital social						
SN Power Energia do Brasil Ltda						
08.573.833/0001-53						
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Statkraft Norfund Power Invest AS						
Norueguesa		Não	Sim	08/03/2012		
18.381.180	100,000000	0	0,000000	18.381.180	100,000000	
Classe ação		Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
18.381.180	100,000000	0	0,000000	18.381.180	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
CPF/CNPJ acionista									
02.357.415/0001-42									
Jackson Empreendimentos Ltda									
Cristiano Kok									
197.438.828-04	Brasileira	Não	Sim	46.206.000	33,330000				
46.206.000	33,330000	0	0,000000						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	0	0,000000							
Gerson de Mello Almada									
673.907.068-72	Brasileira	Não	Sim	46.206.000	33,330000				
46.206.000	33,330000	0	0,000000						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	0	0,000000							
José Antunes Sobrinho									
157.512.289-87	Brasileira	Não	Sim	46.206.000	33,340000				
46.206.000	33,340000	0	0,000000						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	0	0,000000							
OUTROS									
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000				
TOTAL									
138.618.000	100,000000	0	0,000000	138.618.000	100,000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Statkraft Norfund Power Invest AS						
Norwegian Investment Fund for Developing Countries - Norfund						
	Norueguesa	Não	Sim	08/03/2012		
12.738.577	40,000000	0	0,000000	12.738.577		40,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Statkraft AS						
	Norueguesa	Não	Sim	08/03/2012		
19.107.866	60,000000	0	0,000000	19.107.866		60,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
31.846.443	100,000000	0	0,000000	31.846.443	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Norwegian Investment Fund for Developing Countries - Norfund						
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Reino da Noruega						
	Norueguesa	Não	Sim	08/03/2012		
1.000.000	100.000000	0	0,000000	1.000.000	100.000000	
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL		0	0.000000			
TOTAL						
1.000.000	100.000000	0	0,000000	1.000.000	100.000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Statkraft AS						
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Statkraft SF						
	Norueguesa	Não	Sim	08/03/2012		
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL		0	0,000000			
TOTAL						
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Statkraft SF						
Composição capital social						
CPF/CNPJ acionista						
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Reino da Noruega						
	Norueguesa	Não	Sim	08/03/2012		
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	
Classe ação						
	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Reino da Noruega						
OUTROS						
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	
TOTAL						
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Reino da Noruega						
OUTROS						
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	
TOTAL						
1.000.000	100,000000	0	0,000000	1.000.000	100,000000	
Composição capital social						

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	08/03/2012
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	3
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.4. Organograma dos acionistas da Companhia (apresentação facultativa):

Tendo em vista que a referida informação já foi disponibilizada no item 8.1 (a), a Companhia não inseriu o organograma nesse item.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. Informações sobre acordos de acionistas regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de Ações da Companhia, arquivados na sede da Companhia e dos quais o controlador seja parte:

a) partes e b) data de celebração
No dia 08 de março de 2012, a SN Power Energia do Brasil Ltda. e o Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix na qualidade de acionistas e a Desenvix Energias Renováveis S.A. na qualidade de companhia e a Statkraft Norfund Power Invest AS e a Jackson Empreendimentos Ltda. como garantidores, celebraram acordo de acionistas, o qual mantemos uma via arquivada em nossa sede.
c) prazo de vigência
Nosso acordo de acionistas entrará em vigor em 08 de março de 2012, sendo rescindido: (a) mediante acordo por escrito entre todos os Acionistas; (b) caso qualquer Acionista Administrador deixe de ter pelo menos 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia; ou (c) ao final de um prazo de 20 (vinte) anos contados a partir da Data de Vigência.
d) exercício do direito de voto, do poder de controle
Antes de cada Assembléia Geral e cada Reunião do Conselho, uma reunião ("Reunião Prévia") deverá ser realizada entre os Acionistas a fim de formular uma posição unificada a ser tomada na Assembleia Geral ou na Reunião do Conselho, conforme o caso. Os Acionistas deverão exercer seus direitos de voto em relação às Ações por eles detidas como se fossem um único bloco nas Assembleias Gerais. Cada um dos Acionistas também está obrigado a fazer com que cada um dos membros do Conselho de Administração que tiver nomeado, vote da mesma maneira que os outros membros indicados pelos demais Acionistas nas reuniões do Conselho de Administração, nos termos das deliberações tomadas na respectiva Reunião Prévia. Enquanto a FUNCEF (a) não aderir a este Acordo e (b) detiver uma participação de pelo menos 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia, os Acionistas deverão notificar e garantir à FUNCEF o direito de participar de todas as Reuniões Prévias, na qualidade de observadora e sem direito a voto. Para fins de esclarecimento, até que a FUNCEF se torne parte deste Acordo, as ações de propriedade da FUNCEF não serão consideradas na formação de quorum para instalação e deliberação em uma Reunião Prévia ou de qualquer outra forma. Cada Acionista deverá designar os seus respectivos membros do Conselho de Administração como representantes com direito a (a) participação nas Reuniões Prévias e (b) recebimento das notificações em nome dos Acionistas ("Representantes"). Os Representantes serão indicados por um Acionista ao outro (Notificações).
e) indicação de Administradores
Conforme item 8.2 do acordo de acionistas a indicação de administradores será: (a) Enquanto cada Acionista Administrador mantiver uma participação de, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) do capital social da Companhia, tal Acionista terá o direito de indicar 3 (três) membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes. A partir do momento em que esta condição não mais se verificar, cada Acionista Administrador terá o direito de nomear conselheiros e seus respectivos suplentes em proporção igual à sua respectiva participação, nos termos da Legislação Aplicável; (b) Enquanto a FUNCEF mantiver uma participação de, no mínimo, 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia, os Acionistas Administradores expressamente concordam que a FUNCEF terá direito de nomear 2 (dois) membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes e (c) Os Acionistas concordam e comprometem-se a votar, e a fazer com que seus representantes exerçam seus direitos de voto, de modo a confirmar a nomeação dos conselheiros, observadas as disposições deste Acordo, incluindo, mas não se limitando, ao disposto nesta Cláusula 8.
f) transferência de Ações e preferência para adquiri-las
O item 12 do nosso acordo de acionista trata da Transferência de Ações, sendo as condições de transferências tratadas no item 10.7 como segue: Não obstante qualquer outra disposição contida neste Acordo, os Acionistas concordam que qualquer Transferência de Ações a qualquer Pessoa estará sujeita ao cumprimento, antes da consumação da mesma, de cada uma das seguintes condições: (a) A proposta de Transferência não deverá descumprir, violar, ou conflitar com qualquer Legislação Aplicável ao Acionista cedente, ao Cessionário ou à Companhia; (b) Os Acionistas Remanescentes terão o direito de vetar qualquer Transferência para uma Pessoa que seja (i) um Concorrente da Companhia, ou (ii) uma contraparte em qualquer litígio com tais Acionistas Remanescentes (ou que tenha sido uma contraparte em qualquer litígio com tais Acionistas Remanescentes no período de 5 (cinco) anos antes da proposta de Transferência pretendida). Nesse sentido, qualquer Transferência de Ações que se enquadre no quanto exposto em (i) ou (ii) acima, estará condicionada ao não-exercício do direito de veto pelos Acionistas remanescentes estabelecido acima; (c) A Transferência proposta não deverá descumprir, violar, conflitar ou resultar em um evento de Inadimplemento nos termos e condições dos Documentos da Operação ou de qualquer um dos Documentos de Financiamento, devendo ainda satisfazer integralmente as condições ou exigências de todas as Autoridades Governamentais e outras Pessoas relacionadas ao financiamento, construção, conclusão, operação e manutenção de um Projeto; (d) O Acionista

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

cedente, o Cessionário e a Companhia deverão ter obtido todos os consentimentos, alvarás, autorizações e aprovações necessários em decorrência de tal Transferência, incluindo o consentimento dos credores da Companhia (caso aplicável); (e) Em qualquer hipótese de Transferência, exceto no caso de uma transferência resultante da criação de um Ônus permitido de acordo com a Cláusula 12.08 (Vedação de ônus), o Cessionário deverá celebrar e entregar a cada Acionista e à Companhia, um Termo de Adesão, conforme Anexo 12.07 (e), por meio do qual o Cessionário ratificará e confirmará este Acordo, concordando em se vincular aos termos e condições do presente, e, ainda, assumindo a obrigação de cumprir com todos os deveres e obrigações do Acionista cedente após a efetivação da Transferência; e (f) Após a consumação de qualquer Transferência nos termos deste Acordo, o Cessionário será admitido como Acionista em substituição ao Acionista cedente, ou, no caso de uma transferência parcial, o cessionário e o cedente serão considerados como um único Acionista para efeitos deste Acordo. Após a efetivação da Transferência de toda a sua participação na Companhia, o Acionista cedente perderá todos os direitos previstos neste Acordo, exceto pelos direitos previstos nas Cláusulas 18 (Confidencialidade) e 20 (Indenização). Sem prejuízo do disposto anteriormente, tal Transferência não exonerará o Acionista cedente de suas obrigações, nem o privará de seus direitos com relação a eventos ocorridos antes da conclusão da Transferência.

Por sua vez, o item 10.3 do nosso acordo de acionistas trata do direito de transferência de nossas ações. Caso um Acionista ("Ofertante") conclua negociações com um ou mais terceiros ou com outro Acionista ("Cessionário") para a compra e venda de parte ou da totalidade de suas Ações ("Ações Objeto"), o Ofertante deverá notificar por escrito ("Notificação de Oferta") os demais Acionistas e a FUNCEF ("Ofertados") da sua intenção em realizar tal Transferência, com cópia para a Companhia, declarando: (a) o preço à vista em BRL e todos os outros termos e condições relevantes, incluindo declarações e garantias, retenções ou depósitos em garantia (escrow), ajustes de preço e indenizações ("Termos Ofertados"), acompanhado de uma oferta vinculante de boa-fé, por escrito, do Cessionário (devidamente identificado), devendo tal oferta estar condicionada à renúncia do Direito de Preferência descrito nesta Cláusula 12.03; (b) que o Ofertante está fazendo uma oferta irrevogável para Transferir as Ações Objeto nos Termos Ofertados para os Ofertados; e (c) que o Ofertante informou ao Cessionário sobre o Direito de Venda Conjunta dos Acionistas Administradores e da FUNCEF.

g) restrição ou vinculação do direito de voto de membros do conselho de administração

O item 7.10 do nosso acordo de acionistas prevê restrição ao voto de membros do conselho caso uma proposta seja apresentada à Companhia ou uma Subsidiária, no âmbito de uma Reunião Prévia (a) para celebração, alteração ou rescisão de uma Operação com Partes Relacionadas ou (b) que represente um conflito de interesse nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Acionista para o qual a Operação com Partes Relacionadas se aplica ou o Acionista conflitado, conforme o caso, deverá: (i) revelar seu impedimento aos demais Acionistas antes de qualquer discussão ou deliberação, e (ii) abster-se de votar nesta deliberação. Neste caso, os Acionistas que não estejam em conflito deverão deliberar sobre a matéria em conformidade com o disposto nesta Cláusula 7, sendo certo que a decisão constituirá uma Decisão Vinculante sobre a matéria para todos os fins deste Acordo.

O item 8.12 do nosso acordo de acionistas prevê restrição ao voto de membros do conselho caso uma proposta seja apresentada ao Conselho de Administração para que a Companhia ou uma Subsidiária (a) celebre, altere ou rescinda qualquer Operação com Partes Relacionadas ou (b) pratique qualquer ato que represente um conflito de interesse nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Acionista ao qual a Operação com Partes Relacionadas se aplica ou o Acionista conflitado, conforme o caso deverá fazer com que seus Conselheiros, durante a Reunião do Conselho: (i) revelem seu impedimento aos demais Conselheiros antes que qualquer discussão ou deliberação seja iniciada e (ii) abstenham-se de votar sobre essa matéria. Nesse caso, os Conselheiros nomeados pelos Acionistas que não estejam em conflito deverão decidir sobre a matéria objeto de deliberação.

Adicionalmente o item 10.3 do nosso acordo de acionistas prevê restrição ao voto de membros do conselho caso uma proposta seja apresentada à Assembleia Geral para que a Companhia ou uma Subsidiária (a) celebre, altere ou rescinda qualquer Operação com Partes Relacionadas ou (b) pratique qualquer ato que represente um conflito de interesse nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Acionista ao qual a Operação com Partes Relacionadas se aplica ou o Acionista conflitado, conforme o caso, deverá (i) revelar seu impedimento aos demais Acionistas antes que qualquer discussão ou deliberação seja iniciada e (ii) abster-se de votar sobre essa matéria. Nesse caso, o(s) Acionista(s) não conflitado(s) deverá(ão) decidir sobre a matéria objeto de deliberação.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia:

A despeito da realização das reestruturações societárias mencionadas no item 6.5 deste Formulário de Referência, as únicas alterações relevantes na participação dos membros do grupo de controle ocorreram em setembro de 2009, quando nos associamos com a FUNCEF, além da associação com a SN Power em março de 2012. O item 6.5.1 e 6.5.3 deste Formulário de Referência contém uma descrição pormenorizada de nossa associação com a FUNCEF e SN Power.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7. Outras informações relevantes:

15.7.1. Adesão da FUNCEF ao Acordo de Acionistas

FUNCEF deverá firmar um Termo de Adesão ao acordo de acionista da Companhia celebrado em 08 de março de 2012 após a obtenção das aprovações societárias e regulatórias aplicáveis tornando-se, assim, um "Acionista".

Conforme definição do nosso acordo de acionistas, "Acionistas" deverá significar SN Power, Caixa FIP Cevix e qualquer outra Pessoa que se torne parte deste Acordo (exceto pela Companhia), e "Acionista" significa qualquer um deles;

15.7.2. Controle SN Power Energia do Brasil Ltda

A SN Power Energia do Brasil Ltda que detém 40,65% das ações ordinárias da Desenvix é a holding do Brasil que concentra todas as companhias controladas no país e a origem de seus controladores é norueguesa.

As quotistas diretas na Noruega detêm quotas da SN POWER BRASIL LTDA, pois ela é limitada, logo não tem classificação de ordinária ou preferencial, são somente quotas. Em relação às controladoras indiretas na Noruega (Statkraft e Norfund), essa classificação não se aplica, pois elas seguem a regra de seu país de constituição.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1. Regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas (conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto):

No curso regular de nossos negócios contratamos operações com partes relacionadas em condições plenamente comutativas e de acordo com as práticas e valores de mercado, as quais são resumidas abaixo. Adicionalmente, mantemos certas contratações entre empresas de nosso Grupo Econômico com o objetivo de (i) manter serviços de suporte (incluindo serviços de operação e manutenção de empreendimentos), e (ii) obter serviços técnicos de engenharia em bases confiáveis.

Sempre que necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos da Lei das S.A., que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da companhia.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Jakson Empreendimentos e Desenvix	18/02/2011	20.943.000,00	R\$18.697.000,00	Indeterminada	indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Empresa do mesmo grupo econômico							
Objeto contrato	Contrato de Compromisso de Mútuo. Sem incidência de juros						
Garantia e seguros	não aplicável						
Rescisão ou extinção	Liquidação do empréstimo						
Natureza e razão para a operação	Reembolso das despesas com venda de participação societária no valor de R\$7 milhões e saldo de mútuo entre as empresas no valor de R\$11,7 milhões.						
São Roque Energetica e Desenvix	26/01/2012	10.434.017,07	R\$14.240.716,00	Indeterminado	30 dias após a assinatura do contrato de concessão	NAO	0,000000
Relação com o emissor							
Empresa do mesmo grupo econômico							
Objeto contrato	Reembolso dos custos ref. aos estudos de desenvolvimento do projeto da UHE São Roque						
Garantia e seguros	não aplicável						
Rescisão ou extinção	Pagamento do contas a pagar						
Natureza e razão para a operação							
Desenvix e Santa Laura	01/08/2007	800.000,00	-R\$310.970,68	Indeterminado	01/12/2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato	Prestação de serviços de gerenciamento das atividades necessárias para operação da PCH Santa Laura.						
Garantia e seguros	Se necessários Seguro Garantia correspondente a 10% do valor contratual reajustado. A Desenvix se obriga a providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, em companhia seguradora de idoneidade reconhecida, todos os seguros exigidos por lei, além dos de responsabilidade civil e pessoal, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção							
A Santa Laura poderá denunciar o contrato antecipadamente, mediante comunicação prévia de, no mínimo, 30 dias de antecedência, não tendo a Desenvix qualquer indenização. Término de execução dos serviços; falência, concordata, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial da Desenvix; inadimplemento das obrigações não sanadas em 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação informando o descumprimento; paralisação dos serviços por mais de 30 dias por ordem de autoridade competente; quando as multas aplicadas de acordo com a Cláusula Doze atingirem 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato; atrasos na execução dos serviços sem justificativa aceita pela Santa Laura ou ocorrência de caso fortuito ou de força maior; e a Desenvix paralisar total ou parcialmente os serviços, sem prévio e expresse consentimento da Santa Laura, por escrito, por mais de 10 (dez) dias consecutivos ou 30 (trinta) dias alternados; incapacidade técnica, negligência, imprudência, imperícia ou má fé da Desenvix.							
Natureza e razão para a operação							
Desenvix S/A e Santa Rosa S/A	01/08/2007	940.000,00	-R\$600.154,16	Indeterminado	01/12/2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Prestação de serviços de gerenciamento das atividades necessárias para operação da PCH Santa Rosa.							
Garantia e seguros							
Se necessários Seguro Garantia correspondente a 10% do valor contratual reajustado. A Desenvix se obriga a providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, em companhia seguradora de idoneidade reconhecida, todos os seguros exigidos por lei, além dos de responsabilidade civil e de pessoal, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços.							
Rescisão ou extinção							
A Santa Rosa poderá denunciar o contrato antecipadamente, mediante comunicação prévia de, no mínimo, 30 dias não tendo a Desenvix qualquer direito a indenização. Término de execução dos serviços; falência/concordata da Desenvix; inadimplemento das obrigações não sanadas em 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação informando o descumprimento; paralisação dos serviços por mais de 30 dias por ordem de autoridade competente; quando as multas aplicadas de acordo com a Cláusula Doze atingirem 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato; atrasos na execução dos serviços sem justificativa aceita pela Santa Rosa ou ocorrência de caso fortuito ou de força maior; e a Desenvix paralisar total ou parcialmente os serviços, sem prévio e expresse consentimento da Santa Rosa, por escrito, por mais de 10 (dez) dias consecutivos ou 30 (trinta) dias alternados; incapacidade técnica, negligência, imprudência, imperícia ou má fé da Desenvix.							
Natureza e razão para a operação							
Desenvix S/A e Moinho S/A	01/09/2008	1.000.000,00	-R\$255.273,08	Indeterminado	31/12/2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Prestação de serviços de gerenciamento das atividades necessárias para implantação da PCH Moinho.							
Garantia e seguros							
Não aplicável.							
Rescisão ou extinção							
O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por ambas as partes, bastando para tanto, aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, contados a partir de seu recebimento, sem que tal fato implique em ônus ou indenização de qualquer natureza.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Desenvix S/A e Passos Maia Energética S/A	01/10/2009	1.600.000,00	R\$280.000,00	Indeterminado	31/12/2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato	Prestação de serviços de gerenciamento das atividades necessárias para implantação da PCH Passos Maia						
Garantia e seguros							
Não aplicável.							
Rescisão ou extinção	O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por ambas as partes, bastando para tanto, aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, contados a partir de seu recebimento, sem que tal fato implique em ônus ou indenização de qualquer natureza.						
Natureza e razão para a operação							
Desenvix S/A e Macaúbas Energética S/A	01/06/2010	280.000,00	-R\$1.004.959,14	Indeterminado	31/7/2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato	Prestação de serviços de gerenciamento das atividades necessárias para implantação do parque eólico de Macaúbas.						
Garantia e seguros							
Não aplicável.							
Rescisão ou extinção	O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por ambas as partes, bastando para tanto, aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, contados a partir de seu recebimento, sem que tal fato implique em ônus ou indenização de qualquer natureza.						
Natureza e razão para a operação							
Desenvix S/A e Novo Horizonte Energética S/A	01/06/2010	280.000,00	-R\$1.052.071,03	Indeterminado	31/7/2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato	Prestação de serviços de gerenciamento das atividades necessárias para implantação do Parque Eólico de Novo Horizonte.						
Garantia e seguros							
Não aplicável							
Rescisão ou extinção	O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por ambas as partes, bastando para tanto, aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, contados a partir de seu recebimento, sem que tal fato implique em ônus ou indenização de qualquer natureza.						
Natureza e razão para a operação							
Desenvix S/A e Seabra Energética S/A	01/06/2010	280.000,00	-R\$1.070.154,92	Indeterminado	31/7/2011	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Prestação de serviços de gerenciamento das atividades necessárias para implantação do parque eólico de Seabra.							
Garantia e seguros							
Não aplicável.							
Rescisão ou extinção							
O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por ambas as partes, bastando para tanto, aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, contados a partir de seu recebimento, sem que tal fato implique em ônus ou indenização de qualquer natureza.							
Natureza e razão para a operação							
Desenvix S/A e Engenvix Engenharia S/A	09/11/2007	6.300.000,00	5.779.916,55	Indeterminado	09/05/2012	NAO	0,000000
Relação com o emissor							
Empresa do mesmo Grupo Econômico.							
Objeto contrato							
Serviços de Estudos de Viabilidade Técnica-Econômica e Ambiental da UHE Santo Antonio.							
Garantia e seguros							
A Engenvix se obriga a providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, em companhia seguradora de idoneidade reconhecida, todos os seguros exigidos por lei, além dos de responsabilidade civil e de pessoal, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços.							
Rescisão ou extinção							
Término de execução dos serviços; falência/concordata da Engenvix; inadimplemento das obrigações não sanadas; paralisação dos serviços por mais de 30 dias por ordem de autoridade competente; quando as multas aplicadas de acordo com a Cláusula Doze atingirem 10% (dez por cento) do valor total do Contrato; atrasos na execução dos serviços sem justificativa aceita pela Desenvix ou ocorrência de caso fortuito ou de força maior; e a Engenvix paralisar total ou parcialmente os serviços, sem prévio e expreso consentimento da Desenvix, por escrito, por mais de 10 (dez) dias consecutivos ou 30 (trinta) dias alternados; incapacidade técnica, negligência, imprudência, imperícia ou má fé da Engenvix. A Desenvix poderá denunciar o contrato mediante notificação enviada com 30 (trinta) dias de antecedência.							
Natureza e razão para a operação							
Desenvix S/A e Engenvix Engenharia S/A	13/04/2010	112.260,56	-	Indeterminado	Término da execução dos serviços.	NAO	0,000000
Relação com o emissor							
Empresa do mesmo Grupo Econômico.							
Objeto contrato							
Revisão do Estudo do Inventário do Rio Canoas.							
Garantia e seguros							
Não aplicável.							
Rescisão ou extinção							
Partes podem rescindir a qualquer tempo, sem prévio aviso. Neste caso não será aplicada multa ou indenização de qualquer natureza.							
Natureza e razão para a operação							
Desenvix S/A e Engenvix Engenharia S/A	01/05/2008	638.120,00	R\$ 253.120,00	Indeterminado	30/12/2011	NAO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor							
Empresa do mesmo Grupo Econômico.							
Objeto contrato	Elaboração do Projeto Básico da PCH Bandeirante.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por ambas as partes, bastando para tanto, aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima, sem que tal fato implique em ônus ou indenização de qualquer natureza.						
Natureza e razão para a operação							
Desenvix S/A e Engevix Engenharia S/A	01/05/2008	638.120,00	253.120,00	Indeterminado	30/12/2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Empresa do mesmo Grupo Econômico							
Objeto contrato	Elaboração do Projeto Básico da PCH Areado.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por ambas as partes, bastando para tanto, aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima, sem que tal fato implique em ônus ou indenização de qualquer natureza.						
Natureza e razão para a operação							
Desenvix S/A e Engevix Engenharia S/A	02/01/2008	4.000.000,00	-60.000,00	Indeterminado	02/09/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Empresa do mesmo Grupo Econômico.							
Objeto contrato	Estudos de Viabilidade Técnica-Econômica e Ambiental da UHE Porto Galeano.						
Garantia e seguros	A Engevix se obriga a providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, em companhia seguradora de idoneidade reconhecida, todos os seguros exigidos por lei, além dos de responsabilidade civil e de pessoal, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços.						
Rescisão ou extinção	Termínio de execução dos serviços; falência/concordata da Engevix; inadimplemento das obrigações da Engevix não sanadas em 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação informando o descumprimento; paralisação dos serviços por mais de 30 dias por ordem de autoridade competente; quando as multas aplicadas de acordo com a Cláusula Doze atingirem 10% (dez por cento) do valor total do Contrato; atrasos na execução dos serviços sem justificativa aceita pela Desenvix ou ocorrência de caso fortuito ou de força maior; e a Engevix paralisar total ou parcialmente os serviços, sem prévio e expresse consentimento da Desenvix, por escrito, por mais de 10 (dez) dias consecutivos ou 30 (trinta) dias alternados; incapacidade técnica, negligência, imprudência, imperícia ou má fé da Engevix. A Desenvix poderá denunciar o contrato mediante notificação enviada com 30 (trinta) dias de antecedência.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Desenvix S/A e Engevix Engenharia S/A	01/12/2003	5.600.000,00	R\$521.836,88	Indeterminado	1/10/2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Empresa do mesmo Grupo Econômico.							
Objeto contrato							
Estudos de Viabilidade Técnica-Econômica e Ambiental da UHE Riacho Seco.							
Garantia e seguros							
Não aplicável.							
Rescisão ou extinção							
Término de execução dos serviços; descumprimento de obrigações contratuais e legais; falência, insolvência, concordata ou liquidação das partes; rescisão pela Desenvix por solicitação da ANEEL.							
Natureza e razão para a operação							
Passos Maia Energética S/A e Engevix Engenharia S/A	04/09/2009	109.600.000,00	2.987.866,43	Indeterminado	31/10/2011 (750 dias a partir de 11/09/09).	NAO	0,000000
Relação com o emissor							
Empresas do mesmo Grupo Econômico.							
Objeto contrato							
Contrato de Empreitada Integral para Implantação da PCH Passos Maia .							
Garantia e seguros							
Garantia, pela Engevix, de cumprimento das obrigações contratuais, seguro-garantia, na modalidade “executante construtor”, emitida por sociedade seguradora de primeira linha, no valor de 10% do montante do contrato. Após a emissão do último certificado de aceitação provisória da PCH Passos Maia, o seguro-garantia será substituído por nova apólice, do tipo “perfeito funcionamento, com valor nominal de 3% do preço contratual.							
Rescisão ou extinção							
Seguros exigidos por lei para a execução do contrato. A Passos Maia poderá rescindir o contrato no caso de insolvência, falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou dissolução da Engevix; cisão, fusão ou incorporação da Engevix que, comprovadamente, venha a prejudicar a execução das obras, não oferecimento do seguro garantia de cumprimento das obrigações contratuais, ou falta de manutenção de sua vigência; cessão dos créditos decorrentes do contrato, a terceiros, sem prévia e expressa autorização da Passos Maia; subcontratação ou cessão total ou parcial sem prévia e expressa autorização da Passos Maia; superveniente incapacidade técnica ou financeira da Engevix; suspensão das atividades por atividade competente, descumprimento contratual ou prática de atos que denotem possível inadimplemento; atrasos por mais de 120 (cento e vinte) dias, na implementação dos requisitos que condicionam à emissão do Certificado de Aceitação Provisória de cada Unidade Geradora, ou quaisquer atrasos que possam gerar a emissão tardia do referido certificado ; falta de recolhimento pontual, pela Engevix; dos tributos, ônus e encargos devidos em razão do Contrato. A Engevix poderá rescindir o contrato em caso de: inobservância, pela Passos Maia, de qualquer obrigação, incluindo atrasos no pagamento por mais de 60 (sessenta) dias; se a Passos Maia tornar-se insolvente, requerer ou tiver contra si decretada falência, ser dissolvida ou requerer sua recuperação judicial. Qualquer das partes poderá rescindir o contrato em caso de suspensão da obra por prazo superior a 60 (sessenta) dias, por caso fortuito ou força maior. Desistência a qualquer tempo da Passos Maia, com prévia notificação à Engevix.							
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Moinho S/A e Engevix Engenharia S/A	01/09/2008	68.400.000,00	R\$1.121.218,33	Indeterminado	40 (quarenta) meses a contar da emissão da ordem de serviço.	NÃO	0,000000
Empresas do mesmo Grupo Econômico.							
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Contrato de Empreitada Integral para Implantação da PCH Moinho.						
Garantia e seguros	A Engevix deve apresentar carta de fiança bancária de banco de primeira linha ou seguro garantia correspondente a 10% do preço do contrato. Se necessários Seguro Garantia correspondente a 10% do valor contratual reajustado.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento contratual de qualquer das partes; pedido de recuperação judicial ou extrajudicial e ou decretação da falência de qualquer das partes; situação de caso fortuito ou força maior que persistir por mais de 60 dias; cessão dos direitos e obrigações resultantes do contrato não autorizada pela parte contrária; interrupção injustificada da execução dos serviços por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos; atrasos superiores a 60 (sessenta) dias no Cronograma de Execução do Empreendimento, por culpa da Engevix; incapacidade técnica ou financeira para a integral execução de suas obrigações contratuais; atraso injustificado no pagamento por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.						
Natureza e razão para a operação							
Esmeralda S/A e Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda	13/03/2005	1.445.000,00	-R\$3.627.415,68	Indeterminado	23/12/2010	NÃO	0,000000
Empresas do mesmo Grupo Econômico.							
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Prestação dos Serviços de Operação e Manutenção da PCH Esmeralda e da linha de transmissão associada.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Término de execução dos serviços, por vontade de qualquer das partes em razão de inadimplência pela outra, desde que não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação informando do descumprimento; não observância dos indicadores de desempenho por mais de 60 (sessenta) dias; no decretação de falência ou concordata de qualquer uma das partes, por interrupção do serviço por mais de 180 dias por motivo de força maior ou caso fortuito e rescisão unilateral por vontade da Esmeralda.						
Natureza e razão para a operação							
Deservix S/A e Monel Monjolinho Energética S/A	01/10/2009	1.600.000,00	R\$278.248,38	Indeterminado	01/11/2012	NÃO	0,000000
Empresas do mesmo grupo econômico							
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Prestação de serviços de gerenciamento das atividades necessárias para a operação da UHE Monel.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros							
Não aplicável							
Rescisão ou extinção							
Termínio de execução dos serviços; falência/concordata da Contratada; inadimplemento das obrigações não sanadas; paralisação dos serviços por mais de 30 dias por ordem de autoridade competente; quando as multas aplicadas de acordo com a Cláusula Doze atingirem 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato; atrasos na execução dos serviços sem justificativa aceita pela Contratante ou ocorrência de caso fortuito ou de força maior; e a Contratada paralisar total ou parcialmente os serviços, sem prévio e expresso consentimento da Contratante, por escrito, por mais de 10 (dez) dias consecutivos ou 30 (trinta) dias alternados; incapacidade técnica, negligência, imprudência, imperícia ou má fé da Contratada.							
Natureza e razão para a operação							
Santa Laura S/A e Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda	21/09/2006	1.720.000,00	-R\$2.810.441,25	Indeterminado	24/06/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Empresas do mesmo Grupo Econômico.							
Objeto contrato							
Prestação dos Serviços de Operação e Manutenção da PCH Santa Laura e da linha de transmissão associada.							
Garantia e seguros							
Não aplicável.							
Rescisão ou extinção							
Termínio de execução dos serviços, por vontade de qualquer das partes em razão de inadimplência pela outra, desde que não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação informando do descumprimento; não observância dos indicadores de desempenho por mais de 60 (sessenta) dias; no decretação de falência ou concordata de qualquer uma das partes, por interrupção do serviço por mais de 180 dias por motivo de força maior ou caso fortuito e rescisão unilateral por vontade da Contratante.							
Natureza e razão para a operação							
Santa Rosa S/A e Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda	01/09/2006	2.750.000,00	-3.949.633,87	Indeterminado	24/6/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Empresas do mesmo Grupo Econômico.							
Objeto contrato							
Prestação dos Serviços de Operação e Manutenção da PCH Santa Rosa e da linha de transmissão associada.							
Garantia e seguros							
Não aplicável.							
Rescisão ou extinção							
Termínio de execução dos serviços, por vontade de qualquer das partes em razão de inadimplência pela outra, desde que não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação informando do descumprimento; não observância dos indicadores de desempenho por mais de 60 (sessenta) dias; no decretação de falência ou concordata de qualquer uma das partes, por interrupção do serviço por mais de 180 dias por motivo de força maior ou caso fortuito e rescisão unilateral por vontade da Santa Rosa.							
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Monel Monjolinho Energética S/A e Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda							
Relação com o emissor	Empresas do mesmo Grupo Econômico.						
Objeto contrato	Prestação dos Serviços de Operação e Manutenção da UHE Monjolinho e da linha de transmissão associada.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Término de execução dos serviços, por vontade de qualquer das partes em razão de inadimplência pela outra, desde que não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação informando do descumprimento; não observância dos indicadores de desempenho por mais de 60 (sessenta) dias; no decretação de falência ou concordata de qualquer uma das partes, por interrupção do serviço por mais de 180 dias por motivo de força maior ou caso fortuito e rescisão unilateral por vontade da Monel.						
Natureza e razão para a operação							
Monel S/A e Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda	23/10/2008	3.000.000,00	R\$2.338.776,30	Indeterminado	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresas do mesmo Grupo Econômico.						
Objeto contrato	Prestação dos Serviços de Operação e Manutenção da PCH Moinho e da linha de transmissão associada.						
Garantia e seguros	A Moinho obriga-se pela cobertura de seguro a riscos de acidentes nas instalações e nos equipamentos da PCH Moinho, incluindo a Enex como co-segurada, contra riscos de incêndio, raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos.						
Rescisão ou extinção	Término de execução dos serviços, por vontade de qualquer das partes em razão de inadimplência pela outra, desde que não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação informando do descumprimento; não observância dos indicadores de desempenho por mais de 60 (sessenta) dias; no decretação de falência ou concordata de qualquer uma das partes, por interrupção do serviço por mais de 180 dias por motivo de força maior ou caso fortuito e rescisão unilateral por vontade da Moinho.						
Natureza e razão para a operação							
Passos Maia Energética S/A e Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda	01/05/2010	4.328.000,00	R\$3.373.035,80	Indeterminado	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresas do mesmo Grupo Econômico.						
Objeto contrato	Prestação dos Serviços de Operação e Manutenção da PCH Passos Maia.						
Garantia e seguros	A Passos Maia obriga-se pela cobertura de seguro a riscos de acidentes nas instalações e nos equipamentos da PCH Moinho, incluindo a Enex como co-segurada, contra riscos de incêndio, raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção							
Término de execução dos serviços, por vontade de qualquer das partes em razão de inadimplência pela outra, no decretação de falência ou concordata de qualquer uma das partes, por interrupção do serviço por mais de 180 dias por motivo de força maior ou caso fortuito e rescisão unilateral por vontade da Passos Maia, mediante notificação enviada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.							
Natureza e razão para a operação							
Energen Energias Renováveis S/A e Desenvix S/A	01/01/2012	48.057.000,00	R\$91.669.281,00	Indeterminado	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Empresa do mesmo Grupo Econômico							
Objeto contrato							
Contrato de Compromisso de Mútuo. Sem incidência de juros							
Garantia e seguros							
Não aplicável							
Rescisão ou extinção							
Liquidação do empréstimo, dependendo da liberação do emprestimo de longo prazo para o financiamento da implantação da empreendimento Barra dos Coqueiros.							
Natureza e razão para a operação							
Envio de mútuo por parte da Desenvix para garantir as atividades de implantação do Parque Eólico Barrados Coqueiros, enquanto o financiamento de longo prazo não ocorra.							
Desenvix S/A e Engevix Engenharia S/A	07/11/2007	255.000,00	0	Indeterminado	6/6/2007	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Empresa do mesmo Grupo Econômico.							
Objeto contrato							
Contrato para Revisão do Projeto Básico da PCH Barracão.							
Garantia e seguros							
Não aplicável.							
Rescisão ou extinção							
O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por ambas as partes, bastando para tanto, aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, contados a partir de seu recebimento, sem que tal fato implique em ônus ou indenização de qualquer natureza.							
Natureza e razão para a operação							
Desenvix S/A e Engevix Engenharia S/A	17/12/2007	467.000,00	467.000,00	Indeterminado	30/12/2011	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Empresa do mesmo Grupo Econômico.							
Objeto contrato							
Contrato para Elaboração dos Estudos para o Projeto Básico da PCH Capim Puba.							
Garantia e seguros							
Não aplicável.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção							
Término de execução dos serviços; falência/concordata da Contratada; inadimplemento das obrigações não sanadas; paralisação dos serviços por mais de 30 dias por ordem de autoridade competente; quando as multas aplicadas de acordo com a Cláusula Doze atingirem 10% (dez por cento) do valor total do Contrato; atrasos na execução dos serviços sem justificativa aceita pela Contratante ou ocorrência de caso fortuito ou de força maior; e a Contratada paralisar total ou parcialmente os serviços, sem prévio e expresso consentimento da Contratante, por escrito, por mais de 10 (dez) dias consecutivos ou 30 (trinta) dias alternados; incapacidade técnica, negligência, imprudência, imperícia ou má fé da Contratada.							
Natureza e razão para a operação							
Desenvix S/A e Engevix Engenharia S/A	09/11/2007	6.800.000,00	R\$4.971.289,11	Indeterminado	27 meses.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Empresa do mesmo Grupo Econômico.							
Objeto contrato							
Contrato para Elaboração de estudos de Viabilidade Técnica-Econômica da UHE Saudades.							
Garantia e seguros							
A Contratada se obriga a providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, em companhia seguradora de idoneidade reconhecida, todos os seguros exigidos por lei, além dos de responsabilidade civil e de pessoal, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços.							
Rescisão ou extinção							
Término de execução dos serviços; falência/concordata da Engevix; inadimplemento das obrigações não sanadas; paralisação dos serviços por mais de 30 dias por ordem de autoridade competente; quando as multas aplicadas de acordo com a Cláusula Doze atingirem 10% (dez por cento) do valor total do Contrato; atrasos na execução dos serviços sem justificativa aceita pela Desenvix ou ocorrência de caso fortuito ou de força maior; e a Engevix paralisar total ou parcialmente os serviços, sem prévio e expresso consentimento da Desenvix, por escrito, por mais de 10 (dez) dias consecutivos ou 30 (trinta) dias alternados; incapacidade técnica, negligência, imprudência, imperícia ou má fé da Engevix.							
Natureza e razão para a operação							
Desenvix S/A e Engevix Engenharia S/A	10/04/2007	5.800.000,00	R\$3.300.000,00	Indeterminado	08/02/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Empresa do mesmo Grupo Econômico.							
Objeto contrato							
Contrato para Elaboração de estudos de Viabilidade Técnica-Econômica da UHE Torixoréu.							
Garantia e seguros							
A Contratada é responsável pela qualidade dos serviços que lhe forem confiados; arcará, até o recebimento e aceitação dos serviços, com os custos relativos à repetição dos serviços, que eventualmente, tenham por ela que ser executados, para correção de quaisquer erros ou omissões nos documentos elaborados, a responsabilidade global da Contratada com relação ao presente Contrato limita-se à correção ou repetição dos serviços ora contratados.							
Rescisão ou extinção							
Qualquer da partes poderá considerar este Contrato, independente de notificação ou aviso, caso a outra parte descumpra as obrigações contratuais ou legais ou tenham decretado o seu processo de falência, insolvência, concordata ou liquidação; ocorrendo rescisão contratual por qualquer dos motivos previstos neste item, a Contratada receberá o pagamento dos serviços aceitos e ainda não pagos até a data da rescisão.							
Natureza e razão para a operação							
Desenvix S/A e Engevix Engenharia S/A	10/04/2007	725.000,00	-R\$1.095.000,00	Indeterminado	10/04/2013	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Empresa do mesmo Grupo Econômico.						
	Contrato para Execução dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Itacaunas.						
Garantia e seguros	A Contratada é a única responsável pela qualidade dos serviços que lhe forem confiados, pela qualidade dos serviços que lhe forem confiados; arcará, até o recebimento e aceitação dos serviços, com os custos relativos à repetição dos serviços, que eventualmente, tenham por ela que ser executados, para correção de quaisquer erros ou omissões e complementações solicitadas pelos agentes oficiais que aprovam tais estudos.						
Rescisão ou extinção	Qualquer uma das partes poderá considerar este Contrato rescindido de pleno direito, independente de notificação ou aviso, caso a outra parte descumpra as obrigações contratuais ou legais ou tenha decretado o seu processo de falência, insolvência, concordata ou liquidação decretada.						
Natureza e razão para a operação							
Desenvix S/A e Engevix Engenharia S/A	17/04/2009	200.194,00	R\$200.194,00	Indeterminado	30/6/2009	NAO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Empresa do mesmo Grupo Econômico.						
	Contrato para Elaboração dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio das Antas.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por ambas as partes, bastando para tanto, aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados a partir de seu recebimento, sem que tal fato implique em ônus ou indenização de qualquer natureza.						
Natureza e razão para a operação							
Desenvix S/A e Engevix Engenharia S/A	10/12/2009	389.300.000,00	R\$64.703.337,58	Indeterminado	-	NAO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Empresa do mesmo Grupo Econômico.						
	Contrato de Empreitada Integral para Implantação das Edículas de Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Usina Pau D'Alho S/A e Desenvix S/A	15/09/2010	11.509.369,00	R\$14.652.488,00	Indeterminado	31/12/2012	SIM	13,640000
Relação com o emissor	Empresa do mesmo Grupo Econômico						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de compromisso de Mútuo. O valor do objeto do mútuo será corrigido com base na variação positiva da taxa DI anualizada, acrescida de 3% ao ano, capitalizada anualmente, a partir de cada depósito ou pagamento.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Liquidação do empréstimo.						
Natureza e razão para a operação	Pagamento de débitos e melhorias operacionais.						
Desenvix e Esmeralda	01/08/2007	800.000,00	-R\$287.959,39	Indeterminado	01/12/2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Prestação de serviços de gerenciamento das atividades necessárias para operação da PCH Esmeralda						
Garantia e seguros	Se necessários Seguro Garantia correspondente a 10% do valor contratual reajustado. A Desenvix se obriga a providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, em companhia seguradora de idoneidade reconhecida, todos os seguros exigidos por lei, além dos de responsabilidade civil e pessoal, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços.						
Rescisão ou extinção	Término de execução dos serviços; falência, concordata, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial da Desenvix; inadimplemento das obrigações não sanadas em 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação informando o descumprimento; paralisação dos serviços por mais de 30 dias por ordem de autoridade competente; quando as multas aplicadas de acordo com a Cláusula Doze atingirem 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato; atrasos na execução dos serviços sem justificativa aceita pela Esmeralda ou ocorrência de caso fortuito ou de força maior; e a Desenvix paralisar total ou parcialmente os serviços, sem prévio e expresse consentimento da Esmeralda, por escrito, por mais de 10 (dez) dias consecutivos ou 30 (trinta) dias alternados; incapacidade técnica, negligência, imprudência, imperícia ou má fé da Desenvix.						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses
<p>Observamos e fazemos com que nossos acionistas observem todas as disposições do art. 156 da Lei das S.A. no que se refere a eventos de conflito de interesse. Para além das disposições legais aplicáveis, adotamos mecanismos estatutários estritos no que se refere à eventos de conflitos de interesse.</p> <p>O parágrafo 3º do artigo 19 do nosso Estatuto Social prevê que, nas deliberações do Conselho de Administração que tenham como objeto a aprovação de operações entre a Companhia e uma ou mais Partes Relacionadas a qualquer dos acionistas da Companhia, os conselheiros indicados de forma direta ou indireta por tal acionista deverão se declarar impedidos de votar.</p> <p>Ainda, o parágrafo 1º do artigo 15 de nosso Estatuto Social prevê que nossos conselheiros devem ter reputação ilibada e não podem ser eleitos, salvo se autorizado pela Assembleia Geral, aquele que (i) for empregado ou ocupar cargo em companhia que possa ser considerada nossa concorrente, ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com os nossos.</p> <p>Dessa maneira, nos termos da Lei das S.A. e de nosso Estatuto Social, o Conselheiro que tiver qualquer interesse conflitante com os nossos interesses não poderá exercer o direito de voto, declarando-se impedido para este fim.</p> <p>Por fim, é importante observar que o Acordo de Acionistas, mencionado no item 15.5 (a), (b) e (g) deste Formulário de Referência, prevê restrição ou vinculação do direito de voto de membros do conselho de administração.</p>
b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado
<p>Na hipótese de celebrarmos operações e negócios com nossas partes relacionadas, temos políticas que nos determinam a seguir os padrões de mercado e a amparar tais operações e negócios pelas devidas avaliações prévias de suas condições e o estrito interesse em sua realização.</p>

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
08/03/2012	666.787.000,00		107.439.555	0	107.439.555
Tipo de capital	Capital Subscrito				
08/03/2012	666.787.000,00		107.439.555	0	107.439.555
Tipo de capital	Capital Integralizado				
08/03/2012	666.787.000,00		107.439.555	0	107.439.555
Tipo de capital	Capital Autorizado				
08/03/2012	666.787,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
05/03/2008	AGE	05/03/2008	26.100.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
05/03/2008	AGE	05/03/2008	68.628.000,00	Subscrição particular	1.590.000	0	1.590.000	258,00000000	53,20	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Expectativa de rentabilidade futura.										
Forma de integralização										
Emissão de 1.290.000 novas Ações no total de R\$68.628 mil, subscritas e integralizadas por uma das acionistas, a Engevix mediante conferência das 71.525.997 Ações que a dita sociedade detinha na Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. e Esmeralda S.A., conforme laudo de avaliação e em R\$97.192 mil em moeda corrente nacional.										
08/07/2008	AGE	08/07/2008	29.850.000,00	Subscrição particular	561.095	0	561.095	31,35000000	53,20	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Expectativa de rentabilidade futura.										
Forma de integralização										
Engevix Engenharia integralizou as ações em moeda corrente.										
17/10/2008	AGE	17/10/2008	9.921.000,00	Subscrição particular	186.499	0	186.499	7,93000000	53,20	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Expectativa de rentabilidade futura.										
Forma de integralização										
R\$500 mil mediante a utilização de adiantamento para futuro aumento de capital ocorrido em setembro de 2008 e o restante em moeda corrente nacional.										
11/12/2008	AGE	11/12/2008	23.000.000,00	Subscrição particular	432.331	0	432.331	17,04000000	53,20	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Expectativa de rentabilidade futura.										
Forma de integralização										
R\$12.500 mil mediante a utilização de adiantamento para futuro aumento de capital ocorrido em dezembro de 2008 e o restante em moeda corrente nacional.										
18/02/2009	AGE	18/02/2009	20.000.000,00	Subscrição particular	375.940	0	375.940	12,66000000	53,20	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Expectativa de rentabilidade futura.										
Forma de integralização										
Jackson integralizou as ações em moeda corrente.										

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
23/07/2010	AGE	23/07/2010	42.301.000,00	Subscrição particular	795.135	0	795.135	23.76000000	53,20	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Expectativa de rentabilidade futura.										
Forma de integralização										
integralizados pela Jackson da seguinte forma: (i) R\$15.150 mil mediante a utilização de AFAC's; (ii) R\$2.619,62 mil, com a quitação de um mútuo existente entre nós e a Jackson; (iii) R\$231,55 mil, em moeda corrente nacional, integralizado da seguinte forma (a) R\$230.382 mil em 23 de julho de 2010 e (b) 1.170 mil integralizado no dia 26 de julho de 2010; (iv) R\$22.683,65 mil mediante a utilização de lucros acumulados; (v) R\$1.170,83 mil, com a utilização de reserva legal; e (vi) R\$445,52 mil por meio da utilização de reserva do ajuste da Lei nº 11.638										
30/09/2010	AGE	30/09/2010	23.038,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
30/09/2010	AGE	30/09/2010	33.161.284,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
30/09/2010	AGE	30/09/2010	79.755.600,00	Subscrição particular	32.000.000	0	32.000.000	238.90000000	2,49	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Expectativa de rentabilidade futura.										
Forma de integralização										
Aporte feito pelo FIP Desenvix										
30/09/2010	AGE	30/09/2010	433.647.000,00	Subscrição particular	539.000.000	0	539.000.000	383,28000000	0,80	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Não aplicável.										
Forma de integralização										
Incorporação da Cevix.										

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
08/03/2012	AGE	08/03/2012	120.000.000,00	Subscrição particular	7.439.555	0	7.439.555	7.43955500	16,13	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Não aplicável.

Forma de integralização Aporte feito pela SN Power.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)		Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais
Grupamento					
26/10/2010	671.000.000	0	671.000.000	100.000.000	0
					100.000.000

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
30/07/2010	30/07/2010	220.101.170,00	4.137.240	0	4.137.240	99,90920000	53,20

Forma de restituição

Versão do acervo líquido para controladora Jackson.

Razão para redução

Implementação de reestruturação societária dentro do grupo.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes foram apresentadas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	<p>De acordo com o nosso Estatuto Social e com a Lei das S.A., é conferido aos titulares de Ações de nossa emissão direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições na proporção de suas participações em nosso capital social.</p> <p>Atualmente nosso Estatuto Social confere aos titulares de nossas Ações um dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do referido exercício, pagável no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da sua declaração.</p>
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>No caso de liquidação, nossos acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso de capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as nossas obrigações.</p> <p>Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em nossa assembleia geral poderão retirar-se, mediante reembolso do valor de suas Ações com base no seu valor patrimonial, nos termos da Lei das S.A. No caso das Ações de nossa emissão (i) terem liquidez, ou seja, integrarem o índice geral da BM&FBOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM, e (ii) terem dispersão no mercado, de forma que os acionistas controladores, a sociedade controladora ou outras sociedades sob controle comum detenham menos de 50% das Ações, nossos acionistas não terão direito de retirada.</p>
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das S.A., nem o nosso Estatuto Social nem as deliberações tomadas em Assembleia Geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das S.A.; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das S.A.; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das S.A.
Outras características relevantes	Não aplicável.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. Regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública:

A alienação do poder de nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o comprador do poder de controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das Ações dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do acionista controlador alienante.

A oferta pública de aquisição acima descrita também deverá ser efetivada: (i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de Ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em Ações, que venha a resultar na alienação do nosso controle; e (ii) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o nosso poder de controle, sendo que, neste caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à nós nessa alienação e anexar documentação que comprove a informação.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3. Exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto:

Não aplicável.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não tivemos valores mobiliários negociados em bolsa ou mercado de balcão organizado nos últimos 3 exercícios sociais.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Nota Promissória Cartularia
Data de emissão	14/06/2012
Data de vencimento	14/12/2012
Quantidade (Unidades)	7
Valor total (Reais)	35.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	O vencimento destas notas promissórias está previsto para 14 de dezembro de 2012, e estas notas promissórias farão jus a uma remuneração, devida na data de vencimento, equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados no informativo diário disponível em sua página da Internet (http://www.cetip.com.br), capitalizada de sobretaxa de 1,50% (um vírgula cinco por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, incidente sobre o valor nominal unitário destas notas promissórias, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável
Outras características relevantes	Não aplicável

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação:

Nossas Ações não são atualmente negociadas em mercados regulados.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7. Valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros:

Não possuímos valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**18.8. Ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia:**

Conforme descrito no item 10.1. f desse Formulário de Referência, em 14 de junho de 2012, emitimos 7 notas promissórias, cartulares, de valor nominal unitário de R\$5.000.000,00, totalizando um montante de R\$35.000.000,00.

Notas Promissórias destinadas à oferta pública, nos termos da ICVM 476, que são consideradas valores mobiliários nos termos da Lei 6385/1976 e Res. CMN 1723/1990 – art. 1º).

O vencimento destas notas promissórias está previsto para 14 de dezembro de 2012, e estas notas promissórias farão jus a uma remuneração, devida na data de vencimento, equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de sobretaxa de 1,50% (um vírgula cinco por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidente sobre o valor nominal unitário destas notas promissórias, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.9. Ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro:

Nunca realizamos uma oferta pública de aquisição de ações.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possuímos um plano de recompra.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possuímos valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possuímos valores mobiliários em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

19.4 - Planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Embora não adotemos uma política formal de negociação de valores mobiliários, estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM 358. Sendo assim, nós, nossos acionistas controladores, diretos ou indiretos, membros do Conselho de Administração, diretores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, membros dos comitês e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, bem como qualquer outra pessoa que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado (considerados insiders para efeito da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada) são vedados de negociar com valores mobiliários de nossa emissão, caso existentes, incluindo operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de nossa emissão, antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nossos negócios.

Esta restrição também é aplicável:

- aos membros do Conselho de Administração, diretores ou membros do Conselho Fiscal que se afastarem de cargos na nossa administração anteriormente à divulgação de informações relevantes relativas à Companhia, originadas durante o seu período de gestão ou mandato, estendendo-se a proibição de negociação por um período de 6 meses a contar da data em que tais pessoas se afastaram de seus cargos;
- em caso de existência de intenção de promover, incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária envolvendo a Companhia;
- a Companhia, caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando a transferência do seu controle acionário, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim;
- aos Acionistas Controladores, membros do Conselho de Administração e diretores, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de Ações da Companhia por ela mesmo, ou por qualquer uma das suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim; e
- durante o período de 15 dias anteriores à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (Formulário de Referência e DFP) exigidas pela CVM e observadas determinadas exceções.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1. Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva;

Possuímos uma Política de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo, elaborada nos termos da Instrução CVM 358 e aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de outubro de 2010. Nossa política tem como objetivo estabelecer as regras que deverão ser observadas pelo nosso Diretor de Relações com Investidores e demais Pessoas Vinculadas no que tange à divulgação de Informações Relevantes e à manutenção de sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia (inclusive os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas) e

Nossa Política de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo tem por objetivo o estabelecimento de elevados padrões de conduta e transparência, que devem ser observados tanto pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia quanto pelas Pessoas Vinculadas.

Nossa Política prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação simultânea à CVM, às bolsas de valores em que tenhamos nossos valores mobiliários negociados e às entidades de balcão organizado em que tenhamos valores mobiliários negociados, de ato ou fato relevante, divulgação essa a ser feita preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores em que tenhamos nossos valores mobiliários negociados. Em caso haja incompatibilidade de horários, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

A comunicação de Informações Relevantes à CVM e às Bolsas de Valores, segundo nossa Política de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo deverá ser feita imediatamente, por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos e indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos. A Informação Relevante, ainda, deve ser divulgada ao público por meio de anúncio publicado nos jornais utilizados pela nossa Companhia, podendo o anúncio conter a descrição resumida da Informação Relevante, desde que indique endereço na Internet onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM e às Bolsas de Valores.

As Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento pessoal de ato ou fato relevante, deverão comunicá-lo ao nosso Diretor de Relações com Investidores, pessoa responsável por divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos. Cumpre ainda a essas pessoas o dever de guardar sigilo acerca das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que os subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. Caso, diante da comunicação realizada, seja constatada a omissão de nosso Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação, caracterizada a omissão após decorridos 3 (três) dias úteis do recebimento comprovado de comunicado escrito endereçado ao Diretor de Relações com Investidores, deverá a Pessoa Vinculada que tiver conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informações Relevantes comunicar diretamente à CVM tal ato ou fato.

Nossa Política de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo de nossa parte. Nesta hipótese, poderemos decidir por submeter à apreciação da CVM a divulgação ao público da Informação Relevante. Em tais casos excepcionais de não divulgação, sempre que a Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornar-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada de nossos valores mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, às Bolsas de Valores e ao público.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3. Administradores responsáveis pela implantação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações:

Nosso Diretor de Relações com Investidores é o responsável por (i) divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios que seja considerado Informação Relevante; e (ii) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas Bolsas de Valores e em todos os mercados nos quais tenhamos Valores Mobiliários admitidos à negociação, assim como ao público investidor em geral.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. Outras informações relevantes:

Nossa Política prevê que as Pessoas Vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante de nosso Código de Política de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo se obrigam a ressarcir nós e/ou outras Pessoas Vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que nós e/ou outras Pessoas Vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1. Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia:

Não aplicável.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2. Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia:

Não aplicável.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3. Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:

Não houve contratos relevantes celebrados por nós e nossas controladas não diretamente relacionados com as nossas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4. Outras informações relevantes:

LISTA DE TERMOS DEFINIDOS

Para fins do presente Formulário de Referência, os termos indicados abaixo terão os significados a eles atribuídos na tabela abaixo:

ABRAPP	Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência
Acionistas Controladores Diretos	Caixa FIP Cevix e FIP Desenvix
Acionistas Controladores Indiretos	Jackson e FUNCEF
ACL	Ambiente de Contratação Livre
Ações	Ações de nossa emissão
Acordo de Quotistas	Acordo de quotistas celebrado entre nossos Acionistas Controladores Indiretos no âmbito do Caixa FIP Cevix
ACR	Ambiente de Contratação Regulado
Adami	Adami Madeiras S.A.
AGE	Assembleia Geral Extraordinária da Companhia
AGO	Assembleia Geral Ordinária da Companhia
AMPLA	Ampla Energia e Serviços S.A.
ANA	Agência Nacional das Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APINE	Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica
APP	Área de Preservação Permanente
Assembleia Geral	Assembleia Geral de Acionistas da Desenvix Energias Renováveis S.A.
BACEN	Banco Central do Brasil
Banco Pine	Banco Pine S.A.
Banco Votorantim	Banco Votorantim S.A.
BBE	BBE Brasil Bioenergia S.A
BEN	Balanco Energético Nacional
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Bovespa Mais	Segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA disciplinado pelo Regulamento de Listagem do Bovespa Mais
Brasil	República Federativa do Brasil
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Caixa FIP Cevix	Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix
CAPEX	<i>Capital Expenditure</i>
CCC	Conta de Consumo de Combustíveis
CCEAR	Contratos de Compra e Venda de Energia Celebrados no Ambiente

22.4 - Outras informações relevantes

	Regulado
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CCG	Contratos de Contra Garantia
CCVE	Contratos de Compra e Venda de Energia
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica – Rio Grande do Sul
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CER	Certificado de Emissões Reduzidas
CERAN	Complexo Energético Rio das Antas, composto pelas UHEs Monte Claro, 14 de Julho e Castro Alves
CERAN S.A.	Companhia Energética Rio das Antas
	Complexo Energético Rio das Antas 2, composto pelas PCHs Foz do São Marcos, Ranchinho, Santo Isidoro, Foz do Quebra Dentes, São Jorge e Espigão do Meio
CERAN 2	
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
Cevix	Cevix Energias Renováveis S.A.
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor de Energia
CNPE	Comitê Nacional de Política Energética
Código Civil	Código Civil Brasileiro, introduzido pela Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterado
Código Florestal	Código Florestal Brasileiro, introduzido pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, conforme alterado
Companhia	Desenvix Energias Renováveis S.A.
Conselheiro	Conselheiros de Administração da Companhia
Conselheiro Independente	Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, caracteriza-se como Conselheiro Independente aquele que: (i) não tenha qualquer vínculo conosco, exceto participação do capital; (ii) não seja acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não seja ou não tenha sido, nos últimos três anos, vinculado à nós ou entidade relacionada ao nosso acionista controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não tenha sido, nos últimos três anos, nosso empregado ou diretor ou empregado ou diretor de nosso acionista controlador ou de sociedade controlada por nós; (iv) não seja fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de nossos serviços e/ou produtos em magnitude que implique perda de independência; (v) não seja funcionário ou administrador de companhia ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à nós; (vi) não seja cônjuge ou parente até segundo grau de algum de nossos administradores; e (vii) não receba de nós outra remuneração além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação de capital estão excluídos desta restrição).

22.4 - Outras informações relevantes

Constituição Federal	Constituição Federal da República Federativa do Brasil
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
COPOM	Comitê de Política Monetária
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPFL	CPFL Energia S.A. e subsidiárias
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Decasa	Destilaria de Alcool Caiuá S.A.
Desenvix	Desenvix Energias Renováveis S.A. e subsidiárias
Desenvix Controladora	Desenvix sem as suas subsidiárias
Diretoria	Diretoria executiva da Companhia
Dólar, Dólares, US\$	Moeda Oficial dos Estados Unidos da América
Dona Francisca	Dona Francisca Energética S.A.
Ecovix	Ecovix Construções Oceânicas S.A.
EDB	EDP Energias do Brasil S.A.
EIA-RIMA	Estudo e Relatório de Impacto Ambiental
ELETROBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Eletronorte	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
Eletrosul	Centrais Elétricas S.A.
Empreendimentos em Construção	PCH Moinho, PCH Passos Maia, UTE Enercasa, UEE Macaúbas, UEE Seabra, UEE Novo Horizonte, LT Goiás, LT MGE
Empreendimentos em Estruturação	UHE Baixo Iguaçu e UHE Belo Monte
EPC	Contrato de empreitada por preço global (<i>Engineering Procurement and Construction</i>)
Empreendimentos em Operação	PCH Esmeralda, PCH Santa Laura, PCH Santa Rosa II, UHE Monjolinho, UHE Monte Claro, UHE Castro Alves, UHE 14 de Julho e UHE Dona Francisca
Enercasa	Enercasa Energia Caiuá S.A.
Enerpar	Enerpar Energia do Paraná e Participações S.A.
ENEX	ENEX – O&M de Sistemas Elétricos Ltda.
Engevix	Engevix Engenharia S.A.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
EPP	Empresa Paranaense de Participações
Esmeralda	Esmeralda S.A.
ESS	Encargo de Serviço de Sistema
Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia conforme aprovado na AGE datada de 27 de outubro de 2010
EUA	Estados Unidos da América.
EVTE	Estudo de Viabilidade Técnico-Econômico
FATMA	Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina

22.4 - Outras informações relevantes

FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler
FIC FIP Jackson	Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participação da Jackson
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIP	Fundo de Investimento em Participações
FIP Desenvix	Fundo de Investimento em Participações Desenvix
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia elaborado nos termos do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, datado de 27 de outubro de 2010.
FUNCEF	Fundação dos Economizadores Federais
FURNAS	Furnas Centrais Elétricas S.A.
Garantia Física	Energia alocada a cada empreendimento participante do MRE com base na energia calculada para o sistema a um risco de 5% (cinco por cento) de déficit. O conceito era tratado até 2004 pela legislação setorial como “energia assegurada”.
GCE	Gestão da Crise de Energia Elétrica
Goiás Transmissora	Goiás Transmissora S.A.
Governo Federal	Governo da República Federativa do Brasil.
Grupo Econômico	Empresas controladas de forma direta ou indireta pela Jackson.
Grupo Energia	Grupo Energia S.A.
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IASB	International Accounting Standards Board
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICG	Instalação de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFC	Ramo do setor privado do Banco Mundial
IFRS	International Financial Reporting Standard
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
IMA	Instituto do Meio Ambiente da Bahia
Infravix	Infravix Participações Ltda.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEA	Instituto Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro
Instrução CVM 391	Instrução CVM n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada
Instrução CVM 476	Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada
Instrução CVM 480	Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Jackson	Jackson Empreendimentos Ltda.

22.4 - Outras informações relevantes

J. Malucelli	J. Malucelli Construtora de Obras S.A.
KM	Quilômetro, unidade equivalente a mil metros
kV	Quilovolt, unidade equivalente a mil volts
kW	Quilowatt, unidade equivalente a mil watts
LAJIDA	Lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda, contribuição social, depreciação e amortização. O item 3.2, (c) contém maiores detalhes sobre o cálculo do nosso LAJIDA.
Lei das S.A. ou Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
Lei de Crimes Ambientais ou Lei 9.605/98	Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, conforme alterada
Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004, conforme alterada
Lei n.º 9.427	Lei n.º 9.427 de 26 de dezembro de 1996, conforme alterada
Lei n.º 9.648	Lei n.º 9.648, de 27 de maio de 1998, conforme alterada
Leilão de Geração Distribuída	Licitações especiais para a contratação de geração distribuída
Leilão de Projetos Estruturantes	Leilões de projetos específicos que são considerados estratégicos para o País
Leilões de Ajuste	Leilões cujo objetivo é fazer a adequação entre energia contratada e a demanda
Leilões de Energia Alternativa	Leilões específicos para contratar energia de fontes alternativas
Leilões de Energia Existente	Leilões que visam recontratar periodicamente a energia existente
Leilões Especiais	Leilões destinados a atender propósitos específicos de política energética
LEN	Leilão de Energia Nova
LER	Leilão de Energia de Reserva
LT	Linha de Transmissão
LT Goiás	Linha de Transmissão Goiás
LT MGE	Linha de Transmissão MGE
MAE	Mercado Atacadista de Energia
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MGE Transmissora	MGE Transmissora S.A.
MME	Ministério de Minas e Energia
Moinho	Moinho S.A.
Monel	Monel Monjolinho Energética S.A
MRE	Mecanismo de Realocação de Energia
MW	Megawatt, unidade equivalente a um milhão de watts
MVA	Megavolt Ampère, unidade equivalente a um milhão de volts ampère
Neoenergia	Neoenergia S.A.
Norte Energia	Norte Energia S.A., SPE constituída para a implantação da UHE Belo Monte

22.4 - Outras informações relevantes

Novo Mercado	Segmento especial de negociação de valores mobiliários da BM&FBOVESPA disciplinado pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado, contendo regras de listagem diferenciadas para as companhias, os administradores e acionistas controladores
O&M	Operação e Manutenção de empreendimentos no setor elétrico
Odebrecht	Odebrecht S.A
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
Parque Eólico Bahia	UEE Macaúbas, UEE Seabra e UEE Novo Horizonte
Passos Maia	Passos Maia Energética S.A.
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PCH Areado	Pequena Central Hidrelétrica Areado
PCH Bandeirante	Pequena Central Hidrelétrica Bandeirante
PCH Bonança	Pequena Central Hidrelétrica Bonança
PCH Canoas	Pequena Central Hidrelétrica Canoas
PCH Capim Puba	Pequena Central Hidrelétrica Capim Puba
PCH do Peixe	Pequena Central Hidrelétrica do Peixe
PCH Esmeralda	Pequena Central Hidrelétrica Esmeralda
PCH Larguinha	Pequena Central Hidrelétrica Larguinha
PCH Moinho	Pequena Central Hidrelétrica Moinho
PCH Passos Maia	Pequena Central Hidrelétrica Passos Maia
PCH Posses	Pequena Central Hidrelétrica Posses
PCH Santa Laura	Pequena Central Hidrelétrica Santa Laura
PCH Santa Rosa II	Pequena Central Hidrelétrica Santa Rosa
PCH Sakura	Pequena Central Hidrelétrica Sakura
PCH Saudade II	Pequena Central Hidrelétrica Saudade II
PCH Sossego	Pequena Central Hidrelétrica Sossego
PCHs do Rio Piquiri	Pequenas Centrais Hidrelétricas do Rio Piquiri, compostas pelas usinas Bandeira, São Manoel, do Cobre, Bonito A, Bonito B, Ervalzinho Baixo, Porto da Bota, Salto Grande, Rio do Forno
PDE	Plano Decenal de Expansão
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PIE	Produtor Independente de Energia Elétrica
PLD	Preço de Liquidação das Diferenças
Portfólio de Projetos	Projetos Prioritários em Desenvolvimento e Projetos em Desenvolvimento
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Princípios e práticas contábeis estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelas normas da CVM, da ANEEL, normas e pronunciamentos do IBRACON e normas e pronunciamentos do CPC
Princípios do Equador	Conjunto de regras e diretrizes por meio das quais se estabeleceu parâmetros socioambientais para a concessão de crédito
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia

22.4 - Outras informações relevantes

Projetos em Desenvolvimento	UEE Bahia, UHE Santo Antonio, UHE Ercilândia, UHE Apertados, UHE Cantu, UHEs Itacaiúnas (UHE Itacaiúnas I, UHE Itacaiúnas II, UHE Itacaiúnas III), UHE Itapiranga, UHE Pedra Branca, UHE Torixoréu, PCH Capim Puba, PCH Larginha, PCH Posses, PCH Saudade II, PCH Cachoeira do Prata, PCH do Peixe, PCH Barracão, PCH Porto da Bota, PCH Foz do São Marcos, UHE Saudade I, UHE Muçum e UHE Porto Galeno.
Projetos Prioritários em Desenvolvimento	PCH Bonança, UHE Cubatão, PCH Bom Retiro, PCH Sossego, PCHs do Rio Piquiri, PCH Bandeira, PCH São Manoel, PCH Do Cobre, PCH Bonito A, PCH Bonito B, PCH Ervalzinho Baixo, PCH Salto Grande, PCH Rio do Forno, UHE São Roque, UHE Riacho Seco, PCH Bandeirante, PCH Canoas I, PCH Areado, PCH Sakura, CERAN 2, PCH Ranchinho, PCH Santo Isidoro, PCH Foz do Quebra Dentes, PCH São Jorge e PCH Espigão do Meio.
Protocolo de Kyoto	Tratado que prevê a redução das emissões de carbono, ratificado pelo Decreto Legislativo nº 144, de 20 de junho de 2002
RAP	Receita Anual Permitida
RCE	Redução Certificada de Emissão
Real, reais ou R\$	Moeda corrente no Brasil
REIDI	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura
Resolução ANEEL 395	Resolução n.º 395 da ANEEL, de 04 de dezembro de 1998, conforme alterada
Resolução CONAMA n.º 237/97	Resolução 237, de 19 de dezembro de 1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, conforme alterada
Resolução CONAMA n.º 279/01	Resolução 279, de 27 de junho de 2001, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, conforme alterada
RGE	Rio Grande Energia S.A.
RGR	Reserva Global de Reversão
RTE	Recomposição Tarifária Extraordinária
Santa Laura	Santa Laura S.A.
Santa Rosa	Santa Rosa S.A.
SEB	Setor elétrico brasileiro
SIN	Sistema de Integração Nacional
SPE	Sociedade de Propósito Específico
STF	Supremo Tribunal Federal
Sub-estação de transmissão de energia	SE
Subsidiárias Cevix	Sociedades detidas pela Cevix antes da implantação da reestruturação pré-IPO detalhada no item 6.5.1 deste Formulário de Referência, nomeadamente Moinho, Monel, Emeraldal, Santa Laura e Santa Rosa.

22.4 - Outras informações relevantes

Subsidiárias Desenvix	Sociedades detidas pela Companhia antes da implantação da reestruturação pré-IPO detalhada no item 6.5.1 deste Formulário de Referência, nomeadamente Goiás Transmissora, MGE Transmissora, Enercasa, Cubatão, CERAN, ENEX, ENEPAR, DEFESA, BBE – Brasil, Macaúbas, SEABRA, Novo Horizonte e Passoa Maia.
TEO	Tarifa de Energia de Otimização
TFSEE	Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica
TIR	Taxa Interna de Retorno
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TUSD	Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição
TUST	Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão
UBP	Uso do Bem Público
UEE	Usina Eólica
UEE Macaúbas	Usina Eólica Macaúbas Energética
UEE Novo Horizonte	Usina Eólica Novo Horizonte
UEE Seabra	Usina Eólica Seabra
UHE	Usina Hidrelétrica
UHE 14 de Julho	Usina Hidrelétrica 14 de Julho
UHE Apertados	Usina Hidrelétrica Apertados
UHE Baixo Iguaçu	Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu
UHE Belo Monte	Usina Hidrelétrica Belo Monte
UHE Cantu	Usina Hidrelétrica Cantu
UHE Castro Alves	Usina Hidrelétrica Castro Alves
UHE Cubatão	Usina Hidrelétrica Cubatão
UHE Dona Francisca	Usina Hidrelétrica Dona Francisca
UHE Ercilândia	Usina Hidrelétrica Ercilândia
UHE Garibaldi	Usina Hidrelétrica Garibaldi
UHE Itapiranga	Usina Hidrelétrica Itapiranga
UHE Monjolinho	Usina Hidrelétrica Monjolinho
UHE Monte Claro	Usina Hidrelétrica Monte Claro
UHE Muçum	Usina Hidrelétrica Muçum
UHE Pedra Branca	Usina Hidrelétrica Pedra Branca
UHE Porto Galeano	Usina Hidrelétrica Porto Galeano
UHE Riacho Seco	Usina Hidrelétrica Riacho Seco
UHE Santo Antônio	Usina Hidrelétrica Santo Antônio
UHE São Roque	Usina Hidrelétrica São Roque
UHE Saudade	Usina Hidrelétrica Saudade
UHE Torixoréu	Usina Hidrelétrica Torixoréu
UHEs Itacaiúnas	Usinas Hidrelétricas Itacaiúnas I, Itacaiúnas II e Itacaiúnas III
UTE	Usina Termoelétrica

22.4 - Outras informações relevantes

UTE Eneercasa	Usina Termoelétrica Eneercasa
Vale	Vale S.A.
Valores Mobiliários	Documentos emitidos por empresas ou outras entidades (públicas ou privadas), que representam um conjunto de direitos e deveres aos seus titulares e que podem ser comprados e vendidos nos mercados de valores mobiliários
VR	Valor Anual de Referência